

**Atores do pó na idade da *pedra*: relatos de uma revisitação etnográfica a territórios
psicotrópicos do Porto**



Autor da Fotografia: Eduardo Martins

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Sob orientação de José Luís Lopes Fernandes

PORTO, 2020

Resumo

Este trabalho é uma revisitação etnográfica a atores e territórios psicotrópicos situados no interior ou nas imediações de bairros de habitação social da zona ocidental do Porto. A primeira etnografia, que a nossa agora revisita, decorreu entre 1990 e 1995 nos mesmos espaços. Tal como nessa pesquisa, o fenómeno droga e seus protagonistas foram o nosso principal foco de investigação. As questões que nos orientaram podem ser formuladas da seguinte forma: que diferenças e semelhanças encontramos ao nível da expressão do fenómeno droga nesses territórios entre as duas etnografias? Como evoluíram as trajetórias de alguns atores das drogas da zona já caracterizados pelo primeiro etnógrafo? Que mudanças e permanências se registam ao nível ecossocial da zona envolvente entre as duas etnografias?

O trabalho de campo teve uma fase exploratória e outra intensiva. A primeira situou-se entre outubro de 2009 e dezembro de 2013 e foi realizada a partir de uma equipa de redução de riscos e minimização de danos que se desloca diariamente a estes territórios; a fase intensiva ocorreu entre dezembro de 2014 e março de 2018. A longa presença no terreno fez uso de várias técnicas, sendo que a principal foi a observação naturalista, tanto nas modalidades não participante como na participante. Socorremo-nos também do uso de informantes-privilegiados (pudemos contar com aquele que já tinha acompanhado o primeiro etnógrafo), entrevistas etnográficas, recolha documental, *Go-Along* e fotografia.

Os resultados da revisitação mostram que a expressão do fenómeno droga nos territórios psicotrópicos, seja ao nível da venda seja do consumo, guarda bastantes semelhanças com aquilo que a etnografia inicial já evidenciara: um considerável fechamento e defensividade destes territórios face à zona envolvente e uma elevada capacidade de desarticulação e mobilidade territorial face ao controlo social, nomeadamente o da polícia. Quanto aos atores sociais, constatámos uma elevada mortalidade entre os indivíduos que protagonizavam o fenómeno na primeira metade dos anos 90 nestes territórios. A análise das suas trajetórias mostrou uma elevada morbilidade (nomeadamente hepatites, cancro, SIDA...), marcando as últimas etapas de vida destes atores. Os nossos resultados sugerem ainda uma relação entre o agravamento do seu estado de saúde e as práticas de risco associadas ao consumo de drogas, em particular a troca de seringas e outros materiais entre utilizadores por via intravenosa. As trajetórias destes sujeitos mostraram-nos também passagens pelos sistemas de tratamento para os problemas relacionados com drogas e pelo sistema prisional que, nalguns casos, intensificaram o seu quadro de vida já precário. Chamamos, por isso, à passagem por estas instituições “experiências de mortificação”.

Palavras-chave: revisitação etnográfica, drogas, territórios psicotrópicos, trabalho de campo; bairros sociais.

Abstract

This dissertation presents an ethnographic revisitation of psychotropic territories and actors located in or around housing estates in the western area of the city of Porto. The first ethnography – which is now revisited – took place in the same locations between 1990 and 1995. As in that initial ethnography, the drugs phenomenon and its protagonists were the main research focus. The guiding questions were the following: what differences and similarities can be found in the ways the drugs phenomenon presents itself in those territories in the two ethnographies? How did the trajectories of some drug actors identified by the first ethnographer evolve through time? What has changed, and what has remained the same, at the eco-social level in the territories covered by both ethnographies?

The fieldwork took place in two stages. First, an exploratory stage, from October 2009 to December 2013. This was developed based on a risk reduction and harm minimization team that serves these territories on a daily basis. The intensive stage took place between December 2014 and March 2018. Throughout this extended period in the field, a number of research methods were used, the most important of which was naturalistic observation (either involving participation or not). Privileged informants were also resorted to (the informant which had accompanied the first ethnographer also accompanied us), in addition to ethnographic interviews, document collection, Go-Along and photography.

The results of this revisitation show that, in the psychotropic territories, the drugs phenomenon remains fairly identical to what the initial ethnography had revealed, both at the sales and consumption levels: there is a significant closure and defensiveness of these territories regarding their surroundings, and a great ability to introduce territorial mobility and disarticulation when confronted with social control, namely the police. Regarding the social actors, we found a high mortality rate among the individuals involved in drug use in these territories in the first half of the 1990's. The analysis of their trajectories revealed high morbidity, namely hepatitis, cancer, AIDS, ... in the final years of their lives. Our results also point to a relationship between the decay of their health and the risk practices associated with drug use, namely exchanging syringes and other materials with other intravenous drug users. These individuals' trajectories included time in the health system for their drug related problems, as well as in prison; in some cases, these experiences intensified their already precarious lives. Thus, we named their passage through these institutions as "mortification experiences".

Keywords: ethnographic revisitation, drugs, psychotropic territories, fieldwork; housing estates.

Resumé

Cette thèse présente une revisitation ethnographique des territoires psychotropiques et des acteurs situés dans ou autour des logements sociaux de la zone ouest de la ville de Porto. La première ethnographie - qui est maintenant revisitée - a eu lieu aux mêmes endroits entre 1990 et 1995. Comme dans cette ethnographie initiale, le phénomène de la drogue et ses protagonistes étaient au centre de la recherche. Les questions directrices étaient les suivantes : quelles différences et similitudes peuvent être trouvées dans la façon dont le phénomène de la drogue se présente dans ces territoires dans les deux ethnographies ? Comment les trajectoires de certains acteurs de la drogue identifiés par le premier ethnographe ont-elles évolué dans le temps ? Qu'est-ce qui a changé et qui est resté le même au niveau éco-social dans les territoires couverts par les deux ethnographies ?

Le travail sur le terrain s'est déroulé en deux étapes. D'abord, une étape exploratoire, d'octobre 2009 à décembre 2013. Cela a été développée sur la base d'une équipe de réduction des risques qui aide quotidiennement ces territoires. La phase intensive a eu lieu entre décembre 2014 et mars 2018. Tout au long de cette période prolongée sur le terrain, un certain nombre de méthodes de recherche ont été utilisées, dont la plus importante était l'observation naturaliste (impliquant ou non la participation). On a également déployé des informateurs privilégiés (l'informateur qui avait accompagné le premier ethnographe nous a également accompagné), en plus des entretiens ethnographiques, de la collecte de documents, de la Go-Along et de la photographie.

Les résultats de cette revisitation montrent que, dans les territoires psychotropiques, le phénomène de la drogue reste assez identique à ce que l'ethnographie initiale avait révélé, tant au niveau des ventes que de la consommation : il y a une fermeture et une attitude défensive importantes de ces territoires par rapport à leur environnement, et une grande capacité à introduire la mobilité territoriale et la désarticulation face au contrôle social, à savoir la police. En ce qui concerne les acteurs sociaux, nous avons constaté un taux de mortalité élevé parmi les individus impliqués dans la consommation de drogues dans ces territoires dans la première moitié des années 90. L'analyse de leurs trajectoires a révélé une morbidité élevée, à savoir hépatite, cancer, sida, ... dans les dernières années de leurs vies. Nos résultats indiquent également une relation entre la détérioration de leur santé et les pratiques de risque associées à la consommation de drogues, à savoir l'échange de seringues et d'autres matériaux avec d'autres utilisateurs de drogues par voie intraveineuse. Les trajectoires de ces personnes comprenaient temps passé dans le système de santé pour leurs problèmes liés à la drogue, ainsi qu'en prison ; dans certains cas, ces expériences ont intensifié la précarité de leurs vies. Ainsi, nous avons appelé leur passage à travers ces institutions comme des «expériences de mortification».

Mots-clés: revisitation ethnographique, drogues, territoires psychotropiques, travail de terrain, logements sociaux.

Agradecimentos

Aos atores da revisitação, em particular ao RS, ao Cenourinha, ao João Flautas, ao
Rasi e ao Lagarto,
Porque sem eles este trabalho seria impossível.

Ao Prof. Luís Fernandes,
Pela exímia orientação científica e, sobretudo, pela amizade.

Aos meus pais e avó,
Pela compreensão e apoio nos momentos difíceis.

À minha mulher,
Por ter acreditado em mim e no meu trabalho.

À minha filha,
Simplesmente porque é o eterno amor da minha vida.

Índice

Introdução	12
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	18
1. EDIFÍCIOS DISCURSIVOS SOBRE O FENÓMENO DROGA.....	19
1.1. O Edifício jurídico-penal	19
1.2. O Edifício médico-psicológico.....	23
1.3. O Edifício da diferença.....	27
1.3.1. Toxicómano: um doente que rejeita a doença	29
1.3.2. Velhos consumos de velhas drogas.....	32
1.3.3. Novos consumos de velhas e novas drogas	37
1.3.4. Da abstinência à gestão do risco: a redução de riscos e minimização de danos.....	41
2. ETNOGRAFIAS URBANAS DAS DROGAS.....	47
2.1. Na América do Norte, Central e do Sul.....	48
2.2. Na Europa.....	63
2.3. Em África	69
2.4. Na Ásia.....	72
2.5. Na Oceania.....	76
2.6. Etnografias urbanas das drogas: o que as une e as separa.....	80
II – MÉTODO	89
1. FASE EXPLORATÓRIA: UM PSICÓLOGO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS	90
2. FASE INTENSIVA: UM ETNÓGRAFO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS	94
2.1. Os informantes privilegiados principais: o RS, o Rasi e o Lagarto	96

2.2. O “Estar no terreno”, o “ser-se nativo” e o “tornar-se nativo”	100
2.3. A diversificação metodológica	104
2.4. No meio do “triângulo das bermudas” - O Gabinete como plataforma física para “tornar-se nativo”	105
2.5. O etnógrafo urbano e o “abrir-se à Cidade”	106
2.6. As técnicas de recolha e análise de dados.....	111
2.7. Os diários de campo: leituras cruzadas no espaço de 20 anos	114
2.8. Revisitações etnográficas: quem as fez, onde as fizeram e como as fizeram?	117
 3. DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DO ETNÓGRAFO EM TRABALHO DE CAMPO.....	125
3.1. Dimensão afetiva – O “efeito atrator” para os territórios psicotrópicos	126
3.2. Dimensão cognitiva – a importância da memória e da atenção do etnógrafo.....	127
3.3. Dimensão onírica – em busca da “atenção sonhadora”	130
 III – RESULTADOS ETNOGRÁFICOS.....	137
 1. A ZONA, OS BAIRROS SOCIAIS E OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS	138
1.1. A zona – alguns elementos caracterizadores	139
1.1.1. Do contraste ao fechamento – “Lordelo do Ouro (...) é um «caldo» social”	142
1.1.2. A convivência na zona – “Os que são das moedas e os que são das notas”	149
1.1.3. Das Fábricas aos Bancos e Seguros – “Lordelo era nessa altura um dos pulmões industriais do Porto”	153
1.2. Os bairros sociais de Lordelo do Ouro	159
1.2.1 Alguns dados sociodemográficos	160
1.3. O bairro da Pasteleira Velha.....	161
1.3.1. Alguns dados sociodemográficos.....	161

1.3.2. A experiência etnográfica na Pasteleira Velha	162
1.3.3. O território psicotrópico da Pasteleira Velha	166
1.4. O Pinheiro Torres (PT)	174
1.4.1. Alguns dados sociodemográficos	174
1.4.2. A experiência etnográfica no PT	177
1.4.3. O território psicotrópico do PT	176
1.5. O Aleixo	185
1.5.1. Alterações físicas e ambientais	185
1.5.2. Alguns dados sociodemográficos	186
1.5.3. A experiência etnográfica no Aleixo	187
1.5.4. O território psicotrópico do Aleixo	190
1.6. Diferenças e semelhanças entre territórios psicotrópicos	203
1.6.1. Mobilidade e resistência dos territórios psicotrópicos	203
1.6.2. Territórios psicotrópicos leves e duros	205
1.6.3. A Fase das Bases – “Dantes um gajo dava um chuto e até ouvia sininhos tal era a potência”	207
2. OS ATORES DA REVISITAÇÃO	211
2.1. Os “Cinco violinos”	212
2.1.1. O RS	213
2.1.2. O Beterraba	222
2.1.3. O Rolling	231
2.1.4. O Cartoon	237
2.1.5. O Alicate	238
2.2. Os que iam “tocando umas sinfonias”	240
2.2.1. O Cenourinha	240
2.2.2. O Pencas	249
2.2.3. O Rasteiro	254
2.3. O Grupo de Lordelo	259

2.3.1. O Lagarto.....	259
2.3.2. O João Flautas	264
2.3.3. O Anãozinho do Ouro	268
2.3.4. O Quim Riscos	273
2.4. O Grupo do Rainha	274
2.4.1. O Zé Flecha	275
2.4.2. O Manel Vasinho	279
2.5. O que revelam as resenhas biográficas dos atores da revisitação?	288
2.5.1. As drogas – os químicos que matam ou os “químicos que conservam”?	289
2.5.2. Entre o Tratar e o Punir	290
2.5.2.1. Os tratamentos - "Vim de robe pela Antunes Guimarães abaixo".....	290
2.5.2.2. A prisão - "Entrou para lá com os olhos fechados e saiu de lá com os olhos abertos".....	291
2.5.3. Ir além da morte: as experiências de mortificação.....	292
 3. CONSUMOS DE DROGAS NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS.....	294
3.1. Drogas duras vs Drogas leves - a diferença entre o "saíres de ti" e o "não saíres de ti" (RS)	295
3.1.1. "As drogas duras levam-te à cegueira" (FZM)	295
3.1.2. "A toxicodependências não é isso de tu fumares um charrinho" (GB).....	299
3.1.3. Drogas duras - os que picam e os que fumam: "Não é discriminar ninguém, é olhar pela nossa saúde" (IF)	301
3.2. Consumir drogas nos territórios psicotrópicos	303
3.2.1. "Tens de aprender (...) a gerir os teus atos" (Pencas)	303
3.2.2. "Tudo corre bem quando ninguém dá por nada" (MLF)	305

3.2.3. "A droga de hoje está melhor do que a de ontem" (FS)	306
3.2.4. "Vens stressado, ansioso e depois não bate tanto" (NT)	310
3.2.5. "Vais para a guerra: ou matas ou morres" (GB)	311
3.3. A dependência além do químico	314
3.3.1. Breves notas sobre a experiência adictiva - "marcou-me o sítio, o local e a sensação" (RS)	315
3.3.2. A dependência de lugar - "Parece que tenho ressaca deste lugar" (FC).....	316
3.3.3. Ressacar drogas ou o "estar viciado na prata" ou "no caneco"?	319
3.3.4. Ressacar drogas ou o "estar viciado na agulha"?	320
3.4. O que revelam os consumos de drogas nos territórios psicotrópicos	321
3.4.1. "A droga não é toda igual, é totalmente diferente" (Rasteiro)	321
3.4.2. O consumidor de drogas é um ator social	322
3.4.3. A estabilidade do <i>junkie</i> nos territórios psicotrópicos	324
IV- CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS.....	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	335
ANEXOS	362

“Um gajo não curte as drogas por curtir. Elas ficam a fazer parte de nós, da nossa personalidade, da nossa vida. Como se fosse um hábito que um gajo cria. Quando nos tiram as drogas, parte de nós vai com elas, podes acreditar nisto que é verdade, Simão.”
(Espanhol, ex-consumidor de drogas duras, 65 anos).

Introdução

Este trabalho é uma revisitação etnográfica de uma etnografia realizada na primeira metade dos anos 90 (Fernandes, 1997)¹ e tem no centro da sua prática investigativa alguns territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto – em particular os que se situam no bairro do Aleixo, Pinheiro Torres e Pasteleira. Foca-se na expressão urbana do fenómeno droga nesses espaços e nalguns dos seus principais protagonistas. Na secção metodológica dedicaremos todo um capítulo para a apresentação de algumas revisitações etnográficas realizadas durante o século XX, onde mostraremos as múltiplas modalidades e formas que estas podem assumir. De momento dizemos apenas que uma revisitação se define pela caracterização de uma determinada realidade sociocultural que foi previamente estudada procurando as aproximações e distâncias relativamente à pesquisa inicial (Burawoy, 2003; Cunha, 2014). Tanto pode ser realizada pelo mesmo etnógrafo, que assim regressa aos contextos onde esteve no passado, como por outro investigador. A nossa revisitação inscreve-se nesta segunda modalidade apesar de contemplar aspetos da primeira pois o primeiro etnógrafo acompanhou todo o nosso trabalho de campo, desde logo na qualidade de orientador dos trabalhos de doutoramento. Pelo facto de nos focarmos nos aspetos analisados na etnografia inicial a nossa pesquisa define-se como uma *revisitação focada* (Burawoy, 2003).

O trabalho de campo da revisitação situou-se entre dezembro de 2014 e março de 2018. Entre esse período tivemos momentos de considerável imersão nos territórios e momentos de maior afastamento dos mesmos parecendo-nos, por vezes, que a pesquisa tinha terminado. Num artigo anterior, destacamos que num trabalho etnográfico “há idas e vindas entre a unidade de estudo e outros contextos de vida do investigador, há momentos de grande imersão e momentos em que chega a parecer que o trabalho esmoreceu.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 313).

Os objetivos da revisitação situaram-se, sobretudo, em dois planos: - dos territórios, comparando a expressão urbana do fenómeno droga nestes espaços entre o período que separa as duas etnografias: - dos atores, caracterizando a evolução das trajetórias de vida de alguns indivíduos que protagonizavam o fenómeno droga no início dos anos 90 nos territórios considerados. Dissemos sobre esses objetivos o seguinte num trabalho anterior: “Cartografar mudanças sociais numa “periferia degradada”, inventariar permanências e alterações numa zona que, em 20 anos, conheceu vicissitudes como a construção de mais um bairro social, que é agora visto como o novo foco problemático, a demolição ainda incompleta de um outro – o mediático bairro do Aleixo – com o álibi da “guerra aos traficantes de droga”, o início da intervenção comunitária sistemática com populações vulneráveis e grupos estigmatizados, mas também na atenção às trajetórias de atores que conhecemos na investigação inicial, caracterizando as etapas e

¹ Ao longo do trabalho, chamaremos de “primeira etnografia” ou “etnografia inicial” ao trabalho realizado por Luís Fernandes no início dos anos 90 e de “segunda etnografia” ou “revisitação” ao trabalho que agora apresentamos.

consequências das suas “carreiras nas drogas” – ou procurando o nexo à biografização, quer dizer, à expressão nas existências individuais das condições ecossociais da vida nos territórios psicotrópicos” (Mata & Fernandes, 2018, p. 313).

As revisitações etnográficas realizam-se tanto por razões de ordem pessoal como científicas. Quanto a estas últimas, falamos de aspetos relacionados com o desenvolvimento do método e teoria em ciências sociais e humanas. Como veremos no capítulo metodológico, elas tanto podem ser complementares da etnografia inicial, atualizando assim os achados de terreno da mesma, ou críticas quando confrontam as conclusões do primeiro trabalho, mas em ambas as situações “não há lugar para o imutável ou o cristalizado” (Mata & Fernandes, 2018, p. 312) sendo, em certa medida, dessacralizações daquilo que julgávamos adquirido no momento da etnografia inicial. De acordo com Cunha (2014, p. 405): “(...) a revisitação permite não só aprofundar a produção de dados, mas sobretudo seguir continuidades e mudanças, captar processos.” Em resumo, as revisitações destacam tanto permanências como mudanças num determinado contexto e num certo período temporal. No que à nossa pesquisa diz respeito, tanto destacaremos dimensões sobre o fenómeno droga que, até certo ponto, se mostraram cristalizadas no espaço de 20 anos como também aspetos que se alteraram com o passar dos anos.

O conceito de “território psicotrópico” (Fernandes, 1993, 1997, 1998/2002; Fernandes & Pinto, 2004) foi para nós articulador na leitura e interpretação analítica dos nossos achados de terreno. Fernandes (1997, p. 337) define-o como “um atrator de indivíduos com interesse comum num estilo de vida em que as drogas desempenham papel significativo – seria um concentrador, matriz espacial de uma subcultura *junkie* de rua”. Mais tarde, Fernandes e Pinto (2004, p. 148) propuseram uma definição mais abrangente, colocando o referido conceito no âmbito dos “cenários de conduta” desenvolvido na psicologia ambiental e que: “(...) tiene como función importante clarificar los papeles y las expectativas de los actores en presencia, a través del interconocimiento de su repertorio comportamental. El escenario de conducta concibe a los individuos como anónimos y equipotenciales, no dependiendo para su funcionamiento de algún actor en concreto, lo cual explica su resistencia a las embestidas del control social”. Este conceito tem sido usado por outros autores que investigaram o fenómeno droga em contexto urbano, nomeadamente por Vasconcelos (2003) para a cidade de Lisboa; Romani, Terrile e Zino (2003) para os territórios psicotrópicos de Barcelona; Rashid (2004) e Kokoreff (2000) para os da cidade de Paris; Mazyar Ghiabi (2018) para os territórios das drogas da cidade de Teerão; Luciane Raupp e Rubens Adorno para caracterizar as cracolândias em São Paulo (Raupp & Adorno, 2010) e Porto Alegre (Raupp & Adorno, 2015); Ainda no contexto brasileiro, Medeiros (2019) para a cidade de Belo Horizonte; e, finalmente,

Bialakowsky, Reynals, Zagami, Crudi, Costa e Haimovicf (2004) para a cidade argentina de Buenos Aires².

Alguns destes territórios situam-se no interior ou nas imediações das “periferias desqualificadas”. Num trabalho anterior (Fernandes & Mata, 2015), tendo por base uma revisão bibliográfica sobre o tema, definimo-las assim: “A “periferia desqualificada” é, assim, de grande importância no jogo simbólico centro/margem, com todos os elementos que este jogo mobiliza em torno das definições de normalidade da vida social e do papel que devem jogar as instâncias que visam assegurá-la” (p.5). Assim, o termo “periferia” suscita-nos um afastamento em relação a um centro, mas essa distância pode ser muito pouco de ordem geográfica ou física sendo, sobretudo, de ordem simbólica: “(...) a periferia seria caracterizada por qualquer coisa que, sendo da ordem do urbano, relevaria simultaneamente da sua perda. Não indicando distância, indicaria ausência – desde logo, de recursos materiais, posto que constituída maioritariamente por populações economicamente desfavorecidas” (Fernandes & Mata, 2015, p. 5).

Foi precisamente nalgumas “periferias desqualificadas” da zona ocidental do Porto, nomeadamente no Aleixo e Pinheiro Torres, que atuamos como profissionais de redução de riscos e minimização de danos, através de uma equipa de rua que aí fazia o seu trabalho³. Essa nossa experiência interventiva realizou-se entre outubro de 2009 e dezembro de 2013, onde além da função técnica esboçamos também, nesse contexto, um primeiro olhar etnográfico sobre o fenómeno droga, os territórios e os atores das drogas envolvidos. Esse período correspondeu, por isso, à fase exploratória da pesquisa e os seus principais resultados encontram-se publicados em Mata & Fernandes (2016). Dissemos sobre esse trabalho interventivo o seguinte: “(...) o trabalho interventivo numa equipa de redução de danos marcou a forma como interagimos, de início, com os atores sociais nos territórios considerados. Foi portanto o nosso papel enquanto profissionais da intervenção que permitiu uma aproximação que possibilitaria, progressivamente, a adoção da postura etnográfica” (Mata & Fernandes, 2019, p. 199).

Essa postura etnográfica veio a intensificar-se um ano depois de ter terminado a fase exploratória, ou seja, em dezembro de 2014, correspondendo ao início da revisitação que atrás demos conta. Nesta fase não estávamos já inseridos na equipa de rua e as incursões no terreno foram mais prolongadas, intensivas e, sobretudo, mais dirigidas em função dos objetivos que estabelecemos para o trabalho. Quanto a este último aspeto, grande parte do nosso trabalho de campo passou por identificar, localizar e reencontrar os atores caracterizados na etnografia inicial,

² Remetemos para Fernandes (1997), em particular para a Parte B e para o subcapítulo *Territórios, Territorialidade, Apropriação* uma análise detalhada e aprofundada acerca da noção de “território” em moldes muito semelhantes aos que usamos no nosso trabalho.

³ Trata-se da equipa do Rotas com Vida da Associação Norte Vida e ainda faz trabalho de rua nalguns territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto.

estabelecendo alguns marcos biográficos das suas trajetórias, com particular destaque para o período entre as duas investigações.

O primeiro ator a ser recontactado foi o informante privilegiado principal da etnografia de Luís Fernandes, o RS⁴. Na altura da primeira etnografia, este ator tinha 32 anos e tinha saído há poucos meses de um estabelecimento prisional. Quando o recontactamos, em dezembro de 2014, o RS tinha 59 anos e habitava no mesmo bairro, apesar de noutro bloco habitacional. Apresentaremos, na parte monográfica, os principais marcos da sua trajetória de vida e, concretamente, a evolução da sua trajetória no pós-etnografia inicial. Mas se o chamamos agora para fase introdutória do trabalho foi para mostrarmos que a sua apresentação pelo primeiro etnógrafo foi para nós crucial não só para o início da revisitação como durante toda a fase intensiva. Tal como referimos num trabalho anterior: “Num dia de dezembro de 2014, o RS respondia à nossa chamada e comparecia pontualmente na sede da associação desportiva e recreativa do bairro. O informante privilegiado principal da etnografia inicial servia assim à passagem de testemunho, do primeiro investigador ao que agora chegava ao terreno, para realizar a revisitação.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 314).

A passagem de testemunho estava feita. Cabia-nos agora terminar a segunda parte da corrida de estafetas iniciada no início dos anos 90 com Luís Fernandes.

O presente trabalho está organizado em três partes. Na parte I exporemos o Enquadramento Teórico; na parte II constarão os aspetos metodológicos da nossa investigação; e, finalmente, na parte III apresentaremos os nossos achados etnográficos. A tese terminará com um capítulo de Conclusões e Reflexões Finais.

O Enquadramento Teórico divide-se em dois capítulos. O primeiro intitula-se *Edifícios Discursivos sobre o Fenómeno Droga* onde sistematizamos três construções teórico-discursivas sobre o fenómeno droga, a saber: o edifício jurídico-penal, o edifício médico-psicológico e o edifício da diferença. O segundo capítulo intitula-se *Etnografias Urbanas das Drogas*, onde serão apresentadas algumas etnografias realizadas em diferentes continentes. Todos estes trabalhos tiveram como objeto de estudo o fenómeno droga em contexto urbano e seus protagonistas. Após a apresentação dessas etnografias, reservamos um subcapítulo final intitulado *Etnografias urbanas das drogas: o que as une e as separa?* para, justamente, destacar os aspetos comuns entre esses trabalhos bem como as suas especificidades.

⁴ Manteremos, para este ator, o mesmo nome com que ficou designado desde a etnografia inicial.

Na Parte II destacamos os aspetos metodológicos da nossa revisitação etnográfica. Dividimo-la em três capítulos. O primeiro intitula-se *Fase exploratória: um psicólogo nos territórios psicotrópicos* e sintetiza os principais aspetos metodológicos da fase exploratória. O segundo designa-se *Fase intensiva: um etnógrafo nos territórios psicotrópicos* onde exporemos os aspetos metodológicos que se relacionam diretamente com a nossa revisitação, nomeadamente as técnicas de recolha de dados, o tipo de material etnográfico recolhido e o tipo de análise de dados que foi realizada. Apresentaremos ainda os aspetos relacionais e técnicos do trabalho de campo, na mesma senda do que já realizámos num trabalho passado (Mata & Fernandes, 2018). O terceiro capítulo intitula-se *Dimensões psicológicas do etnógrafo em trabalho de campo* onde evidenciaremos algumas das nossas dimensões psicológicas antes, durante e após o trabalho de terreno, nomeadamente um conjunto de adaptações percetivas/cognitivas e afetivas aos territórios e aos atores. Neste capítulo destacaremos também o aparecimento de uma dimensão onírica considerável sobre os atores e os contextos em análise.

Os resultados etnográficos constituirão a Parte III da tese. Destacaremos aqui três capítulos: o primeiro intitula-se *A zona, os bairros sociais e os territórios psicotrópicos* e falaremos acerca da Zona onde realizamos a pesquisa, seguida de uma breve descrição etnográfica e sociológica dos bairros onde estivemos e, por fim, apresentaremos a caracterização etnográfica dos territórios psicotrópicos que existem no interior de alguns deles. Como se depreende pela organização deste capítulo, a apresentação dos nossos resultados será feita do geral (a zona) para o particular (os territórios psicotrópicos) passando por um nível de análise intermédio (os bairros sociais). Esta forma de apresentação assemelhou-se a uma lente de uma câmara fotográfica: começamos com um nível de *zoom* baixo (*zoom out*) de modo a abrangermos um campo observacional mais alargado sobre o nosso objeto, focamos mais um pouco a lente para descrevermos alguns bairros da zona ocidental e, por fim, com um nível de *zoom* próximo do máximo (*zoom in*), faremos a caracterização etnográfica de alguns territórios psicotrópicos.

O segundo capítulo desta Parte III intitula-se *Os atores da revisitação*. Aqui, apresentaremos alguns elementos biográficos de vários sujeitos que assumiram protagonismo ao nível do fenómeno droga na altura da etnografia inicial. Destacam-se três grupos: - grupo do bairro da Pasteleira Velha (o *Grupo dos “Cinco Violinos”*⁵); - grupo do bairro do Aleixo (o *Grupo de Lordelo*); - e outro grupo que, sendo do bairro da Pasteleira Velha, não pertenciam ao primeiro mas cujos atores iam - recorrendo aos termos do RS... - *tocando umas sinfonias* com eles. Chamamos-lhe, por isso, simplesmente, como o Grupo dos que *lam Tocando umas Sinfonias*. Terminaremos este capítulo referente aos atores com uma tentativa de evidenciar os aspetos comuns e, portanto, estruturantes das diferentes trajetórias apresentadas.

⁵ Nome dado pelos nativos a este grupo de indivíduos.

O terceiro e último capítulo da Parte III intitula-se *Consumos de drogas nos territórios psicotrópicos*. A questão que está subjacente a este capítulo e que atravessou a sua construção foi a seguinte: que drogas, que atores e de que forma se consomem drogas nestes territórios? Destaca-se, neste capítulo, aquilo a que designámos como *dependência além do químico*, para nos referirmos a um conjunto de dados empíricos que nos levaram a concluir que o contexto, as companhias antes, durante e após os consumos bem como outros fatores “extra-substância” são elementos estruturantes para a compreensão da conduta aditiva dos atores contactados. Faremos ainda, à semelhança do que fizemos para os outros dois capítulos, um exercício de distância face ao que apresentamos na tentativa de criar sínteses conclusivas sobre os resultados apresentados.

A tese terminará com um capítulo de Conclusões e Reflexões Finais onde, tendo por base as principais conclusões a que chegamos com este trabalho, realizamos uma análise mais livre em torno das temáticas aqui tratadas.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. EDIFÍCIOS DISCURSIVOS SOBRE O FENÓMENO DROGA

A nossa experiência quotidiana traz consigo inúmeros exemplos que permitem perceber que todos os agentes sociais (ou praticamente todos...) têm uma palavra a dizer sobre as drogas, o “drogado” ou o vício. Trata-se de noções que assumem uma considerável transversalidade discursiva: tanto encontramos cientistas que estudam o fenómeno e que, por isso, nos falam, com os seus argumentos de autoridade técnica e científica⁶ sobre as drogas e os seus utilizadores, como encontrámos também o empregado de mesa de um café que, não estudando o fenómeno, pelo menos de forma rigorosa e sistemática, não deixa de ter sobre ele as suas impressões falando, por isso, sobre o mesmo. Acompanhamos, por isso, Fernandes (2011, p. 39) quando refere que o fenómeno droga é um lugar de cruzamentos em que as drogas são “(...) reveladoras do modo como problematizamos aspectos centrais da existência, como o prazer, a doença e os “problemas sociais”. E o que nelas se cruza são concepções do que é o “vício”, o “abuso”, a “perversão”, a “doença”, o “crime”, a “degradação”, a “desordem social””. Por conseguinte, os assuntos que se relacionam com as drogas e os seus atores não são objetos neutros: deles emana uma certa visão sobre o que deve ser o Mundo, a forma como nos devemos organizar em sociedade ou o modo como devemos agir perante os problemas sociais emergentes. Medeiros (2010, p. 165) refere a este respeito que: “As drogas ilícitas e, de maneira especial, o *crack* têm-se tornado assunto central nas distintas rodas de conversa dos diferentes segmentos sociais, nos variados veículos de comunicação de massa, nos centros de pesquisa e tratamento”.

A revisão bibliográfica que realizamos sobre o nosso objeto permitiu-nos agrupar a produção científica e académica em três grandes conjuntos: uns estudos são de natureza jurídico-penal, outros de índole médico-psicológica e outros assentam na afirmação do direito ao consumo, muito devido ao trabalho associativo dos movimentos de consumidores de drogas que defendem esse direito bem como o respeito pela dignidade e cidadania dos seus utilizadores. Chamamos, a estas três categorias de trabalhos de Edifício jurídico-penal, edifício médico-psicológico e edifício da diferença. É sobre este último que nos debruçaremos mais em pormenor, pois é aquele que encontra maior ligação com os nossos empíricos.

1.1. O Edifício jurídico-penal

⁶ Agra (2000) considera que esta autoridade técnica e científica está ao serviço de uma mensagem social implícita que aponta para uma vida livre de drogas seja no plano societal seja no individual: “Os contextos terapêuticos acabam por ser o meio que mais facilmente procurará fazer passar a mensagem aos utilizadores de drogas através do contacto directo, com “autoridade técnica” e “científica”” (Agra, 2000, p. 68).

O movimento proibirista expandiu-se em particular ao longo de todo o século XX em moldes que ainda hoje se fazem sentir um pouco por toda a parte. Desde o início do século até ao momento presente, o mundo ocidental tem assistido a uma construção narrativa sobre o fenómeno droga enquanto um “foco irradiador de problemas” (Fernandes, 2015, p.53) tendo os Estados Unidos da América (EUA) um papel importante na construção e disseminação desse discurso proibicionista, procurando estendê-lo para os restantes países do mundo ocidental (Cruz, 2014).

Nesse sentido, a questão colocada por Thomas Szasz (1992) assume particular pertinência: “¿por qué el uso de esas antiguas drogas se ha convertido en un asunto de especial interés social y político sólo en el siglo XX, y por qué especialmente en Estados Unidos?” (p.108). Apesar da questão do autor se situar no século XX, os dois séculos precedentes foram períodos de importantes mudanças económico-sociais nas sociedades ocidentais que contribuíram para um outro olhar sobre um fenómeno que, até aí, permanecia inscrito com relativa segurança no quotidiano das sociedades tradicionais (Escohotado, 1989/1998; Fernandes, 1998; Romani, 2003). A organização socioeconómica do século XIX trouxe consigo a necessidade de disciplinar os corpos, de docilizar os costumes e de controlar, por via das disciplinas científicas, os sujeitos indesejáveis (Foucault, 1975). Em suma, os processos de modernização em curso trouxeram a necessidade de normalizar a vida social passando, a nível económico, pela produção e o consumo de produtos, e a nível ideológico, por um consenso generalizado em torno de valores sociais básicos tidos como civilizados e contrários à barbárie. De acordo com Romani (1999, p. 86) é por esta altura que se cria e consolida “(...) ideas acerca del «futuro» de la sociedad, de la «naturalidad» de cierto tipo de jerarquización social, de aquello que es propio e impropio, sano e insano y, por lo tanto, bueno o malo, etc., etc.”.

De acordo com Escohotado (1989/1998, p. 453): “Por lo que respecta a los apoyos extragremiales, ninguno podía compararse en fuerza al movimiento prohibicionista. Dividido durante el signo XIX en multitude de sectas no sempre coordenadas al nível de la acción, puede decirse que a partir de 1900 esta actitud accede a su plena autoconsciência”. Ainda de acordo com o autor, o objetivo das entidades políticas e sócio-sanitárias ao longo do século XX foi o de perseguir tudo o que constituísse um “apetite antinatural”, onde o desejo do consumo de drogas estava englobado. No mesmo sentido, Poiares (1998) refere que o principal objetivo dos pressupostos proibicionistas era vacinar, ainda que simbolicamente, o corpo social, com vista à imunização do mesmo face aos perigos da droga⁷ e Maia Costa (2017, p. 162) diz-nos a este respeito que: “Esta exacerbação do modelo proibicionista ocorreu, porém, numa época em que a sua eficácia e a sua justiça vinham já a ser questionadas, e mesmo contestadas, um pouco por todo o lado, quer por

⁷ Mas o autor deixava já antever algumas consequências dessa vacinação em certos grupos do corpo social: “(...) porém, em corpos já adoecidos, a vacina poderá não produzir quaisquer efeitos positivos e, nalguns casos, acabará por ser contraproducente” (Poiares, 1998, p. 63).

razões de princípio, quer por razões pragmáticas”. Ou seja, à medida que o Edifício jurídico-penal das drogas se foi erigindo, os consumos de drogas em condições degradantes e dramáticas para a saúde dos consumidores e as comunidades iam-se avolumando em várias cidades mundiais.

Segundo Vale, Filho e Costa (2017), no século XX, o Estado procurou controlar as drogas através de duas estratégias principais: por um lado, a disseminação do medo através de discursos proibicionistas que alimentavam no imaginário coletivo a ideia do potencial desagregador e destruidor das substâncias quer para o indivíduo quer para a sociedade e, por outro lado, assumindo a regulamentação, produção e distribuição de algumas drogas. A relação do Estado com as substâncias foi, por isso, marcada, desde cedo, pela ambiguidade: uma parte que as demonizou e outra que as integrou nas suas práticas disciplinares. Contudo, quando o Estado, por via da Medicina, foi apropriando e controlando as drogas, estas foram usadas para potenciar a Ordem produtiva emergente, tal como destaca devidamente Vale et al. (2017, p. 37): “Os conhecimentos produzidos sobre as drogas engrenavam ações de controle do Estado sobre a dinâmica da vida, o enigma do sexo e a potência do corpo, sendo, sobretudo, responsável por operacionalizar uma mecânica do poder repressor e modelador das experiências singulares”.

Face aos processos de modernização em curso, as drogas constituíram-se como a “pedra na engrenagem” face à ordem característica do capitalismo industrial, o ruído da máquina que carecia de afinação. Esta situação criou as condições para leituras reducionistas sobre um fenómeno que se revelava, na sua essência, complexo. É nesse sentido que Sergio Trad (2010, p. 18) compara o discurso em torno das drogas na sociedade industrial com um modelo “contagionista”, onde a compreensão dos fenómenos relacionados com as drogas visava, sobretudo, “(...) impedir o contato entre o agente (a droga) e o hospedeiro (indivíduo), através da repressão ao uso de drogas consideradas ilegais”. O consumo de drogas estava, nesta altura, associado à delinquência, à errância e à desorganização social pelo que atuar na prevenção do consumo seria uma forma de controlar estes “desvios sociais”.

No plano internacional, as drogas têm sido também o veículo para amplificar as relações já de si assimétricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre ricos e pobres. As drogas constituem-se como veículos/instrumentos para a dominação política e económica das grandes potências mundiais face aos países produtores, diabolizando-se as drogas dos países colonizados face às drogas dos colonizadores. Acompanhamos Szasz (1992) quando a este respeito refere: “Mantengo que tanto el abuso de drogas como la Guerra contra las Drogas son modos transitórios, pretextos para la creación de desviados que actúan como chivos expiatorios, y para el fortalecimiento del estado” (p.111). Ainda de acordo com o autor, a função principal dos “chivos expiatorios” na questão das drogas tem servido para alimentar um discurso em torno da

perigosidade das mesmas bem como dos grupos que as utilizam, com consequências na forma como olhamos e controlamos os referidos grupos sociais.

No que ao ópio e seus derivados diz respeito, por exemplo, a proibição destes produtos não pode ser dissociada da vaga migratória da população chinesa para os EUA durante o século XIX e início do XX, nomeadamente para o Oeste, para trabalhar nos caminhos-de-ferro deste país. Nestes migrantes, o ópio revelava-se como fonte de resistência face à violência do trabalho aí realizado. Por outro lado, a demonização dos EUA face à marijuana e à cocaína não pode ser dissociada da migração de vários povos do centro e do sul da América que trouxeram, para solo norte-americano, drogas que eram consideradas até aí como exóticas. Nesse sentido, Poiares (1998, p. 58) refere que: “(...) o intento proibicionista visaria não só a promoção da saúde pública, mas também a estigmatização de grupos étnicos, comportando ideias próximas da xenofobia”. Assim, a fabricação discursiva em torno dos “malefícios da droga” foi transformando as substâncias em “objetos tabú” das sociedades, convocando todos, nomeadamente os políticos, para um compromisso que deveria ser global - a *War on drugs*⁸: “En la Guerra contra las Drogas los grandes temas del tabú, la creación de chivos expiatorios y la redención – tradicionalmente religiosos, hoy médicos – se recombina y surgen en una moderna pseudoterapéutica” (Szasz, 1992, p. 114). E, tal como refere Karam (2005), como em qualquer guerra, ela realiza-se essencialmente contra pessoas...

Foi, portanto, ao longo do século XX, que se realizaram uma série de conferências para discutir o ordenamento jurídico das drogas⁹. Os EUA assumiram, desde essa altura, um papel de destaque na preparação e condução de vários Convénios proibicionistas, daí que a sua “preocupação” com a questão das drogas mascarasse, ao mesmo tempo, a sua tendência para a hegemonia política, económica e cultural em pontos estratégicos do planeta (Barbosa, 2006; Quintas, 2011; Romaní, 2003). De acordo com Labrousse (2004, p. 174): “Las grandes potencias como los Estados Unidos sospeitan la lucha contra la droga a sus intereses geopolíticos, como se dio en los casos de Indochina y América Central en el pasado y se da hoy en Afganistán”. Fiore (2012) destaca alguns fatores que conduziram à expansão do proibicionismo ao longo do século XX, dos quais se destacam a radicalização política do puritarismo estaduniense, a monopolização das drogas pela indústria médico-farmacêutica e o movimento de defesa social face à “desordem urbana” associada ao consumo de drogas. No mesmo sentido, Rosa (2012, p. 189) afirma que: “(...) o surgimento das primeiras políticas proibicionistas ocorreu de forma mais intensa no momento em que o consumo de drogas passou a ser reconhecido pela comunidade médica como algo perigoso à saúde humana”. Não é por acaso que, nas primeiras décadas do século XX e, em particular, nas

⁸ Esta expressão foi cunhada por Ronald Reagan em 1982 enquanto presidente dos Estados Unidos, chamando a atenção para a necessidade de controlo das drogas como forma de preservar a Segurança Nacional (Perfeito, 2018). Outros autores (e.g. Garland, 2017) consideram que o termo surgiu mais cedo na vida política norte-americana, nomeadamente nos anos 70 do século XX com o presidente Richard Nixon.

⁹ Para uma análise detalhada sobre as datas e sínteses conclusivas dessas Conferências/Convénios, ver Eschotado (1989/1998), Fiore (2012), Maia Costa (2017) e Poiares (1998).

décadas de 20 e 30, onde o proibicionismo ganhou maior expressão através de regulamentos, leis e convênios, proliferou, em paralelo, um discurso médico onde se afirmavam os malefícios das drogas para as comunidades. É sobre esse discurso médico que falaremos já de seguida.

1.2. O Edifício médico-psicológico

No subcapítulo anterior mostramos como durante todo o século XX se construiu um discurso proibicionista sobre as drogas. Esse discurso teve por base um conjunto de mudanças sócioeconómicas relacionadas com o capitalismo industrial, em plena expansão durante o século XIX, e que conduziu a um estado de alerta generalizado sobre tudo o que constituísse uma ameaça à ordem e ao progresso socioeconómico. De acordo com Pratta e Santos (2009, p. 206): “Esse desenvolvimento tecnológico e científico embasado no modo de produção capitalista vigente no final do século XIX pode ser caracterizado como um dos pontos que contribuíram para a tendência à especialização médica que teve seu apogeu no século XX”. As drogas foram, assim, convertidas em instrumentos ao serviço da produtividade capitalista e a sua utilização médica teve como finalidade a adaptação dos indivíduos à ordem social emergente (Fernandes, 1998). Assim, ao mesmo tempo em que essa nova ordem económico-social prosperava, expandiu-se também, em particular na segunda metade do século XIX, o cientificismo médico, aprofundando, nomeadamente, o conhecimento farmacológico de algumas substâncias e a descoberta do princípio ativo de muitas delas, nomeadamente a morfina em 1806, a codeína em 1832, a atropina em 1833, a cocaína em 1860, a heroína em 1885, a mescalina em 1896 e os barbitúricos em 1903 (Escohotado, 1989/1998; Pratta & Santos, 2009)¹⁰. Essas descobertas permitiram o tratamento de algumas doenças físicas, nomeadamente a neurastenia e as debilidades em geral. A Cocaína foi sintetizada pela primeira vez em 1860, passando a ser bastante usada, nessa altura, pela comunidade médica, enquanto substituto da heroína uma vez que causava menos dependência relativamente aos opiáceos. É também no século XIX que o láudano, um composto de álcool e ópio, se constituía enquanto substância médica de eleição para o tratamento de várias patologias, nomeadamente pelas suas propriedades analgésicas (Trad, 2010)¹¹.

¹⁰ O fabrico e expansão do medicamento levou à necessidade de escoar esses produtos daí que se assistiu, nesta altura, a uma publicidade constante sobre os produtos farmacêuticos, considerando-os milagrosos no tratamento de várias doenças. De acordo com Romani (1999, p. 43): “Se va aprendiendo que el medicamento hace milagros, en un discurso que assimila la curación a lá conversión, siguiendo el modelo de las vidas de santos de la época bizantina (véase Goulet, 1987; Comelles, 1994a).”

¹¹ Foi também em pleno século XIX, concretamente 1850, que o médico sueco Magnus Huss descreveu os quadros clínicos relacionados com o “alcoolismo crónico”, considerando-os como enfermidades (Trad, 2010). Na segunda metade do século XVIII, o médico norte-americano Benjamin Rush estabeleceu os quatro princípios básicos para a compreensão da “embriaguez crónica”, a saber: 1) o agente causal é o álcool; 2) o alcoólico não consegue controlar o ator de beber; 3) o alcoólico é alguém que sofre de uma doença uma vez que consome álcool de forma compulsiva; 4) a abstinência total é o principal objetivo terapêutico, tendo como meta final a cura. A toxicomania aparece como quadro nosográfico em finais do século XIX com a obra de Louis Lewin intitulada *110 casos de adição à morfina* publicada em 1879. Esta obra foi

Fernandes (1998), no que às drogas diz respeito, refere que no século XIX se verificou um duplo movimento de *apropriação* e *afastamento* dos saberes médicos face aos tradicionais – os farmacêuticos, primeiro, e os médicos, depois, após as descobertas químicas com vista à produção de fármacos, monopolizaram o saber e a prescrição das drogas para as mais variadas doenças e sofrimentos (*apropriação*) e, ao mesmo tempo, desqualificaram os saberes tradicionais das comunidades sobre as drogas, onde as mesmas se encontravam inscritas (*afastamento*). A este propósito, Fernandes (2015, p. 47) refere que: “As drogas constituíram-se como objeto de preocupação social, em grande parte por se temer que os seus usos fora do controlo médico pudessem ser prejudiciais e, por vezes, letais”. Constituído o monopólio médico e discursivo sobre as substâncias, tornou-se o seu uso interdito quando na ausência de prescrição ou receituário. Fernandes (1998, p. 64) refere-se ao movimento de afastamento da seguinte forma: “(...) trazendo substâncias para muito longe dos seus locais e culturas de origem, produzem-se potentes refinados que afastaram a química psicotrópica seja dos padrões de uso integrados culturalmente, seja dos saberes caseiros da farmacopeia tradicional”.

O movimento de apropriação e aplicação terapêutica das drogas pela comunidade médica criou as condições para um outro tipo de controlo social: mais centralizado nas cúpulas médicas e menos assente nas comunidades que as usavam. De acordo com Szasz (1992, p. 61): “El principal papel de los profesionales médicos y especialmente psiquiátricos, en la administración e incorporación de este sistema de estatismo médico es actuar como agentes dobles: ayudando a los policías a imponer su voluntad sobre el Pueblo a la hora de definir la automedicación como enfermedad, y ayundando al Pueblo a soportar sus privaciones suministrándole drogas. He ahí una grande tragedia nacional, cuya existência misma no se reconoce”. Comparativamente a um Estado-Nação, aquilo que a medicina tem realizado, a este propósito, desde o século XIX, com as inevitáveis variações e flutuações históricas e geográficas, foi a formação de “Estado químico” que conduziu a um “Estado terapêutico”, impondo uma terapia conduzida *de fora*, isto é, com protagonistas externos às comunidades para as quais se destinavam. É precisamente isso que postula Szasz (1992, p. 115) quando refere: “Es obvio que una postura alarmista como ésta hacia (determinadas) drogas le resulta una táctica útil a quien desee utilizar los controles sobre drogas para reforzar el estado terapêutico”. Ainda de acordo com o autor, o Estado Terapêutico, ao ser centralizador, é um Estado Paternal, colocando os cidadãos numa posição infantil, fazendo-os acreditar que se pode controlar os perigos das drogas desde que se potencie o bom comportamento dos cidadãos.

considerada por Fernandes (1998) como revolucionária no que diz respeito à preocupação médica e política face à dependência de drogas.

O remédio tradicional veio a perder, assim, estatuto social face ao medicamento¹². A ascensão social deste último nas sociedades modernas secundarizou o remédio das sociedades tradicionais, que era elaborado frequentemente em contexto doméstico. A partir do momento em que a comunidade médica se apropriou das drogas, gerou-se um Saber-Poder (Foucault, 1975) sobre elas que foi secundarizando os Saberes das Comunidades face às mesmas, nomeadamente o seu uso medicinal¹³. Contudo, segundo Romani (1999), a mutação do remédio para o medicamento não foi abrupta. Numa fase inicial, ainda em pleno século XIX, vigorava um modelo médico clássico onde os Saberes médicos negociavam com os saberes populares a gestão e a prescrição das drogas para determinada maleita: “En el denominado «modelo médico» de la práctica médica existente en el siglo XIX, el médico tenía que negociar la gestión de la enfermedad com las redes sociales de sus pacientes, lo que suponía legitimar, tanto saberes populares como saberes médicos” (Romani, 1999, p. 43). Esta situação evoluiu, mais tarde, para um modelo hospitalar, onde o médico já não teve mais que negociar o seu Saber das drogas com as comunidades.

O modelo biomédico, como qualquer discurso hegemónico, apresenta os seus desdobramentos. Um deles é o discurso epidemiológico sobre as drogas. Para o caso brasileiro, Trad (2010), a partir da base *Scielo.br* e tendo como descritores as palavras *drogas* e *substâncias psicoactivas* (sem restrição temporal) permitiu identificar 56 artigos. Destes artigos, cerca de 90% foram produzidos a partir dos anos 90 do século XX e 70% deles eram de origem epidemiológica. De acordo com o autor: “Os estudos epidemiológicos ou inquéritos concentram sua atuação nas modalidades das drogas consumidas ou prevalência do uso, perfil do consumidor, fatores de risco e proteção e efeitos das substâncias sobre o organismo ou comportamento” (Trad, 2010, p. 30). O discurso epidemiológico traz consigo uma necessidade de proteção face a um “mal” existente na sociedade: o esforço das entidades sanitárias e políticas passa então por localizar o “problema”, evitando-se os fatores de risco e potenciando-se, ao mesmo tempo, os de proteção. No caso da epidemia ser de natureza contagiosa, proteger-se-ão os sãos face aos insanos, afastando-se ou controlando-se estes últimos para que não contaminem a “população saudável”. Tal como destaca Szasz (1992) tudo o que é do domínio da epidemia revela ao mesmo tempo proibições e afastamentos através de uma encenação discursiva alarmista que, no caso das drogas, visa, sobretudo, diminuir a tentação e evitar o prazer.

¹² Logo neste período existiu uma destriça importante entre a figura do farmacêutico e a do médico. Segundo Romani (1999) as populações urbanas compravam regularmente o produto ao farmacêutico uma vez que consideravam este profissional mais próximo das comunidades do que o médico. Além disso, o farmacêutico tinha os medicamentos a preços mais baixos.

¹³ Segundo Romani (1999) esta passagem deu-se também ao nível da transmissão dos Saberes. No caso dos remédios, a transmissão do seu fabrico, propriedades e modos de administração era, sobretudo, realizada através da oralidade; já no caso do medicamento, ela era realizada, sobretudo, através da escrita, nomeadamente através do receituário. No mesmo sentido, Vale et al. (2017) afirmam que, por esta altura, as drogas saíram do campo místico para entrar nos manuais de pesquisa científica.

De acordo com grande parte das investigações clínicas sobre o fenómeno droga, o consumidor de drogas é um doente, sendo esses consumos interpretados como o sintoma visível/manifesto de uma doença que se situa ou no interior do indivíduo ou nos seus microssistemas. É, nesse sentido, que Fernandes (1990, p.21) considera que a *droga-doença* se assume como a *direção investigativa* principal destas investigações onde o “fundamental destas abordagens é a que recorre à síntese e à interpretação do dado clínico, ora recolhido directamente no contacto terapêutico, ora recorrendo a instrumentos de avaliação psicológica”. Além disso, este Edifício encontra-se em estreita ligação com o anterior – sendo o fenómeno droga um lugar de cruzamentos entre o eixo jurídico-penal e o médico-psicológico (Fernandes, 2011), estes edifícios apresentam canais discursivos comunicantes que contribuem para alimentar o chamado “problema da droga”.

À luz destas abordagens médico-psicológicas, o consumidor possui um conjunto de falhas ou de vulnerabilidades internas prévias ao consumo e que as substâncias tratarão de preencher, esconder ou anestesiar. De acordo com Stephens (1991, p. 108), estas correntes assentes na *droga-doença*: “(...) posit that there is something very wrong with the addicts’s emotional state and his or her hability to deal with emocional problems”. Para a compreensão e intervenção no toxicómano concorre uma diversidade de orientações e modelos teóricos, indo desde as abordagens biológicas/psicofisiológicas até às psicossociais, passando pelas psicodinâmicas e as cognitivo-comportamentais¹⁴. Cada modelo situa a “falha” numa determinada dimensão ou plano do adicto - as biológicas inscrevem-na em *déficits* neurológicos que explicam a entrada e manutenção do consumo; as psicológicas situam esses *déficits* no funcionamento mental do sujeito, ainda que possuam etiologias distintas consoante a corrente considerada. Em todo o caso, e independentemente da abordagem teórica considerada, é em torno do modelo da doença que se constrói um edifício discursivo sobre o consumidor de drogas e, conseqüentemente, uma proposta sobre a sua cura.

Contudo, os movimentos de consumidores que foram surgindo um pouco por toda a parte tornaram possível um outro olhar sobre o consumo de drogas. Essa conduta pode ser vista como normal e/ou inscrita em determinados contextos socioculturais, revelando mais aspetos da diferença do que da doença. É sobre isso que falaremos já de seguida.

¹⁴ Para uma análise pormenorizada acerca dos diferentes modelos psicoterapêuticos aplicados ao fenómeno droga, ver Agra e Fernandes (1993); Beck Wright, Newman e Liese (1993); Carter, Hall e Capps (2009); Dias (1978); Ferreira (2018); Fleming (1996/2001); Gonçalves (1994); Matos (2005); Nunes e Jóluskin (2007/2010) e Olievenstein (1992/1996).

1.3. O Edifício da diferença

Nos dois edifícios anteriores sintetizamos alguns argumentos teóricos que permitiram perceber a constituição histórica do designado “problema da droga”. Durante os anos 80 e 90, esse problema teve nos consumidores problemáticos de heroína uma importante fonte geradora de preocupação e alarme social, muito devido ao aumento da criminalidade e das taxas de VIH entre os injetores, colocando não só a sua saúde em risco como também a da restante comunidade. Esses anos foram designados por Juan Gamella (1989) como os anos da “crise da heroína” revelando, ao mesmo tempo, a crise dos dispositivos terapêuticos assentes no modelo da abstinência e o fracasso das terapias livres de drogas. Num trabalho anterior, referimo-nos a esses anos da seguinte forma: “O tema da “epidemia da heroína” tinha nesses anos uma grande visibilidade nos países da Europa ocidental, amplificado por uma insistente narrativa mediática que encontrava nos “bairros das drogas” e na associação do “heroinómano” e do “toxicodependente de rua” ao aumento da criminalidade uma fonte permanente de reportagens e de debate sociopolítico” (Mata & Fernandes, 2019, p. 197).

Os finais dos anos 90 caracterizaram-se pela diminuição dos consumos de heroína e, conseqüentemente, pela alteração da perceção negativa sobre o fenómeno droga. Este período caracterizou-se ainda pelo aparecimento e difusão de drogas sintéticas e estimulantes, sobretudo entre a população jovem que as usava em contextos festivos (Carvalho, 2016; Oró & Del Álamo, 2013; Oró & Pallarés, 2013). O setor juvenil trouxe, assim, as drogas para o terreno do lúdico e do recreativo, afastando-se do mundo da heroína e do estilo de vida *junkie* e procurando outras substâncias, nomeadamente o MDMA, *ecstasy* e cannabis, contribuindo para a normalização de um fenómeno que até aí se caracterizava, sobretudo, pelo seu carácter disruptivo e desviante. De acordo com Oró e Pallarés (2013, p. 26): “El consumo de drogas de los noventa se caracterizó por la disminución de la heroína y por la aparición y difusión de las drogas de síntesis y otros estimulantes, junto al aumento del consumo de alcohol y cannabis. (...) entre ciertos sectores de la sociedad disminuye considerablemente la alarma y preocupación respecto a las drogas, y se va implantando una mirada que plantea que los consumos festivos y recreativos de drogas no son síntomas de desviación o de enfermedad, sino formas de divertirse, algo obligado para los jóvenes, y un riesgo que en parte deben correr, puesto que cuando sean adultos se alejarán de ellas.” Para Oró e Del Álamo (2013) assistiu-se também, durante os anos 80, ao aumento dos consumos de cocaína, gerando uma maior segmentação social entre os consumidores desta droga, muito devido às suas formas de uso: “(...) los consumidores de heroína excluidos, que eran tan adictos a la heroína como a la cocaína por vía parenteral, incluso más a la cocaína (Gamella, 2008: 145), y los “yuppies” consumidores por vía intranasal, con más presencia mediática lo que ayudó a configurar el imaginario de la cocaína como símbolo de éxito y prestigio social (Díaz, Barruti y Doncel, 1992:

318). La cocaína esnifada se consideraba limpia, no adictiva y compatible con los quehaceres diarios (...).” (Oró & Del Álamo, 2013, p. 45).

No virar do milénio, em particular no ano 2000, Portugal viu consagrada a descriminalização do consumo de qualquer tipo de droga bem como da posse para consumo¹⁵. O designado “modelo português” tem merecido um considerável destaque internacional (Domostawski, 2011; Greenwald, 2009), sendo mesmo apresentado pelos organismos oficiais portugueses – ex-Instituto da Droga e da Toxicodependência e, agora, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências – em vários parlamentos internacionais e outras instâncias políticas (Mata & Fernandes, 2016). Se a descriminalização do consumo e da posse para consumo aconteceu em 2000, tivemos que esperar mais oito anos para que se consagrasse, no nosso país, a legalização de drogas leves, em particular da cannabis. A legalização desta droga em Portugal aconteceu em 2018 e 2019, mas apenas prevê o seu uso medicinal¹⁶. A legalização da cannabis em alguns países mostra que existe atualmente um outro olhar sobre o fenómeno droga, menos estigmatizante e reducionista e, sobretudo, mais afastado das representações que o associavam ao crime ou à patologia. Em dezembro de 2013, o Uruguai legalizou o consumo de cannabis quer para fins medicinais quer recreativos e, em janeiro de 2014, o estado norteamericano do Colorado aprovou o uso desta droga para os mesmos fins. Este período foi, por isso, no que à legalização das drogas diz respeito, inspirador para outros estados norteamericanos. Em 2018, a quase totalidade desses estados – à exceção do Idaho, Dakota do Sul, Kansas e Nebraska – tinham legalizado o uso de cannabis, pelo menos para uso medicinal. Em outubro de 2018, o Canadá legalizou o uso de cannabis em todo o território tanto para fins terapêuticos como recreativos, tornando-se no segundo país a fazê-lo depois do Uruguai.

Estudos clínicos têm mostrado a eficácia do princípio ativo da cannabis – o Tetra-hidrocanabinol (THC) - no tratamento de algumas patologias, nomeadamente o glaucoma e lesões medulares, funcionando também como analgésico no tratamento da dor associada à esclerose múltipla e a diferentes tipos de cancro. Em pacientes asmáticos, a cannabis desempenha uma importante função de broncodilatador, ajudando e prevenindo os episódios agudos da doença (Campbell, Tramer, Carrol, Reynolds, Moore & Mc Quay, 2001 *in* Delmás, 2004). Apesar da evidência clínica e da legalização em alguns países, o debate científico atual sobre a sua utilização terapêutica têm-se fundado, segundo Delmás (2004), em três argumentos: 1) o que considera que é demasiado prematuro para se afirmar, com razoável certeza, os seus efeitos positivos, sendo contra a sua administração terapêutica; 2) o que defende o uso médico pontual em função das especificidades de cada patologia, até se obterem resultados mais convincentes; 3) o que defende a sua utilização segura e medicamente supervisionada no tratamento de várias patologias.

¹⁵ Trata-se da Lei nº30/2000 de 29 de novembro.

¹⁶ Trata-se da aprovação da Lei nº 33/2018 de 18 de julho, designada como Lei da Cannabis para Fins Medicinais, estando a sua regulamentação vertida no Decreto-Lei nº8/2019 de 15 de janeiro.

Por outro lado, reconhece-se cada vez mais que as drogas sempre fizeram parte da vida do Homem e que este sempre as consumiu e consumirá ainda que se reconheça que elas são não só uma fonte de prazer mas também de risco (Cruz, Machado & Fernandes, 2012; Fiore, 2008; Romani, 1999). Assim, o consumidor de drogas afirma-se, progressivamente, como alguém com “direito às drogas” (Szasz, 1992) e não como alguém necessariamente doente ou dependente (Oró & Pallarés, 2013). Esse “direito ao consumo”, afirmado por movimentos de utilizadores, relaciona-se com uma dinâmica sociológica mais global onde se inscreve a afirmação de outros direitos sociais por parte de diferentes grupos e movimentos da sociedade civil, nomeadamente os homossexuais, transexuais e/ou trabalhadores(as) do sexo. Em suma, trata-se da afirmação de um discurso da diferença, que vai além quer da visão criminalizadora quer patologizadora dos comportamentos, algo que os dois edifícios anteriores postulavam.

No que ao fenómeno droga diz respeito, o *International Network of People Who Use Drugs* (INPUD) é uma rede de associações de consumidores de drogas de várias partes do Mundo tendo como objetivo principal a promoção da saúde e a defesa dos direitos dos utilizadores de drogas. As associações que integram o INPUD são de diferentes países nomeadamente do Afeganistão, Austrália, Canadá, Croácia, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Quênia, Lituânia, Holanda, Noruega, Paquistão, Polónia, Portugal, Rússia, Suécia, Tanzânia, Reino Unido e Estados Unidos da América. Essa rede internacional sustenta a sua intervenção na Declaração de Vancouver, criada em abril de 2006, onde se pode ler o seguinte: “We are people from around the world who use drugs. We are people who have been marginalized and discriminated against; we have been killed, harmed unnecessarily, put in jail, depicted as evil, and stereotyped as dangerous and disposable. Now it is time to raise our voices as citizens, establish our rights and reclaim the right to be our own spokespersons striving for self-representation and self-empowerment”¹⁷.

1.3.1. Toxicómano: um doente que rejeita a doença

Apesar do entendimento clínico representar uma rutura face ao discurso jurídico-penal no que ao fenómeno droga diz respeito (Fernandes, 2011), nomeadamente humanizando o olhar realizado sobre o consumidor, essas formulações têm ainda uma representação sobre o toxicómano enquanto uma entidade passiva. Enquanto o Edifício médico-psicológico se construiu com base no eixo da *droga-doença*, os toxicómanos estavam reduzidos a uma posição de nulidade discursiva (Fernandes, 2011) não reconhecendo em si mesmos a “doença das drogas” que os especialistas diziam que possuíam. Fernandes (2011, p. 43) refere a este propósito: “Estranha doença esta, a

¹⁷ <https://www.inpud.net/en/vancouver-declaration> , consultado a 02/01/2020.

que carrega a marca duma espécie de teimosia em não se querer livrar do estado mórbido, bem expressa em lugares-comuns da linguagem das drogas, como a da “falta de motivação para o tratamento” e, quando já neste, na “falta de força de vontade” para persistir e evitar a recaída”.

A posição de nulidade discursiva do toxicodependente ou o seu “silêncio” no seio Edifício médico-psicológico converteu-se num forte discurso, constituindo-se, em simultâneo, num poderoso abanão face às formulações clínicas tecidas a seu respeito. De acordo com Fernandes (2011, p. 48): “Enfim, é um doente que confronta, que resiste, que não se conforma – um hábil destabilizador da normatividade terapêutica”. Assim, o consumidor de drogas colocou em causa esse modo de olhar para ele, não se revendo nem no carácter disfuncional da sua conduta, nem no “afeto depressivo”, nem na mãe ausente ou superprotetora, nem nos esquemas cognitivos disfuncionais que os especialistas diziam estar relacionado os consumos. Apesar de tudo, o Edifício médico-psicológico apresentou, por muito tempo, uma teimosia interventiva e investigativa, nomeadamente considerando que as drogas representam sempre algo a expurgar da vida do sujeito, tornando-o refém do estado mórbido ou da dependência que se instala no seu corpo. As drogas são consideradas, neste Edifício, nefastas para o indivíduo que as consome, apresentando prejuízo quer ao nível da saúde individual quer coletiva.

No cerne dessa destabilização terapêutica encontramos a ambiguidade dos significados subjacentes aos consumos consoante os contextos onde os mesmos se realizam. Assim, quando prescrita pelo médico é remédio, mas quando é consumida nas ruas é veneno. Por consequência, o consumo nas ruas representa uma afronta face à ordem terapêutica e química vigente. A doença do toxicómano é, na verdade, a consequência dessa transgressão clínica, baralhando o poder médico ou não se desse a curiosidade dos toxicodependentes consumirem nas ruas, muitas das vezes, aquilo que os próprios médicos lhes prescrevem no interior dos gabinetes de consulta. O “reino dos químicos” anda, por isso, à solta e encontra no toxicodependente o seu principal agente transgressor daí que: “Querer tratar-se é começar a obedecer à ordem química vigente, aceitando substituir as drogas de rua pelas de farmácia, a auto-administração pela prescrição do especialista, a relação com os pares pela relação com o terapeuta” (Fernandes, 2011, p. 50).

Postas estas considerações, torna-se relativamente fácil concluir que o Edifício médico-psicológico está imerso na sua própria toxicidade. A sua norma terapêutica, fundada numa variedade de modelos teórico-interventivos, conduziram a que muitos dos consumidores ou não se aproximassem da ajuda clínica ou, se já a tivessem feito, abandonassem rapidamente essa ajuda. De acordo com Andrade, Carapinha, Sampaio, Shirley, Rodrigues e Silva (2007, p. 10): “(...) constatou-se também em Portugal que uma parte importante da população dependente de drogas, com consumos muito problemáticos, não se deslocava aos serviços de tratamento e/ou quando o

fazia não prosseguia o percurso do tratamento, mantendo-se, em muitos casos, numa situação de marginalidade”.

A figura do toxicómano apresentou, assim, uma considerável resistência face às normatividades terapêuticas que se exerceram sobre si, rejeitando frequentemente a imagem do “doente” propalada pelos diferentes modelos psicoterapêuticos. Nesse sentido, Zikic e Ilic (2017) tentaram compreender a forma como alguns injetores de drogas sérvios representavam a psicoterapia e a sua potencialidade terapêutica na resolução dos seus problemas com drogas. A partir de entrevistas em profundidade a 15 injetores de drogas - em particular das cidades de Belgrado e Vojvodina - realizadas em diferentes momentos entre 2005 e 2014, permitiu concluir que: “The most of the informants admit they let themselves into the treatment at least a bit reluctancy. They wanted to get off the drugs, or they wanted to stay clear once the inicial drug treatment has been over, but it was not an ideia on their own to go to see the therapist. Usually a partner or a family member gave them such suggestion” (Zikic & Ilic, 2017).

O toxicómano é alguém que não prescinde do poder sobre si nem sobre o seu corpo (Agra, 2000), rejeitando e resistindo à tentativa da biomedicina de o transformar em objeto clínico¹⁸. Poderíamos elencar uma série de consequências dessa hegemonia médica na construção discursiva sobre a doença do toxicómano. Porém focar-nos-emos apenas na dupla patologização: esse discurso, ao considerar o consumidor de drogas como doente acaba também por patologizar os seus meios sociais de origem, naturalizando-se a pobreza e a exclusão social que muitos deles apresentam antes, durante e após a intervenção médico-psicológica se realizar. O fechamento discursivo dos diferentes modelos teórico-interventivos face aos contextos reais de vida dos seus “doentes” “(...) redundaria na patologização da pobreza e da exclusão” (Fernandes, 2011, p. 55).

Além disso, as formulações clínicas encerram o entendimento sobre o consumo de drogas nas grelhas teóricas consideradas. No que à corrente categorial/nosográfica diz respeito, a expansão da racionalidade repartidora e classificatória da doença mental traz consigo o perigo de patologizar tudo o que se desvia de uma norma socialmente construída, através de critérios que, apenas no plano ilusório, se revelam objetivos. Tendo isto por base, Ferreira (2018, p. 142) refere: “A racionalidade diagnóstica do *Manual* enquadra o usuário em um *quadro* nosográfico, por assim dizer, reducionista. Ou seja, ela fomenta uma lógica segregativa de forclusão da singularidade”. No mesmo sentido, Claudia Ciribelli (2012) destaca três repercussões éticas e clínicas do abuso dos sistemas classificatórios, nomeadamente a utilização abusiva do DMS¹⁹: 1) uma expansão

¹⁸ A resistência do toxicómano à imagem de um “doente” é algo que já está devidamente abordado na literatura. Esta resistência levou, inclusivamente, a várias mudanças nos dispositivos de combate à droga, deslocando essa “doença” - que afinal não era... - de um contexto clínico-hospitalar para os serviços especializados para essa problemática. Afinal esse “doente” de que tanto se falava não podia ser entendido, compreendido e intervencionado a partir das grelhas teóricas convencionais da medicina, da psiquiatria e/ou da psicologia à semelhança daquilo que estas áreas do Saber faziam para outras entidades mórbidas (Agra, 2000).

¹⁹ Sigla para *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*.

evidente da “captura” da Psiquiatria face a tudo aquilo que fuja à normalidade, numa estratégia ao serviço da medicalização da sociedade; 2) a ilusão de objetividade nos critérios de diagnóstico, como se eles não fossem o produto de uma determinada visão técnico-científica, inscrita numa determinada época e contexto social, político e económico; 3) relativamente ao fenómeno droga, a evolução do DSM faz notar a proliferação do que se considera ser “droga”, onde qualquer coisa pode vir a ser considerada como tal.

Por tudo isto, foi o próprio toxicómano que fez abalar a estrutura do Edifício médico-psicológico, reclamando para si um outro olhar, uma outra intervenção e uma outra forma de o investigar. Para Fernandes (2011, p. 41): “(...) a doença, no campo das drogas, nunca foi pacífica”. Contrariamente ao que as correntes teóricas assentes no modelo da doença postulam, o consumo de substâncias não pode ser lido apenas pelo lado negativo ou prejudicial, mas também pelo lado integrador e socializador subjacente ao consumo. É, precisamente, sobre essas funcionalidades que falaremos já de seguida.

1.3.2. Velhos consumos de velhas drogas

Analisadas pelo prisma da História, as representações sociais em torno das drogas não foram criadas ao acaso, tendo por base um conjunto de interesses – médicos, políticos e científicos – que, situados num determinado contexto e momento histórico, conduziram a determinadas representações sobre do fenómeno (Nunes & Jólluskin, 2007/2010). Sobre este aspeto, as autoras referem: “De facto, a classificação que distingue entre drogas lícitas e ilícitas faz-nos esquecer a velha sabedoria grega, para a qual as drogas não eram boas ou más, legais ou ilegais, leves ou duras, mas antes substâncias cuja acção, como remédio ou como veneno, dependia da dose e da forma do seu uso” (Nunes & Jólluskin, 2007/2010, p. 236).

A cristalização discursiva em torno do “problema da droga”, de que falamos ao longo dos dois edifícios anteriores, fez com que se negligenciasse um conjunto considerável de consumidores que realizam os seus consumos de forma não problemática, apresentando uma série de competências e estratégias de auto-gestão que faz com que mantenham, durante décadas, uma intacta integração laboral e familiar (Cruz, Machado & Fernandes, 2012). Dessas estratégias destaca-se a distinção clara face à perigosidade de certas drogas, o conhecimento de diferentes conceções de risco de modo a gerir os consumos e cuidados na aquisição das substâncias nomeadamente através do recurso às suas redes de interconhecimento de forma a assegurar a qualidade das drogas. Além disso, alguns autores (e.g. Calado, 2006, Carvalho, 2007, Cohn, 1999, Gourley, 2004 in Cruz, Machado & Fernandes, 2012) referem que a avaliação das circunstâncias e dos contextos de consumo são outras dimensões reconhecidas pelos consumidores não-problemáticos valorizando,

por exemplo, a importância de consumir drogas apenas quando se encontram em estado psicológico favorável, acompanhados por pessoas de confiança e em locais seguros, nomeadamente a casa própria ou de familiares. No mesmo sentido, e relativamente às estratégias de auto-cuidado nestes consumidores, Cruz e Machado (2010) referem que tais estratégias visam atingir três objetivos: 1) o controlo dos consumos, seja a nível da quantidade e da forma de consumo; 2) a preservação da imagem social como forma de evitamento do estigma associado ao estilo de vida *junkie*; 3) a obtenção de prazer pelo consumo de substâncias, evitando experiências desagradáveis.

Abordar a questão das drogas numa perspetiva sociocultural ou histórica passa por considerar que o consumo de substâncias psicoativas é tão antigo quanto o próprio Homem daí que, segundo Cruz, Machado e Fernandes (2012, p.57): “(...) o uso de substâncias psicoactivas não é um problema *per si*, mas uma prática transversal à história da humanidade, que assume diversas manifestações e funcionalidades”. Esse uso ancestral das substâncias permitiu, aliás, que as comunidades identificassem e sinalizassem os perigos de alguns consumos. Na Grécia Antiga, por exemplo, Platão já se referia à *Phármaka* como algo que tanto poderia ter propriedades benéficas como prejudiciais, funcionando ou como remédio ou como veneno (Rosa, 2014). Segundo Nunes e Jólluskin (2007/2010, p. 233): “O que realmente podia afirmar-se era que o efeito da mesma droga dependia da dose administrada, da pureza da substância, das condições e das razões da sua utilização, bem como das normas culturais que regiam o seu uso”. Assim, o seu uso poderia levar à loucura ou à morte mas essa situação estava, grosso modo, relacionada com a quantidade de substância usada, os significados e intenções dos consumidores e não tanto pelas drogas propriamente ditas. Como refere pertinentemente Pablo Rosa a este respeito: “A aspirina, por exemplo, pode ser mortal para adultos a partir de três gramas, a quinina, a partir de menos, e o cianeto de potássio, a partir de um décimo de grama” (Rosa, 2014, p. 190).

Sigmund Freud (1930/2008) identificou três paliativos que o Homem usa para lidar com o sofrimento decorrente da sua existência: 1) Diversões e atividades coletivas que ajudariam a atenuar o sofrimento individual; 2) Satisfações substitutivas, nomeadamente através do trabalho, da arte ou da ciência; 3) o consumo de drogas cujo efeito anestesiaria o sofrimento existencial. Diz-nos Freud (1930/2008, p. 26) sobre este último aspeto: “O método mais elementar mas também mais eficaz para induzir esta influência é o método químico, a intoxicação. Não creio que alguém tenha descoberto o seu mecanismo, mas a verdade é que existem substâncias artificiais cuja presença no sangue e nos tecidos causa imediatamente sensações de prazer, alterando ainda de tal forma as condições da nossa vida perceptiva que nos tornamos incapazes de receber impulsos desagradáveis”. Mas o “elogio” às drogas por parte de Freud não se fica por aqui, afirmando que grande parte dos povos realizaram o seu consumo procurando a felicidade e/ou como forma de afastar o sofrimento: “A elas devemos não apenas uma sensação imediata de prazer, mas também

uma independência fortemente desejada em relação ao mundo exterior. Afinal, sabemos que por intermédio dos «paraísos artificiais» podemos a qualquer momento furtar-nos à pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio com melhores condições de percepção” (Freud, 1930/2008, p. 27). Na sua obra *Über Coca* de 1884, Freud fala-nos sobre os efeitos simultaneamente anestesiadores e estimulantes da cocaína nos Seres humanos, referindo-se ao seu poder lenitivo face às angústias, aos sofrimentos existenciais e às frustrações em geral. Castaño-Pañuela e Carvalho (2014, p. 129), inspirados nesta obra do psicanalista austro-húngaro, referem: “He argues that doses of 0.05 to 0.10 milligrams of cocaine chloride produces a feeling of optimism not present in the normal euphoria of someone who has not consumed it, and the explanation of this phenomenon is that the coca does not directly stimulate the body in the manifestation of euphoria, but rather makes the elements that cause depression, impeding the expression of euphoria, vanish”.

É apenas com o surgimento de uma conceção inovadora de olhar para o fenómeno, de corte epistemológico com a linha conservativa e dominante inscritas, sobretudo, no Edifício jurídico-penal e médico-psicológico, que se criariam as “condições para uma maior autonomia do saber do consumo das drogas” (Agra & Fernandes, 1993, p. 56), ainda que os autores chamem a atenção e pretendam “evitar cair em posturas dicotómicas e maniqueístas (...)” (p. 56). Desta linha inovadora, os autores destacam os contributos de disciplinas como a antropologia cultural e a etnologia propondo que o estudo do fenómeno droga deveria sempre ser situado num dado Espaço e Tempo, trazendo consigo as questões do relativismo histórico e geográfico. Esta análise, situada espacial e historicamente, permitiria chegar a um conjunto de funcionalidades que o consumo de drogas assume para os atores que o realizam, sendo o uso tóxico e nocivo apenas um deles. Comas (1981 *in* Agra & Fernandes, 1993) destaca quatro funções sociais do uso de drogas, a saber: 1) uso sagrado, mágico, ritual ou místico – associado, por exemplo, à religião; 2) uso curativo – associado à medicina; 3) uso festivo socialmente aceite – associado à componente lúdica e recreativa; e, finalmente, 4) uso ilegal e estigmatizante – trata-se de um consumo tóxico, onde se inscrevem os transtornos relacionados com as drogas.

De acordo com Szasz (1992, p. 108): “Con todo, como cualquier persona instruida debe saber, la coca, el cáñamo (la marihuana), los hongos psiquedélicos y la adormidera son plantas que se dan espontáneamente, y cuyos productos se han utilizado, sin peligro y con beneficios, desde tiempos inmemoriales: marihuana y opio, para analgesia y sedación; coca, para aumentar la resistencia; peyote, para inducir experiencias extraordinarias. Más aún, siempre se permitió a los hombres utilizar estas sustancias por y para sí mismos, haciendo de la automedicación (como de la alimentación) el derecho humano más elemental.” No mesmo sentido, Romani (1999, p. 52-53) refere: “Existe una grand cantidad de indicios, tanto de tipo histórico como etnográfico, que nos permiten afirmar que las distintas sociedades humanas han conocido y utilizado, desde sus inicios

y hasta la actualidad, muy distintos produtos para estimularse, sedarse, paliar el dolor, alternar socialmente, experimentar sensaciones placenteras, para alterar su estado de ánimo, alucinar, acceder a algunas formas de conocimientos distintas a las habituales.” Ainda segundo o antropólogo catalão existem fundamentalmente três formas do homem lidar com o seu bem-estar físico e psíquico: 1) *autoatenção* – que se refere aos autocuidados do próprio indivíduo e dos seus grupos primários, nomeadamente a família; 2) recurso a *especialistas* – nomeadamente o recurso a xamãs, curandeiros e/ou médicos; 3) recurso a *instituições* – que estão especializadas e vocacionadas na assistência face à saúde e/ou doença, nomeadamente santuários ou hospitais. De acordo com o autor, apenas a primeira forma se encontra em todos os grupos e sociedades humanas.

Para Poiares (1999), as drogas sempre assumiram múltiplos significados nas diferentes épocas históricas, nomeadamente: 1) *mercadoria*²⁰, isto é, assumem-se como ponto de ligação entre as dimensões jurídicas, económicas e fiscais; 2) *lúdica e terapêutica*, apresentando uma função desinibidora e potenciadora do convívio social, no primeiro caso, ou como forma de tratamento pela comunidade médica, no segundo; 3) *objeto e causa do crime*, uma perspetiva emergente, a partir de meados do século XX muito devido às políticas proibicionistas. Em suma, os estudos que introduzem uma perspetiva histórico-social na questão do consumo de drogas fazem ressaltar, grosso modo, três significados subjacentes ao mesmo: 1) sagrado; 2) lúdico-social; 3) terapêutico. No que ao sagrado diz respeito, o consumo de drogas tem sido, para muitas culturas, uma forma de comunicação com o sagrado e/ou com os mortos. Elas induzem no consumidor uma viagem que lhes permite o acesso a uma realidade paralela onde existe o contacto com entidades divinas. Esse contacto permite ao Homem resolver muitas angústias com as quais se confronta, nomeadamente, o medo da morte ou o sentido da vida (Escotado, 1989/1998; Romani, 2008). Enquanto uso terapêutico, as drogas eram já usadas com esta finalidade na Grécia Antiga, nomeadamente no século X a.C., reconhecendo-se, por exemplo, que o ópio apresentava boas propriedades como anestésico. O uso desta droga com estas finalidades é algo que remonta à Medicina grega desde a Antiguidade, seja no século X a.C., com Hipócrates, Galeno e Dioscórides mas também no século XVI e XVII, com Paracelso e T. Sydenham (Poiares, 1999).

As propriedades anestésicas e terapêuticas do ópio foram também descobertas por outras civilizações. De acordo com Angel, Richard & Vallen (2002 in Nunes e Jóluskin, 2007/2010), em 5000 anos a.C., os registos de um ideograma dos sumérios permitiu perceber que o consumo de ópio estava associado à alegria e à satisfação nos povos desta civilização. Por volta dos 1550 anos

²⁰ Quanto a este aspeto, a descoberta do caminho marítimo para Índia pelos portugueses, em finais do século XV, colocou o ópio na rota comercial entre os dois países. Este produto foi logo alvo de atenção política e económica dos portugueses, dado o elevado consumo de ópio no Oriente e na Índia em particular. Nesse sentido, o vice-rei D. Afonso de Albuquerque endereçou, em pleno século XVI, uma carta ao rei D. Manuel I onde destacava o potencial valor económico deste produto para a Coroa Portuguesa: “(...) mandai semear dormideiras das ilhas dos Açores, em todos os paus de Portugal, e mandai fazer ópio, que é a melhor mercadoria que se encontra nestas partes e em que se ganha dinheiro” (Afonso de Albuquerque in Conde de Ficalho, 1981 cit in Poiares, 1999, p.6).

a.C., a mesma substância era usada por persas e egípcios com finalidades terapêuticas. Na civilização romana, Plínio deixou registos sobre a forma como se extraía o ópio da papoila dormideira (Nunes e Jóluskin, 2007/2010). Mas as propriedades terapêuticas não se restringiam apenas ao ópio. O cânhamo, por exemplo, era uma substância usada por diversos povos tendo diferentes funcionalidades: os egípcios consumiam-no como forma de atenuar as preocupações quotidianas e as angústias mas também a fadiga e a fome enquanto que os assírios consumiam essa droga como forma de comunicação com o sagrado (Angel, Ricard & Valleur, 2002 *in* Nunes & Jóluskin, 2007/2010) ou como anestésico (Pérez-Cajaraville, Abejón, Ortiz & Pérez, 2005 *in* Nunes & Jóluskin, 2007/2010). Nas civilizações gregas e romanas era recorrente o consumo de um preparado de vinho, cânhamo e mirra designado *Vino Resinato*, uma bebida com importantes funções recreativas, mas também medicinais. Desde 600 a.C. que a coca é consumida por vários povos, nomeadamente os que se situam na América do Sul. De acordo com Nunes e Jóluskin (2007/2010, p. 234): “Algumas escavações e estudos arqueológicos desenvolvidos na América do Sul relatam a descoberta de folhas de coca no interior dos sarcófagos onde se acomodavam as múmias dos índios sul-americanos”.

Na idade média, o conhecimento e desenvolvimento da farmacologia no Ocidente estava, sobretudo, confinado aos “*jardins des simples*” que eram cultivados nos mosteiros. As ordens religiosas detinham, nessa altura, grande parte do conhecimento farmacológico, sendo a utilização desses produtos essencialmente para realizar exorcismos e outros rituais religiosos (Nunes & Jóluskin, 2007/2010). Nestes casos, a alteração de consciência propiciada pelas drogas era considerada não como um ato transgressivo mas sim como ato de comunicação e de ligação com os mortos e os Deuses. Era, de acordo com Escohotado (1989/1998, p. 166) uma “alteração ortodoxa da consciência”. Os rituais católicos, nomeadamente as missas, têm hoje ainda o vinho como substância usada durante as cerimónias. A própria Bíblia faz, no Antigo Testamento, referências ao vinho e à embriaguez. No versículo 9 do Génesis, Noé, quando saiu da arca do dilúvio, plantou uma vinha e, posteriormente, bebeu até se embriagar como forma de desinibição e comemoração pelo sucedido (Poiars, 1999).

Os Descobrimentos trouxeram para o contexto europeu substâncias exóticas que se vieram a revelar de elevada importância terapêutica, nomeadamente o ópio. De acordo com Poiars (1999, p. 6): “As expedições mercantis da Idade Média e o início das expansões portuguesa e castelhana geraram um novo conhecimento e difusão quer dos produtos utilizados noutras paragens, como alimentos e bebidas (cfr. Braudel, 1997) ou enquanto substâncias interferentes na consciência humana, quer do ritualismo e simbolismo religiosos que lhe estavam ligados e que, em boa medida, justificavam os consumos de teoplasmas”. Foi, neste contexto histórico, que Garcia da Orta, médico português do século XVI, constatou que o banguê e a resina de cânhamo apresentavam excelentes efeitos desinibidores e o ópio mostrava-se como uma substância com efeitos terapêuticos nas

diarreias, nos problemas de estômago ou até mesmo ao nível da ejaculação precoce (Poiares, 1999). Quando os colonizadores espanhóis chegaram ao Perú, foi incentivada a produção e consumo de coca entre os incas, uma vez que o seu consumo apresentava elevadas propriedades energéticas, ajudando os índios a ultrapassar as condições deploráveis em que trabalhavam. Mas esse incentivo foi, num primeiro momento, de erradicação do hábito de mascar a folha, tido como prática bastante enraizada nestas comunidades. Por esta altura, mas no México, o consumo de Psilocibo²¹ era usado com fins religiosos sendo apelidado como *Carne de Deus* e sendo, inclusivé, criada uma estátua em sua homenagem para a veneração dos nativos (Poiares, 1999).

Segundo Nunes e Jóluskin (2007/2010), a cocaína entra na moda nas classes altas e, para Poiares (1999), ela entrou mesmo na composição de certas bebidas, tais como certos tónicos. Um deles era o *Vin Mariani*, uma mistura de vinho e cocaína. Outras bebidas eram preparadas a partir de uma base de cola sendo até bastante elogiadas pelo Papa Leão XIII. Na mesma senda, em 1886, o farmacêutico John Pemberton utilizou ingredientes ativos e noz de cola e cocaína para produzir a Coca-Cola (Aldridge, 2001 *in* Nunes & Jóluskin, 2007/2010). Estas evidências históricas do consumo de drogas, mostrando-o inscrito nas comunidades, leva-nos às mesmas conclusões de Cruz, Machado e Fernandes (2012, p. 57-58): “Defendemos que o consumo nem sempre foi encarado como um problema e que, da mesma forma como foi construído enquanto tal, pode ser desconstruído e reconstruído em moldes alternativos, se for encarado de modo mais amplo, que não se detenha nas dimensões negativas”.

1.3.3. Novos consumos de velhas e novas drogas

Abordaremos, já de seguida, dados relativos a novos consumos de velhas e novas drogas. Esses consumos, tal como também já mostramos no subcapítulo anterior, não se caracterizam pela sua conotação desviante ou disruptiva, sendo antes marcados por uma dimensão religiosa, festiva/recreativa, terapêutica e/ou de auto-experimentação.

Ismael Apud (2015) caracterizou vários rituais de uso da ayahuasca em contexto urbano²², em particular na cidade de Montevideu (Uruguai). Esses novos usos ocorrem desde finais dos anos 80 e inscrevem-se num movimento contracultural mais amplo, nomeadamente o neochamanismo, também designado como “chamanismo urbano” (Apud, 2015, p. 15). O consumo desta planta teve a sua origem nas tribus da amazônia, consumindo-a para os mais variados fins, nomeadamente para o contacto com os mortos ou os espíritos (Apud, 2014; Celant, 2013), apresentando também

²¹ Trata-se de um fungo com propriedades alucinógenas.

²² Para uma análise detalhada sobre os usos urbanos da Ayahuasca no Brasil, ver Labate (2004), Goulart (2008) e MacRae (2008, 2016).

fortes propriedades terapêuticas, nomeadamente no controlo e tratamento de psicoses e na gestão das limitações psicológicas de alguns sujeitos (Pereira & Fernandes, 2015). De acordo com Celant (2013, p. 12): “A Ayahuasca é usada á tempos imemoriais, sendo muito imprecisa uma datação acerca do seu uso, porém aproximações podem datar de 4 a 6 mil anos, usada por populações indígenas dos países que fazem fronteira com a floresta amazônica, tais como, Bolívia, Peru, Venezuela, Equador e Brasil”.

O consumo desta droga em contexto urbano apresenta bastantes semelhanças com o seu uso original, nomeadamente com os rituais de consumo em Iquitos – capital da amzônia peruana – caracterizados pela antropóloga Marlene de Ríos (*in Apud*, 2015): “Las sesiones ocurren siempre en la noche; se realizan en un lugar oscuro, donde los participantes se sientan en el suelo recostados contra la pared, con un abrigo, agua, y algún recipiente para los efectos eméticos de la planta. La sesión dura toda la noche y los participantes deben permanecer allí hasta el final de la misma. Es común la utilización de icaros -cantos sagrados-, aunque en modelos más urbanizados suelen incluirse otros elementos, como instrumentos musicales o cantos de diversas procedencias.” (*Apud*, 2015, p. 9). Apesar das semelhanças, destaca-se um maior foco terapêutico nos consumos urbanos de ayahuasca, caracterizado-se como tendo “(...) una fuerte psicoterapeutización del diseño ceremonial” (*Apud*, 2015, p.16). O *setting* é uma componente fundamental para a vivência psicotrópica requerendo uma disposição ambiental própria – *el diseño ceremonial* (*Apud*, 2015, p. 8) - para que se estabeleça a “cognição distribuída” entre os participantes. Uma das componentes essenciais no desenho cerimonial passa pela presença de artefactos mediadores à cerimônia, nomeadamente os que se relacionam com materiais (instrumentos), sonoros (cantos), corporal (danças), bem como a existência de símbolos públicos e pessoais durante o culto.

Fábio Celant (2013) frequentou durante cinco anos um centro religioso brasileiro de consumo de ayahuasca designado Céu de Ramatis situado em Florianópolis (Estado de Santa Catarina). Aí o autor assistiu a várias palestras e realizou vários rituais com ayahuasca. As experiências do autor com a bebida foram descritas da seguinte forma: “(...) pude vivenciar uma experiência que posso resumir como de intenso trabalho de mim mesmo, de organicidade do meu ser com o universo, e principalmente, de resolução dos problemas que na época eram latentes, enchendo-me de felicidade e confiança e agradecimento por tudo aquilo que vivenciava.” (Celant, 2013, p. 8).

Algumas drogas, essencialmente as psicadélicas, têm sido usadas para fins terapêuticos em certos contextos. As recentes técnicas de neuroimagem permitiram desvendar e compreender os mecanismos neuronais subjacentes à ingestão destas drogas, dando um importante contributo para o esclarecimento dos mecanismos de ação envolvidos nos consumos (Ona, Rios, Aguirre, Bouso, Tartakowsky, Makeda, Méndez & Carvalho, 2015). Nesse sentido, pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América têm revelado as potencialidades terapêuticas da utilização de MDMA

em pacientes que sofrem de stress pós-traumático. Estas terapias, apesar da indução de um estado alternativo de consciência a partir de uma droga, não dispensam a construção da relação terapêutica com um técnico de saúde devidamente formado e preparado para a condução do processo: “La terapia psicodélica deberá empezar, necesariamente, sin la administración de sustancias. Deberá haber un período previo de unas 2-3 sesiones como mínimo, en las que se establecerá la relación terapéutica, garantizando que ésta se caracterice por una plena confianza mutua.” (Ona et al., 2015, p. 96).

A ketamina é uma droga sintética, descoberta em 1962, que se caracteriza pelas suas propriedades anestésicas, sedativas e analgésicas (Cortés, 2013). De acordo com Jimenez-Garrido, Alcázar-Córcoles e Bouso (2015) e Cortés (2013) a sua utilização em doses sub-anestésicas é capaz de provocar experiências dissociativas nos consumidores, levando-os a uma *experiência de quase-morte* (*near-death experiences* – NDE’s). Foi bastante utilizada durante a guerra de Vietname no tratamento dos soldados feridos (Domino, 2010 *in* Jimenez-Garrido et al., 2015) e ainda hoje se utiliza massivamente em países em desenvolvimento ou em conflitos armados, dado o seu baixo preço (Chen y Malek, 2015 *in* Jimenez-Garrido et al., 2015). É ainda bastante usada no tratamento da dor crónica e aguda em contexto pediátrico e geriátrico (Pai y Heining, 2007 *in* Jimenez-Garrido et al., 2015).

Além dos múltiplos contextos de uso da ketamina, nomeadamente hospitais, clínicas veterinárias e centros de tratamento (Cortés, 2013), os consumidores em contextos recreativos desta droga procuram as mesmas sensações dos estados de *quase-morte*, nomeadamente: “(...) sentimientos de paz y alegría, un sentido de desapego del cuerpo, entrar en un mundo de transición de la oscuridad (movimientos rápidos a través de túneles: 'la experiencia del túnel'), emerger en la luz brillante, y 'entrar en la luz'. (Jansen, 1996).” (Jimenez-Garrido et al., 2015, p. 33). Um outro estudo (Muetzelfeldt, 2008 *in* Jimenez-Garrido et al., 2015) com consumidores recreativos de ketamina destacou que cerca de dois terços destes consumidores procuraram nesta droga alguns dos sintomas característicos da esquizofrenia, nomeadamente o “dissolver-se nos contextos”, alucinações visuais e experiências fora do corpo.

Interrogando-se acerca da recorrência com que as experiências de morte-renascimento (*death and rebirth*) aparecem na terapia psicadélica, Christopher Bache (2015) realizou auto-experimentações com LSD durante 1979 e 1999, totalizando 73 administrações durante esse período. As descrições das suas viagens foram realizadas com elevado detalhe, sendo registadas num diário constituído por 355 páginas. A sua descrição fenomenológica permitiu-lhe organizar as suas experiências em três domínios/fases da experiência psicadélica: 1) Condução das experiências de morte; 2) Experiências coletivas de morte-renascimento; e, finalmente, 3) Movimentos em espiral que o autor designou como contacto com o “Divino”. De acordo com o autor:

“Death comes in many shapes and sizes. It may steal in softly, melting your resistance slowly, or break through the door violently with drums pounding. Either way, if we want to experience the deeper currents and hidden secrets of the cosmos, sooner or later death calls to us.” (Bache, 2015, p. 81). Para o autor, as experiências de morte/renascimento representam um ciclo arquetipal que se repete múltiplas vezes, sendo percebido apenas com a utilização de psicadélicos: “Being an archetypal cycle, any single death-rebirth experience may incorporate material from multiple levels of reality. However, looking back at the larger trajectory of my sessions, I now recognize that this cycle was repeating itself in different forms as I moved into progressively deeper dimensions of consciousness. (Bache, 2015, p. 84).

O estudo de Pereira e Fernandes (2015) procurou caracterizar, do ponto de vista fenomenológico, as experiências de consumo de várias substâncias psicadélicas, nomeadamente o LSD, DMT e a ayahuasca. Os participantes – nove sujeitos (sete homens e duas mulheres) - tinham idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. Um deles era de nacionalidade brasileira e os restantes eram provenientes de várias cidades portuguesas. Todos eles eram consumidores regulares de LSD e, alguns deles, apresentavam também consumos de DMT e ayahuasca.

Através de entrevistas e de uma técnica de eliciação do discurso dos participantes através de frases-estímulo (excertos semi-projetivos) concluíram que a experiência psiconautica é bastante diversa, compreendendo uma vasta gama de sensações e vivências, apresentando ainda diferentes funcionalidades para os consumidores. Apesar das “más experiências”, estes sujeitos consumiam drogas como forma de expandir as suas perceções sobre o mundo: “It is also characterized as an enhance of attention to detail, sense of connection and harmony, accompanied by an increase in sensitivity to the environment and people” (Pereira & Fernandes, 2015, p. 68). Além disso, o consumo regular revela-se como um importante estímulo à criatividade: “(...) psychedelic use has an impact on creativity, but also in relationships with him/herself as well as with others, with frequent assignments to the psychedelic experience of more positive characteristics in person” (p. 71), bem como um facilitador da espiritualidade: “The psychedelic experience is referred as a facilitator of spirituality, improving the capacity of thinking about questions in new ways and establishing new links between concepts or ideas.” (p. 71). Este estudo permitiu ainda perceber que o consumidor que faz este tipo de uso apresenta uma consciência clara a propósito dos riscos envolvidos nas “más” experiências, evitando-as ou reduzindo a sua probabilidade durante a *trip*: “Everyone recognized some kind of risk inherent in the experience, but considered that the experience was worth the risk, and that such risks are likely to be reduced when some factors are controlled.” (p. 73).

Maria do Carmo Carvalho (2016) refere que desde os anos 90 se assistiu a uma associação entre o uso de substâncias psicoativas a festas e contextos recreativos noturnos em geral. Esses

contextos são de vários tipos tais como festas *techno*, *house*, *trance*, *rave*, *clubs* urbanos, *resorts* de férias, etc (Carvalho, 2016). Os estudos que se focam nesses consumos festivos permitem perceber “(...) um contexto de progressiva normalização, e de progressivo afastamento dessa compreensão criminológica emparelhada com a desviância (Aldridge et al, 2013; Parker, 2005; Parker et al, 1999 *in* Carvalho, 2016)” (Carvalho, 2016, p. 89). A investigadora recolheu os seus dados entre 2007 e 2009 e teve como técnica principal de recolha a observação naturalista. Inicialmente foram identificados, em diferentes zonas de Portugal, 1248 eventos festivos com as características estipuladas pela autora. Destes, apenas 128 foram eventos observados sendo que a análise detalhada e sistemática se realizou apenas em 14 desses eventos.

As drogas mais consumidas nestes ambientes são o álcool, a cannabis, o MDMA e a cocaína. Quanto aos resultados, Carvalho (2016, p. 372) refere: “Relativamente ao consumo, esta investigação oferece diversos argumentos que ilustram o papel apontado aos ambientes recreativos noturnos na transformação dos padrões de uso de SPA [substâncias psicoativas], concretamente o afastamento do paradigma do consumo problemático e a aproximação a um cenário de normalização”. Apesar disso, a elevada convivialidade entre os sujeitos nestes contextos traz novos riscos para os consumidores, nomeadamente a “(...) *minagem* de bebidas, o poliuso, o consumo de *shots*, o uso de SPA por via nasal, a embriaguez e o *binge-drinking*” (p. 373). Estes riscos trazem a necessidade de implementar e desenvolver estratégias de redução de riscos e minimização de danos (RRMD) não só nestes novos contextos de uso recreativo como também entre os consumidores problemáticos de drogas. É sobre essas estratégias que falaremos de seguida.

1.3.4. Da abstinência à gestão do risco: a redução de riscos e minimização de danos

Andrés e Trujols (2004) apresentam alguns princípios fundadores e definidores da identidade da RRMD, dos quais se destacam: 1) os sujeitos diferem no seu relacionamento com as Drogas (quer legais, quer ilegais), sendo um grupo bastante heterogéneo; 2) o prazer é uma componente fundamental no uso de drogas; 3) O efeito psicoactivo das drogas difere substancialmente de droga para droga, sendo consumidas de modos diversos e com variados fins; 4) as políticas dirigidas a eliminar o consumo foi e sempre será um fracasso. Vivemos numa sociedade com drogas e estas nunca irão desaparecer; 5) As desigualdades sociais e a discriminação social de alguns grupos leva a que essas pessoas se configurem enquanto populações vulneráveis, reduzindo a sua capacidade para diminuir os danos associados ao consumo; 6) Neste contexto, torna-se pertinente reduzir os riscos e minimizar os danos associados ao consumo de drogas, sem necessariamente eliminar o seu consumo.

O trabalho das equipas de RRMD comporta uma série de estratégias diferenciadas realizando-se quer nos territórios de consumo de drogas quer no encaminhamento dos utilizadores às diferentes estruturas socio-sanitárias existentes na comunidade (Andrade et al., 2007; Barbosa, 2009; Cruz, 2005). Dissemos o seguinte acerca disso num trabalho anterior: “Esse trabalho inscreve-se num conjunto de práticas interventivas características da RRMD das quais destacamos a troca e distribuição de material de consumo esterilizado aos utilizadores de drogas (sejam folhas de papel de estanho para o consumo fumado ou kits de consumo para os utilizadores que fazem administração endovenosa de drogas), a sensibilização para práticas menos prejudiciais associadas ao consumo de drogas (seja ao nível da alteração da via de consumo, seja através da diminuição da dosagem administrada), bem como a promoção da adesão a programas de substituição opiácea.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 11).

A filosofia e as estratégias da redução de danos estão enquadradas legalmente em Portugal no DL nº 183/2001 de 21 de junho, onde se pode ler na suas Disposições gerais e, em particular, no seu artigo 1º: “O presente diploma tem como objectivo a criação de programas e de estruturas sócio-sanitárias destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de toxicodependentes bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência”²³. Essas estruturas socio-sanitárias vão desde gabinetes de apoio, centros de acolhimento, centros de abrigo, pontos de contacto e de informação, espaços móveis de prevenção de doenças infecciosas até programas de substituição de baixo limiar de exigência, programas de troca de seringas, equipas de rua e programas para consumo vigiado. Tais estruturas e estratégias visam, por um lado, complementar as estratégias de prevenção primária, de tratamento e de reinserção já implementadas no terreno como pretendem também, por outro lado, nortear-se pelos princípios do pragmatismo e humanismo subjacentes à Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada no Conselho de Ministros nº46/99 de 22 de abril²⁴. De acordo com Cruz (2005, p. 67): “Os princípios do humanismo e pragmatismo considerados naquela estratégia nacional visam: “preservar no toxicodependente a consciência da sua própria dignidade e construir um meio de acesso a programas de tratamento ou de minimização da respectiva exclusão social” e “favorecendo a diminuição do risco de propagação de doenças infectocontagiosas e a redução da criminalidade associada a certas formas de toxicodependência””.

A RRMD foca-se nas condições ambientais em que as drogas são administradas, bem como nas consequências sócio-sanitárias dos consumos de elevado risco para a saúde do consumidor e

²³ Diário da República, 2001, p. 3594.

²⁴ Para o incremento dessa intervenção alternativa à abstinência de drogas, muito contribuiu o princípio da territorialidade, bem expressa no documento do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI): “Adoptar o princípio da territorialidade nas acções de luta contra a toxicodependência significa localizar e delimitar um espaço para nele desenhar ou perspectivar a intervenção nesta área” (PORI, documento de apoio, pág. 16).

da comunidade envolvente. Assim, a noção de “risco” torna-se central quando se abordam as estratégias de RRMD, trazendo consigo inevitavelmente as diferenças entre grupos sociais: os conjuntos populacionais mais pobres e em risco de exclusão social são mais suscetíveis ao risco do que os grupos com maior capital social e simbólico. Nesse sentido, Andrés e Trujols (2004, p. 144) referem: “En este sentido los contextos de exclusión, marginalidade y miséria en la que se encuentran algunos consumidores gravemente deteriorados precisarían implementar rapidamente tratamientos con heroína”.

Vimos já, em momentos anteriores deste trabalho, como foi em torno desta noção de “risco” que se criou, em particular nas últimas duas décadas do século passado, um discurso que alertava para os perigos do VIH, particularmente entre os heroinómanos injetores. Muita da intervenção de primeira linha, onde se englobava a RRMD, apareceu com o objetivo de controlar uma epidemia que recrudescia entre grupos já estigmatizados e sobre os quais recaía agora o perigo de contágio para a população dita “normal” ou “não consumidora”. Barbosa (2009) analisou a implementação e desenvolvimento das respostas de Redução de Danos em Portugal desde a sua fase clandestina até à sua legitimação política. A fase da experimentação realizou-se entre 1993 e 1998 e o seu aparecimento assentou na preocupação social gerada em torno do crescimento do número de utilizadores de drogas injetáveis, muitos deles infectados com o VIH. Foi, neste contexto, que surgiu no Porto, Coimbra e Lisboa, projetos de RRMD que se pautaram pelo carácter experimental: o “Contrato Cidade” na cidade do Porto, o Projeto STOP-SIDA em Coimbra e a Intervenção no Casal Ventoso em Lisboa (Barbosa, 2009).

A realidade espanhola não difere significativamente da Portuguesa sobre este aspeto. A este propósito, Andrés e Trujols (2004, p. 141) referem: “La RD [redução de danos] se operacionaliza en España en forma de programas para prevenir el sida em UDI [utilizador de drogas por via injetada]. La gravedad de la epidemia del sida en este colectivo representaba en los años 90 una situación de urgência ante la que era necessário actuar com rapidez y eficacia”. De forma análoga, a realidade portuguesa das duas últimas décadas do século XX levava também à mesma “situação de emergência” nomeadamente no controlo das transmissões pelo VIH, em particular entre os consumidores por via injetada. Essa situação é referida por Cruz (2005, p. 66) da seguinte forma: “A década de 80 vê surgir com maior visibilidade intervenções que, inscritas numa lógica de redução de riscos, avançam com respostas a factores de pressão social bem identificados: observa-se o cada vez maior problema da infecção pelo VIH mas também uma maior consciência da ineficácia das intervenções que, dirigidas para a abstinência, se limitam ao tratamento e combate ao tráfico e consumo”.

De acordo com Cruz (2005) e Andrade et al. (2007), a RRMD supera as limitações discursivas e interventivas quer do modelo biomédico quer do moral/legal ao tornar possível o desenvolvimento

de um conjunto de respostas interventivas que não têm na abstinência a sua principal finalidade terapêutica e/ou exclusiva assentando antes num conjunto de estratégias intermédias que visam, nomeadamente, garantir a dignidade e a cidadania do consumidor de drogas. As políticas de RRMD surgem, assim, num contexto de rutura face ao Edifício médico-psicológico que anteriormente apresentamos. Essa rutura deve-se, sobretudo, à possibilidade de negociar a criação de objetivos terapêuticos intermédios ou alternativos à abstinência, sendo que o racional orientador da sua *praxis* não se encontra cingido à ideia biomédica de “cura”, mas antes no direito dos sujeitos usarem as suas drogas em condições seguras.

Vimos, no primeiro subcapítulo deste edifício, como o toxicodependente rejeitou uma leitura assente na droga-doença convocando, ao mesmo tempo, uma outra forma de olhar e intervir no fenómeno-droga. Dissemos, num trabalho anterior, o seguinte a propósito da emergência da RRMD em Portugal: “A emergência da RRMD ao longo dos anos 90 pôs em causa a estabilidade normativa do dispositivo de “combate à droga”. Tal estabilidade assentava nas ordens terapêutica e jurídica, laboriosamente construídas ao longo de todo o século XX (Agra, 2009; Escotado, 1989/1998; Romani, 1999), e a ascensão das políticas de RRMD vem introduzir desordem neste *status quo*, que era marcado pela inoperância: consumos a aumentar, recaídas sucessivas nos programas terapêuticos, consumidores problemáticos longe das estruturas que lhes eram destinadas, aumento do controle policial e da população carcerária sem nenhum reflexo visível na redução da oferta e da procura, bem demonstrado pelo crescimento constante dos consumidores e dos mercados psicotrópicos.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 6). No mesmo sentido, para Andrade et al. (2007), os consumidores que não aderiam às terapias ditas convencionais “revelaram a necessidade de criar respostas na área da toxicodependência caracterizadas por uma abordagem de proximidade, de uma maior flexibilidade, e pelo respeito pela autonomia da pessoa nas suas escolhas relativamente à saúde (nomeadamente a escolha de não abandonar o consumo de substâncias ilícitas) e nas suas opções de vida em geral.” (p. 10).

De facto, as estratégias de RRMD permitiram que o consumidor deixasse de ser visto como um doente, alguém à mercê ou vítima da droga para passar a ser encarado como um ator social. Esta mudança na forma de ver e intervir no fenómeno traduziu-se, desde logo, ao nível da linguagem: tolerar em vez de perseguir, descriminalizar em vez de punir, olhar o utilizador como responsável por si e pelos seus atos em vez de o remeter para a posição passiva do doente à mercê da sua patologia, falar em “utilizador” em vez de “toxicodependente”. E progressivamente afirmava-se no terreno da política da existência: o direito ao consumo em vez da obrigatoriedade da abstinência, o direito à participação nas decisões que implicassem a vida dos utilizadores (Mata & Fernandes, 2016).

A redução de riscos surgiu, assim, como a possibilidade de devolver a dignidade e a cidadania àqueles que se encontravam numa situação de permanente marginalidade e exclusão. É, nesse sentido, que Cruz (2005, p. 69) refere: “Não se trata, portanto, apenas de fornecer banho, cama, roupa e seringa lavada. Reduzir danos, minimizar as consequências do consumo de drogas é também prevenir, não representando, como muitos pretendem, uma simples atitude desistente por parte de um Estado que se demite das suas funções, rendendo-se à inevitabilidade do consumo e do narcotráfico. Pelo contrário, estamos frente a um poder público menos moralista e essencialmente mais pragmático que observa que a população toxicodependente que recorre à resposta de tratamento instituída representa uma percentagem limitada do universo total de consumidores”. E, relativamente a estes últimos, como defende o autor, mais vale intervir que desviar o olhar...

Perante a pouca eficácia das respostas institucionais convencionais confrontadas com estes novos fenómenos, a rua começa também, sobretudo a partir dos anos 90, a ser olhada como palco de intervenção - aquilo a que genericamente tem vindo a chamar-se intervenção social de primeira linha ou intervenção de proximidade, de que são exemplo as equipas de rua a atuar junto de trabalhadores e trabalhadoras sexuais e/ou de toxicodependentes, os centros de abrigo/de acolhimento e os *drop ins* de baixo limiar de exigência (Mata & Fernandes, 2016). De acordo com Andrade et al. (2007, p. 11), o trabalho de rua é “também caracterizado por uma teia de relações entre técnicos, consumidores de substâncias e seus pares que, embora assumindo papéis diferenciados na relação, interagem de forma democrática nos processos de tomada de decisão relativamente ao percurso do utente (EMCDA, 2011)”. No mesmo sentido, e tendo como base a realidade brasileira, Jorge e Corradi-Webster (2012, p. 41) referem o seguinte: “A prática no espaço da rua deve incorporar o saber, a experiência e a cultura das pessoas que o constituem e deve ser construída baseada no vínculo, no acolhimento e na escuta qualificada”²⁵.

Partindo dos dados de uma investigação internacional realizada durante o ano de 2004, Fernandes, Pinto e Oliveira (2006) tiraram uma “fotografia nacional” às práticas de RRMD em Portugal realizando ainda uma breve análise crítica sobre a mesma. O estudo visou responder a várias questões, nomeadamente: “que práticas a constituem, que tipos de organizações a acolhem, que profissionais a realizam, que utilizadores de substâncias psicoactivas são os seus destinatários” (Fernandes et al., 2006, p. 72). Os resultados podem ser resumidos em dois aspetos: - dos técnicos de RRMD; - da população-alvo. Quando ao primeiro, os autores referem que se tratavam de “equipas pequenas, na ordem dos 6 elementos; tendencialmente femininos na sua constituição no

²⁵ Esse modelo interventivo no fenómeno droga assente numa lógica territorial tem assumido, no contexto brasileiro, a expressão de “consultórios de rua”, atuando nos cenários de venda e uso de drogas (e.g. Andrade, 2011; Filho, 1993; Jorge & Corradi-Webster, 2012; Lancetti, 2008; Oliveira, 2008; Raupp & Adorno, 2010). Estes dispositivos de assistência têm como base a reforma psiquiátrica brasileira que emergiu nos anos 70 do século XX, consolidando-se como política de saúde neste país nas décadas seguintes. Para uma análise detalhada do percurso da reforma psiquiátrica no Brasil e suas consequências na Saúde Mental brasileira, ver Pitta (2011).

Norte e de maior equilíbrio entre os géneros na área metropolitana de Lisboa; também tendencialmente jovens; constituídas por psicólogos, assistentes sociais, médicos e enfermeiros, com ou sem experiência profissional anterior no âmbito das drogas; muito dificilmente integrando ex-utilizadores de drogas e mantendo os seus profissionais em situação de vínculo precário.” (Fernandes et al., 2006, 75). Relativamente ao segundo aspeto, os autores destacam “consumidores preferenciais de heroína e cocaína por via injetável, com longas histórias de consumo (mais de 10 anos) e com várias tentativas frustradas de tratamento, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, do sexo masculino, em situação de sem-abrigo, em ruptura familiar, com baixa escolaridade, portugueses, desligados da rede de cuidados e com contacto com o sistema judicial (...)” (Fernandes et al., 2006, p. 81).

No mesmo sentido, o estudo de Andrade et al. (2007) foi realizado através do acompanhamento de utilizadores de drogas que recorriram a diferentes equipas de rua a nível nacional. A amostra foi constituída por 331 utentes de 15 projetos de RRMD, sendo comparados no espaço de um ano diversos indicadores relacionados com as práticas de risco, a situação clínica e social e o perfil de consumo desses utilizadores de drogas. Os resultados mostraram melhorias significativas nos aspetos considerados, sobretudo por proporcionarem uma resposta de proximidade a estes sujeitos, que funcionou como “ponte” para respostas interventivas mais estruturadas na comunidade, nomeadamente em Hospitais, centros da Segurança Social, Centros de Saúde e Gabinetes de Apoio. De acordo com Andrade et al. (2007, p. 21): “Após um ano de intervenção das equipas de rua, os resultados descritos descrevem ganhos importantes para os utentes, ganhos estes que se consubstanciam numa qualidade de vida superior à do início da intervenção (tendo em conta os parâmetros estudados) com comportamentos de um maior nível de protecção e de menor risco para a sua saúde e a nível social”.

Em síntese, a progressiva afirmação das políticas de RRMD deu um importante contributo para a reorganização do dispositivo da droga, nomeadamente pelo reconhecimento da insuficiência das respostas repressivas e de tratamento na gestão do problema. Mas, sobretudo, criou espaço para a intervenção de proximidade, para a ligação das práticas interventivas ao território, para a leitura contextual e comunitária dum problema que até aí era visto como resultado, essencialmente, da ação de um químico sobre um indivíduo.

2. ETNOGRAFIAS URBANAS DAS DROGAS

Apesar da insistência discursiva em torno das periferias sociais urbanas e dos territórios das drogas ser predominantemente negativa, contribuindo para a amplificação dos problemas que essas comunidades já experienciam no seu cotidiano, os estudos etnográficos realizados nestes locais mostram que os mesmos se caracterizam pela complexidade da sua organização social e pela existência de múltiplas sociabilidades entre os seus elementos. Essas sociabilidades revelam-se fundamentais para a vida nas margens mostrando como o indivíduo, simultaneamente, se adapta às contingências estruturais e como revela, ao mesmo tempo, agência face às mesmas (Bourgois, 1995/1996; O' Gorman, 2016; Vasconcelos, 2003). Nos termos de Medeiros (2019, p. 145): “Pesquisas etnográficas ressaltam que, embora esses lugares sejam produtores ou receptores de personagens que são rotulados, estigmatizados e que recebem tratamento social diferenciado, são também lugares de promessa de sociabilidade, de construção de identidade, pertencimento, solidariedade, emoções, sofrimento, conflito, ajuda mútua e visibilidade”²⁶.

Neste capítulo apresentaremos um conjunto de trabalhos que tiveram as drogas como foco principal de pesquisa e a etnografia como método central. Como se verá, elas realizaram-se em várias épocas, diferenciando-se ainda quanto ao tempo do investigador no terreno. Na apresentação que faremos de seguida dispensar-nos-emos de expôr os aspetos metodológicos desses trabalhos pois eles foram, *grosso modo*, os mesmos pressupostos que orientam qualquer pesquisa etnográfica. No entanto, cada trabalho apresenta necessariamente especificidades metodológicas que importa considerar²⁷. Remetemos essa breve análise para o subcapítulo final intitulado *Etnografias urbanas das drogas – o que as une e as separa*.

À semelhança do que fizemos num trabalho anterior para o conceito de Periferia Desqualificada (ver Fernandes & Mata, 2015), apresentamos os estudos etnográficos das drogas em contexto urbano para diferentes continentes (nas Américas, Europa, África, Ásia e Oceania). Fizemos para o contexto internacional aquilo que Saporì e Medeiros (2010, p. 11) consideram ser necessário para o caso brasileiro: “É imprescindível que as realidades de outras regiões metropolitanas sejam contempladas, viabilizando estudos comparativos que explicitem o que há de comum e o que há de singular no fenómeno.”

²⁶ Como veremos mais adiante, os lugares onde realizamos a nossa pesquisa são simultaneamente lugares mediatizados como da exclusão e da violência, mas também lugares de pertença social e da possibilidade de construção de novas identidades.

²⁷ Apesar dos aspetos comuns às diferentes etnografias, Beckerleg e Hundt (2004) referem-se aos efeitos contraproducentes de se assimilar e adotar acritica e passivamente os pressupostos metodológicos de uma etnografia para outra. Os contextos, os atores, o objeto e até mesmo o próprio investigador estão mergulhados num conjunto de particularidades e de contingências que torna difícil a operacionalização dos princípios metodológicos de forma transversal a diferentes realidades empíricas.

Iniciámos, já de seguida, com as etnografias realizadas na América do Norte, Central e do Sul.

2.1. Na América do Norte, Central e do Sul

Os anos 60 do século XX foram um marco pioneiro no domínio da etnografia urbana das drogas. Agar (1977) fala-nos de três etnografias clássicas sobre o tema realizadas nos Estados Unidos da América: *Taking Care of Business* de Edward Preble e John Casey, publicada em 1969; *Ideological Supports to Becoming and Remaining a Heroin Addict* de Harvey Feldman, publicada em 1968; e *The World of the Righteous dope fiend* de Alan Sutter, publicada em 1966. Todos estes trabalhos tiveram como marca inovadora a contestação da ideia científica dominante e mediaticamente construída sobre o consumidor de drogas: “In these few studies, the addict was described as an active, inteligente, dynamic member of the street scene – anything but a social-psychological failure” (Agar, 1977, p. 145).

Foquemo-nos no primeiro dos trabalhos etnográficos sobre o fenómeno droga em contexto urbano feito por Edward Preble e John Casey em Nova Iorque. Em março de 1969, estes autores publicam no *The International Journal of the Addictions* um estudo que é, para muitos autores (e.g. Dembo, 1997), considerado o primeiro trabalho deste género acerca do tema: *Taking Care of Business – the heroin user’s life on the street*. Como o próprio título sugere, os autores procuraram compreender o estilo de vida de alguns consumidores de heroína nalguns bairros da cidade de Nova Iorque, nomeadamente em quatro deles: *East Harlem*, *Lower East Side*, *Yorkville* e *Claremont* (Bronx). Procuraram também conhecer a forma como se organizava o mercado e o consumo de heroína nas ruas. Muitos dos habitantes destas zonas eram predominantemente de raça negra e nacionalidade porto-riquenha, sendo também alguns deles irlandeses e italianos. No total, os autores contactaram cerca de 150 informantes de diferentes etnias e nacionalidades.

Do ponto de vista metodológico, os autores combinaram entrevistas em profundidade a alguns pacientes do *Manhattan State Hospital Drug Addiction Unit* com observação participante e entrevistas etnográficas a estes indivíduos nos territórios acima referidos²⁸. As suas conclusões permitiram perceber que o submundo da heroína não se relacionava apenas com o consumo e/ou venda da droga, existindo também um conjunto de significados, atividades e funções sociais que faziam com que os seus protagonistas se sentissem inseridos e, sobretudo, enraizados nestes contextos. Assim, a tese vigente e hegemónica na altura, de que o consumo de drogas nestes sujeitos é o resultado de problemas psicológicos ou a tradução de *deficits* no relacionamento

²⁸ Os autores concluíram que cerca de 85% dos pacientes heroíno-dependentes do *Manhattan State Hospital* eram provenientes dos principais bairros da cidade, nomeadamente aqueles que os autores caracterizaram.

interpessoal foi posta em causa com este trabalho e por todos aqueles que procuraram observar os protagonistas da heroína nas ruas, a partir de uma grelha proximal e etnográfica. Como referem os autores a este propósito: “Their behavior is anything but an escape from life. They are actively engaged in meaningful activities and relationships seven days a week. The brief moments of euphoria after each administration of a small amount of heroin constitute a small fraction of their daily lives (...) They are always on the move and must be alert, flexible, and resourcefull.” (Preble & Casey, 1969, p. 14)²⁹.

Os seus resultados permitiram ainda perceber que o submundo da heroína apresenta um funcionamento hierárquico, dotado de regras e que se organiza em forma piramidal: há atores que estão no topo da pirâmide, que raramente se misturam ou relacionam com aqueles que desempenham e protagonizam o fenómeno nas ruas, isto é, que estão na base da pirâmide. Assim, os autores identificaram e caracterizaram sete tipos de atores sociais com diferentes funções e, sobretudo, com diferentes estatutos no mercado de rua de heroína de Nova Iorque. Do topo da pirâmide para a base temos: *lieutenant*, *testers*, *drop-men*, *salesmen*, *streeters*, *taste faces* e *accommodators* (Preble & Casey, 1969). O *lieutenant* está nos bastidores do mercado de rua. A sua função passa por fornecer produto para os atores que se encontram na posição logo abaixo da pirâmide das drogas, recolhendo também o dinheiro gerado com a venda. Caracterizam-se ainda pelo uso frequente da violência quando alguma regra não é cumprida. Alguns *lieutenants* ganham salário mensal com o abastecimento do produto em determinada zona da Cidade ou então recebem à comissão consoante o escoamento da droga nessas zonas. Já os *testers* são atores cuja função passa pelo teste ou prova do produto, aferindo a sua pureza e qualidade. Têm como função garantir que a droga está pronta a ser vendida e que é de qualidade sob pena de se poderem perder clientes para outros mercados de heroína da cidade. Normalmente são consumidores com uma boa relação com os *dealers* e muito do pagamento a estes atores é feito em droga e, nalguns casos, em dinheiro.

Os *drop-mans* são, sobretudo, indivíduos jovens, tendo como função o transporte de drogas de um local para o outro. Muitas vezes esse transporte é de dinheiro resultante do *deal*. Os *salesmans* são os *dealers* propriamente ditos, fazendo os seus negócios nas ruas. Normalmente são sujeitos jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos. A precocidade na idade faz com que estes indivíduos tenham, regra geral, um cadastro menos marcado do que sujeitos mais velhos, diminuindo a atenção policial sobre as atividades em curso: “Being young, they usually do not have a police record, and they attract less attention from the police” (Preble & Casey, 1969, p. 25). Já os *streeters* têm como função angariar potenciais clientes para o *dealer* ou pequeno grupo de *dealers* para o qual trabalham. A troca por este serviço passa pelo fornecimento de droga

²⁹ Os dados empíricos que apresentaremos mais adiante acerca dos atores e dos territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto permitem corroborar esta conclusão de Preble e Cassey para os submundos da heroína em Nova Iorque nos anos 50.

suficiente para que eliminem a sua ressaca. Normalmente são sujeitos que frequentam de forma permanente e assídua determinado território psicotrópico ou, nos termos destes atores, estão “always on the set” (Preble & Casey, 1969, p. 26).

Os penúltimos atores desta pirâmide são os *taste faces*. A sua função passa pelo fornecimento de material de consumo a atores que necessitam, como por exemplo, seringas, filtros ou caricas de garrafas para os consumos injetados. Normalmente são também consumidores e realizam esse trabalho como forma de subsistência na vida nas drogas. Por fim, os elementos mais basais da pirâmide do submundo da heroína em Nova Iorque são os *acommodators*, tratando-se de atores cuja função passa por comprar produto para um consumidor que é novo na zona, não tendo ainda nenhuma ligação com o mercado de drogas. O pagamento a estes sujeitos é feito ou com uma pequena parte do produto comprado ou em dinheiro.

Os autores traçaram também a evolução do mercado de heroína na cidade de Nova Iorque desde a primeira guerra mundial até a altura da publicação do seu artigo (1969). Esse trabalho permitiu compreender um conjunto de etapas que se diferenciam quanto à pureza do produto e com o abastecimento da droga nestes territórios psicotrópicos. No início da década de 60 do século XX, a cidade sofreu um considerável corte no fornecimento de heroína, o que fez com que os *dealers* locais aumentassem para o dobro ou o triplo o preço de venda do “produto”: “During this time the demand for the meager supplies of heroin was so great that those who had supplies were able to double and triple their prices and further adulterate the quality” (Preble & Casey, 1969, p. 19). Esta situação teve consequências na vida dos heroinómanos, nomeadamente ao nível da sua coesão interna enquanto grupo, surgindo comportamentos de competição e de violência entre eles que não eram tão frequentes antes dessa falha no abastecimento: “There is no longer a sub-culture of addicts based on social cohesion and emotional identification, but rather a loose association of individuals and parallel couples” (p. 20). O aumento do preço de venda da heroína traduziu-se ainda no aumento das atividades criminais, nomeadamente roubos por parte dos consumidores, uma vez que estes deixaram de conseguir arrecadar, de modo dito lícito, o dinheiro suficiente para os seus consumos diários. Não é de estranhar, portanto, que por essa altura, cerca de 70% dos reclusos do *New York City Department of Correction* estivessem direta ou indiretamente envolvidos em crimes relacionados com as drogas (Preble & Casey, 1969).

Mais recentemente, o antropólogo Phillipe Bourgois é um nome incontornável quando se aborda a etnografia urbana das drogas a nível mundial. O investigador tem feito trabalho de campo em diferentes cidades norte-americanas (e.g. Nova Iorque, San Francisco e Filadélfia) e canadianas (e.g. Vancouver e Montreal). Os seus estudos assinalam diferenças importantes ao nível da expressão do fenómeno droga nestas cidades, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de drogas comercializadas e consumidas e as formas de consumo das mesmas.

O seu livro *In Search of Respect - Selling Crack in El Barrio* publicado em 1995 mostra claramente a existência de uma economia informal em torno das drogas na parte porto-riquenha do *East Harlem* nova-iorquino. O trabalho de campo realizou-se entre a primavera de 1985 e o ano de 1990 e permitiu constatar que a venda e o consumo de substâncias psicoativas nesses territórios eram apenas as faces visíveis de processos sociais mais vastos e profundos que se relacionavam com a pobreza urbana e marginalização constante dessas populações: “Retail drug sales easily outcompete other income-generating opportunities, whether legal or illegal” (Bourgois, 1995/1996, p. 3). Nessa altura, no *East Harlem*, 38.9% dos residentes viviam abaixo da linha de pobreza sendo que a percentagem baixava para 16.3% quando se considerava a população total de Nova Iorque. Os indicadores sociodemográficos levantados pelo autor mostraram ainda que apenas 48% dos homens e 35% das mulheres em idade ativa neste território se encontravam empregados. Perante estes dados, Bourgois faz, logo na introdução da sua monografia, uma advertência aos leitores: “This book is not about *crack*, or drugs, per se. Substance abuse in the inner city is merely a symptom – and a vivid symbol – of deeper dynamics of social marginalization and alienation” (p.2)

Ao nível das conclusões, o etnógrafo encontrou evidências empíricas sobre o fenómeno droga no *El Barrio* bastante semelhantes àquelas que outros etnógrafos, que se debruçaram sobre o mesmo objeto, também encontraram. Falamos, principalmente, da organização do *submundo do crack* em forma de pirâmide, apresentando uma pluralidade de atores envolvidos em diversas funções. Essa organização era hierárquica e só se tornava viável se os seus protagonistas respeitassem escrupulosamente as hierarquias requerendo que sejam, nos seus termos, “(...) disciplined workers in order to be successful” (Bourgois, 1995/1996, p. 77). Nada de diferente, segundo o autor, de outros mercados ilegais, que tragam riscos acrescidos para os seus protagonistas: “The logistics of selling *crack* are not dramatically different from those of any other risky private sector retail enterprise” (Bourgois, 1995/1996, p. 77). Phillipe Bourgois descreveu ainda com um elevado pormenor alguns pontos de venda de *crack* no *El Barrio*. A sua descrição é tão densa – no sentido verdadeiramente geertziano do termo – que entusiasma rapidamente qualquer leitor dos seus trabalhos, proporcionando um conhecimento aprofundado de contextos urbanos de difícil acesso. Um dos locais de *deal* descritos na sua etnografia situava-se no recreio da Escola Primária do *East Harlem*. Aqui, as brincadeiras das crianças coexistiam de forma pacífica com as transações de *crack* a todo o momento: “The elementary school children are treated to this spectacle every single day on their way to and from school” (Bourgois, 1998, p. 64)³⁰.

Mas não foi apenas ao nível do *deal* no *East Harlem* que Bourgois caracterizou a organização hierárquica do mundo das drogas. Também nos sujeitos que se situavam na base da pirâmide

³⁰ Fernandes (1997), na sua etnografia, nomeou estes fenómenos de socialização no submundo das drogas como a “exposição ao pó”. As crianças do Harlem tornaram-se, por isso, pelo efeito dessa exposição permanente ao *deal*, como elementos recrutáveis para o mercado de drogas. Retomaremos, na nossa secção monográfica, os efeitos desta socialização *drug* nos “nossos” territórios psicotrópicos.

existia um conjunto de hierarquias que estruturavam uma economia em torno do *crack*. Entre as variadas formas de se arranjar dinheiro para a “pedra³¹”, alguns consumidores nas *shooting galleries* do *El Barrio*, vendiam seringas a consumidores que não as possuíam na altura dos seus consumos a troco de uma pequena parte da substância; outros injetavam aqueles que tinham dificuldade em fazê-lo em si próprios a troco do produto desejado para aliviar a ressaca. Vejamos a forma como Bourgois nos descreve o caso de Pop, um viciado em *crack*, que uma das formas de angariar dinheiro para o seu vício passava por injetar outros consumidores: “(...) in the shooting gallery when Slim asks Pop to ‘shoot’ him in the neck, he considers it a favor. Pop, a superannuated dope fiend who is proud of his skill, is only too happy to oblige.” (Bourgois, 1998, p. 63).

Depois do seu trabalho em Nova Iorque no *East Harlem*, Bourgois realizou, entre agosto de 2000 e o ano de 2003³², um estudo etnográfico na cidade de San Francisco (EUA), mais concretamente, com alguns injetores de heroína no bairro de Haight Ashbury. De acordo com o autor, este bairro tem um historial associado à contracultura americana estando mesmo, nos anos 60, associado ao movimento *hippie*. Tratava-se, nessa altura, nos termos de Bourgois, Prince e Moss (2004, p. 253) de uma “meca da contracultura juvenil”. As drogas usadas nos anos 60 eram, sobretudo, as psicadélicas. No entanto, na altura do trabalho de campo de Bourgois, o bairro reunia um número significativo de sem-abrigo que usavam anfetaminas e heroína por via injetada, sendo os mesmos provenientes dos meios operários desfavorecidos da zona. A faixa etária desses sujeitos ia desde a adolescência até aos quarenta e poucos anos, mas a maioria dos indivíduos estava na segunda metade dos vinte. Este cenário urbano criou as condições para que Haight Ashbury deixasse de ter a paz e o amor enquanto símbolos privilegiados da cultura *hippie* e passasse a ter no seu seio um clima de violência institucionalizada e persistente (Bourgois et al., 2004). O facto desta população se encontrar à margem da cidade dominante e “normal” tornava-a mais exposta e vulnerável do ponto de vista sanitário, apresentando taxas mais elevadas de infecção pelo VIH e VHC, nomeadamente devido à maior partilha de seringas e outros materiais de consumo quando comparada com outras zonas da Cidade. Como refere o autor: “We are documenting through direct observation the complex dynamics of intensive heroin addiction among one of the most socially marginal cohorts with elevated HIV risks in the industrialized world.” (Bourgois, 1998, p. 2329).

Devido à precariedade do quadro de vida de muitos dos consumidores da zona, Bourgois destacou e caracterizou um conjunto de estratégias nestes atores que visavam assegurar a sua sobrevivência diária. Além disso, essa comunidade apresentava uma hierarquia muito própria, desde alianças e companheirismo até rivalidades e traições: aquilo a que Bourgois designou como

³¹ “Pedra” é o termo que normalmente se utiliza nestes territórios para designar a base de cocaína.

³² Durante este período, o trabalho de campo apresentou diferentes fases, das quais uma mais intensiva entre agosto de 2000 e dezembro de 2001 e outra que foi apenas *follow-up* entre 2002 e 2003.

a *economia moral dos adictos*. A ideia de uma comunidade homogênea e que permanece de forma passiva nas margens da Cidade não tem correspondência com aquilo que Bourgois constatou entre os injetores de heroína de San Francisco: “This has led us to critique many of the oversimplified understandings of drug use and HIV infection that rely primarily on quantitative epidemiological surveys and/or qualitative self-report interviews conducted outsider their indigenous context.” (Bourgois, 1998, p. 2329). A sua pesquisa permitiu ainda perceber que a partilha de material de consumo, apesar de estar associada à transmissão de vários vírus, tais como o HIV, permite também criar laços de amizade e companheirismo entre os consumidores. A solidariedade entre os injetores passa também pela partilha de produto entre dois ou mais indivíduos dividindo também, por vezes, o momento da viagem psicotrópica.

Os estudos etnográficos realizados em várias cidades norte-americanas permitiram concluir uma distribuição desigual do VIH. Essa diferença verificou-se também entre várias zonas no interior da mesma cidade. Assim, os territórios mais pobres apresentam maiores taxas de transmissão do vírus comparativamente às zonas mais ricas e prosperantes³³. Esta situação levou a que Ciccarone e Bourgois (2003, p. 2049), referissem o seguinte: “Geographical location, consequently, has emerged as a proxy variable for behavioral, environmental, historical, and/or structured factors that still need to be explained”. Além disso, as próprias substâncias psicotrópicas apresentam uma distribuição urbana desigual, levando a formas de consumos das mesmas bastante distintas em diferentes zonas. Assim, e tendo ainda o contexto dos Estados Unidos da América como pano de fundo, nas cidades a Oeste do Rio Mississippi, encontra-se com maior facilidade uma heroína escura, pegajosa e semelhante a resina, também designada por *black tar heroin* (BTH). Esta droga é proveniente essencialmente do México, enquanto que nas cidades a Este desse rio encontra-se, sobretudo, uma heroína de cor branca e em formato de pó, sendo importada essencialmente de países do sul da Ásia e da América do Sul. Apesar disso, há cidades onde os mercados destes dois tipos de heroína estão presentes em simultâneo: casos da cidade de New Orleans e de St. Louis (Ciccarone & Bourgois, 2003).

Segundo Ciccarone e Bourgois (2003) nas cidades onde se verifica um maior mercado de BTH, as taxas de HIV entre a população consumidora são mais baixas comparativamente aos consumidores dos locais onde prevalece o mercado de heroína em pó. O carácter proximal do método etnográfico permite perceber estas diferenças uma vez que: 1) na BTH os utilizadores por via injetada têm de passar constantemente por água as seringas após cada injeção pois quando isso não é feito aumenta a probabilidade de entupimento das mesmas e a perda consequente do produto. Esta prática reduz os resíduos de sangue nas seringas, diminuindo com isso o risco de transmissões do vírus. Tal como destacam Ciccarone e Bourgois (2003, p.3) a propósito das

³³ Tínhamos já encontrado alguns trabalhos científicos que mostram claramente esta distribuição desigual do VIH em diferentes cidades e entre zonas no interior da mesma cidade - ver, a este respeito, Le Marcis (2004).

práticas de consumo dos injetores em San Francisco: “(...) rinsing, or flushing, thus has a dual effect: a direct one, to keep syringe mechanisms working and an indirect one, the reduction of residual blood volume in the syringe” (Ciccarone & Bourgois, 2003, p. 3); 2) na BTH é necessário o aquecimento prévio do produto de modo a aumentar a sua solubilidade: “Heroin solution that is cooled is often viscous and can be difficult to inject through fine gauged needles. Hence, BTH-using IDUs heat their solutions more thoroughly” (Ciccarone & Bourgois, 2003, p. 4); 3) a BTH promove uma rápida esclerose venosa entre os injetores da droga, levando-os a procurar outras zonas de injeção (subcutânea e intramuscular), diminuindo o risco de transmissão por via sanguínea (Bourgois, 1998; Ciccarone & Bourgois, 2003).

Os consumidores de drogas nas diferentes cidades são um grupo bastante heterogêneo, nomeadamente quanto às substâncias com que iniciam a sua trajetória de consumo, as formas de administração das mesmas ou até mesmo quanto à adesão a programas de tratamento. Quanto a este último aspeto, Bourgois (2000) destaca uma diferença assinalável no acesso dos heroinómanos de Nova Iorque aos programas de substituição opiácea com metadona relativamente aos de San Francisco. Na cidade nova-iorquina, o modelo biomédico é dominante, considerando que a dependência de drogas é uma doença do cérebro e que requer, sobretudo, uma intervenção medicamentosa. Isto cria as condições para uma maior aceitação e acesso aos referidos programas apesar de: “Methadone treatment is a multi-million dollar treatment and research for-profit industry located at dozens of accessible, usually federally-subsidized clinics and research hospitals” (Bourgois, 2000, p. 174). Contrariamente à cidade da costa Este dos EUA, a cidade de São Francisco está imbuída culturalmente pelo discurso da *New Age*, celebrando-se a saúde e os corpos livres de drogas, assentando num discurso puritano. Este caldo cultural tem consequências ao nível da disponibilidade e acesso dos consumidores de heroína aos tratamentos de metadona, uma vez que as entidades políticas desta cidade da costa Oeste vêem os referidos programas como um genocídio contra as pessoas de cor (Bourgois, 2000). Devido a isto, os heroinómanos de São Francisco têm maior dificuldade em aceder aos programas de metadona relativamente aos de Nova Iorque, estando esses tratamentos destinados, sobretudo, aos consumidores que apresentam um risco de contágio, seja ao nível de tuberculoses ou do VIH, funcionando a adesão aos referidos programas como uma estratégia de controlo, vigilância e monitorização permanente desses indivíduos.

O trabalho de Mars, Bourgois, Karandinos, Montero e Ciccarone (2014) comparou as trajetórias dos consumidores de drogas em duas cidades diferentes: Filadélfia e San Francisco. Os consumidores de Filadélfia são, na sua grande maioria, provenientes de bairros da classe operária da zona ou de subúrbios em declínio. São maioritariamente de raça branca e muitos deles iniciaram a sua carreira de consumo com pastilhas de derivados de ópio, nomeadamente o *Percocet* e o *Oxycontin*, e só depois é que passaram para o consumo de outras drogas. Já os consumidores de

San Francisco iniciaram os seus consumos noutras zonas do país e só depois é que vieram para esta cidade californiana. Apresentam maior diversidade do ponto de vista étnico encontrando-se, por exemplo, uma larga presença de consumidores afro-americanos, que se apresentam bem inseridos nas suas etnias. Importa referir também que as diferenças encontradas entre os consumidores de Filadélfia e de São Francisco não pode ser dissociadas do tipo de cidade onde se inserem. Filadélfia é das cidades mais pobres dos EUA e está fortemente associada à guetização e periferização dos seus setores mais desfavorecidos. Esta cidade apresentou uma perda constante de habitantes entre 1959 e 2010 e exibe ainda sinais evidentes de desindustrialização ao longo do tempo, contendo bastantes edifícios industriais ao abandono. Pelo contrário, San Francisco é uma cidade com maior heterogeneidade cultural e, apesar de tudo, mais integradora, apesar dos processos de gentrificação que atravessa (Mars et al., 2014).

Continuemos no continente Americano mas passemos agora para a América Central. Foquemo-nos, mais concretamente, na Nicarágua. O estudo etnográfico de Dennis Rodgers (2008) iniciou-se em 1996 no bairro Luis Fanor Hernández em Manágua e durou cerca de um ano. Este bairro é considerado um dos mais pobres e simultaneamente mais perigosos de toda a Nicarágua. Situa-se a sudoeste de Manágua, possui cerca de 3000 habitantes e 400 agregados familiares formado por bolsas de populações migrantes que se deslocaram dos campos para a cidade durante a migração maciça dos anos 60 do século XX (Rodgers, 2008).

O objetivo inicial de Rodgers passou por compreender a forma como os indivíduos e as comunidades pobres de Manágua se organizavam de forma a lidarem com as crises económicas profundas, largamente descritas como uma característica dominante da Nicarágua Pós-revolucionária (Rodgers, 2007). O autor inscreve a sua pesquisa no seio de outras investigações antropológicas que caracterizaram e tipificaram estratégias de cooperação em populações pobres na América Latina (e.g. González de la Rocha, 1994; Lloyd, 1979; Lomnitz, 1977 *in* Rodgers, 2007). Contudo, os níveis de violência verificados durante as primeiras semanas de terreno levaram a que o investigador deslocasse os seus objetivos iniciais para o tema da violência urbana, abandonando os objetivos traçados inicialmente. Como refere o investigador num dos seus artigos (Rodgers, 2001, p. 5): “I encountered “in the field” differed so much from the picture garnered from my prior readings that these might as well have been about another country altogether, and in the days following my arrival in Nicaragua I more or less felt as if i was beginning a totally new thesis”³⁴.

Assim, e tendo já como foco o seu novo objetivo de pesquisa, começou a socializar-se com um grupo de jovens (*los pandillas*) do Luis Hernández, inicialmente com Júlio e depois alargando o seu quadro de relações a Miguel, Jairo, Pedro e Jader. Rodgers (2007) aponta a sua idade na altura

³⁴ Esta situação levou o autor a referir que se tratou de uma “pesquisa involuntária” no sentido que lhe deu Raymond Lee (1995 *in* Rodgers, 2007).

(23 anos) e o facto de ser do sexo masculino como fatores determinantes para a sua inserção neste grupo, essencialmente devido à estrutura machista da sociedade nicaraguense. Outro fator importante para a socialização nos *pandillas* foi a “cabeça rapada” do autor, juntamente com a forma como se vestia (roupas largas, por exemplo). A socialização neste grupo abriu-lhe novas direções na pesquisa. Uma delas foi a questão das drogas. O *deal* no bairro – organizado em pirâmide, uma “pirâmide de economia das drogas” (Rodgers, 2008, p. 4) – não deve ser dissociado, de acordo com as suas conclusões, das políticas de privatização e desmantelamento dos serviços públicos nesse país durante o período revolucionário e que contribuíram para um maior isolamento e afastamento dos habitantes do bairro Luis Hernández relativamente aos recursos materiais, sociais e simbólicos da Cidade Central. Nesse sentido, os *pandilleros* do Bairro Luiz Hérnandes nomeavam-se frequentemente como “Los Sobrevivientes”, fazendo alusão ao nome pré-revolucionário do Bairro – *La Sobrevivencia* – espelhando desta forma também o orgulho pelo passado do seu bairro. Segundo o relato de um velho habitante do Luis Hernández, Don Sergio: “(...) ‘the barrio was called ‘La Sobrevivencia’ then, because we were so poor that all we ever managed to do was survive.” (in Rodgers, 2008, p.2). Além disso, a precarização do mercado de trabalho e os índices de pobreza nesse bairro levaram a que as suas populações tivessem que realizar uma série de atividades paralelas ao mercado de trabalho formal de modo a garantir a sua subsistência. Dessas atividades, a venda de drogas assumiu particular destaque sendo que, na altura do trabalho de campo de Rodgers, cerca de dois terços das habitações do bairro Luiz Hernandes eram pontos de venda de substâncias psicoativas (Rodgers, 2008).

Contudo, o mercado de drogas duras neste bairro teve apenas o seu apogeu entre o período de 1999 e 2016. Antes de 1999 existia, sobretudo, a venda e consumo de drogas leves, nomeadamente marijuana, colas e chãs à base de *floripón*, tendo o mercado e os consumos de cocaína pouca expressão até essa altura. A partir de 1999, o mercado da cocaína passou a estar concentrado em poucos indivíduos. Um deles foi *El Indio Viejo* (Old Indian), que Rodgers caracterizou na sua monografia. Trata-se de um morador do Luis Hernández sendo mesmo, no início dos anos 90, membro dos *pandilhas*, passando depois para a venda de marijuana e, posteriormente, para o abastecimento de cocaína no bairro: “After leaving the gang, he had started growing marijuana with his brother in a no-man’s land near the barrio, selling the crop mainly to a regular clientele of local gang members, but also to a small number of individuals from outside the neighbourhood.” (Rodgers, 2018, p. 262).

Em 1999, *El Indio Viejo* começou a vender exclusivamente cocaína ou, nos termos nativos, *langosta blanca*. Com a venda desta droga percebeu que tal negócio exigia uma organização especializada e hierarquizada onde cada ator envolvido soubesse exatamente o que fazer para que não se colocasse o negócio em risco. Rodgers destaca, assim, quatro atores envolvidos na venda de cocaína mas com distintas posições na pirâmide das drogas. Começando pelo topo da pirâmide

para a sua base, temos: *narco*, *púsheres*, *expendios* e *muleros* (Rodgers, 2008, 2018). O *narco* é responsável por abastecer o bairro com cocaína; os *púsheres* têm como função principal a preparação da cocaína em *crack*, através da introdução de bicarbonato de sódio ao cloridrato de cocaína. Além da preparação do produto podem ainda vendê-lo, mas sempre a partir do interior das suas casas. O *crack* tem um valor de mercado mais baixo do que a cocaína pura e é este produto “traçado” que se consome e vende no Luis Hernández em maior abundância; os restantes elementos da pirâmide das drogas são os *expendios* e os *muleros*. Os primeiros são proprietários de casas no interior do bairro e têm como função receber o *crack* depois de preparado enquanto que os *muleros* são os responsáveis pelo *deal* nas ruas do bairro, em *hotspots* designados como *tuquitos*. Tal como a organização em pirâmide sugere, os indivíduos do topo são sempre em menor número do que os que se situam na base: “In total, then, by 2002 the barrio Luis Fanor Hernández drug economy directly involved 29 individuals: one narco, nine púsheres, and 19 muleros” (Rodgers, 2018, p. 263).

Além da caracterização dos diferentes elementos que constituem a pirâmide das drogas no Luis Hernández, Rodgers foi também caracterizar as trajetórias de alguns atores das drogas, particularmente de *púsheres* e *muleros*. Segundo o autor, as trajetórias pós-*deal* destes indivíduos apresentam várias etapas, variando em função do tipo de drogas vendidas e na maior ou menor ligação com o mercado de drogas ao longo do tempo. A sua análise permitiu identificar três trajetórias-tipo, que o autor designa como *downsizing*, *destitution* e *diversification*. A primeira é a mais comum entre os vendedores de drogas deste bairro nicaraguense e a última é considerada a mais rara (Rodgers, 2018). O *downsizing* refere-se à diminuição do lucro obtido através da venda, após um período inicial de grandes fortunas arrecadas com o negócio. Uma das razões deste *downsizing* pode estar no consumo de drogas por parte de alguns *dealers*, fazendo com que uma boa parte do que lhes é fornecido para venda seja utilizado para o seu consumo diário; Por seu lado, sobre a *destitution*, Rodgers refere-se a ela da seguinte forma: “(...) their destitution was also a function of the particular spending habits that they had developed when drug dealing, as many attempted to maintain public patterns of ‘conspicuous consumption’ in the face of unemployment, underemployment, or low income streams by the unsustainable means of pawning off the luxury furniture, electronic appliances, white goods, motorbikes, etc they had bought when dealing drugs.” (Rodgers, 2018, p. 268). A destituição de alguns *dealers* no Luis Hernández colocou a nú as fragilidades económicas destes indivíduos, algo que a venda de drogas e a vida de ostentação de muitos deles mascarava; Por fim, a “saída” mais difícil e menos provável de um *dealer* é a diversificação (*diversification*), que implica numa saída em definitivo da pirâmide de venda de drogas. A abertura de um estabelecimento comercial ou o arranjar um emprego pode apresentar-se como uma alternativa viável à venda de drogas que, apesar do menor lucro que lhe está subjacente, acarreta menos riscos e perigos do que a vida no *deal*. Por vezes, a responsabilidade

familiar, nomeadamente o nascimento de um filho, pode traduzir-se numa motivação forte para a mudança de trajetória de alguns *dealers*, encontrando outras formas de sobrevivência que não passem mais pela venda de *crack* ou outras drogas.

Continuemos focados no continente americano mas subamos agora um pouco para a América do Norte e paremos no México. Juan Antonio Madrigal (2019) realizou uma etnografia na cidade fronteiriça de Tijuana com alguns migrantes deportados dos EUA que no regresso ao seu país de origem permaneciam e viviam nas ruas desta cidade. Segundo o autor: “En la ciudad de Tijuana, ubicada en la esquina más septentrional de América Latina y haciendo frontera con el estado más próspero de Estados Unidos, el proceso de devenir un habitante de calle se explica por una conjunción de violentos factores estructurales, contextuales y personales – más allá de los procesos de precarización laboral, gentrificación y especulación inmobiliaria neoliberal (...)” (p. 160). O trabalho de campo foi realizado entre 2015 e 2018 e focou-se numa comunidade de cerca de 60 pessoas que se situa entre as colónias de El Sober e El Mirador, rodeada por uma via rápida que liga a zona central da Cidade às praias.

A sua etnografia permite destacar três fatores que fazem com que alguns deportados permaneçam na zona fronteiriça e não voltem aos Estados Unidos: - primeiro, o medo de ser novamente encarcerado, muito devido ao endurecimento da legislação migratória dos últimos anos; - segundo, o consumo de drogas nas zonas fronteiriças, devido a uma reconfiguração do mercado de drogas em Tijuana nos últimos tempos; - terceiro, um exacerbamento da violência devido à especialização das organizações criminais vinculadas ao narcotráfico, cuja inserção nas mesmas se revela importante para a sobrevivência diária de alguns dos seus elementos (Madrigal, 2019). Foquemo-nos no segundo aspeto pois é aquele que mais nos importa para o nosso argumento. A partir das entrevistas biográficas realizadas percebeu-se que uma parte significativa dos atores que atravessaram a fronteira do México para os Estados Unidos iniciaram apenas os consumos de drogas duras, em particular de metanfetaminas, no local de destino, enquanto que no México apresentavam, sobretudo, consumos de Marijuana e Cocaína. Uma das razões apontadas por alguns consumidores de drogas de Tijuana para continuarem nas ruas da cidade prende-se com a diferença de preço das drogas nos dois lados da fronteira, sendo muito mais baratas em Tijuana do que nos EUA, levando-os a permanecer no lado mexicano: “(...) las poblaciones callejeras usuarias de drogas se mantienen atrapadas en la calle por un sentido de urgencia que los permea, una matriz de prácticas y significados limitada a sus urgencias y necesidades cotidianas.” (Madrigal, 2019, p. 171).

Contudo, o consumo continuado destas drogas num contexto marcado pela violência e a repressão constantes faz com que estes consumidores se detereorem e apresentem, desde logo

no próprio corpo³⁵, os sinais da sua degradação física onde se verifica “(...) la desnutrición, el maltrato corporal, la debilidad de sus funciones orgánicas, las emociones negativas de vergüenza y soledad– que también participan en el debilitamiento de la capacidad transformadora de su situación callejera” (p. 172). Assim, à situação de vulnerabilidade existencial destes indivíduos acrescenta-se uma vulnerabilidade sanitária. Contudo, além desse quadro de vida precário dos consumidores mexicanos de Tijuana, os consumos de drogas apresentam-se, neste contexto, como possibilidades de construção de novas identidades e novos laços afetivos (Madrigal, 2019).

Continuemos no contexto americano mas desçamos agora mais um pouco e situemo-nos na América Latina, em particular, no Brasil. Neste país, a dimensão mais problemática e com maior visibilidade pública ao nível da venda e consumo de drogas tem-se organizado nas chamadas cracolândias, situadas em diferentes cidades. Alessandra Teixeira (2018), que realizou uma discussão crítica dos artigos publicados no dossier *Em torno da Cracolândia Paulista* na revista *Ponto Urbe* (nº21), refere-se a elas como um território híbrido, “(...) no qual confluem distintas lógicas de intervenção, de gestão do território e de pessoas “indesejáveis”. Especulação imobiliária, interesses económicos em disputa, higienismos sociais, metas repressivas de prisão, encaminhamentos institucionais, estratégias difusas de controle social, remoções e despejos – todas elas práticas dotadas de distintos discursos, distintos modos de governar e distintos sujeitos, coexistem e concorrem à lógica constitutiva da Cracolândia como uma territorialidade itinerante e dispersiva do comércio de drogas, o que complexifica ainda mais sua análise” (Teixeira, 2018, p. 2).

O trabalho de campo de Tanielle Rui (2012) foi realizado entre 2008 e 2010 nas cidades de Campinas e São Paulo e procurou caracterizar os locais de consumo nestas duas cidades brasileiras bem como o quotidiano dos seus protagonistas. A sua inserção no terreno realizou-se através de equipas de redução de danos locais - o projeto PRD Campinas para a primeira cidade e o projeto *É de Lei* para São Paulo.

O facto de ter realizado o seu trabalho em dois territórios distintos permitiu identificar aspetos comuns e particularidades do fenómeno em cada uma das cidades consideradas. No caso de Campinas, o principal concentrador das atividades ligadas às drogas situava-se num prédio devoluto na Vila Industrial, localizado no interior de um bairro da cidade com o mesmo nome. Tal território psicotrópico é descrito pela autora da seguinte forma: “(...) está com os tijolos à vista, sem reboque, piso cimentado e carece de qualquer revestimento. Localizado na Vila Industrial, numa rua de fácil acesso ao centro da cidade de Campinas, o prédio foi ocupado por usuários de crack, pessoas em situação de rua e travestis.” (Rui, 2012, p. 169). Já em São Paulo adquire particular

³⁵ Veremos, de seguida, que esta descrição de Madrigal sobre os corpos de alguns consumidores de drogas em Tijuana encontra algumas semelhanças com os “corpos abjetos” dos “nóias” nas cracolândias brasileiras (ver Rui, 2012).

destaque uma cracolândia que funciona no interior de um dos bairros paulistas - o bairro da Luz - sendo este território caracterizado por uma maior heterogeneidade do que o anterior, apresentando atores diversificados num mesmo espaço: “(...) situações que acontecem num espaço curto de tempo, bem como dos diversos tipos de associação e interação que marcam o cotidiano desses usuários: negociações ora hostis, ora amigáveis com os comerciantes locais, grande assédio de instituições, heterogeneidade maior dos usuários e traficantes de crack, que, por outro lado, diferentemente do Paranapanema, mais frequentemente se confundem, tensa convivência com as diversas polícias (civil, militar, guarda metropolitana e, até, seguranças privados)” (Rui, 2012, p. 187)³⁶.

O seu trabalho incidiu também sobre a corporalidade dos consumidores, em particular daqueles que fazem, segundo a autora, consumos exagerados e radicais de drogas: os “nóias”, que se caracterizam pelos seus “corpos abjetos”³⁷. O “nóia” é, segundo Raupp e Adorno (2010), que também estudaram a cracolândia paulista, a abreviatura de “paranóia”, um dos efeitos mais frequentes do consumo compulsivo e continuado dessa droga, induzindo sensações de irritabilidade, tremores e atitudes bizarras nos “craqueiros”. Além disso, Rui (2012) refere que o discurso dominante faz equivaler estes atores à abjeção, fazendo com que os seus corpos sejam alvos permanentes de estigmatização e requerendo distância física, social e simbólica dos diferentes agentes sociais: “No âmbito das *ideias*, se julga o *nóia* pela perda de auto-controle, da *dignidade* e do *respeito* dos pares. Um *zumbi* é lançado ao mundo fantasmagórico” (Rui, 2012, p. 164).

A cracolândia é muito mais do que um concentrador espacial de indivíduos que vivem em torno das drogas. É, sobretudo, um campo político que congrega diferentes visões sobre como se deve organizar a sociedade, reunindo diferentes posicionamentos sobre como enfrentar, resolver ou gerir os problemas sociais relacionados com os consumos de drogas e a marginalidade (Raupp & Adorno, 2010). Assim, a cracolândia representa na Cidade um “(...) palco de enfrentamentos e foco de processos nos quais as políticas sanitárias, visando à expulsão e internação compulsória dos usuários, se alinham a outras forças, como a especulação imobiliária e questões políticas, como linha de ação para controlar aqueles que não deveriam mais ocupar esses lugares (Silva; Adorno, 2013)” (Raupp & Adorno, 2015, p. 34). Isto significa que a cracolândia - e, acrescentamos nós, qualquer território psicotrópico - não é um lugar neutro, mas sim um espaço carregado do ponto de vista afetivo, cognitivo e comportamental. No plano afetivo porque instiga a um conjunto de emoções

³⁶ Sobre essa heterogeneidade da cracolândia paulista, Raupp e Adorno (2010) consideram-na como um campo de forças de diferentes naturezas que torna difícil o seu entendimento pelo investigador.

³⁷ O “nóia” é a personificação do degredo da vida nas drogas: “Quanto maior o tempo em que passam a ficar continuamente na rua, maior a espessura da sujeira. Nesse processo, os pés vão se tornando ásperos e empoeirados, as unhas ficam pretas, grossas e grandes, os cabelos apresentam-se rançosos, as peles se tornam encardidas, manchadas, opacas e ressecadas, em alguns casos, cheias de espinha ou feridas, os olhos e os ouvidos apresentam-se com remelas. Quem vivencia no corpo esse processo não fica alheio a ele.” (Rui, 2012, p. 264).

no cidadão comum sobre o mesmo (medo, compaixão ou revolta); cognitivo, pois gera determinados pensamentos sobre o que são as drogas, os consumidores e os locais de consumo; e, finalmente, comportamental, pois perante os dois planos anteriores, os atores *agem* de determinada forma face aos “problemas sociais”. Nesse sentido, para Teixeira (2018, p. 1), a cracolândia é um lugar de inquietudes permanentes onde confluem diferentes regimes de verdade mas “(...) também onde se manifestam, a partir mesmo dos improváveis corpos assujeitados, formas de resistência”.

À semelhança daquilo que já destacamos noutras etnografias, os consumidores de drogas nas cracolândias brasileiras são uma comunidade heterogênea, contendo sujeitos com diferentes graus de relacionamento com as drogas, diferenciando-se também quanto ao afastamento face às esferas sociais ditas normativas tais como a família, o trabalho ou a escola. Apesar desta constatação empírica de Rui (2012) é em torno da figura do “nóia” que se criam algumas intervenções higienistas, tendo como finalidade principal eliminar da cidade essa “sujeira” urbana, muitas vezes pela força da intervenção policial, como se mostra no excerto seguinte: “Cerca de 60 viaturas e mais de 90 policiais, fortemente armados, chegam às ruas Barão de Piracicaba, Helvetia e Dino Bueno. Pessoas são abordadas, contidas, revistas e identificadas. Procede-se, então, a um ato arbitrário de distinção entre usuários e traficantes, sendo os primeiros – mais de 50 indivíduos – encaminhados para o Largo Coração de Jesus, junto a um Centro Assistencial da Prefeitura que, por não possuir estrutura e funcionários para atender tal contingente de uma única vez, em poucos minutos, fica literalmente às moscas. Os outros indivíduos – os supostos traficantes – são direcionados aos veículos de transporte de presos da Polícia Civil que, ao final da operação, reúnem cerca de 70 pessoas” (Mallart & Rui, 2017, p.1)³⁸.

Apesar destes espaços estarem conotados com a “sujidade”, o crime, a errância, o medo e o evitamento do cidadão comum, os estudos na cracolândia mostram que ela, além da insalubridade que a caracteriza, é um lugar de inscrição e inserção para sujeitos que se encontram afastados dos pilares normativos convencionais. É nesse sentido que Raupp e Adorno (2010) se referem às sociabilidades na cracolândia paulista da seguinte forma: “O consumo de drogas na rua é também considerado um fator de sociabilidade, elemento da criação pontual de grupos e objeto de solidariedade, tanto quanto de disputas e conflitos.” (Raupp & Adorno, 2010, p. 32). A reação dos restantes consumidores face ao “nóia” pode ir do simples afastamento e distância relativamente ao estado de degradação física e social em que este se encontra até à identificação com o mesmo,

³⁸ Estudos posteriores na cracolândia paulista constataram novas formas de intervenção policial que não foram identificadas e caracterizadas por Tanielle Rui no seu trabalho. Marina Nasser (2017), por exemplo, que realizou trabalho de campo nesta cracolândia entre 2014 e 2015, identificou e caracterizou novas formas de intervenção policial que iam além da mera dispersão desordenada de “nóias” após uma investida policial violenta. Além dessa forma de intervenção, a autora constatou um cercamento da cracolândia por parte das forças policiais, fazendo com que ela se concentrasse num único ponto do território e quando se deslocava fazia-o em grupo: “A Cracolândia permanecia fixa na sua localização ao longo dos dias e, quando se movia, era em bloco unitário, sendo cercada por policiais ou guardas-civis metropolitanos.” (Nasser, 2017, p. 5).

uma vez que a inserção nessa categoria social, ainda que desqualificante, permite a construção de uma identidade social que apesar de negativa é, no entanto, viável e perferível do que permanecer sistematicamente numa posição de invisibilidade na cidade (Raupp & Adorno, 2010).

Focaremos agora a nossa atenção no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, mais concretamente na cidade de Porto Alegre. Luciane Raupp e Rubens Adorno (2015), além da caracterização dos craqueiros e da cracolândia paulista, caracterizaram também os territórios psicotrópicos desta cidade brasileira. À semelhança do que fizeram para São Paulo, as deslocações ao terreno foram realizadas de duas formas: através da inserção numa equipa de redução de danos que realizava trabalho com os consumidores da zona e também idas de forma autónoma sem a presença da referida equipa. O trabalho de campo durou seis meses.

Mais uma vez, constatarem-se semelhanças e diferenças entre as cracolândias de São Paulo e as de Porto Alegre, quer ao nível dos territórios quer ao nível dos atores sociais. Quanto às diferenças, a cracolândia de Porto Alegre não estava tão “marcada” pelas investidas policiais relativamente à cracolândia paulista. Quanto às semelhanças, os consumidores de *crack* nestes dois territórios caracterizavam-se pelos baixos recursos económicos, grande parte deles tinha o ensino básico incompleto e alguns referiam mesmo já terem estado presos alguma vez na vida (Raupp & Adorno, 2015). Quanto aos atores sociais, destaca-se o mesmo agenciamento na vida das ruas, nomeadamente realizando e desempenhando uma série de trabalhos informais com vista a angariar dinheiro para a dose diária. Essas atividades iam desde engraxar sapatos, arrumar carros ou ainda prostituir-se e/ou mendigar nas zonas adjacentes à cracolândia (Raupp & Adorno, 2015). O carácter socializador e integrador da cracolândia de São Paulo foi também encontrado no ambiente da cracolândia de Porto Alegre: “Compreende-se que o predomínio do uso compulsivo de *crack* entre as pessoas observadas em Porto Alegre está ligado a um complexo de relações que, além das propriedades aditivas da substância, une questões estruturais e trajetórias de vida” (Raupp & Adorno, 2015, p. 813).

Mantenhamo-nos ainda no Brasil. Mudemos, contudo, de Estado e foquemo-nos no de Minas Gerais. A etnografia de Regina Medeiros (2019) foi realizada com consumidores de drogas em situação de rua no centro da Cidade de Belo Horizonte e permitiu perceber diferenças importantes relativamente à expressão urbana das drogas e seus atores em relação à cracolândia de São Paulo e de Porto Alegre descritas anteriormente. Assim, os territórios psicotrópicos de Belo Horizonte caracterizam-se pela pulverização das práticas que se relacionam com as drogas, estando disseminadas nas zonas ditas normativas da cidade, nomeadamente em organizações comerciais, hotéis e estabelecimentos públicos, contrariamente à cracolândia de São Paulo, por exemplo, que se caracteriza por uma maior concentração espacial, assentando sobretudo em lugares que são alvo de segregação socioespacial. Além disso, a sua etnografia permitiu distinguir dois tipos de

territorialidades associadas às drogas na zona central de Belo Horizonte: as *andanças* e as *travessias*. No primeiro caso, predominam sobretudo as drogas lícitas, nomeadamente um tipo de bebida alcoólica designada como *barriguinha* que é, na verdade, uma cachaça de má qualidade e que pode ser comprada a preço reduzido. Aqui é frequente a partilha de *barriguinha* entre os consumidores: “Esse ritual repleto de sentidos, códigos e nexos compartilhados pelos moradores de rua atribuem valores e simbolismo à bebida, de maneira particular. Esse signo, a cachaça compartilhada, é importante para a comunicação e para interceder relações, experiências subjetivas e sociabilidades.” (Medeiros, 2019, p. 153). Por seu turno, nas *travessias* consome-se cola de sapateiro e várias drogas ilícitas, tais como maconha, cocaína ou *crack* e a partilha da droga pode resultar em consequências indesejadas: “Cada qual adquire a sua substância para uso individual e as regras são muito claras. Por exemplo, não se empresta uma porção de drogas (*crack*, cocaína, maconha) para não ficar em débito com o outro o que pode gerar desavenças, violência e até morte”.

Depois de feita esta breve incursão nalguns trabalhos etnográficos das drogas no continente americano façamos agora o mesmo exercício para o velho continente.

2.2. Na Europa

Começemos por descrever, de forma resumida, algumas etnografias que foram realizadas em Portugal e que tiveram no contexto urbano o seu cenário de pesquisa e as drogas como seu foco principal. A nossa revisão bibliográfica identificou quatro trabalhos sobre esta temática: dois em Lisboa (um da autoria do antropólogo Luís Vasconcelos e outro da autoria do sociólogo Miguel Chaves), e dois no Porto (um da autoria do psicólogo Luís Fernandes, precisamente nos contextos que revisitámos, e outro no território psicotrópico situado no Bairro de São João de Deus (BSJD)³⁹). É sobre o estudo de Miguel Chaves que falaremos já de seguida.

A etnografia de Chaves (1999), iniciada em 1992 e finalizada em 1995, relacionou o aumento das atividades de venda de drogas no bairro Casal Ventoso⁴⁰ em Lisboa com o aumento das taxas de desemprego e os níveis de precariedade laboral associados aos habitantes do bairro. A sua pesquisa nesse território permitiu identificar e descrever uma estrutura de oportunidades ilegais em torno do *deal* no bairro. Essas práticas iniciaram-se com a comercialização de liamba e haxixe em finais dos anos 70 do século XX e evoluíram, desde o início dos anos 80 até ao final dos anos 90, para o mercado de heroína e cocaína. De acordo com o autor: “No início, ou seja, no dealbar da

³⁹ Território entretanto já demolido e que estava situado na zona oriental da Cidade.

⁴⁰ Trata-se de um bairro lisboeta, conotado desde os anos 80 como um dos principais centros de drogas do País. Situado na freguesia de Santo Condestável, o bairro tinha, no ano de 1991, 12 000 pessoas, segundo dados do Centro Social Casal Ventoso e da Junta de Freguesia (Chaves, 1999). Diríamos que o Casal Ventoso esteve para Lisboa como o Aleixo esteve para o Porto no que à mediatização das drogas diz respeito.

década de 80, deparamos já com a existência de algumas dezenas de comerciantes-protagonistas. Trata-se, no entanto, e ainda de um número reduzido comparativamente ao quantitativo que virá a atingir na década de 90, período que corresponde a um grande acréscimo do número de intervenientes.” (Chaves, 1999, p. 199). O aparecimento e a consolidação da venda de substâncias psicoativas nesse território e nessas épocas específicas afirmaram-se como uma alternativa viável para a subsistência dessas populações num quadro de desemprego generalizado e num contexto de retração considerável do mercado de trabalho formal.

O trabalho de campo teve uma fase exploratória compreendida entre outubro de 1992 e julho de 1993, onde o sociólogo desempenhou funções de animador cultural no Centro Social do Casal Ventoso. Terminada esta experiência interventiva e exploratória, iniciou-se a fase intensiva da etnografia em julho de 1993, prolongando-se até agosto de 1995. Nesse período, Miguel Chaves não tinha qualquer ligação com a equipa técnica a que pertenceu inicialmente, o que lhe gerou algumas ansiedades durante o trabalho de campo, situação descrita pelo autor da seguinte forma: “As ansiedades prendiam-se, sobretudo, com a dificuldade em gerir o estatuto de investigador fora das instalações do Centro, continuando a colocar questões que não se prendiam já com o âmbito do trabalho de intervenção. Procurei ultrapassá-las através de um trabalho de redefinição constante do papel de investigador, quotidianamente, e em cada situação específica” (Chaves, 1999, p. 30).

Os seus resultados, retirando as especificidades da expressão urbana das drogas no Casal Ventoso, são bastante semelhantes com aquilo que várias etnografias já identificaram e caracterizaram. Referimo-nos, por exemplo, à organização complexa do *deal*. A venda de drogas no casal Ventoso constituía-se como uma atividade que se organizava “(...) de forma muito diferenciada nas diversas regiões no Bairro” (Chaves, 1999, p. 200). O autor distingue, por isso, o *deal* no “Casal Ventoso de cima” e no “Casal Ventoso de baixo” apresentando, este último, uma organização bastante hierarquizada ao nível da venda, com uma liderança clara e rígida, existindo ainda fronteiras nítidas entre os seus protagonistas e entre estes e o restante bairro. Um dos “patrões” do *deal* no “Casal Ventoso de baixo” foi o Tico, um morador que se iniciou no mundo das drogas através do seu cunhado, também morador num outro “bairro difícil”. Segundo Chaves (1999, p. 200): “A organização por ele liderada foi construída sobre uma concepção particularmente alargada de *família*, que incluía irmãos, sobrinhos e as próprias amantes, tendo envolvido ao todo, cerca de 50 pessoas”. O Tico era visto como “(...) uma espécie de «centro de gravitação» da *família* (...)” sendo que “(...) os vendedores, situados mais abaixo na escala hierárquica a quem era fornecida a droga, eram controlados pelo próprio Tico, que fazia exigências acerca da forma como devia decorrer o negócio” (Chaves, 1999, p. 200). Os restantes atores envolvidos no *deal* assumiam funções muito diversas, nomeadamente vendedores de diferentes graus de importância na *família*, armazenistas do produto para abastecimento dos mercados ou do dinheiro gerado com a venda, *vigias* para controlar quem entra no território e outros cuja função passava por “cozinhar o *crack*”.

A etnografia de Luís Vasconcelos (2003) foi realizada também na cidade de Lisboa. Mas, contrariamente à anterior, esta focou-se menos na descrição dos locais e espaços de venda/consumo e mais nas narrativas de heroínómanos, particularmente de seis que frequentavam o Centro de Atendimento para Toxicodependentes (CAT) das Taipas⁴¹. O trabalho de campo iniciou-se em agosto de 1999 e prolongou-se até ao verão de 2000. A realização das entrevistas facilitou, numa fase posterior, a socialização intensiva e prolongada do investigador com um casal de heroínómanos – a Fátima e o Fernando - levando-o inclusivamente ao bairro de residência destes atores e aos locais de venda do “cavalo”⁴² na cidade de Lisboa (Vasconcelos, 2003).

Os resultados desta etnografia encontram bastante ligação com os nossos dados empíricos, em particular, os aspetos que se relacionam com o consumo e a dependência de drogas. De forma resumida, um heroínómano é um adicto não só à droga, mas sobretudo à trama de relações decorrentes do seu uso, da envolvência contextual e ambiental antes, durante e após o consumo e das expectativas associadas ao seu efeito. O ato de consumo está, assim, imerso num conjunto de significados que explicam grande parte da dependência nestes atores. Nos termos de Vasconcelos (2003, p. 62): “As características atribuídas à heroína são, em simultâneo, resultado e indutor da qualidade das relações e da agência nas quais a droga vai sendo carregada de sentido. Considerar-se-á que para a análise da *ressaca*, nome que os informantes atribuíram aos sintomas cujo evitamento é apresentado como causa imediata do uso, é indispensável a sua inserção no conjunto das relações sociais, espaço e objectos que, de forma indissolúvel, a constituem”. Além disso, e contrariamente às etnografias que temos vindo a apresentar, as narrativas destes heroínómanos mostram como a dependência não se situa apenas nos locais de venda e consumo de drogas, podendo estar também nos significados associados à cidade envolvente pois a vida nas drogas é marcada pela constante itinerância urbana e pelo “fazer-se à vida”⁴³ em vários locais da Cidade.

A nossa revisão bibliográfica encontrou também um trabalho etnográfico que foi realizado em territórios das drogas na zona oriental do Porto, nomeadamente os que se situavam no Bairro São João de Deus (BSJD), entretanto já demolido, e no Bairro do Cerco, que acabou por receber grande parte da cena *drug* do São João de Deus após a sua demolição (Fernandes & Ramos, 2010). O trabalho de campo iniciou-se em agosto de 2007 estando ainda a decorrer no ano de publicação do artigo (2010). O objetivo passou pela descrição do estilo de vida *junkie*, das suas plataformas de consumo, os tipos de atores que as organizavam e frequentavam, bem como as relações existentes

⁴¹ Trata-se da Joana, na altura com 22 anos, tendo iniciado os consumos de heroína aos 15; do Manuel, com 26 anos; da Inês, com 23 e com consumos também desde os 15; do Rui que deu os seus primeiros “bafos” aos 24; e de um casal, a Fátima (29 anos) e o Fernando (31 anos) que começaram a fumar heroína juntos seis anos antes de casarem (Vasconcelos, 2003).

⁴² “Cavalo” é um termo nativo dos territórios psicotrópicos que serve para designar heroína. Apesar de tudo, trata-se de um termo mais utilizado nos locais de venda e consumo de Lisboa e menos nas “drogarias” portuenses.

⁴³ “Fazer-se à vida” é um termo dos territórios das drogas que serve para designar as tarefas levadas a cabo pelos consumidores para angariar dinheiro para a droga. Pode ir desde o mendigar, arrumar carros, prostituir-se, roubar, entre outras atividades.

entre a violência quotidiana e a violência estrutural nestas comunidades. O BSJD foi um dos bairros portuenses que reuniu um conjunto considerável de representações negativas sendo sistematicamente etiquetado, quer pelas entidades políticas quer mediáticas, como o “bairro das drogas” por excelência, essencialmente a partir da segunda metade dos anos 80: “A sua fama de lugar proscrito valer-lhe-ia o cognome de Tarrafal: à semelhança doutros conjuntos residenciais camarários, também o BSJD se tornou, devido talvez ao seu marcado isolamento, num “bairro de castigo”, destino daqueles a quem o Antigo Regime retirava o direito de viver noutros bairros sociais, devido a “mau porte moral ou cívico”, conforme o texto da lei de 1945 sobre o regulamento dos bairros camarários.” (Fernandes & Ramos, 2010, p. 18).

No que ao tipo de atores das drogas diz respeito, Fernandes e Ramos identificaram e caracterizaram três tipos: os “clientes”, os “flutuantes” e os “residentes”⁴⁴. Os primeiros limitam-se a ir ao bairro para comprar drogas, permanecendo aí o tempo suficiente para que tal aconteça; os segundos, deslocam-se apenas para comprar e consumir drogas, assentando grande parte do seu quotidiano em várias atividades fora do bairro (arrumar carros, prostituição...); e, finalmente, os terceiros caracterizam-se por estarem em situação de rutura social. Muitos deles encontram-se em situação de Sem-abrigo e estão “(...) reduzidos à expressão mínima no que toca a cuidados alimentares ou de higiene” (Fernandes & Ramos, 2010, p. 20). Estes últimos atores podem ainda desempenhar nos territórios psicotrópicos um conjunto de funções que visam a sua sobrevivência, nomeadamente serem *capeadores*, vendedores de drogas ou *enfermeiros*.

Os locais de consumo caracterizaram-se pela elevada deterioração física, apresentando baixas condições de higiene, sendo os consumos realizados em casas abandonadas ou viadutos: “Estes novos locais de consumo são altamente insalubres, têm reduzida visibilidade e são de difícil acesso” (Fernandes & Ramos, 2010, p. 25). A demolição do BSJD fez com que estes locais de concentração *junkie* se dispersassem para as periferias e áreas adjacentes ao bairro, nomeadamente para zonas próximas de uma capela e, nalguns casos, migrando para outras zonas da cidade. De referir ainda que a forma de consumo nestes espaços estava mais associado ao consumo fumado do que ao injetado, estando este último reservado aos locais privados o que, segundo os autores: “(...) provavelmente se relaciona com a própria história do bairro, onde o consumo “chutado” nunca foi muito evidente no espaço público, estando associado a um forte estigma” (p. 24).

Continuemos no continente europeu mas subamos um pouco o nosso olhar no mapa. Desloquemo-nos para o norte da Europa e foquemos a nossa atenção na Holanda. Os estudos etnográficos de primeira geração sobre o fenómeno droga neste país situaram-se em finais da

⁴⁴ Esta tipologia tem equivalência com os nossos achados de terreno mudando, contudo, a designação: “esporádicos”, “regulares” e “permanentes”, respetivamente. Remetemos para Mata e Fernandes (2016) para uma análise mais detalhada sobre as funções destes atores nos territórios psicotrópicos.

década de 70 do século XX e tiveram como principal intuito o conhecimento de uma realidade que permanecia oculta: os submundos psicotrópicos. O caráter proximal e a perspectiva émica proporcionada pelo método etnográfico tinha como objetivo principal auxiliar na construção de políticas públicas para os problemas relacionados com os consumos, nomeadamente o crescimento galopante do HIV entre a população consumidora de drogas por via injetada⁴⁵. De acordo com Kaplan e Verbraeck (2001, p.303): “Ethnographic studies inspired Dutch policy-makers to make a bold turn away from a ‘more-of-the-same-approach’ to drugs policy that was appearing around the world based upon models of the American experience of the drug problem of heroin and cocaine (Musto, 1973)”.

É no quadro acima descrito que se situa a etnografia de Buiks no início dos anos 80. Este trabalho permitiu compreender o modo de vida de alguns consumidores e *dealers* de heroína na cidade de Roterdão, em particular, nas ruas de Kruiskade. O objetivo passou por identificar e caracterizar as estratégias de sobrevivência de um grupo étnico específico que permanecia marginalizado na Cidade, os surinamenses, provenientes da República do Suriname situada na América do Sul. Grande parte desses migrantes envolveram-se no consumo e venda de heroína no centro de Roterdão durante os anos 70 e 80. O estudo de Buiks permitiu perceber que estes *dealers* e/ou consumidores não eram um grupo homogêneo sendo antes constituído por sujeitos que diferiam entre si em vários aspetos. Um deles era a relação com as drogas, particularmente a heroína, mas também no que concerne à relação com outras substâncias, tais como a Cannabis. Assim, no caso dos consumidores de heroína, Buiks distinguiu os *junkies* dos *wakaman* (*hustlers*, na designação anglo-saxónica). Os *rastamen* estavam, sobretudo, associados aos consumos de cannabis, envolvendo-se menos em condutas associadas e delinquentes que caracterizavam os dois grupos anteriores (Kaplan & Verbraeck, 2001).

Mantenhamo-nos ainda na Holanda. A etnografia de van Gelder e Sijtsma foi levada a cabo em finais dos anos 80 e realizou-se também com consumidores de heroína provenientes do Suriname (tal como no estudo de Buiks), mas desta vez teve como contexto a cidade de Amesterdão. O objetivo do seu estudo passou por compreender e caracterizar o estilo de vida destes heroinómanos, destacando as estratégias que os mesmos adotavam para a sua sobrevivência diária. Além dos surinamenses, o estudo de van Gelder e Sijtsma vai realizar-se também com heroinómanos marroquinos que permaneciam na parte central da Cidade. Os autores concluíram um aumento na venda e consumo da cocaína ao longo do tempo nos cenários *drug* da Cidade (Kaplan & Verbraeck, 2001).

⁴⁵ Alguns etnógrafos (e.g. O’ Gorman, 2016; Parkin, 2017; Rhodes & Moore, 2001) consideram que a epidemia do VIH foi um “turning point” para o aparecimento e desenvolvimento das metodologias qualitativas no campo das drogas, em especial as de cunho etnográfico. De acordo com Parkin (2017, p. 40): “Although the period 1980-2000 may have been characterised by remarkable ethnographic studies of drug-related risk and harm, it is also evident that others were critical of the limited range of qualitative methods that were actually employed within the same field of inquiry”.

Continuemos na Europa do Norte mas mudemos agora de país. Stephen Parkin (2017) realizou, entre 2006 e 2011, vários estudos etnográficos com injetores de drogas no sul de Inglaterra. A leitura da sua etnografia permitiu perceber que a aproximação ao contexto de pesquisa não foi simples, sendo um processo moroso, que implicou momentos de negociação com o objeto de estudo, o contexto e os diferentes atores sociais investigados. Os seus achados etnográficos permitiram compreender as diferentes territorialidades do consumo de drogas nalgumas cidades inglesas, destacando-se as *shotting galleries*, as *crack-houses* e os consumos em locais públicos. Relativamente a este último aspeto, Parkin refere-se ao “paradoxo da invisibilidade” destes ambientes caracterizando-se, simultaneamente, pela visibilidade e invisibilidade do fenómeno: “Indeed, the aforementioned examples best illustrate the ‘paradox of invisibility’ in which environments of public injecting drug use are almost always ‘hidden in open view’” (Parkin, 2013/2016, p. 1). Apesar de serem realizados em locais públicos, os consumos são encobertos por um certo secretismo, invisibilidade e fechamento.

Mantenhamo-nos no Reino Unido mas mudemos de país. A socióloga Aileen O’ Gorman realizou trabalho de campo com consumidores de drogas nalguns bairros problemáticos de Dublin (República da Irlanda) entre julho e dezembro de 2012. Por razões que se relacionam com a estigmatização desses bairros, a autora optou por omitir os seus nomes verdadeiros, referindo-se a dois deles onde realizou trabalho de campo como *Northtown* e *Southtown* (O’ Gorman, 2005). À semelhança de outras periferias das cidades europeias, as irlandesas apresentam também uma série de carências socioeconómicas, elevado absentismo escolar, bem como altos níveis de desemprego entre os seus habitantes. Esta situação social criou as condições propícias para a instalação e desenvolvimento de um mercado de drogas nesses bairros funcionando como uma estrutura de oportunidades para que os seus habitantes resistam às dificuldades em que se encontram. O’Gorman (2016) refere o seguinte a esse respeito: “Here, as in other marginalised communities, with limited opportunities in the formal economy and the increasing retrenchment of the welfare state (particular the decreased level of social and economic supports for young people), a ready supply of labour for drugs economy could be found (O’ Gorman, 2005)” (O’ Gorman, 2016, p. 249).

Os dados socioeconómicos recolhidos pela autora sobre estes bairros entre 1996 e 2006 - altura considerada de crescimento económico no país - permitiram perceber que as periferias de Dublin beneficiaram muito pouco desse crescimento global. E, nas alturas de maior desaceleração económica, nomeadamente no período da intervenção económico-financeira externa na República da Irlanda - vulgo, *Troika* – as comunidades das periferias irlandesas sofreram de forma mais profunda os efeitos dessa desaceleração do que a restante população: “By 2011, people in the neighbourhood had experienced a significantly disproportionate increase in unemployment and the area was ranked among the most deprived in the state (O’ Gorman et al., 2013)” (O’ Gorman, 2016,

p. 249). Os atores das drogas de Dublin tinham idades compreendidas entre os 17 e os 24 anos e estavam fortemente associados aos locais de venda e consumo de drogas, sendo uma presença constante nesses espaços. Cerca de metade deles apresentavam abandono escolar precoce, oito dos trinta contactados de forma mais recorrente frequentavam programas de tratamento para problemas relacionados com drogas e os restantes estavam desempregados. Quase todos habitavam em casas próprias, frequentando e permanecendo no local apenas por questões relacionadas com as substâncias (O’Gorman, 2016).

As suas conclusões podem ser resumidas em dois planos: dos contextos e dos significados dos atores sobre as drogas. Quanto ao primeiro aspeto, destacou-se uma série de territorialidades em torno do consumo e da venda, também designados de *hotspots*. Estes locais são concentradores das atividades psicotrópicas e funcionam tanto em parques de estacionamento, muros de igrejas como em jardins de algumas habitações. Aliás, esta etnografia estabelece bem a relação existente entre os locais de venda/consumo e o tipo de droga vendida e consumida num dado local. Quanto ao segundo aspeto, a autora destacou quatro categorias de significados ou intensões subjacentes ao consumo de drogas, destacando-se o policonsumo com a finalidade de obter determinados efeitos: ‘*chillin*’ - associadas à combinação de cannabis com álcool; ‘*buzzin*’ – através do consumo de álcool com ecstasy, cocaína e/ou novas substâncias psicoativas (NSP’s); ‘*getting mangled*’ – que se caracteriza por consumos elevados de vários tipos de substâncias em simultâneo, nomeadamente grandes quantidades de estimulantes e alucinogénios; ‘*coming down*’ – com pequenas combinações de erva e comprimidos, principalmente benzodiazepinas. Estas diferentes combinações de drogas levam quer a efeitos quer a sociabilidades distintas mas todas parecem convergir num sentido: o afastamento da vida *junkie* e uma aversão que estes jovens apresentam face aos usos mais problemáticos das drogas: “Their aversion to these drugs and a mode of administration (IV drug use) they equated with being ‘strung out’ underpinned their scathing descriptions of dishevelled junkies ‘goofing off’ around the neighbourhood, despite knowing many of the ‘junkies’ personally as neighbours and/or family members” (O’ Gorman, 2016, p. 251). Trata-se de narrativas criadas por estes jovens que funcionam como resistência ao submundo da heroína, do *crack* ou ainda face ao consumo injetado.

2.3. Em África

Feita uma breve incursão nalgumas etnografias europeias, abordaremos agora alguns trabalhos realizados no contexto africano. O estudo etnográfico de Syversten, Ohaga, Agot, Dimova, Guise, Rhodes e Wagner (2016) foi realizado entre julho de 2013 e julho de 2014 com injetores de heroína na cidade de Kisumu no Quênia e o principal objetivo da etnografia foi resumido pelos

autores da seguinte forma: “(...) describe the drug market from the perspective of injectors, focusing on their perceptions of the market and reports of drug use therein” (Syversten et al., 2016, p. 82). Após um período de estabilização dos mercados de droga no Quênia e dos mesmos estarem circunscritos, sobretudo, aos subúrbios de Mombasa e Nairobi, tem-se assistido desde os anos 80 a uma migração do fenómeno para Kisumu, em particular de heroína castanha (*Brown sugar heroin*) (Beckerleg & Hundt, 2004; Syvertsen et al., 2016).

Os achados etnográficos permitiram perceber a existência de vários tipos de droga nestes mercados emergentes em Kisumu, nomeadamente heroína, cocaína e marijuana. Contudo, dados recentes sugerem que a heroína que se apresenta em maior quantidade em Kisumu é castanha (*Brown sugar heroin*), com menor grau de pureza, mais barata e com maiores riscos para a saúde dos consumidores. No caso dos consumidores por via injetada desta heroína, o número de injeções realizadas por dia é maior do que os consumos de heroína em pó branco (*White powder heroin*): “Qualitative interviews and informal conversations with both heroin and cocaine injectors revealed that injectors commonly experienced highs lasting from several days to up to one week, thereby obviating the need for more frequent injection” (Syversten et al., 2016, p. 87).

Como os autores destacam no seu trabalho, os consumidores deste tipo de heroína apresentam maiores riscos de saúde relacionados com o consumo, apresentando também maiores dificuldades no acesso aos serviços de saúde pública criados para os dependentes opiáceos (Syversten et al., 2016). Fruto da dificuldade em conseguir heroína com maior grau de pureza, alguns consumidores de Kisumu injetam cocaína e referem-se aos efeitos desta droga como semelhantes aos que seriam de esperar se consumissem heroína. Esta situação mostra a importância das expectativas prévias sobre o consumo, capaz de gerar efeitos contrários aos que seriam de esperar se tivéssemos apenas em conta uma conceção estritamente farmacológica das drogas: “(...) we also examined the ways in which injectors described their intoxication and found that several common pharmacological modes of experience emerged from cocaine injection (...) Among one group, the reported effects of cocaine were akin to heroin, including drowsiness, calmness, and feeling sick when going without it” (Syversten et al., 2016, p. 89).

A investigadora Susan Beckerleg teve ainda como contexto etnográfico o Quênia, mas trabalhou numa cidade costeira deste país africano. Num trabalho conjunto com uma colaboradora, Lewando Hundt, focou-se na população feminina consumidora de drogas nessa cidade. As consumidoras são em menor número do que a população masculina - o rácio de homens consumidores/mulheres consumidoras na cidade está na ordem dos 20/1. A autora não nomeia a cidade em questão mas refere algumas das suas características demográficas, nomeadamente os seus 85 000 habitantes no ano 2000, e onde se estimava que cerca de 600 eram consumidores de

heroína, sendo que o número de mulheres se situava nas três dezenas. Além disso, cerca metade dos consumidores eram injetores de heroína.

À semelhança de outros trabalhos etnográficos que temos vindo a apresentar, o trabalho de Beckerleg e Hundt (2004) procurou recolher e cruzar diferentes representações sobre o fenómeno droga em mais do que um grupo social, nomeadamente em técnicos de saúde tais como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, mas também em administradores locais. O principal objetivo passou por compreender os significados relacionados com o fenómeno droga na cidade e as consequências para os seus protagonistas. Os seus resultados mostraram que a heroína tinha uma forte expressão urbana nesta cidade queniana. Contudo, encontram-se ainda outras drogas tais como medicamentos - *Diazepam*, *Piriton* e *Rohypnol* - e também cannabis.

Tal como outros trabalhos etnográficos do fenómeno droga já evidenciaram, o *deal* não está cristalizado ao longo do tempo, apresentando uma evolução própria em cada época e contexto urbano. No caso da cidade em estudo, em finais dos anos 90 do século XX, assiste-se ao aparecimento progressivo de um tipo particular de heroína: o *white crast heroin*. Inicialmente, esta droga apresentava-se quase exclusivamente na forma de uma pasta acastanhada (*brown sugar heroin*) sendo importada da África do Sul. O facto de ser mais pastosa do que a heroína em pó branco tornava o consumo fumado mais comum do que o injetado. Contudo, no final dos anos 90, surgiu nas ruas um novo tipo de heroína com características diferentes da anterior, nomeadamente pelo seu aspeto esbranquiçado e mais em forma de pó do que de pasta (*white crast heroin*). Contrariamente ao *brown sugar*, este tipo de heroína provinha essencialmente da Tailândia (Beckerleg & Hundt, 2004). Segundo os consumidores, este último tipo apresenta maior poder adictivo do que o anterior e, tal como já de se destacou na etnografia de Syversten et al. (2016), as expectativas associadas ao consumo são suscetíveis de baralhar os efeitos químicos das drogas. No caso dos consumidores de *white crast* no estudo de Beckerleg e Hundt (2004), estes associavam a heroína branca à cocaína, não apresentando os efeitos físicos da abstinência daquela droga.

Continuemos no contexto africano mas rumemos agora para sul deste continente. Monique Marks e Simon Howell iniciaram uma etnografia no ano de 2015 em “zonas sensíveis” da Cidade de Durban⁴⁶ (África do Sul). Segundo os autores, tem surgido, nos mercados de drogas desta cidade, um tipo de heroína adulterada com produtos tóxicos, nomeadamente veneno para ratos. A introdução destes produtos de corte tem como principal objetivo aumentar as margens de lucro dos *dealers* nestas periferias. A heroína com estas características tem sido nomeada, neste contexto,

⁴⁶ Trata-se da terceira maior cidade do país depois de Joanesburgo e Cidade do Cabo.

como *Whoonga*⁴⁷, apresentando ainda um forte poder adictivo, o que se traduz numa manifestação mais severa da síndrome da abstinência entre os consumidores (Marks & Howell, 2016).

Apesar da etnografia destes autores procurar caracterizar os mercados e os consumos de drogas nas ruas, fazem-no a partir da inserção em unidades das forças policiais locais, sendo um dos seus principais objetivos: “(...) understand what informs and shapes habitual police tactics and responses to drug-related phenomena, even in the face of mounting doubts about their efficacy, a concern noted both in the literature and by many police officers” (Marks & Howell, 2016, p. 341). Os resultados da sua etnografia revelaram que as forças policiais, apesar do seu aparato muitas vezes violento, mostram-se conscientes dos efeitos negativos de alguns dos seus comportamentos nas comunidades das drogas. Contudo, a sua intervenção está situada no contexto das forças de segurança, acabando por ser reforçadas pelo ambiente que as rodeia, ampliando e refinando as estratégias repressivas. De acordo com os autores: “Our time spent with the police indicated that they lacked any formal knowledge of harm reduction philosophy or practice” (Marks & Howell, 2016, p. 347). Trata-se de um ciclo vicioso que se retroalimenta entre a prática e a cultura policial. Mas os autores identificaram um conjunto de representações bastante críticas nos agentes policiais relativamente à intervenção policial nestas zonas. Essas representações são, segundo Marks e Howell (2016), algo de generalizado entre os agentes, mas também algo pouco verbalizado. Estas conclusões dos autores deixam espaço para que se compreenda e reflita acerca desta contradição ou dissonância, procurando um maior ajuste da intervenção policial à realidade dos territórios psicotrópicos.

2.4. Na Ásia

A pesquisa bibliográfica realizada mostrou-nos que a Índia é um país asiático com vários estudos etnográficos sobre o fenómeno droga em contexto urbano. A etnografia de Amar Dhand (2006, 2009) durou um ano e realizou-se na baixa de Nova Deli, mais concretamente no *Yamuna Bazaar*. Esta zona comercial caracteriza-se pela presença de vários consumidores de drogas ao longo do dia. A concentração destes atores nessa zona teve por base a demolição de uma colónia na cidade que se caracterizava, outrora, pela presença de atividades relacionadas com drogas, o *Yamuna Pusta*. Esta situação teve ainda consequências na reorganização urbana: “Roads are being remade, parks are being cleaned up, and local police are more strictly displacing homeless people from the footpaths” (Dhand, 2006, p. 129). O principal objetivo da etnografia passou por caracterizar

⁴⁷ A “war on drugs” à escala internacional tem em Durban um desdobramento concreto e específico: a “whoonga war” (Marks & Howell, 2016).

o dia-a-dia de alguns consumidores de drogas da cidade e aceder aos significados subjacentes aos consumos no território psicotrópico do *Yamuna Bazaar*.

Os consumidores eram, sobretudo, heroinómanos sendo frequentes os consumos fumados de *brown sugar/smack*. Os consumos injetados eram maioritariamente realizados em *cocktails* de várias drogas, essencialmente de comprimidos após a sua dissolução prévia em água, tais como o *advil* e o *diazepam*. Além disso, estes consumidores de Nova Deli consomem ainda outras substâncias, tais como solventes, marijuana (nos termos nativos, *ganja*), nitrazepam (hipnótico do grupo das benzodiazepinas) ou álcool (nos termos nativos, *daam*). O grupo de heroinómanos caracterizados com maior detalhe pelo autor (cerca de 50 indivíduos), apresentava uma grande variedade relativamente à idade, situando-se entre os 15 e os 60 anos, com a média de idades a situar-se nos 30 anos. A maioria era residente em vários bairros da cidade enquanto que outros eram provenientes de outros bairros situados fora da cidade, mas viviam em Nova Deli há pelo menos um ano, estando em situação de sem-abrigo ou vivendo em Centros de Abrigo Temporários dispersos pela cidade. A maioria encontrava-se em situação de rutura familiar, estando também afastados do mercado de trabalho formal. Como forma de sobrevivência no mundo das drogas, muitos destes heroinómanos realizavam uma série de atividades nas margens com vista à angariação de dinheiro para a dose diária. Essas atividades podiam ser atividades ilícitas como roubos mas podiam também passar pela venda de materiais encontrados no lixo ou na condução de riquixás⁴⁸ (Dhand, 2009).

Tal como outros trabalhos etnográficos já demonstraram, a população consumidora de drogas em Nova Deli caracteriza-se pela sua heterogeneidade, indo desde os consumidores que se apresentam socialmente integrados, deslocando-se apenas às zonas de venda de drogas para comprar o produto, e outros que permanecem grande parte do seu quotidiano nos territórios psicotrópicos da cidade. Alguns injetores apresentam um elevado estado de degradação devido à vida nas drogas, com zonas do corpo bastante debilitadas pelas injeções constantes ao longo do dia e tendo, por isso, que recorrer a outros locais do corpo, nomeadamente aos pés ou às mãos, para administrar as referidas drogas. Por vezes, esta situação é agravada pelo facto de o indivíduo não ter a capacidade de realizar a injeção no seu próprio corpo, tendo então que solicitar ajuda aos seus pares para que o auxiliem nessa tarefa. Nos territórios psicotrópicos de Nova Deli, estes últimos atores são designados pelos restantes consumidores como *Doctors*⁴⁹ (Dhand, 2009). Não obstante os perigos envolvidos em recorrer a um *Doctor*, a etnografia de Amar Dhand permite perceber que estes atores apresentam um conhecimento aprofundado acerca dos perigos de injeção em certas zonas do corpo distinguindo, nomeadamente, as artérias das veias através da cor ou mesmo da temperatura do sangue. Mas um *Doctor* não se limita a injetar quem tem

⁴⁸ Trata-se de um meio de transporte de tração humana, bastante utilizado nos países asiáticos.

⁴⁹ No caso da nossa etnografia e de outras que já destacamos atrás, estes indivíduos apelidam-se de “enfermeiros”.

dificuldade em fazê-lo, podendo ainda ensinar outros consumidores a injetar-se em segurança através daquilo a que Dhan designa como “medicina de rua” – *street doctory* - e que é definida como: “ (...) a peer-based practice of medical care that involved processes of peer learning” (Dhand, 2009, p. 112).

Continuemos na Índia mas desçamos agora mais para sul deste país asiático e foquemo-nos na cidade de Bombaim. Molly Charles, Sadanandan Nair e Gabriel Britto (1999) realizaram uma etnografia nalguns subúrbios desta cidade em particular no Mal Mandi⁵⁰ e, mais especificamente, numa rua situada no seu interior - a *Chase Street* – que se caracteriza pela venda de *brown sugar heroin*, a droga mais vendida e consumida na Cidade. A propósito desta rua, os autores referem-se a ela da seguinte forma: “This place has a railway station on its west, a building which stores goods for transport on the east, an overbridge reaching the platform on the south, and a small tunnel made of rocks which is part of another overbridge for road transport” (Charles et al., 1999, p. 76). Este local situa-se numa zona próxima a uma linha de comboio, mais concretamente num espaço considerado perigoso para a segurança dos consumidores: “This is an accident-prone spot for users who are not well oriented stimuli after the consumption of drugs, and especially of Nitrovet tablets. In this spot, between the Wall and the last track, there is a round pipe two feet in diameter. The pipe is extremely smooth and a careless person can slip and fall on the railway track. In their drugged stage, users are often accident prone.” (Charles et al., 1999, p. 76-77). Neste local reúnem-se cerca de 40 a 50 consumidores. O consumo em diádes ou pequenos grupos permite que os atores adquiram informações acerca do grau de pureza das substâncias através dos seus pares.

O tipo de ator que frequenta o território psicotrópico varia muito: pode ir do consumidor que apenas se desloca ao mesmo para comprar a droga até àquele que permanece lá todo o dia. No primeiro caso, os autores nomeiam-nos de “*transit users*” enquanto que os segundos são designados pelos autores como “*local/visible users*”. O quotidiano destes últimos atores passa pela realização de vários trabalhos informais com vista a ganhar dinheiro para sobreviver e aliviar a síndrome da abstinência. Um desses trabalhos reside em arranjar material de consumo para outros consumidores (normalmente os “*transit users*”) a troco de uma porção de heroína. Outros vendem produtos roubados a preços reduzidos. Quanto aos *dealers (peddlers)* o facto de venderem drogas permite-lhes ir subsistindo, sendo que os que verdadeiramente enriquecem com a venda são em número bastante reduzido. Os autores chamam ainda a atenção para o facto de que as famílias que controlam atualmente determinado mercado de drogas terem estado, no seu passado, associadas ao contrabando de outros produtos como forma de subsistência nas margens: “(...) the families who started marketing drugs had earlier been involved in selling or stealing smuggled goods. It was when

⁵⁰ Pseudónimo dos autores para a zona em causa.

this organised theft was disturbed that some of them began to sell brown sugar.” (Charles et al., 1999, p. 89).

O *brown sugar heroin*, devido ao facto de ser um produto mais pastoso e, consequentemente, de maior dificuldade de dissolução em água face à heroína branca/em pó, é mais consumido pela forma fumada. No entanto, alguns atores podem injetar *brown sugar*. Quando ele apareceu nos mercados de Bombaim, os seus consumidores não estavam preparados para os perigos relacionados com o seu uso. Além disso, o aumento do preço de venda gerou consequências na organização diária de um consumidor, impedindo-o de assegurar de forma plena a sua dependência. De acordo com os autores: “(...) the criminalisation of drugs led to an increase in price. Users retreated to private spot to chase and also avoid the stigma. It was difficult for them to continue with their occupation once their daily quota increased beyond their financial capacity, making it difficult for them to be a part of the system.” (Charles et al., 1999, p. 93).

Apresentamos, já de seguida, uma etnografia realizada com consumidores de drogas na cidade de Teerão (Irão) entre 2012 e 2016 por um investigador da Universidade de Oxford: Mazyar Ghiabi. O autor concluiu que a adicção não é a consequência simples e direta do consumo continuado de uma droga. Pelo contrário, existe um conjunto de contingências contextuais e ambientais que recobrem o consumo propriamente dito marcando decisivamente a vivência psicotrópica e, consequentemente, a síndrome de abstinência: “The use of drugs is not mechanically experienced and driven by a *deus ex machina* called ‘addiction’. It is based on what I call ‘chemical calibration’, for instance in the use of shisheh as a productive drug to hustling and heroin as a tranquillizer and painkiller amid sheer destitution.” (Ghiabi, 2018, p. 21).

Os consumidores contactados concentravam-se em Farahzad Valley (*darreh-ye Farahzad*), particularmente num *hotspot* designado *Chehel Pelleh* ou *Forty Steps*. Trata-se de um local situado numa antiga escadaria de 40 degraus que, com o passar do tempo, se encontra hoje em ruínas, estando limitado por tijolos. A segurança do ambiente psicotrópico está garantida por um ator à entrada cuja função é vigiar quem entra e quem sai do *Chehel Pelleh* – estes atores são designados como *roughnecks* ou *gardan kolofts*: “They consist of look-outs, informers, but also enforcers of the local order.” (Ghiabi, 2018, p. 3). Estes indivíduos são pagos para exercerem essa função no território quer em droga quer com uma compensação monetária pelo *Tarazudar*⁵¹, o ator que abastece o *Chehel Pelleh* com o tipo e a quantidade de drogas - nomeadamente heroína e metanfetaminas - necessárias para a venda. Também no interior deste território psicotrópico de Teerão existe, logo à entrada, um ator cuja função principal passa pelo fornecimento do material de consumo aos que ali chegam para a viagem psicotrópica.

⁵¹ O ator com função equivalente a este sujeito nos territórios psicotrópicos da Nicarágua é o *narco* (ver Rodgers, 2008, 2018).

A heroína é a droga mais vendida e consumida nos ambientes psicotrópicos de Teerão desde os anos 50 do século XX. Desde os anos 2000 tornou-se também popular o consumo de metanfetaminas (*shisheh*, nos termos nativos). As comunidades das drogas são alvo das mais variadas formas de exclusão e segregação social, desde logo espacial mas também simbólica, sendo consideradas perigosas quer do ponto de vista da ameaça física e sanitária quer do ponto de vista moral. Esta situação faz com que as suas vidas se orientem para a sobrevivência ou a manutenção de uma existência precária: “The danger, however, is binary: seen as socially dangerous and political/ethical misfits, these are also categories in danger, because their life – qualifying as ‘bare life’ (zoe” as opposed to bios; Agamben, 2010) – is disposable, precarious, wasteful, contaminated.” (Ghiabi, 2018, p. 9).

Está na altura de abandonarmos o continente asiático e rumarmos a outras paragens. Desloquemos agora o nosso olhar para a Oceânia e foquemo-nos nalgumas etnografias das drogas que por lá se realizaram.

2.5. Na Oceania

O antropólogo David Moore do *National Drug Research Institute* (NDRI) e investigador da Universidade de Curtin em Bentley (Austrália) realizou trabalho etnográfico entre 1990 e 1994 com dois grupos de consumidores de drogas da cidade de Perth, na zona ocidental da Austrália: os *Players* e os *Bohemians*. Moore esteve 18 meses (entre 1990 e 1992) com os *Players* e 15 meses (entre 1992 e 1994) com os *Bohemians*. O seu trabalho permitiu perceber a existência de diferentes tipos de drogas associadas a estes dois grupos bem como significados distintos nos seus usos. Moore (2004, p. 194) define os *Players* da seguinte forma: “(...) *Players* were a group of people drawn from diverse backgrounds whose social relations were for the most part based around the instrumental purpose of buying, selling and using drugs.” Estes consumidores caracterizam-se pelo consumo de uma grande variedade de drogas, desde anfetaminas (designadamente na forma de *speed*), ecstasy e LSD. Alguns deles fumavam marijuana e muitos tinham ainda experimentado cogumelos mágicos, heroína e cocaína. Alguns consumiam ainda *Rohypnol* (sendo designados pelos seus pares como *rowies*) e outros *Valium* e outros sedativos não-prescritos medicamente. O autor destaca ainda algumas estratégias levadas a cabo pelos *Players* com vista à rentabilização da venda de drogas, particularmente de *speed*. Assim, são partes integrantes do *playing the game*⁵² o *taxing* e o *cutting*. No primeiro caso, refere-se à remoção de uma parte da substância comprada para consumo próprio ficando apenas uma pequena porção para ser vendida ao mesmo preço como

⁵² Expressão nativa que, à letra, refere-se ao “jogar o jogo”. Na etnografia de Moore (2004) tem um sentido metafórico e refere-se a “jogar o jogo da droga”.

se estivesse inteira a outros consumidores, principalmente aos elementos mais novos. No segundo caso, a estratégia passa por introduzir substâncias de corte (*cutting*) na droga propriamente dita tais como açúcar ou efedrina, diminuindo a presença da substância psicoativa propriamente dita. De acordo com Moore (2004, p. 191): “Players moved in an unregulated market governed by competitive and individualistic drug transactions, geared toward the instrumental aim of obtaining drugs”.

Quanto aos *Bohemians*, eles diferem do grupo anterior por habitarem em grupo, principalmente na zona central de Perth, em casas partilhadas com outros sujeitos sem qualquer grau de parentesco— *shared houses*, segundo a classificação do *Australian Bureau of Statistics*. Quanto às características socioeconómicas, os *Bohemians* são um grupo bastante heterogéneo, apresentando uma grande variedade quanto à relação com o mercado de trabalho, a escolaridade e o grupo étnico de origem (Moore, 2004). Quanto às drogas, os seus elementos vendem sobretudo drogas leves, nomeadamente cannabis, e quanto aos consumos verifica-se a mesma heterogeneidade dos *Players*.

Continuemos na Austrália mas mudemos agora de cidade. Tony Dalton e James Rowe, investigadores da Universidade de Melbourne, realizaram uma pesquisa etnográfica cujo objetivo principal pode ser resumido na seguinte questão: “What makes the high-rise public housing estates attractive to drug dealers and how they are able to embed themselves despite continued law enforcement?”. Quatro razões foram apontadas pelos entrevistados: - a localização geográfica desses subúrbios; - a organização internas destes espaços, levando a que a intervenção policial seja mais difícil de se exercer e operacionalizar; - desconfiança partilhada entre os seus residentes, mantendo-os sempre alerta face a qualquer ameaça externa; - a demanda interna pelas drogas, que nestes territórios é sempre mais intensa do que noutras zonas da cidade.

À semelhança de outros trabalhos que já apresentamos, Dalton e Rowe (2004) procuraram descrever ainda a organização do mercado de heroína nesta cidade australiana, registando os períodos históricos de maior abrandamento e movimento ao nível do *deal*. Assim, em 1990, o mercado de heroína estava confinado sobretudo a um subúrbio situado no sul de Melbourne – St. Kilda. Na primeira metade dos anos 90, alguns elementos da comunidade indo-chinesa na cidade assumiram a venda de heroína, levando a que o mercado se pulverizasse para outros subúrbios, nomeadamente em Footscray⁵³. Por esta altura, o mercado de heroína começou a prosperar e a especializar-se em Melbourne, caracterizando-se pelo anonimato e velocidade das transações entre *dealers* e consumidores. Esta disseminação do mercado de heroína teve como consequência um aumento considerável da repressão policial nestes subúrbios e bairros, particularmente entre 1996-

⁵³ Trata-se de um dos 9 subúrbios da Área Metropolitana Local pertencente a uma cidade periférica designada Maribyrnong (Dwyer, 2009).

1997. De acordo com os autores: “The *crackdown* concentrated on those whose Asian appearance made them visible targets and who, subsequently, retreated to the public housing estates, now relatively free of police attention (Fitzgerald *et al*, 1999)” (Dalton & Rowe, 2004, p. 233).

O policiamento sistemático das zonas sensíveis de Melbourne teve como consequência uma queda acentuada da oferta de heroína em 1999. O mercado de drogas sofreu, nesta altura, uma transformação considerável: os *dealers* começaram a inflacionar o preço de venda ao mesmo tempo que diminuíram o grau de pureza da heroína, arrecadando largos lucros com o negócio. Uma estratégia típica do *deal* nesta altura passava por enganar o consumidor/comprador (*‘rip-offs’*) vendendo, por exemplo, aspirinas em vez de heroína. Contudo, apesar da repressão policial ser mais acentuada nessas zonas, a venda de drogas continuou a prosperar, nomeadamente pela diminuição da atividade nas ruas e passando para o interior das casas de habitação social.

A relação entre *dealer* e consumidor sofreu também, em finais dos anos 90, uma transformação considerável: a redução da oferta da droga gerou um clima de suspeição constante face ao Outro, minando-se o clima de confiança entre quem vende e quem compra. A relação entre *dealer* e comprador conheceu nesta altura um novo protagonista que se situa entre estes dois atores do *andamento*: o *Middleman* ou por vezes também designado de *Runner*. Segundo Dalton e Rowe (2004, p. 235): “When these users visit the estates they rely on a middleman, sometimes called a ‘runner’, who acts a link between use rand dealer. (...) In this way trust relations are built between dealer and middleman, on one hand, and middleman and user on the other”.

A etnografia de Robyn Dwyer (2009) foi realizada em Footscray, subúrbio de Melbourne, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004. O objetivo inicial da autora passou por compreender os estilos de vida e os significados subjacentes aos consumidores e *dealers* vietnamitas de Footscray: “I examine the ways in which these people act intentionally in the world and the ways in which their actions are constrained and facilitated.” (p. 17). A população de Footscray caracterizava-se ainda por uma grande heterogeneidade étnica: segundo o Censos de 2006 para a Austrália, cerca de metade da população deste subúrbio era proveniente de outros países, alguns deles de língua inglesa, mas também de alguns países asiáticos, nomeadamente Vietname, China, Índia e Bangladesh.

Após um período de crescimento acentuado do tecido industrial na zona nas últimas décadas do século XIX, registou-se uma perda considerável de unidades fabris nos últimos 20 anos do século XX, deslocalizando-se muitas delas, curiosamente, para o Vietname (Dwyer, 2009). Esta desindustrialização de Footscray durante os anos 80 e 90 foi acompanhada por um movimento de gentrificação acentuada na cidade. Por esta altura, sobe de forma acentuada a taxa de desemprego neste subúrbio australiano apresentando, segundo dados do Censos de 2006, uma taxa de desemprego de 11.8% sendo que esse valor descia para os 8.6% quando se considerava a Área

Governamental Local de Maribyrnong (Dwyer, 2009). Este quadro de desemprego acentuado e permanente em Footscray criou, segundo a autora, as condições propícias para o aparecimento e desenvolvimento dos mercados de drogas, particularmente de heroína. Fazendo uma retrospectiva desses mercados na cidade de Melbourne, a autora situou a segunda metade dos anos 90 como aquela onde se registou uma alteração significativa ao nível do *deal*. Assim, desde meados dos anos 80 até meados dos anos 90 do século XX, a transação de produto era feita, sobretudo, no interior das casas dos *dealers*. De meados dos anos 90 até 2001 assistiu-se na cidade a uma perda desta base residencial de transação de produto e registando-se um aumento considerável dos mercados de rua de heroína (*street-based heroin marketplaces*).

Nesses mercados de rua, a heroína era a principal droga de venda e consumo, mas também se encontravam outros produtos tais como benzodiazepinas, cannabis e anfetaminas. Os mercados de droga em Footscray eram dominados por dois grupos principais: os vietnamitas e os australianos nativos. Apesar da venda poder ser feita entre estes dois grupos, existia uma socialização própria a cada um deles: “The Vietnamese dealers largely spent their time interacting with other Vietnamese people, mostly at one end of the mall, while the Aussie regulars spent their time with other Aussies in a different area of the mall” (Dwyer, 2009, p. 66). Estes mercados eram caracterizados pela sua invisibilidade e discrição. Muitas vezes, a transação do produto era feita durante conversas triviais entre dois ou mais atores. Em resumo, o *deal* não era uma atividade isolada da vida comunitária do local: “(...) at various times throughout the day they would congregate in the vicinity of a café in the mall, sometimes to sell heroin, but more often to drink coffee, eat, catch up on gossip or socialise. Drug exchanges were negotiated in several ways.” (Dwyer, 2009, p. 66).

Continuemos no país dos cangurus mas desloquemos agora a nossa atenção para a cidade de Sidney. O estudo etnográfico de Maher, Dixon, Hall e Lynskey (2002) permitiu compreender as relações existentes entre os crimes contra a propriedade realizados no sudoeste desta cidade australiana e os consumos problemáticos de heroína. O seu estudo realizou-se entre 1995 e 1997 em Cabramatta, um subúrbio pertencente ao Estado de New South Wales. Os dados socioeconómicos dos consumidores de rua encontram grande paralelo com aquilo que outros estudos etnográficos assinalaram noutros países: baixa escolarização, desemprego permanente e afastamento considerável das estruturas de tratamento existentes na comunidade. Nestes heroinómanos australianos, a média de escolaridade situava-se nos nove anos, $\frac{3}{4}$ (76%) encontravam-se desempregados na altura da etnografia e, apesar de 85% deles não estarem em qualquer programa de tratamento, 62% afirmaram ter estado pelo menos uma vez ao longo da vida em tratamento para a dependência de heroína.

Os autores concluíram que a relação entre a criminalidade e o consumo de drogas é complexa e não pode ser reduzida a uma relação de causa-efeito: “There is no inevitable causal connection

between heroin use and property crime. The heroin users interviewed here obtained a larger share of their income from drug market participation than from involvement in property crime.” (Maher et al., 2002, p. 199). Além disso, o enraizamento dos heroinómanos aos territórios psicotrópicos revelou-se importante na diminuição das práticas criminais, uma vez que os consumidores desempenham nesses locais uma série de atividades que lhes permite sobreviver. Nas palavras dos autores: “The availability of opportunities for drug distribution and sales activities may also work to protect some heroin users from involvement in acquisitive property crime.” (Maher et al., 2002, p. 199).

2.6. Etnografias urbanas das drogas: o que as une e as separa

Feita esta incursão por alguns estudos etnográficos sobre o fenómeno droga em diferentes países e contextos socioculturais importa agora realizar uma diferenciação entre os aspetos que unem esses trabalhos e, posteriormente, mostrar aquilo que lhes é específico e característico. Em suma, o que fazemos agora é um exercício que procurará, em primeiro lugar, gerar uma leitura integradora dos diferentes trabalhos etnográficos apresentados e, em segundo lugar, realizar uma leitura diferenciadora dos mesmos. É nesse sentido que Filgueiras, Medeiros, Pichon e Uribe Larrea (2019, p. 2) referem: “Ao analisar o fenómeno em uma determinada cidade, os pesquisadores aportam particularidades, porém abordam realidades que se repetem, expressões locais de um fenómeno social e urbano que ocorre em quase todo o mundo. Em uma visão do conjunto, observamos pontos em comum e especificidades locais”.

Começamos pelos aspetos comuns a grande parte das etnografias apresentadas.

- O que as une -

As etnografias urbanas das drogas que apresentamos anteriormente realizaram-se em contextos urbanos que são marcados pela multiplicidade de atores e de práticas sociais. O espaço urbano é, assim, um verdadeiro mosaico heterogéneo, com territórios e atores de múltiplas proveniências, caracterizando-se por relações de vários tipos – cooperação, competição, simbiose ou domínio. Para Medeiros (2010, p. 167): “A cidade é o espaço da pluralidade das diferenças, da heterogeneidade na divisão social do trabalho, da complexidade institucional e da coexistência de numerosas tradições culturais que expressam visões do mundo distintas” onde os seus “recortes espaciais e culturais são ocupados por um contingente diversificado de indivíduos e grupos sociais procedentes dos mais díspares universos”. No mesmo sentido, Hannerz (1980, p. 38) sobre os

trabalhos de Robert Park (1864-1944) – considerado um dos principais impulsionadores da Escola de Chicago dos anos 20 e 30⁵⁴ – refere o seguinte: “Park encontró la analogia com la ecologia de las plantas especialmente adecuada, y trabajó sobre la utilidad para los estúdios urbanos de conceptos tales como el domínio, la simbiosis y la sucesión. Aun así, lo más importante era la competência, y él la veía como una competência por el espácio. Así, los habitantes más fuertes del medio urbano ocuparían los lugares más ventajosos, y otros se adaptarían a sus demandas”.

Na mesma senda de outros estudiosos da Cidade, Lefebvre (1968/2012, p.48) tece uma analogia entre uma cidade e um organismo, onde cada parte constituinte (ou órgão) interfere no funcionamento das restantes: “A maioria das vezes, concebem a cidade (e a sociedade) com um *organismo*. (...) Os sociólogos conceberam-nas como um “ser colectivo”, como um “organismo social””. E, como qualquer organismo, há certos órgãos que adoecem e que comprometem o funcionamento global do sistema, algo a que Lefebvre designa, tendo por base a ideologia do urbanismo, de “patologia do espaço”: “Dado que a sociedade não funciona de uma maneira satisfatória, não poderá haver uma patologia do espaço? Nesta perspectiva não concebemos o primado, quase oficialmente reconhecido, do espaço sobre o tempo como um indicador de uma patologia social: como um sintoma, entre outros, de uma realidade que engendra doenças sociais.” (Lefebvre, 1968/2012, p. 53). Tendo isto por base, compete ao etnógrafo urbano: “Caracterizar este mosaico de espaços interdependentes” o que corresponde a “fazer a cartografia de novas formas de sociabilidade, pois a cidade gera modos interaccionais específicos” (Fernandes, 1998/2002, p. 40).

As territorialidades que se referem ao fenómeno droga nas diferentes cidades mundiais são locais mediaticamente representados como lugares da errância, da marginalidade, do crime, da doença, contendo indivíduos perigosos e focos permanentes da ameaça sanitária e, sobretudo, moral. Definem-se, por isso, sobre eles, mais do que uma região delimitada geograficamente sobretudo uma “região moral” (Park, 1979 *in* Medeiros, 2010), sob a qual se mediatiza todo um discurso infamante e com maior presença de atributos negativos e desqualificantes do que positivos. Para Medeiros (2010, p. 173): “(...) as narrativas mediáticas articuladas apresentam esses territórios como lugares típicos da violência e da delinquência. Não é razoável deixar de reconhecer essa realidade, especialmente pela carência de recursos necessários e básicos para a sobrevivência, porém os atos de violência, de delinquência e de risco não são privilégios desses lugares na sociedade contemporânea”.

⁵⁴ Não é aqui o espaço nem o momento para fazermos uma apresentação detalhada sobre a Escola de Chicago. Para isso remetemos para os trabalhos de Fernandes (1998/2002), Hannerz (1980/2015) e, mais recentemente, Guerra (2017), onde se pode encontrar uma análise detalhada acerca das características epistemológicas e metodológicas dessa Escola sociológica, bem como para o resumo de alguns dos seus principais trabalhos de investigação.

Stanley Cohen (1985/1988) considera que o controlo social das zonas “perigosas” realiza-se de duas formas aparentemente opostas e contraditórias: por um lado, integração e absorção da desordem na ordem urbana existente – lógica do *engolir* – ou, por outro lado, rejeição e expulsão do corpo social e urbano da desordem que recrudesce – lógica do *vomitir*. A primeira forma realiza-se através das instituições sociais convencionais – nomeadamente a Escola, o Trabalho, as Instituições de Tratamento ou Penitenciárias – e a segunda exerce-se numa lógica de expulsão urbana, separação, segregação, confinamento ou desterro (Cohen, 1985/1988). Apesar destas duas formas de controlo social se exercerem em várias sociedades e culturas ao longo do tempo, o que permanece um facto é que a lógica do *engolir* compulsivamente conduz, mais tarde ou mais cedo, ao *vómito*: “La mayoría de las sociedades utilizan ambas formas de control, oscilando constantemente entre una y otra. Más aún, como he demostrado consecuentemente, las reformas motivadas por el impulso inclusivo acaban frecuentemente convertidas en exclusivas. Ello puede suceder cuando la decisión de a *quién* incluir requiere un acto formal de clasificación, lo que comporta inmediatamente otra forma de separación.” (Cohen, 1985/1988, p. 320).

O discurso mediático, ao insistir numa visão “negativista” e “pejorativa” sobre essas zonas da cidade, contribui para a legitimidade de alguma atuação política, detendo para si o *saber sobre o que fazer* nessas zonas (Queirós, 2014). Wacquant (2006, p. 30), traduz claramente esta ideia quando refere: “Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» ou uma «cité fora da lei» e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objetivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submete-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torna-los invisíveis ou escorraça-los de um espaço cobiçado.” Os efeitos dessa estigmatização territorial aliada à pouca ou escassa representatividade e participação das populações nas soluções para os seus problemas apresenta efeitos nocivos para os seus habitantes, nomeadamente ao nível da fragmentação da sua força coletiva, enfraquecendo ainda a sua capacidade de resposta face aos problemas com que estas comunidades diariamente lidam: “Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas” (Wacquant, 2006, p. 29). No mesmo sentido, Queirós (2017 in Monteiro & Domingos, 2017, p. 28) refere: “(...) a tentativa de preservar a dignidade pessoal e familiar em contextos residenciais sobrecarregados pelos sinais da abjeção indiscriminada implica uma desmesurada contraoperação de investimento simbólico”. O sociólogo Patrick Champagne (1997/2001) refere que os efeitos mediáticos são, muitas vezes, involuntários e resultam do próprio

funcionamento do campo jornalístico, marcando as pessoas mesmo quando elas estão fora dos seus bairros de origem.

A exagerada mediatização da violência e do crime – retirando, muitas vezes, cenas e acontecimentos fora do contexto e dando-lhes uma determinada marca ou visão ideológica – oculta frequentemente os processos de violência estrutural e simbólica por que passam os seus habitantes e frequentadores. Medeiros (2010, p. 165-166), a propósito da mediatização em torno das *cracolândias* brasileiras refere que: “(...) a linguagem dessas notícias parece ser a de estabelecer e legitimar uma relação direta com a demonização da substância e de localizar e culpabilizar o indivíduo, concentrando, assim, a atenção da sociedade nesse “problema social” e, ao mesmo tempo, desviando-a dos debates sobre a dimensão estrutural socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural nas quais o *crack* e outras drogas estão implicados”. O “lugar do *crack*”, usando ainda os termos de Medeiros ou, diríamos nós, o “lugar das drogas” a nível geral, converte-se facilmente como “bode expiatório” para explicar todos os males da Cidade. No mesmo sentido, Cohen (1985/1988, p. 321) refere: “Y en cada percepción cotidiana y *cliché* periodístico, atribuimos un significado moral a los territorios del centro de la ciudad, barrios bajos, calles seguras, parques públicos, subúrbios. (...) Todos estos ejercicios lingüísticos y metafóricos comparten la obsesión positivista de diferenciar y classificar”.

A construção político-mediática contribui para transformar esses espaços em “territórios bárbaros”. Miquel Fernández refere a este respeito: “Definir el lugar de manera similar a un territorio *bárbaro*, habitado por seres incivilizados, no hace más que urgir a las drásticas intervenciones, expulsiones y a aumentar el menosprecio sobre sus habitantes” (Fernández, 2012, p.371). O autor catalão apelida estes processos de etiquetagem desqualificante sobre algumas periferias sociais como estratégias que visam a “territorialização do mal”: “Descontextualizar escenas en el barrio, explicar todo lo que rodea a la pobreza que allí aún se asienta, basándose en una especie de demonización del lugar y de sus habitantes, parece que solo puede reclamar su exorcismo y la expulsión de sus demonios. Pocos son los que contemplan que las gentes que allí viven y han vivido, sean en su inmensa mayoría “personas normales”. Menos aún, que las otras personas que sobreviven como pueden en aquella calle, sean algo menos que criaturas del abismo. Es en este sentido que el recurso a la deshumanización de sus gentes es utilizado y puesto al servicio de la producción de territorios para la excepción.” (Fernández, 2012, p.373).

Assim, o “mal” passa a ter lugares, territórios e espaços específicos, criando no cidadão comum um sentimento permanente de insegurança quando ouve falar deles ou quando por eles passa, convocando-lhe uma necessidade urgente de segurança face a esse “mal” que prolifera na urbe. A este respeito, Wacquant (2006, p. 28) refere: “Em cada metrópole do Primeiro mundo, uma ou mais aglomerações, sectores ou concentrações residenciais de habitação social são

publicamente conhecidos e reconhecidos como os tais infernos urbanos onde o perigo, o vício e o abandono fazem parte da ordem das coisas. Alguns até adquirem o estatuto de sinónimo nacional de todos os males e perigos que doravante afligem a cidade dualizada: são exemplos desse estatuto *Les Minguettes* e *La Courneuve* ou a *cit   du Mirail* no caso da França; *South Side Los Angeles* o *Bronx* e o grande conjunto de *Cabrini Green* em Chicago no caso dos Estados Unidos; *Duisburg-Marxloh* e *Berlin-Neuk  lln* no caso da Alemanha; os bairros de *Bijlmer* e *Westelijke Tuinsteden*, em Amesterdão, no caso dos Países Baixos” (Wacquant, 2006, p.28). No mesmo sentido, Patrick Champagne, a propósito dos bairros da periferia de Lyon, refere: “Esses bairros são apresentados como insalubres e sinistros, e seus moradores como delinquentes” (Champagne, 1997/2001, p. 73) e, mais    frente, chama aten  o para as consequências desta mediatiza  o na “produ  o” de realidade: “(...) a m  dia faz parte integrante da realidade ou, se se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (Champagne, 1997/2001, p.75).

Além de partilharem ainda abordagens metodológicas e considera  es sobre a natureza do objeto bastante semelhantes, as etnografias apresentadas partilham ainda determinados aspetos que importa salientar. Em primeiro lugar, une-os a concep  o de que o consumidor de drogas    um ator social, ou seja,    um agente construtor de significados sobre a sua conduta, sendo muito mais do que uma mera vítima dos constrangimentos sociais ou psicológicos. Vasconcelos (2003)    claro a este respeito: “   encarando estes utilizadores como agentes sociais que a nossa aproxima  o põe a sua ênfase. Ou seja, vendo-os como sujeitos centrais da sua própria ac  o. Sendo essa a razão pela qual empregamos a no  o de agência (*agency*),    também nessa medida que estabelecemos uma rela  o entre os seus usos de heroína e o conjunto das actividades empreendidas para os realizarem” (Vasconcelos, 2003, p. 13). Além disso, todos os estudos sobre o fenómeno droga em contexto urbano consideram que os territórios psicotrópicos constituem-se como uma forma de resistência face    cidade Central e Dominante⁵⁵.    nesse sentido que Bourgois (1995/1996, p.8) nos fala da “*inner-city street culture*” enquanto: “(...) a complex and conflictual web of beliefs, symbols, modes of interaction, values, and ideologies that have emerged in opposition to exclusion from the mainstream society. Street culture offers an alternative forum for autonomous personal dignity.” Mas esta resistência assente na “*street culture*” das drogas inscreve-se num quadro social e estrutural que, não a determinando, influencia e condiciona a aço dos sujeitos⁵⁶.

⁵⁵ Tendo isso por base, as abordagens qualitativas, em geral, e as etnográficas, em particular, revelam-se como as mais ajustadas para o estudo das comunidades que se encontram numa posi  o de sistemática relega  o e invisibilidade social. De acordo com Bourgois (1995/1996, p. 13): “The participant-observation ethnographic techniques developed primarily by cultural anthropologists since 1920 are better suited than exclusively quantitative methodologies for documenting the lives of people who live on the margins of a society that is hostile to them”.

⁵⁶ O debate a este respeito    mais profundo do que aquilo que parece. Nos termos de Bourgois (1995/1996, p. 17): “(...) this analytical and political problem can be understood within the context of the theoretical debate over structure versus agency, that is, the relationship between individual responsibility and social structural constraints”. Em resumo, tal debate, trata de problematizar se a aço humana    um produto dos constrangimentos sociais e estruturais – espécie de

Partindo da ideia de que o consumidor de drogas é um ator social, os trabalhos etnográficos apresentam uma imagem do *junkie* muito diferente daquela que existe no imaginário coletivo e no senso comum. Essa imagem contribui para a desconstrução de uma representação simplificada do utilizador de drogas e possibilita, simultaneamente, um outro entendimento e discurso sobre ele. Esse entendimento passa pela valorização dos significados que estes indivíduos elaboram, constroem e reconstróem nas margens sobre as suas vidas. Os estudos etnográficos, ao colocarem a ênfase na agência do consumidor, criam um discurso alternativo ao discurso psicopatológico sobre a dependência de drogas, tal como vimos quando apresentamos o Edifício médico-psicológico. As conclusões de Spradley (1975) vão no mesmo sentido daquilo que dissemos: “The heroin addict does not view his behavior the same way the psychologist or suburban minister sees it. These people live in different cultural worlds” (p.14).

As diferentes etnografias apresentam o mundo das drogas como um mundo social complexo⁵⁷. Nas palavras do psicólogo brasileiro Francisco Cordeiro no texto de apresentação à obra *Crack – um desafio social* organizado por Luis Flavio Saporì e Regina Medeiros: “Tomando a questão do consumo de *crack* e suas consequências como um fenômeno complexo e que, portanto, demanda respostas também complexas, as contribuições contidas aqui se afastam das saídas simplistas e contraproducentes. Um exemplo: ao afirmar que não existe um perfil único e absoluto que contemple todo o conjunto de pessoas usuárias de *crack*, esta publicação desconstrói a uniformização fantasiosa desses sujeitos e ratifica a possibilidade de diferentes padrões de consumo” (Cordeiro in Saporì & Medeiros, 2010, p. 7). Assim, os territórios psicotrópicos que foram sendo caracterizados em diferentes geografias têm mostrado que os mesmos são dotados de regras próprias, apresentando funções claras por parte dos seus protagonistas⁵⁸ e o desempenho dessas funções, as suas hierarquias e limites, permite um entendimento dos territórios psicotrópicos enquanto mundos sociais complexos. Acompanhamos, por isso, Baratta (1988/2004, p. 125) quando a este respeito refere: “El mundo de la droga son los mundos de la droga, y además de la “escena” que se caracteriza por su enorme visibilidad social, iluminada noche y día por los reflectores de la información de masas, hay otros por los mundos discretos, invisibles, y en este sentido, privilegiados”.

estruturalismo puro – ou se, pelo contrário, a mesma é independente das estruturas, sendo a manifestação plena da agência dos indivíduos – tensão entre estruturalismo e agência humana. No nosso entender, é no equilíbrio e articulação entre estes dois pólos que se inscrevem as etnografias que destacámos, não caindo nem num reducionismo/simplismo estruturalista nem num reducionismo/simplismo agenciador dos sujeitos.

⁵⁷ A expressão “problema complexo” foi proposta inicialmente no campo do Design em 1973 por Horst Rittel e Melvin Webber. Para Marques, Martingo, Teixeira, Saldanha, Guedes, Boura, Góis e Vaz (2014, p. 8): “Os problemas complexos são difíceis de definir com rigor, evidenciam interdependências e multi-causalidade, atravessam fronteiras organizacionais, são socialmente complexos, não têm solução clara e as soluções tentadas registam falhas crónicas e podem gerar novos problemas”. Para uma análise detalhada sobre os *wicked problems*, ver Rittel e Webber (1973).

⁵⁸ Falámos, concretamente, da função do “enfermeiro”, do “vigia” e do “capeador”. Usamos a nomenclatura com que categorizamos os atores sociais nos “nossos” territórios psicotrópicos mas que encontram, como se viu atrás, funções bastante semelhantes ou até mesmo equivalentes noutras geografias, ainda que possuam nomes diferentes.

Assim, a multifuncionalidade dos atores das drogas nos territórios psicotrópicos permite que os concetualizemos muito além das categorias simplificadoras e redutoras do *consumidor*, por um lado, e do *dealer*, por outro. Entre uma e outra categoria existe uma vasta gama de atores com várias funções territoriais, tornando a dicotomia entre *quem compra* e *quem vende*, até certo ponto, imprecisa e ilusória.

Uma das características comuns aos diferentes territórios psicotrópicos diz respeito à verticalidade das funções dos seus protagonistas assentando, sobretudo, numa organização piramidal. Na base da pirâmide temos um conjunto de atores que fazem das ruas a sua matriz existencial principal, vendendo ou consumindo em lugares caracterizados por parcas condições físicas e higiénicas e, no seu topo, um número muito reduzido de atores das drogas cuja função no território é discreta e/ou afastada da vida das ruas, estando sobretudo centrada na distribuição e fornecimento do produto para venda⁵⁹.

A agência nas margens, nomeadamente o desempenho de funções territoriais específicas, permite ao ator construir novas identidades sociais. Assim, estes indivíduos não realizam *apenas* determinada tarefa no território psicotrópico com vista à subsistência: essas funções reforçam-lhes a identidade e visibilidade naquele território, possibilitando outras formas existenciais. Esta situação assume ainda maior importância dado o quadro de invisibilidade profunda e afastamento social em que muitos atores das drogas se encontram – nomeadamente face à escola, o trabalho e à família –, encontrando ali uma alternativa viável para que se sintam novamente valorizados como pessoas. Os territórios psicotrópicos são, tal como vimos atrás e tal como mostraremos mais adiante, lugares da inscrição para sujeitos que permanecem numa situação de desinserção social prolongada face aos pilares normativos convencionais.

Depois de termos resumido os aspetos que aproximam as diferentes etnografias que resumimos, vejamos agora o que as distancia e separa, salientando as particularidades de cada realidade empírica bem como a forma sempre única e irrepetível de cada abordagem etnográfica.

- O que as separa -

⁵⁹ Apesar desta evidência empírica de que o submundo das drogas em contexto urbano se organiza numa base verticalizada e hierárquica, outros investigadores (e.g. Cunha, 2002) tendo por base uma análise das trajetórias de reclusos detidos pelas drogas, mostra que o mesmo se assemelha mais a uma organização de tipo *risoma* do que em pirâmide. A analogia com um *risoma* serve para mostrar o carácter pouco consistente e, até certo ponto, fragmentário das “redes” de tráfico. Para Cunha (2002, p. 185): “Em contrapartida, aqui as solidariedades constroem-se de modo mais aleatório, entre o universo dos parentes e o dos vizinhos, dado até que o primeiro não se concentra numa estrutura vertical de autoridade nem dispõe dos recursos para, por inteiro, «organizar a vida» dos seus. Tal universo não é assim mobilizável à grande escala e num projecto colectivo, mas por pequenos segmentos, em alianças variáveis e, por conseguinte, em incursões mais atomísticas”.

Um aspeto diferenciador das várias etnografias apresentadas reside no tempo que cada investigador esteve no terreno. Um etnógrafo demorou poucos meses e outros prolongaram-se por vários anos, ainda que com períodos de interregno pelo meio. Encontrámos também uma considerável variabilidade no que concerne ao tempo dispensado em cada fase do trabalho de campo. Assim, nalgumas etnografias, a fase da observação direta dos contextos e dos atores foi mais morosa do que a fase das entrevistas ou da recolha documental enquanto que noutras verificámos precisamente o oposto.

Mas não foi só neste aspeto que encontrámos uma variabilidade nas abordagens etnográficas. Apesar de todas elas implicarem uma articulação de várias técnicas de recolha de dados, encontrámos uma diferença quanto ao *timing* em que essas técnicas surgiam no desenho metodológico. Assim, nalgumas etnografias, as entrevistas realizadas permitiram um conhecimento aprofundado do investigador com algum(uns) entrevistado(s), sendo fundamental para potenciar a observação participante nos contextos em momentos futuros do trabalho; mas, noutros casos, percebemos exatamente o contrário, isto é, foram os momentos de observação participante que criaram as condições relacionais propícias para que o etnógrafo realizasse, numa fase posterior, entrevistas aprofundadas a elementos da comunidade das drogas bem como a recolha e análise documental sobre os contextos observados.

A questão do acesso ao terreno, tema sobejamente discutido em qualquer pesquisa etnográfica e, em particular, na etnografia urbana, foi algo que também variou bastante de etnografia para etnografia. Para uns, o trabalho em equipas de redução de riscos e minimização de danos foi uma boa “porta de entrada” para os territórios psicotrópicos podendo, nalgumas investigações, evoluir para uma fase dita mais intensiva do trabalho de campo, já sem a ligação à referida equipa. Noutros casos, o trabalho de campo apenas se restringiu à permanência na equipa de rua, fazendo trajetos com a mesma pelos territórios captando e caracterizando os sentidos e significados dos consumos para os atores sociais. Noutros casos, porém, não existiu esta socialização prévia do etnógrafo no contexto de investigação, tendo o investigador que inteirar-se das dinâmicas locais por si próprio ou recorrendo à sua rede de relacionamentos pessoais. Nalguns casos, a socialização etnográfica levou a que o investigador habitasse no interior de alguns bairros sociais onde realizou a pesquisa (e.g. Bourgois, 1995/1996; Fernandes, 1997).

Um outro aspeto diferenciador prende-se com a abertura metodológica. Se todos os trabalhos partilham desta abertura, que é aliás uma das características principais do método (Fernandes, 1998/2002), o que é facto é que nalgumas investigações ela está mais desenvolvida do que noutras. Em certas etnografias constatamos que o investigador foi para o terreno com uma ou mais questões de partida, afunilando grande parte do trabalho de campo de forma a responder às questões previamente formuladas. Noutros trabalhos, constatamos uma maior abertura, não levando

questões *à priori*, procurando que a socialização nos contextos levantasse de forma generativa as questões de investigação ao longo do trabalho de campo. Este segundo caso configura algo próximo àquilo a que Fernandes tem designado como “postura generativa” do método: “Ao optarmos por uma postura generativa – deixar que o próprio terreno decidisse das hipóteses a ir levantando, das práticas a ir conhecendo e dos contextos a ir caracterizando – abrimo-nos nós próprios a uma série de aspectos do ilusoriamente unitário fenómeno droga” (Fernandes, 1998/2002, p. 9). Outros trabalhos que identificamos apresentaram ainda um equilíbrio entre a primeira situação e a segunda, procurando orientar o trabalho de campo em função de algumas questões iniciais mas suficientemente abertas para que essas questões não condicionem ou enviesem o olhar do etnógrafo relativamente aos contextos e atores a caracterizar.

Mas não é só pelos aspetos metodológicos que as etnografias diferem entre si. No que concerne ao objeto propriamente dito, todas elas, apesar dos aspetos comuns registados (e que demos conta atrás) apresentam especificidades locais que não são redutíveis nem generalizáveis a outras realidades. Falámos, por exemplo, da diferença existente quanto ao tipo de droga mais e menos presente em determinado território, as formas de consumo - nuns contextos maiores consumos injetados do que fumados – assim como nas dinâmicas relacionadas com o *deal* e o consumo. Quanto a este último aspeto, vimos já como o fenómeno apresenta uma organização muito semelhante. Mas, nalguns contextos, ele está mais disperso e noutros apresenta-se mais concentrado: nuns está mais ativo ao longo de ruas e, noutros, mais concentrado em fábricas ou prédios abandonados. Algumas etnografias constataram mesmo que a venda de drogas se encontra diluída noutras práticas quotidianas dos bairros onde se insere, passando quase despercebida ao olhar comum.

II – MÉTODO

1. FASE EXPLORATÓRIA: UM PSICÓLOGO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

Na secção correspondente ao Enquadramento teórico e, em particular, no capítulo destinado à apresentação das etnografias urbanas das drogas realizadas em vários contextos urbanos referimos que um dos aspetos que diferenciava estes trabalhos se encontrava, precisamente, na forma como os investigadores tiveram acesso à unidade de estudo. Vimos que, nalgumas etnografias, a “entrada” no terreno foi realizada através da inserção do(s) investigador(es) em equipas de rua que atuavam em cenários de consumo de drogas em determinada cidade (e.g. Fernandes & Ramos, 2010; Gomes & Adorno, 2011; Raupp & Adorno, 2010; Rui, 2012).

A nossa pesquisa iniciou-se num desses dispositivos móveis que faz ainda trabalho de redução de riscos e minimização de danos com utilizadores de drogas nos territórios psicotrópicos situados no Aleixo, Pinheiro Torres, Viso e Ramalde⁶⁰. O principal objetivo dessa equipa “é o de atenuar ou reduzir os riscos e danos que resultam do consumo de drogas por parte dos utilizadores que recorrem a esses territórios psicotrópicos quer para comprar quer para consumir as substâncias psicoativas.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 8). Esse trabalho tem como foco, sobretudo, os consumidores de heroína e cocaína, pelo facto de serem as drogas mais vendidas e consumidas nos referidos territórios.

Trata-se de uma equipa multidisciplinar, sendo constituída por uma assistente social (também coordenadora técnica da equipa), dois enfermeiros, um técnico psicossocial, dois psicólogos e um educador de pares. Fomos membros dessa equipa de rua desde outubro de 2009 até dezembro de 2013, primeiro na qualidade de estagiários e depois na de psicólogos. O trabalho de campo, nesta fase exploratória, circunscreveu-se a duas/três tardes por semana no período considerado. Além das funções técnicas que nos estavam incumbidas procuramos exercer, desde o início, um olhar etnográfico sobre os atores e os territórios com que contactávamos: “Estivemos no terreno, para além do papel de interventores, inspirados por uma postura etnográfica no modo como olhávamos e fixávamos no diário de campo o contexto de que eramos também elemento ativo.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 8).

Estes dispositivos móveis de atenção e cuidado no âmbito do fenómeno droga têm sido designados, no contexto brasileiro, como “consultórios de rua” (e.g. Gomes & Adorno, 2011; Lancetti, 2008; Oliveira, 2008; Raupp & Adorno, 2010; Rui, 2012). Dissemos num trabalho anterior (Mata & Fernandes, 2016) que a intervenção de rua realizada em espaços urbanos ditos “degradados” e em sofrimento social, torna-os também em lugares propícios para a escuta terapêutica. No mesmo sentido, Nicodemos (2013) refere-se aos consultórios de rua como possibilitando uma clínica itinerante, que rompe com os constrangimentos institucionais bem como

⁶⁰ Para uma análise mais detalhada sobre o trabalho de redução de riscos e minimização de danos realizado por esta equipa de rua, ver Mata e Fernandes (2016).

com os *settings* terapêuticos fechados: “(...) um tratamento itinerante e que percorre o itinerário institucional de cada sujeito intervindo nos discursos sobre ele e também possibilitando que esses sujeitos lancem mão do recurso da palavra para traduzirem seus impasses pertinentes a este período da vida. Aliás, suas demandas de cuidado perpassam menos suas encrencas com os excessos com a droga e mais as encrencas referentes ao desencontro com o Outro” (Nicodemos, 2013, p. 22). Na mesma senda, Lancetti (2008) refere-se aos consultórios de rua como a possibilidade de praticar uma clínica territorializada no fenómeno droga. Além das potencialidades clínicas desses dispositivos móveis, os mesmos afirmam-se ainda como importantes plataformas para o acesso a um conhecimento mais pormenorizado, detalhado e proximal do fenómeno e seus protagonistas.

O Rotas com Vida faz ainda hoje trabalho de rua praticamente nos mesmos locais da zona ocidental do Porto, atuando diretamente tanto nos próprios territórios psicotrópicos como no encaminhamento de alguns atores às estruturas sociosanitárias existentes na Comunidade, nomeadamente hospitais, equipas de tratamento para as toxicodependências, laboratórios de análises clínicas, centro de diagnóstico pneumonológico do Porto (CDP – Porto), centros de saúde ou lojas do cidadão. Sobre esta dupla atuação da equipa, escrevemos o seguinte: “Estes dois eixos interventivos apresentam-se como complementares durante o trabalho da equipa de rua pois constata-se que os acompanhamentos realizados às diferentes estruturas da comunidade têm como base uma constante monitorização e avaliação das necessidades dos atores com que contactamos durante o trabalho de proximidade ao nível dos territórios.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 9).

Nesta fase exploratória, a observação, seja na modalidade distanciada ou participada, foi a principal técnica de recolha de dados. Essas observações realizadas sobre os territórios, o fenómeno droga e os atores sociais com que contactamos foram registadas num diário de campo. Esse diário, além de permitir um primeiro conhecimento acerca dos territórios psicotrópicos e dos atores sociais envolvidos funcionou também, nessa altura, como uma importante âncora de reflexão técnica para a nossa intervenção (Mata & Fernandes, 2016). Assim, esse “primeiro diário” - definimo-lo assim durante a análise e o tratamento dos dados - encontra-se organizado numa lógica meramente cronológica e em função do tempo de trabalho e do trajeto realizado pelo Rotas com Vida pelos territórios. Tal situação significa que nesse diário não constam secções nem subsecções tal como encontramos no “segundo diário”, isto é, ao que corresponde à fase intensiva⁶¹. Além disso, esta primeira parte do diário é também menos extensa – 232 páginas - do que a correspondente à fase intensiva – 624 páginas, distribuídas por várias secções.

O Rotas com Vida, à semelhança de outras equipas com a mesma filosofia interventiva, tem no trabalho de proximidade a sua principal característica, atuando numa base territorial. Essa

⁶¹ Na verdade, a divisão que fizemos entre o “primeiro diário” e o “segundo diário” corresponde ao primeiro e segundo capítulos da nossa socialização etnográfica. Remetemos para o capítulo seguinte, correspondente à Fase Intensiva, a forma como efetuamos o tratamento do diário de campo nas duas situações.

atuação *in loco*, nos territórios das drogas, assenta num estilo relacional marcado pela horizontalidade entre técnico e utente. Esta situação criou as condições, no nosso caso, para o estabelecimento de uma relação de confiança com alguns atores das drogas, facilitando não só o trabalho clínico desenvolvido como também a nossa inserção e aceitação nos territórios. Permitiu também o conhecimento de alguns aspetos sobre o fenómeno durante esta fase exploratória. Lancetti (2008) enfatiza os benefícios de uma interação deste tipo com atores sociais que estão numa posição social de constante relegação, pois ela é uma “injeção de afeto (...), um vínculo inédito numa relação saturada de significado, estereotipada e sem potência pedagógica ou terapêutica” (p. 27).

À intervenção horizontal que realizamos com os atores que recorriam aos serviços da equipa de rua chamamos de psicologia de baixo limiar e dissemos sobre ela o seguinte: “(...) esta psicologia está carregada de baixa exigência, pois não há nenhum tópico *à priori* que deva ser falado, todos eles são admitidos e valorizados, num clima de fluidez discursiva típica de quem quer ser ouvido como pessoa e não como toxicodependente” (Mata & Fernandes, 2016, p. 19). Assim, assuntos como futebol, política, religião, automóveis, cinema ou música eram temas incorporados na relação que estabelecíamos com os atores sociais. Essas conversas não eram pontuais nem situadas num momento em específico podendo prolongar-se ao longo do tempo sempre que nos encontrávamos com os atores com quem estabelecíamos uma relação deste tipo. Dissemos num trabalho anterior o seguinte: “(...) a permanência diária dos técnicos nos territórios onde os utilizadores protagonizam ação coloca-os no estatuto de atores sociais e não no de “doentes”, “pacientes”, ou “toxicodependentes” (Mata & Fernandes, 2016, p. 9). Em suma, a psicologia de baixo limiar possibilitou o *come as you are* de Kurt Cobain.

A relação marcadamente horizontal que privilegiamos no contacto com os atores das drogas deu-se também ao nível da linguagem: “A psicologia de baixo limiar mostrou-se também importante na aceitação do nosso trabalho junto dos consumidores de Drogas com que íamos contactando, nomeadamente através da incorporação técnica do vocabulário dos territórios e dos atores (por exemplo, o termo “caldar” em vez de “injetar” ou “o dar na prata” em vez de “fumar”, “droga martelada” em vez de “droga adulterada”). Essa incorporação linguística do vocabulário típico destes territórios gerou um clima de aceitação e confiança nos atores sociais ou, para nos socorrermos de uma frase proferida por um ator enquanto exercíamos a nossa psicologia de baixo limiar: “É com essa linguagem igual à nossa que nos sentimos entendidos” (diário de campo, 29/03/2011)” (Mata & Fernandes, 2016, p.20).

A adaptação linguística a que nos referimos foi bastante potenciada não só pelo contacto direto com os utilizadores de drogas com que trabalhamos como também pela presença, na nossa equipa, de um educador de pares. Essa presença foi para nós fundamental para aceder a uma perspetiva proximal sobre o fenómeno droga nos territórios bem como a alguns atores que protagonizavam o fenómeno no Aleixo, Pinheiro Torres e outros territórios onde atuávamos. Esses

profissionais são definidos, no contexto da RRMD, como: “(...) users or injectors or people with street credentials, are hired to contact and work with drug-using members of their own community as clients” (Broadhead, Heckathorn, Weakliem, Anthony, Madray, Mills & Hughes, 1998, p. 43). O seu trabalho contribui para o aprofundamento do trabalho de proximidade destas equipas, estendendo-se muitas vezes para lá das imediações da carrinha da equipa de rua onde se realiza grande parte do trabalho. Assim, através do seu trabalho alargado no território, inserimo-nos nalguns locais de consumo de drogas a céu aberto - sobretudo os que estavam situados no Aleixo e no Pinheiro Torres - garantindo, através da sua presença, simultaneamente a nossa segurança nos referidos locais e a confiança dos atores das drogas. Essa situação foi importante não só para o desenrolar da fase exploratória, mas também de toda a fase intensiva, como evidenciaremos de seguida. Mostramos abaixo um excerto do nosso diário de campo que ilustra precisamente o que referimos:

“Continuamos o percurso com o balde e a mochila com o material de consumo e tivemos acesso a uma nova divisão da antiga fábrica onde estavam utentes amontoados a “dar no caneco”. Perguntamos se era necessário algo. Fomos dando prata para consumo fumado aos utentes que necessitavam. Estávamos, minutos depois, na zona mais distante do local onde tínhamos entrado. Aproveitamos a acalmia para tirar algumas notas de terreno. (...) Caminhamos, de seguida, para a zona onde entramos e verificamos que contiguamente àquela fábrica abandonada do PT, que agora é um “palco de chuto” para os Tóxicos, estava uma fábrica que ainda apresenta laboração.” (diário de campo, 25/03/2011).

A fase exploratória terminou em dezembro de 2013. Demoramos precisamente um ano até voltarmos aos territórios psicotrópicos da zona ocidental. Assim, em dezembro de 2014, iniciámos a fase intensiva da investigação que correspondeu à sistematização de uma revisitação etnográfica aos atores e territórios psicotrópicos caracterizados entre 1990 e 1995 por Luís Fernandes. É sobre os aspetos metodológicos desta fase que daremos conta já de seguida.

2. FASE INTENSIVA: UM ETNÓGRAFO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

Durante a fase exploratória, a permanência nos contextos de pesquisa esteve condicionada pelos turnos definidos pela equipa de rua onde trabalhávamos. Essa situação viria a modificar-se durante a fase intensiva: não estando já nessa equipa, tínhamos que gerir o nosso tempo de permanência no terreno de forma autónoma. Quanto tempo, onde e com quem deveríamos estar? O início da fase intensiva foi, assim, um período em que nos vimos sem a plataforma física que permitiu o acesso e a permanência nos territórios psicotrópicos. Esta situação gerou-nos alguma ansiedade e insegurança traduzindo-se em algumas questões, nomeadamente: como aprofundar o conhecimento sobre os atores das drogas e sobre os territórios psicotrópicos que não passasse pela relação de ajuda que caracterizou a nossa fase exploratória? Como interpretariam os atores das drogas a nossa presença ali, sem a ligação à referida equipa?

Estas questões parecem ter sido semelhantes àsquelas que Chaves (1999) também formulou na sua pesquisa⁶². O autor que realizou, no início dos anos 90, uma etnografia num dos principais territórios psicotrópicos de Lisboa – o casal Ventoso – experimentou a mesma inquietude e ansiedade relativamente ao seu estatuto na pesquisa uma vez que, tal como nós, antes do estudo etnográfico propriamente dito, Miguel Chaves tinha já um conhecimento prévio deste bairro enquanto técnico de intervenção social. A gestão constante da sua identidade e em cada momento da pesquisa parece ter sido a forma que o investigador encontrou para resolver os questionamentos metodológicos decorrentes desse duplo estatuto no território: “As ansiedades prendiam-se, sobretudo, com a dificuldade de gerir o estatuto de investigador fora das instalações do Centro, continuando a colocar questões que não se prendiam já com o âmbito do trabalho de intervenção. Procurei ultrapassá-las através de um trabalho de redefinição constante do papel de investigador, quotidianamente e em cada situação específica” (Chaves, 1999, p. 30).

A passagem da fase exploratória para a intensiva colocou-nos ainda perante uma nova posição percetiva sobre o objeto. Fernandes (1990, p. 110) reflete precisamente sobre essa questão: “A não-coincidência entre o que do fenómeno droga deixam ver o olhar clínico e o olhar naturalista deve-se em grande parte à posição percetiva ocupada pelo investigador em cada um dos casos. Talvez convenha deixar explícito que uma posição percetiva é, de qualquer modo, também uma posição teórica: exerce-se a partir duma grelha de interrogações, ouve e anota segundo um tipo descritivo e codificando informação de acordo com indicações teóricas prévias, utiliza intermediários instrumentais que são parte do arsenal paradigmático duma disciplina e que têm portanto o uso definido e validade teoricamente”. Ainda de acordo com o autor importa também

⁶² Remetemos para a secção do Enquadramento teórico, em particular para o capítulo 2. *Etnografias das drogas em contexto urbano*, para a apresentação resumida desta etnografia.

discernir entre uma *posição perceptiva distal*, característica do olhar clínico, de uma *posição perceptiva proximal*, típica do olhar naturalista sobre o objeto.

Apesar da nossa fase intensiva corresponder uma nova posição perceptiva sobre o objeto droga, os territórios psicotrópicos e os atores sociais, a experiência interventiva e exploratória inicial facilitou e potenciou o desenrolar da nossa etnografia. Quem alia a etnografia à prática clínica rapidamente dá conta de aspetos comuns nas duas abordagens. Nicodemos e Ferro (2019), usando a experiência psicanalítica do primeiro autor e a prática etnográfica da segunda, falam-nos acerca da posição do psicanalista e do etnógrafo enquanto ocupando uma *posição de não-saber* de modo a que: “(...) cada ator possa, ele mesmo, construir o seu campo de novos significados” (Nicodemos & Ferro, 2019, p. 101). No caso do psicanalista, os autores falam numa *escuta flutuante* que rompe com o conhecimento prévio sobre o Outro; no caso do etnógrafo, esse rompimento passa pelo estranhamento antropológico e a redução fenomenológica do Outro, considerando-o em toda a sua alteridade ontológica. Mostramos abaixo, através de um exerto do nosso diário de campo, aquilo que estamos a transmitir:

“Ao final da tarde (pelas 18h00) conversei com o Reguefinha no Largo do Ouro. Ele foi-me apresentado pelo Barbudo do Aleixo, dizendo-lhe que ele comigo estava tranquilo, que eu era psicólogo e que já nos conhecíamos há algum tempo. Disse também que eu era amigo do Lagarto (...). Depois, o Barbudo diz que se tem que ir embora e fico com o Reguefinha ali no Largo do Ouro enquanto ele arruma uns carros.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/06/2017).

No mesmo sentido, Mariño e Lizarralde (2019), que realizaram trabalho etnográfico com dependentes de drogas duras nas ruas de Bogotá (Colômbia) e que partiram, numa primeira fase, de um contexto institucional de apoio a estas populações, referem que o conhecimento prévio dos atores foi crucial para o aprofundamento posterior do seu trabalho de campo: “ (...)la categorización de “profes”⁶³ que nos fue atribuida no nos impidió buscar espacios o estrategias de trabajo que nos liberaran de los encuentros condicionados por la institución, creando otras formas de interacción con las y los jóvenes.” (Mariño & Lizarralde, 2019, p. 14). E, mais adiante, referem: “La articulación de los relatos que nos eran contados en la institución y la inmersión en contextos callejeros sólo podía permitirnos una comprensión más completa y compleja de lo que es la “calle” para las y los jóvenes que conocimos” (p. 17). Na mesma senda, Benzecry (2015, p. 3) refere que o etnógrafo está munido com um “capacete teórico com lentes substituíveis”, interrogando-se sistematicamente acerca do seu posicionamento na pesquisa e acionando os procedimentos metodológicos mais adequados em cada fase do trabalho de campo. Em resumo, a posição que o etnógrafo ocupa nas diferentes fases da pesquisa (Lichterman, 2015) não determina se a pesquisa se realizará mas sobretudo *que* etnografia se irá realizar. Para Fernandes, Neves e Chaves (2001, p. 187): “O modo como este problema [do acesso ao terreno] é resolvido não determina apenas se a investigação

63 Termo nativo que servia para designar o estatuto das investigadoras durante a fase inicial.

pode ser realizada, mas também que investigação pode ser produzida, dado que ele se encontra directamente associado à posição e, portanto, à perspectiva que o investigador assumirá no interior do campo de pesquisa”.

Contrariamente à fase exploratória onde não tínhamos nenhum objetivo prévio que orientasse a pesquisa - sendo a observação dos atores e territórios essencialmente exploratória - na fase intensiva estabelecemos três objetivos para a revisitação etnográfica:

1. Localização e reencontro de atores sociais que foram caracterizados na etnografia de Luís Fernandes. O acesso a estes indivíduos deverá permitir:

1.1. O estabelecimento das trajetórias de vida destes atores, com particular destaque para o período entre o início dos anos 90 e o momento presente;

1.2. A caracterização das dinâmicas evolutivas do fenómeno droga nestes territórios, permitindo uma leitura processual entre as duas pesquisas;

2. Caracterização atual do fenómeno droga nos territórios psicotrópicos mencionados, nomeadamente a descrição ecossocial das práticas de consumo e de venda de substâncias psicoativas e dos espaços onde elas se expressam;

3. Identificação e caracterização das mudanças e permanências ao nível ecossocial da zona envolvente aos territórios psicotrópicos entre as duas etnografias.

Estes três objetivos - e outros que se geraram, entretanto, a partir do trabalho de campo - foram apresentados logo de início aos nossos informantes privilegiados principais. Além disso, grande parte das inquietações e ansiedades no início da fase intensiva - a que nos referimos atrás - foram diminuídas com a apresentação e o conhecimento destes atores. É sobre os informantes privilegiados principais da nossa revisitação que falaremos já de seguida.

2.1. Os informantes privilegiados principais: o RS, o Rasi e o Lagarto

Dada a natureza da nossa etnografia – uma revisitação – e do contacto constante com o primeiro etnógrafo (também orientador dos nossos trabalhos de doutoramento), a primeira coisa a fazer seria pedir-lhe os contactos do seu informante privilegiado principal – o RS – bem como de alguns intermediários da sua pesquisa – o Rasi e o Arjo. A socialização intensiva e prolongada no terreno só foi possível através de uma relação próxima e aprofundada com estes informantes privilegiados ou, utilizando a designação anglo-saxónica, com os *gatekeepers* (Burgess, 1997). Segundo Fetterman (1998), os informantes privilegiados devem ser sujeitos dotados de

credibilidade dentro da unidade de estudo de modo a criar, por associação, um círculo de aceitação em torno do investigador.

Quanto aos dois primeiros atores – o RS e o Rasi - ambos foram contactados inicialmente em dezembro de 2014 por Luís Fernandes, onde lhes foi explicada e apresentada a nossa pesquisa. Após acederem, foi o primeiro etnógrafo que passou o testemunho – diga-se, em abono da verdade, o número de telemóvel... – quer do RS quer do Rasi para serem por nós contactados. Telefonamos, em primeiro lugar, ao Rasi e, posteriormente, ao RS, dias depois do contacto inicial do primeiro etnógrafo. Quanto ao RS, além do contacto telefónico, foi-nos ainda apresentado pessoalmente, num encontro a três: nós, o Mister⁶⁴ e o RS, na Sede da ADR do Bairro da Pasteleira a 17 de dezembro de 2014. Sobre esse encontro dissemos o seguinte num trabalho anterior: “Luís Fernandes contactou agora de novo o RS, inquirindo da sua disponibilidade para ajudar o etnógrafo que faria a revisitação.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 328).

Apresentaremos alguns momentos da trajetória do RS no capítulo da secção monográfica correspondente aos atores da revisitação. Dizemos apenas, por agora, que se trata de alguém com 57 anos (na altura em que o recontactamos) e morava ainda no bairro da Pasteleira Velha. Apresenta um passado de forte ligação às drogas, seja ao nível da venda seja do consumo. Esse envolvimento levou-o a dois períodos de reclusão ainda antes da primeira etnografia. A nossa revisitação permitiu perceber que o ator estava já afastado do “movimento” dos territórios psicotrópicos da zona ocidental, seja do seu bairro seja de outros que também caracterizamos. Essa diferença foi logo destacada pelo próprio quando nos conhecemos, algo que os encontros posteriores nos vieram confirmar. Sobre este seu “apagamento” na vida do andamento, o RS disse-nos o seguinte:

“- Pois é Mister, ao tempo pa! Isso foi há quê?! 20 anos paí que estiveste aqui, não? Muita coisa mudou pa, dantes um gajo andava aí à vontade no bairro, lembrás-te? Só faltava andarmos com uma tabuleta a dizer que eramos nós... Agora não, muita coisa mudou, os mais novos impuseram-se no bairro... - dizia o RS”. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 17/12/2014).

O Rasi é também um morador do bairro da Pasteleira Velha desde criança e tinha 62 anos na altura em que nos conhecemos. Quando analisamos a sua história de vida percebemos que nunca se envolveu de forma problemática com drogas, afastando-se por isso do tipo de atores que desejaríamos caracterizar. Mas o facto de viver há muitos anos num dos bairros que investigámos tornou-o alguém com um elevado conhecimento dos atores e de algumas características do fenómeno drogas neste bairro e nos adjacentes. Muitos dos atores cujas trajetórias apresentaremos na secção monográfica foram por ele indicados. Além disso, foi sempre alguém com forte envolvimento na vida das comunidades locais, participando ativamente no movimento associativo,

64 Designação no nosso diário de campo para Luís Fernandes, nosso orientador.

sendo algo importante para a nossa permanência e aceitação nos territórios. Apresentamos, abaixo, um excerto da nossa primeira conversa:

“(…) Mudamos, passado algum tempo, de assunto e ele pergunta-me diretamente:

- E então fala-me um pouco desse teu projeto...

- Bem, eu vou trabalhar nos mesmos bairros que o Mister trabalhou...

- Hum, estou a ver... Pa no que te puder ajudar, ajudo. Bem, no caso da pesquisa do Mister envolveu droga... Na tua também?

- Sim, esse é um dos aspetos que vou estudar... - disse-lhe eu.

(diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/12/2014).

Pese embora a importância que estes dois atores tiveram na nossa revisitação, os encontros etnográficos com ambos vieram tornar evidente que se quiséssemos aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas atuais dos territórios psicotrópicos e obter o acesso a atores que estão, nos dias de hoje, no “ativo” na vida do “andamento”, teríamos que diversificar a abordagem ao terreno com outros sujeitos. Além disso, sendo atores provenientes do bairro da Pasteleira Velha, o seu quadro de relacionamentos principal situava-se principalmente neste bairro. Tornava-se importante, também por isso, estabelecer contacto com outros atores que nos dessem uma outra perspetiva de outros territórios, nomeadamente do bairro do Aleixo⁶⁵.

Foi então que em janeiro de 2017, o Mister nos apresentou o Arjo – um intermediário de terreno da investigação inicial – ator que se revelou fundamental para o desenrolar do trabalho de campo do primeiro etnógrafo no bairro do Aleixo. O Arjo veio a desempenhar connosco a mesma função que teve na primeira pesquisa: a de colocar no caminho do investigador as pessoas mais importantes para os objetivos da investigação. A partir desta altura passamos a estar mais tempo pelo bairro do Aleixo bem como com os atores das drogas do território psicotrópico que funciona no seu interior.

O Arjo é um consumidor de drogas duras, tal como já era na altura da primeira etnografia. Apesar de não ser um morador da zona, o seu conhecimento do fenómeno e seus protagonistas nos territórios psicotrópicos da zona ocidental, em particular do bairro do Aleixo, quer atualmente quer no passado, torna-o como um bom intermediário de terreno. O contacto que estabelecemos com ele em janeiro de 2017, teve como principal objetivo que ele nos apresentasse alguém que nos

65 Encontrámos noutros autores (e.g. Burgess, 1997) a mesma preocupação em diversificar os informantes privilegiados no interior da Unidade de Estudo. No caso da pesquisa etnográfica de Burgess (1997) numa escola secundária católica do ensino técnico a que o autor chamou de Escola Bishop McGregor, Burgess tinha informantes privilegiados de diferentes grupos que se relacionavam com a sua unidade de estudo, desde professores, alunos, professores encarregados de certos assuntos, diretores, etc. ensinando, segundo Burgess (1997, p. 81) “(...) coisas diferentes a partir das suas culturas e da forma como visualizam o ambiente cultural em que estão inseridos”.

ajudasse a perceber algumas dinâmicas dos territórios psicotrópicos bem como os atores que protagonizam e/ou protagonizaram o fenómeno nos anos 90. Sobre isso o Arjo disse-nos o seguinte:

“Continuamos a conversar e ele pensa ser importante apresentar-me um sujeito que tem muitos conhecimentos na zona do Aleixo: um tal de Lagarto. Sobre ele disse-me:

- “Basta este gajo para te pôr logo ao corrente de tudo e de todos... Tens é de lhe pagar copos que o gajo é um alcoólico filho da puta” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 05/01/2017).

Foi então que ele nos apresentou, dias depois, o Lagarto. Fomos almoçar a um restaurante na marginal do Douro, curiosamente também frequentado pelo primeiro etnógrafo durante o seu trabalho de campo e que, mais uma vez, esteve presente neste almoço. Foi com surpresa que constatámos que já conhecíamos o Lagarto desde a fase exploratória, pois era um dos utentes da equipa de rua onde trabalhamos. Foi a partir dele que fizemos muitas das incursões no bairro do Aleixo nesta fase intensiva, bem como ao território psicotrópico que funciona no seu interior.

Na altura em que o conhecemos tinha 56 anos e a sua rede de relacionamentos principal situava-se no bairro do Aleixo. Além do elevado conhecimento do ator relativamente às dinâmicas do fenómeno droga nos territórios psicotrópicos, o Lagarto apresentava também um elevado conhecimento sobre os atores caracterizados nos anos 90 pelo primeiro etnógrafo, permitindo-nos aprofundar com ele alguns elementos das trajetórias desses indivíduos:

“Percebe-se dessa entrevista que o Lagarto é um nativo da zona, conhecedor profundo das dinâmicas locais e dos atores que estão ou estiveram envolvidos com o fenómeno droga no Aleixo e arredores. Relativamente aos indivíduos que lhe coloquei “em cima da mesa”, e que resultaram dos meus contactos anteriores (ex, o Anãozinho do Ouro, o ArN, o Ofx, etc.), tem sempre algo a dizer sobre eles. O seu estatuto na minha pesquisa assume-se cada vez mais como um informante privilegiado, tal como o RS é para a zona da Pasteleira.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 15/02/2017).

Foi a partir destes três indivíduos – que, como se percebeu, surgiram em momentos diferentes na nossa pesquisa – que acedemos, nesta fase intensiva, às representações sobre o fenómeno droga na zona. O relacionamento com eles assemelhou-se ao trabalho de um co-piloto num automóvel de corrida: eram eles que nos davam as orientações sobre o caminho a seguir, quando virar e, sobretudo, em que direção:

“As pistas dos atores, dos espaços, dos saberes de determinado local, tudo é colocado ao investigador pelos nativos, e não o contrário, são eles que guiam o processo etnográfico, que assumem muitas vezes a função de comando do processo de pesquisa. Pensando numa corrida de *rally*, eles são o “pendura” que vai indicando o caminho ao piloto, é ele que dá as indicações de onde virar, do grau acentuado ou menos acentuado das curvas, do terreno retilíneo que permita uma maior aceleração do carro. Sem as suas indicações, a tarefa do investigador revela-se impossível.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 19/03/2015).

Além da sua importante função de guiar o etnógrafo na unidade de estudo, estes atores desempenham também um importante papel na validação dos resultados obtidos pelo etnógrafo no terreno, gerando sistematicamente *feedback* sobre as suas observações acerca da realidade

sociocultural estudada⁶⁶. Ao trabalho de *feedback* constante dos informantes privilegiados sobre aquilo que íamos percebendo e compreendendo sobre o fenómeno em estudo chamamos de “calibragem” das nossas conclusões de terreno:

“Eles (os informantes privilegiados) não validam só as nossas percepções quando elas são trabalhadas posteriormente em casa, ou através de um texto escrito pós-terreno. (...) validam também as notas de campo que o etnógrafo vai escrevendo ao longo da investigação etnográfica. O informante privilegiado é, por isso, um calibrador de percepções e intuições do investigador na altura em que decorre o próprio terreno bem como das notas de campo que ele vai gerando a partir dessas mesmas percepções e intuições (...). Isto gera sistematicamente validade no material empírico que é produzido ao longo da pesquisa.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 12/03/2015).

Depois de apresentarmos brevemente os nossos informantes privilegiados principais passamos, já de seguida, a apresentar os nossos esforços em criar raízes na zona de modo a intensificar e aprofundar as observações realizadas.

2.2. O “Estar no terreno”, o “ser-se nativo” e o “tornar-se nativo”

Depois de nos serem apresentados os informantes privilegiados da nossa revisitação, sentimos a necessidade de criar raízes nos territórios psicotrópicos. Sem isso, a nossa pesquisa não atingiria a profundidade etnográfica que desejaríamos nesta fase. O objetivo não passava, assim, apenas por *estar lá*, mas antes por *pertencer ali*, sentir o local também como nosso, criar as nossas próprias raízes. À medida que a pesquisa se desenrolava, e estando a fase exploratória cada vez mais distante, percebíamos, com maior nitidez, um *continuum* que traduzia o nosso grau de comprometimento relacional e afetivo com os contextos e os atores: o “estar no terreno”, o “tornar-se nativo” e o “ser-se nativo” (termos da secção “anotações metodológicas” do nosso diário de campo).

Uma pesquisa etnográfica situa-se sempre algures neste *continuum*, marcando inclusivamente as diferentes fases do trabalho de campo. Uma pesquisa dificilmente poderá ser apelidada de “etnográfica” se a atitude e a disposição do investigador for apenas a de cumprir um programa de “estar no terreno”. Mesmo dada a impossibilidade do etnógrafo em ser um dos nativos da realidade estudada - como foi, aliás, o nosso caso - este deve procurar “tornar-se nativo” dessa mesma realidade⁶⁷. Esse exercício é um movimento intelectual e afetivo de modo a aderir à lógica

66 Vimos este trabalho de feedback constante dos informantes privilegiados no trabalho de White (1943/1993) em que mesmo antes de sair do terreno de pesquisa, Doc (o seu informante privilegiado principal) leu o manuscrito que o autor se preparava para levar para Chicago, tendo com ele longas conversas sobre as suas sugestões e críticas.

67 Peter Marina (2018), que realizou trabalho etnográfico com artistas de rua nas periferias da cidade norte-americana de New Orleães, refere-se à necessidade imperiosa do etnógrafo urbano viver no interior do seu objeto de estudo, tornando-o como parte integrante da sua vida: “I do not merely study the city’s fringes; rather I live on them. I don’t merely interview the city’s new bohemians; I live among them, living as one of them (Marina, 2018, p. 307).

dos atores sociais, captando o seu ponto de vista acerca dos temas em análise, o que se revela sempre algo inacabado e inatingível.

É no esforço do etnógrafo em “torna-se nativo” que assume especial importância a problematização acerca do mergulho etnográfico na realidade sociocultural estudada. Para Velho (1978, p. 124) “(...) a idéia de tentar por-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo”. No mesmo sentido, o antropólogo Roberto da Matta (1987 in Maas, 2015) refere-se ao mergulho etnográfico como um ritual de passagem constituído por três momentos: limiaridade, morte e renascimento. O confronto com uma realidade sociocultural diferente da do etnógrafo leva a que este tenha que “morrer”, ou seja, tenha que criar as condições, ainda que ilusórias e artificiais, para se colocar num estado de tábua rasa acerca dos atores e dos contextos que investiga, assumindo e incorporando uma postura de *não-ser* e de *não-saber* constantes. Esta situação deve, numa fase inicial, ser acompanhada do afastamento do seu sistema de valores pessoais, bem como do seu *background* cultural, económico e académico (estado de morte). O resnascimento deve permitir ver o Outro através de novas lentes, renovadas do ponto de vista metodológico e suficientemente próxima do olhar dos atores sociais que está a caracterizar (Maas, 2015). Segundo Elliott, McKelvy e Bowen (2017), o movimento do etnógrafo entre o “ir aos contextos de estudo” e “voltar dos contextos de estudo” permite-lhe ir progressivamente analisando e ajustando o seu mergulho etnográfico. Para os autores: “Recurring fieldwork, the opportunity to return again and again to the field, is also a temporal strategy (albeit one that may be increasingly a luxury) that can enhance fieldworkers’ understandings of the symbolic and power dynamics at play in the field as well as our imbrication in them (Sjørøsløv, 2013; Whyte, 2013).” (Elliott *et al*, 2017, p. 573).

O esforço para “tornar-se nativo” deve marcar todo o trabalho de campo, sendo algo que contribuirá para atribuir o cunho verdadeiramente etnográfico à investigação:

“Tornar-se nativo (“being native”, numa altura onde impera por todo o lado a nomenclatura inglesa). Aqui exerce-se o domínio etnográfico por excelência. Trata-se sempre de uma busca, de uma procura, uma vez que nunca é algo de acabado. Muitas vezes incompleto porque pode até nunca chegar a que o investigador se torne nativo verdadeiramente. Mas é a sua atitude e o processo de tornar-se num deles que marca a tendência metodológica principal da etnografia” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 29/09/2016).

A evolução de uma postura de “estar no terreno” para uma fase posterior de “tornar-se nativo” exige uma atitude ativa permanente por parte do etnógrafo de modo a realizar um conjunto de tarefas sequenciais que surgem durante o trabalho de campo (Spradley, 1979). Além disso, deve envolver simultaneamente a atenção face aos acontecimentos ocorridos no terreno, sendo algo fundamental para que se crie e mantenha um espaço para a reflexividade etnográfica constante e permanente (Caria, 2002). Refletíamos, um dia, sobre isso no nosso diário de campo:

“Este “estar no terreno” é algo plural e convoca uma atitude de constante escolha e seleção das condições de acesso aos territórios. (...) Isto mostra que o “estar no terreno” é uma tarefa difícil implicando muito mais do que o “estar lá” quando lá se está. E mesmo quando lá se está (...) temos que estar de um modo atento e reflexivo, simultaneamente envolvido com a situação/acontecimentos que queremos estudar mas criando espaço para a reflexividade sobre o que acontece.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 30/11/2015).

No caso da nossa pesquisa, uma característica fundamental para estarmos ao abrigo do processo de “tornar-se nativo” passou pela escolha da indumentária antes das idas para o terreno. A escolha de roupa confortável e informal, semelhante àquela que era usada pelos atores sociais, foi fundamental para potenciar o nosso trabalho de campo, diminuindo o efeito de contraste entre nós e os atores:

“Combinei hoje ir ter com o RS ao bairro da Pasteleira. Quando acordei estive algum tempo com a preocupação de escolher uma roupa que fosse informal. A preparação da minha roupa para fazer terreno é fundamental. Hoje isto tornou-se evidente quando optei por uma t-shirt verde em vez dum polo e por umas sapatilhas em vez de sapatos.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 13/07/2016).

Foi também fundamental que aprendêssemos algumas formas de comunicar, conversar e interagir com os atores sociais que estivessem de acordo com as formas naturais de expressão e comunicação nesses contextos. Assim, o trabalho de campo mostrou que os sujeitos usavam com bastante frequência expressões típicas da Cidade do Porto como por exemplo “oh moço”, “põem-te masé a andar”, “atina da carola” ou o “estás à bonta”. A identificação destas expressões, num primeiro momento, e o seu uso aquando das interações, num segundo momento, tornou-se algo bastante importante para criar um clima de aceitação da nossa presença. De acordo com Firmino da Costa (1986 cit. in Fernandes et al., 2001, p. 191): “Se o investigador não conhece a língua, as regras de trânsito, ou se não se vestir duma das maneiras ali habituais para se mencionar alguns dos mais óbvios duma multidão de requisitos (...) o impacto arrisca-se a ser muito maior”. Para que o trabalho corresse como desejaríamos e para diminuirmos os efeitos do impacto da nossa presença nestes contextos (Fernandes, 1998/2002) tivemos que nos adaptar às formas de comunicar destas comunidades, procurando adquirir uma perspetiva *de dentro* dos contextos que caracterizamos.

Além de expressões populares típicas do burgo portuense, percebemos também que a utilização de palavrões durante as conversas era frequente, bem como o falar alto em locais privados ou públicos. Para esta adaptação à linguagem⁶⁸ e à gíria característica destes contextos socorremo-nos das conclusões que já fomos tirando aquando da fase exploratória, nomeadamente

68 O nosso esforço para conhecer e usar os termos linguísticos dos nossos atores sociais tem equivalência, nas etnografias clássicas, ao mesmo esforço que os etnógrafos realizaram para compreender e usar a linguagem nativa.

as potencialidades de uma interação horizontal com os atores sociais, a que designámos de psicologia de baixo limiar.

Esta adoção de regras e estilos comportamentais e linguísticos dos nativos foi, contudo, realizada com alguma cautela e prudência, sob pena de se converter num exercício imbuído de artificialidade, com consequências indesejáveis. As advertências de Fernandes et al. (2001, p. 191) a propósito dos riscos dessa conduta do investigador são por demais evidentes: “(...) se o investigador não incorporar suficientemente algumas «formas de apresentação» e «estilos» específicos da população estudada, fazendo com que a «apresentação» surja pouco credível e grotesca aos olhos desses observados que o observam e que com ele interagem, mais valerá que não desenvolva estes esforços miméticos pois poderá, inversamente, colher efeitos contraproducentes”. No nosso caso, quando confrontámos um dos nossos informantes privilegiados principais – o RS – acerca da nossa forma de “estar no terreno” e dos perigos de não sermos aceites ali, ele disse-nos algo simples mas carregado de potencialidade metodológica para a nossa pesquisa: “Seres mais tu para seres um deles” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 04/04/2015). De facto, perante a dificuldade que por vezes tivemos em *sermos como os Outros*, a nossa simples apresentação pessoal *tal como somos*, revelou-se como uma forma mais simples, profícua e eficaz durante alguns momentos do trabalho de campo.

Apesar do esforço para “tornar-se nativo”, o etnógrafo deve ter presente que os significados da realidade sociocultural que estuda são complexos, difusos e contraditórios. Essa complexidade é o reflexo de diferentes estratos de significado dessa realidade, sendo uns mais superficiais e outros mais profundos (Geertz, 1973). À semelhança desta conceção de cultura enquanto “camada estratificada de significados” de Clifford Geertz, James Spradley (1979) distingue um “conhecimento cultural explícito” de um “conhecimento cultural tácito” sendo este último mais profundo do que o primeiro. Socorrendo-nos da nossa formação em psicologia, diríamos que também estas comunidades apresentam camadas mais superficiais – o ego, dos termos psicanalíticos... – mas também algumas mais profundas, recônditas e, portanto, mais inacessíveis do que as primeiras – situadas no inconsciente. No mesmo sentido, Velho (1978, p. 123-124) refere que: “(...) existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.”

Tendo isto em conta, a diversificação metodológica tornou possível o acesso a estratos de significação mais profundos da realidade estudada, sendo analisados e cruzados com níveis mais superficiais. É sobre a diversificação metodológica nos territórios psicotrópicos que falaremos de seguida.

2.3. A diversificação metodológica

De modo a garantir que a socialização etnográfica ia correspondendo ao esforço para “tornar-se nativo” envolvemo-nos nas várias atividades dos bairros sociais onde se situam os territórios psicotrópicos em análise. Para Spradley (1979, p. 3) essas atividades podem ser de vários tipos: “(...) asking questions, eating strange foods, learning a new language, watching ceremonies, taking field notes, washing clothes, writing letters home, tracing out genealogies, observing play, interviewing informants, and hundreds of other things”. De acordo com alguns autores (e.g. Fernandes, 1998/2002; Spradley, 1979), a atitude metodológica diversificada é fundamental para que o etnógrafo adquira o ponto de vista nativo sobre o seu objeto.

Assim, e fazendo jus à necessidade de se ter uma atitude metodológica diversificada, participámos em festas, piqueniques, cerimónias fúnebres, frequentamos bares noturnos com os atores sociais, acedemos ao comércio local onde os atores costumam fazer as suas compras, bem como outras atividades:

“Entretanto passamos por uma barraca que vendia meias para homem. Cada molho de meias tinha 3 pares. Comprei 4 molhos (12 pares) por 5 euros. Dei um par ao RS, que me agradeceu. Pelo caminho das barracas vi que estava numa delas o Tone C., o sujeito que eu vi no PT na Associação de Moradores quando lá fui com o RS na última deslocação aos bairros (...)” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 23/10/2016).

Uma forma de nos aproximarmos dos contextos e dos atores que queríamos caracterizar passou por nos deslocarmos aos jogos de futebol de uma das equipas locais sempre que a mesma jogava em casa. Falámos sobre isso numa das nossas notas metodológicas:

“Hoje quando estava com o Rasi no café da Associação da Pasteleira falei com ele sobre se poderia ir assistir aos jogos de futebol da Pasteleira. Sinto, pelas observações que tenho feito, que aqueles jogos podem constituir uma boa base para observar a vida dos Nativos (...) Quem sabe se o Pasteleira não pode ser um agregador da comunidade local? Sinto isso quando vou ao café da Associação, um grande afeto e carinho ao clube por parte dos nativos. O Rasi diz-me que sim, que posso assistir e dirige-se ao senhor dos balneários e pergunta-lhe onde se pode comprar bilhetes e tenta perceber quando o Pasteleira joga em casa. Disse que devia jogar em casa mais para o final do mês pois até lá tem deslocações fora. Quanto ao pagamento do bilhete disse que bastava aparecer que entraria à borla.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 19/03/2015).

A participação nas diferentes atividades destas comunidades implicou que resolvêssemos dois aspetos: primeiro, o culto da ascense individual e, segundo, a aceitação em viver e participar na vida destas comunidades. Isto significa que valeria de muito pouco se a nossa intensão fosse *apenas* e só o “ir comprar peças de vestuário” à feira do bairro da Pasteleira Velha (excerto acima), ir *apenas* a um bar noturno com os atores sociais ou o ir aos meios *drug* para vermos como o “movimento” se processa. Se tal atitude de participação não fosse acompanhada de um trabalho sobre nós próprios e sobre as nossas ideias prévias relativamente ao que observámos no terreno, dificilmente conseguiríamos atingir um nível de profundidade etnográfica desejável. Tratou-se da

nossa tentativa de ver a interioridade do objeto através da sua anterioridade, isto é, antes da sua codificação pelos especialistas do fenómeno. Nos termos de Magalhães (2002, p. 134): “O saber hermenêutico é sempre interior e a busca hermenêutica é a de uma interioridade sempre pensada como anterioridade”.

Em resumo, o esforço para “torna-se nativo” implica que o etnógrafo se apaixone pelo seu objeto, que namore com ele, que lhe conheça as entranhas ou, por um “(...) conhecimento encarnado que se engaja na aproximação entre diversas versões sobre a vida nas cidades” (Nascimento, 2016, p. 9). É nesse sentido que Pina Cabral (2000, p. 343) refere: “(...) i believe that it is only useful to call a ethnographic research if the researcher is somehow personally involved in the field”.

A diversificação metodológica que demos conta foi possibilitada, em parte, pela nossa inserção num Gabinete de uma equipa de terreno, situado mesmo no interior do “triângulo das bermudas”⁶⁹. É sobre isso que falaremos já de seguida.

2.4. No meio do “triângulo das bermudas” – O Gabinete como plataforma física para “tornar-se nativo”

De janeiro de 2016 até março desse ano tivemos um gabinete no local de trabalho de uma equipa de intervenção comunitária⁷⁰. Era aí que nos recolhíamos sempre que queríamos tomar notas de campo. Esse gabinete tinha apenas uma secretária, uma cadeira e um computador onde podíamos escrever no nosso diário. A frequência desse gabinete foi-nos possível após uma conversa com o assistente social da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, curiosamente o ator que desempenhava as mesmas funções na zona aquando da pesquisa de Luís Fernandes. À exceção da nossa atividade profissional e das dormidas, grande parte do nosso quotidiano nesses três meses era ocupado ora nesse Gabinete ora nos bairros sociais onde se situavam alguns dos territórios psicotrópicos que caracterizamos.

O objetivo, nesta fase de novo mergulho nos territórios, passava pela criação de novos relacionamentos que não se circunscrevessem apenas às relações do RS e do Rasi, sobre os quais tínhamos já uma elevada dependência:

“Resisto um pouco à ideia de ligar ao Rasi e ao RS. Sinto que tenho que fazer o meu próprio caminho aqui, construir a minha própria identidade e espaço aqui. Não posso estar sempre dependente deles para estar no terreno. Por isso decido fazer ultimamente *Go-Alones* e ir onde o terreno me levar.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/02/2016).

⁶⁹ Termo dado pelo Rasi para se referir ao triângulo constituído pelo Bairro do Aleixo (BA) – Pinheiro Torres (PT) – Bairro da Pasteleira (BP).

⁷⁰ Trata-se da ADILO – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro.

Precisávamos de criar o nosso próprio caminho nestes territórios, deixar que o terreno nos colocasse as pistas a seguir e não apenas os informantes privilegiados principais. Escrevíamos o seguinte no nosso diário de campo sobre a nossa “âncora de terreno”:

“Entro no meu gabinete e dou uma vista de olhos no meu diário, procurando afinar algumas notas e orientar algumas observações que venha a realizar hoje. Tento familiarizar-me com o espaço, com o facto de agora ter uma âncora de terreno. Tento que este gabinete na ADILO seja o meu espaço pessoal enquanto faço a investigação.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 07/01/2016).

Era um gabinete entre muitos outros que lá existiam e onde trabalhavam técnicos de intervenção social, desde assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, que faziam trabalho de proximidade junto dos moradores do Aleixo, Pinheiro Torres, Pasteleira Nova e Velha. O espaço de trabalho ocupava uma posição privilegiada na nossa Unidade de Estudo – situava-se no bairro das Condominhas, precisamente no meio do “triângulo das bermudas” cujos vértices eram definidos por Aleixo - PT - BP, tal como escrevemos no nosso diário de campo:

“De facto, estou no meio do “triângulo das bermudas” que são os territórios que defini para observação: BP – PT- Aleixo. Posição privilegiada, situar-me no meio dos territórios que tenho vindo a estudar. Além disso, a estadia desta semana e da semana passada aqui no Gabinete permitiu-me circular por sítios da zona envolvente que desconhecia ou que conhecia mal. Por exemplo, nunca tinha subido a pé a Rua das Condominhas, fi-lo esta semana a primeira vez. Estar aqui no Gabinete e circular pela zona, mesmo estando fora dos territórios, permite-me estar sintonizado com a zona e com o ambiente. É como se existissem os territórios e depois existisse a zona envolvente a eles (...)” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 12/01/2016).

A possibilidade de termos um espaço “nosso” no interior da unidade de estudo facilitou a criação de raízes na zona. Frequentámos com maior assiduidade os cafés, tascos e restaurantes nas imediações, procurando participar no quotidiano do local:

“Hoje fui ao G. almoçar, fica logo acima do N., seguindo pela Rua das Condominhas. O senhor do café reconhece-me e pergunta-me o que quero. Digo-lhe que queria uma sopa e ele convida-me a entrar naquela zona contigua ao café e que é uma zona de almoços e jantares. Na parte do café está a dar o Benfica com o Nacional tal como no N.. Estão cerca de 4/5 homens na casa dos 60 anos distribuídos pelas mesas que existem no café a olhar para a televisão e a comentar jogadas com o dono do café.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 11/01/2016).

Fernandes et al. (2001, p. 189) referem-se ao *recurso a plataformas espaciais* enquanto forma de acesso ao terreno que: “(...) funcionam como “bases” de sustentação diária ou “postos de abrigo” para o investigador”. Essas plataformas – que podem ser tascos, cafés, casas, gabinetes, entre outras plataformas físicas – são fundamentais para que se mantenha o trabalho de campo mesmo quando, por alguma circunstância, ele não se pode realizar⁷¹. Por outro lado, essas plataformas podem funcionar como “portas de entrada” nos territórios, sendo particularmente importantes

71 No caso da nossa etnografia, a presença policial nalguns dos territórios psicotrópicos tornou, por vezes, difícil a nossa presença nestes contextos nessa altura.

quando o etnógrafo ou ainda não possui contactos prévios com informantes ou pretende adquirir alguma autonomia em relação a eles. Sobre a importância desses espaços na pesquisa etnográfica, Fernandes et al. (2001, p. 189) referem: “É aí que o investigador aguarda os seus informantes, estabelece novos contactos, assiste a festividades e pode observar aspetos relevantes que lhe suscitam, com certeza, novas interrogações”.

A estadia prolongada no gabinete da ADILO abriu-nos assim a possibilidade de frequentar outros pontos de socialização da zona de forma mais assídua. A presença nessas plataformas espaciais teve para nós uma função essencial: a de criar *setting* nos contextos que investigamos, naturalizando a nossa presença ali e, com isso, diminuindo o efeito de contraste entre nós e a comunidade. Fernandes (1998/2002, p. 28) refere-se a elas para destacar a sua importância na socialização do investigador nos contextos de estudo, referindo: “(...) ela [a Socialização no Contexto] é fundamental para reduzir o impacto da presença do investigador enquanto “corpo estranho” e para aceder a uma percepção proximal que possa dar conta das perspectivas dos actores sociais sobre as suas vidas, das significações que guiam comportamentos (...)”. Essas plataformas foram, sobretudo, cafés existentes na zona, alguns no interior dos bairros sociais considerados e outros nas suas imediações. Por vezes, a leitura de um jornal ou de um livro num destes pontos de observação foi importante para naturalizarmos a nossa presença no contexto. Referimo-nos a essa necessidade de “fazer setting” da seguinte forma:

“(...) continuo na tentativa de “fazer setting” enquanto estou no terreno. Desta vez verifico que as multifunções de que os *smartphones* hoje em dia dispõem são bons “criadores de setting”, permitindo estar a observar o ambiente ao mesmo tempo em que se está “entretido” no manuseamento do *smartphone*. A leitura de um livro, jornal ou até mesmo o bloco de notas podem ainda constituir-se como bons construtores de *setting*, potenciando e facilitando a observação.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 14/09/2016).

Após estes três meses em que estivemos mais tempo nos territórios surgiu um momento de novo afastamento face aos mesmos. Tal situação correspondeu a um maior período de *backoffice*. Durante este período, as idas ao terreno foram mais espaçadas e intercaladas com outras tarefas e atividades. Voltaríamos a uma nova fase de mergulho etnográfico em janeiro de 2017 onde já não nos deslocámos ao Gabinete nas Condominhas. Se a sua posição na unidade de estudo era privilegiada viemos a perceber, com o passar do tempo, que a nossa permanência ali estava condicionada pelo horário de funcionamento da equipa técnica da ADILO. Isto significava que pelas 17h00 o trabalho técnico terminava e “forçava-nos” a ir para os contextos. Esta pressão em ter que “sair dali” era contrária ao espírito etnográfico e à flexibilidade inerente ao método.

Não estando já relacionados com essa âncora de terreno e tendo já uma boa aceitação na comunidade sentimo-nos mais livres para, de forma autónoma, circular pelas zonas adjacentes aos

bairros sociais e aos territórios psicotrópicos considerados. É sobre isso que falaremos já de seguida.

2.5. O etnógrafo urbano e o “abrir-se à Cidade”

A prática da etnografia em contexto urbano diferencia-se da etnografia clássica (e.g. Lévi-Strauss, 1955; Malinovski, 1922/1997; Mead, 1928/1990) em dois aspetos fundamentais: o primeiro prende-se com a *observação do familiar* e o segundo com a *dimensão e heterogeneidade das Cidades*. Relativamente a este segundo aspeto, Nascimento (2016, p. 5) refere: “A etnografia urbana, embrenhada nas ruas, parques, festas, casas, lojas, calçadas, barracos, cortiços, bancos, galerias, bairros, ônibus, trens, se faz com o corpo do(a) antropólogo(a) em campo que se apresenta como interlocutor(a) em cidades em que é, ao mesmo tempo, cidadão(a) e pesquisador(a) com uma história própria”.

Foquemo-nos no primeiro aspeto e relacionemo-lo com o nosso objeto de estudo. Qualquer pessoa tem já uma ideia prévia ou representação inicial acerca das drogas e do toxicodependente. E o etnógrafo urbano antes de o ser é também um cidadão e urbanita tendo, por isso, previamente, uma série de representações sobre o assunto que se propõem estudar e compreender cientificamente. É, nesse sentido, que Velho (1978) refere que a familiaridade com um dado objeto pode revelar-se um entrave epistemológico para o conhecimento do mesmo. A este respeito, Maas (2015, p. 3) refere: “Topamos todos os dias com empregadas domésticas, operários e empresários, mas não sabemos, por exemplo, qual a sua crença, qual a visão do mundo de cada grupo ou mesmo de cada indivíduo, ou seja, podemos genericamente dizer que compartilhamos de uma mesma cultura, mas sem conhecê-la(s) em profundidade antropológica”.

O que tem então o etnógrafo urbano que fazer de modo a aprofundar um conhecimento sobre o objeto que vá além dessas representações prévias? Roberto da Matta defende que o esforço metodológico principal do etnógrafo urbano passa por transformar o “familiar em exótico”, através de uma atitude de “estranhamento antropológico” (Fernandes, 1998/2002) do objeto. No mesmo sentido, Maas (2015) considera que a prática de uma “antropologia do nós” reside sempre um processo de relativização do familiar para, em certa medida, o estranhar. Esse exercício de estranhamento antropológico é condição fundamental para que não se reduza o Outro aos nossos valores culturais, nem às nossas representações ou visões sobre o Mundo. Se tal exercício não for realizado antes, durante e mesmo após o trabalho de campo, corre-se o risco de que a etnografia seja uma prática ao serviço de um etnocentrismo que brutaliza as comunidades estudadas.

O segundo aspeto, talvez o mais importante para o que queremos transmitir neste momento, prende-se com o facto de a etnografia urbana se realizar em sociedades marcadas pela heterogeneidade, por fluxos contínuos e imprevisíveis, tendo nesse cenário urbano o seu principal palco de atuação. Esse cenário contrasta com a monotonia e a homogeneidade das sociedades tradicionais estudadas pela etnografia clássica. A complexidade e a diversidade cultural existente nas grandes metrópoles, convoca a necessidade do etnógrafo urbano articular diferentes escalas analíticas e observacionais ao longo da pesquisa, nomeadamente procurando articular um olhar *de perto e de dentro* com um olhar *de fora e de longe* face à unidade de estudo (Magnani, 2002). No mesmo sentido, Rêgo (2014, p. 31-32) refere o seguinte: “Como numa lente fotográfica, que consente que o observador se aproxime e afaste em movimentos de *zoom in* e *zoom out*, as escalas devem ser consideradas na relação que se estabelece com unidades mais amplas. Conjugando a análise intensiva com a necessidade de compreender as problemáticas urbanas mais vastas, as unidades sob investigação devem adquirir sentido quando confrontadas com a restante cidade, com as cidades da envolvente, com a inserção regional e assim por diante, integrando-se num debate que se pode fazer à escala planetária.”

O que caracteriza grande parte da vida urbana é a retroação de subsistemas no interior do sistema urbano, devendo realizar-se uma análise simultaneamente circunscrita e limitada a determinada unidade de estudo – condição essencial para que a etnografia não perca a intensidade nem o foco - mas também suficientemente abrangente para que se compreenda a relação que essa unidade estabelece com unidades de análise mais amplas. É, neste sentido, que Aldeia (2019) se refere ao estudo da vida da rua, parte essencial da vida urbana, como obedecendo a um paradigma-*matrioskha*, onde à semelhança de uma *matrioshka* se englobam elementos mais pequenos em elementos sucessivamente maiores⁷². O trabalho do etnógrafo urbano deve, assim, ser realizado em múltiplas escalas analíticas, por oposição ao etnógrafo clássico que trabalhava, normalmente, em sociedades de pequena escala (Maas, 2015).

Assim, é no equilíbrio analítico entre estas diferentes escalas observacionais que se deve situar o trabalho do etnógrafo urbano (Frúgoli Jr., 2016). De acordo com Magnani (2016, p. 14): “(...) para não cair numa descrição sem fim de práticas, personagens, espaços e escolhas individualizadas, é preciso situar o foco nem *tão de perto* que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário ou grupo e nem *tão de longe* a ponto de distinguir um recorte mais geral, mas distante das experiências cotidianas: há planos intermediários onde se pode identificar a presença de padrões que, para além de uma aparente fragmentação, mostram lógicas nas formas de uso e ocupação da cidade e apontam para regularidades da dinâmica urbana.” Além disso, a

⁷² Aldeia (2019) considera ainda que o estudo da vida nas ruas das grandes Cidades torna possível, por analogia, a compreensão do funcionamento mais global das sociedades atuais. “Como paradigma-*matrioshka*, a vida na rua é sociologicamente interessante não em si mesma mas como caminho, canal ou ponte que, sendo percorrida com atenção permite compreender o mundo através de si” (Aldeia, 2019, p. 216).

pluralidade de estímulos na Cidade faz com que o etnógrafo tenha que captar as diferentes experiências através dos múltiplos sentidos, não só a visão, mas também o olfato e a audição (Nascimento, 2016).

Este segundo aspeto, diferenciador em relação à etnografia clássica, trouxe-nos a necessidade de situar a observação *além* dos territórios psicotrópicos, sendo muitas das nossas incursões etnográficas acompanhadas por momentos prévios de socialização na zona envolvente. Assim, muitas das nossas idas ao terreno foram realizadas inicialmente através daquilo a que designámos, no nosso diário de campo, como a “abertura à cidade”: a socialização no contexto de pesquisa foi inicialmente abrangente e, com o passar do tempo, foi-se afunilando a alguns bairros sociais da zona ocidental e, numa fase posterior, aos territórios psicotrópicos que ali funcionam.

Nesse sentido, foi-nos metodologicamente inviável estudar os territórios psicotrópicos ou inserirmo-nos nalgum dos bairros sociais onde os mesmos se situam se não procurássemos aderir à vida urbana, à sua complexidade, aos seus fluxos e movimentos. Tratava-se, nesta fase da pesquisa, de pensar “com os pés” em vez de pensar com o “uso da cadeira” (Ingold, 2015 *in* Nascimento, 2016). Antes de situarmos a observação nos territórios psicotrópicos, tornava-se incontornável um exercício de *escuta* da cidade do Porto, em particular da sua Zona Ocidental. Tal ato de escuta levou a que nos afastássemos do medo à cidade e que passássemos a aceitá-la e a escutá-la relativamente ao que ela nos tinha para dizer:

“Percebo a importância de, no meu trabalho, me abrir à Cidade, de circular nela livremente. É isso que decido fazer hoje. Abrir-me à cidade e esperar que ela me diga qualquer coisa, que fale comigo. A atitude do etnógrafo urbano deve ser também uma atitude de escuta da Cidade” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 28/06/2016).

Algo que nos ajudou nessa atitude de abertura à Cidade que se impunha foi o andarmos mais de transportes públicos ou, nalguns casos, o caminharmos por ruas, zonas, avenidas e artérias principais da zona ocidental do Porto. Tratava-se de cultivar uma atitude *flanêur*, proposta por Walter Benjamin, dando-nos uma sensação de liberdade, vadiagem e errância na nossa própria Cidade. A analogia sobre esta abordagem errante e itinerante ao terreno encontra ligação com a “sociologia transgressiva” proposta por Marina (2018). Segundo o autor, ela é transgressiva porque ocorre em zonas urbanas que estão periferizadas e relegadas. Outros autores, salientaram também a importância desta abertura à cidade para a prática da etnografia urbana. Nascimento (2016), por exemplo, refere-se à “errância urbana” como característica essencial do trabalho do etnógrafo nestes contextos, que se traduz na “(...) possibilidade do diálogo entre linhas teóricas e disciplinares distintas, que nos provocam a sair da nossa zona de conforto e nos permitem pensar com outros olhos, ou a olhar com ouvidos, a pensar com os pés, a nos deslocar a partir do corpo na sua plenitude” (p.9).

A mochila que transportávamos connosco, a circulação quase exclusiva de transportes públicos, bem como a frequência da zona da Boavista, Campo Alegre e Foz com sapatilhas e roupa informal, deu-nos a sensação de estarmos a fazer turismo na nossa própria cidade:

Vou de mochila e de lancheira às Costas. Parece que vou fazer turismo na minha própria Cidade. Este livro (*Lixo*, de Irvine Welsh) é também convidativo dessa “abertura”. Identifico-me um pouco com a abertura e a vida livre da personagem, Bruce Robertson. (diário de campo, secção “anotações metodológicas, 28/06/2016).

Alguns temas musicais foram para nós inspiradores para circularmos livremente pela cidade do Porto – Tom Waits e o seu álbum *Rain Dogs* de 1985, Lou Reed e o seu álbum *Transformer* de 1972 ou ainda a banda norteamericana *The War on Drugs* e o seu álbum *A deeper understanding* de 2017. O criar raízes na zona envolvente passou muito pela escuta destes álbuns enquanto presenciávamos o bailado urbano, com os seus fluxos constantes. Para Nascimento (2016, p. 5): “(...) é através desse deambular constante pela cidade que o etnógrafo experimenta a cidade a partir de vários sentidos através de caminhadas, deslocamentos e percursos”.

Apresentamos, já de seguida, as principais técnicas de recolha e análise de dados realizadas durante o trabalho de campo.

2.6. As técnicas de recolha e análise de dados

A forma diversificada como estivemos no terreno, tal como afirmámos anteriormente, permitiu-nos recolher uma considerável variedade de dados empíricos. Quanto aos aspetos técnicos da recolha de dados, dissemos já, num trabalho anterior, o seguinte: “(...) a observação, quer na modalidade participante quer na não participante, tem-se destacado como a técnica privilegiada de recolha de dados.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 323). Com o evoluir da fase intensiva fomos passando de uma abordagem ao terreno de tipo *covert*, em que a nossa identidade de investigadores estava oculta, para uma de tipo *overt*, em que era devidamente explicitado o nosso estatuto de investigadores (Adler, 1990).

Além de registarmos as nossas incursões etnográficas nos territórios de estudo num diário de campo – cuja dimensão e organização daremos conta no subcapítulo seguinte – realizámos ainda entrevistas etnográficas (Spradley, 1979) a alguns atores sociais de modo a perceber a forma como os territórios psicotrópicos se organizavam quer atualmente quer na altura da etnografia inicial. Além disso, essas entrevistas elucidaram-nos também acerca das trajetórias de vida de alguns atores que foram caracterizados na etnografia de Luís Fernandes, sendo grande parte delas realizadas em contexto natural e do tipo não-estruturado. Outras entrevistas, principalmente as realizadas a técnicos de intervenção social, líderes de associações comunitárias ou agentes políticos,

realizaram-se através de um guião que estruturou a condução da entrevista⁷³. No total, entrevistámos 26 sujeitos em profundidade⁷⁴ sendo a maioria (22) nativos dos bairros sociais onde estivemos ou então tinham com eles uma relação diária devido às drogas. Entrevistámos ainda quatro técnicos de intervenção social que nos informaram sobre os temas em análise. Importa ainda referir que o número de sujeitos que entrevistamos, bem como o tempo de permanência nos territórios psicotrópicos, guiaram-se pelos pressupostos da amostragem teórica (Glaser & Strauss, 1967). Isto é, procurámos que o principal critério amostral fosse a saturação empírica dos temas em análise, independentemente do número de sujeitos contactados. Glaser e Strauss (1967, p. 45) definem a amostragem teórica da seguinte forma: “Theoretical sampling is the process of data collection for generating theory whereby the analyst jointly collects, codes, and analyzes his data and decides what data to collect next and where to find them, in order to develop his theory as it emerges.”

Sempre que as entrevistas eram realizadas em contexto formal, apresentámos antes da realização da mesma uma ficha de consentimento informado que garantia a confidencialidade do material recolhido⁷⁵. Quanto às restantes entrevistas, em particular aquelas que foram realizadas em contexto natural, considerámos que seria contraproducente apresentar previamente a referida ficha, assegurando verbalmente os limites éticos e a confidencialidade dos dados recolhidos⁷⁶.

Realizámos ainda *Go-Alongs* nos territórios considerados com os atores sociais. Essa técnica de recolha de dados tornou possível diversificar a nossa presença nos contextos de pesquisa, resolvendo o problema de ficarmos “presos” a determinados locais no interior da unidade de estudo, evitando com isso as “situações de entrincheiramento” (Fernandes et al., 2001). Referimo-nos, num trabalho anterior (Mata & Fernandes, 2018), ao *Go-Along* da seguinte forma: “Esta técnica, ao permitir a circulação por diferentes zonas de uma realidade sociocultural, permite diversificar as formas de se “estar no terreno”, contribuindo para que a pesquisa não se fixe apenas num ou em poucos ponto(s) concreto(s) e “se desloque/mova” a partir das orientações dos informantes” (Mata & Fernandes, 2018, p. 324).

Dissemos já, em momentos anteriores, que à medida que nos fomos socializando nos contextos de investigação sentimos a necessidade de criar raízes na zona, de sentir que

⁷³ No Anexo 1 pode ver-se o exemplo de um guião que orientou a entrevista a um líder comunitário local.

⁷⁴ Algumas destas entrevistas, principalmente as realizadas aos atores das drogas, não foram feitas uma única vez, sendo retomadas momentos mais tarde ou mesmo dias depois. Esta situação permitiu que o número de sujeitos entrevistados não correspondesse ao número total de entrevistas efetuadas (48), uma vez que houve sujeitos que foram entrevistados mais do que uma vez.

⁷⁵ Cf Anexo 2.

⁷⁶ Acerca da ética na pesquisa etnográfica apresentamos em 29 de abril de 2019 uma comunicação oral no âmbito do Colóquio “Etnografia Urbana em Territórios Periféricos” organizado pelo Centro de Ciências do Comportamento Desviante (CCCD) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UP e pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Na comunicação que apresentamos e na discussão posterior que se gerou sobre o tema com os colegas presentes, percebemos a preocupação de alguns etnógrafos acerca da tendência para a subordinação da ética na pesquisa etnográfica aos pressupostos éticos doutras áreas disciplinares, nomeadamente os inerentes às ciências biomédicas. Sobre as incompatibilidades da ética na pesquisa etnográfica com a ética na pesquisa biomédica ver Bell (2019), Newmahr & Hannem (2018) e Roriz e Padez (2017).

pertencíamos a esse espaço. Dissemos também que sentíamos que a nossa presença nos territórios psicotrópicos estava muito condicionada pela presença dos nossos informantes privilegiados principais, sendo com eles que fazíamos grande parte dos *Go-Alongs* quer pela zona envolvente quer pelos territórios psicotrópicos. Ora, a dado momento, e não obstante nos socorrermos deles para realizarmos algumas das incursões etnográficas, começamos a deambular pelos territórios sem a presença dos mesmos nem de qualquer nativo. Chamamos a esta técnica de *Go-Alone*⁷⁷ e dissemos sobre ela o seguinte: “O principal objetivo desta técnica é o (re)conhecimento dos limites dos territórios e dos atores à nossa presença, percebendo com isso os nossos próprios limites enquanto realizámos o trabalho de campo. Permite-nos perceber ainda até que ponto é que estamos ou não inseridos na nossa unidade de pesquisa e em que medida nos sentimos confortáveis quando nos deslocámos sozinhos pelos territórios” (Mata & Fernandes, 2018, p. 324). Os dados resultantes da observação (participante e não participante) bem como dos *Go-Alongs* ou *Go-Alones* realizados foram registados de forma detalhada e aprofundada no nosso diário de campo.

Em cada deslocação aos contextos de pesquisa socorremo-nos de um bloco de notas de tamanho reduzido (A7) onde registamos algumas informações que nos pareciam mais relevantes e importantes. Essas notas iriam, num momento posterior, ser desenvolvidas quando estivessemos a escrever no nosso diário⁷⁸. No final da revisitação, a análise do nosso diário seguiu os mesmos procedimentos usados na primeira pesquisa, isto é, identificando temas emergentes da narrativa. Destacaram-se três temas: os atores sociais, os bairros e os territórios psicotrópicos, sendo sobre os três, como veremos, que organizamos a nossa secção monográfica. Quanto às entrevistas etnográficas, organizamos os dados emergentes em categorias e sub-categorias a partir de uma análise categorial temática qualitativa (Bardim, 1977/2009), criando-se uma grelha de análise de conteúdo para as mesmas⁷⁹.

Além disso, recolhemos ainda material etnográfico de diferentes tipologias desde peças jornalísticas, fotografias da zona envolvente e dos atores sociais, utensílios e artefactos dos nativos e panfletos alusivos a eventos destas comunidades. Face à multiplicidade desses materiais decidimos organizá-los em dois conjuntos: os materiais etnográficos dos nativos e dos não-nativos. Os primeiros, como o próprio nome sugere, são da autoria dos atores destes territórios e os segundos são criados por outros sujeitos que, não fazendo parte integrante dos territórios e bairros sociais considerados, proferiam discursos sobre os mesmos. Foi nesta segunda categoria que inserimos, por exemplo, o material jornalístico sobre o tema dos bairros e das drogas. Depois de realizarmos essa primeira divisão no material recolhido analisámos cada um dos conjuntos à

77 À semelhança do *Go-Alone* realizámos também, várias vezes, *Car-Along* pelos territórios com o nosso próprio carro (ver Mata & Fernandes, 2018).

78 A escrita das notas de campo era, por isso, uma escrita de primeira ordem, mais desorganizada, e a escrita em diário de campo era de segunda ordem, mais organizada e já com um fio narrativo sobre os acontecimentos.

79 Cf. Anexo 3.

semelhança do que fizemos para o diário de campo, isto é, identificando temas emergentes nesses materiais.

Para finalizarmos a apresentação metodológica da nossa fase intensiva, resta-nos apresentar a forma como relacionámos os temas emergentes do nosso diário com os que se destacaram no diário da primeira etnografia. É sobre isso que falaremos no subcapítulo seguinte.

2.7. Os diários de campo: leituras cruzadas no espaço de 20 anos

Relativamente à importância do diário de campo na etnografia, Fernandes (2002, p. 24) refere o seguinte: “Se reconhecemos um médico pelo estetoscópio ao pescoço ou um mecânico-auto pelo seu fato de macaco, devíamos poder reconhecer o etnógrafo urbano pelo seu diário de campo – não fosse a circunstância de normalmente não o mostrar, permanecendo como uma peça quase secreta do seu trabalho”. Este excerto revela também o caráter algo sigiloso dos diários de campo. Se, por um lado, ele é a marca de qualquer etnografia, assemelhando-se ao fato de macaco do mecânico e ao estetoscópio do médico, por outro, ele revela-se como algo que permanece em lugares recônditos do processo etnográfico. É nesse sentido que Fernandes (2002) equipara o diário de campo às caixas negras dos aviões – tudo está lá registado apesar de ninguém saber o que, efetivamente, lá está...

Dissemos no subcapítulo anterior que em cada deslocação aos territórios levamos um bloco de notas onde registámos algumas interações e/ou observações que nos pareciam importantes. Porém, muitas das vezes, a escrita nesse bloco tornava-se impossível nos contextos de observação, muito devido às características dos mesmos. Como tomar notas num cenário de consumo de drogas, com *dealers* a vender produto ou com a polícia presente? O fenómeno droga e seus protagonistas tornavam estes territórios, como se verá mais adiante, em lugares de elevada defensividade e resistência face a situações que fossem interpretadas como uma ameaça para o negócio em curso. Para manter a nossa segurança e, consequentemente, a viabilidade da nossa etnografia, tivemos que nos socorrer de notas mentais para posteriormente registarmos, no nosso bloco, as informações que nos pareciam mais relevantes quando estivéssemos já numa das nossas âncoras de terreno – ou num café da zona ou no Gabinete que demos conta anteriormente.

Quando chegávamos a casa, normalmente no período da noite, escrevíamos aquilo que tínhamos memorizado e/ou registado no nosso bloco de notas. Essa escrita era morosa, densa, e exigiu-nos um esforço elevado de memória, de modo a nos lembrarmos dos acontecimentos vividos, das conversas estabelecidas e das situações presenciadas nos locais de observação. Escrevíamos várias horas seguidas, com alguns intervalos pelo meio. Houve momentos de algum bloqueio, em que nos parecia não ter nada para escrever, muitas vezes devido ao cansaço após uma jornada de

trabalho de campo. Porém, outras vezes, sentíamos-nos mais inspirados e a memória trabalhava melhor - era então que escrevíamos de forma compulsiva e rápida. Nesses momentos, o processo de escrita comunicava na perfeição com a nossa memória, numa via de acesso livre e sem bloqueios. Em suma, a escrita no diário de campo foi acompanhado de momentos de maior bloqueio e outros mais fluídos e prolongados. Muitas das vezes, quando pensávamos já ter esgotado tudo o que tínhamos para escrever sobre determinado assunto, surgia-nos uma nova necessidade de escrever dias ou até mesmo semanas depois do o ter feito a primeira vez. Esta situação permitiu-nos perceber que a escrita no diário de campo se revelou como uma escrita descontinuada no tempo, regressando-se ao diário para registar conteúdos que permaneciam armazenados na nossa memória dias ou mesmo semanas após uma jornada de trabalho de campo⁸⁰. Quando regressávamos ao diário para escrever, podíamos voltar ou à mesma secção onde tínhamos escrito da última vez ou então a outras, nomeadamente, à secção reservada às notas metodológicas ou até mesmo à secção pessoal.

A escrita no diário de campo tornou possível, com o tempo, a construção de uma narrativa sobre os acontecimentos vivenciados no terreno. Tal como salienta o primeiro etnógrafo: “O diário ordena, através do fio narrativo, a dispersão de acontecimentos do dia-a-dia. Mas não ordena apenas o dado descritivo - ordenam-se uma série de cognições e de sentimentos que constantemente se produzem no contacto permanente com a vida social do local. Escrever estas notas de terreno é, portanto, processo de construção de sentido.” (Fernandes, 2002, p. 26). Além disso, a escrita em diário de campo transporta o Outro para um outro plano: o do texto, comportando uma nova relação entre etnógrafo e atores, dando-os a conhecer a eventuais leitores (Costa, 2015).

O diário de campo não têm apenas uma modalidade de registo: há conteúdos que são mais focados na descrição pormenorizada dos contextos observados, seja das situações ou dos atores sociais, outros em que se registam os sentimentos contraditórios vivenciados pelo etnógrafo no terreno e outros ainda onde se escrevem as diferentes estratégias metodológicas para se ter acesso ao terreno e aos atores em diferentes momentos da pesquisa. Fernandes (2002, p. 26-27) refere-se à pluralidade da escrita etnográfica da seguinte forma: “O labor de passar à escrita o dia, cada dia do etnógrafo, provou-nos desde cedo que seria empobrecedor utilizar apenas uma modalidade de texto. Não rejeitámos, por isso, o comentário impressivo, a reflexão existencial ou o esboço teórico. Ao ler o que outros etnógrafos escrevem sobre como escrever notas de terreno, demo-nos conta de que sentiram a mesma necessidade. Na rememoração do dia anterior estes registos misturam-se.”

A construção e divisão do nosso diário seguiu a proposta do primeiro etnógrafo acerca da divisão das suas secções: “observação territórios e atores”, “anotações metodológicas”,

80 Esta situação do nosso registo em diário de campo encontra-se relacionada com características da memória e atenção que falaremos no último capítulo desta secção metodológica.

“fragmentos discursivos”, “notas de terreno” e “fichas de atores”. No entanto, o caráter único, irrepetível e marcadamente subjetivo do encontro etnográfico (Cunha, 2014; Pina-Cabral, 2000) levou a que tivéssemos necessidade de acrescentar mais secções às previstas inicialmente: “Conversas com o “Mister”, “Notas diário Mister”, “Conversas com Informantes”, “Secção Pessoal” e “Atividade Onírica”⁸¹. Quanto às duas primeiras, elas permitem inscrever a nossa etnografia como uma revisitação. Sobre a última, que se refere aos sonhos que tivemos sobre os territórios e atores durante esta fase intensiva, debruçar-nos-emos no último capítulo desta secção.

Aparte a construção do nosso próprio diário, chegou a altura em que se impôs a leitura e análise do diário de campo de Luís Fernandes. Resistimos, de início, à leitura desse material, uma vez que isso poderia condicionar a forma como, no nosso trabalho de campo, olháramos e descreveríamos os atores e os territórios psicotrópicos da zona ocidental, procurando confirmar ou não se determinada situação ou acontecimento ainda se verificava passado 20 anos. Foi só quando, no nosso diário, emergiram algumas categorias de análise e quando pudemos construir sobre elas alguns resultados etnográficos é que iniciámos a leitura do diário do primeiro investigador, na tentativa de cruzar essas conclusões com aquilo que se verificou 20 anos antes. Em resumo, a análise do diário de Luís Fernandes foi feita *à posteriori*, quando o nosso trabalho de campo estava já em fase avançada.

O processo de categorização e análise que usámos para a leitura do primeiro diário foi o mesmo que usámos para o nosso: inicialmente, uma leitura flutuante e, posteriormente, a identificação e descrição dos temas que emergiram da narrativa. A identificação desses temas nos dois diários permitiu perceber dois aspetos: temas comuns a ambos as etnografias e outros que não apresentavam nenhuma relação entre si. Foi sobre o primeiro aspeto – os temas comuns - que realizámos um olhar cruzado, na tentativa de identificar aspetos semelhantes e/ou diferentes sobre os temas comuns no espaço de 20 anos. Foi, aliás, também sobre eles que organizámos a nossa secção monográfica: contextos, atores sociais e drogas.

À medida que o nosso trabalho de campo foi avançando, e na altura em que começamos a cruzar os nossos achados etnográficos com os da etnografia inicial, notamos que a revisitação se realizava através da ação de duas agulhas de *tricot*: uma delas, referia-se ao nosso trabalho de campo e às conclusões a que chegávamos no nosso terreno; a outra, intimamente associada à primeira, referia-se à leitura e análise do diário da etnografia inicial. Essa leitura e análise cruzada dos diários foi fundamental para que o nosso trabalho de campo se focasse apenas nos objetivos

81 O diário correspondente à fase intensiva contém 624 páginas sendo que desse total a maioria (402 páginas) são referentes à secção “observação territórios e atores”, 47 páginas relativas à secção “anotações metodológicas”, 23 para a secção “fragmentos discursivos”, 26 para a secção “notas de terreno”, 37 para a secção “conversas com o Mister”, 22 para a secção “Notas diário Mister”, 29 páginas para a secção “Conversas com Informantes”, 22 para a secção pessoal e 16 para a secção correspondente à “atividade onírica”.

propostos inicialmente e não se dispersasse em assuntos laterais que poderiam afastar-nos daquilo a que nos propusemos de início.

Dissemos, num trabalho anterior, o seguinte a propósito das revisitações etnográficas: “A primeira tarefa que se mostrava necessária, ainda antes da ida para o terreno, era a de adquirir uma visão panorâmica sobre o tema da revisitação etnográfica.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 314). É sobre isso que falaremos já de seguida.

2.8. Revisitações etnográficas: quem as fez, onde as fizeram e como as fizeram?⁸²

Antes de apresentarmos algumas revisitações etnográficas realizadas maioritariamente ao longo do século XX, façamos uma breve clarificação sobre as diferentes modalidades que elas podem assumir. Para Burawoy (2003), as revisitações focadas devem ser distinguidas das reanálises etnográficas (“*ethnographic reanalysis*”). Nestas últimas procura-se realizar uma análise crítica de uma etnografia já existente sem a realização de trabalho de campo. No caso da nossa pesquisa equivaleria a que realizássemos uma análise crítica ao trabalho etnográfico de Luís Fernandes sem efetuarmos nenhum trabalho de campo nos territórios psicotrópicos que este pesquisou. Estas duas modalidades devem ainda ser distinguidas dos updates etnográficos (“*ethnographic updates*”). Contrariamente às reanálises, nos updates realiza-se trabalho de campo no mesmo terreno da etnografia inicial mas o foco de pesquisa é diferente do que orientou a primeira. O que une estas pesquisas é apenas o facto de se realizarem na mesma unidade de estudo.

Chegamos, por fim, à modalidade de revisitação etnográfica com um desenho metodológico mais próximo daquele que realizámos: as revisitações focadas (“*focused revisit*”). Para Burawoy (2003, p. 650), uma revisitação focada é definida da seguinte forma: “(...) an intensive comparison of one’s own field work with a prior ethnography of the same site, usually conducted by someone else”. Elas podem, como se verá de seguida, ser realizadas quer pelo mesmo etnógrafo quer por etnógrafos distintos. Quer num caso quer noutro, uma revisitação focada é sempre diferente da etnografia inicial uma vez que cada experiência etnográfica é necessariamente única e irrepetível. Nessa medida, uma revisitação focada afasta-se da tentativa de replicação⁸³ dos resultados da

⁸² O conteúdo apresentado neste subcapítulo referente à revisão bibliográfica sobre revisitações etnográficas foi aqui integralmente inserido a partir de parte de uma publicação nossa: Mata & Fernandes (2018).

⁸³ Se num paradigma de investigação mais positivista falamos da possibilidade de replicação das pesquisas, essencialmente através do controlo das condições de investigação, no caso das revisitações apenas estamos autorizados a falar num teste da robustez das descobertas, dada o carácter único e irrepetível do encontro etnográfico (Burawoy, 2003; Cunha, 2014).

etnografia inicial, procurando antes uma análise da robustez dos achados etnográficos sobre um determinado aspeto ao longo do tempo e permitindo: “(...) não só aprofundar a produção de dados, mas sobretudo seguir continuidades e mudanças, captar processos” (Cunha, 2014, p. 405). No mesmo sentido, Burawoy (2003) refere que: ““(...) the focused revisit takes as its point of departure an already investigated situation, but one that takes on very different meanings because of changes in historical context and the interests and perspectives of the revisitor” (p. 650).

A nossa pesquisa bibliográfica sobre o tema permitiu-nos perceber que elas podem ser realizadas pelo mesmo etnógrafo que fez a etnografia inicial (seja em dois ou mais períodos temporais) ou por etnógrafos diferentes que caracterizaram, em períodos distintos, determinada realidade sociocultural. Estas últimas podem ser complementares à investigação inicial (e.g. Hutchinson 1996), atualizando os resultados ou os achados etnográficos iniciais como podem também assumir uma dimensão crítica em relação ao estudo prévio (e.g. Freeman, 1983; Lewis, 1953/1963; Pagan, 1980). Começaremos por apresentar algumas revisitações do primeiro tipo para depois passarmos àquelas que foram realizadas por etnógrafos diferentes.

- Revisitações etnográficas realizadas pelo mesmo etnógrafo -

Pela leitura do Apêndice A de *Street Corner Society*, de William White (1943/1993), intitulado “On the evolution of “street corner society””, em particular no capítulo 14, “Cornerville revisited”, é possível constatar que o autor revisitou várias vezes a sua unidade de estudo – Cornerville em Boston.

White (1943/1993) refere nesse apêndice da sua obra um conjunto de transformações urbanas e paisagísticas em Cornerville ao longo dos anos que refletem os processos de gentrificação que se podem encontrar na sua zona de estudo. De acordo com White (1943/1993, p. 342): “It was still predominantly an Italian-American district, but gentrification had set in”. Dessas transformações destaca-se a demolição de estradas que permitiu a abertura para uma Frente marítima. Esta situação favoreceu a instalação e o crescimento de atividades comerciais e de restauração na zona, bem como de novos parques habitacionais que não existiam na altura da sua etnografia inicial, em finais dos anos 30 do século XX. A par dos processos de transformação e renovação urbana, a sua revisitação permitiu também destacar um conjunto de aspetos que permanecem semelhantes em relação à pesquisa inicial realizada entre 1937 e 1940. Uma das semelhanças está na permanência física do local onde White ficou “instalado” durante a primeira investigação, perto do antigo Restaurante Capri da Família Orlandi, restaurante esse, contudo, já inexistente.

É também possível verificar que o encontro do investigador com Doc, o informante privilegiado da investigação inicial, foi marcado por algum desinteresse por parte deste relativamente a esse reencontro. White avança duas hipóteses para esta situação: “Perhaps Pecci had come to feel that i had gained fame and fortune through *streer corner society*, and he, who had provided the principle keys to that society, had not received his fair share of benefits” (White 1943/1993, p. 348). Mas outra explicação possível é também avançada: “(...) Pecci had left the street corner so far behind that he no longer had any interest in connecting up with old times” (White, 1943/1993, p.348). Além disso, parece que o livro de White suscitou em Doc uma reacção de afastamento pela origem académica do mesmo, desencorajando os restantes Cornerboys da sua leitura: “(...) No, you woudn’t be interested, just a lot of big words. That’s for the professors.” (Whyte 1943/1993, p. 347)⁸⁴.

Continuemos ainda com as revisitações realizadas pelo mesmo etnógrafo. Mudemos, contudo, de espaço geográfico, situando-nos agora no continente africano. Elisabeth Colson, antropóloga norteamericana, revisita juntamente com uma colaboradora sua (Thayer Scudder) nos anos 70 do século XX as comunidades de Gwembe (os “*Gwembe Tonga people*”), situadas entre a atual Zâmbia e o Zimbabue⁸⁵. Esta comunidade foi inicialmente caracterizada pela autora nos anos 40 do século XX, procurando compreender o impacto que as construções de larga escala na zona – nomeadamente a construção da central hidroelétrica no Rio Kariba⁸⁶ – tiveram na organização social destas comunidades. A autora destaca impactos ao nível da ansiedade e stress nestas comunidades gerados por essa mobilidade forçada. Segundo Colson (1989, p. 13): “When forcible removal involves also the destruction or consequent inaccessibility of that refuge, people suffer immensely, even those who left voluntarily but with the expectation that they could always return”.

Centremo-nos agora noutro continente, a Oceania. A revisitação do antropólogo neozelândês Raymond Firth (1959) procurou compreender as mudanças e as permanências ocorridas numa das comunidades da Polinésia – os Tikópia - ao longo do tempo, nomeadamente ao nível da sua organização social, da sua vida familiar e das relações de parentesco. Esta comunidade foi inicialmente estudada pelo autor em 1928 e 1929, sendo revisitada em 1952 e depois em 1966. Os resultados das revisitações permitiram a Firth constatar que os Tikopia se iam progressivamente abrindo não só a outras comunidades da Oceania mas sobretudo aos valores e costumes ocidentais – através daquilo a que o autor chamou “forças de modernização”. No estudo inicial de Firth, os Tikópia atribuíam particular importância às atividades sociais e religiosas, enquanto que na revisitação Firth destacou o interesse pela tecnologia e pela arte decorativa nesta comunidade.

84 Contudo, o autor não deixa de destacar o impacto que o seu livro *Street Corner Society* teve ao nível das estratégias interventivas locais, nomeadamente no plano da mobilização das populações caracterizadas, e por a obra ter dado uma certa legitimidade académica a uma tendência não-paternalista da intervenção (White 1943/1993).

85 De referir, contudo, que após a sua investigação inicial nos anos 40 do século XX, a autora revisitou várias vezes esta comunidade, sendo realizada a primeira revisitação em 1956 (Colson, 1980).

86 Barragem foi construída entre 1955 e 1959.

Sztutman (1998), através de uma análise crítica das revisitações de Firth aos Tikópia, refere como foi o confronto do autor após a sua terceira revisitação (publicada em 1966) com a comunidade estudada, num período de cerca de 14 anos sem qualquer contacto: “Em vez da imagem edénica dos «povos seminus», isolados em uma ilha da Polinésia, oferecida ao leitor logo nas primeiras páginas de *Nós, os Tikópia*, ele se deparava com um contexto de contacto avançado com o «mundo dos brancos», caracterizando, entre outras coisas, pela instalação da Igreja Anglicana.” (Sztutman, 1998, p. 245).

Até ao momento apresentamos revisitações etnográficas que se foram consagrando na história da antropologia em geral e da etnografia em particular num plano internacional. Mas também no plano nacional encontramos revisitações realizadas pelo mesmo investigador. A revisitação levada a cabo por José Madureira Pinto e colaboradores em Fonte Arcada (Concelho de Penafiel) em inícios do século XXI permitiu destacar um conjunto de alterações significativas na comunidade estudada. Esta comunidade rural, caracterizada inicialmente na década de 70 do século XX, registava uma considerável ligação a diferentes instâncias socializadoras tais como a Família, a Escola e a Religião. Estes temas foram precisamente aqueles que a revisitação, trinta anos depois, procurou compreender. A questão que orientou o trabalho da revisitação foi, por isso, a seguinte: “Confirmar-se-ão ou não, aqui, conhecidas tendências de um investimento crescente das famílias na escolarização dos mais jovens e de desinstitucionalização na esfera religiosa, com erosão das formas tradicionais de relação com o sagrado e com a Igreja?” (Madureira Pinto, 2008). A revisitação permitiu perceber um considerável nível de diferenciação interna nesta comunidade, algo que Madureira Pinto (2008) relaciona com alterações político-sociais ocorridas entre os dois períodos de investigação, nomeadamente “(...) pelo efeito conjugado da democratização do sistema político e da integração económica no espaço europeu, (...) por força de impulsos inéditos ao nível da escolarização das populações, da participação das mulheres nos mercados de trabalho, da presença dos *media* e das indústrias culturais no quotidiano da generalidade dos cidadãos” (Madureira Pinto, 2008, p. 15).

A revisitação etnográfica de Manuela Ivone Cunha (2002) ao Estabelecimento Prisional de Tires é também um exemplo de uma revisitação realizada no contexto português pela mesma investigadora. Além da breve sistematização que a antropóloga realizou sobre as revisitações - e que funcionou, tal como se disse anteriormente, como guião orientador da nossa pesquisa bibliográfica – Manuela Ivone Cunha explorou ainda algumas questões metodológicas que se relacionam com a sua própria revisitação ao contexto de pesquisa – o Estabelecimento Prisional de Tires, estudado inicialmente em finais dos anos 80 e revisitado em finais dos anos 90 do século XX. Tal como outros autores já salientaram a propósito das suas revisitações, as mudanças no seu contexto de pesquisa relacionaram-se com aspetos de composição da própria população revisitada.

No caso da revisitação de Cunha (2002) foi saliente, no espaço de 10 anos, uma alteração considerável na estrutura da população prisional. Isto teve como consequência uma abertura da sua pesquisa a novos contextos que não apenas a Prisão. Assim, se o Estabelecimento Prisional de Tires continuava a ser o objeto de estudo, não se esgotava já nele a sua unidade de análise⁸⁷. As consequências metodológicas de tal conclusão acarretaram uma descentração do contexto prisional enquanto unidade analítica e a necessidade de abranger outros contextos de observação e pesquisa, que se encontram na interface com a realidade prisional. O principal contexto de interface seria, de acordo com a autora, o bairro social periférico. Nas palavras de Cunha (2014, p. 407): “Em vez de um estudo prisional, tratava-se agora de um tricot a duas agulhas: o bairro e a prisão”.

Além das alterações no próprio terreno etnografado, o trabalho de Cunha (2002, 2014) salienta a importância dos fatores pessoais do etnógrafo que revisita o mesmo local de pesquisa. De forma muito resumida, se o terreno etnografado se altera com o tempo, o etnógrafo que o revisita apresenta também grelhas teóricas, pessoais e científicas distintas daquelas que possuía quando o caracterizou a primeira vez. Como refere Cunha (2014, p. 410): “É que uma investigação etnográfica é conduzida não apenas numa conjuntura interpessoal específica e num dado panorama teórico, mas também num momento do ciclo de vida do investigador e numa etapa da sua maturação intelectual e analítica”. Neste sentido, a questão da historicidade etnográfica deve ser sempre colocada quando se realiza uma revisitação. Para a autora, a revisitação relaciona-se, sobretudo, com uma tripla historicidade: em relação às características e dinâmicas do terreno etnografado; à subjetividade do investigador bem como às suas características pessoais nos dois períodos de observação; e, finalmente, à evolução do próprio domínio teórico, conceptual e intelectual entre essas duas investigações⁸⁸.

A modificação das grelhas teóricas, pessoais e científicas do etnógrafo ao longo do tempo deve relacionar-se, todavia, com o facto de a revisitação ser feita pelo mesmo etnógrafo ou por investigadores distintos. Diz-nos Cunha que: “A questão da historicidade da pesquisa etnográfica não se coloca, de facto, da mesma maneira consoante uma investigação num dado terreno seja conduzida em diferentes momentos pelo mesmo investigador ou por etnógrafos diferentes (ver também, a este propósito, Burawoy 2003)” (Cunha, 2014, p. 404-405). É exatamente sobre as revisitações realizadas por etnógrafos distintos que nos debruçaremos já em seguida.

87 A revisitação de Madureira Pinto (2008) a Fonte Arcada, a que atrás fizemos alusão, salienta também uma considerável mutação não só no contexto estudado no primeiro momento como também nas mutações sociológicas e científicas ocorridas no período que separa as duas pesquisas e que mudam: “(...) substancialmente o horizonte dos problemas a estudar e o conjunto de conceitos disponíveis para os enfrentar” daí que, para o autor, “(...) ficar agarrado exclusivamente a problemáticas que a anterior pesquisa suscitara constituiria uma inaceitável fuga à realidade.” (Madureira Pinto, 2008, p. 10).

88 A esta tripla historicidade das revisitações etnográficas referida por Cunha (2014), Burawoy (2003) acrescenta uma outra dimensão: “pressão externa que é exercida sobre o terreno de pesquisa” (Burawoy 2003, p. 645).

- Revisitações etnográficas realizadas por etnógrafos distintos -

A investigação de Sharon Hutchinson (1996) é um bom exemplo de uma revisitação que visa complementar aspetos abordados na etnografia inicial. A autora estudou nos anos 90 do século XX os “Nuer” do Sudão do Sul, cujos modos de vida foram caracterizados por Evans-Pritchard na primeira metade do século XX. Hutchinson vai tentar compreender como evoluíram esses modos de vida nesta comunidade entre 1930 e 1990. Percebe um aumento das variações culturais nesta comunidade, variações que diziam respeito à religião e ao género, entre outros aspetos, contrariamente àquilo que Evans-Pritchard verificara, nomeadamente a sua singularidade e pouca variabilidade interna⁸⁹.

Mudando a geografia agora para os EUA, a Fábrica *Geer Company*, em Chicago, estudada inicialmente por Donald Roy entre 1944 e 1945, foi revisitada por Michael Burawoy entre 1974 e 1975. Burawoy (2003) salienta uma alteração significativa relativamente àquilo que Roy constatou nesta Fábrica 30 anos antes, particularmente a diminuição de relações verticalizadas entre a Direção (“*management*”) e os empregados fabris e o aumento de conflitos horizontais entre estes últimos, constatando mesmo um certo enfraquecimento da solidariedade e episódios de hostilidade entre os operários (Burawoy, 1979). Ao tentar compreender como é que os processos de autoridade nesta Fábrica evoluíram durante esse período de tempo, Burawoy partiu das mesmas interrogações do investigador inicial, estando a sua revisitação marcada por uma atenção a aspetos salientados por Donald Roy.

Mas a análise bibliográfica permite-nos constatar que nem sempre as revisitações realizadas por diferentes etnógrafos assumem um carácter, diríamos, tão pacífico ou complementar como aquelas que temos analisado até aqui. Algumas revisitações são marcadas por uma forte crítica à etnografia inicial e, nalguns casos, mesmo pela negação/rejeição das conclusões do primeiro estudo. O trabalho de Derek Freeman (1983) é talvez o mais emblemático duma revisitação extremamente crítica relativamente à pesquisa inicial. A rejeição das conclusões de Margaret Mead a propósito dos rituais de passagem para a vida adulta nas jovens samoanas levou Freeman (1983) a referir: “We have seen that the “picture of the whole social life of Samoa” that Mead presented as an ethnographic background to her main conclusion in *Coming of Age in Samoa* is, in numerous respects, fundamentally in error”. Freeman vai visitar Samoa, na região da Polinésia,

89 Esta “mudança” na composição interna dos Nuer no Sudão do Sul constatada por Hutchinson e que difere na “unicidade” e “singularidade” verificada cerca de 60 anos antes por Evans-Pritchard, relaciona-se com uma das dimensões da historicidade das revisitações etnográficas que já mencionamos na secção anterior: as características e dinâmicas do próprio terreno etnografado (ver Cunha 2014).

fazendo trabalho de campo no mesmo local onde Margaret Mead estudou os rituais de entrada na vida adulta por parte das jovens samoanas. Recorreu também a algumas informantes de Mead que ainda se encontravam vivas. A crítica de Freeman a Mead diz respeito, sobretudo, às conclusões a que a autora chegou a propósito desses “rituais de passagem”. A sua revisitação vem chamar a atenção para o facto de que todas as mulheres daquela comunidade se encontravam ao abrigo do sistema *taupou*, sistema esse que previa uma “virgindade institucionalizada” às jovens mulheres e não apenas às mulheres de alto estatuto social em Samoa, tal como defendia Mead. Além disso, as entrevistas que Freeman realizou às informantes de Mead ainda vivas permitiram não confirmar aquilo que estas tinham dito à primeira autora negando, por exemplo, ter estado envolvidas em sexo ocasional quando eram jovens e declarando mesmo a Freeman ter mentido a Mead sobre esse assunto.

O trabalho de Annette Weiner (1976) é também uma revisitação crítica de um trabalho etnográfico clássico, neste caso aos trobianeses estudados por Bronislaw Malinowski (1922/1997). A autora revisitou nos anos 70 do século XX o terreno estudado inicialmente por Malinowski entre 1915 e 1918, mostrando o papel ativo e a importância das mulheres das tribos trobianesas na vida comunitária local. Segundo Bashkow (2011, p. 9): “Of the many critical reactions to Bronislaw Malinowski’s classic work on the Trobriand Islands, one of the most ethnographically productive has been Annette Weiner’s critique that Malinowski neglected the role of women in exchange”. De salientar ainda que também os etnógrafos que estudaram os trobianeses além de Malinowski (e.g. Powell, 1960) parecem ter omitido o papel ativo dos elementos do sexo feminino destas comunidades. Para Bashkow esta situação evidencia um viés de género no olhar etnográfico, tratando-se de uma “tendência androcêntrica” que não se limita apenas a este caso concreto da investigação nas ilhas Trobriand, mas à história da antropologia no seu todo: “Aiming to counter what she was as an androcentric tendency deeply rooted in the history of anthropology” (Bashkow, 2011, p. 9)

Voltemos agora novamente ao Continente Americano, mas desta vez à América Central. Óscar Lewis (1951/1963) revisitou Tepotzlán, uma comunidade mexicana, em dois períodos distintos (1943-1950, onde permaneceu vários meses, e 1956-1957). Contudo, essa comunidade tinha sido estudada em 1926-1927 por Robert Redfield⁹⁰. Por que assume a revisitação de Lewis uma postura crítica face às conclusões de Redfield? De acordo com Lewis, o primeiro investigador estudou esta comunidade mexicana com os referenciais ocidentais e sobretudo norteamericanos, não procurando aceder às representações, nomeadamente sobre a pobreza, a partir da lógica intrínseca aos habitantes de Tepotzlán. Hernández (2010, p. 50), a propósito da postura crítica de Lewis sobre a etnografia de Redfield, refere: “Lewis consideró que el trabajo etnográfico de Redfield

⁹⁰ Este trabalho levou a que o autor obtivesse o seu doutoramento em Antropologia Sociocultural na Universidade de Chicago, publicando em 1930 a respetiva obra.

sobre Tepoztlán no arrojaba una mirada objetiva de la población, no abarcaba los problemas sociales, políticos y económicos de los habitantes y no proporcionaba el tema de la pobreza como a Lewis le interesaba: a través de lo que representa para el mexicano”.

Desloquemo-nos agora para a Península Ibérica. Se recuarmos até a década de 70 do século XX, verificamos que Pagán (1980), antropólogo e nativo de Grazalema⁹¹, estudou entre 1974 e 1979 com o recurso ao método etnográfico a sua própria comunidade, situada em Cádiz, na Andaluzia. O estudo de Pagan permitiu rejeitar as conclusões de Julian Pitt-Rivers (1954/1971) a propósito de Grazalema, apesar do trabalho do antropólogo britânico ser considerado por muitos como o primeiro estudo de antropologia social realizado em Espanha (Pagán, 1980). Contudo, e apesar do caráter pioneiro, destacam-se algumas fragilidades e falta de rigor metodológico na obra de Pitt-Rivers. Nas palavras de Pagán (1980, p. 82) “*The People of the Sierra* está muy lejos de ser un modelo que sirva para analizar la realidad social española; es, pelo contrario, citando las palabras de un grazalemeño que leyó la edición española, «un libro superficial que há prejudicado a la cultura y a la historia del Pueblo». El libro há presentado una imagen falsa de Andalucía y ha influído negativamente en estúdios históricos y antropológicos que se han realizado después”. Além do livro de Pitt-Rivers espelhar uma “imagem falsa da Andaluzia”, Pagán critica também a primeira investigação pela ausência de indicadores históricos sobre essa comunidade, afirmando a impossibilidade de compreensão de uma dada realidade sociocultural sem o recurso a esses dados.

91 Trata-se de uma comunidade com cerca de dois mil habitantes.

3. DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DO ETNÓGRAFO EM TRABALHO DE CAMPO⁹²

O exercício a que nos propomos neste capítulo parte de duas premissas. A primeira diz respeito a uma das características nucleares do método etnográfico e refere-se ao facto do etnógrafo ser o principal instrumento de investigação (e.g. Costa, 1986; Fernandes, 1998/2002; Hammersley & Atkinson, 1983). A segunda relaciona-se com a nossa identidade de psicólogos e visa mostrar a importância e pertinência de um olhar psicológico sobre o etnógrafo antes, durante e após o trabalho de campo.

Destacaremos, já de seguida, algumas dimensões psicológicas que emergiram no nosso trabalho de campo e que se relacionaram de forma dialética: uma dimensão afetiva, uma cognitiva e outra onírica. A primeira refere-se à vivência nos contextos de observação, levando a que uma boa parte do nosso quotidiano tenha acontecido nos mesmos acarretando, naturalmente, consequências relacionais e afetivas entre nós e os nativos. A segunda dimensão relaciona-se com a importância que algumas variáveis cognitivas (nomeadamente, a atenção, a percepção e a memória) tiveram durante o trabalho de campo, contribuindo para a sua optimização. Estas variáveis cognitivas interferiram, como veremos, com a escrita no diário. Por fim, a última dimensão de todas, a onírica, refere-se aos sonhos que fomos tendo sobre os territórios psicotrópicos, as drogas e/ou os atores sociais com que nos relacionámos.

A forma como descrevemos os aspetos metodológicos da fase intensiva permitiu-nos perceber a complexidade que esteve subjacente ao nosso trabalho de campo. As exigências metodológicas levadas a cabo durante essa fase fizeram com que os aspetos que se relacionavam com as drogas, os territórios e os atores sociais, se estendessem para lá dos momentos em que estivemos fisicamente no terreno e se prolongassem para os domínios da nossa vida privada. De acordo com Roriz e Padez (2017, p. 87): “Quando se vive por longos períodos interligado com os outros, imersos em certos contextos, é difícil separarmo-nos dos outros. A investigação não é algo que se separa facilmente de nós”. Nesse sentido, Bourdieu (1997) refere-se à necessidade do sociólogo mergulhar na particularidade de uma realidade empírica de forma a adquirir um conhecimento sociologicamente válido e rigoroso sobre a mesma.

Num trabalho anterior (Mata & Fernandes, 2018), dissemos que a etnografia é provavelmente o método mais simples de todos: implica *simplesmente* observar, escutar, interagir e, depois, registar ricamente o encontro etnográfico num diário de campo. Estas características tornam-no num método quase artesanal. Contudo, a sua simplicidade é apenas aparente. Como se viu no

⁹² Este subcapítulo tem por base uma comunicação oral apresentada em co-autoria com o nosso orientador (Luís Fernandes) que se intitulou: “Pensar o etnógrafo em trabalho de campo: contributos a partir da psicologia” no âmbito do III Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses realizado em setembro de 2016 no Porto.

capítulo anterior, onde explorámos os nossos desafios, dilemas e dificuldades subjacentes ao trabalho de campo, a etnografia coloca desafios de vários tipos ao etnógrafo, provoca-o e confronta-o em relação à sua pessoa, fá-lo refletir sobre as suas crenças e ideias prévias. Focaremos, já de seguida, a dimensão afetiva que esteve presente no nosso encontro etnográfico.

3.1. Dimensão afetiva – O “efeito atrator” para os territórios psicotrópicos

Qualquer pesquisa etnográfica caracteriza-se pelo envolvimento pessoal do etnógrafo no seu contexto de investigação (Pina-Cabral, 2000). No mesmo sentido, Fernandes (2002, p. 24) refere: “Se o trabalho [etnográfico] respeitar todas as exigências que lhe são próprias, o etnógrafo não sairá, digamos, incólume da experiência que viveu”. Ele terá, assim, que estar preparado para as exigências e os sacrifícios pessoais decorrentes do trabalho de campo (Gill & Temple, 2012).

No nosso caso, após um momento de ascese individual, de que já demos conta em momentos anteriores, sentimos, com o passar do tempo, que os territórios e atores sociais de que nos afastávamos numa fase inicial nos foram progressivamente atraindo à medida que o trabalho se desenrolava. Falámos desse “efeito atrator” no nosso diário de campo:

“Mas o que é curioso é que apesar deste sentimento de apagamento e de depressão no meu funcionamento geral (...) sinto uma enorme vontade de ir para o terreno, estar com os atores, estar na Pasteleira (...)” (diário de campo, “secção pessoal”, 11/04/2015).

“(...) sinto uma espécie de íman para os territórios e atores que não sei explicar” (diário de campo, “secção pessoal”, 31/10/2015).

Este “efeito atrator” ou “uma espécie de íman” para os territórios - para nos referirmos à expressão usada no segundo excerto - encontra-se intimamente associado à densa vida comunitária que pudemos constatar no interior dos bairros sociais onde estivemos, ao bairrismo, tal como já havíamos identificado num trabalho anterior (Mata & Fernandes, 2015). A partir de entrevistas realizadas a técnicos de intervenção comunitária com longa experiência de trabalho com estas comunidades, dissemos o seguinte: “Alguns técnicos de intervenção reportam o “orgulho no bairro”, um sentimento de pertença a que chamam “bairrismo”. O bairrismo é uma identificação ao lugar, bem revelada na circunstância de as pessoas verbalizarem que não querem sair dali, argumentando com a ligação às suas redes de vizinhança” (Fernandes & Mata, 2015, p. 10)

A vida no interior destes territórios urbanos caracteriza-se, além de outros aspetos, pela densidade das relações de vizinhança e pelo calor humano envolvido nas interações. Foi precisamente esse bairrismo que nos atraiu para estes espaços, dando-nos uma sensação de aceitação e acolhimento, revelando-se fundamental para o desenrolar da etnografia.

Mostraremos, na secção monográfica, a concretização dessa densa vida comunitária dos bairros sociais onde estivemos. Mas, de momento, apenas referimos que tal ambiente, estranho de

início e que nos convocou uma reação de afastamento, se foi transformando ao ponto de ter sobre nós um efeito atrator. A vida comunitária calorosa, onde o estatuto de anonimato está claramente reduzido (Fernandes, 1998/2002) contrastava com os nossos contextos de socialização privados, marcados pelo individualismo e reduzida vida comunitária:

“À medida que o tempo vai passando no bairro, a sensação de desconforto inicial começa a dar lugar a uma sensação de bem-estar. Parece que estar ali, ouvir aquelas pessoas, perceber e assistir àquele forte envolvimento comunitário, me faz sentir bem” (diário de campo, “secção pessoal”, 28/11/2015).

Contudo, este “efeito atrator” dos territórios foi sempre algo que tivemos que gerir ao longo da pesquisa de modo a não prejudicar o desenrolar da mesma. A este propósito, escrevemos num trabalho anterior o seguinte: “Este envolvimento tem-se revelado na nossa pesquisa uma fonte de enormes contradições e complexidades. Os contextos em análise, marcados pelo sofrimento social, pela invisibilidade e pela hiperestigmatização (Fernández, 2014) convocam-nos ao longo do trabalho de campo dilemas, confrontos e exigências pessoais que importa problematizar. Se esses confrontos e exigências podem, por um lado, potenciar o interesse e a curiosidade do etnógrafo no conhecimento das dinâmicas locais da unidade de estudo, podem também, se não forem devidamente enquadradas e racionalizadas, dificultar o trabalho de campo” (Mata & Fernandes, 2018, p. 325). Assim, uma das formas de racionalizar esse “efeito atrator” dos territórios passou pelo trabalho da dimensão cognitiva sobre os mesmos, que damos conta já de seguida.

3.2. Dimensão cognitiva – a importância da memória e da atenção do etnógrafo

A socialização nestes contextos levou-nos a uma adaptação cognitiva para que o trabalho de campo se desenrolasse da melhor forma. Uma dessas dimensões cognitivas foi a memória. Tal como já referimos anteriormente, dada a impossibilidade, pelas características dos contextos, de nos socorrermos, durante o período de observação, do bloco de notas para registar as primeiras impressões e as notas de campo que nos foram surgindo tivemos, por várias vezes, que fazer uso de várias técnicas de memorização. A escrita no diário dependia assim fortemente da nossa capacidade de memorização durante o trabalho de campo. Fernandes espelha esta preocupação do etnógrafo ao nível da escrita no diário da seguinte forma: “Na rememoração do dia anterior estes registos [em diário de campo] misturam-se. A nossa memória é multi-género: ao evocar visualmente uma cena, procurámos registar “fotograficamente” a interacção; mas logo assomavam evocações do plano emocional envolvido, tanto o expressado, mesmo verbalmente, pelos actores, como o nosso próprio (...)” (Fernandes, 2002, p. 27).

Essa situação colocou-nos muitos desafios. Sentimos a necessidade de potenciar os recursos da nossa memória, nomeadamente através de mnemónicas de terreno, de modo a ser mais fácil

reproduzir os conteúdos mais tarde aquando da escrita no diário. Ao falarmos de memória humana importa considerarmos uma relação dialética estabelecida entre três domínios: aquisição, retenção e recuperação dos conteúdos. Quando estamos no terreno encontramos-nos, sobretudo, na fase da aquisição e da retenção sendo o momento de registo no diário a fase da recuperação dos conteúdos armazenados. Essa recuperação está, todavia, fortemente relacionada com a forma como codificamos e organizamos os estímulos do meio. Tal como destaca Pinto (1997, p. 110): “A recuperação de informação está assim intimamente associada à organização inicial dos materiais para acesso futuro, isto é, ao modo como são codificados, organizados e ainda no modo como esta codificação e organização estão acessíveis”. Assim, chegámos um dia às nossas “fórmulas de terreno”:

“Tento adotar técnicas de memorização que me façam lembrar de modo mais fiel e preciso na altura em que escrevo as observações em diário de campo. Chego assim àquilo a que chamo de fórmula de terreno, que consiste no seguinte:

. primeiro, devo perceber quantos pontos-chave ocorreram no meu terreno nesse dia. Por exemplo, estive em quatro sítios que considero importantes e dos quais terão obrigatoriamente que constar informações e observações dos mesmos. Numero, por isso, o primeiro algarismo da fórmula de terreno com quatro. Esta fórmula terá portanto, à exceção deste primeiro número, quatro números subsequentes.

. segundo, passo a um maior detalhe sobre o número de pontos-chave ou de discurso que me pareceram mais importantes destacar no primeiro deles. Por exemplo, no primeiro local dos quatro que seleccionei, constatei três pontos-chave que me pareceram importantes destacar. A expressão passa então a 4, 3.

. terceiro, refere-se ao segundo local ou situação em que estive e que se torna importante destacar. Deve consistir no número de interações, temas ou assuntos de outra natureza que fossem particularmente importantes nesse segundo local. Por exemplo, no segundo local onde estive saliento 3 temas que foram abordados e que me parecem importantes destacar. Então a fórmula de terreno já passa a ser: 4,3,3.

E assim sucessivamente até referir os 4 locais onde estive e os pontos que decido destacar em cada um deles.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 22/03/2015).

À medida que usávamos estas mnemónicas de terreno, a recuperação dos conteúdos assemelhava-se a um novelo de lã onde uma ligeira inserção da agulha (um dos números das fórmulas de terreno) era suscetível de desfazer parte do novelo ou mesmo o novelo completo. Dizíamos sobre isso o seguinte no diário de campo: “É como se a minha memória fosse um novelo e esse esquema funcionasse como uma agulha de croché que desnovelasse o conteúdo que está armazenado na memória.” (secção “anotações metodológicas”, 12/03/2015).

Esta técnica de memorização a partir de fórmulas de terreno foi importante numa fase inicial em que tínhamos ainda pouca confiança com os atores sociais. Com o passar do tempo e com a nossa passagem de uma “interação presencial” para uma “interação participativa” (RS, 12/03/2015) fomos percebemos que essas fórmulas eram menos eficazes do que se nos preocupássemos apenas em “viver o terreno”. Isto é, o comprometimento afetivo nas conversas e o envolvimento ativo no quotidiano destas comunidades fez-nos perceber que isso era, por si só, condição mais do que suficiente para registarmos de forma relativamente íntegra e completa, mais tarde, o que aconteceu, quando estivéssemos já a escrever no diário de campo. A ligação afetiva no terreno gerou memórias episódicas, facilitando o processo de recuperação dos conteúdos armazenados (Tulving, 1987 *in* Gomes, 2014). Esses conteúdos armazenados durante o trabalho de campo

constituíram-se, assim, como parte integrante da memória a longo prazo, facilitando o processo de recuperação sem a necessidade de auxiliares de memória. Dizíamos o seguinte sobre isso no nosso diário:

“(…) se eu, enquanto estiver no terreno, não me lembrar tanto da memória e estiver apenas preocupado em participar na normal interação com os nativos, talvez isso me facilite a evocação dos acontecimentos quando estiver a escrever em diário de campo.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 11/02/2016).

Além da memória enquanto dimensão cognitiva fundamental durante o trabalho de campo percebemos também a importância de uma outra dimensão: a atenção⁹³. Esta dimensão pode ser dividida quanto à seletividade dos estímulos do meio ou ainda consoante a sua amplitude. Quando nos focamos neste último aspeto, percebemos que a atenção pode ser focal/pré-situacional, isto é, no nosso caso, mais focada nos aspetos referentes às drogas e aos seus protagonistas, ou distal, tendo um funcionamento mais disperso, sem ter propriamente um foco definido previamente. Vejamos a presença destes dois tipos de amplitude atencional, focal (primeiro excerto do diário) e distal (segundo excerto), durante o nosso trabalho de campo:

“Vejo que ao lado esquerdo estão a jogar à sueca e por cima deles está uma televisão na TVI a dar uma telenovela. Ninguém olha para a TV. Percorro com o olhar as pessoas que lá estão na tentativa de identificar alguém conhecido. Vejo o MK, que chega e lê o jornal ao balcão (...) Continuo a percorrer o olhar e verifico que está um sujeito que já tinha estado comigo quando estive ali com o Rasi da primeira vez. Mas não me lembro o nome dele. A propósito do cheiro a ganza o RS vira-se para mim e diz-me:

- Cheiro a gasolina, heim...

- Sim... - disse. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/03/2015).

“São 13h50 e estou no Metro do Porto. Entrei na linha da Póvoa do Varzim com vista a sair nas Sete Bicas. O metro está cheio de gente e encosto-me aos assentos, amparando-me num barão. À minha frente estão dois sujeitos a conversa sobre literatura e poesia. São sujeitos na casa dos 50/55 anos. Os dois estão sentados. Um segura numa moleta. O outro têm um chapéu de couro e uma t-shirt dos *Rolling Stones*. A palavra “droga” entre eles chamou-me a atenção.” (diário de campo, secção “fragmentos discursivos”, 18/03/2015).

A nossa atenção durante o trabalho de campo esteve sempre compreendida entre momentos de focagem absoluta em estímulos, atores ou conversas que iam de encontro aos nossos objetivos de pesquisa e outros momentos com relativa ausência de focagem prévia, sendo a interação com os nativos que gerou, posteriormente, os pontos de focagem. Nesse sentido, o trabalho psicológico do etnógrafo com a sua atenção assemelha-se ao *zoom in* e *zoom out* de uma câmara fotográfica: ora se foca num aspeto em particular da realidade observada ora se distancia da mesma, procurando ter uma atenção dispersa e flutuante. No caso do segundo excerto que mostramos atrás podemos constatar que não estávamos propriamente à espera que a palavra/tema “droga” fosse

⁹³ A atenção que demos às conversas com os nativos bem como a observação dos contextos relacionou-se, de forma muito significativa, com os processos de memorização que acabamos de referir.

emergir naquele local e naquela altura. Em todo o caso, mal ouvimos a palavra ser pronunciada prestamos de imediato a devida atenção. Apesar de não estarmos nos nossos contextos de investigação, o que esta situação mostra é que o etnógrafo, mesmo não estando fisicamente nos mesmos, deve permanecer constantemente de “poros abertos” pois podem emergir, de forma espontânea, elementos importantes sobre o seu objeto ou sobre os objetivos da sua etnografia:

“A secção dos “fragmentos discursivos” do diário de campo mostra como é importante que o etnógrafo esteja sempre de “poros abertos” mesmo nas situações mais rotineiras do seu quotidiano. O objeto de estudo (as drogas) pode aparecer não apenas nos territórios e com os atores onde eu faço observação, mas também nas alturas em que eu menos espero. Há aqui algo de imprevisível no método etnográfico, algo que irrompe do próprio quotidiano do etnógrafo.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 18/03/2015).

Por último, uma das variáveis cognitivas – à semelhança da memória e da atenção – que se destacou em nós enquanto etnógrafos foi a percepção. Ela engloba quatro componentes fundamentais: a apreensão dos traços de uma dada cena/figura/situação; a análise da mesma, procurando identificar uma figura; destacar essa figura do seu fundo (figura-fundo); e, finalmente, o reconhecimento de um padrão (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003). É a percepção durante o trabalho de campo que irá permitir selecionar determinado(s) estímulo(s) ou situação(ões) em detrimento de outro(s): conceito de seleção perceptiva. Este conceito relaciona-se com uma das características matriciais do método etnográfico: a sua abertura metodológica. Assim, a tomada de consciência destes processos perceptivos é fundamental para a otimização da informação que o etnógrafo percebe e recolhe durante o trabalho de campo.

Destacaremos, já de seguida, a última das três dimensões psicológicas que emergiram no nosso trabalho de campo: a dimensão onírica.

3.3. Dimensão onírica – em busca da “atenção sonhadora”

O contacto que estabelecemos com colegas que trabalharam nos mesmos contextos que nós permitiu-nos perceber que os sonhos com o Aleixo e outros territórios psicotrópicos da zona era algo de bastante frequente tanto em nós como neles. Uma das técnicas de intervenção social que trabalhou na mesma equipa de rua onde estivemos durante a fase exploratória recorda-se ainda de um sonho dessa altura: enquanto estava no bairro do Aleixo a trabalhar saía um diabo da Torre ⁹⁴. Disse-nos ainda que a sua atividade onírica sobre este bairro passou de uma fase em que ela era passiva no sonho para uma em que era ativa e agressiva no mesmo.

⁹⁴ Veremos, mais adiante, que é nesta Torre que se concentram as principais atividades de venda de drogas neste território psicotrópico.

Durante a fase exploratória, os sonhos sobre o Aleixo, PT, Pasteleira e seus atores sociais foram diminuindo. Contudo, na fase intensiva, começamos novamente a sonhar, de forma recorrente, com as drogas e seus protagonistas. Mas contrariamente ao que sucedeu na primeira fase, onde não registamos de forma sistemática esses sonhos, na fase intensiva fomos anotando aqueles que se relacionavam com as drogas e com os territórios psicotrópicos levando-nos, mais tarde, a analisar e interpretar o seu significado. Contudo, excluímos todos os sonhos que não se relacionavam com os temas da nossa etnografia bem como aqueles que não conseguimos reproduzir de um modo minimamente coerente para a construção de uma narrativa onírica.

À semelhança do que aconteceu com os outros registos do diário, os que se referiam à atividade onírica implicaram também que o tempo desde o aparecimento do sonho até ao seu registo fosse o mais curto possível, isto é, nunca superior a um dia, sendo que o mais desejável seria mesmo o registo logo depois do sonho acontecer. Isto exigiu uma elevada atenção aos mesmos, trabalhando a nossa capacidade de memorização o que mostra, aliás, a relação existente entre as outras dimensões psicológicas apresentadas. O antropólogo Carlos Castaneda (1993/1994) a partir das suas aprendizagens com o índio Don Juan Matus da tribo Yaquis no deserto de Sonora (México), apresenta e discute os seus sonhos com o seu mestre índio. Refere a “atenção sonhadora” como fundamental para a *arte do sonhar*: “Percebi, praticamente assim que iniciei meus exercícios de sonhar, que exercitar a atenção sonhadora é o ponto essencial do sonhar. Para a mente, entretanto, parece impossível podermos nos exercitar para ficar conscientes no nível dos sonhos. Dom Juan disse que o elemento ativo desse treinamento é a persistência, e que a mente e todas as suas defesas racionais não podem enfrentar a persistência. Cedo ou tarde, disse ele, as barreiras da mente desmoronam sob seu impacto, e a atenção sonhadora floresce” (Castaneda, 1993/1994, p. 48).

A questão de partida para a análise do nosso material onírico pode resumir-se da seguinte forma: até que ponto é que os sonhos traduziram as nossa inseguranças, expectativas e medos durante a revisitação etnográfica? Encontrámos forte ligação entre esta questão e aquilo que Tobón (2015, p. 334) diz a este respeito: “por qué el sueño de «uno mismo» en tanto investigador no constituye a su vez un campo de exploración metodológica?”⁹⁵. A exploração da atividade onírica constituiu-se, por isso, num recurso importante para o nosso trabalho de campo. Ainda assim, importa diferenciar dois planos do registo onírico: um primeiro, de âmbito social/antropológico e, um segundo, de âmbito mais psicológico. O primeiro fornece importantes contributos para a caracterização de uma realidade sociocultural. Normalmente, as investigações sobre o material onírico que se guiam por este primeiro plano socorrem-se dos sonhos dos nativos como forma

95 No mesmo sentido que Tobón, Carl Jung refere-se ao estudo e interpretação dos sonhos como forma de aceder a uma dimensão mais profunda da pessoa: “O sonho diz respeito, realmente, tanto à saúde como à doença, e, por isto, dada a sua raiz inconsciente, ele extrai elementos de sua composição também do tesouro das percepções subliminares, podendo nos proporcionar dados úteis ao conhecimento” (Jung, 1971/1984, p. 289-290).

privilegiada de pensar e interpretar o domínio social (e.g. Zivkovic, 2006)⁹⁶. Os sonhos revelam-se enquanto máquinas ontológicas capazes de representar diferentes mundos, paradigmas e *epistemes*. De acordo com o autor: “Parto de la posición, pues, de que el sueño es una súper-figura entre los tropos, una “máquina para pensar” acerca de lo social de la magnitud, complejidad y flexibilidad que podría considerarse seriamente en la teoría social y que, además, la teoría social ya posee una afinidad intrínseca com el sueño como figura” (Zivkovic, 2006, p. 146).

Mas os sonhos podem ainda ser alvo de uma interpretação psicológica e, nessa medida, constituírem-se como via para o auto-conhecimento. No caso do etnógrafo, sonhar com os contextos de pesquisa e/ou os atores sociais pode dar importantes contributos para identificar aspetos inconscientes que estão subjacentes ao encontro etnográfico. O etnógrafo Akhmet Yarlykapov (2007), que fez trabalho de investigação ao nível das crenças e cultos subjacentes à religião islâmica de um povo do Cáucaso (o povo Nogai), diz-nos o seguinte a este respeito: “Analysing my dreams, i became convinced that the human brain is not completely turned off in sleep but continues active thinking activity, influenced at times by improbable facts of the surrounding world.” (Yarlykapov, 2007, p.36). Sigmund Freud, na sua obra *Interpretação dos Sonhos*, propõem o método da interpretação onírica como forma de aceder ao conteúdo latente do sonho, aquele que se oculta e esconde atrás da narrativa onírica propriamente dita ou, usando os seus próprios termos, o conteúdo latente que se esconde do conteúdo manifesto: “É desse pensamento do sonho, e não do conteúdo manifesto de um sonho, que depreendemos seu sentido” (Freud, 1899/2009, p. 236).

À semelhança do que fizemos para outras secções do nosso diário procuramos identificar nesta secção alguns temas emergentes nas narrativas, organizando-as por diferentes temáticas. Os sonhos apresentaram diferentes temas, nomeadamente as dificuldades de acesso ao terreno e aos atores das drogas, a angústia por não conseguirmos terminar a nossa revisitação, os dilemas morais por estarmos perante situações que, por vezes, eram contrárias à nossa forma de ser e de estar perante a vida e os Outros. Em muitos desses sonhos, os atores das drogas, que só víamos no contexto de pesquisa, apareceram também nos nossos contextos de socialização privados, tais como a nossa casa ou mesmo o nosso contexto de trabalho:

“Entrámos na garagem de casa para ir para o elevador, quando aparece um rapaz (dos seus 20 e tal anos) e me pede para “trocar máquinas”. Fiquei um bocado embaraçado naquela altura enquanto os meus pais caminharam para a porta do elevador para subirem para o 3º andar, o andar do nosso apartamento. Quando olho, já dentro da garagem, para a direita, vejo um conjunto de “kits” de material de consumo ainda nos sacos. Preparava-me para dar-lhe alguns dizendo-lhe que trocava esse material depois mas quando digo isto ele vai àquela zona comigo em silêncio e começa a colocar as seringas uma a uma no contentor das “máquinas”. Lembro-me que lhe fixei o olhar no braço que as colocava lá e ainda agora não me sai da cabeça a imagem absolutamente esquelética desse braço. Era tão esquelético, tão esquelético que até lhe vi perfeitamente a saliência de uma das veias na parte de fora do antebraço. Entretanto, acordei.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 10/11/2014).

⁹⁶ Marko Zivkovic realizou trabalho etnográfico durante 1993 e 1997 em Belgrado procurando caracterizar alguns sonhos dos Jugoslavos (atual Sérvia) que se relacionavam com os crimes e as atrocidades do governo comandado por Slobodan Milošević.

“Esta semana, não me recordo o dia, sonhei com o RS. No sonho, eu conversava com ele na Área de Dia de Aldoar⁹⁷, especificamente no Gabinete da P. De repente ouvimos um barulho muito forte, como que um ferro a bater em algo metálico, que vinha do Gabinete de Psicologia (que é o gabinete logo ao lado do dela, na verdade o meu gabinete de trabalho). Este barulho tanto surpreendeu a mim como a ele. De repente acordei. (...) Lembro-me de ter olhado para as horas e eram 2h20 da manhã.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 28/03/2015).

O primeiro excerto mostra como na atividade onírica se misturaram as diferentes fases da nossa pesquisa: estávamos, nessa altura, em novembro de 2014, tínhamos “fechado” a fase exploratória há algum tempo e estávamos a preparar a fase intensiva. Mas ainda sonhávamos com uma atividade que estava relacionada com o nosso trabalho de psicólogos durante a fase exploratória: o “trocar máquinas”.

Mas não foram apenas os atores das drogas que “invadiram” os nossos contextos de socialização privados. Também pessoas dos mesmos acabariam por “frequentar” os territórios psicotrópicos, como se mostra num sonho que tivemos um dia quando uma colega nossa de doutoramento foi detida pela Polícia no território psicotrópico do bairro da Pasteleira Nova:

“Acordo hoje de manhã com a ideia de um sonho que tive na noite passada. Era um sonho em que eu estava na Pasteleira e a dado momento acabei por ser detido pela Polícia juntamente com outras pessoas do Bairro. Lembro-me de querer fazer alguma coisa para ser escutado, mas não conseguir e estava já a caminho da esquadra, na carrinha da Polícia. (...) Recordo-me mais à frente que apareceu a FN, a minha colega de doutoramento, que apareceu não ligada ao contexto anterior, mas sim de forma independente do outro contexto. Enquanto aparecia tentava dizer que “não valia a pena contestar, que eram assim as coisas”. Depois a sua imagem desaparecia do sonho. E eu acordei. Eram aproximadamente 07h00, a hora em que me tinha que levantar para ir trabalhar.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 15/04/2015).

Surgiram também, na nossa narrativa onírica, alguns sonhos que revelaram uma ansiedade latente em não conseguirmos terminar a tarefa de investigação a que nos propusemos inicialmente. Outros prendiam-se com uma angústia em não atingir a intensidade e profundidade etnográfica que o primeiro etnógrafo apresentou, nem conseguir penetrar no ambiente *drug* dos territórios psicotrópicos. O sonho abaixo mostra claramente essa ansiedade em não conseguirmos *entrar* no terreno:

“- Acordei hoje de manhã com a lembrança de um sonho que tive na noite passada. O sonho envolveu-me a mim, ao Mister e ao RS. Sonhei que estávamos os três a caminho do Aleixo, em direção a uma das torres. Recordo-me que não era a Torre 1, era outra Torre. Chegados à Torre, o RS e o Mister conseguem entrar. Eu não. Era impedido pelas pessoas que lá estavam. Fiquei incomodado com aquilo. Lembro-me de ter entrado numa carrinha posteriormente e as pessoas que me impediram de entrar vieram ter comigo até à carrinha. Quando entrei lá para dentro, elas ficaram da parte de fora a dar murros nas portas. Isto levou-me a algo semelhante ao filme *Os filhos do homem* na parte em que a Julianne Moore é morta dentro de um jipe.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 17/01/2015).

97 O nosso principal local de trabalho como psicólogos.

Tal como veremos na secção monográfica, a expressão do fenómeno droga no bairro do Aleixo é particularmente complexo, envolvendo hierarquias rígidas entre os atores sociais o que dificultou a nossa inserção neste contexto numa fase inicial. Sonhámos um dia em fazer uma reunião com um dos etnógrafos que estudou alguns dos territórios psicotrópicos da zona oriental do Porto, o NT, na tentativa de que as suas orientações nos ajudassem a conseguir entrar no Aleixo:

“São 3h58 da manhã. Hoje sonhei com o NT, um dos etnógrafos das drogas no Porto. Encontrou-me num sítio que não consigo precisar e disse-me que só podia marcar reuniões comigo no bairro do Aleixo. “Por este andar só conseguimos mesmo falar no Aleixo”, disse-me ele. Foi a única frase que me disse. Apesar de não situar ou contextualizar o sonho, via nele as palavras “complexidade do objeto” a passarem como se fosse a imagem de fundo. Recordo-me que as palavras estavam dispostas em forma oblíqua. Entretanto acordei do sonho.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 28/12/2014).

O contacto com atores que consumiam drogas levou-nos a sonhar um dia que o fazíamos também. No nosso caso, como se verá abaixo, o “chuto” foi feito em casa da nossa avó materna, a pessoa que nos criou desde tenra idade e sobre a qual ainda temos um enorme carinho e, sobretudo, respeito:

“Acordei do sonho, olhei para o relógio e eram 06:30. Passo a descrever o que me recordo do sonho. Estava em casa da minha avó. Estava a dormir no quarto onde costumava dormir quando era miúdo. De repente, decido ir à gaveta da mesinha de cabeceira que estava do lado de lá da porta da entrada. Tiro de lá uma seringa. Tento injetar-me ali. Lembro-me de começar o chuto de modo que a seringa entrava na veia do braço não no sentido do centro do corpo mas sim em direção para a extremidade, neste caso para a minha mão. Ocorreu-me que esta era a segunda vez em que me injetava. A minha avó dormia no outro quarto, no quarto dela. Ouvia o ressonar dela enquanto me injetava. (...) Neste momento ainda não tinha injetado a substância, tinha só começado o “pico” na veia. A dado momento, a minha avó para de ressonar e levanta-se da cama. Fiquei aflito. Vou de repente injetar-me para a casa de banho, levo o material de consumo comigo. Não sei como consegui pôr a substância na seringa, não me recordo disso. Vou para a casa de banho e tento fazer aquilo com rapidez. A seringa entra e eu começo a chutar a substância para a minha veia. Não injeto tudo, tento carregar no êmbolo, mas ele só permite pressionar um bocadinho, permanecendo quase imóvel. Tento forçar mas não consigo, a substância não sai da seringa para a veia. Entretanto acordei.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 26/10/2015).

O facto de não conseguir injetar a substância apesar da nossa vontade pode muito bem traduzir a nossa ambivalência relativamente a este assunto: por um lado, uma curiosidade em sentirmos os paraísos artificiais na sua plenitude, o *flash* da heroína, a sensação prazerosa que daí advinha e que nos foi descrita pelos injetores com que conversamos nos territórios psicotrópicos acerca das suas fases de “lua-de-mel” com as drogas; e, por outro lado, o risco em fazê-lo, a perigosidade que uma trajetória de consumo daquele tipo tinha para muitos dos sujeitos que o faziam. Daí que o nosso desejo em injetar se traduzisse, no sonho, ao mesmo tempo, numa dificuldade em fazê-lo, uma vez que não conseguíamos pressionar o êmbolo para que a substância passasse da seringa para a veia. Algo importante neste sonho diz respeito à censura presente através da figura da nossa avó: a curiosidade em experimentar um “pico” encontrava na nossa educadora principal durante a infância uma considerável oposição e resistência nesse ato, algo que para ela seria absolutamente horrendo e terrível se soubesse que o fazíamos. Também não foi por

acaso que o nosso inconsciente “criou” na linguagem onírica o episódio em casa da nossa avó materna.

Este sonho foi dos mais intensos que tivemos, lembrando-nos dele dias depois, sendo algo que nos incomodou por algum tempo. Tratou-se de um “sonho aflitivo” cujo conteúdo manifesto ocultava um conteúdo latente de desejo, o desejo de consumo de drogas por via injetada. Nos termos de Freud: “Devemos esclarecer um contraste entre os conteúdos *manifestos* e *latente* dos sonhos. Não há dúvida de que existem sonhos cujo conteúdo manifesto é de natureza extremamente aflitiva (...) é ainda possível que os sonhos aflitivos e os sonhos de angústia, uma vez interpretados, revelem-se como realizações de desejos” (Freud, 1899/2009, p. 124).

As nossas dificuldades em criarmos raízes no terreno, tal como destacámos devidamente nos capítulos anteriores, traduziram-se numa sensação constante de insegurança sobre se o caminho que estávamos a trilhar era o mais eficaz para conseguirmos atingir a profundidade etnográfica desejada. Essas questões foram acompanhadas por sonhos que espelharam essas inseguranças sentindo por vezes, literalmente, o chão dos territórios psicotrópicos a fugir-nos dos pés:

“Dia de Natal. Acordo por volta das 10h35 e lembro-me de ter sonhado esta noite com o PT. Sonhei que estava em frente à antiga fábrica e que na zona de relva que existe mesmo à frente da fábrica estavam a terminar de fazer umas obras. Estava sozinho. Dirigi-me para lá, percorrendo esse local até à zona da capela do bairro. Verifico que no chão já não existe relva mas agora um conjunto de pequenos paralelos no chão. Mas recordo-me de quando os pisei sentir que não eram paralelos de verdade uma vez que o chão não estava fixo. À medida que caminhava sentia que os paralelos se iam mexendo como se o chão fosse feito de plasticina. Em sentido contrário ao meu vinham outros sujeitos em direção à antiga fábrica do PT, sítio de onde eu partia. Reparei que um deles era o BMR. Faço-lhe sinal com a mão e cumprimento-o mas ele estava zangado e continua a caminhar. Recordo-me de olhar para a cara de todos eles (deviam ser aí uns 6/7 pessoas) e todos eles estavam de poucas palavras. Todos eles enquanto caminhavam sentiam a mesma oscilação do chão de paralelos, eu via-os a andarem de um modo incerto. Não sei se estavam chateados com isso ou comigo. Continuavam a caminhar na direção contrária à minha. Eu caminhava em direção à capela do bairro⁹⁸.” (diário de campo, secção “atividade onírica”, 25/12/2015).

Em suma, os sonhos apresentados revelam as dificuldades em delimitar geograficamente o objeto de estudo, o contexto de pesquisa e os atores sociais: na narrativa onírica tudo isto se misturou, confundiu e sobrepôs. A exposição que fizemos de trechos da nossa atividade onírica foi algo que expôs o nosso lado mais íntimo tornando-nos, de certa forma, “nus” perante os eventuais leitores deste trabalho académico. Mas, em jeito de resposta (e de defesa face ao que dissemos), fazemos nossas as palavras de Freud que a esse respeito disse o seguinte: “(...) se quisesse relatar meus próprios sonhos, a consequência inevitável é que teria de revelar ao público maior número de aspectos íntimos de minha vida mental do que gostaria, ou do que é normalmente necessário para qualquer escritor que seja um homem de Ciência e não um poeta. Tal foi a penosa mas inevitável

⁹⁸ Veremos, mais adiante, que era nas imediações da Capela deste bairro que se processava uma importante atividade de venda de drogas.

exigência, e me submeti a ela para não abandonar por completo a possibilidade de fornecer a comprovação de minhas descobertas psicológicas” (Freud, 1899/2009, p. 14).

III – RESULTADOS ETNOGRÁFICOS

1. A ZONA, OS BAIRROS SOCIAIS E OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

(...)
E esse teu ar grave e sério
Num rosto de cantaria
Que nos oculta o mistério
Dessa luz bela e sombria

Ver-te assim abandonado
Nesse timbre pardacento
Nesse teu jeito fechado
De quem mói um sentimento

E é sempre a primeira vez
Em cada regresso a casa
Rever-te nessa altivez
De milhafre ferido na asa
(...)

(Rui Veloso, *Porto Sentido*, 1987

Composição: Carlos Tê)

A apresentação dos dados empíricos desta secção será feita a partir de três ângulos de análise. No primeiro, caracterizaremos a zona envolvente; no segundo, faremos uma breve caracterização dos bairros onde realizámos a investigação bem como dos territórios psicotrópicos que funcionam no seu interior ou nas suas imediações; e, finalmente, no terceiro, apresentaremos as diferenças e semelhanças entre os territórios psicotrópicos considerados. A descrição da zona envolvente conjugará dados provenientes do nosso diário de campo com outros materiais empíricos, nomeadamente documentos etnográficos, peças jornalísticas e dados estatísticos sobre a zona. A fotografia assumirá, no primeiro capítulo desta secção, uma função importante na apresentação dos resultados, complementando e ilustrando o fio argumentativo que desenvolveremos ao longo do primeiro capítulo⁹⁹. Importa ainda referir que ao longo desta secção, e à semelhança do que faremos para as outras, socorrer-nos-emos dos dados empíricos da primeira etnografia de forma a destacarmos as semelhanças e/ou as diferenças entre aquilo que o primeiro etnógrafo pôde observar e aquilo que nós, decorridos mais de vinte anos da primeira pesquisa, observamos e constatamos na zona, nos bairros e nos territórios psicotrópicos em análise.

A opção por apresentarmos os dados do geral para o particular (da zona envolvente até aos territórios psicotrópicos) prende-se com a nossa conceção ecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/2005). Tal conceção parte da premissa de que os diferentes níveis/sistemas humanos não funcionam nem se desenvolvem de forma isolada dos restantes, exercendo-se

⁹⁹ A fotografia foi, na nossa revisitação, uma técnica complementar a outras formas de recolha de dados. Paulo Boni e Bruna Moreschi (2007) referem o seguinte a propósito da utilização da fotografia por parte de Bronislaw Malinowski: "(...) fica patente que, para Malinowski, o verbal e o pictório (desenhos esquemas e fotografias) são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada. (...) o texto não basta por si só. A fotografia, também não. Acoplados, inter-relacionados constantemente, então sim, ambos proporcionarão o sentido e a significação" (p. 143).

influências recíprocas e simultâneas, sendo impossível a compreensão isolada dos mesmos. Bronfenbrenner (1979/2005) refere-se à dimensão interconectada entre os diferentes sistemas - micro, macro, meso e exossistema - propostos na sua teoria da seguinte forma: “(...) the terms micro, - macro, - meso and exosystem that i used in The Ecology of Human Development (1979) were sometimes replaced in my later writings by more general language, such as interconnected systems” (Bronfenbrenner, 1979/2005, p. 1). Vimos também a ideia de retroação dos diferentes sistemas muito desenvolvida na Escola Sistémica, seja nos seus principais fundadores (e.g. Bertalanffy, 1968; Bateson, 1972) seja nas suas aplicações mais recentes (e.g. Coelho, 2016)¹⁰⁰.

Voltando-nos agora para a nossa pesquisa, é impossível falar ou compreender as características e dinâmicas dos diferentes territórios psicotrópicos sem entender a relação que eles estabelecem entre si, com o bairro onde se situam ou com a zona envolvente. Usaremos a metáfora da máquina fotográfica para apresentar os dados nesta secção. Começaremos com a câmara em *Zoom Out* e aproximaremos sucessivamente o foco até chegarmos a um nível de *Zoom In* máximo: os territórios psicotrópicos.

1.1. A zona – alguns elementos caracterizadores

Começemos por destacar a atração que a zona exerceu sobre nós durante grande parte do trabalho de campo. Trata-se de uma zona bonita da cidade do Porto dando-nos, por várias vezes, uma sensação prazerosa em estar ali. Essa sensação relaciona-se muito com a sua localização geográfica: à beira Rio, próxima da Foz do Douro. Mostrámos abaixo o que queremos transmitir a partir da vista panorâmica desde o Miradouro de Sta Catarina:

“Saliento aqui a beleza da paisagem que observei, o rio separando a marginal do Porto e a marginal de Gaia. Do lado direito, o cabedelo, à esquerda a Ponte D. Luís I. Mesmo no miradouro existe uma capela e também uma casa branca, que o RS julga ser do Padre” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/04/2015).

¹⁰⁰ De acordo com Coelho (2016, p. 92), uma das três características da psicologia sistémica passa pelo: “reconhecimento da complexidade organizada do universo, ou seja, ver e pensar as relações existentes em todos os níveis da natureza, buscando a compreensão dos acontecimentos, podendo eles ser físicos, biológicos ou sociais em relação aos contextos onde ocorrem”.



Fotografia 1: Vista do Miradouro de Sta Catarina. Ao fundo, a Foz do Douro. **Autor:** Simão Mata.

Verificamos que a zona suscitou o mesmo tipo de sensações ao primeiro investigador durante a sua etnografia: “É, a nosso ver, uma das zonas mais bonitas do Porto. Estaríamos alienados da nossa vocação de psicólogo ambiental se não fôssemos sensíveis a estes factores de qualidade ambiental, que tornam sem dúvida mais suave a exigência metodológica duma longa permanência no terreno” (Fernandes, 1997, p. 183). E continua mais adiante: “Se revelarmos o factor estético é pela convicção que temos de que um etnógrafo tem de ser alguém que goste realmente dos espaços da cidade onde monta o seu trabalho – o equivalente talvez do gosto do investigador de laboratório pelos seus equipamentos e pela harmonia da sala em que trabalha.” (p. 184).

A zona que estamos a caracterizar situa-se na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, uma das sete freguesias do município do Porto¹⁰¹. Apresentámos abaixo uma imagem retirada do site *Google Street View* sobre a zona envolvente e onde constam os bairros sociais que destacaremos no capítulo seguinte.

¹⁰¹ Em 2013 concretiza-se a reorganização administrativa do país o que levou à união e consequente redução do número de freguesias em Portugal. Antes de 2013, a Cidade do Porto continha 15 freguesias e, depois desse ano, possui apenas sete (sendo três delas fusões de freguesias já existentes no Concelho, como é o caso da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos) (fonte: www.cm-porto.pt).

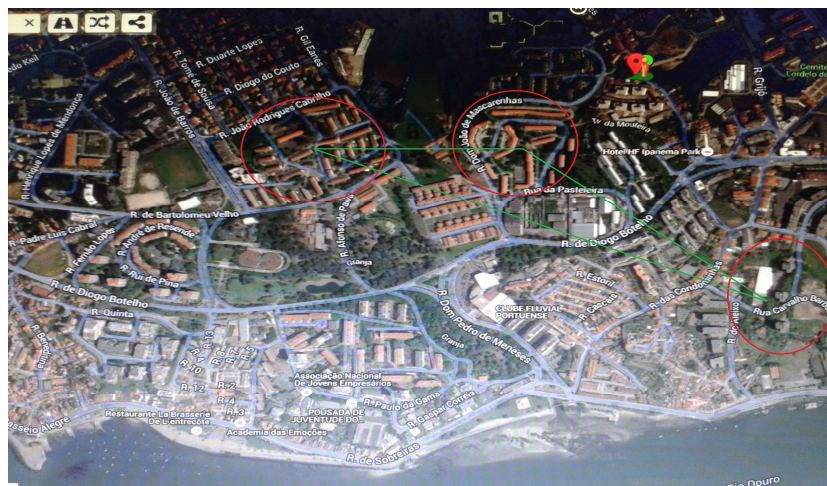


Figura 1: Representação em satélite da zona ocidental do Porto. Com os círculos a vermelho sinalizam-se os bairros do Aleixo (canto inferior direito), Pinheiro Torres (o do meio) e Pasteleira Velha (círculo mais à esquerda). Os três bairros configuram aquilo a que nalguma comunicação social local se designa como o “maldito triângulo da droga” (Jornal de Notícias, 07/09/2014).
Fonte: Google Street View.

O evoluir do trabalho de campo na zona fez-nos perceber que vários consumidores de drogas fortemente agarrados ao “produto” realizavam na zona várias atividades informais com vista a angariar dinheiro para a dose diária. Referimo-nos às imediações da Rotunda da Boavista, suas artérias viárias adjacentes – Rua Júlio Dinis, Rua do Campo Alegre, Avenida de França, Avenida da Boavista – e alguns dos seus desdobramentos, como por exemplo a Avenida do Marechal Gomes da Costa. Esta situação levou à necessidade de alargar as nossas incursões etnográficas à zona envolvente, iniciando-se por vezes aí o trabalho de campo e fazendo posteriormente a aproximação progressiva à unidade de estudo:

“Referia no dia de hoje na secção de “notas de terreno” que me tenho deparado com a presença de muitos consumidores de drogas que vejo nos TP’s¹⁰² na zona da Boavista. Por lá estão a circular, a pedir esmola, a arrumar carros. Isto tem acarretado consequências metodológicas na minha pesquisa nomeadamente na “observação da zona” (...) Muitas das últimas observações que tenho realizado nos TP’s tem sido feito inicialmente na Boavista e só depois é que evolui até aos territórios psicotrópicos” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 10/10/2016).

Foi então que a partir da nossa socialização na zona envolvente nos foi possível aprofundar alguns elementos caracterizadores da mesma. A análise dos nossos dados empíricos permite destacar três desses elementos: - do contraste ao fechamento; - a convivência na zona; - da Fábrica aos Serviços. É sobre o primeiro deles que nos debruçaremos já de seguida.

¹⁰² TP’s é a abreviatura que damos a Territórios Psicotrópicos no nosso diário de campo.

1.1.1. Do contraste ao fechamento – “Lordelo do Ouro (...) é um «caldo» social”

Uma primeira conclusão quando olhamos “de longe” a zona envolvente diz respeito ao contraste da malha urbana que recobre a Unidade de Estudo. Referimos precisamente isso num trabalho anterior: “Dizia-se na primeira investigação tratar-se duma zona da cidade marcada por grandes assimetrias sociais, gerando uma forte visibilidade do contraste entre “bairros degradados”, de que o ícone mediático era o do Aleixo, e zonas residenciais de alto estatuto. Esta assimetria parece ter-se acentuado nestes últimos 20-25 anos, com a construção de condomínios fechados na vizinhança de alguns dos sete bairros camarários da zona (...)” (Mata & Fernandes, 2018, p. 328).

As avenidas e ruas da zona envolvente são marcadas por uma profunda heterogeneidade funcional: presença de atividades comerciais ligadas à Banca e aos Serviços e atividades ligadas ao comércio tradicional, nomeadamente mercearias e serralharias. Além disso, e tal como já referimos anteriormente, foi-nos ainda possível constatar a presença de uma série de atores que, por estarem agarrados às drogas, realizam na zona envolvente uma série de trabalhos informais – essencialmente a pedir esmolas e arrumar carros - com vista à angariação de dinheiro para a dose diária. Alguns deles, particularmente aqueles que além da sua adicção às drogas estão em situação de Sem-abrigo, têm em determinados locais destas avenidas e ruas os seus dormitórios, como se ilustra abaixo:



Fotografia 2: Abrigo de um “agarrado”¹⁰³ na Rua Júlio Dinis situado entre duas delegações de dois bancos: o Santander Totta e o Novo Banco. **Autor:** Simão Mata.

Para que percebamos melhor este contraste da zona façamos um exercício: abandonemos, por alguns momentos, a câmara fotográfica que temos usado para a caracterização da zona envolvente e recorramos antes a uma câmara de filmar. O que propomos agora é que a imagem

¹⁰³ Veremos mais em pormenor, em secções posteriores da monografia, o que queremos dizer com o “agarrado”. De momento dizemos apenas que se trata de um sujeito dependente de drogas duras e que orienta grande parte do seu quotidiano em função delas.

estática da fotografia dê lugar ao movimento da película, que viajemos e analisemos a zona envolvente a partir do filme etnográfico que gravámos através do deambular pela zona¹⁰⁴.

Percorramos agora, com a câmara ao ombro, a Rua Diogo Botelho, no sentido Norte-Sul. A nossa opção por esta rua reside no facto de ela nos permitir ter uma visão de conjunto sobre os referidos bairros enquanto nos deslocamos:



Fotografia 3: Parte da rua Diogo Botelho. À frente, pavilhão da Cofanor (empresa de distribuição de medicamentos) e, ao fundo, os bairros da Pasteleira Nova, Velha e, no final, o Condomínio Fechado Foz Palace. **Autor:** Simão Mata.

No percurso que realizámos ao longo desta rua – algo que fizemos de forma recorrente durante o trabalho de campo – verificámos os processos de dualização territorial que estamos aqui a destacar. Se a dado momento, perto do Hotel Ipanema, nos deslocarmos a pé por ruas paralelas àquela que escolhemos para assentar a nossa filmagem, constatamos facilmente a presença de condomínios fechados de alta envergadura que contrastam com os blocos habitacionais homogêneos de alguns bairros da zona, nomeadamente o Aleixo.

Voltemos novamente à Rua Diogo Botelho, peguemos novamente na câmara e continuemos a descer esta rua. Mais abaixo, depois de passar um posto de abastecimento, quando virámos à direita aproximamo-nos da Rua João de Deus. Aqui temos um cenário urbano bastante semelhante àquele que pudemos perceber mais acima da Rua perto do bairro do Aleixo: condomínios fechados bastante próximos de alguns blocos do bairro da Pasteleira Velha:

¹⁰⁴ Ao propomos esta metáfora da “câmara de filmar” para apresentarmos alguns dos nossos achados etnográficos inspiramo-nos na obra cinematográfica de Dziga Vertov (1896 – 1954), em particular o filme *Homem com uma máquina de filmar* de 1929, onde o autor destaca, *in loco*, as situações de vida em que muitos russos da época viviam, naquilo a que viria a ser consagrado na história do cinema como o *Kino Pravda*. Tal como este realizador também nós tivemos como incumbência a aproximação da lente de observação – no caso de Vertov, a do cinema e, no nosso caso, a da etnografia – àquilo que vimos, observamos e experienciamos durante o trabalho de campo.



Fotografia 4: Condomínios Fechados do Foz Pallace à esquerda e centro da imagem e, à direita, um dos blocos do bairro da Pasteleira Velha. **Autor:** Simão Mata.

Durante os *Go-alongs* e *Go-alones* que realizámos pela zona de Lordelo do Ouro verificamos a existência de moradias, por exemplo, ao longo da Avenida do Marechal Gomes da Costa e que nos levaram à sensação de estarmos perante uma zona frequentada por habitantes com elevado poder económico:



Fotografia 5: Moradia na Avenida do Marechal Gomes da Costa. **Autor:** Simão Mata.

Essa percepção de uma malha urbana rica que contrastava com zonas pobres foi algo que percebemos desde os momentos iniciais da nossa pesquisa. Escrevemos isso, precisamente, no diário de campo:

“Caminhei em direção à rotunda e deixo-me impressionar pelas pessoas que passam nas ruas. Tento captar os movimentos delas, os sons das ruas, os carros a tocarem. Deixo-me levar pela cidade. Qualquer coisa de repente passa-me pela cabeça e decido ir até ao Estádio do Bessa. Desloco-me no 502 até lá, passando pela Avenida da Boavista. Aqui há bancos, restaurantes, hotéis. Apercebo-me daquilo que já tenho concluído a propósito desta zona do Porto: um lado rico, prosperante.” (diário de campo, secção “anotações metodológicas”, 09/09/2016).

A metáfora de um “caldo social” na zona, usada num texto de um dos nativos do bairro da Pasteleira Velha, espelha bem o que queremos transmitir a propósito da mistura social na zona envolvente e da dualização de Lordelo do Ouro:

“Lordelo do Ouro 2015 é um “caldo” social, misto de bairros – uns colados aos outros, com muitos problemas, pobreza, droga, subsidiodependência, alto desemprego, envelhecimento e muita solidão... à mistura com zonas ricas e condomínios fechados” (Raúl Simões Pinto, Texto “Da sirene da Fábrica à da Polícia” no livro *Do Pasteleiro à Pasteleira – nos 50 anos do solar clube*, 2016, p. 30).

No mesmo sentido, o discurso do primeiro investigador, Luís Fernandes, recolhido num encontro organizado pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro – Grupo Ecológico (NDMALO) intitulado “Porto: Contraste social e lutas pelo espaço”¹⁰⁵ permite corroborar a ideia de que esta zona se apresenta fortemente contrastada, algo que era já uma característica dominante aquando da primeira pesquisa:

“A freguesia de Lordelo é uma freguesia fortemente contrastada (...) Muita gente em habitação social, o mesmo é dizer que, em termos teóricos, não têm capacidade económica para adquirir habitação própria, portanto têm que se fazer valer da resposta que a habitação social do Estado fornece (...) E depois alguns núcleos habitacionais de gente do mais rico que há na sociedade portuguesa. Desde logo no outro lado da Diogo Botelho, Belmiro de Azevedo, por exemplo; ou um dos herdeiros da Soares da Costa, (...); as moradias em frente ao Rio, tudo de gente muito abastada (...) Depois já ali no lado da Pasteleira, os Pinhais da Foz, por exemplo” (discurso de Luís Fernandes na sessão intitulada “Porto: Contraste social e lutas pelo espaço” organizada pelo NDMALO a 14/11/2016).

Peguem nas palavras de 2016 do primeiro investigador e façamos um recuo ao seu material empírico - particularmente ao seu diário de campo - sobre a zona envolvente. Em junho de 1992, pode ler-se no diário de campo do primeiro etnógrafo que a zona de Lordelo do Ouro tinha “fortes contrastes” onde a diversidade funcional era uma característica dominante, possuindo desde habitações de luxo (na Av. Marechal Gomes da Costa, Guerra Junqueiro), eixo rodoviário e de serviços (Rua do Campo Alegre), Habitações tipo bairro unifamiliar de classe média (Condominhas, Gomes da Costa), habitações tipo bairro social (bairro da Pasteleira, Pinheiro Torres, R. D. Leonor e Moutada), território algo aparte do Aleixo e Habitação degradada (barracos), zona histórica (Largo do Ouro, com tascas e fado; Arrábida; Serralves); zona panorâmica e habitação de qualidade. As consequências desta arquitetura urbana desigual estão por demais evidenciadas nas palavras de Fernandes (1997, p. 196) que refere a este propósito: “Um resultado disto é o facto de Lordelo se ter tornado numa zona de contrastes sociais, económicos e habitacionais”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. Anexo 4.

¹⁰⁶ O contraste social que estamos a evidenciar para a freguesia de Lordelo do Ouro foi descrito de forma muito pertinente pela jornalista Mariana Pinto do Jornal *Público*, numa peça de 9 de maio de 2010 intitulada justamente “*Lordelo do Ouro: bairro rico, bairro pobre*”. Aqui, a jornalista refere que Lordelo do Ouro é a freguesia que “concentra mais bairros sociais no Porto, mas também é um território de condomínios e hotéis de luxo”. De acordo com a mesma notícia, o número de habitantes nos nove bairros sociais de Lordelo do Ouro é cerca de metade da população total da freguesia – cerca de 11 000 pessoas habitam nestes bairros sociais.

Para concretizar o contraste verificado na sua etnografia, o primeiro etnógrafo citou na sua monografia de terreno um diagnóstico realizado por técnicos de intervenção comunitária da zona de Lordelo do Ouro que referia o seguinte: “(...) de algum modo ligado a esta forte concentração de habitação social, para além obviamente de muitos outros factores, pela simples leitura e análise de alguns dados constata-se que Lordelo do Ouro é um espaço para os problemas sociais como o consumo de drogas, os problemas ligados ao álcool, o insucesso e abandono escolar, a desestruturação e disfuncionamento familiar, etc., atingem proporções preocupantes, o que configura uma situação de particular risco social, sobretudo para a população mais jovem (...) Freguesia de fortes contrastes onde além da habitação social coexistem, não sem conflitualidade, a habitação antiga e degradada e a dita habitação de luxo” (Rodrigues, Oliveira e Oliveira, 1995 cit. in Fernandes, 1997, p. 180). Decorridos 20 anos após a primeira pesquisa, as representações técnicas sobre a zona envolvente são bastante semelhantes. Num documento da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2016) intitulado *Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial* sobre as Uniões de freguesia de Lordelo/Massarelos e Aldoar/Foz/Nevogilde pode ler-se: “(...) Estes territórios (bairros sociais da zona) apresentam vários indicadores que configuram espaços ecossociais de risco, tais com altas taxas de desemprego, elevado nº de beneficiários de RSI, elevado nº de jovens com NEE¹⁰⁷, insucesso escolar, elevado nº de sinalizações para a CPCJ e uma grande percentagem de moradores com baixas qualificações escolares e profissionais”.

Além disso, convém não esquecermos que a zona que estamos a caracterizar se situa numa posição estratégica na cidade do Porto: por um lado, encontra-se afastada do movimento e confusão do centro histórico e a paisagem urbana (proximidade com o rio e o mar) tornam-na um local apazível para viver; por outro lado, contém “quase uma dezena de bairros no seu interior” (Fernandes, 1997, p. 196). Essa posição privilegiada de Lordelo do Ouro fez aumentar a especulação imobiliária sobre a zona, algo que se veio a acentuar ao longo dos anos. Mendes (2012, p. 90-91) refere-se à zona envolvente ao bairro do Aleixo como tendo um “(...) enquadramento paisagístico privilegiado (com uma vista de postal), o que por um lado valoriza esta zona e por outro, a torna num alvo fácil de forte pressão urbanística. Desde há alguns anos que este bairro se encontra cercado por edifícios mais recentes (com muitos apartamentos para venda, por saída da população) e onde residem grupos socioeconómicos mais privilegiados”.

Apesar dos aspetos semelhantes entre a nossa pesquisa e a de Luís Fernandes é possível registar algumas diferenças, nomeadamente no que diz respeito à existência de Condomínios Fechados de que já fizemos alusão atrás. Se no início dos anos 90 estes empreendimentos eram inexistentes, estando embora alguns deles em fase de construção, nos dias de hoje são uma realidade na zona. Em resumo, o contraste que já era verificado na primeira etnografia deu lugar,

¹⁰⁷ Abreviatura para Necessidades Educativas Especiais.

ao longo do tempo, a um fechamento do tecido urbano mais rico da zona. Um dos nossos informantes privilegiados principais, o RS, falou-nos um dia precisamente acerca disso:

“- Sabes o que sinto quando vejo esta zona? Não só por aquilo que vejo do miradouro mas também desde que circulo contigo por aqui, pela zona da Foz, de Lordelo e assim? É uma sensação de discrepância entre zonas de riqueza face a zonas de pobreza...” - disse eu

- E tens razão... - responde o RS

- Não sei se no tempo do Mister as coisas eram assim... - pergunto eu.

- Sim, eram de certa forma. Mas ficaram mais acentuadas agora. Muitas coisas que na altura do Mister não existiam e agora existem. Por exemplo, estás a ver aquela parte dos Pinhais que sai do bairro? Pa aquilo que sai do habitat? Aquilo não existia na altura em que ele esteve cá, aquelas «casaronas». Não é que não existissem essas casas mas as construções novas...

- Vieram acentuar isso, foi?

- De certa forma, sim. – respondeu o RS.” (diário de campo, secção “observações territórios e atores”, 20/04/2015)

Mas, se por um lado, a zona envolvente conheceu um fechamento ao longo dos tempos, amplificando mais o contraste que já se verificava, devemos referir que as habitações precárias – vulgo barracos – são hoje inexistentes¹⁰⁸. Os moradores destes espaços estavam a ser transferidos, na altura da primeira etnografia, para os diferentes bairros distribuídos pela cidade, quer os que estavam situados na freguesia de Lordelo do Ouro quer noutras freguesias da cidade do Porto, ao mesmo tempo em que eram demolidos os últimos barracos na zona. Esses conjuntos habitacionais encontravam-se no atual Parque da Pasteleira - então Mata da Pasteleira - adjacente à Rua Diogo Botelho. Esse local é hoje um espaço para fruição ao ar livre, com diversos lagos e vários espaços verdes que permitem um agradável contacto com a natureza.

Durante o nosso trabalho de campo, pudemos conversar com alguns atores que habitaram esses conjuntos habitacionais. Essas construções precárias e informais eram descritas como tendo fracas condições de higiene onde se destacava, por exemplo, a ausência de saneamento, a dificuldade de acesso a água canalizada e inexistência de eletricidade. Esta situação levava a que os moradores realizassem as designadas “puxadas” de eletricidade para os barracos. Voltemos novamente ao discurso nativo, em particular ao de Raúl Simões Pinto, que nos descreve os barracos da seguinte forma:

“Nestes anos oitenta dou a volta pela zona, registo as barracas nas matas da Pasteleira e nas traseiras do Bairro Nuno Pinheiro Torres, dezenas delas, uma enorme cidade metida no meio de pinheiros com antenas de televisão, automóveis, cabos de luz vindo dos bairros anexos ou retirados das baixadas dos candeeiros da iluminação pública. A água em bidões enormes, provinda da Fonte das Ratas, límpida fresca e com sangue liberal ou do especial fontanário público colocado, perto das casas de lata. Lá dentro, uma confusão de famílias, votadas no salve-se quem puder, numa guerra de sobrevivência nacional; jovens com filhos que rastejam pela mata aos gritos de pão, com barrigas em forma de gravidez. (...) Localizo uma barraca com a bandeira do Salgueiros, cartazes do Motocross, nichos com santos padroeiros e cães a

¹⁰⁸ Não queremos com isto dizer que o “problema” dos barracos foi algo que correspondeu ao passado no que ao combate à pobreza e à promoção da habitação diz respeito no nosso País, em particular na área metropolitana de Lisboa e do Porto. A este respeito, diga-se que, de acordo com uma revisão ao Plano Especial de Realojamento (PER) realizado em maio de 2013 (altura em que o programa fez 20 anos) cerca de nove municípios das duas principais áreas metropolitanas (Porto e Lisboa) não tinham concluído a execução do referido programa: cinco na AM de Lisboa (Almada, Amadora, Loures, Odivelas e Seixal) e quatro na AM do Porto (Espinho, Maia, Matosinhos e Póvoa de Varzim) (Fonte: Lusa em notícia do Jornal *Público* online, dia 15 de abril de 2017).

ladrar continuamente. (Raúl Simões Pinto, novembro de 1984, texto *A viela dos mortos*, livro *Pasteleira City* de 1994/1999)¹⁰⁹

A leitura do diário de campo da primeira investigação – em particular as primeiras entradas e as primeiras “impressões” da zona por parte de Luís Fernandes – permite-nos constatar a existência dos últimos barracos na Mata da Pasteleira¹¹⁰. Quando o primeiro investigador se refere a elas apresenta-nos a sensação de contraste que já enunciamos atrás, onde essas habitações precárias dualizavam com zonas de elevado estatuto socioeconómico. Essa dualização é descrita logo após as primeiras incursões na zona juntamente com um técnico de intervenção comunitária de Lordelo do Ouro, o A.¹¹¹:

“Saída do bairro das Condominhas, regressamos à Rua das Condominhas, que desce até à zona onde está implantado o Fluvial (“Zona do Ouro, Largo do Ouro”, explica-nos o A.), junto ao rio. Aí subimos até à Rua Diogo Botelho.

- “Isto aqui é bonito” – o A. refere-se ao arruamento por que subimos (...) ajardinado e verde dum lado. Chegamos à D. Botelho, viramos para norte:

- “Isto aqui é a barracada” - refere-se à concentração de barracos na mata da Pasteleira: - “Estão a desmantelá-los. Já estão a ser realojados noutro lado” – (diário de campo Mister, 26/06/1992).

A sua construção era bastante precária, socorrendo-se de material pouco consistente, nomeadamente cartão ou chapa para fazer de abrigo. No diário de campo de Luís Fernandes, estas estruturas eram descritas da seguinte forma:

“Olho a concentração de barracos. Materiais vários na sua construção. Luz pelas pequenas janelas de alguns. O RS recorda os tempos em que ali era só mata, sem barracos. Vê-se que tem saudades desse tempo. O tempo em que, como conta, o sítio onde está o PT era um grande charco onde o pessoal tomava banho” (diário de campo Mister, 21/12/1992).

¹⁰⁹ Apesar de não termos contacto com a realidade vividas nos barracos, a partir do excerto do texto de Raúl Simões Pinto referido acima e das conversas que estabelecemos com alguns moradores dessas habitações informais, sentimos grandes aproximações entre a realidade ali vivida e a descrita pelo realizador italiano Ettore Scola (1931 – 2016) no filme *Feios, Porcos e Maus* (1976) a propósito de alguns habitantes dos subúrbios de Roma.

¹¹⁰ Os nossos dados empíricos não nos autorizam, em nome do rigor e da objetividade na análise dos mesmos, a aprofundar a problemática dos barracos no contexto de pesquisa, muito menos os discursos políticos, legislativos e sociais que estiveram na base da erradicação deste do fenómeno em Portugal. Compete-nos referir apenas que a preocupação crescente das entidades políticas de finais dos anos 70 e ao longo dos anos 80 se materializou, no início dos 90, no designado Programa Especial de Realojamento (PER), concretizado num Decreto-Lei de 1993 (Decreto-Lei nº 162/93 de 7 de maio) que visava: “A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitem a criação de condições que permitam a sua total extinção.” (diário da República, Dec-Lei 162/93 de 7 de maio, p. 2381). As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto foram as áreas de intervenção prioritária do referido Programa por serem as zonas onde “tais carências mais se fazem sentir (...)” (Dec. Lei 162/93 de 7 de maio, p. 2381). Para uma análise histórica e sociológica detalhada sobre os processos de realojamento nos anos 90, ver Salgueiro (1977) ou, mais recentemente, Cachado (2013).

¹¹¹ O A. era um técnico de intervenção comunitária na zona de Lordelo do Ouro na altura da primeira investigação. Decorridos 25 anos, ainda continua a sê-lo. De referir que foi por intermédio deste ator social que o primeiro investigador residiu, durante intensiva da sua pesquisa, no bairro Pinheiro Torres (casa situada no bloco 11). No que à nossa revisitación diz respeito, socorremo-nos da ajuda do A. para, durante a fase intensiva, termos um gabinete de trabalho no bairro das Condominhas. Para a apresentação detalhada desta situação, ver secção metodológica do presente trabalho.

Vejamos agora a forma como o primeiro investigador nos fala, decorridos 25 anos após a sua investigação, acerca deste tipo de construções precárias:

“(...) aquela merda tinha mau aspeto, parecia um cenário de filmes do neorealismo italiano, sozinho não ia para lá, mas com o RS cheguei a passar muitas vezes lá” (diário de campo, secção “conversas com o Mister”, 17/11/2017).

Em suma, podemos afirmar que o contraste existente na zona deu lugar, com o passar do tempo, a um fechamento dos conjuntos habitacionais mais ricos face à restante malha urbana, nomeadamente os bairros sociais. Por outro lado, a nossa revisitação não permite constatar a existência de barracos na zona, algo que se encontrava presente, embora já em fase de desaparecimento, na etnografia inicial.

O contraste e o fechamento da zona que destacámos neste subcapítulo acaba por ter reflexos na convivência e na socialização dos diferentes atores. É precisamente sobre isso que falaremos já de seguida.

1.1.2. A convivência na zona – “Os que são das moedas e os que são das notas”

A existência de uma malha urbana rica ao redor da nossa unidade de estudo tem reflexos e efeitos psicológicos nos moradores dos bairros sociais da zona. Desde logo, a convivência próxima e diária que os habitantes destes bairros fazem com os moradores desta parte rica traduz-se numa perceção de liberdade ou de prisão quer se more num Condomínio Fechado ou num bairro social da zona respetivamente. Esta situação foi-nos referida de forma muito evidente por um morador do bairro da Pasteleira Nova, o Zé Flecha¹¹², de 65 anos:

“ (...) Sabes aquela sensação de um gajo que não está bem aqui e mete-se noutro lado, a liberdade... A liberdade que os ricos têm pa e que nós, por exemplo, aqui no bairro, não temos. Estamos “aprisionados” e acorrentados nisto, por mais que queiramos nunca saímos deste sítio, deste lugar... Nesse sentido, estamos presos.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/12/2016).

A este propósito, o RS disse-nos que essa diferença se deve a “quem é das moedas e quem é das notas”:

“- Pa, oh Simão, e esta zona aqui dos Pinhais, tu bem vês.... É zona de ricos, meu... Um gajo olha e até bate mal com os carros e os desfiles de roupas bonitas... Ali tens os condomínios fechados do Foz Pallace e depois logo ao lado o bairro da Pasteleira... Basta veres – apontava lá para o fundo para o bloco 24 – para veres logo a diferença que estou a falar...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/12/2016).

¹¹² Retomaremos a trajetória deste ator social na secção *Os atores da revisitação*.

Mas essas zonas ricas, muitas vezes adjacentes às mais empobrecidas da zona, não são realidades opacas, mas sim comunicantes entre si. A sua permeabilidade e comunicabilidade permite que, por exemplo, alguns atores provenientes dos bairros sociais da zona e fortemente agarrados às drogas passem grande parte do seu quotidiano nos locais mais ricos e realizem aí uma série de trabalhos informais (principalmente a arrumar carros) bem como a pedir esmolas, de modo a angariar o dinheiro suficiente para comprar a “dose diária”. Estão na zona a “fazer-se à vida”¹¹³ e quando fazem dinheiro suficiente para comprar uma dose deslocam-se a algum local de venda para comprar “produto”; consomem-na e, quando o efeito já terminou e a necessidade de uma outra base de coca ou pacote de heroína se intensifica, voltam novamente à zona para aí tentar arranjar o dinheiro suficiente para uma nova dose, e assim sucessivamente.

Não é estranho considerar, portanto, que alguns *junkies* realizem ao longo do dia uma série de movimentos pendulares entre estas zonas mais abastadas e os territórios psicotrópicos situados no interior de alguns bairros¹¹⁴. A esse movimento pendular de alguns agarrados chamamos, no nosso diário de campo, de “vaivém urbano”:

“O bus chegou e levou-me até aos Pinhais da Foz. Sai mesmo na paragem com esse nome. Eram sensivelmente 17h10. Pelo caminho até ao tasco do M. vi uma rapariga dos seus 30 e poucos anos a pedir esmolas numa esplanada de um dos cafés dos Pinhais da Foz. Tem uns calções vermelhos e pernas muito magras. Depois vai para outra esplanada de outro café e pede esmola com a palma da mão voltada para cima. Vai de pessoa em pessoa. Ninguém lhe dá nada. (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 16/07/2015).

“Tenho verificado, por várias vezes, que a zona da Boavista está sempre com presença de indivíduos (*junkies*, diria eu...), que estão por ali ou a dormir (por exemplo na Avenida da Boavista, na Rua Júlio Dinis, etc...), ou a arrumar carros, ou a pedir (lembro-me, por exemplo, do RD e do JL que costumam estar a pedir em frente a um café situado na Rotunda da Boavista). Noto que há nestes sujeitos um vaivém entre estes locais mais ligados à zona da Boavista e os territórios psicotrópicos. Quando estão nos territórios psicotrópicos estão a comprar e a consumir, quando não estão lá, estão nas zonas da Boavista a fazer trabalhos informais ou a pedir para arranjar dinheiro para a sua dose diária. (diário de campo, secção de “notas de terreno”, 10/10/2016).

O facto de alguns atores das drogas aí realizarem trabalhos informais acaba por levar ao estabelecimento de uma relação de confiança com sujeitos de classes sociais mais abastadas. Assistimos, várias vezes, ao trabalho que alguns *junkies* faziam nos estabelecimentos comerciais da zona ajudando, por exemplo, na carga e descarga de mercadorias para as lojas e mercearias, bem como a doação, por parte dos proprietários de alguns cafés, de produtos alimentares. Constatamos também relações de confiança entre alguns arrumadores de automóveis e os

¹¹³ Trata-se de uma expressão nativa que serve para designar as estratégias de um adicto para angariar dinheiro para a droga.

¹¹⁴ Referimo-nos, principalmente, àqueles atores que não tendo possibilidade de participar nas dinâmicas dos territórios psicotrópicos de modo a angariar dinheiro para o “produto” têm que se deslocar para fora do bairro de modo a conseguirem arranjar dinheiro para a dose.

automobilistas. Escrevíamos o seguinte no nosso diário de campo sobre o trabalho de um arrumador:

“O MM falou comigo sobre o seu trabalho (arrumar carros). Mostrou-me um papel que tinha no bolso com uma matrícula de um carro. Disse que estava encarregue de tomar conta daquele carro, que foi o dono que lhe disse. O MM levou aquilo a sério, dizendo-me que quando viu que o carro estava a ser assaltado tratou logo de ver a matrícula e chamar imediatamente a polícia. “Já não é a primeira vez que a polícia me agradece” (diário de campo, 10/07/2011).

Além do contraste na zona que demos conta acima percebemos, desde a fase exploratória, que essa malha urbana era densa e, sobretudo, carregada de dinâmicas e fluxos de diferentes tipos. O tecido urbano que encobre a zona é, por isso, marcado pela heterogeneidade dos atores e das sociabilidades entre os mesmos. A zona que estamos a caracterizar apresenta diferentes tipos de ator - desde trabalhadores de delegações bancárias e agências de Seguros, entre outros trabalhadores dos Serviços, Médicos, Advogados, Operários Fabris e da Construção Civil até sujeitos que procuram na zona angariar dinheiro para comprar a dose diária de “produto”.

Um outro aspeto da zona diz respeito à elevada presença de turistas de diferentes proveniências e nacionalidades, principalmente na zona do Largo do Ouro¹¹⁵. Ali, turistas de vários países costumam conviver com os atores locais nos tascos que existem ao longo da marginal do Douro. Esta frequência de turistas acontece ao mesmo tempo em que alguns *junkies* pedem esmolas nas esplanadas, outros arrumam carros no Largo do Ouro e alguns realizam trabalhos informais nos barcos de pesca e nos cafés da marginal de forma a fazer algum dinheiro para o consumo de drogas. Às terças-feiras à tarde é possível assistir a sessões de fado nalguns desses estabelecimentos, onde se costumam reunir várias pessoas para assistir ao espetáculo, o que mostra a heterogeneidade dos atores e das atividades da zona.

¹¹⁵ Convém referir que este dado não pode ser dissociado daquilo que acontece num âmbito mais global das cidades portuguesas e, em particular, da cidade do Porto. Falámos do “boom” turístico dos últimos anos e que conduz ao aumento dos preços das habitações por efeito da pressão turística. De acordo com Frederico Paula, secretário-geral da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH): “Os centros históricos são muito heterogêneos e os problemas não são iguais no norte, litoral e interior, mas há um problema que começa a surgir com mais força: é a chamada gentrificação, a expulsão dos residentes tradicionais e a transformação dos centros históricos em zonas turísticas, eu diria quase como parques temáticos” (Jornal de Notícias, 28 de março de 2018, p. 26). De acordo com o mesmo Jornal, na sua edição de 05/12/2018: “O Porto atraiu 2.39 milhões de turistas, mais 13.4% do que no período homólogo”, situando-se já no Top 100 das cidades mais visitadas do Mundo (ocupa o 96º lugar).



Fotografia 6: Os tascos da marginal do Douro. **Autor:** Simão Mata.



Fotografia 7: Momento de convívio, durante a tarde, num dos tascos da Marginal. Frequentámos várias vezes este tasco durante o trabalho de campo. Era também um local de “poiso” do primeiro etnógrafo. **Autor:** Simão Mata.

A convivência na zona que estamos a dar conta apresenta bastantes semelhanças com a caracterização que o primeiro etnógrafo fez sobre este aspeto, nomeadamente uma sobreposição entre espaços normativos e desviantes:

“Os espaços desviantes e normativos cruzam-se e sobrepõem-se, através da itinerância dos seus atores. Não há uma “cidade desviante” incomunicável. Há imbricações e o mesmo ator gere-se em espaços desviantes e normativos com igual familiaridade” (diário de campo Mister, 10/11/1992).

Referia o primeiro investigador, no início dos anos 90, que a zona envolvente aos territórios psicotrópicos alvo de caracterização era uma “perfeita zona intersticial: rústico/rural, urbano/industrial, serviços...” (diário de campo Mister, 29/06/1992). Esta conclusão do primeiro investigador foi por nós corroborada cerca de 20 anos depois, sendo a zona caracterizada por espaços que se sobrepõem constituindo-se como áreas intersticiais de múltiplas sociabilidades.

Avançamos, já de seguida, para o último elemento caracterizador da zona envolvente que decidimos apresentar e que dá conta de uma mutação que já se tinha iniciado aquando da primeira pesquisa e que se veio a intensificar após o seu término: o setor terciário como principal setor empregador da zona face ao primário e secundário.

1.1.3. Das Fábricas aos Bancos e Seguros – “Lordelo era nessa altura um dos pulmões industriais do Porto”

Além dos aspetos atrás referidos, é possível constatar que a zona envolvente contém bastantes pavilhões industriais abandonados e outros, ainda que em menor número, em laboração. Se continuarmos a caminhar com a câmara de filmar pela zona não nos faltam exemplos das inúmeras fábricas inactivas ou em abandono. Vejamos a forma como descrevíamos o contexto que rodeia alguns bairros enquanto descíamos a pé a Rua Diogo Botelho:

“Desço a rua e vejo à minha direita alguns bairros da zona: primeiro de todos, o bairro de Lordelo. Vejo que tem uma placa a assinalar a data de construção deste bairro. Mais abaixo vejo o Pinheiro Torres e, mais acima, vejo os blocos da Pasteleira Nova. Visto daqui de cima, verifico que estes três territórios criam a forma de uma linha côncava. Na parte interior da curva está a antiga fábrica do PT bem como as outras fábricas que aqui existem. É como se estes três territórios se curvassem para receber no seu interior os pavilhões das fábricas. É mesmo visível a esta distância uma chaminé de uma das fábricas que se destaca das outras que aqui existem.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 11/01/2016).

O excerto acima mostra, de forma clara, que a indústria existente na zona se encontra em relação estrita com os bairros sociais, designadamente pela sua proximidade física. Esta proximidade tinha como principal objectivo diminuir o tempo de deslocação dos operários face aos seus locais de trabalho, diminuindo com isso o tempo despendido no trajeto casa-fábrica/fábrica-casa. Durante o trabalho de campo percebemos que muitos atores com que conversamos trabalhavam ou já tinham trabalhado nalguma dessas fábricas de Lordelo do Ouro¹¹⁶.

Percebemos facilmente a importância da indústria na zona de Lordelo do Ouro quando lemos o texto de Raúl Simões Pinto intitulado *Da sirene da fábrica à da polícia* do livro intitulado *Do Pasteleiro à Pasteleira – nos 50 anos do Solar Clube*. Vejamos a forma como este morador do bairro da Pasteleira Velha evoca o declínio da indústria na zona envolvente:

¹¹⁶ Com a perda de importância da indústria na zona envolvente, que se traduz em vários pavilhões industriais abandonados, não é de estranhar que muitos habitantes dos bairros sociais de Lordelo do Ouro vivam hoje numa situação de desemprego de longa duração e subsistam com bastantes dificuldades económicas no seu dia-a-dia. Essa situação é tão mais grave quando verificámos que grande parte deles apresentam baixas escolarizações e as suas trajetórias laborais assentam, sobretudo, em empregos pouco qualificados, nomeadamente no setor fabril. O que dizemos agora terá maior concretude quando apresentarmos, nos capítulos seguintes, alguns dados socioeconómicos referentes aos bairros sociais considerados.

“Acordava nos anos 60 do século passado, com o barulho das sirenes das fábricas que se amontoavam nas ruas e calçadas desta freguesia. Lordelo era nessa altura um dos pulmões industriais do Porto. As fábricas eram portentosas e davam trabalho a uns milhares de operários. Eis alguns exemplos mais conhecidos e comuns: Os Fósforos, A Alumínia, os Parafusos, a Secil, os Lanifícios de Lordelo (ou a Fábrica dos Panos), a Sisol, a dos óleos e sabões, o Azevedo, as Fundições, os Caldeireiros, a Veludo, enfim, mais as dezenas de oficinas que se apinhavam desde a marginal do Ouro até Serralves (...)” (Raúl Simões Pinto, 2016, p. 29).

Descendo a Rua Diogo Botelho no sentido da Foz e ficando o bairro das Condomínhas do lado esquerdo e o Pinheiro Torres à direita avistamos, do nosso lado direito, um enorme descampado que é atualmente um dos locais de consumo de drogas da zona ocidental do Porto. Quando ainda decorria a fase exploratória, existia nesse local uma fábrica abandonada – a antiga fábrica Alumínia - que era apropriada por alguns toxicodependentes de rua que aí consumiam drogas e/ou dormiam em cubículos dispersos no interior da antiga fábrica¹¹⁷. As imagens que mostrámos abaixo ilustram a mutação que estamos a tentar caracterizar neste subcapítulo: a metáfora da fábrica em ruínas.



Figura 3: Pavilhões da Fábrica Alumínia, perto do bairro Pinheiro Torres, no início dos anos 90. **Fonte:** Imagem retirada da monografia do primeiro etnógrafo (Fernandes, 1997).

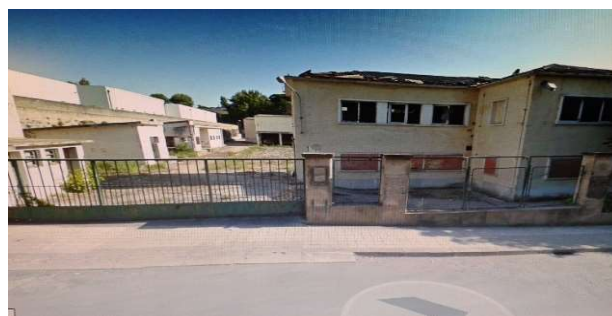


Figura 4: Pavilhões da Fábrica Alumínia durante a fase exploratória da nossa pesquisa (2009-2013). **Fonte:** Google Street View.

¹¹⁷ Retomaremos a “Fábrica do PT” nos capítulos seguintes quando estivermos a descrever o território psicotrópico do bairro Pinheiro Torres.



Fotografia 8: Zona onde estava a antiga Fábrica Alumínia. Fotografia de novembro de 2016.
Autor: Simão Mata.

Por outro lado, se na zona do Fluvial, virarmos à esquerda em direção ao Largo do Ouro encontrámos, mais adiante, a designada “Escarpa do Aleixo”¹¹⁸. Esta escarpa era, outrora, um local de passagem de populações que se deslocavam de outras zonas da cidade do Porto, nomeadamente de Vila Nova de Gaia, para Lordelo, para aí trabalharem nas fábricas:

“Subimos pela escarpa do Aleixo. O Lagarto diz-me que se trata de uma zona que era muito recorrida por pessoas que vinham trabalhar para as fábricas de Lordelo em tempos passados; algumas delas vinham do lado de Gaia na lancha, atravessando o Rio.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/01/2017).

Contudo, essa Escarpa é hoje um local usado por alguns consumidores de drogas para aí realizarem os seus consumos, principalmente dentro de automóveis que aí estão estacionados. A Escarpa não é mais o lugar de passagem para a fábrica como outrora sendo atualmente o sítio de passagem para os “paraísos artificiais” de Boudelaire:

“À medida que subíamos estavam carros estacionados com pessoas lá dentro. Vi pelo menos três ou quatro carros. Um deles estava com uma toalha a tapar os vidros da parte de dentro. Vi que estavam pessoas no interior do automóvel pois a toalha mexia-se de vez em quando e aparecia uma cabeça a espreitar para fora. Mais à frente, vejo dois sujeitos na casa dos 40 anos a “chutar”¹¹⁹ dentro dum carro (não me lembro a marca). Vi o fulano que estava no lugar do pendura com a manga da camisa para cima e um garrote. Olha-me e desce a camisa. Viro olhar para outro lado.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/01/2017).

A situação vivida outrora na Escarpa enquanto lugar de passagem para a fábrica é também, tal como os pavilhões das fábricas abandonadas de Lordelo, a metáfora da indústria em declínio na zona sendo, nos dias de hoje, convertidos em locais de concentração de toxicodependentes que aí realizam os seus consumos. Era também nos pavilhões de uma Fábrica de fundição de metais da zona, entretanto já desativada, que muitos toxicodependentes se reuniam para consumir drogas e

¹¹⁸ Termo nativo dado para uma das entradas/saídas do bairro do Aleixo. Quando, nos capítulos seguintes, estivermos a descrever o bairro do Aleixo, veremos que este bairro apresenta três entradas. Uma delas é a Escarpa de que estamos agora a falar.

¹¹⁹ “chutar” – termo nativo que designa o consumo injetado de drogas.

pernoitar durante os anos 90. Hoje, decorridos mais de vinte anos, não há vestígios dessa fábrica no local, erguendo-se ali um Condomínio Fechado, situado na rua do Aleixo. Esta situação configura práticas de colonialismo urbano (Fernandez, 2014) e não pode ser desligada da beleza da zona que destacámos no primeiro subcapítulo, tornando o local particularmente atrativo para as classes sociais mais abastadas.

A propósito da desindustrialização em Lordelo do Ouro, Raúl Simões Pinto refere: “Antigamente, os operários vinham de bicicleta para o trabalho (as pasteiras), hoje são os toxicodependentes que surgem montados nas novas pasteiras para se drogarem, de manhã, à tarde e à noite, na antiga fábrica Alumínia” (Pinto, 2016, p.30). De referir que durante a primeira etnografia, a Escarpa era já de utilização frequente por parte dos utilizadores de drogas para aí consumirem as substâncias compradas nalguns dos territórios psicotrópicos da zona. Aquilo que encontrámos na nossa revisitação sobre este local não difere, portanto, de forma muito significativa, daquilo que Luís Fernandes já destacou na sua etnografia.

É frequente, por exemplo, na zona envolvente a existência de atividades económicas ligadas aos Serviços (tais como atividades bancárias, seguros e hotelaria).



Fotografia 9: Delegação do banco Santander Totta na Rua Júlio Dinis. **Autor:** Simão Mata.



Fotografia 10: Mais uma delegação do banco Santander Totta na Rua do Campo Alegre. **Autor:** Simão Mata.



Fotografia 11: Mais uma delegação do banco Santander Totta e, ao lado, da ABANCA. Ambas estão situadas na Avenida da Boavista. **Autor:** Simão Mata.



Fotografia 12: Hotel Fénix na Rua Gonçalo Sampaio. **Autor:** Simão Mata.

A partir daquilo que nos foi possível concluir sobre a zona na primeira investigação – principalmente sobre a freguesia de Lordelo do Ouro – percebemos que, já nessa altura, o setor fabril, enquanto setor empregador, se apresentava em forte declínio. Paralelamente a isso, recrudescia o setor dos Serviços. Fernandes (1997), tendo por base dados provenientes da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro de 1993, refere que 88% do tecido empresarial correspondia a empresas de tipo comercial, sendo as de carácter industrial de apenas 12%. Refere ainda que entre 1980 e 1990 houve um aumento de 43.2% nas unidades referentes ao Comércio e aos Serviços. Esta situação levou Fernandes (1997, p. 196), em jeito de síntese, a referir o seguinte: “A imagem com que se abre este capítulo pretende ilustrar este processo de perda de importância do tecido industrial (simbolizado pela imagem da fábrica em ruínas) e de ascensão do papel do sector dos serviços (simbolizado pela imagem duma das unidades hoteleiras mais importantes do Porto)”.

Importa que levantemos, de momento, a seguinte questão: como evoluíram, no espaço de 20 anos, os empregos por setor de atividade em Lordelo do Ouro? Os dados do último Censos para a população portuguesa (2011) mostram que o emprego por setor de atividade nesta freguesia portuense reforça a tendência que já havia sido registada dos anos 80 para os 90. Vejamos a tabela abaixo que mostra a evolução dos empregos por setor antes, durante e após a primeira etnografia:

Tabela 2 – População empregada por ramo de atividade em Lordelo do Ouro em 1981, 1990 e 2011 (%).

	Setor Primário (%)	Setor Secundário (%)	Setor Terciário (%)
1981	0.8	37.7	61.5
1990	0	40.8	59.2
2011	0.4	14.7	84.9

Fonte: Fernandes (1997) e Instituto Nacional de Estatística (Censos, 2011).

Como se pode constatar na tabela acima, para o ano de 2011, 84.9% da população empregada em Lordelo do Ouro encontrava-se a trabalhar no Setor Terciário, 14.7% no Setor Secundário e apenas 0.4% no Setor Primário. Ou seja, comparando com os números avançados na primeira investigação para os mesmos indicadores percebemos claramente que o Setor Secundário apresentou uma diminuição de 26.1% entre 1991 e 2011 e que o Setor Terciário registou um aumento de 25.7% para o mesmo período temporal (Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011¹²⁰).

¹²⁰ Acedido em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

Façamos agora um pouco mais de *zoom* na lente de observação que temos usado para apresentar os resultados da zona envolvente e foquemos agora, com maior pormenor, a nossa unidade de estudo. Eis que ficam no nosso foco de observação os três bairros que destacámos no nosso trabalho de campo – o bairro do Aleixo, o Pinheiro Torres e a Pasteleira Velha. É sobre eles que realizaremos, já de seguida, uma breve caracterização, socorrendo-nos quer de elementos sociodemográficos quer de elementos que se relacionam com a nossa experiência etnográfica. À semelhança daquilo que fizemos para este subcapítulo que agora termina, realizaremos uma aproximação entre os dados da nossa revisitação com os da primeira etnografia, procurando destacar as diferenças e semelhanças encontradas nos dois períodos considerados.

1.2. Os bairros sociais de Lordelo do Ouro

Quando mantemos a nossa lente etnográfica em *zoom* intermédio, mas suficientemente próxima para que foquemos os bairros sociais da zona, emerge uma novidade face àquilo que era possível constatar na etnografia de Luís Fernandes. Falámos da existência de um novo bairro, a Pasteleira Nova, situado entre o Pinheiro Torres e a Pasteleira Velha. Sobre ele dissemos o seguinte: “ (...) com a finalização e povoamento de um novo bairro social, que estava em construção na altura da primeira investigação e que adquiriu em pouco tempo já o estatuto de “problemático”” (Mata & Fernandes, 2018, p.328). O seu ambiente caracteriza-se pela venda de drogas duras e a sua organização psicotrópica é bastante semelhante à que se verifica, por exemplo, no bairro do Aleixo, nomeadamente no que concerne ao seu elevado fechamento e defensividade relativamente ao exterior.

Quando o primeiro investigador realizava o seu trabalho de campo, este bairro encontrava-se ainda em construção. Vejamos a forma como o RS se referia a ele nessa altura:

“Ao passarmos ao lado dos blocos que andam a construir, prolongamento do bairro da Pasteleira que a vai ligar ao PT, ocupando espaço que até agora era mata, diz o RS:

- Isto aqui vai ficar uma coisa... Não deixam espaço entre os blocos, estão a pôr tudo junto. Isto vai dar problemas...

- De que género?

- Muita gente aqui! Já há lá muita agora, depois outras... É um território muito exíguo para tanta gente” (diário de campo Mister, 24/11/1992).

Em dezembro de 2014, o RS falou-nos da perigosidade da Pasteleira Nova, confirmando-se o seu prognóstico dos anos 90:

“- Estou, aqui estou à vontade (Na Pasteleira Velha). Mas fora do bairro não me meto muito. Então na Pasteleira Nova, meu Deus, esquece. Aquilo ali reúne-se tudo pah, muito perigoso. Inclusivamente

Ciganos, temos de falar assim. Muito tráfico ali pah, ambiente pesado. – diz o RS enquanto toma o seu copo de vinho.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 17/12/2014).

A perigosidade associada ao “Bairro Novo”¹²¹ foi também bastante referida por outros atores com quem contactamos no decurso do nosso trabalho de campo, nomeadamente por alguns técnicos de intervenção comunitária. Uma das técnicas referiu-se ao Bairro da Pasteleira Nova da seguinte forma:

“- Aquilo está muito “marcado” (termo dela). Mesmo os técnicos que fazem os domicílios e que se têm que deslocar lá é grande filme. Até têm que se identificar antes de entrar lá, pelos capeadores, pessoal que está a capear no bairro¹²². E, aliás, muitos deles já sabem quem vai lá e dizem logo mal os veem «pois, é o técnico da [identifica o nome da instituição], não é?», perguntam logo, alguém lhes diz que vem cá tal e tal... Optamos antes por ligar para lá. Mas no outro dia fui lá, mas é muito difícil entrares ali, via-se o movimento e tal mas entrar não... - diz a LA.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 29/09/2016).

Vive-se um clima de insegurança entre os moradores deste bairro: “Ouço tiros todos os dias. Venho para a casa de noite e estou sujeita a levar com um tiro na cabeça. A gente chama a Polícia e eles nem aparecem”, diz uma moradora em declarações ao Jornal de Notícias (JN) a 23/12/2015.

Uma outra diferença entre as duas etnografias quando mantemos a nossa lente etnográfica em *zoom* intermédio diz respeito ao bairro do Aleixo. Este bairro apresentava, na altura em que terminámos o trabalho de campo¹²³, três torres em vez das cinco que possuía desde 1976 (ano da sua construção) bem como na altura da primeira etnografia. Quando iniciámos a fase exploratória, continha ainda as cinco mas duas delas foram demolidas durante essa fase da nossa investigação: a Torre 5, a 16 de dezembro de 2011 e a Torre 4 a 12 de abril de 2013.

Depois de apresentarmos brevemente as primeiras impressões sobre a zona envolvente, passemos a apresentar, já de seguida, alguns elementos sociodemográficos dos três bairros da nossa Unidade de Estudo. Estabeleceremos ainda paralelismos com aquilo que era possível encontrar na investigação de Luís Fernandes.

1.2.1. Alguns dados sociodemográficos¹²⁴

Uma visão panorâmica sobre a zona de Lordelo do Ouro, auxiliada com os documentos que fomos recolhendo ao longo da pesquisa, permite-nos constatar que a União de Freguesias de

¹²¹ “Bairro Novo” – expressão nativa com que o bairro da Pasteleira Nova também é designado por alguns nativos.

¹²² Veremos, mais adiante, o que é um capeador bem como a sua função nos territórios psicotrópicos.

¹²³ Atualmente, o bairro do Aleixo foi completamente demolido.

¹²⁴ Os dados sociodemográficos que apresentaremos tanto para os bairros da zona envolvente como para cada um dos bairros em particular foram-nos fornecidos pela Domus Social, E.M. em dezembro de 2016.

Lordelo do Ouro e Massarelos possui atualmente 10 bairros sociais¹²⁵, sendo que o número total de bairros na Cidade do Porto é de 46, distribuídos pelas diferentes freguesias.

Quando analisámos as pirâmides etárias dos bairros sociais considerados verificamos o envelhecimento da população residente entre as duas etnografias: na primeira metade da década de 90, a população mais jovem é em maior número do que a população mais velha. Para o início dos anos 90, e para o caso do bairro da Pasteleira, a faixa etária dos 20-25 anos é aquela que detém maior número de moradores do bairro. Quando olhámos para o ano de 2011, verificámos que a faixa etária com maior expressão é a faixa etária dos “maiores do que 65 anos”, estando as faixas etárias juvenis claramente sub-representadas.

Aproximemos agora um pouco mais a lente etnográfica e foquemo-nos na freguesia de Lordelo do Ouro. Para o ano de 2011, das 8747 famílias que moravam na freguesia, 5037 delas habitavam nalgum dos nove bairros existentes. Ou seja, mais de metade das famílias de Lordelo do Ouro (58%) morava em habitação social, ocupando os 2235 fogos disponíveis. Dessas famílias, 34% tinham entre 45 e 64 anos, 22% tinha mais do que 65 e 21% tinha entre 25 e 44 anos. Apenas 8% dos residentes possuía idade inferior a 14 anos. Dentro da população inactiva, 61% da população residente é reformada, 36% é estudante e 3% é doméstica.

Relativamente à situação profissional dos agregados e inquilinos da habitação social de Lordelo do Ouro, 51% são ativos sendo que 47% consideram-se em estado “não ativo” para o mercado de trabalho. Fruto do envelhecimento populacional da zona, não é de estranhar que a maior parte (41%) dos rendimentos dos residentes seja proveniente das Pensões ou Reformas, sendo que apenas 29% é proveniente dos rendimentos do trabalho, quer dependente quer independente. O Rendimento Social de Inserção (RSI) representa cerca de 16% da proveniência dos rendimentos destes residentes e apenas 4% recebe o Subsídio Social de Desemprego.

Foquemo-nos agora nos bairros onde sistematizamos mais a nossa observação: o bairro da Pasteleira, o Aleixo e o Pinheiro Torres.

1.3. O bairro da Pasteleira Velha

1.3.1. Alguns dados sociodemográficos

¹²⁵ Desses 10, a freguesia de Lordelo do Ouro possuiu oito bairros sociais (Aleixo, Pasteleira, Lordelo, Dr. Nuno Pinheiro Torres, Bessa Leite, Mouteira, Agrupamento Habitacional da Pasteleira e Rainha D. Leonor) e a freguesia de Massarelos apenas dois (bairro do Bom Sucesso e Conjunto Habitacional Parceria Antunes).

No Bairro da Pasteleira Velha residem atualmente 1498 pessoas sendo que, nos anos 90, o número de residentes era de 2400, o que significa uma perda de 902 habitantes entre os dois períodos. Nos anos 90, o total da população ativa no bairro era de 1194 de um total de 2400 (50%), a inativa era de 716 (30%), sendo que em 490 dos residentes (cerca de 20%) não se obteve qualquer tipo de informação (Fernandes, 1997).

Em 2011, cerca de 54% da população ativa encontrava-se desempregada, um valor claramente mais elevado do que aquilo que era possível encontrar nos anos 90 em que a população em idade ativa e desempregada era de 15% (178 habitantes de um total de 1194 de população ativa) (Fernandes, 1997)¹²⁶. Dados mais recentes (2016) apontam para uma taxa de desemprego de 65.7% neste bairro. Em resumo, o aumento do desemprego na população geral entre os anos 90 e 2016 mais do que duplicou (2.2 vezes) enquanto que na população residente no bairro da Pasteleira Velha mais do que quadruplicou (4.4 vezes) entre os dois períodos em análise. Estes resultados são bastante semelhantes aos que encontrámos para os outros dois bairros da nossa unidade de estudo, como veremos mais adiante¹²⁷.

Nos anos 90, a população pensionista do bairro da Pasteleira Velha era de cerca de 15% da população total. No ano de 2011, essa percentagem sobe consideravelmente, correspondendo a 64% dos habitantes. Por outro lado, cerca de 15% da população do bairro no início dos anos 90 era estudante. Essa percentagem aumenta consideravelmente ao longo do tempo e regista, no ano de 2011, 35% dos moradores.

Depois de apresentados estes dados sociodemográficos sobre o bairro da Pasteleira Velha, passemos a apresentar alguns elementos que se relacionaram com a nossa experiência etnográfica neste bairro.

1.3.2. A experiência etnográfica na Pasteleira Velha

A Pasteleira Velha foi o bairro onde permanecemos por mais tempo durante a fase intensiva. Várias razões podem ser apontadas para esta situação: em primeiro lugar, o facto do nosso informante privilegiado principal – o RS – ser aqui morador e ter neste bairro a sua rede de relacionamentos principal; em segundo lugar, o facto de conhecermos muito superficialmente este

¹²⁶ De referir, neste aspeto, que a taxa de desemprego em Portugal nestes dois períodos difere significativamente: na primeira metade dos anos 90 ela rondava os 4, 6 e 7% (4.6% em 1990, 4.1% em 1991 e 1992, 5.5% em 1993, 6.8% em 1994 e 7.1% em 1995) e, no ano de 2011 a percentagem de desempregados em Portugal era de 12.7%, registando no ano de 2016 uma ligeira diminuição cifrando-se nos 11.1% (PORDATA, consultado em 04-02-2018). Compete-nos, por isso, através destes dados, fazer as interpretações tendo em conta estes aspetos mais gerais da População portuguesa nos momentos temporais considerados.

¹²⁷ Estes dados estatísticos encontram bastante relação com a descrição que Loic Wacquant (2000) faz da marginalidade avançada.

território durante a fase exploratória, o que nos exigiu um maior investimento na socialização no mesmo durante esta fase; e, finalmente, em terceiro lugar, a maior facilidade em entrar e permanecer neste bairro relativamente ao PT e ao Aleixo, o que não pode ser dissociado do tipo de território psicotrópico que existe no seu interior: um território mais “leve¹²⁸” relativamente aos que existem nos outros dois bairros.

Quando circulámos pelo bairro verificámos em alguns blocos a presença de signos nas fachadas que são reveladores quer do orgulho por se ser dali, quer do repúdio face às figuras do controlo social, nomeadamente a Polícia. Tanto vemos escrito num bloco “*Macaco és eterno*”, referindo-se a um jovem morador do bairro que faleceu num acidente de mota como vemos também escrito em vários blocos “*Pasteleira City*”, para reforçar a identidade de “ser-se do bairro”. Encontramos também, noutros blocos, escrito “*Fuck Police*” ou até mesmo “*Morte aos Bófias*”¹²⁹.

O cruzamento dos nossos achados etnográficos sobre o bairro da Pasteleira Velha com os da primeira pesquisa permite-nos concluir bastantes semelhanças nos aspetos comunitários deste território entre os dois períodos em análise. Ainda que se verifique uma deslocação dos pontos de concentração comunitária ao longo do tempo, as sociabilidades permanecem, *grosso modo*, bastante idênticas. Referimo-nos, por exemplo, à redução da esfera privada e à emergência de espaços públicos carregados de densidade relacional. O estatuto de anonimato está claramente reduzido, dando lugar à formação de redes informais de concentração entre os atores sociais. Vejamos a forma como o primeiro investigador nos apresenta um ponto de concentração comunitária no bairro da Pasteleira Velha nos anos 90 e, posteriormente, a forma como nos referimos a um desses locais na nossa revisitação:

“Fico progressivamente com a ideia de que este espaço noturno do bairro (refere-se à “Passerelle”) é denso de interações, que o bairro, para quem anda na rua e pertence a esta rede de sociabilidades, não é frio (apenas de Inverno é que não é convidativo a saídas nocturnas mas pelos vistos não é suficiente para evitar) e muito menos perigoso.” (diário de campo, secção “Notas diário Mister”, 21/12/1992).

“Pelo caminho em direção ao Xamón¹³⁰ disse ao RS:

- Sabes pa, eu gosto de estar aqui no bairro. Sinto aqui um conforto, um calor humano que não sinto no sítio onde moro... - disse eu.

- Pois, mas também sentes isso agora, no início não sentias tanto, estavas mais acanhado e a estranhar. Se sentes isso, isso é bom. Mas se sentes isso é devido muito à tua abertura às pessoas, deve-se muito à tua postura – disse o RS

- Sim, eu sinto que quando venho para aqui venho aberto a ver tudo e a falar com qualquer pessoa – disse eu.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 10/12/2015).

¹²⁸ Veremos, mais adiante, o que queremos dizer com “território leve” e “duro”.

¹²⁹ Estes últimos, dirigidos à polícia, não são exclusivos do bairro da Pasteleira Velha, encontrando-se também noutros bairros nomeadamente no Aleixo.

¹³⁰ Mais adiante apresentaremos, com maior pormenor, o ambiente que se vive no interior do Xamón situado no bairro da Pasteleira Velha.

A esta forte densidade relacional, onde praticamente todos se conhecem e ninguém é anónimo (Fernandes, 1997) chamamos, no nosso diário de campo, de “molecularização da vida social”:

“Lembrava-me das interações com as pessoas que apareciam durante o *Go-Along* que faço pelo bairro com o Rasi e com o RS e todas as histórias das pessoas me parecem encadeadas umas nas outras. É como se a existência de uma dependesse da existência dos outros. Isto pareceu-me um fenómeno a que chamarei de molecularização da vida social. Tal como no processo de molecularização na Química em que os átomos se organizam em moléculas, o que vi foi uma molécula densa, constituída por diferentes átomos que lhe davam essa densidade.” (diário de campo, secção “notas de terreno”, 16/02/2015).

Os locais de concentração comunitária são essencialmente cafés distribuídos no interior do bairro ou nas suas imediações. Ali fala-se de tudo um pouco: futebol, política, religião, bem como assuntos que dizem respeito à vida da Pasteleira Velha ou de outros bairros sociais da zona:

“Começam a falar de política, dos serviços públicos, do Estado, do funcionamento das urgências nos hospitais:

- É uma vergonha esta merda pa, andamos a descontar anos e anos para quê? – dizia o AC

- Pois pa, ainda agora isto da Suíça, dos bancos, já viste? Um gajo vai à conta e tem lá milhares de contos, fодasse... - dizia o Rasi.

- Está tudo certo. Um gajo vai ao hospital e paga, vais a qualquer lado e pagas, fодasse, não se admite. Os bancos levam tudo a um gajo pa, comissões daqui, comissões dali. Vai o dinheiro todo. Tive no outro dia que ir ali ao (diz o nome do banco) incomodar-me com o gajo... - dizia o AC” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 11/02/2015).

“(…) - Podes crer pa. Mas isso... Este povo paga a fatura daquilo que escolheu. Mais nada. – disse o Rasi.

O Moletas consentia e concordava com tudo o que dizíamos. Depois falava na sua situação:

- No meu caso, vê bem, ganho 660 euros sem descontar, porque com os descontos baixa-me o salário ui... E ainda agora a minha filha já esteve a fazer as contas lá no computador e olha... ainda vou ter que pagar cento e tal euros de IRS. Tem algum jeito esta merda?? O ano passado foi a mesma merda, tive que pagar!!.

- Pa é como eu, já viste? Alguma vez pensei em estar assim? Não tenho dinheiro para quase nada, está muito complicada esta vida. Depois os gajos dizem para se pôr as despesas, oh pa, que despesas se um gajo não pode consumir? Eu lá meto as cenas da farmácia da minha mãe – disse o Rasi” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 14/05/2015).

Ao mesmo tempo que se conversa sobre vários assuntos bebe-se vinho e cerveja, jogam-se cartas ou dominó, vê-se televisão. Os habitantes mais velhos recordam os tempos antigos do bairro, o movimento associativo de outrora, as excursões que o pessoal do bairro fazia em Portugal e no estrangeiro. As conversas iniciam-se no interior do café mas podem estender-se para o exterior, conversando-se de pé com a garrafa de cerveja ou o copo de tinto na mão. O movimento destes lugares tem flutuações ao longo do dia: apresenta maior intensidade ao final da tarde até à hora de jantar, período em que alguns moradores regressam do trabalho.

Aos domingos de manhã podemos encontrar a feira do bairro. Até à hora de almoço, vários moradores da Pasteleira ou de outros bairros, bem como moradores doutras zonas da Cidade, reúnem-se ao longo de tendas e de bancas de venda não só para comprar produtos alimentares, roupa, sapatos, jóias, cd's ou dvd's mas também para socializarem e conversarem um pouco. A feira vai desde a zona central do bairro – na zona do ringue - até ao café mais próximo da Pasteleira Nova. Sobre a feira, o RS disse-nos o seguinte:

“- Pa, não sei, pode dar jeito ires ver um bocado o ambiente da feira, veres as pessoas. Por exemplo, aquilo estende-se desde lá cima do Xamón até ao café b., lá embaixo. É um momento engraçado, vende-se de tudo: brinquedos, comida, roupa, sapatos, há sempre música também.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 19/10/2016).

Se a vida no interior do bairro é densa e molecularizada entre os seus habitantes a relação do bairro com o exterior revela, porém, afastamento. Foi precisamente isso que descrevemos num trabalho anterior sobre a vida numa periferia desqualificada: “Num tempo em que as metrópoles têm na mobilidade um dos seus signos maiores, estas populações (das periferias) participam pouco dela.” (Fernandes & Mata, 2015, p. 10).

Há, de facto, uma outra cidade fora do bairro, muitas das vezes inacessível aos seus moradores. E, tal como vimos no capítulo anterior, essa outra cidade pode estar logo ali ao lado mas a distância simbólica é enorme. A percepção da distância face à cidade “de fora” e a impossibilidade de uma efetiva participação social e simbólica na mesma reforça a vida comunitária destes locais, gerando-se aquilo a que alguns interventores comunitários apelidam de “bairrismo”. A percepção da distância dos “de fora”, desde logo dos agentes políticos, está bem marcada nestas comunidades:

“O Espanhol, que mora no mesmo bloco do RS no bairro da Pasteleira, a propósito dessa degradação diz-me:

- Eh pa, oh Simon, não tens noção, agora começou a chover na minha casa meu, tou-me a passar. No meu quarto, tenho que andar de bacia e tudo... Ando de bacia. Pa é complicado sabes mas claro tudo bem - dizia com ironia – o pessoal da câmara até vai ao bairro fazer a vistoria e tudo – dizia o Espanhol enquanto se ria e fazia um gesto com a mão para trás como que a negar o que estava a dizer.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 18/02/2016).

Este bairro, apesar da imagem que aqui apresentámos, enfim, como estando imerso de densas relações comunitárias no seu interior é, contudo, um lugar do esquecimento pelos “de fora”. É isso mesmo que destaca o cronista portuense Hélder Pacheco no prefácio intitulado *Da Pasteleira, na Outra Cidade* do livro *Pasteleira City* de Raúl Simões Pinto:

“Deles pouco se fala, diz ou escreve. Quero dizer, literariamente – na poesia e na prosa – como, de resto, nas outras artes, esta cidade não existe. (...) Esta outra cidade não tem o charme discreto que suscita a criação estética, nem revela o requinte cosmopolita que protagoniza a produção romanesca portuense. É como se não existisse.” (Pacheco, 1994/1999, p. 8).

Depois de apresentados, em traços gerais, algumas características da vida comunitária da Pasteleira Velha passamos, já de seguida, à descrição do território psicotrópico que se situa no seu interior.

1.3.3. O território psicotrópico da Pasteleira Velha

Antes de passarmos à descrição de alguns locais no interior do bairro da Pasteleira Velha que se relacionavam ou relacionam com a venda e o consumo de droga façamos uma nota prévia que tanto vale para este território psicotrópico como para os restantes: o esforço em localizar e espacializar as práticas de rua que se relacionam com as drogas pode revelar-se um exercício impreciso e falível. Se, por um lado, esses locais têm uma determinada regularidade nas práticas em torno das drogas, por outro, os mesmos apresentam-se pouco limitáveis e circunscritos podendo inclusivé, de um momento para o outro, desarticular-se e aparecer noutro local. Num texto anterior, alertávamos já para a indefinição de fronteiras de um território psicotrópico: “A noção de território pode sugerir, dum modo espontâneo, um espaço fixo e bem delimitado. Não é o caso dos territórios de rua de que aqui falamos, já que apresentam alguma indefinição de fronteiras e são dotados de mobilidade, pois têm a capacidade de se desarticular rapidamente, podendo reconstituir-se no mesmo espaço ou deslocar-se para espaços próximos” (Mata & Fernandes, 2019, p. 202).

Em todo o caso fazemos, já de seguida, uma descrição dos locais que se apresentaram com maior estabilidade no que diz respeito à concentração de atividades ligadas às drogas neste bairro.

– O Xamón –

“Quando o jogo começa, um deles acende um charro que circula por entre todos os jogadores. Fica um manto de fumo acima deles que recobre o ambiente de jogo. Por entre esse fumo, pode ver-se também alguns sujeitos a observar a partida, uns mais novos, outros mais velhos. O senhor idoso que costuma estar no Xamón continua a beber o seu copo de tinto ao balcão. Está de costas para o jogo.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 18/02/2016).

Quem não é do bairro da Pasteleira Velha e vai ao Xamón das duas uma: ou é alguém comprometido com a polícia e procura, de forma clandestina, obter uma informação mais próxima do que ali se passa ou é algum cliente que quer comprar haxixe. Tivemos a experiência desta segunda situação quando nos deslocámos um dia sozinhos a este local durante um *Go-Along*:

“Desço as escadas que dão acesso ao Xamón e vejo que estão sentados nas escadas, já próximos da entrada, cerca de 4/5 rapazes sentados a conversar. Devem ter entre 25/30 anos e conheço as suas

caras, estavam ali das outras vezes em que me desloquei ao Xamón. Enquanto desço aproxima-se de mim um desses rapazes. (...) Pergunta-me qualquer coisa mas não percebo o que diz porque fala baixo. À medida que me aproximo percebo um pouco melhor mas mesmo assim o que ele dizia revela-se um pouco impercetível. Percebo que me está a abordar no sentido de eu querer comprar “produto”. Diz-me:

- Queres “cena”...?

- Não obrigado – digo-lhe eu à medida que desço as escadas e digo-lhe: - Estou à espera de um amigo que vem aqui ter comigo.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 10/12/2015).

Nos dias de hoje, a venda de drogas no bairro da Pasteleira Velha assenta, sobretudo, num mercado de haxixe. Como nos disse um dia o RS “tu aqui tens ganza é só acender e fumar”. O consumo e a venda de drogas diluem-se noutras atividades: um jogo de cartas entre frequentadores do Xamón e um senhor idoso, de costas para o jogo, e que está ao balcão a beber um copo de tinto, tal como mostrámos no excerto em epígrafe. Não querendo ainda mergulhar naquilo que o primeiro investigador constatou no início dos anos 90 refiramo-nos, ainda assim, a um excerto da sua monografia a propósito da venda de drogas no bairro da Pasteleira Velha que nos parece sintetizar aquilo que encontrámos também no nosso terreno: “O fenómeno droga manifesta-se por *disseminação ínfima*. Manifesta-se através duma espécie de onnipresença; mas onnipresença *ínfima*, no sentido em que é intersticial, no sentido em que ocorre discretamente, recorrendo a elementos duma subcultura *junkie* cuja função é ocultarem-no dos olhares do cidadão médio. A disseminação ínfima realiza assim um paradoxo: ocultando as drogas, torna-as onnipresentes (fisicamente ou no discurso). Ou melhor: consegue mantê-las presentes trazendo-as ocultas.” (Fernandes, 1997, p. 330).

Os *delaers* são, sobretudo, sujeitos com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos tal como nos referiu um frequentador do Xamón e morador do bairro:

“- Pois, aqui no Xamón há venda de drogas mas é só haxixe, cenas leves. As drogas mais duras ou é no Aleixo, PT ou então na Pasteleira Nova. Aqui é como vê, é chavalada. Pa, chavalada a “meter” maioritariamente. Metem haxixe e bebem suminhos. Há aí chavalos a tirar cinquenta/sessenta euros por dia. Estás a ver esta cena aqui – apontava para os sumos que existiam na vitrina do balcão do café – pa é só disto que eles bebem, podes ver, olha para aí e vê – disse o P24” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/12/2015).

Algo que distingue este território psicotrópico dos restantes relaciona-se com a ligação, num mesmo espaço, quer da venda quer do consumo de drogas: ao ato de compra do produto pode seguir-se o seu imediato consumo, seja no interior do Xamón ou na parte exterior do estabelecimento¹³¹. O facto da venda e do consumo de drogas se concentrarem num mesmo local pode ser explicado pelo tipo de “produto” que ali circula e que convida a uma socialização mais descontrainda entre os diferentes consumidores. O RS disse-nos o seguinte a esse respeito:

¹³¹ Outras vezes, a deslocação ali é só para comprar, sendo os consumos realizados noutra local dentro ou fora do bairro.

“Tu aqui o que tens é isto que vês – referia-se ao pessoal que estava lá fora a fumar cacete e a vender haxixe. Não digo que não andem por aí gajos a meter outros produtos, digamos, mais pesados, mas essencialmente esses estão reservados ao Aleixo e ao PT. Aqui são cenas leves como já percebeste... E claro, o facto de serem leves pode ter consequências na forma de sentir o espaço... Como explicar isto... Pah um gajo quando fuma um bom haxixe quer é... fodasse, falar, conversar, está tudo numa boa meu... Agora quando mandas uma cena mais pesada que isso, já não queres assim tanto. Aí a viagem é diferente, é mais intensa. A heroína e a cocaína deitam-te abaixo, passas a viver para aquilo. Se tens aquilo, queres mais daquilo; se não tens daquilo, tens que arranjar dê por onde der. No caso do haxixe as coisas não são tanto assim... Não estás tão preso, queres é curtidão... - disse o RS.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 02/03/2017).

O excerto acima mostra também que apesar da predominância da ganza no Xamón, tal não significa que seja impossível encontrar produtos mais “pesados”, tais como heroína e cocaína¹³². Ainda que tais drogas não tenham, como já referimos atrás, grande expressão neste bairro aparecem, por vezes, estes produtos mais pesados no “menu” ou na “ementa” a oferecer aos potenciais clientes:

“- Eu no outro dia fui lá e vira-se um puto, um puto daqueles que tu vês ali no Xamón, para mim: «meu, queres pó» e eu «não e tal...» fodasse pó, vê lá... - disse o RS

- Estranho, pelo que vejo e por aquilo que me tens dito, pensava que aqui só havia merdas leves, tipo haxixe e essas merdas... - disse eu.

- Sim e é verdade, pa, mas pó pelos vistos ainda aí a circular outra vez. E não é novo aqui no bairro, dantes havia pó aqui no bairro. Agora é que é mais haxixe. Mas dantes eram cenas químicas também...” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 10/12/2015).

Algo que se destaca neste ambiente psicotrópico diz respeito à naturalização que as drogas assumem aqui. Quer seja ao nível da venda ou do consumo, elas estão inscritas no quotidiano deste local e destas comunidades. Os moradores que ali se deslocam e que não pretendem comprar drogas não as estranham, considerando-as uma parte integrante do lugar. No caso dos consumidores que aí fumam os seus “cacetes”, esses consumos são aglutinadores das sociabilidades.

Contudo, o facto do Xamón concentrar as práticas de venda e consumo de drogas neste bairro torna-o num alvo sistematicamente sinalizado e intervencionado pela polícia. O excerto abaixo dá conta de uma intervenção policial realizada no Xamón contada pelo RS:

“- Pa os polícias chegaram e colocaram toda a gente encostada à parede, para ver se podiam levar alguém. Só não levaram porque apanharam uma má altura no Xamón. O espaço à volta estava todo cercado e envolvido pela Polícia (acima das escadas que dão acesso ao Xamón, por exemplo), para que ninguém saísse dali enquanto a polícia fazia aquilo. Sabes que o Xamón é um local marcado pela Polícia, quando vão ao bairro eles sabem muito bem o que se passa; podem conseguir levar alguma coisa ou não mas já sabem que é ali... - disse o RS.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/06/2017)

¹³² Isto mostra, aliás, que quando referimos que um território é duro isso não esgota a possibilidade de aí circularem produtos “leves”; por outro lado, quando referimos que um território é leve tal não significa que, por vezes, não se encontrem produtos mais “pesados”.

O carácter sistemático e rotineiro da intervenção policial neste local torna-o fechado e defensivo. Os “vigias¹³³” estão lá, sempre a funcionar, ainda que de forma mais discreta do que no Aleixo ou no PT. Assim, a forma como o ambiente psicotrópico se transforma após a presença policial para, depois da sua saída, adquirir o mesmo movimento em torno das drogas, permite perceber as semelhanças com aquilo que nos foi possível observar no Aleixo ou no PT:

“A dado momento, as pessoas que estavam no Xamón, quer as que estão dentro, quer as que estão fora, começam num alvoroço. Entra um fulano no interior do Xamón e começa a dizer “atenção, água, água!” e eu lembro-me deste código no Aleixo, que significa Polícia. Os que estavam da parte de fora vêm logo cá para dentro, escondem qualquer coisa por ali que não percebo bem onde nem o quê. As vozes que se ouviam em voz alta, agora são só sussurros. Pára tudo ali dentro, só fica a TV a dar som praticamente. (...) Entretanto, o RP diz-me:

- Bem, já deves estar a perceber do que se trata... É a Polícia que anda aí. Mas não te preocupes porque acho que não vai entrar aqui... Passou e andou. Acho que está numa de passar e ver quem anda aí para caçar depois... - disse ele.

Passado algum tempo, começa novamente o ambiente que estava. Pessoal lá fora a consumir cacetes e a vender haxixe e lá dentro aumentavam as vozes dos jogadores perto da TV, e as vozes das pessoas que estão no balcão. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 07/12/2016).

Quando nos referimos, no subcapítulo anterior, a alguns aspetos que dizem respeito à vida comunitária do bairro da Pasteleira Velha dissemos que aos domingos de manhã existe a feira neste bairro até à hora de almoço. Nessa altura, e porque as tendas e bancas de venda estão relativamente próximas do Xamón, o território psicotrópico passa a funcionar nas imediações de um café situado no interior do bairro. Com a deslocação para esse novo local, o negócio adquire maior resguardo e proteção face aos olhares incómodos dos feirantes e outras pessoas que por ali circulam:

“Peguei nas calças que estavam num saco plástico, paguei e continuei a circular pela Feira. As barracas estendiam-se da Zona do Xamón até ao café do *John Guitar*. Era precisamente perto deste café que terminavam as barracas da Feira. Ao fundo, mesmo perto do café, estavam 3 rapazes, na casa dos 20/30 anos, a vender algo. Quando me aproximo deles, eles escondem isso atrás das costas.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 04/12/2016).

Mas o Xamón não é apenas o lugar da venda de drogas no bairro da Pasteleira Velha, sendo também um ponto de concentração comunitária. Apesar da omnipresença das substâncias, elas correspondem apenas a uma dimensão, um estrato ou face do local. Com o tempo, percebemos que o Xamón era, além do local concentrador de drogas do bairro, um ponto de reunião comunitária onde se estabeleciam “Conversas de Bairro¹³⁴”:

“(…) O Xamón assume ali naquele território um ponto de contacto entre *dealers*, consumidores. Há consumos fumados (principalmente haxixe) que são feitos ali mesmo. Mas tudo isto parece ser feito num ambiente normativizado, ao sabor das conversas rotineiras dos cafés, como quando se evocam memórias

¹³³ Retomaremos a função dos “vigias” num território psicotrópico mais adiante.

¹³⁴ Termo usado pelo RS para se referir às conversas estabelecidas no Xamón. Demos por nós várias vezes a meditar nas aproximações destas “Conversas de Bairro” com aquilo a que designámos, na fase exploratória, como Psicologia de Baixo Limiar (ver Mata & Fernandes, 2016).

passadas, quando se discute política ou futebol. A minha observação deste local permite-me chegar a esta conclusão, de que o ambiente psicotrópico se mistura com a vida comunitária destes espaços. Não é algo de independente dela, mistura-se com ela.” (diário de campo, secção “notas de terreno”, 28/05/2015).

Aos sábados à tarde, no local onde ganzas circulam durante toda a semana, gera-se um ambiente de animação e festa entre os frequentadores do Xamón através de um *karaoke*. Muitos dos *dealers* que costumam estar a vender haxixe ficam e participam na festa, cantando e dançando com outras pessoas do bairro:

“O ambiente começava a encher. O S. ia para a zona mais interior do Xamón, na zona entre a “zona do café” e a “zona da venda” e começava a fumar um charuto. Olhava de longe as mulheres que dançavam na pista de Dança. O RS tenta “engatar” uma senhora mulata que estava à porta mas ela diz que não quer dançar. O JB, que estava perto de nós, já se tinha despedido mas acabou por ficar e chegou mesmo até a Dançar com o RS. Diz-me a dado momento o RS:

- Ainda bem que vens cá hoje... Assim permite-te ver uma coisa que normalmente este espaço não é durante os outros dias... Como vês, agora não há aquela “dureza” do Xamón, tal como tens representado na tua cabeça... Há sim, este ambiente de pura festa... Vê lá é se um dia trazes aqui a tua garina e vêm dançar... Já sabes, sempre aos sábados à tarde, por volta das 17h até às 19h mais ou menos... – disse o RS.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 10/12/2016).

Em resumo, mais do que o local que concentra as atividades relacionadas com as drogas no bairro da Pasteleria Velha, o Xamón é um catalisador de sociabilidades entre sujeitos de várias gerações. Um certo dia, o RS, disse-nos que o ambiente que ali se vivia era semelhante ao de uma família:

“Pa aquilo ali é uma autêntica família, isto é, cada um tem a sua família, não é verdade? Mas depois há aquilo que tu viste. Uns são mais tímidos e falam menos, outros são menos tímidos e falam mais. É como uma família...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 19/03/2015).

Tal como numa família, as aproximações e os afastamentos entre os elementos que a constituem são uma constante. Mas, sobretudo, esta família do Xamón assume uma importante função de suporte face às adversidades que alguns sujeitos experienciam no seu quotidiano, como nos disse um dia dos frequentadores mais assíduos deste local:

“- É por isso pa que para mim aqui o Xamón, estas conversas são importantes porque olha... um gajo assim não pensa, não é? É complicada esta vida pa, nem imaginas... O que me vale na vida é vir para aqui ... Um gajo fala, diz umas merdas e é da maneira que não pensa na vida que temos – disse o JP” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 02/03/2017)

O mercado da ganza não foi, contudo, o único mercado que funcionou no bairro da Pasteleria Velha. Os blocos D e S deste bairro possuíam, à cerca de oito/nove anos atrás, um mercado de heroína e cocaína bastante significativo, tornando o território psicotrópico deste bairro como um território “duro”. Vejamos, mais em pormenor, já de seguida, o local de venda de drogas no bloco D e S situado neste bairro.

- “O bloco D e S era pior que o Aleixo” –

Quando iniciámos a fase intensiva, o bairro da Pasteleira Velha possuía, no seu interior, um mercado de haxixe que assentava no café Xamón que caracterizamos acima. No entanto, nem sempre o haxixe foi a principal droga de venda e consumo neste bairro. Pelo contrário, no bloco D e S, há cerca de oito/nove anos atrás, vendia-se com abundância pó e branca¹³⁵ ao ponto de tornar, por vezes, o território psicotrópico situado no bairro da Pasteleira Velha “pior do que o Aleixo”, para nos referirmos aos termos usados por um ator social, o João Coninhas.

Do que nos foi possível perceber sobre o “movimento” desses blocos nessa altura, o cenário era bastante semelhante ao que, atualmente, podemos observar em torno da Torre 1 do bairro do Aleixo, de que falaremos mais adiante: a existência de capeadores ao redor do sítio onde se processava a venda, alguns deles com prata na mão de modo a fornecê-la no imediato ao cliente e, no interior, a venda que se processava nas casas ou entre elas. Nas alturas em que estes blocos estavam “a bombar¹³⁶”, os consumidores que se deslocavam ao bairro da Pasteleira Velha faziam fila à porta, esperando que a transação se realizasse lá dentro. O Coninhas, um sujeito na casa dos 40 anos, que agora trabalha na construção civil, participava nesse movimento como “transportador¹³⁷” do produto.

O mercado de drogas duras neste bairro teve, por isso, outrora, uma expressão significativa. Após ter estado concentrado na zona envolvente da Associação Desportiva e Recreativa da Pasteleira (ADRP) que se situava no bloco O na altura da primeira pesquisa, esse mercado de heroína continuou ativo, deslocando-se para o interior dos referidos blocos do bairro:

“O Rasi perguntava ao João Coninhas:

- É verdade, a esse propósito, no outro dia estava a falar aqui com o meu amigo (falava de mim) sobre isso... Lembraste quando ali no S faziam filinha para comprar cena? – perguntava o Rasi.

- Atão num lembro, eu tava lá. Num vendia mas tava lá a “transportar” de um lado para o outro. Era o gajo que passava a cena de um lado para o outro. (...) Bem mas antes do S era o D, também era mexido pa caralho. Era pior do que o Aleixo. Mas não era só haxixe, era branca e pó também (...)” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 28/12/2015).

Quando comparámos o território psicotrópico que funciona atualmente com o que operava nessa altura e nos anos 90 verificámos que este território perdeu o seu grau de dureza, muito devido

¹³⁵ “pó” e “branca” – termos nativos para designar, respetivamente, heroína e base de coca.

¹³⁶ “A bombar” – termo nativo muito usado quando um território psicotrópico está com muito movimento de venda de drogas. É um termo contrário ao “está seco”.

¹³⁷ Como o próprio nome sugere, um “transportador” é um ator das drogas que tem como função transportar o produto de um lado para o outro. O perigo de ser apanhado é elevado pois os locais de transporte podem não se situar no interior do território psicotrópico.

à perda do seu mercado de heroína e cocaína. Vejamos, por isso, já de seguida, onde se situavam esses mercados duros na altura da primeira etnografia.

- e nos anos 90? –

Quando analisámos o material empírico da primeira pesquisa verificámos que o território psicotrópico situado no interior do bairro da Pasteleira Velha no início dos anos 90 apresentava bastantes semelhanças com aquilo que pudemos constatar nos dias de hoje. Falámos, por exemplo, do facto do “movimento” estar concentrado também na zona de um estabelecimento no interior do bairro, embora situado no bloco O¹³⁸.

Quanto ao ambiente que se vivia no interior deste estabelecimento constatámos as semelhanças com o ambiente vivido, atualmente, no Xamón: a venda e o consumo de drogas, além de atividades discretas, são apenas duas das várias atividades que lá existem. Além disso, os seus frequentadores variavam também consoante a idade, sendo sobretudo do sexo masculino:

“Bastante frequentado, tanto por jovens como por adultos, sendo o sexo feminino muito pouco representado. Mesmo assim noto algumas mulheres, tanto adultas como jovens. Apercebo-me hoje de um “turn-over” de entrada e saída elevado. Mas, no geral, a população que aqui vem tem aspeto de ser de uma classe social desfavorecida, trabalhadores/operários. Um ou outro vem falar com o RS, vê-se que “é da casa”. Nos visuais, não se anunciaria aqui “cena drug”. Mas as “zonas petrolíferas”¹³⁹ e seus manobreadores” são discretos.” (diário de campo Mister, 04/12/1992).

As drogas eram aí comercializadas e consumidas da mesma forma que descrevemos para o Xamón: uma diluição dessas atividades mais desviantes com atividades normativas, como o beber cerveja, tomar um café, conversar ao balcão enquanto se assiste a algum jogo de futebol que está a passar na TV. A forma como o RS apresentou ao primeiro investigador o ambiente que se vivia no estabelecimento do bloco O mostra claramente a pluralidade de atores que frequentavam o local, com apropriações muito diversas: “- É um local com os seus “passadores”, com os seus fumadores mas com gente de tudo, tás a ver?” (diário de campo Mister, 20/12/1992).

À zona exterior ao estabelecimento, Luís Fernandes designou-a como “O Largo”. Além de parte da transação de “produto” se processar no interior deste estabelecimento, no “Largo” existia também uma “zona quente” onde se vendia, sobretudo, pó: “Um mesmo espaço pode servir de matriz a actividades normativas – as conveniências, para retomar uma noção de que já nos fomos servindo – e a actividades desviantes. O “largo” do bairro da Pasteleira é um claro exemplo: coexistem actividades e estilos de vida que no plano da vida simbólica local, estão distantes uns

¹³⁸ De referir que o Xamón ainda não existia na altura da primeira pesquisa.

¹³⁹ O RS e o Mister quando se referem à “zona petrolífera” referem-se à atividade de *deal*.

dos outros (por ex. um operário de 50 anos que vem beber a sua cerveja ao fim do dia tem pouco a ver com o *dealer* de 30 anos que ali passou a tarde toda” (Fernandes, 1997, p. 312). No seu diário de campo é muito evidente a disseminação do fenómeno droga no “Largo” com outras atividades, tornando as drogas simultaneamente presentes e discretas:

“Cá fora há o movimento típico do largo, e que me parece ser um autêntico ponto atrator de relações e interações sociais (...) Às tantas, um dos adolescentes que jogam à bola, depois duma certa ausência chega ao pé do RS e diz:

- Sr. RS, tem aqui uma encomenda.

- Ai sim?

O adolescente tem um visual convencional. Calças de ganga e botas, camisa. Aparentemente 16, 18 anos. Ainda sem barba. Num gesto simples e curto, lado a lado com o RS, entrega-lhe um panfleto.” (diário de campo Mister, 07/03/1993).

Nos dias de hoje, o estabelecimento situado no bloco O já não existe e o “Largo” não apresenta nenhuma atividade significativa, a não ser permitir a passagem dos transeuntes quer para zonas mais interiores do bairro quer para a saída deste. Grande parte dos atores que destacaremos na secção *Os Atores da Revisitação* tinha neste estabelecimento no Bloco O e no “Largo” o seu poiso habitual. Um deles era o Beterraba, companheiro de *deal* do RS. Ambos estavam agarrados, na altura, às drogas duras:

“O XPTO também é conhecido como Beterraba. Reencontramo-nos hoje, cerca das 14h00, no exterior do café do bloco O. Estou com o RS, saímos para o exterior do café, há um grupo de 4/5 indivíduos ali “parados”. Um deles é o Beterraba, que logo me dirige um cumprimento, antes mesmo que o reconheça:

- Então, tá tudo?

Percebo pela conversa com o RS que está à espera, ali parado, de algum material que há-de chegar” (diário de campo Mister, 12/12/1992).

Se nos aspetos relacionados com a dinâmica subjacente à venda de drogas encontrámos grandes aproximações entre a nossa revisitação e a etnografia inicial, o mesmo não podemos dizer relativamente ao tipo de produtos psicotrópicos que por lá circulam e circulavam. Falámos, da predominância do “pó” no início dos anos 90, enquanto principal droga comercializada e consumida no bairro da Pasteleira Velha algo que, como pudemos constatar acima, continuou até há cerca de 8/9 anos atrás:

“Ele (o RS) e o Rasi em conversa:

- Dantes era o PT, agora a coisa está mais activa na Pasteleira. No “tasco”...

- Tasco? – pergunto eu

- O pessoal chama tasco ao “café” que lá há. No tasco agora já não há ambiente... - diz o RS

- Eu dantes ia lá... atenção, inda agora lá vou e eles cumprimentam-me, “olá Rasi”. Mas não dá, é só pessoal do pó” (diário de campo Mister, 10/11/1992).

Depois de descrito e caracterizado o território psicotrópico que se situa na Pasteleira Velha quer na primeira pesquisa quer na nossa, focar-nos-emos, já de seguida, no bairro Pinheiro Torres e, posteriormente, afunilemos a nossa observação para o território psicotrópico que lá existe e existia no início dos anos 90.

1.4. O Pinheiro Torres (PT)

1.4.1. Alguns dados sociodemográficos

O Bairro Pinheiro Torres foi construído em 1970. Situado na freguesia de Lordelo do Ouro tinha, no início dos anos 90, 1609 moradores (Fernandes, 1997) e, em 2011, contava com 1024: perdeu, por isso, entre os dois períodos em análise, 585 pessoas. Os dados para o ano de 2016 apontam para um aumento do número de residentes: 1111 moradores. Dos residentes em 2011, 25% têm mais do que 65 anos, 31% situa-se entre os 45 e 64 anos, 22% têm entre os 25 e os 44 anos, 14% situa-se entre os 15 e os 24, 7% entre os 6 e os 14 e, finalmente, apenas 1% têm menos de 5 anos.

Quando analisámos alguns dos indicadores sociodemográficos entre os dois períodos em análise para o bairro Pinheiro Torres verificamos que a sua evolução entre o primeiro momento (primeira metade dos anos 90) e o segundo (2011) conheceu uma evolução muito semelhante ao que se verificou no caso do bairro da Pasteleira Velha: um aumento significativo da população desempregada em idade ativa. Assistiu-se também a um aumento considerável da população reformada ou pensionista, revelando um envelhecimento dos habitantes deste bairro.

Na primeira metade dos anos 90, a população ativa correspondia a 51% da população total. A percentagem de moradores, em idade ativa, que se encontrava desempregada era de 16% (126 desempregados para um total de 813 moradores em idade ativa) (Fernandes, 1997). Os dados do Censos de 2011 permitem verificar que cerca de 51% da população ativa se encontrava desempregada nesse ano subindo, no ano de 2016, para 63% da população em idade ativa. Quanto ao grupo dos reformados/pensionistas, estes representavam 19% da população deste bairro no início dos anos 90 sendo que essa percentagem subiu consideravelmente ao longo do tempo para, no ano de 2011, registar 64% da população total residente.

1.4.2. A experiência etnográfica no PT

A nossa experiência etnográfica no bairro Pinheiro Torres foi realizada essencialmente quando decorria a fase exploratória. Foi através da equipa de rua onde trabalhamos que obtivemos as primeiras representações sobre o bairro e, sobretudo, sobre o território psicotrópico situado no seu interior.

À semelhança do que já referimos para o bairro da Pasteleira Velha, a vida comunitária deste bairro concentra-se sobretudo em cafés, mercearias e tascos que aqui existem. No seu interior, o ambiente oscila entre alturas de grande movimento e outros em que este é claramente mais reduzido, como por exemplo, da parte da manhã. A zona da Capela e do Corredor que, como veremos no subcapítulo seguinte, se relaciona com atividades ligadas à venda de drogas, encontrando-se muito perto dos locais onde os moradores fazem as suas compras diárias na mercearia ou do tasco onde os trabalhadores do bairro bebem as suas cervejas ou o seu copo de tinto ao final do dia:

“Caminhamos até chegarmos a avistar a capela do PT. O RS decide percorrer comigo uma rua que tem do lado direito a mercearia do bairro e diversas coisas à venda como roupa, por exemplo.

- Aqui ao lado direito vê-se uma zona de comércio local, onde o pessoal aqui do bairro compra as coisas. Do lado esquerdo temos a capela onde havia tráfico, não sei se no tempo em que estiveste aqui a trabalhar... – disse o RS.

- Sim, sim, havia exatamente aqui venda ao redor da capela – disse eu.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/03/2015).

Percebemos bastantes semelhanças entre o ambiente vivido no interior da mercearia e do tasco do PT e o que pudemos constatar para os cafés e mercearias da Pasteleira Velha. Os assuntos que aqui se discutem são também de um espectro muito alargado: vão desde temas sobre o quotidiano do bairro até discussões sobre política e futebol¹⁴⁰.

Além disso, em diferentes zonas no interior do bairro existem vários gabinetes de instituições que fazem trabalho social com estas populações. Uma delas, que se situa na zona mais próxima do bairro de Lordelo, dedica-se ao trabalho com jovens, realizando com eles atividades lúdicas - nomeadamente torneios de ténis de mesa, matreco e jogos de computador – e atividades formativas – tais como aulas de informática. Esta instituição tem como principal finalidade criar alternativas aos jovens do bairro face à delinquência e ao mundo das drogas. Outras instituições têm a sua intervenção mais destinada à população idosa, procurando dar assistência médica, social e psicológica aos moradores destes conjuntos habitacionais. Mostrámos abaixo, através de um excerto do nosso diário, o funcionamento da primeira instituição referida:

¹⁴⁰ Também neste aspeto, a semelhança existente entre estes locais no bairro Pinheiro Torres e locais do mesmo tipo no bairro da Pasteleira Velha permitem-nos concluir que estamos perante formas de sociabilidade típicas das classes populares. Independentemente da sua localização – na Pasteleira Velha ou no PT – a matriz comunitária que lhes está subjacente é praticamente a mesma.

“Na sala de informática estavam mais rapazes, mais novos do que os que assistiam aos filmes na outra sala. Deviam ter aproximadamente 10/11 anos. Estavam distribuídos pelos diferentes computadores da sala e jogavam todos uns jogos que tinham monstros e lançavam fogo. Numa das mesas, algo afastadas das mesas dos computadores, estava um técnico que vigiava os jovens nos computadores (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/01/2017).

Foi no bloco 11 do bairro Pinheiro Torres que o primeiro investigador habitou durante a fase intensiva da sua pesquisa. Este bloco situa-se em frente à mercearia do bairro, do tasco e da capela que aqui referimos e que já na altura concentrava grande parte do quotidiano do bairro. O seu *spot* era, portanto, um lugar privilegiado para a observação da vida comunitária do PT, sendo precisamente aqui que Luís Fernandes realizava as suas primeiras observações das “retóricas pedestres¹⁴¹”:

“Diria que da minha janela se contempla uma “passerelle” de ligação à mercearia, corredor provavelmente amostral das mulheres do bairro. Pergunto-me se em vez de mercearia houvesse um café, que personagens desfilariam na “passerelle”). MERCEARIA: ponto atrator de mulheres e crianças no PT.” (diário de campo Mister, 09/11/1992).

À semelhança dos outros bairros que estamos a caracterizar, o PT é um dos bairros considerados mais problemáticos da zona muito devido à questão das drogas. Vejamos a forma como um dos técnicos responsáveis pela habitação social nos falou sobre o bairro e sobre a reação do mesmo sempre que ele ou algum dos seus colegas se deslocam ali para realizar alguma intervenção:

“- Olhe, para mim o território mais perigoso desses três é o Pinheiro Torres. Entro com o carro da (Diz o nome da instituição onde trabalha) em todos eles menos no Pinheiro Torres. Foi a única vez em que me mandaram pedras para o carro... - Disse ele.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 04/10/2016).

Considera mesmo o PT o bairro mais perigoso da Zona Ocidental do Porto, apesar do seu ambiente aparentemente calmo e tranquilo:

“Porque o Pinheiro Torres acaba por ser o “resguardo” daquilo que se vê no Aleixo. Eu sinceramente não acho que o Aleixo seja assim tão problemático, acho que o Pinheiro Torres é pior. É claro que quem entra num e entra noutro acaba por não ter essa perceção pois o Pinheiro Torres até é muito parado, quase parece que não se passa nada... E quando pára no Aleixo aquele «movimento», começa esse «movimento» no Pinheiro Torres e vice-versa. Enfim, por isso lhe digo: tenha cuidado.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 04/10/2016).

¹⁴¹ O primeiro etnógrafo refere-se a Michel de Certeau quando fala nas “retóricas pedestres” no seu diário de campo.

Foquemo-nos, de seguida, no território psicotrópico que funciona atualmente no interior do bairro Pinheiro Torres e faremos, no final, uma comparação com aquilo que foi possível observar pelo primeiro etnógrafo no início dos anos 90 sobre este território.

1.4.3. O território psicotrópico do PT

- A capela -

Tal como no caso do território psicotrópico situado na Pasteleira Velha, o local de venda de drogas que funcionava no PT deslocou-se no interior deste bairro ao longo do tempo. Essa mudança ocorreu quer entre a fase exploratória e a fase intensiva da nossa investigação, quer entre a etnografia inicial e a nossa revisitação. Apesar disso, o mercado sempre esteve mais assente nas drogas duras, particularmente de heroína e cocaína. Essa situação tornava-o e torna-o, por isso, num território duro. O preço das drogas no PT ronda o mesmo valor doutros territórios psicotrópicos considerados “duros” da zona ocidental: cinco euros a “peça¹⁴²”, isto é, uma base de coca ou um pacote de heroína. Se o preço é semelhante entre os vários territórios a sua qualidade pode não ser, tendo o consumidor que escolher o *dealer* que vende melhor produto, isto é, com menor “traço”¹⁴³.

Na fase em que éramos técnicos de RRMD – entre 2009 e 2013 – o *deal* era realizado ao redor da Capela do bairro. Em seu torno estavam vários capeadores que tinham como função angariar clientela para os seus chefes. Encontrávamos, por essa altura, semelhanças entre a organização psicotrópica que se vivia em torno da capela com uma colmeia de abelhas: as abelhas seriam os capeadores que tinham como “colmeia” a capela, que exercia sobre eles um efeito atrator:

“Hoje de manhã o PT está agitado e deambulavam nas suas ruas os atores do Aleixo. A movimentação perto da Capela é intensa, contrariando os poucos capeadores que se podiam ver neste bairro (...)” (diário de campo, 09/08/2011).

Não é de estranhar que a intervenção policial que se exercia neste bairro tivesse a Capela como principal alvo de atuação. Ela era realizada de carro, a pé ou até mesmo, em certas ocasiões, combinando ambas as formas e “atracando” a zona do *deal*. Vimos ocorrer na Capela do PT e na

¹⁴² “peça” foi um termo nativo que ouvimos várias vezes sempre que algum ator das drogas se queria referir ou a uma base ou a um pacote.

¹⁴³ Retomaremos esta questão da “droga traçada” mais adiante.

Torre 1 do Aleixo este modo de intervenção policial que designámos “em pinça” – polícias de um lado e de outro, cercando a área de venda e os atores que aí se encontravam:

“Novamente Polícia no PT. Surgiu um carro de patrulha no “largo” do bairro. Saíram 3 polícias e dirigem-se para a Capela. Enquanto isso, o carro de Patrulha entrava por entre os blocos mais abaixo de modo a alcançar e cercar a Capela “em pinça”: polícias a pé por um lado e carro de patrulha por outro. Nota minha: este tem sido um modo bastante frequente de intervenção policial no PT nos últimos tempos” (diário de campo, 23/01/2012).

Tal como já referimos num trabalho anterior estes territórios psicotrópicos apresentam uma considerável indefinição dos seus limites geográficos, registando ainda uma elevada mobilidade (Mata & Fernandes, 2019). Ora, a sua mobilidade revela-se fundamental para a continuidade da sua atividade, sendo uma forma de resistência e adaptação face às forças de controlo social, nomeadamente a polícia. Foi assim que, durante a fase intensiva, o *deal* se deslocou da Capela para uma das ruas interiores do bairro. Chamamos a dado momento no nosso diário de campo a essa rua como o “corredor”. Destacaremos, já de seguida, um pouco do ambiente psicotrópico no corredor do PT.

- O corredor –

Na fase intensiva, o local de venda de drogas já não se situava nas imediações da Capela estando antes situado no corredor que liga a zona interior do bairro à zona onde estava a antiga fábrica Alumínia. Descrevemos assim o corredor do PT:

“Caminhamos em direção ao PT e verifico um maior movimento de gente ao longo do corredor entre a Merceria e a Capela do Bairro e a parte onde essa rua termina, acima da antiga fábrica do PT que foi demolida. Param carros acima dessa fábrica e pessoas aproximam-se deles tentando levá-los para determinada zona dessa rua. Olho para essa rua movimentada e verifico que estão vigias e indivíduos que encaminham pessoas que lá chegam para comprar “produto”. Comento com o RS isso que estava a ver e ele disse que o movimento até nem estava muito agitado hoje, que tem estado pior. Confirma que a venda de drogas aqui no bairro incide nessa rua, registando sempre muito movimento. Reconheço alguns elementos que estão na tal “rua” do PT, inclusivamente o FD, que no outro dia me cumprimentou quando lá fui também. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 28/05/2015).”

A venda de drogas deixou, portanto, de estar concentrada num único local para se dispersar ao longo de uma rua do bairro. Os capeadores não atuam agora em torno de um ponto específico mas ao longo do corredor. Alguns consumidores chegam ao PT de carro e estacionam perto do corredor, deslocando-se lá a pé para comprar drogas; por vezes são os próprios capeadores que

abordam os consumidores e que se deslocam aos locais de venda, trazendo a “mercadoria” para o cliente que aguarda no interior do automóvel¹⁴⁴:

“Caminhávamos da capela até ao espaço onde estava a antiga Alumínia. O RS chama-me a atenção para alguns encontros ao lado das ruas, venda e organização de venda. Vários clientes chegam e são levados até esses pequenos pontos. Sujeitos que saem dali e que vão para perto da fábrica chamar alguém que está no interior dos carros estacionados.

- Estás a ver este a estacionar? Isto é tudo clientela. – disse-me o RS” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/03/2015).

A rua garante mais movimento ao “movimento”: o vigia, por exemplo, tem aqui uma maior visibilidade sobre quem entra e quem sai, situando-se precisamente na entrada da rua mais próxima do bairro da Pasteleira Nova, a zona mais movimentada:

“Mais à frente vejo que o “corredor” do PT está movimentado com vários sujeitos a passarem de um lado ao outro da Rua. Outros vinham buscar clientes fora desse “corredor”, encaminhando para o respetivo *dealer*. Outros ficavam a vigiar. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 13/07/2015).”

Quando algum elemento que, não sendo morador do PT, se desloca ao corredor, a sua presença é interpretada de duas formas: ou é percebida pelos capeadores e vigias como ameaça ou, pelo contrário, como alguém que apenas se deslocou ali para comprar produto. No primeiro caso, os atores presentes neste território psicotrópico sinalizam a presença “estranha” com um grito – normalmente “água!”; no segundo caso, o(s) sujeito(s) em causa são abordados por capeadores que tentam convencer o cliente para que vá ao *dealer* para o qual trabalham. Inicialmente, a nossa presença no local foi interpretada como a de alguém que se tinha deslocado ali para comprar ou bases ou pacotes:

“Atravessamos a rua, o tal corredor de que falo e onde se concentra uma elevada atividade de venda. Verifico que nas ruas existem pequenos aglomerados de homens, na casa dos 30/35 anos, e clientes a chegarem para comprarem produto. Vi que estava lá o TT, tal como costuma estar sempre que vou ao PT. Quando estávamos a sair do corredor, um dos sujeitos vira-se para mim e diz: - Meu, queres prata? - Não, já temos. – disse o RS” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 11/06/2015).

Destacaremos, já de seguida, os locais de uso de drogas no território psicotrópico situado no PT. Inicialmente, abordaremos a “toca”, um local situado perto da ribeira da granja onde se reuniam alguns consumidores, essencialmente durante a fase exploratória da nossa pesquisa. Apresentaremos depois o ambiente vivido no interior da antiga fábrica Alumínia.

- A toca -

¹⁴⁴ Vimos também esta abordagem do capeador ao “automobilista-comprador” perto da Torre 1 do bairro do Aleixo.

A toca, como o próprio nome sugere, era um local bastante pequeno situado na zona mais a norte do bairro Pinheiro Torres. Cabiam no seu interior cerca de quatro/cinco pessoas e, se isso acontecesse em simultâneo, ficavam todos apertados no seu interior. No meio desse local, alguns degraus de umas escadas em pedra serviam como mesa para a preparação do “produto”. Como o espaço era pequeno e o número de consumidores era elevado, alguns deles dirigiam-se para zonas mais acima, nomeadamente para um campo constituído por silvas e mato para aí realizarem os seus consumos.

A maior parte dos atores que consumiam drogas no bairro Pinheiro Torres fazia-o, sobretudo, nas ruínas da fábrica Alumínia. Passamos, por isso, por apresentar este local de consumo.

- A fábrica –

Sobre o ambiente que se vivia no interior dos pavilhões abandonados da antiga fábrica Alumínia perto do bairro Pinheiro Torres referimos o seguinte num trabalho anterior: “Este território permitiu observar em ação duas políticas de cidade de sinal contrário: a da redução de riscos e minimização de danos, protagonizada pelos técnicos que diariamente paravam a carrinha defronte da fábrica; e a securitária, protagonizada pelas intervenções policiais, culminando numa ação higienista decidida pelo poder municipal e que entaipou a fábrica, impedindo temporariamente o acesso ao seu interior por parte dos toxicodependentes” (Mata & Fernandes, 2018, p. 329). Além da intervenção técnica e policial, recorriam a este local pessoas sem ligação ao território psicotrópico e ao bairro para fornecerem refeições quentes, bens alimentares, cobertores e roupas aos atores permanentes que estavam pela fábrica a consumir e a pernoitar¹⁴⁵.

Enquanto técnicos de RRMD na equipa de que fizemos parte durante a fase exploratória pudemos presenciar o ambiente que se vivia no interior da antiga fábrica Alumínia. Os seus pavilhões eram, sobretudo, locais de consumos de drogas e de dormitório para alguns atores que aí tinham os seus cubículos. No que aos locais de consumo diz respeito, existia uma clara separação entre as zonas para os consumos fumados e injetados. Nestes últimos, os “enfermeiros¹⁴⁶” ajudavam aqueles que tinham dificuldade em chutar. Era no interior desta fábrica abandonada que algum trabalho da equipa de rua se desenrolava: caminhando com um contentor para a troca de seringas e um rolo de estanho na mão para fornecer aos que usavam a via de

¹⁴⁵ Pudemos constatar também a presença regular desta ajuda da comunidade no território psicotrópico do bairro do Aleixo.

¹⁴⁶ Em capítulos posteriores daremos destaque à função dos enfermeiros nos territórios psicotrópicos. Para uma descrição mais pormenorizada do “enfermeiro” nestes territórios ver também Mata e Fernandes (2016).

consumo fumado, sensibilizando alguns sujeitos para os encaminhamentos às instituições da rede de cuidados e, muitas das vezes, apenas conversando.

Mas, tal como se referiu acima, a fábrica do PT não conheceu apenas este “braço” sanitário do Estado, materializado-se nas ações interventivas da equipa de rua. No seu interior, por vezes ao mesmo tempo em que esse braço sanitário se desenrolava, o braço da força e da ordem exercia-se através da ação da polícia:

“O FP do PT apareceu-nos com a namorada e falava-nos de uma situação de violência policial que lhe aconteceu no seu bairro. A polícia apercebeu-se que ele estava a passar algo e começou a aproximar-se dele. Na altura em que foge, um agente prende-lhe o corpo e o FP colocou rapidamente as pedras que tinha consigo na boca para proteger o que tinha. “Depois eles lá me largaram mas foi sempre a bater-me e eu a controlar as bases na boca. Depois à noite deu-me uma febre muito alta e passei mal” disse-nos o FP” (diário de campo, 01/04/2011).

“No PT, a Polícia continua em força, marcando o quotidiano no bairro. Vários atores apareceram na carrinha, denunciando-nos as agressões que vão sendo vítimas. Reparei que estava uma carrinha estacionada perto da fábrica do PT, mesmo em frente ao portão principal. Os polícias entram de forma violenta na fábrica, à procura de qualquer coisa no chão, dão pontapés a sofás que alguns atores lá têm (...). A IF veio ter comigo à carrinha para eu ir ver o que se estava a passar ali na fábrica hoje, que os polícias os estavam a levar para as traseiras da fábrica para “lhes dar porrada” (palavras dela)” (diário de campo, 16/05/2012).

A frequência com que a polícia atuava, por vezes, no PT, “secando” o bairro, encontra ligação com aquilo que Luís Fernandes também encontrou para este território psicotrópico e para outros da zona ocidental. Fala-nos no seu diário de campo de “territórios acossados”:

“Crio hoje a expressão de territórios acossados. Os territórios psicotrópicos são territórios acossados: com uma regularidade irregular, ou seja, com uma previsibilidade que aposta na aparição inusitada, as forças policiais invadem estes territórios. Aqui há gente sob mira, expecta-se, do lado normativo, que aqui mora a desviância (...) no limite, a malvadez” (diário de campo do Mister, 29/12/1992).

Voltemos novamente ao interior da antiga fábrica Alumínia. O chão no seu interior possuía de tudo um pouco: bonecas, guarda-chuvas com astes partidas, comida estragada, sacos dos kits de distribuição que as equipas de rua forneciam aos consumidores e pedaços de prata usada. Por vezes, viam-se seringas pelo chão: umas vezes ainda por abrir e outras já abertas, contendo ainda resquícios de sangue na zona da agulha. Perante este cenário, sempre que lá fomos, sentimos medo que uma seringa usada nos penetrasse a sola das sapatilhas ou dos sapatos:

“Imenso lixo no chão, pedaços de seringas, diferentes componentes dos nossos kits no chão pisados pelos passos, guarda-chuvas com hastes partidas, bonecas de brincar sem pernas ou sem braços, enfim, toda e qualquer coisa pode estar aqui na fábrica” (diário de campo, 29/01/2010).

Apesar da venda de drogas estar reservada essencialmente à Capela ou ao Corredor, uma parte dessa venda era realizada também na fábrica por parte de alguns consumidores que

“desenrascavam” o pessoal que lá consumia e pernoitava. Com esse trabalho conseguiam arranjar dinheiro para os seus consumos. Compravam na Capela a algum *dealer* a preço de revenda e depois vendiam na fábrica a alguns consumidores que andavam por ali. A fábrica era também o local onde se “desmarcava”¹⁴⁷ grande parte do produto.

A venda de drogas na fábrica mostrou como as fronteiras de um território psicotrópico podem ser híbridas e como o *deal* se pode exercer também nos locais de consumo. O VG era um consumidor-vendedor e atuava na fábrica do PT:

“O VG tinha consigo um embrulho com droga e estava a tentar que outro sujeito lhe vendesse parte daquilo para outros consumidores da fábrica. Tinha comprado a preço de revenda uma certa quantidade de bases e pacotes a algum *dealer* e agora procurava vender para gerar algum dinheiro e, por outro lado, dar trabalho a alguns para que vendessem lá dentro também” (diário de campo, 25/03/2011).

Nalguns dos pavilhões podíamos encontrar ainda cubículos improvisados e personalizados por alguns consumidores que aí pernoitavam. A maior parte deles eram capeadores que trabalhavam no território psicotrópico do PT ou que aí desempenhavam determinada função a troco de pacotes de heroína ou pedras de coca. Para estes, a fábrica abandonada servia apenas para os consumos e para a permanência física das suas casas estando a verdadeira “fábrica” na Capela e, posteriormente, no Corredor, sendo aí que a maior parte deles trabalhava durante o dia¹⁴⁸.

A fábrica, não obstante as suas parcas condições de higiene para os consumidores e a comunidade envolvente, revelou-se fundamental para a organização diária dos *junkies* que aí consumiam e pernoitavam. Ela era, sobretudo, um catalisador de sociabilidades para quem fragmentou as suas relações sociais e encontrou aí as condições propícias para experimentar uma determinada posição transgressiva mas, sobretudo, existencial. A riqueza humana e a densidade de relações que lá encontrámos não nos permitiu confirmar a simplificação discursiva que a comunicação social fazia sobre a “fábrica do PT” nem sobre os atores que a frequentavam. Numa peça do JN do dia 07/09/2014¹⁴⁹ pode ler-se a propósito do ambiente que lá se vivia: “Quem passa na Rua da Pasteleira, às vezes, tem direito a uma visão mais próxima do que é a toxicodependência, com corpos magros e rostos enrugados a vaguear e a saltar a vedação” (p.18).

No caso dos *junkies* que aí dormiam, o seu cubículo revelou-se essencial para uma organização psicológica no território, permitindo-lhe organizar-se no território em função do “estar em casa” e “fora de casa”. A organização personalizada que constatámos nalguns destes cubículos – nomeadamente a existência de pequenas pedras a delimitar o dormitório, tapete à entrada,

¹⁴⁷ “desmarcar produto” – termo nativo para designar o ato de esconder a droga.

¹⁴⁸ Metaforicamente, para estes indivíduos, a fábrica deixa de ser o lugar do trabalho e o bairro de ser o lugar do dormitório. Esta relação com raízes históricas entre o bairro como lugar de dormitório e a fábrica como local de trabalho inverte-se no *junkie*: estes dormem na fábrica Alumínia e o trabalho espera por eles no interior do bairro Pinheiro Torres, mais concretamente nos locais de venda de drogas.

¹⁴⁹ Esta peça foi assinada pelo jornalista Tiago Alves.

cómodas, móveis decorativos e espelhos – revelava uma necessidade psicológica nestes sujeitos: a do ator se organizar nas margens, de criar a sua própria ordem naquilo que, visto de fora, nos parece ser uma desordem¹⁵⁰. Era nesses locais de pernoita personalizados e improvisados que, muitos deles, reforçavam a sua identidade de lugar no território, tal como já destacamos num trabalho anterior: “O nosso trabalho com consumidores de drogas duras nos territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto permite-nos verificar que esta identidade de lugar assume ainda mais importância quando o utilizador aprofundou o seu afastamento com a esfera escolar, laboral, familiar e encontra nestes locais o espelho de si e da sua conduta. Diríamos que estes espaços se constituem como organizadores existenciais para sujeitos que fragmentaram as suas relações sociais (Mata & Fernandes, 2016, p. 18).

O conceito de *Psychological Home* foi bastante pertinente uma vez que se revelou um conceito articulador entre aquilo que presenciámos nestes locais de pernoita e um domínio mais teórico que se inscreve no âmbito da psicologia comunitária. Este conceito – gisado por Sigmon, Whitcomb e Snyder (2002 in Mata & Fernandes, 2016) envolve três componentes essenciais que se relacionam de forma dialética:

- Componente cognitiva – que se traduz no sentimento de pertença ao lugar num determinado território e gerando, consequentemente, uma orientação cognitiva do ator, levando a momentos “em casa” e “fora de casa”;
- Componente afetiva – bem visível através de uma conexão emocional partilhada entre os atores na mesma posição existencial e transgressiva;
- Componente comportamental – traduzido num investimento comportamental por parte dos atores em organizarem e personalizarem esses locais de pernoita.

Entre a fase exploratória e a intensiva, mais concretamente em março de 2014, a antiga fábrica do PT foi demolida. A principal razão apontada pelas autoridades municipais para essa demolição prendeu-se com os problemas relacionados com as drogas que por ali se viviam. Numa peça do JN do dia 07/09/2014¹⁵¹ pode ler-se no título que “Sala de chuto arrasada pela Câmara já voltou ao mesmo” referindo-se, a propósito do que se vive na zona após a demolição da fábrica, que a maioria dos consumidores “(...) vai embora depois de aviar a dose, mas vários ficam ali abrigados. De dia e de noite.” (p. 18). Apesar disso, o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, através de um *Direito de Resposta* publicado pelo mesmo jornal em 11/09/2014 rejeita a informação veiculada pela notícia do JN suprarreferida, referindo que “(...) é sobejamente óbvio

¹⁵⁰ Esta desordem ganha mais sentido uma vez que falámos de pavilhões industriais que estavam em ruínas. Tratava-se, portanto, de gerar uma ordem dentro de duas desordens: a desordem das ruínas da fábrica e a própria desordem que caracteriza a vida de um “agarrado”.

¹⁵¹ Peça assinada pelo jornalista Tiago Rodrigues Alves.

já não existir “sala de chuto” mesmo em sentido figurado, uma vez que a referida “sala” (no sentido utilizado na peça) foi demolida, como bem sabe e pôde testemunhar o JN”.

Decorridos todos estes anos após a demolição dos pavilhões desta fábrica abandonada, o que podemos presenciar no local onde antes se concentravam utilizadores de drogas duras para aí chutarem ou fumarem as suas drogas? O consumo de drogas e a apropriação do espaço para aí pernoitarem mantém-se mesmo após a demolição. Um trajeto pela Rua Diogo Botelho, na direção Rotunda da Boavista – Foz, permite constatar, do lado direito, no espaço que dantes estava destinado ao edificado da fábrica, a existência de várias tendas próximas uma das outras, pernoitando aí consumidores de drogas com maior ligação aos territórios psicotrópicos do PT e da Pasteleira Nova:

“Subi em direção a Lordelo e depois atravesso o PT. Quando me aproximo do local onde estava a fábrica Alumínia verifiquei que estavam na parte detrás do portão principal, do lado esquerdo, um conjunto de quatro/cinco sujeitos a injetar. Mais ao fundo, perto do Corredor, estava um sujeito sentado a olhar para mim” (diário de campo, secção “observação territórios e atores, 29/12/2017).

“Atravessamos o PT. O bairro estava calmo. Vimos a zona da antiga fábrica Alumínia. No interior do local da fábrica estavam pedaços de kits de consumo pelo chão e vários cobertores. O RS diz-me que talvez haja quem esteja ali a consumir e a pernoitar.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 07/03/2017).

A opção dos poderes políticos pela demolição – vendo-a como uma estratégia de combate ao “flagelo” e “drama humano¹⁵²” que por lá se vivia - não se traduziu numa alteração significativa do comportamento dos atores das drogas nem modificou o ambiente psicotrópico lá existente. Depois da demolição, muitos deles continuam a parar ali para consumir drogas, seja da forma injetada ou fumada. Outros organizam-se em tendas distribuídas pela zona, onde os pavilhões da antiga fábrica se encontravam. A diferença que se verifica agora é que antes as paredes dos pavilhões ainda resguardavam um pouco as atividades psicotrópicas; agora, os consumos são literalmente feitos “a céu aberto”.

Depois da nossa caracterização do ambiente psicotrópico situado no PT compete-nos fazer um recuo face àquilo que foi possível constatar na primeira metade dos anos 90, aquando da primeira pesquisa. Façamos, por isso, já de seguida, um regresso ao passado tendo como foco o território psicotrópico do PT.

- E nos anos 90? -

¹⁵² Termos usados pelo presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, para caracterizar o ambiente que se vivia nos pavilhões da “fábrica do PT”.

No início dos anos 90, no ambiente psicotrópico do PT circulava, sobretudo, pó. A base de coca apareceu já no final da primeira etnografia, vindo a adquirir protagonismo na venda de drogas nestes territórios anos depois de terminada a investigação inicial.

Quanto ao local onde, na altura da primeira etnografia, se concentrava a venda de drogas, percebemos que era num “muro” existente na zona norte do bairro Pinheiro Torres:

“ Chegámos ao PT e ele (o RS) diz:
- Aqui está o PT!
Entrámos no bairro, pelo lado de cima. Uma rua em curva com um muro baixinho.
- Neste muro aqui era onde estava o pessoal, era o sítio do negócio. Agora o PT... o PT já deu. Uns foram presos, outros passaram-se para cima (refere-se à Pasteleira), outros deixaram o negócio. Agora é mais na Pasteleira. Vão daqui para lá e de lá para aqui.” (diário de campo Mister, 10/11/1992).

O “muro” antecedeu, portanto, ao nível da venda, a Capela e o Corredor. Vejamos a forma como o primeiro etnógrafo nos escreve, no seu diário de campo, o ambiente psicotrópico do PT nessa altura, a partir daquilo que um sujeito, o João S., lhe disse quando Luís Fernandes o informou que ia morar para o PT:

“Diz-me a dado momento nessa festa em sua casa (do João S.):
- Vais morar para o PT? Vê lá... Eu já lá nem entro.
-Porquê, é perigoso? – eu
- Ninguém vem atrás de ti com uma faca. Mas eu às vezes ia lá comprar (refere-se à compra de haxixe) e era só gajos de cicatrizes na cara (faz o gesto), vendiam-te qualquer coisa, se querias certificar-te do que compravas perguntavam-te “estás a desconfiar?” vinham atrás de ti, tinhas de lhes comprar para ires embora.” (diário de campo do Mister, agosto de 1992).

Em suma, ao longo dos anos, o território psicotrópico situado no bairro Pinheiro Torres foi-se deslocando no seu interior: do “muro” para a Capela e da Capela para o Corredor. O tipo de produto transacionado nos anos 90 era, sobretudo, o pó e desde a nossa fase exploratória constatámos a venda de base de coca além de heroína.

Apesar da mobilidade do território psicotrópico do PT, a forma como se expressa o fenómeno droga – assente, sobretudo, numa vigilância constante de quem entra e sai do território – apresenta bastante regularidade quer na nossa investigação quer na etnografia inicial. Mantem-se também a insistente intervenção policial neste bairro, procurando combater a venda de drogas situada no seu interior com estratégias bastante semelhantes quer no início dos anos 90 quer na nossa revisitação. Apesar disso, a venda e os consumos continuam...

1.5. O Aleixo

1.5.1. Alterações físicas e ambientais

O bairro do Aleixo foi aquele que, dos três onde intensificamos a nossa observação, mais se modificou ao longo do tempo do ponto de vista físico. O bairro está hoje mais despido, mais esventrado, tendo zonas áridas que são apropriadas por consumidores de drogas para aí fazerem os seus consumos. Num trabalho anterior dissemos o seguinte a propósito do ambiente que se vive no bairro após essas demolições: “O Aleixo está agora com o seu espaço como que esventrado, com terrenos ociosos no lugar das antigas torres, tendo precarizado ainda mais um habitat já etiquetado pela cidade com adjetivações negativas.” (Mata & Fernandes, 2018, p. 329). Na altura em que terminamos o trabalho de campo, o Aleixo tinha apenas três das cinco torres iniciais. Quando iniciámos a fase exploratória, em outubro de 2009, este bairro ainda possuía as suas cinco torres vindo depois a perder duas delas: a primeira a ser demolida foi a Torre 5 em dezembro de 2011 e a segunda, a Torre 4, foi demolida em abril de 2013.

Mas não foram apenas estas duas torres que desapareceram da “paisagem” do Aleixo. Este bairro, em 2010, “viu” a sua escola primária ser também demolida estando a mesma desativada desde 2008. O espaço que estava destinado à escola é hoje um lugar de concentração de toxicodependentes, como veremos mais adiante. Mais abaixo, já perto da Escarpa do Aleixo, verificámos que o mercado do bairro, em funcionamento na fase exploratória, é também um lugar de concentração de toxicodependentes, que aí consomem e pernoitam nos seus “cubículos” improvisados em formato de tendas, construídas com materiais precários como chapa ou até mesmo papelão.

1.5.2. Alguns dados sociodemográficos

Antes de passarmos à apresentação dos dados sociodemográficos do bairro do Aleixo façamos desde já uma breve consideração. Não conseguimos, à semelhança do que aconteceu para os restantes dois bairros em análise, dados estatísticos oficiais no relatório a que nos estamos a referir¹⁵³. No referido relatório, logo na página 2, pode ler-se em nota de rodapé: “À exceção do Bairro do Aleixo, cuja atualização de dados ocorreu em Junho de 2010, no âmbito do Plano de Requalificação Urbanística do Bairro, e cujos dados não se encontram aqui sistematizados”. Apesar disso, fomos recolhendo dados sociodemográficos seja através de reuniões com a DomusSocial, E.M., seja através da leitura de outros trabalhos de investigação que, apesar de estarem situados num momento temporal específico, nos forneceram alguns contributos para a compreensão da evolução do bairro entre os dois períodos em análise.

¹⁵³ Documento elaborado pela Domus Social E.M. intitulado *Bairros Municipais do Porto Caracterização socioeconómica* consultado em: <http://www.domussocial.pt/assets/misc/img/Habitacao/Bairros%20-%20Dados%20Gerais.pdf>

Sendo assim, a primeira grande diferença entre a primeira etnografia e a nossa revistação diz respeito à diminuição da sua população residente entre a primeira etnografia e a nossa revisitação. Esta situação muito se deveu às demolições das duas torres que descrevemos acima. No início dos anos 90, o Aleixo tinha 1700 habitantes e tinha, na altura em que terminamos o trabalho de campo, apenas 216. Desses residentes, a maioria (56.1%) situa-se na faixa etária dos 26 aos 64 anos, 24.4% tem até 25 anos, 17.1% está situado na faixa etária entre os 65 e os 84 anos e apenas 0.02% da população residente tem mais do que 85 anos. A idade média da população residente situa-se nos 48 anos para as mulheres e 39 anos para os homens. Quanto ao nível de instrução, e tendo como referência o ano de 2001, mais de metade da população (63.7%) apresentava pelo menos o 1º ciclo do ensino básico e apenas 0.4% (5 pessoas) tinham curso superior (Câmara Municipal do Porto, 1999 *in* Mendes, 2012).

À semelhança daquilo que já apresentamos para os outros dois territórios, assistimos a um aumento da população desempregada no Aleixo entre o início dos anos 90 e o período a que conseguimos dados mais atuais, 2016. Assim, na altura em que decorria a primeira etnografia, o desemprego entre a população ativa situava-se nos 13.8% e, em 2016, correspondia a 72.1%. Relativamente à população empregada, e tendo agora como referência o ano de 2011, a categoria mais representativa é a de trabalhadores não qualificados (214 pessoas, correspondentes a 49% da população inserida no mercado de trabalho) e de operários e artífices (110 pessoas, correspondentes a 25.2% da população ativa). Destaque para a modesta importância dos Quadros Superiores, que só empregava, em 1999, 4 pessoas (0.9% da população ativa) e das Profissões Intelectuais e Científicas (apenas 2 pessoas, representando 0.5% da população empregada do Aleixo). Tendo em conta os dados que apresentámos atrás para a zona envolvente, verificamos que o setor secundário se apresentou, desde os anos 90 até 2011, em claro recuo face à expansão do setor dos serviços que registou, para o mesmo período, um claro aumento. Não será, portanto, de estranhar o papel que esta mutação socioeconómica da zona teve ao nível do aumento do desemprego nos habitantes do Aleixo, que tinham e têm ainda como principal setor empregador os Trabalhos não qualificados ou a Indústria.

1.5.3. A experiência etnográfica no Aleixo

Uma das três razões enumeradas pelo primeiro investigador para escolher o Aleixo enquanto objeto de estudo foi precisamente o seu carácter mediático que, na altura, este bairro portuense possuía, concentrando representações negativas muito devido ao “problema da droga”, que assumia neste território dimensões problemáticas. A sua imagem coletiva congregava e reunia características que o assemelhavam a um “guetto”. Diz-nos Fernandes (1997, p. 220) a este

respeito: “Esta estigmatização do Aleixo, representado como “ghetto”, foi por nós confirmada tanto a partir da análise do discurso da comunicação social como dos residentes e dos consumidores de drogas que aí se deslocam. Neste discurso é ainda saliente a sua conotação com a dissocialidade, incluindo centralmente o “problema da droga””.

O que nos autoriza a dizer a nossa experiência etnográfica decorridos mais de 20 anos após a afirmação supracitada? O bairro do Aleixo continua a ser a etiqueta principal do “bairro das drogas” e a sintetizar os aspetos mais “negativos” sobre o “estilo de vida *junkie*” na zona de Lordelo do Ouro ou até mesmo de toda a Cidade do Porto¹⁵⁴. E essa etiqueta de “bairro problemático” encontrámo-la disseminada nos diferentes atores sociais com que contactámos, sejam atores ligados às drogas, técnicos de intervenção social, moradores ou nas referências dos órgãos de comunicação social.

Emergem do discurso mediático e político-camarário termos que espelham sistematicamente atributos negativos relativamente a este bairro social portuense. Para a Comunicação Social, o Aleixo é visto como o “inferno da droga”, “supermercado da droga”; para o Discurso Político-camarário, é visto como o “santuário nacional da droga”, “algo verdadeiramente dantesco”, “uma vergonha para todos nós”, “a maior chaga social e urbana do Porto”, onde existe uma “situação de extrema miséria e degradação”¹⁵⁵.

A mediatização deste bairro a partir de atributos negativos contribuiu para amplificar a estigmatização territorial sobre esta zona e seus atores, rotulando-a como “lugar infame” e levando a opinião pública a acreditar que a única solução para o “problema” passava pela sua eliminação ou “expurgação” da Cidade. Os termos “combate” e “eliminação” – tão presentes no discurso político-camarário... - são palavras que mostram como o objetivo dos poderes políticos era a limpeza das zonas conotadas com a “errância”, eliminando a “chaga” e “tratando” a Cidade saudável, livrando-a do perigo de contágio moral e ético dessas zonas face à ordem dominante. Nos termos do atual presidente da Câmara, Rui Moreira: “O Aleixo é hoje uma tragédia que acontece a céu aberto. (...) A Cidade não entende como vivem pessoas naquelas condições, num centro de tráfico e consumo de droga” (JN, 1/10/2018, p. 19).

No mesmo sentido, Mendes (2012), socorrendo-se de análise documental sobre o bairro do Aleixo bem como de análise estatística e de conteúdo em notícias de jornais diários que saíram entre 2005 e 2010 em alguns sites noticiosos online, concluiu que a mediatização em torno do fenómeno droga é central neste bairro: “De facto, é comum a amplificação mediática deste problema (da “droga”), embora não tenhamos escolhido de forma intencional notícias que versavam sobre

¹⁵⁴ Não obstante a importância de outros territórios psicotrópicos ao nível da venda e consumo de substâncias psicoativas na Cidade, nomeadamente o Cerco e o Lagarteiro (na zona oriental da Cidade) ou a Rua Escura (no Centro Histórico da Cidade).

¹⁵⁵ Declarações de Rui Rio, ex-presidente da Câmara Municipal do Porto, na revista *PORTO SEMPRE* de janeiro de 2012. Mais à frente, nesse boletim da Câmara Municipal do Porto, surge um título carregado simbolicamente: “Acabar com este “pesadelo” urbano”.

este tema, este surge amiúde como uma informação estigmatizante numa certa continuidade temporal” (Mendes, 2012, p. 92). Ainda de acordo com a autora: “O tráfico e o consumo de drogas têm aqui alguma visibilidade e importância muitas das vezes mediatizada, encontrando-se geralmente concentrado na Torre 1, ou seja, junto a uma das entradas do bairro.” (Mendes, 2012, p. 92).

Estas representações cristalizam sobre o Aleixo uma série de imagens negativas sobre o mesmo, associadas ao “tráfico” e ao consumo de drogas. Vejamos a forma como nos fala do bairro um morador do Aleixo que nos disse sempre ter morado ali, mesmo “antes do Aleixo ser Aleixo”. O bairro é para ele uma autêntica fábrica de drogas:

“Aquilo ali no Aleixo é uma fábrica autêntica, uma fábrica... o pessoal vive todo à custa daquilo, não há como negar. É que dantes quando se dava qualquer subsídio ou qualquer coisa às pessoas dos bairros era para as pessoas melhorarem a sua situação, agora não... O que é que os rendimentos fazem? Nada... E claro que ter um filho naqueles contextos já se sabe para o que é que é... É para ser traficante, principalmente é isso... É uma fatalidade, um destino, as alternativas são muito poucas – disse o JT (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 13/01/2017).

A nossa experiência etnográfica no bairro do Aleixo levou-nos, inicialmente, a receá-lo, havendo qualquer coisa ali que nos deixou desconfortáveis e com medo. Esse medo traduziu-se numa sensação de evitamento que experienciamos sempre que lá estivemos durante a pesquisa. É um bairro que, desse ponto de vista, se afasta muito do bairro da Pasteleira Velha, onde a sensação de conforto e de aceitação é maior. Damos conta disso mesmo numa nota de campo:

“De referir que o Aleixo teve sobre mim uma sensação de medo inicial em lá entrar. Trata-se de um território diferente do bairro da Pasteleira Velha, que para mim tem sido mais acolhedor. Há qualquer coisa no Aleixo que me assusta um pouco. Apesar de conhecer o bairro, de ter trabalhado na equipa de rua, de já estar, portanto, familiarizado com algumas das suas dinâmicas, ainda há uma sensação de evitamento deste território. Quando estacionei o carro nas Condominhas e me dirigi para o Aleixo, à medida que me ia aproximando do território ia-se apoderando de mim algum receio de que me pudesse acontecer algo. Tentei agir e circular com normalidade. Nada me aconteceu.” (diário de campo, secção “notas de terreno”, 26/09/2015).

Trata-se de um bairro onde o fenómeno droga assume contornos muito particulares, levando-nos a dizer que é diferente de todos os outros. O primeiro etnógrafo é peremptório em considerar que o bairro do Aleixo é um “território aparte”:

“O Aleixo é um território aparte: tem entrada e saída (...). sabemos que nos olham, quando passamos, não se passa incógnito aqui. E, lá dentro, percebemos estar num território que não é o nosso. Um território que, ultimamente, tem andado acossado...” (diário de campo Mister, 09/01/1993).

Encontrámos no diário de campo da primeira pesquisa esta referência ao Aleixo como um “bairro afastado” quer do PT quer da Pasteleira:

“Noto que o RS percepçiona o PT e o bairro da Pasteleira como um mesmo conjunto, “a malta vai daqui para lá e de lá para aqui” (...) Percepçiona o Bairro do Aleixo como “já mais afastado”. Ao falar da cena

drug “afasta” o B.A. e centra-se nestes dois. Vê a Pasteleira como o centro mais activo no momento” (diário de campo Mister, 10/11/1992).

Apresentamos, já de seguida, uma caracterização dos locais de venda e consumo de drogas no bairro do Aleixo e aproximaremos essa caracterização com aquilo que se verificava na altura da primeira etnografia.

1.5.4. O território psicotrópico do Aleixo

À semelhança do que acontece no território psicotrópico situado no PT, o que se situa no bairro do Aleixo também se caracteriza pela venda de produtos mais pesados, tais como heroína e base de coca. Esta situação torna-o mais fechado, nomeadamente face à vida comunitária do bairro. As drogas que por aqui circulam apresentam-se “cortadas” ou “traçadas” com substâncias que, por um lado, reduzem o poder psicoactivo para quem as compra e consome (tendo de consumir em maior número e em maior quantidade para que se elimine a ressaca) e, por outro lado, aumentam o lucro de quem as vende¹⁵⁶.

De um modo geral, o ambiente psicotrópico que se vive no Aleixo apresenta uma estabilidade temporal considerável, quer consideremos a passagem da fase exploratória para a fase intensiva da nossa investigação quer consideremos um período temporal mais largo entre a primeira etnografia e a nossa investigação. Contudo, apresentaremos mais adiante as características que se foram alterando ao longo do tempo e que dizem respeito, essencialmente, à concentração dos locais de consumo. Mas antes de o fazermos, destacaremos o mercado de drogas no bairro do Aleixo e a Torre que das três existentes concentrava a maior parte dessas atividades: a Torre 1.

– A Torre 1 -

“ Ao lado da entrada na Torre 1 está um casal, um homem e uma mulher, a fumar um caneco, no interior de um “cubículo”, espécie de tenda, mesmo ali à entrada da Torre. (...) À entrada da Torre 1 está um sujeito alto, na casa dos 40 anos. O Lagarto cumprimenta-o e diz:

- Este é o MDG. Está aqui a controlar o movimento e tal, quem entra e quem sai da Torre – diz para mim. Volta-se para ele e diz-lhe: - Este é o Simão, é meu amigo, tranquilo...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 15/02/2017).

¹⁵⁶ Veremos, mais adiante, quando estivermos a caracterizar os locais de uso de drogas deste território psicotrópico como o “traço” dificulta a organização diária de alguns consumidores.

Sempre que um consumidor chega ao Aleixo, seja a pé, de carro ou de táxi e se dirige para a torre 1, normalmente é para comprar o “produto”. Os clientes são bastante heterogêneos, indo desde consumidores que preferem não se expor ao movimento e pedem a algum “ressaca” que se desloque ao bairro ou à torre para comparar produto até atores que permanecem no território de forma permanente ao longo do dia, aí comprando e consumindo, em locais que caracterizaremos mais adiante.

O ambiente que se vive em torno da Torre 1 oscila entre momentos de grande movimento ao nível da venda de drogas e momentos de maior abrandamento dessa atividade. Quer num caso quer noutro, esse ambiente apresenta uma rutura significativa com a restante vida do bairro. Esta situação faz com que o seu território psicotrópico seja extremamente fechado e defensivo relativamente ao exterior. Esse exterior é desde logo o próprio bairro onde ele se situa, verificando-se uma clivagem territorial, social mas sobretudo simbólica entre os atores ligados às drogas e aqueles que em nada se relacionam com essas atividades. Vejamos a forma como o R., um interventor comunitário há bastantes anos no Aleixo, nos fala sobre a fratura territorial de que estamos a dar conta:

“- Porque há mesmo uma grande separação entre o pessoal da venda de drogas no bairro e as outras pessoas, as pessoas mais idosas e assim. Aliás, são essas pessoas que nós acabamos por ter mais contacto. Essas e as crianças. Aliás, a associação é mesmo frequentada mais por essas crianças, do ensino básico, por assim dizer, que acabam por passar aqui os tempos livres. Mas depois quando crescem... deixam de frequentar o espaço, pura e simplesmente isso. E claro que ficam ali perto da Torre 1 (...) Pronto esta malta mais jovem fica aí. E claro que sabemos que a Torre 1 é mesmo a Torre mais proscrita com os problemas que se relacionam com o tráfico. Apesar de todas as torres estarem relacionadas com esse tráfico. Mas são, digamos assim, os bastidores da situação. Eu, por exemplo, sei que nesta torre onde estamos, na Torre 3, existem pessoas que têm ligações à Torre 1 e que na Torre 2 também. Mas você sobe esta torre e não vê nada que o choque, que o coloque em perigo, algo que lhe possa dar problemas...” (R., cerca de 40 anos, diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/09/2015).

Sempre que estávamos no Aleixo e nos distanciávamos da Torre 1, parecia que caminhávamos para um outro bairro dentro do mesmo bairro. O ambiente psicotrópico, os seus movimentos e atores distinguem-se do restante ambiente comunitário levando-nos a referir a dado momento, no nosso diário de campo, a existência de dois “Aleixos”: o Aleixo de baixo” e o “Aleixo de cima¹⁵⁷”:

“Quanto ao “Aleixo de cima” vejo que é a face mais visível da venda e do consumo de drogas no Aleixo. É a zona onde as carrinhas da equipa de rua param. Já a zona do Mercado, da Associação de Moradores, etc. corresponde ao “Aleixo de baixo”, aquela onde se regista uma maior paz, um ambiente mais calmo que difere da agitação perto da Torre 1.” (diário de campo, secção “notas de terreno”, 26/09/2015).

¹⁵⁷ A este propósito referimos o seguinte em trabalhos anteriores: “O fechamento deste território acontece, desde logo, face ao próprio bairro onde se situa. Essa situação traduz-se numa distância, que é menos física do que simbólica, entre os atores ligados às drogas e aqueles que em nada se relacionam com as atividades ditas desviantes.” (Mata & Fernandes, 2019, p. 208).

A venda de produto, realizada no interior da Torre 1, estende-se até às suas imediações. No seu exterior, é possível constatar a ação dos capeadores cuja função é precisamente o “angariar” clientes para o “patrão” para o qual trabalham:

“Vi uma enorme fila que vinha de uma das “bocas” da Torre 1. As bocas são as entradas para a Torre. São duas. A fila era grande e ia diminuindo progressivamente à medida que os “porteiros” iam controlando a passagem das pessoas dentro da Torre. Aquilo ali parecia as bilheteiras de um Porto – Sporting ou Porto – Benfica, tal era a extensão da fila e a entrada a conta-gotas dos sujeitos no estádio...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 19/07/2011).

“Caminhamos para umas escadas que davam acesso à zona da Torre 1.

- Olha para aquilo ali, já viste? Até faz filinha... - disse o RS.

Olhei e de facto estava uma fila de sujeitos para entrar na Torre 1 para comprar produto. Na parte onde estávamos víamos de perto os os capeadores a trabalhar, que gritavam para os sujeitos que acabavam de chegar os nomes dos seus “chefes” (...) (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/10/2015).

O primeiro excerto mostra-nos algo particularmente importante: o carácter organizado dos fenómenos que observamos em torno da Torre 1. As atividades em torno das drogas estão hierarquizadas e cada ator ali envolvido sabe qual a sua função e o que dele se espera. Qualquer alteração na organização vigente é sujeita a uma reação que pode passar pela mera advertência ou até mesmo por medidas mais drásticas como expulsões e/ou agressões¹⁵⁸. São frequentes os comportamentos de competição entre os utilizadores de drogas para adquirirem determinada função no território – de “capeador”, “enfermeiro” ou “vigia” – mas também os de cooperação quando, por exemplo, um dos atores rende, por um determinado período de tempo, a função de um outro quando este se ausenta do seu “posto de trabalho”:

“Chega o MLF à carrinha para que a enfermeira lhe faça um curativo. “Estás a trabalhar?” – pergunta o DM (vigia do Aleixo). O MLF responde que não. Depois o DM pede-lhe se pode ficar por uns momentos na vigia e o MLF não respondeu. “Preciso de ir lá abaixo (à Torre 1), é rápido” diz o DM mas o MLF continua a não responder. O DM retorna ao posto de vigia e tenta arranjar alguém que o substitua ali enquanto ele vai à Torre. (diário de campo, 03/10/2013).

Por concentrar as principais atividades de *deal* no Aleixo, não é de estranhar que grande parte da intervenção policial neste bairro seja feita na Torre 1. Essas intervenções vão desde meras rusgas até situações de alguma violência, com alguns atores das drogas, maioritariamente consumidores, capeadores e pequenos *dealers*, a serem os seus principais alvos:

“Estávamos no período da toma da Metadona, trocando também algumas seringas, quando apareceram dois técnicos de intervenção local para falar connosco. Apenas me juntei à conversa quando

¹⁵⁸ A organização e elevada hierarquização do ambiente psicotrópico do Aleixo foi já destacado, num estudo intermédio entre a etnografia inicial e a nossa revisitação: Fernandes e Pinto (2004). De acordo com os autores, este território psicotrópico: “Supone la contratación de varios trabajadores (muchas veces drogadictos) y la existencia de jerarquías entre ellos: desde los «capiadores» (que atraen clientes buscando desviarlos de la concurrencia), a los vigías (que hacen sonar la alarma en caso de sospecha de presencia policial), a los preparadores (muchas veces niños que hacen, por ejemplo, el empaquetamiento del producto), a los transportadores (que recogen las sustancias de los abastecedores), etc.” (Fernandes e Pinto, 2004, p. 150).

ela já ia na violência policial que se têm sentido ultimamente no Aleixo. Dissemos que ultimamente existe uma situação neste bairro em que após força policial intensa, os consumidores e a população do bairro respondem com a “mesma moeda” o que gera, por seu turno, um aparato policial quase diário neste território. “As populações cada vez constroem mais uma imagem negativa da polícia”, disse um dos técnicos que veio falar connosco” (diário de campo, 23/03/2013).

Noutras alturas, essa intervenção faz-se sentir apenas pela passagem da polícia de carro. À semelhança daquilo que também salientámos para a Capela do PT – recorde-se, um dos locais de venda de drogas neste bairro – também aqui a Polícia realiza alguma da sua intervenção “em pinça”: polícias de um lado e do outro da torre impedindo a saída dos *dealers* do seu interior. Outras vezes, fazem operações STOP no interior do bairro:

“A polícia quando se aproxima com o carro de patrulha da Torre 1 coloca-se em sentido contrário, impedindo um carro de passar. É um carro preto, com vidros fumados, um Mini Cooper. Os polícias saem do carro de patrulha e cercam o carro. Pediram-lhe os documentos e passado algum tempo deixaram-no ir. O “ambiente” está parado, os consumidores estão perto da carrinha¹⁵⁹ - é algo muito frequente este cenário” (diário de campo, 01/10/2013).

Uma das características deste território psicotrópico é a sua elevada defensividade, mantendo-se sempre alerta relativamente ao exterior. Tal situação é visível pela função do “vigia”: quase sempre situado numa das entradas superiores do bairro, observando quem se desloca para o seu interior e sinalizando com o grito “água!” para a Torre 1 sempre que identifica ou percebe alguém como potencial ameaça para o negócio ali em curso. Durante o trabalho de campo, enquanto conversávamos com o “vigia” do território psicotrópico do Aleixo – o DM - deparamo-nos com a importância do seu trabalho para a manutenção da venda de drogas neste bairro:

“Enquanto conversava com o DM perto da entrada do Aleixo, aproxima-se um *Skoda* da Polícia. Digo para o ele:

- Ei, olha aí eles...

O DM pára de falar comigo e dirige-se para a Torre 1, pedindo desculpa porque não viu. Perto da Torre, o movimento que estava antes parou e não se via ninguém. O carro da Polícia passava lentamente pela zona da Torre, descendo o bairro em direção à Escarpa. Entretanto, quando o carro da Polícia já tinha passado, um sujeito que estava na Torre 1 abre os braços na nossa direção, minha e do DM. Enquanto abria os braços, ele dizia para o DM:

- Atão pa!? Não dizes nada?!!

O DM diz para a Torre 1:

- Que é que queres?? Não vi pa, não vi.... Desculpa lá (...).” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 03/02/2016).

Com a fase intensiva e a possibilidade de estar no bairro noutros períodos do dia que não fossem apenas aqueles que estavam previamente definidos pela equipa de rua onde trabalhámos, percebemos que, no final da tarde, a Torre 1 ia abrandando o seu ambiente psicotrópico, passando

¹⁵⁹ Referimo-nos à Unidade Móvel onde trabalhámos durante a fase exploratória.

a venda de drogas para a Torre 2. Ao final da tarde, e durante parte da noite, era aí que o *deal* se processava, com os capeadores a rondarem e a apregoarem o produto dos seus chefes:

“O Lagarto diz-me:

- Ali na Torre 1 pronto é o que já sabes... Durante o dia porque durante a noite a venda salta para a Torre 2, para os primeiros andares. Nem há aquele espalhafato que se vê de dia perto da Torre 1.” (diário de campo, 15/02/2017).

Os capeadores realizam o mesmo trabalho que faziam durante o dia na Torre 1, tentando angariar clientes:

“Numa das esquinas da torre 2 vejo um sujeito careca sentado, a olhar para os lados. É o PA. Vê o Lagarto e diz-lhe:

- Pah se quiseres já sabes, tá o Puskas ali. Não cheira a nada...

Perguntei mais à frente o que é que ele queria dizer com aquilo do “não cheira a nada” e o Lagarto diz-me que tem que ver com a pureza das bases. Disse que era uma forma do PA convencer o pessoal a comprar ao seu “patrão”, o Puskas. Disse-me que quando “a branca tem cheiro” pode estar “rafada”, isto é, não é tão pura, “não bate tanto” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 24/02/2017).

Em todo o caso, quando a venda passa para essa torre, o “movimento” encontra alguma resistência dos moradores da mesma, algo que não era tão evidente na Torre 1:

“O Lagarto diz-me que andar aqui no Aleixo é perigoso de noite, que costumam atirar coisas pesadas cá para baixo a quem vai a passar perto das torres, como jarros, louça e panelas. Estávamos já perto da Torre 2 e fico um pouco com medo disso que ele me disse. O Lagarto diz-me, no entanto, que não há problema desde que tenhamos cuidado. Perguntei-lhe sobre isso:

- Porque é que o pessoal atira isso cá para baixo?

- Não sei, deve ser para assustar o pessoal que anda cá embaixo a capear ou assim, para os afastar, para ver se eles param com aquilo... - respondeu o Lagarto.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 24/02/2017).

Com o passar do tempo constatamos que o “Aleixo de baixo” – nomeadamente a zona do mercado – foi apresentando assentamentos de consumidores que aí faziam as administrações e pernoitavam. De referir que, durante a fase exploratória e no início da fase intensiva, essa zona se encontrava sem consumos de drogas significativos. A sensação que tivemos quando regressámos ao Aleixo durante a fase intensiva era a de que o bairro estava mais proscrito ao nível das drogas. A dicotomia existente entre os “dois bairros” – um “das-drogas” e outro “sem-ser-das-drogas” – estava cada vez mais diluída, com os consumos distribuídos por praticamente todo o bairro. O “Aleixo de baixo” é, hoje em dia, um local de assentamento de utilizadores de drogas que aí consomem e pernoitam em habitações semelhantes àquelas a que nos referimos quando apresentámos e descrevemos o ambiente psicotrópico vivido no interior da fábrica Alumínia do PT:

“Comento com o RS esta aparência mais degradada do Aleixo nos últimos tempos. A imagem que encontro semelhante ao que vi foi a de um campo de refugiados, tendas distribuídas por todo o lado... Com o fenómeno agora muito mais “espalhado” no bairro, situando-se em zonas onde antes (na altura das

equipas de rua, por exemplo) não estava ainda.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 28/03/2018).

Se o local de venda de drogas neste bairro se concentra, sobretudo, na Torre 1, os locais de consumo sofreram várias mudanças ao longo do tempo. Começamos pelo local onde os consumidores se reuniam com maior frequência na altura da fase exploratória da nossa pesquisa: os baldios.

- Os baldios -

Os baldios situavam-se do lado oposto ao da Torre 1, tendo depois transitado para a zona do mercado do bairro do Aleixo e, atualmente, para o local onde estava a Escola Primária. Os injetores realizavam aqui os seus consumos sentados no chão ou em pedras devidamente preparadas para o efeito. Era também nessas pedras que alguns deles preparavam o “caldo¹⁶⁰”: colocando o “material” na carica distribuída pelos kits de consumo e diluindo-o depois em água. O ácido cítrico ajudava na diluição da substância e o filtro na eliminação das impurezas. Depois disso bastava que se colocasse o “caldo” na seringa, ficando pronto para ser injetado. Quanto às zonas do corpo onde se realizavam essas administrações elas variavam muito de consumidor para consumidor: nalguns deles, o antebraço era a zona eleita para o chuto; mas quando o número de injeções por dia aumentava, essa zona revelava-se insuficiente para administrar as substâncias. Quando isso acontecia, o injetor tinha que explorar zonas alternativas do seu corpo. O pescoço e as pernas eram algumas dessas zonas¹⁶¹. Ilustrámos abaixo o caso de um consumidor que teve que recorrer às pernas para injetar drogas uma vez que “já não tinha veias¹⁶²” nos braços:

“O EA acabou de consumir e chamou por nós. Pediu-nos para chegar o balde (contentor para a troca de seringas) para perto dele porque tem bastantes hematomas nas pernas. Diz-nos que tem dificuldade em mexer-se. Deslocamo-nos com o balde para ele trocar as máquinas¹⁶³ utilizadas e íamos conversando sobre as suas práticas de consumo(...)” (diário de campo, 25/03/2011).

A partilha de “máquinas” entre consumidores era bastante frequente nos baldios. Quando o desespero da ressaca era insuportável pediam-se seringas a outros consumidores que estavam a caldar. Por vezes, alguns deles, tinham seringas “em stock”, isto é, sem serem usadas, estando ainda dentro da embalagem que as envolvia e forneciam ao *ressaca* que agora procurava uma para

¹⁶⁰ “caldo” – expressão nativa que serve para designar o produto quando já está pronto para a injeção.

¹⁶¹ Na secção *Os atores da revisitação* apresentaremos as trajetórias de alguns consumidores dos anos 90 onde demonstraremos, com maior pormenor, as consequências de injetar em zonas de elevado risco.

¹⁶² “não ter veias” - expressão nativa que serve para justificar a mudança da injeção para outras zonas do corpo.

¹⁶³ “máquinas” – termo nativo para designar seringas.

se injetar; outras vezes, a seringa fornecida estava usada. Normalmente, a partilha de material de consumo era retribuída com uma pequena parte do “produto” ou então através de outras formas de retribuição relacionadas com a vida nas drogas.

Nos baldios foi ainda possível perceber uma separação entre os que injetam drogas e os que fumam, seja “na prata” ou “no caneco”¹⁶⁴, situando-se em zonas diferentes no interior deste local de consumo. Essa divisão entre zonas de picadores e fumadores foi também visível nos locais de consumo de drogas durante a fase intensiva, com os fumadores amontoados contra um muro perto da torre 2 a “dar canecos” ou a “dar na prata” e, mais ao fundo, num local mais árido, com vários consumidores sentados no chão ou em pedras a “chutar”.

Dissemos, atrás, que as drogas se comercializam com uma certa quantidade de “traço”, ou seja, com produtos que se misturam com a substância psicoativa tendo como consequência a diminuição do efeito psicoactivo da droga e o aumento da margem de lucro de quem vende. Devido a isso, vários consumidores apresentam estratégias que visam identificar a droga “martelada”. Uma delas consiste em passar o produto de uma máquina para outra depois do “material” estar pronto para ser injetado. Durante a fase exploratória, vários injetores solicitaram-nos uma seringa a mais além daquela que servia para a injeção para que, com essa passagem do produto entre “máquinas”, a parte remanescente do “traço” ficasse na seringa antiga:

“Hoje verificamos que vários consumidores tiveram dificuldades em colocar o “caldo” na máquina visto que a “Branca estava muito suja” (linguagem dos próprios atores). O DF pediu-nos uma máquina de propósito exactamente para tentar passar o produto que estava na sua máquina para outra, na tentativa de fazer desaparecer o pedaço de coca que não foi possível dissolver durante a preparação do caldo. O MA (educador de pares da equipa) disse para eles colocarem mais ácido do que é costume exactamente para o “caldo” se dissolver completamente (em vez de dissolver o produto com o ¼ de ácido habitualmente por cada “pedra de coca” ou “pacote de heroína”)” (diário de campo, 10/03/2011).

Os baldios, à semelhança daquilo que pudemos também constatar para a antiga fábrica do PT e para outros locais de consumo de drogas, apresentavam-se como locais organizados, com hierarquias muito claras e dotados de normatividade. Vistos por dentro, com um olhar próximo dos contextos e dos atores das drogas, os baldios eram catalisadores das sociabilidades *junkies*, locais propícios ao estabelecimento de conversas e discussões sobre vários assuntos. Alguns deles referiam-se às drogas, à qualidade do produto consumido, ao *dealer* que vendia a melhor droga, conversas sobre caldos bem ou mal sucedidos pelos “enfermeiros” que ali atuavam. Mas outras conversas estabeleciam-se também sobre banalidades do quotidiano, assuntos triviais como o tempo, futebol, política ou religião:

“As conversas que se estabelecem durante nos Baldios durante os chutos assumem um carácter normativo impressionante, assemelhando-se a conversas informais, de café ou de tasca. O RM comenta o frio que se gerou ontem à noite: “- Até chegou mesmo a choviscar...” enquanto estava com a seringa

¹⁶⁴ “Na prata” e “No caneco” - expressões nativas que servem para designar as duas principais formas de consumo fumado nos territórios psicotrópicos.

parada, interrompida durante o chuto. No outro dia, a meio de um chuto, o AA falava das meias-finais da Taça da Liga entre Benfica e Sporting.” (diário de campo, 03/03/2011).

Os consumidores possuíam ali um determinado *status* no território, havendo aqueles que lá estavam a pernoitar – caso do NT, por exemplo – e aqueles que apenas se deslocavam aos baldios para dar uns chutos ou uns bafos, indo-se embora posteriormente. Esta situação conduzia a apropriações muito diferentes do local, levando a que os mais enraizados apresentassem uma identidade de lugar muito forte, sendo os seus principais organizadores. Quando, por algum motivo, algum consumidor com uma relação esporádica com o local pretendia assumir alguma função destes atores mais enraizados, estes reagiam de imediato: “Custou-me muito entrar aqui pa! Entrei aqui devagarinho para ter um estatuto neste sítio. E quê? Alguns gajos pensam que isto é chegar aqui e volta sempre que estás perdoado?! – disse o NT” (diário de campo, 31/03/2011). Nos baldios do Aleixo, vários “enfermeiros” injetavam outros consumidores, muitas vezes em zonas consideradas de elevado risco para a sua saúde: “Hoje fizemos trabalho nos Baldios. O dia estava nublado, com ameaças de chuva a qualquer momento. O MS chegou aos Baldios e pediu ao NT para lhe picar.” (diário de campo, 17/03/2011).

A organização dos baldios dava-se também ao nível da qualidade da droga consumida: alguns consumidores tinham como função advertir os outros para o grau de pureza da branca ou do pó, evitando-se com isso as grandes “chapadas”¹⁶⁵:

“À entrada dos Baldios estava o JG, sem camisa, com as meias a cobrirem o terminal das calças e a dar um chuto. A cara dele imóvel e os olhos semi-cerrados. Pareceu-me como que alguém quando tem uma comichão qualquer e se coça de modo a aliviar a sensação esquisita. Ao começar a curtir o chuto ele dizia: “A Branca cobre a Castanha hoje”, referindo-se ao maior efeito da Cocaína relativamente à Heroína. Depois dizia aos outros Tóxicos para terem cuidado porque a Branca “dava estalada”” (diário de campo, 21/02/2011).

A forma organizada com que apresentámos os baldios não encontra ligação com o registo sensacionalista de algumas peças jornalísticas que saíram, entretanto, nalguns órgãos de comunicação social sobre estes locais. Num deles, o JN, através de uma peça do dia 01/10/2018¹⁶⁶, referia-se assim aos atores e locais de consumo do bairro do Aleixo: “Visto da perspetiva deles, os junkies que ignoram o lixo daninho que espalham por todo o lado e a insalubridade que caminha com eles, debaixo deles, à frente deles, dentro deles e que eles deixam para trás como um rasto de migalhas tóxicas que atapeta todo o bairro, ali é o paraíso: podem comprar, consumir e repetir, tudo sem sair do mesmo sítio. O top é constante desde os anos 90: heroína, crack, cocaína e a do meio está agora em emergência”.

¹⁶⁵ “chapada” - termo nativo para designar os efeitos das drogas.

¹⁶⁶ Peça realizada pelo jornalista José Miguel Gaspar.

Ao longo do tempo, os baldios vieram a perder importância como local de consumo de drogas no Aleixo. Uma das zonas do bairro que adquiriu essa função foi a zona destinada à antiga escola primária do bairro. É sobre o ambiente psicotrópico ali vivido que falaremos já de seguida.

- A Escola primária –

Quando iniciamos a fase exploratória, a escola primária do bairro do Aleixo encontrava-se já desativada. Contudo, era possível observar os seus pavilhões desabitados e alguns mesmo destruídos. Nalguns deles, dormiam consumidores de drogas. Era aí também que alguns consumos se realizavam.

Quando esses pavilhões escolares foram demolidos, em 2012, ficou um enorme vazio no local. É precisamente nessa altura que se começou a verificar uma maior concentração de consumidores de drogas nessa zona, com uma organização bastante semelhante àquela que se podia observar nos baldios: a separação entre o “pessoal que pica” e o “que fuma”, por exemplo. Era neste local que os consumidores se reuniam para consumir drogas durante todo o dia. Os que fumavam ficavam encostados à parede que separa esse local da rua que atravessava o bairro; os que injetavam, estavam distribuídos pelo local, sendo ainda possível verificar várias tendas¹⁶⁷:

“No local onde estava a Escola do Aleixo, estão vários consumidores a dar na prata, em fila ao longo da parede que separa a zona onde estava o edifício da Escola e a Rua Arnaldo Leite. Num outro extremo, mais ao fundo dessa zona, estão alguns grupos de consumidores de cerca de 4/5 sujeitos reunidos a darem chutos.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/02/2017).

“No lugar onde estava a antiga escola do Aleixo vi que estava um conjunto de cerca de 8 consumidores a dar uns chutos. Um deles era o RB (...). Estava com a parte de baixo das calças puxadas para cima. Não me viu, eu estava do outro lado da rua com o RS. O RS diz-me:

- Olha para aquela cena... O pessoal todo ali a consumir...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/10/2015).

Tal como dissemos atrás, com a demolição da Escola, este local começou a ser mais frequentado pelos consumidores de droga da zona. Mas, apesar dessa mobilidade, a forma como o fenómeno droga se expressava aqui adquiria contornos bastante semelhantes ao que já existia anteriormente noutros locais: os atores que estavam, mais acima, nos baldios, *desceram* para a zona onde estava a antiga escola, colocando agora aí as suas tendas e cubículos para dormir. A existência de seringas e outros materiais de consumo pelo chão era também algo comum quer

¹⁶⁷ Existiam bastantes semelhanças entre o que se pôde observar no local onde estava a Escola Primária do Bairro do Aleixo e o que se observou no local onde estava a Fábrica do PT.

neste novo local de consumo quer no local que caracterizamos anteriormente. Importa também referir que entre a fase exploratória e a intensiva, os locais de consumo de drogas deslocaram-se do “Aleixo de cima” para o “Aleixo de baixo”. Ou seja, no início da pesquisa, a zona da escola primária, do mercado, da Torre 2 e 3 não tinha a visibilidade ao nível dos consumos de droga que veio a ter no final da nossa revisitação. Com a demolição da escola primária e das Torres 4 e 5 verificou-se um aumento dos consumidores nessas zonas agora áridas e ao abandono.

Os baldios, tal como os conhecemos durante a fase exploratória, deixaram praticamente de reunir os *junkies* de Lordelo do Ouro. Atualmente, estes concentram-se, sobretudo, na zona da Escola já demolida e na zona do Mercado do Aleixo, também já desativo. É sobre este mercado que falaremos já de seguida.

- O Mercado –

Quando iniciámos a fase exploratória existia um pequeno mercado no bairro do Aleixo, constituído por cerca de quatro/cinco bancas onde se vendiam, sobretudo, produtos alimentares, nomeadamente frutas e legumes. Era aí que muitos moradores do bairro compravam os seus produtos e aproveitavam para socializar um pouco.

Contudo, quando, durante a fase intensiva, nos deslocámos novamente ao Aleixo, verificámos que a zona que outrora estava destinada ao mercado era agora um local que reunia consumidores de drogas que aí faziam os seus consumos e onde alguns pernoitavam. A forma como o fenómeno se expressava era, contudo, bastante semelhante à forma como se manifestava nos baldios e na antiga escola primária do bairro, sendo os consumidores que aqui estavam, *grosso modo*, os mesmos que se encontravam anteriormente nos baldios:

“Fomos para a zona do mercado do Aleixo e vi que o mercado é agora uma zona para os consumidores fazerem os seus consumos. Vi alguns espaços embutidos numa parede principal, com um assento de pedra, onde estavam sujeitos sentados a consumir. Visto da Rua onde estava, da zona do “Aleixo de baixo”, parecia uma vista para uma casa de banho, para as sanitas, mas sem sanitas e sem portas. Num dos locais desta zona estava um cubículo construído com cartões a toda a volta estando perto desse cubículo uma rapariga a olhar para nós.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/10/2015).

“A zona que estava reservada para o mercado serve agora para sujeitos estarem a dar uns chutos e outros, à parte, a dar canecos ou na prata. Quando passo por lá, vejo que na zona do mercado há uma tábua branca e no cimo aparece uma cabeça de um rapaz a olhar para quem passa na rua. Olha para mim e para o Lagarto e continua a consumir (...)” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/01/2017).

Vejamos um outro local de consumo de drogas que tinha já importância na altura da primeira pesquisa, a Escarpa.

- A Escarpa –

No primeiro capítulo desta secção, quando apresentámos algumas características sobre a zona envolvente aos bairros sociais que estamos a focar, falámos da importância que a indústria teve no desenvolvimento económico de Lordelo do Ouro. Abordámos, nessa altura, a importância da Escarpa do Aleixo como local de passagem dos trabalhadores fabris, nomeadamente dos que viviam em Vila Nova de Gaia, para a freguesia de Lordelo do Ouro. Na altura em que falámos sobre isto, dissemos que a Escarpa era um local de concentração de automóveis onde, no seu interior, se consumiam drogas, sejam injetadas ou fumadas:

“Mais à frente, perto da Escarpa, há um conjunto de automóveis (8 ou 9 sensivelmente) onde, no seu interior, se fumam canecos, “dá-se na prata” e “chuta-se”. Uma fulana negra e alta (reconheço-a da fase exploratória da carrinha de RRMD) aproxima-se de um dos carros que está estacionado e fala com o fulano que está no interior ao volante. Passado algum tempo entra para a parte detrás do carro. Estaria a oferecer “favores sexuais” a troco de alguma “base” ou “pacote”?” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 28/03/2018).

Durante a fase exploratória constatamos já a presença de consumidores de drogas nessa zona. Mas foi na fase intensiva que verificámos um maior movimento sendo atualmente a Escarpa, tal como dissemos no capítulo acima, não o local de passagem para a fábrica mas para os paraísos artificiais de Boudelaire. Em torno dos automóveis que se iam reunindo ali algumas trabalhadoras do sexo forneciam os seus serviços a troco de bases de coca e pacotes de heroína; as mocas curtiam-se no interior dos carros, seja com as portas todas fechadas, sentindo a pedrada “à porta fechada”, seja com elas abertas onde, por vezes, o efeito das drogas fazia com que os consumidores tombassem ligeiramente para fora do automóvel em direção ao passeio da rua; outros atores, depois de consumirem no interior dos carros, vinha cá para fora e começavam a “tripar”¹⁶⁸:

“Caminhávamos agora pela marginal. Tínhamos vindo da Escarpa do Aleixo e lá estava o ambiente do costume: carros estacionados e, lá dentro, pessoal a picar e a dar na prata. Um deles o Lagarto conheceu e cumprimentou-o mas disse que não falou muito com ele pois ele estava a “tripar” e quando assim é convém não perturbar. Ao descer a Escarpa vi que estava um sujeito a olhar fixamente para o chão como que a procurar alguma coisa que tinha perdido. O Lagarto diz-me que é um dos efeitos da coca, que nalguns dá naquelas “paranóias”. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/02/2017).

¹⁶⁸ “Tripar” - termo nativo que serve para designar alguém que está em “trip”, em viagem, depois de consumir drogas.

As mocas são vividas nestes locais de consumo de formas muito diversas: uns consumidores resguardam-se do contacto com os outros procurando um encontro, diríamos mais íntimo, com a substância, ficando muitas vezes a seringa esquecida no braço durante o chuto; outros procuram conversar com os consumidores ali presentes, falando sobre assuntos triviais e quotidianos; outros, como se ilustrou no excerto acima, procuram objetos pelo chão, como se estivessem à procura de qualquer coisa que perderam durante a “viagem”. A “vivência da moca” é, portanto, uma característica de cada consumidor. Nos locais de consumo que estamos a descrever percebemos estas diferentes vivências do psicotropismo. Esta nossa constatação empírica encontra ligação com aquilo que Luís Fernandes já verificou no seu trabalho. À luz de uma abordagem que assentou, tal como a nossa, numa dimensão ecológica dos consumos de drogas, refere o seguinte: “Os “consumos de drogas” em abstrato tem de ser relativizado: a “droga”, o “drogado”, não devem ser etiquetas homogêneas, se quisermos ser fiéis à manifestação ecológica do fenómeno (...) constata-se várias maneiras de consumir, gerir ao longo do tempo o consumo, e simbolizar tal conduta” (Fernandes, 1997, p. 244).

Depois de apresentadas e caracterizadas as zonas de venda e consumo de drogas no bairro do Aleixo chegou a altura de verificarmos o que se passava na altura da primeira etnografia.

- e nos anos 90? –

A forma como Luís Fernandes se referia ao ambiente psicotrópico do bairro do Aleixo é bastante semelhante ao que encontrámos na nossa revisitação. A propósito do “encalve urbano” e do fechamento do mesmo face à Cidade envolvente, Fernandes (1997) escreveu o seguinte a esse propósito: “Uma cidade que, na maioria das vezes, nunca viu, porque o bairro, “encravado” entre artérias de circulação rápida, quase não é cruzado pelos trauseuntes. Percebe-se, nitidamente, que se entrou num território específico, até pelo modo de ocupar as ruas por parte dos residentes” (p. 226). Tivemos, várias vezes, durante o trabalho de campo, esta sensação descrita pelo primeiro etnógrafo, sentindo-nos num ambiente ecossocial muito particular e que contrastava com aquilo que se passavam fora do bairro. A experiência etnográfica no Aleixo e, em particular no território psicotrópico que lá existe deu-nos, por vezes, a sensação de que o ambiente que se vivia no seu interior apresentava uma descontinuidade face ao ambiente que se vivia fora dali¹⁶⁹.

A Torre 1 já era, no início dos anos 90, o principal concentrador das atividades de *deal* neste bairro. Como vimos atrás, continua a sê-lo nos dias de hoje. Apesar das múltiplas intervenções

¹⁶⁹ O ambiente do território psicotrópico da Pasteleira Velha e do PT apresenta uma certa continuidade com o exterior destes bairros, tornando as suas fronteiras pouco rígidas e demarcadas. Diferente, portanto, do que acontece no Aleixo.

policiais realizadas ao longo do tempo, a forma como a venda se organiza nesta torre, decorridos mais de 20 anos após a etnografia inicial, permanece praticamente a mesma¹⁷⁰. A descrição das “zonas quentes” do bairro, nomeadamente a dificuldade em lá entrar sozinho, encontram grande ligação com aquilo que também sentimos durante a revisitação. Diz-nos Fernandes (1997) a propósito desses locais de venda de droga no Aleixo: “Se não se procura pó nem se procura ninguém o melhor é ir andando, pois não é preciso ser perspicaz para dar conta dum clima tenso em seu redor...” (p. 228).

Mas existem também aspetos que se distanciam daquilo que o primeiro etnógrafo identificou e caracterizou. Falámos do tipo de substâncias psicoativas comercializadas. No início dos anos 90, a heroína e o haxixe eram as drogas com maior expressão neste território, quer ao nível da venda quer do consumo: “Esta oferta incide maioritariamente sobre o haxixe e a heroína, cuja vulgaridade nos circuitos de venda é de facto um traço constante” (Fernandes, 1997, p. 230). Decorridos mais de 20 anos após a primeira etnografia, a base de coca e o “pó” são as duas drogas mais transacionadas e consumidas neste território psicotrópico.

A Escola e o Mercado, a funcionar na altura da primeira etnografia são, como vimos, nos dias de hoje, locais de concentração de toxicodependentes. Na altura, estes espaços estavam em pleno funcionamento, nomeadamente a escola, que era utilizada pelas crianças e adolescentes do bairro. Por outro lado, e já fora do bairro, existe, nos dias de hoje, um Condomínio Fechado, inexistente na altura da primeira etnografia. Aí existia, como dissemos no primeiro capítulo, uma fábrica abandonada que era apropriada por consumidores de drogas dos anos 90 para aí consumir drogas e pernoitar.

O cenário *drug* que se vivia nessa fábrica de fundição de metais era bastante semelhante ao ambiente que já descrevemos para a fábrica do PT. Vejamos a forma como o João Flautas¹⁷¹ nos falou sobre o ambiente que lá se vivia:

“Aquilo era seringas por todo o lado, pratos por todo o lado... Aquilo era enorme, agora é um Condomínio enormíssimo (...) Aquilo ali era sala de chuto e fumo. Na altura estavam lá a dormir para aí uns 7 ou 8 (...) O Pilas morreu lá, nessa antiga fábrica. Ele vivia lá numa das «casas» (aspas minhas). O P. Felino deu-lhe um toldo enorme, ele fez quase uma «casa» lá e um dia fomos lá e ele estava morto. Era eu que o «caldava»” (Entrevista João Flautas, 29/01/2017).

Depois da nossa lente etnográfica ter estado até agora em posição de *zoom in* e de caracterizarmos, com relativo pormenor, os locais e o funcionamento dos três territórios

¹⁷⁰ Não é aqui o lugar para interrogarmos os dados empíricos. Mas, perante tal dado, abriremos uma exceção e enunciaremos um breve questionamento: até que ponto é que esta intervenção policial eliminou a situação que pretendia combater (o tráfico de drogas)? Estaremos, à semelhança daquilo que também constatámos no plano dos atores da revisitação, perante uma ineficácia da intervenção policial na mudança, neste caso, territorial? Retomaremos estas questões nos capítulos posteriores da monografia.

¹⁷¹ Retomaremos a trajetória deste ator na secção *Os atores da revisitação*.

psicotrópicos da nossa revisitação, temos agora necessidade de movimentar o indicador para *zoom out*, de modo a que a nossa lente de observação tenha uma visão mais abrangente da evolução dos três principais territórios psicotrópicos no espaço de 20 anos. Essa visão abrangente e temporal dos territórios psicotrópicos permitir-nos-á perceber, com maior facilidade, as continuidades e descontinuidades que se registaram nos mesmos entre as duas etnografias. É esse exercício que faremos no capítulo seguinte.

1.6. Diferenças e semelhanças entre territórios psicotrópicos

1.6.1. Mobilidade e resistência dos territórios psicotrópicos

Quando, no capítulo anterior, descrevemos e caracterizamos os territórios psicotrópicos situados nos bairros sociais considerados vimos como, nos seus aspetos globais, e apesar da sua mobilidade, eles não sofreram modificações consideráveis no que à venda e ao consumo de drogas diz respeito. À exceção do principal concentrador de venda de drogas no bairro do Aleixo – a Torre 1 – ter o mesmo protagonismo quer na primeira etnografia quer na nossa revisitação, os restantes locais de venda e consumo situados nos outros dois bairros - PT e Pasteleira Velha – apresentaram uma considerável mobilidade territorial entre as duas fases da nossa investigação. Face à pressão das forças de controlo social – nomeadamente da polícia – a sua resistência passou pela sua mobilidade para outros locais quer no interior do bairro quer nas suas imediações.

Se quiséssemos resumir a evolução registada no território psicotrópico situado no interior do bairro do Aleixo entre a fase exploratória e a intensiva diríamos que, relativamente ao local de venda de drogas, a Torre 1 é aquela que concentra as principais atividades de *deal*. Apresenta, por isso, esta Torre, uma considerável estabilidade temporal no que concerne à venda de substâncias sendo já na primeira pesquisa o principal concentrador dessas atividades (Fernandes, 1997). Contudo, no que aos locais de consumo de drogas diz respeito, registámos que os mesmos se foram deslocando no interior deste bairro. Inicialmente, durante a fase exploratória, a maior concentração de consumidores de drogas situava-se nos terrenos baldios. Deslocar-se-iam depois para a zona da escola primária do bairro após a sua demolição, bem como para a zona do mercado e da escarpa. Em resumo, com a passagem da fase exploratória para a intensiva, os locais de consumo de drogas no bairro do Aleixo deslocam-se do “Aleixo de cima” para o “Aleixo de baixo” que, tal como já afirmámos, constitui uma zona onde o fenómeno droga não era tão visível como no “Aleixo de cima”.

Apesar da mobilidade dos locais de consumo no bairro do Aleixo, a forma como o fenómeno se expressa adquire contornos bastante semelhantes. Se considerarmos a forma como o primeiro investigador caracterizava um local de consumo no início dos anos 90 continuámos a reiterar a

constância e permanência de alguns dos seus princípios organizadores. Registámos, contudo, uma mudança relativamente ao que acontecia na primeira pesquisa: nesses locais atuam hoje equipas de RRMD semelhantes àquela onde trabalhámos durante a fase exploratória, algo que dava ainda os primeiros passos na altura da primeira etnografia.

As demolições que se verificaram entre as duas fases da nossa etnografia - quer no Aleixo (demolição de duas torres e escola primária) quer no PT (demolição da antiga fábrica) - permite-nos concluir que o consumo e a venda de drogas nos bairros que estamos a considerar não se dissiparam. Aliás, a mobilidade desses locais mostra precisamente o carácter adaptativo dos mesmos face às contrariedades impostas por essas demolições. A desarticulação e a mobilidade são duas das suas características principais perante as imposições externas, instalando-se o *deal* numa outra zona, muitas vezes próxima da anterior. Refira-se, a este respeito, ao que aconteceu após a demolição da Fábrica do PT: verificou-se a deslocalização dos consumos para outros bairros adjacentes, nomeadamente para o interior do bairro do Aleixo. Muitos dos consumidores que tinham na fábrica do PT os seus dormitórios, deslocaram para o Aleixo os seus cubículos, ficando em zonas do bairro que até então estavam pouco expostas aos consumos. Foi precisamente isso que nos referiu o R., um interventor comunitário do bairro do Aleixo:

“- Fala-se muito das demolições das torres mas isto vem apenas esconder o problema. As demolições o que trazem é isto, é esconder os verdadeiros problemas. As coisas, os problemas não se resolvem assim, com as demolições. O Dr. Rui Rio¹⁷² levou isso como prioritário. Aquela fábrica ali no PT onde os toxicodependentes estavam a consumir, se pensam que por demolir a antiga fábrica se conseguiu resolver o problema, não resolveu. Aliás, eles agora, os sujeitos que estavam lá a dormir e a consumir estão agora aqui no Aleixo a consumir e a dormir (apontava lá para fora para a zona perto do Mercado). (R., cerca de 40 anos, secção “observação territórios e atores”, 24/09/2015).

Um dia, durante o trabalho de campo, conversávamos com o nosso informante privilegiado acerca da nossa perceção sobre o bairro do Aleixo entre a fase exploratória e a fase intensiva. Dizíamos-lhe que o bairro nos parecia mais proscrito e, sobretudo, mais árido e com os consumos de drogas a deixarem de estar tão localizados para passarem a estar mais dispersos pelo bairro:

“O Aleixo pareceu-me mais árido, relativamente à última vez que ali fui. Vi que a zona que estava reservada ao mercado tinha sido demolida, o Lagarto diz-me que foi por volta de dezembro do ano passado. Na zona do mercado, da escola do Aleixo e dos baldios existe agora, um pouco dispersos por vários pontos, pequenos grupos de sujeitos a consumir drogas.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/01/2017).

Em suma, o fenómeno droga adquire nestes territórios psicotrópicos uma constância territorial considerável: no espaço de vinte anos após a primeira etnografia os locais mudaram de atores mas a forma com que o fenómeno se expressa – tal como, por exemplo, a disseminação ínfima, descrita

¹⁷² Rui Rio foi, entre 2002 e 2013, o presidente da Câmara Municipal do Porto e tomou a questão da demolição do bairro do Aleixo como uma das suas principais bandeiras políticas.

na primeira etnografia – revelam uma imutabilidade considerável ao longo do tempo. É como se o tempo não passasse da mesma forma por estes territórios psicotrópicos, como se eles estivessem, no essencial, cristalizados à passagem do tempo.

Por outro lado, a sua cristalização e imutabilidade ao longo de vinte anos revela a ineficácia das estratégias repressivas erigidas ao longo desse período no combate àquilo que elas pretendiam erradicar: seja, inicialmente, a venda e o consumo de drogas e, mais tarde, apenas a venda¹⁷³. Assim, a mobilidade dos locais de venda e consumo, a existência de vigias em todos os territórios psicotrópicos que descrevemos atrás e a forma ritualizada com que esses locais encaram a presença policial, revelam a adaptação que esses territórios fizeram ao longo do tempo tratando-se, mais do que uma ação com efeitos concretos, um “jogo do gato e do rato”¹⁷⁴, para nos referirmos à forma como um agente policial descreveu o trabalho realizado nestes territórios. Não obstante alguma dessa intervenção ter reflexo nos territórios psicotrópicos – eliminando, por exemplo, por um curto espaço de tempo, a venda de drogas após uma ação policial – o que se verifica, mais tarde, é a reactivação do *deal* nesses locais ou noutros adjacentes. A adaptação realizada pelos atores das drogas face às intervenções repressivas que se exercem sobre os territórios psicotrópicos conduziu, de certa forma, à neutralização do efeito dissuasor dessas intervenções.

Além da sua mobilidade, estes territórios psicotrópicos diferem muito entre si, nomeadamente ao nível das suas sociabilidades e do fechamento relativamente ao exterior. É precisamente acerca disso que falaremos já de seguida.

1.6.2. Territórios psicotrópicos leves e duros

Sempre que no decurso do nosso trabalho de campo na zona envolvente nos aproximávamos dos territórios psicotrópicos que temos vindo a destacar percebíamos que as sociabilidades adquiriam contornos bastante próprios face ao que existia noutros sítios da zona envolvente. Desde logo, a entrada e permanência nestes locais convocou-nos a sensação de “corpo estranho”, a percepção de que estávamos a ser vigiados a todo o momento. A essa sensação apelidamos, no nosso diário de campo, de “síndrome do corpo estranho”:

“Vou chamar a esses sintomas ansiosos e de medo de andar sozinho nestas zonas como o Síndrome do Corpo Estranho. Importa destacar que esta ansiedade e receio de estar a ser observado aumenta mais quando estou a chegar ao Aleixo ou quando entro no PT ou na Pasteleira, por exemplo (...) Esta síndrome do etnógrafo no âmbito do seu trabalho de campo surge associado ao endurecimento

¹⁷³ Referimo-nos aqui ao Decreto-Lei nº183/2001 de 21 de Junho que despenalizou o consumo e a posse para o consumo de drogas em Portugal.

¹⁷⁴ “É o jogo do gato e do rato: umas vezes ganha o gato, outras, o rato” – declarações de um agente da PSP que realiza intervenções nos territórios psicotrópicos que estamos a visitar (Revista *Viva Porto!*, edição de Junho de 2012, p. 18).

psicotrópico dos territórios. Em zonas em que esse fenómeno não está tão presente, parece diluir-se mais essa “sintomatologia...” (diário de campo, secção “observações territórios e atores”, 24/02/2016).

Essa sensação de corpo estranho manifestou-se de formas muito diversas quer estivéssemos num ou noutro bairro, num ou noutro território psicotrópico. Tal como já destacámos no capítulo anterior, esses territórios são todos distintos entre si. Nuns, circula mais “branca” e algum “pó”, enquanto que noutros circula mais haxixe e outras “cenas leves”; nuns, os consumos são realizados no mesmo local onde o produto é transacionado, enquanto que noutros existe uma separação entre uma coisa e outra. Por outro lado, as sociabilidades no seu interior são também distintas: uns, com uma centralidade quase exclusiva nas drogas e, outros, em que a venda e/ou consumo de substâncias são apenas umas das várias dimensões socializadoras do local.

O endurecimento na transição de territórios psicotrópicos “leves” para “duros” diz respeito, por isso mesmo, à forma como as sociabilidades são estabelecidas no seu interior. Num território psicotrópico duro, como são os que se situam no interior do Aleixo e do PT, elas são realizadas praticamente sempre em torno das drogas, tendo os assuntos que dizem respeito às mesmas particular destaque e importância no quotidiano destes locais. A sua defensividade e fechamento permanente leva a que os atores que nele estão inseridos reajam com mais *dureza* a alguém que não esteja relacionado com a vida das drogas do local.

Pelo contrário, no caso de um “território leve”, como é o que está situado no bairro da Pasteleira Velha, o facto de se comercializarem, sobretudo, drogas leves – essencialmente haxixe – torna-o mais flexível ao nível das sociabilidades, prevendo outras formas de convívio que não as que se relacionam unicamente com as drogas. A sua defensividade, apesar de existente, é menos vincada e marcada do que o que acontece no território psicotrópico do Aleixo ou do PT. A este propósito, vimos como o Xamón, apesar de ser o local onde se comercializa e consome haxixe, prevê também uma panóplia de sociabilidades que traduzem apropriações muito distintas por parte dos atores sociais. No mesmo sentido, e referindo-se a um outro território psicotrópico que nos anos 80 e 90 assumia destaque na “cidade química” do Porto – a Ribeira-Barredo – Fernandes refere o seguinte a propósito dos ambientes dos territórios leves: “A própria territorialidade em que se exerce a comunicação é diferente: o espaço de rua aqui é espaço de vida, onde as crianças brincam, os adultos desenvolvem actividade comercial e o lazer (esplanadas, por exemplo) é possível.” (Fernandes, 1993, p. 214).

Ora, quando nos recordámos do ambiente vivido no interior do Xamón no bairro da Pasteleira Velha constatámos a elevada semelhança com o que é descrito acima por Luís Fernandes para um território leve na altura. A multifuncionalidade do local, prevendo múltiplas sociabilidades onde se processa um “cenário denso de interações, permanente de vida” (Fernandes, 1993, p. 214-215) é uma característica comum aos territórios leves:

“O que vejo é que a droga não explica tudo destes territórios, estes territórios são mais do que isso. São as pessoas, é a densa relação que verifico sempre que venho cá. Até o ponto mais “nevrálgico” de venda e consumo de drogas na Pasteleira, o Xamón, tem muita vida comunitária, tem conversas que nada têm a ver com a droga.” (diário de campo, secção “notas de terreno”, 12/03/2015).

A nossa proposta de “endurecimento psicotrópico” quando passámos de um território leve para outro mais duro não se apresenta, contudo, como uma novidade trazida pela nossa revisitação. Quando analisámos os dados da primeira etnografia, já verificamos a diferenciação que o primeiro etnógrafo fazia acerca deste processo. Relativamente aos territórios duros, Fernandes considera que a sua “dureza” está muito relacionada com o tipo de produto que se vende e/ou consome em determinada “zona quente”. Na sua descrição da “cidade química”, Fernandes (1993, p. 200) considera que os territórios psicotrópicos duros representam uma etapa posterior relativamente à fase da pedra (para o autor relacionada com o haxixe): eles são a afirmação e a expansão do “pó” enquanto droga mais comercializada e consumida. Diz-nos o autor acerca disso: “Os territórios duros são aqueles onde se desenvolveu a etapa seguinte da cidade psicotrópica: depois das fases da *pedra* e das *pastilhas*, assiste-se desde o início dos anos 80 ao aparecimento e à estabilização da fase do *pó*” (Fernandes, 1993, p. 215).

Torna-se, por isso, inviável falar em territórios leves ou duros se não considerarmos as substâncias que aí circulam. Se o primeiro investigador nos fala da “fase do pó” com início nos anos 80 e com extensões até aos 90, a nossa revisitação dá conta de uma nova fase do psicotropismo na “cidade química”: a fase das bases¹⁷⁵. É sobre ela que falaremos já de seguida.

1.6.3. A Fase das Bases – “Dantes um gajo dava um chuto e até ouvia sininhos tal era a potência”

No início dos anos 90, as principais substâncias que eram vendidas e consumidas nos territórios psicotrópicos que revisitámos eram a heroína (na gíria, o “pó”) e o haxixe. Em trabalhos de campo posteriores à etnografia inicial, o primeiro investigador constatou a emergência de um novo produto que, entretanto, se veio a expandir e a vulgarizar nestes territórios psicotrópicos – a base de cocaína. Mas já na etnografia inicial, Luís Fernandes dava conta da emergência dessa “nova” droga: “(...) relativamente aos produtos, a heroína continua no topo das transacções, torna-se cada vez mais frequente fumá-la – o que tem consequência no estilo de vida *junkie* -, o haxixe tem falhas de distribuição no pequeno retalho do *deal*, a cocaína democratiza-se e tem maior presença nos bairros e um novo produto confeccionado caseiramente a partir desta vem ganhando

¹⁷⁵ Curiosamente, nos territórios psicotrópicos é comum ouvir-se que as bases são “pedras”. Trata-se, por isso, da idade da “pedra”.

importância: a base, termo de gíria para um *crack* à portuguesa” (Fernandes, 1997, p. 325). Ainda a este propósito, o primeiro etnógrafo refere o seguinte numa nota de rodapé na sua monografia: “Trabalho de campo posterior tem-nos vindo a demonstrar a importância que está a assumir, nestes contextos e no *junkie*, a “base”, produto obtido a partir da adição de bicarbonato de sódio com cocaína – uma espécie, portanto, de “*crack*”. A frase típica ao chegar a uma “zona quente” é agora “Castanha? Base?”. O haxixe, em perda de protagonismo, já tem um substituto” (Fernandes, 1997, p. 364).

Nos dias de hoje, a heroína perdeu a importância que tinha nestes mercados, emergindo de forma expressiva o “*crack* à portuguesa” para usarmos a mesma designação do primeiro etnógrafo. Veio afirmar-se, ao longo do tempo, como a substância mais consumida e vendida nestes territórios. Esse *crack* tem a forma de pedra¹⁷⁶ e caracteriza-se por conter vários tipos de “produtos de corte” que são misturados com a droga propriamente dita. Desses produtos destaca-se o bicarbonato de sódio – que na gíria destes territórios se costuma apelidar de “bica”. Mas também podem ser outros produtos tais como sal ou soro fisiológico. Vejamos a forma como um dos atores nos falou sobre a introdução da “bica” na cocaína:

“«Dantes um gajo dava um chuto e até ouvia sininhos nos ouvidos, tal era a potência» dizia o KK. (...) O KK dizia-nos que se costuma misturar a Branca com Amoníaco e com Bica (bicarbonato). (...) «Já cheguei mesmo a ver a Branca a ser misturada com Soro Fisiológico para inchar a pedra, iludindo quem compra, o Ressaca, que pensa que esta a consumir aquela pedra toda e afinal aquilo era tudo efeito do Soro»”(...) “Eles agora Martelam a Droga à força toda” (KK, sexo masculino, aproximadamente 60 anos; diário de campo, 09/05/2011).

No caso da heroína, na preparação dos “pacotes” são introduzidas outras substâncias. A mais conhecida e vulgarizada é o Noostan¹⁷⁷, tal como nos referiu uma das nossas entrevistadas, a IF, que além de consumidora de heroína e cocaína era também capeadora no bairro Pinheiro Torres e habitava na Fábrica do PT:

“Se não tiver tanto traço... A gente na primeira passa dá logo fé... Pelo sabor, pela forma como a gente aspira o primeiro ar (...) Quando é aquela boa a gente sente logo os braços a arrepiar – que já é a ressaca a sair – e algumas (as mais traçadas) tem que se andar ali a dar vários fumos para sentir a ressaca a sair(...) Comprámos pacotes, consumimos e ficámos a ressacar. E porquê? Porque não tem quase pó nenhum, é só Pastilhas (refere-se ao Noostan)” (Entrevista IF a 31/08/2017, sexo feminino, 50 anos).

Eram já usados estes produtos de corte aquando da primeira pesquisa. Mas a sua utilização deu-se de forma mais expressiva depois da pesquisa de Luís Fernandes, massificando-se o seu uso na preparação das drogas. Essa massificação do traço acarreta várias consequências quer para *dealers* quer para consumidores. Quanto aos primeiros, estes conseguem obter margens de

¹⁷⁶ A essa pedra que contém pequenas quantidades de cocaína, os nativos chamam de “bases”.

¹⁷⁷ O Noostan é um fármaco usado para o tratamento do *déficit* cognitivo associado à idade (<http://www.osmedicamentos.com/bula-noostan> , consultado a 13 de agosto de 2018). Assistimos, várias vezes, entre consumidores, referirem-se a este “produto de corte” como “Nestum”.

lucro maiores com a utilização do traço em maior quantidade; quanto aos segundos, a “droga traçada”¹⁷⁸ tem como consequência principal a perda da sua pureza e, conseqüentemente, da sua psicoatividade, levando a que o consumidor tenha que realizar vários fumos ou chutos para que consiga obter algum efeito. Foi precisamente isso que o Lagarto (primeiro excerto) e o KK (segundo excerto) nos referiram:

“ [Sobre a Ressaca atualmente]. É pior agora. Agarra mais porque é pior. É uma miséria, um gajo não está bem, tem que ir buscar mais... Aquilo não bate e um gajo consome muito mais ... E um gajo quanto mais consome ainda fica pior do que o que está. Mas também te digo uma coisa: mais vale um gajo fumar o primeiro e o segundo, que depois aquilo não dá mais nada. Mas um gajo está sempre com aquele vício do “não está bem, não está bem” e só quer é «dar no caneco»” (Entrevista Lagarto, sexo masculino, 56 anos, 18/07/2017).

“Perguntei-lhe se como a droga era mais pura se isso não lhe fazia sentir uma maior ressaca. Ele concordou, disse que sim era mais intensa, mas “quando batia, batia forte, um gajo mandava tudo cá para fora e ficava fixe”. E continuava “agora sentes muitos tipos de ressacas, ressacas as marteladas, não a droga; além de ser uma Ressaca mais dolorosa, dura mais tempo”. (KK, sexo masculino, aproximadamente 60 anos; diário de campo, 09/05/2011).

Esta “massificação do traço” que se dá na “Fase das Bases” que aqui estamos a caracterizar teve também consequências na organização e nas dinâmicas destes territórios psicotrópicos: além do mercado que já existe, e que se relaciona com a venda de drogas propriamente dita, assiste-se também ao surgimento de um mercado paralelo a esse. Falámos precisamente no “mercado do traço”. Simplificando: os *dealers*, mais do que competirem por assumir o controlo de uma dada zona para a venda de drogas, competem ao nível do equilíbrio entre ter produtos com mais ou menos corte, relacionando-se com a margem de lucro obtida com o negócio. E os capeadores mais não fazem do que “vender” o “grau de pureza” que o consumidor encontrará na droga do seu chefe.

Em suma, a massificação do traço veio tornar-se central na organização do ambiente psicotrópico destes territórios, girando muitas coisas em torno desse aspeto: desde as conversas entre consumidores para ver quem tem a droga mais limpa até à abordagem dos capeadores ao “consumidor-naïve” que se dirige aos territórios psicotrópicos para comprar produto. Assistimos a várias conversas entre consumidores que, antes de consumir a droga, discutiam a pureza do produto de determinado *dealer*: “Comentam-se também qualidades de Bases, Pacotes de Heroína, Traficantes. Como dizia o RM ao JG: “Já experimentaste a Branca do MS?” (diário de campo, 03/03/2011).

Mas um *dealer* pode, de um momento para o outro, alterar o grau de pureza da sua droga e isso traduz-se em perigos para o consumidor: um chuto mal calculado por ter como desfecho uma *overdose*, podendo resultar na sua morte. Assim, um consumidor experiente no meio aborda quase

¹⁷⁸ “droga traçada” - termo nativo que serve para designar a droga que está adulterada com produtos de corte.

sempre o mercado sempre que lá chega, no sentido de perceber qual dos *dealers* que “estão a meter¹⁷⁹” é capaz de lhe fornecer o melhor produto:

“O JG chegou à Zona de Chuto dos baldios e dirigiu-se imediatamente ao NT dizendo-lhe: “Ei estou agora a chegar, a quem compro?” O NT respondia-lhe dizendo: “Diz-me quem está a vender e digo-te a qual será melhor comprares”. (...) O JG apresentou-lhe a lista dos vendedores e o NT respondeu: “Compra no RX” (diário de campo, 12/04/2011).

É claro que esta massificação do traço entre as duas pesquisas teve consequências também na relação entre *dealers* e consumidores. Pudemos perceber que na “Fase do Pó”, isto é, na fase onde a heroína era dominante, a relação entre *dealer* e consumidor era mais próxima. Isso permitia que o vendedor facilitasse doses com maior facilidade ao “agarrado” sempre que este não tinha o dinheiro suficiente para a mesma. Como nos referiu um dia o RS: “Se um gajo metesse droga boa e se ela desse “chapada” e se também não te ameaçasse e isso podíamos ter uma relação fixe até...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 14/04/2015).

Hoje em dia a relação entre *dealer* e consumidor é mais distante: com a massificação do traço, os capeadores encontraram um espaço de inserção no mercado de rua das drogas, mediando a relação entre quem vende e quem compra. Ao dizermos isto estamos a considerar que a evolução do mercado de drogas nos territórios psicotrópicos da zona ocidental seguiu a tendência da evolução de um qualquer mercado dito convencional: a despersonalização nos seus pontos de venda e, conseqüentemente, a distância relacional entre quem vende e quem compra¹⁸⁰. Assim, até deste ponto de vista, os territórios psicotrópicos são passíveis de ser analisados com uma grelha normativa dada a semelhança que apresentam com a evolução de um qualquer mercado onde se vão refinando e ajustando diferentes estratégias de venda e compra e onde vão surgindo novos protagonistas e atores.

¹⁷⁹ “Meter” - expressão nativa que serve para designar a venda de drogas nestes territórios.

¹⁸⁰ A “idade da pedra” nos territórios psicotrópicos é a fase coincidente com o aumento da despersonalização das economias, a sua financeirização e a deslocalização das suas principais fontes e transações de capitais e produtos. Estas são as características principais que dominam o capitalismo nos dias de hoje – capitalismo financeiro, conhecido pela sua despersonalização entre quem vende e quem compra qualquer produto. As aproximações do que dizemos sobre estes territórios e aquilo que o primeiro etnógrafo encontrou continuam: “A droga é a metáfora da própria sociedade. O hiperconsumo, a voragem da sedução do produto, a atracção do hipermercado, são levadas ao paroxismo no caso do consumo de drogas e dos seus «hipermercados»” (Fernandes, 1997, p. 262).

2. OS ATORES DA REVISITAÇÃO

“Odonato virou as mãos para si mesmo e falava olhando só para elas

- um homem, para falar dele mesmo, fala das coisas do início... como as infâncias e as brincadeiras, as escolas e as meninas, a presença dos tugs e as independências...e depois, coisa de ainda há pouco tempo, veio a falta de emprego, e de tanto procurar e sempre não encontrar trabalho... um homem para de procurar para ficar em casa a pensar na vida e na família. No alimento da família. Para evitar as despesas, come menos... um homem come menos para dar de comer aos filhos, como se fosse um passarinho... e aí me vieram as dores de estômago... e as dores de dentro, de uma pessoa ver que na crueldade dos dias, se não tem dinheiro, não tem como comer ou levar um filho ao hospital... e os dedos começaram a ficar transparentes... e as veias, e as mãos, os pés, os joelhos... mas a fome vai passando: foi assim que comecei a aceitar as minhas transparências... deixei de ter fome e me sinto cada vez mais leve... estes são os meus dias...”

Ondjaki, *Os Transparentes* (2012, p. 200).

A revisitação aos atores que protagonizavam, no início dos anos 90, o fenómeno droga nos territórios psicotrópicos considerados permitiu-nos chegar a uma conclusão central: a elevada mortalidade destes indivíduos, particularmente entre os que tinham a injeção como modo principal de consumo de drogas. A análise das suas trajetórias permitiu identificar a presença de doenças contagiosas que debilitaram o seu estado de saúde. A impossibilidade de contactar diretamente com eles colocou-nos perante uma inevitabilidade: o conhecimento dos principais momentos e episódios das suas trajetórias de vida, em particular desde o final da primeira pesquisa até ao momento em que realizávamos a nossa, só seria possível se contactássemos com amigos, conhecidos e/ou familiares que nos pudessem *informar* acerca desses atores que protagonizavam o fenómeno droga no início dos anos 90.

Desta forma, a reconstituição das suas trajetórias deu-nos a sensação de estarmos a realizar uma “autópsia biográfica”. Esclareçamos melhor o que queremos dizer: “autópsia” não só porque a maioria já tinha falecido mas porque nos sentimos como um médico legista que vai dissecando, cortando e reconstruindo, aqui e ali, um corpo com o objetivo de analisar as suas partes constituintes; “biográfica” pois a diferença entre aquilo que fizemos com aquilo que médico legista faz residuiu, em grande medida, no facto do nosso trabalho não se realizar no corpo mas antes nos elementos biográficos dos atores da nossa revisitação. Em resumo, para responder a uma das nossas questões de investigação de partida – concretamente a que diz respeito à revisitação aos atores sociais que foram caracterizados na pesquisa de Luís Fernandes – tivemos que “chamar pelos mortos”. E essa “chamada” foi feita através da memória e da linguagem dos “vivos” que tenham estabelecido com eles uma relação suficientemente sólida e significativa de modo a ir ao encontro dos propósitos da nossa revisitação.

Por outro lado, aquilo que fomos recolhendo sobre os atores da revisitação foi-se completando num “puzzle”: as “peças” iam-se encaixando umas nas outras ao ponto de termos uma imagem

global das suas vidas. Chamámos, a dado momento no nosso diário de campo, a esta reunião de elementos biográficos de “puzzle biográfico”¹⁸¹. Encontrámos um paralelismo entre a organização dessas “peças biográficas” e o conceito de “nó biográfico” proposto por Tinoco (2002). Segundo o autor, esses nós são “(...) todo e qualquer acontecimento biográfico que seja capaz de catalisar os sentidos e os significados de uma dada porção de história de vida. Esses nós funcionam como pontos de apoio e reorganização dos percursos individuais” (Tinoco, 2002, p.66).

Apresentaremos, já de seguida, alguns elementos biográficos dos atores que pertencem ou pertenciam a três grupos da nossa unidade de estudo: - o grupo dos “Cinco Violinos”, o de “Lordelo” e o do “Rainha”¹⁸². De referir ainda que o nome dos atores e dos locais a que nos referiremos já de seguida são fictícios de modo a preservar e garantir o anonimato dos sujeitos da investigação. Começemos por apresentar alguns elementos biográficos dos atores pertencentes ao grupo dos “Cinco Violinos”.

2.1. Os “cinco violinos”¹⁸³”

O RS, o Beterraba, o Rolling, o Cartoon e o Alicate eram cinco atores provenientes do bairro da Pasteleira Velha que, durante os anos 80 e 90, assumiam protagonismo ao nível da venda e consumo de drogas nos territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto. O RS e o Rolling assumiam funções de liderança deste grupo e, destes, apenas o RS e o Beterraba se encontravam vivos quando iniciamos a nossa revisitação¹⁸⁴.

As drogas assumiam centralidade no dia-a-dia deste grupo. Em todos eles, os consumos iniciaram-se nas drogas mais “leves” – como, por exemplo, o haxixe – e, mais tarde, todos passaram para os consumos das mais “pesadas”, tais como a heroína e a cocaína. Todos eles, sem exceção, usaram a injeção como forma de consumo de drogas duras.

Esta escalada no tipo de produtos consumidos foi análoga ao que aconteceu relativamente à venda de drogas: em finais dos anos 70 e 80, todos protagonizavam um “mercado da ganza” e do “haxixe” evoluindo, nos anos 90, para um mercado mais “pesado”, comercializando-se sobretudo heroína e cocaína. O *deal* concentrava-se num café na Avenida da Boavista – o café Rio. Era neste

¹⁸¹ Segundo Bourdieu (1986, p. 184): “O relato, seja ele biográfico ou auto-biográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...) tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis”.

¹⁸² O nome destes grupos foi dado pelo nosso intermediário de terreno, o Rasi.

¹⁸³ São designados como os “Cinco Violinos” em homenagem aos jogadores da equipa de futebol do Sporting Clube de Portugal que, durante a década de 40, encantavam Portugal e a Europa.

¹⁸⁴ O único momento em que nos reencontrámos com o Beterraba foi a 21/01/2016 e o ator veio a falecer em julho desse ano.

local que se vendia e consumia, funcionando também quer como ponto de abastecimento de outros territórios psicotrópicos quer como ponto de venda direta para o consumidor final.

Comecemos por apresentar alguns elementos da trajetória do único violino que ainda se encontra vivo – o RS – e, posteriormente, daquele que se encontrava também entre nós quando iniciámos a revisitação – o Beterraba. Passaremos depois a apresentar alguns elementos biográficos dos restantes sujeitos deste grupo.

2.1.1. O RS

O RS nasceu e viveu no bairro de São Nicolau (Centro Histórico do Porto) até aos 6 anos de idade. Nessa altura veio para o bairro da Pasteleira Velha, vivendo aí até ao presente. Foi o informante privilegiado principal da investigação inicial e veio a constituir-se também o da nossa revisitação. Quando este ator foi apresentado ao primeiro investigador referiu o seguinte:

“Vou-te ajudar nisso. E gostavas também de conhecer um pouco o “movimento” do bairro, não é? Posso-te ajudar nisso. Conheço os 7 ou 8 ou mais que controlam a situação. Antigamente era mais fácil, eram poucos, há muita gente a fazer isso... não é fácil. Já fui uma espécie de “ex-líbris” da zona da Pasteleira...” (diário de campo Mister, 28/08/1991).

O excerto acima mostra como, no início dos anos 90, o RS estava inserido nas dinâmicas dos territórios psicotrópicos da zona ocidental, em particular o que estava situado no bairro da Pasteleira Velha. Tinha, nessa altura, 35 anos, e terminado o cumprimento de uma pena de prisão efetiva num Estabelecimento Prisional de Alta Segurança¹⁸⁵.

Quando o primeiro investigador nos apresentou o RS, em dezembro de 2014, este tinha 57 anos. Referíamos, num trabalho anterior, o seguinte a propósito do momento em que o primeiro investigador nos apresentou o informante privilegiado principal da sua pesquisa: “Mas, num dia de dezembro de 2014, o R.S respondia à nossa chamada e comparecia pontualmente na sede da associação desportiva e recreativa do bairro. O informante privilegiado principal da etnografia inicial servia assim à passagem de testemunho do primeiro investigador ao que agora chegava ao terreno para realizar a revisitação.” (Mata & Fernandes, 2018, p.314).

Percebemos, desde o início, que o conhecimento que o RS detinha sobre o fenómeno droga na zona diminuiu consideravelmente no espaço de 23 anos. Apesar de continuar a habitar o mesmo bairro onde vivia na altura da primeira etnografia e, de certa forma, isso não o fazer temer “andar

¹⁸⁵ Na altura em que o primeiro investigador e o RS se conheceram, este encontrava-se em liberdade condicional.

por aí” sente que “a sua fase já passou” estando, nos dias de hoje, a geração mais nova a protagonizar a venda de drogas no território psicotrópico situado no bairro:

- (...) As pessoas estão mais a exibir-se, não é que não exista aquele sentimento de grupo mas os jovens estão a ocupar esse espaço. Claro que ando à-vontade aqui no bairro mas não conheço esta malta mais jovem. Não é não conheço porque se vir bem conheço os pais, os familiares... Mas os mais novos já não. - dizia o RS. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 04/12/2015).

Várias explicações foram sendo avançadas, por parte de alguns nativos, para este seu “apagamento” não só em relação aos fenómenos ditos mais desviantes mas também face à vida comunitária do bairro da Pasteleira Velha. Aquela que reuniu maior consenso diz respeito ao seu considerável envolvimento com drogas ter enfraquecido as relações de confiança com alguns moradores, amigos e conhecidos. O nosso intermediário de terreno - o Rasi - elucidou-nos a esse respeito, dizendo o seguinte:

“Ele tem aqui (no bairro da Pasteleira Velha) muitos anticorpos. Andou aí metido numas cenas a pedir ao pessoal dinheiro emprestado e tal... Devia ter “ardido muita coisa” por ele não ter pago ou isso...” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 19/03/2015).

Contudo, se a relação com este ator pouco nos informou acerca das dinâmicas atuais e dos atores que protagonizam atualmente o fenómeno droga no território psicotrópico do bairro da Pasteleira, o seu envolvimento passado com drogas, quer no plano da venda quer do consumo, forneceu-nos importantes informações e contributos. Esse envolvimento permitiu-nos compreender com maior profundidade as dinâmicas evolutivas do fenómeno entre as duas investigações e, por outro, deu-nos uma ajuda importante no conhecimento de alguns elementos biográficos doutros atores da revisitação, em particular dos restantes violinos.

Mas antes de passarmos aos outros violinos fiquemos ainda no RS. E comecemos por apresentar alguns dos seus elementos biográficos.

- A Família e a Escola – ou a manifestação precoce das vulnerabilidades

Quando aprofundamos com o RS a constituição da sua família, desde logo o seu círculo familiar mais próximo, percebemos que as fragilidades neste ator surgiram desde muito cedo. Quanto aos seus pais, ambos faleceram em idades muito precoces - apesar dele não conseguir concretizar a idade precisa da morte do seu pai, refere que deveria ter menos do que a sua idade atual e a sua mãe faleceu quando estava na casa dos 60 anos.

O seu pai era metalúrgico de profissão e a sua mãe era doméstica. O pai apresentava problemas com o álcool, algo que dificultava a relação com o RS, com os seus restantes filhos (sete) e com a sua mulher. Sobre ele, o RS refere: “era um gajo de copos e às vezes fugia um bocadinho à sua obrigação” (Entrevista RS, 13/12/2017).

Quando o RS tinha 14 anos a sua mãe teve uma grave tuberculose. Foi, por esta altura, como se verá a seguir, que este violino foi trabalhar para uma fábrica na zona de Lordelo do Ouro. Segundo as palavras do ator, a sua mãe foi sempre “uma pessoa doente” e com “problemas de saúde”, como se mostra abaixo:

“E naquela altura era uma coisa muito complicada de tratar, de curar e tudo o mais e depois claro pessoas pobres não tem as mesmas condições para defender-se a si e à sua saúde como quem tem muito. (...) Morreu em casa (no bloco S do bairro da Pasteleira), numa espécie de asfixia; ela já estava sob oxigénio na cama (...). Era uma pessoa sem forças, com aquelas dificuldades respiratórias e tudo o mais. Pa quando se podia tratar, não o fez... Seja por falta de condições, seja por ignorância, seja pelo que for...” (Entrevista RS, 13/12/2016).

O RS gostou de andar na Escola, apesar de ter frequentado apenas até à sexta classe, não seguindo mais os estudos devido à sua família ser numerosa e pobre. Cada irmão era alguém que poderia trabalhar e, portanto, contribuir para o sustento da família, compensando a incapacidade permanente da mãe para o trabalho por falta de saúde e a fuga do seu pai às obrigações domésticas.

Este violino falou-nos da sua habilidade, já em idades precoces, para o desenho, sendo incentivado pela professora da escola primária do seu bairro para que prosseguisse os estudos:

“Fomos convidados a fazer um desenho sobre um ou outro motivo. Cada qual fez o seu desenho. E eu fiz o meu. O meu desenho era, olhando para a janela fora da Escola, eh... Tás a ver o bloco E onde mora o Cenourinha? A Escola ficava em frente. (...) A professora disse: «o que vires aqui tenta desenhar...», e eu desenhei quase que o bairro todo completo, cada bloco no seu sítio e tal... Mas foi bonito porque foi o meu desenho que venceu o concurso... E a minha professora chegou a falar com a minha mãe para ela me deixar tirar um curso de desenho, que eu tinha muito jeito e tal e a minha mãe disse que não, que precisava de mim para trabalhar, porque éramos pobres e eram muitos filhos.” (Entrevista RS, 13/12/2016).

Analisando o excerto acima, percebemos que a pobreza infantil que o RS experimentou foi um fator decisivo para que não conseguisse prosseguir os estudos, tal como era a sua vontade. A necessidade de ganhar dinheiro para superar as carências económicas em casa era superior às suas aspirações escolares. A “barriga manda a perna”, como se costuma dizer. E, no seu caso, mandou também os seus braços, pois foi precisamente na construção civil que o RS encontrou o seu primeiro trabalho. Tinha apenas 12 anos. Veremos, já de seguida, os trabalhos que o sujeito realizou e a relação com os mesmos.

- O Trabalho – de “empresário por conta própria” a subsidiário do Rendimento Social de Inserção

Além de ter sido, como já se referiu, o seu primeiro trabalho, a construção civil foi também o ramo principal de trabalho do RS. Aos 14 anos, o RS foi trabalhar para uma fábrica na zona de Lordelo do Ouro. Mais tarde, durante o período de reclusão no EP de alta segurança, de que daremos conta de seguida, levou a que aprendesse a arte de reparação de madeiras e mobiliário, bem como a criação de objetos decorativos. Quando saiu da prisão, decidiu montar uma empresa nesse ramo, com a ajuda do Instituto de Emprego – sobretudo ao nível monetário – onde fazia também cadeiras em palha, mesas e móveis. Considera-se um “artista nessa coisa”. Mas esta sua atividade durou pouco tempo, cerca de um ano. Segundo as palavras do RS: “Depois começou a faltar o dinheiro, clientes também não haviam e, pronto, fechei a loja e vim-me embora. Fui empresário por conta própria” (Entrevista ao RS, 13/12/2016).

Alguns atores com quem conversámos apontam o desleixo por parte do RS como sendo a principal causa para que o seu negócio fechasse. O Rasi disse-nos o seguinte a este respeito:

“- (...) Com um subsídio que o gajo teve do Centro de Emprego meu, um gajo conseguia arranjar aquilo para ele reorganizar a vida dele. Ele tinha saído da prisão, estava teso que nem um virote e um gajo tratou de organizar-se para ver se o ajudava. (...) Tínhamos lá um amigo no Centro de Emprego e olha, zufa, veio 2000 contos para o gajo. Mas qual era a condição? Montar um negócio. Quanto tempo achas que demorou o gajo a gastar o dinheiro todo?? 6 meses, 6 meses! Fodeu 2000 contos em 6 meses. Pa e um gajo tanto lhe disse “oh RS cuidado com essa merda que o dinheiro vai todo se não te pões fino e tal”. Eu na altura até lhe disse: “oh pa vê lá se pões aí uns 500 contos em certificados de aforro ali nos Correios e tal e o gajo: “calma, calma isso depois eu vejo...”. E olha, viu muito, viu passado 6 meses o dinheiro desaparecer todo da conta...” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 16/07/2015).

O envolvimento com drogas por parte do RS conduziu, segundo algumas representações nativas, a que o negócio não corresse bem. O “empresário por conta própria” via-se na obrigação, como qualquer bom empresário, de ter que gerir a sua empresa de forma racional, controlando e gerindo os seus gastos. As drogas retiraram-lhe a possibilidade de gerir o seu negócio de forma racional, recebendo atualmente o Rendimento Social de Inserção.

- As Drogas –

Sempre que o ator nos falou na sua relação com drogas constatámos que era impossível abordar a sua relação com elas sem se referir aos “Cinco Violinos” e às atividades relacionadas com este grupo. As drogas não se constituíam elementos isolados, sendo antes contextualizadas

pelo ator em práticas e atividades realizadas pelo grupo em questão. Exporemos, de seguida, o tema das drogas na trajetória do RS em dois planos: o “RS-*dealer*” e o “RS-consumidor”.

- O RS-*dealer* -

O RS ia abastecer-se a um sujeito que fornecia vários *dealers* da zona ocidental nos anos 80 e 90. Esse sujeito morava num prédio na zona central da Cidade. A relação de confiança entre ambos levou a que, muitas das vezes, comprasse também “material¹⁸⁶” para outros *dealers*, sendo um deles o Pencas, cuja trajetória destacaremos mais adiante.

Nessa altura, o *deal* estava longe de ter a conotação negativa que tem nos dias de hoje. O mercado de “cenas leves” era pouco problematizado pelos atores envolvidos. Contudo, com a venda de produtos mais “pesados” – tais como heroína e cocaína –, sobretudo, a partir de finais dos anos 80, houve um “descontrolo total nas atitudes de cada um”, para usarmos as palavras do RS. Um mercado que era não problemático, como o das drogas leves, e que convocava relações de companheirismo deu lugar à competição e à disputa entre *dealers* na venda de drogas duras. A procura constante do lucro da parte de quem vende veio dominar os mercados de droga na zona ocidental.

- O RS-consumidor -

Enquanto consumidor, o RS disse-nos que “experimentou de tudo o que havia para experimentar”, desde as drogas leves até às duras. Nas duras, apresentou consumos por via fumada – sobretudo “na prata”¹⁸⁷ – mas também por via injetada.

Ao analisarmos a sua trajetória de consumo verificamos aquilo que também constatamos para outros atores da nossa revisitação: consumos de haxixe e de “cenas leves” nos primeiros anos da adolescência, seguindo-se um período de maior intensidade de consumo de heroína e outras “cenas pesadas” e, por fim, estabilizando-se novamente no consumo das “cenas leves”. A altura em que o seu envolvimento com drogas foi mais intenso foi entre finais dos anos 70 e início dos 80.

As drogas funcionavam para o RS como um escape ou fuga à ordem social vigente e eram um “doce” que convidava a uma atitude relaxada perante os compromissos e as obrigações

¹⁸⁶ “Material” é outra expressão nativa para designar drogas.

¹⁸⁷ Em secções posteriores da monografia concretizaremos melhor esta forma de consumo.

socialmente impostas, uma espécie de *laissez faire* ou “*dolce far niente*”, como o próprio referiu: “Tentávamos levar tudo numa espécie de *dolce far niente*. Uma espécie de “doce” de não fazer nada, e era assim que funcionava” (Entrevista RS, 13/12/2016); “Procurava-se tudo o que desse “ganza”. Tudo o que desse “moca”, tudo o que desse “pedrada”. Tudo o que naquela altura se pudesse adquirir, botar a mão. Seja um charro, seja numa colher, na prata, seja numa seringa (...) (Entrevista RS, 17/01/2016).

- “Sinto saudades desses anos” –

O envolvimento do ator com drogas não é visto como um período negativo na sua vida. Pelo contrário, foram tempos em que o RS sentiu um protagonismo e valorização que o fez sentir-se alguém respeitado¹⁸⁸, apesar das consequências e das perdas que advieram do envolvimento com elas. Vejamos a forma como o ator encara, nos dias de hoje, esse período da sua vida em que era “violino” classificando-o como os anos de “auge” da sua existência:

“Eu estaria a mentir se dissesse que não sinto saudades desses anos. Sinto saudades desses anos porque vivi coisas que não vou conseguir viver... Outras coisas talvez impensáveis... Não vou enumerar porque há aquilo a que chamámos segredo e os segredos não se devem contar. Mas poderei dizer que nesses 10 anos foi uma espécie de auge, do ponto de vista da existência houve uma espécie de auge que eu vivi” (Entrevista RS, 17/01/2016).

Para o ator, o grupo dos “Cinco Violinos” era muito mais do que cinco jovens do bairro da Pasteleira. Constituía a possibilidade de cada um ganhar visibilidade, notabilidade e, sobretudo, respeito da parte dos Outros. Assim, as condutas desviantes deste grupo são vistas, pelo RS, como alternativas viáveis face ao meio de origem dos seus elementos, à pobreza e à etiquetagem desqualificante que se exercia sobre si e sobre “os seus”. No balancear entre o “socialmente reprovável” e o “socialmente respeitável”, o RS optou pela segunda expressão como orientador central da sua conduta:

“Sabes falar nisto não me causa mal-estar. Foram momentos bons na minha vida sabes, o pessoal curtia mesmo. E sabes aquela sensação de respeito que metias no pessoal, na posição que tinhas. Aquilo fazia-me pertencer a algo, dava-me uma identidade muito forte. As pessoas respeitavam-me. (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 14/04/2015).

- Os Tratamentos - “Sinceramente nunca me senti dependente”

¹⁸⁸ Quando apresentarmos, mais adiante, as representações de outros violinos e seus familiares acerca das atividades desviantes realizadas, encontraremos representações e significados bastante semelhantes a estes do RS.

Apesar do seu envolvimento com drogas duras, o RS não realizou qualquer tipo de tratamento. Aliás, apesar de ter experimentado “de tudo o que havia para experimentar”, nunca se considerou verdadeiramente um “dependente”, como se mostra abaixo:

“Aqueles produtos que eu consumia, eu e os outros que me acompanhavam nessas minhas caminhadas, não eram os chamados “produtos de mercado”. Eram obtidos em espaços que ainda os tinham com um certo grau de pureza, não davam aquele “rabaixe”. Sinceramente nunca me senti dependente de heroína, cocaína, morfina, ópio, nunca, nunca. Nem mesmo de erva ou haxixe. Embora sempre gostasse de tomar aquilo, então não sabia bem, fogo... Txi que maravilha. Eu não me considerava dependente. Depois havia os dependentes, os também chamados de toxicodependentes que, não vou explicar como nem por quê... Nos dias de hoje é assim que se fala e é assim que se diz. Pa e atenção: corri quilômetros e quilômetros à custa dessa merda toda, já provei de tudo o que havia para provar nesse sentido. Por exemplo, esse pessoal que se considera toxicodependente, nos chamados Cat's e assim ou então... sujeitaram-se a intervenções que não era adequadas... Pronto pa, houve exageros... que levou a que eles (os toxicodependentes) fossem considerados como tal” (RS, na entrevista com o Pencas, 30/01/2017).

O excerto acima revela que o RS foi resistindo, ao longo da sua carreira desviante, aos efeitos da etiquetagem decorrente das instituições de tratamento. O olhar ou a leitura clínica ao converter a pessoa em utente, o consumidor de drogas em toxicodependente, cria, do ponto de vista do RS, as condições para que se reforcem os processos de etiquetagem sobre os sujeitos. Essa situação leva a que “(...) eles (os toxicodependentes) fossem considerados como tal”, para usar as palavras do RS.

Além disso, a vivência quotidiana do RS com atores que contactam ou contactaram de forma recorrente com essas instituições mostra que as estruturas de tratamento e as comunidades são “dois mundos” que vivem aparte um do outro. Apesar da distância física poder ser reduzida, a distância simbólica entre eles é enorme:

“(...) Moro aqui, falo todos os dias com pessoas que estão nos CAT's ou CRI's como tu chamas agora e o que sinto é que há pouca inserção deles aqui, são dois mundos... - disse o RS

- Como assim? – perguntei.

- Pa não estão inseridos aqui, estão perto isso estão, mas conhecerem a vida aqui... Não sei pa, é como digo o que te estou a dizer não é de alguém que tenha vivido isso na pele porque nunca vivi nada dessas instituições. É apenas o que sinto, e o que sinto depende de alguém que está sempre por aqui, que fala todos os dias com pessoas que estão nessas instituições... Ainda te digo mais: sabes qual é a ideia que eu tenho de lá, desses lados? Que um gajo chega lá e eles dizem: pa tens aqui o produto (a Metadona), se estiver gente mandam-te esperar na sala de espera, quando chegar a tua vez tu entras, dão-te um copo com aquilo, tu tomas, dizes obrigado, e vens-te embora. E pronto no próximo dia vais lá outra vez e volta a ser assim o esquema – disse o RS.” (RS, diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 28/01/2017).

As instituições de tratamento são vistas pelo ator como desempenhando uma atividade mecanizada e centrada na tarefa para a qual estão destinadas. A rotina que se vive no seu interior – chegar, sentar, tomar a metadona e ir embora – descompromete os técnicos de intervenção face ao que fazem ao mesmo tempo que afasta os utentes da finalidade terapêutica pela qual ali estão. É como se os técnicos estivessem perto e longe ao mesmo tempo: perto porque fazem parte da

vida daqueles que atendem durante o seu trabalho mas longe porque desconhecem os problemas concretos das suas vidas.

- A Prisão - da “escola primária” à “universidade” –

Tal como se referiu anteriormente, quando o primeiro investigador conheceu o RS a 28 de agosto de 1991, este tinha acabado de sair de um EP de alta segurança na Zona Centro do País. Quando saiu foi acompanhado pelo Tribunal de Execução de Penas (TEP). Devido a isso, não parece estranho que os temas relacionados com a vida prisional ainda estivessem, nessa altura, muito presentes nas conversas que o ator estabelecia. É precisamente isso que o primeiro investigador refere a dado momento no seu diário de campo:

“Noto que fala da experiência prisional constantemente, nota-se que é ainda muito presente psicologicamente. Nunca diz “recluso” ou “cadeia”. Diz “nunca estive encostado”, “na situação”... “na situação interina” (...) Penitencia-o particularmente que as filhas fiquem privadas da sua companhia por causa de estar «dentro»” (diário de campo Mister, 28/08/1991).

“Passa muito do resto do tempo a falar das prisões, experiência que visivelmente marcou muito o RS, que apanhou 6 anos e 1 mês, dos quais cumpriu 4 encarcerado, terminando a liberdade condicional em dezembro de 1993.” (diário de campo Mister, 10/11/1992).

O tempo passou e, quando o revisitámos, 23 anos depois, considera que a passagem pela prisão lhe fez bem e que o acalmou. Depois disso, nunca mais voltou a envolver-se nas atividades desviantes dos violinos, embora continuasse sempre a “fumar os seus charutos” mas nunca em grupo, sempre sozinho:

“- Tornou-me mais calmo, deu-me paz. A mim fez-me bem. Eu já te disse que lá (no EP de alta segurança) que fiz teatro, por exemplo. Eu gostava daquilo.

- Notas que a prisão foi uma terapia? – perguntei.

- Sim, de certo modo pode dizer-se que sim. Depois quando saí em 1991, continuava nas minhas cenas nos meus «charutos», mas nunca em grupo, sempre sozinho – disse ele.

- Era como se essa solidão te protegesse, de certa forma, de te envolveres?

- Exato, isso mesmo. Era como se eu não me envolvesse num grupo e quisesse fazer as coisas sozinho para não voltar outra vez ao mesmo. Aliás, eu quando te digo que «acalmei» é exatamente nesse sentido de não estar envolvido com o pessoal, fazer as coisas sozinho...” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 05/05/2015).

A análise da sua trajetória permite perceber que o RS esteve preso em dois estabelecimentos prisionais: em 1976, num EP na zona do Porto (alguns meses) e, entre 1987 e 1991 num EP de alta segurança. Sobre esses dois períodos, o RS refere-se a eles da seguinte forma: “No primeiro foi a

escola primária e no segundo foi a universidade” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 05/05/2015).

Esta designação do RS de “Escola Primária” para o período em que esteve no EP na zona do Porto e “Universidade” para a altura em que esteve no de alta segurança refere-se, sobretudo, ao nível de aprendizagem e especialização no crime que os reclusos têm no interior destes estabelecimentos. Mais do que recluir para ressocializar a prisão permitiu-lhe, sobretudo, o convívio com os “gajos importantes” do mundo do crime. Usando os termos do ator: “Convivi lá com «gajos importantes» no «meio» digamos assim, que eram provenientes de diferentes zonas do país, Braga, Lisboa... Aprendi muito sabes, nessa altura.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 05/05/2015).

Foi ali, no seu interior, que se fortaleceram alianças, criaram-se outras e ajustaram-se contas que vinham do mundo exterior, muitos deles relacionados com negócios do “pó” ou da “branca”. A prisão, nos termos do RS, estava longe de ser uma descontinuidade do que acontecia “cá fora”, funcionando antes como uma oportunidade para a aprendizagem e a especialização das condutas que a reclusão visava precisamente corrigir.

Sendo uma prisão de alta segurança, o EP levou a que o RS sentisse uma desproporção entre aquilo que ele fez quando era violino, particularmente a venda de drogas, e a pena a que foi submetido. Isso levou-o a referir: “Eu até nem tinha nada a ver com aquilo, era uma prisão de alta segurança. Eu pensava «fodasse que é que eu fiz de mal» e não tinha feito mas na altura mandaram-me para lá...” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 05/05/2015).

Um outro aspeto que o RS salientou quando nos falou da sua passagem por ali diz respeito ao facto de sentir que todos os reclusos, independentemente do crime que realizaram, estarem todos sob as mesmas regras no seu interior. A vida “intramuros” era marcada pela homogeneidade dos seus atores, levando-nos àquilo que Goffman teorizou sobre as instituições totais: “(...) todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (Goffman, 1961/1974, p.17). Vejamos a forma como o RS nos fala acerca disso:

“As pessoas pensam que o ambiente nas prisões entre os reclusos é muito diverso mas não pah, ali tudo é igual, isso é o que a Sociedade diz. Nós estávamos ali dentro, independentemente do crime, estávamos ali dentro.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 05/05/2015).

Tal como já referimos anteriormente, o RS assumiu uma importante função enquanto “bússula orientadora” da presente pesquisa, auxiliando-nos na procura de outros atores caracterizados na primeira etnografia. Um deles foi precisamente um dos seus “companheiros de sinfonias” nos Cinco Violinos que ainda se encontrava vivo na altura em que iniciamos a nossa revisitação: o Beterraba. É sobre ele que falaremos já de seguida.

2.1.2. O Beterraba

Tal como o RS, o Beterraba era um morador do bairro da Pasteleira Velha e encontrava-se, na altura da primeira pesquisa, fortemente ligado ao “andamento” que se vivia nos territórios psicotrópicos. As primeiras referências ao ator na primeira pesquisa surgem, em diário de campo, no dia 11 de dezembro de 1992. Tinha o ator, nessa altura, 35 anos.

O estado de autonomia e funcionalidade que o ator apresentava na altura não tem paralelo com aquilo que a nossa revisitação encontrou a 21 de janeiro de 2016: um sujeito bastante fragilizado, institucionalizado numa casa de acolhimento nos arredores do Porto e com grandes limitações físicas e cognitivas.

Apresentamos, de seguida, dois excertos dos nossos diários de campo – o primeiro referente à primeira pesquisa e o segundo à nossa revisitação – onde se pode verificar a diferença que foi possível encontrar neste sujeito no espaço de 23 anos. O primeiro excerto abaixo dá conta da interação do primeiro investigador com o Beterraba no bairro da Pasteleira Velha e o segundo mostra a percepção da técnica responsável pelo seu caso na instituição de acolhimento onde o sujeito se encontrava desde 2012:

“Já vi mais algumas vezes o Beterraba aqui pelo bairro, cumprimentamo-nos, mas mais nada. Hoje, porém, conversamos bastante, tanto no “largo” em frente à Sede, de pé como é ali hábito, como depois em casa do RS. Noto que se exprime com facilidade, mas recorrendo ao calão típico do bairro: «num tem nada a ber!», «o chabal», «mandou prá viola» (chutou), «já estávamos muito acesos». Pronuncia com o acento típico do portuense de classe pouco favorecida.” (diário de campo Mister, 07/03/1993).

“(…) como hei-de explicar ele está todo, está mesmo muito debilitado, não sei se já tem essa noção pelo seu amigo da Pasteleira. Eu não sei se vai conseguir entrevistá-lo ou falar com ele sequer. Por vezes parece que está tudo normal e depois começa a divagar. Está com um quadro demencial muito acentuado mesmo. Mas se conseguir, tudo bem, mas não lhe garanto que saia grande coisa dali.” (Conversa com técnica da instituição de acolhimento onde estava o Beterraba; diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 06/01/2016).

Além do envolvimento intenso com drogas duras durante a primeira pesquisa, o Beterraba apresentava também elevados consumos de álcool:

“Diz que ultimamente consome álcool demais, 2 litros por dia, diz que “É muito, meu! Já viste? Mas um gajo às vezes, quando não anda bem... Quando estou assim sei que devia reagir, mas não reajo, fico sem acção, e depois toca a beber” (Beterraba)” (diário de campo Mister, 12/12/1992).

Antes de apresentarmos e de descrevermos um pouco melhor o estado de degradação física em que o Beterraba se encontrava quando o revisitámos, começemos, em primeiro lugar, por recuar a algumas informações biográficas deste violino. Iniciemos com informações referentes à sua

família. Passaremos depois pela sua relação com o Trabalho e com as Drogas. Terminaremos com o “fim-de-linha” do ator, focando-nos no período que antecedeu a sua morte (julho de 2016).

- A Família – algures entre a aproximação e o afastamento

A relação do Beterraba com a família foi marcada por momentos de aproximação e afastamento. Aproximação quando o seu envolvimento com drogas não era intenso e afastamento quando o Beterraba se começava a meter outra vez “na cena”.

Este violino era o irmão mais velho de uma fratria de oito irmãos. Alguns deles, em particular a CL, a CG e o CP, desempenharam um importante papel na vida do ator na fase final da sua vida: além das constantes visitas aos diversos centros de internamento onde o Beterraba se encontrava, uma das suas irmãs, a CG, acolheu-o para aí passar os fins-de-semana em família. Era aí também que a sua mãe se encontrava.

O seu pai faleceu em 2009. Trabalhou como alfaiate e também como funcionário de uma empresa de transporte de passageiros. É visto, pelos irmãos do Beterraba, como alguém que “trabalhava muito” e que “se levantava cedo e chegava tarde a casa” (Entrevista ao CP, 16/02/2016). Percebemos que tinha uma relação conflituosa com o Beterraba, marcada por momentos de discussão e confronto:

“ (...) – Pa o meu irmão pronto olha... eu ao bocado até estava a dizer para as minhas irmãs que agora se vai encontrar lá em cima com o nosso pai e que o meu pai vai-lhe dizer: “oh pa, lá vens tu para aqui para me lixares a cabeça cá em cima”. O meu pai passou os trabalhos com ele pa, não tens noção. Era uma relação de amor-ódio... – Disse para mim e depois virava-se para o RS e disse: - E quando ele roubava as chaves do carro do meu pai e fugia, lembraste, RS?

- Então não me lembro... íamos os dois passear no carro do pai dele... - dizia o RS.” (CP, aproximadamente 40 anos; diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/07/2018).

A sua mãe é vista pelos irmãos do Beterraba como alguém que o protegia bastante, uma mãe super-protetora. De acordo com o RS, foi sempre alguém que nunca trabalhou, à semelhança da sua mãe.

- Trabalho - “faltava mais do que as vezes que ia trabalhar”

Contrariamente aos outros atores da nossa revisitação, cuja atividade laboral se circunscrevia, na sua maioria, aos setores industriais e da construção civil, o trabalho principal do Beterraba - pelo

menos o mais duradouro - foi como porteiro de um hospital situado na Cidade do Porto. Trabalhou aqui cerca de 10 anos passando a desempenhar, tempos depois, funções administrativas neste hospital. Além dessa ocupação laboral, o Beterraba trabalhou ainda numa fábrica de parafusos na zona ocidental do Porto. Como forma de complementar o seu rendimento, “dava uma mãozinha” numa Garagem de Automóveis situada na zona central da Cidade.

Apesar do carácter mais diferenciado do trabalho principal do Beterraba – o de porteiro – face àquilo que se constatou nos outros violinos, o Beterraba apresentava algum desleixo para com o mesmo, gerindo e racionalizando pouco o dinheiro que recebia¹⁸⁹. Nas palavras da sua irmã: “Era uma pessoa que ganhava muito bem na altura em que trabalhava mas lá está, o dinheiro que recebia era dinheiro que gastava” (Entrevista à CL, 10/01/2017).

Destaca-se, sobretudo, a sua pouca ligação ao mundo do Trabalho. Sobre isso, o primeiro investigador escrevia assim no seu diário de campo:

“Pergunto pelo Beterraba ao RS, já depois de ter terminado o trabalho de terreno. Diz-me que se internou no FCH para desintoxicação, e que posteriormente arranhou emprego ao balcão da tabacaria do café C., na Boavista. Mas já lá não está.” (diário de campo Mister, dezembro de 1993).

No mesmo sentido, a sua irmã, 24 anos depois, referiu-nos o seguinte: “Mas ele faltava mais do que as vezes que ia trabalhar... Pronto e nessa fase dos “Cinco Violinos” chegou a fugir para Espanha com o RS e com o Rolling, aquelas coisas todas...” (Entrevista à CL, 10.01.2017).

“Só queria ganza, só queria passear... Trabalhar não queria muito”, como referiu o seu irmão PC. Era a busca do *dolce far niente*, em suma, a busca da liberdade. O Beterraba funcionava num hedonismo permanente que o fazia centrar-se no momento presente levando-o, por conseguinte, a não se responsabilizar pelas tarefas laborais e familiares. E, segundo o CP, “de todos nós (irmãos), ele foi aquele que teve melhores empregos, foi o mais protegido e foi o que fez mais asneiras”.

As viagens, sem dizer nada a ninguém, desaparecendo por alguns tempos e reaparecendo tempos depois, eram constantes na vida deste violino. Uma viagem real e geográfica a que se juntava quase sempre uma viagem psicadélica, tendo sempre as drogas como pano de fundo. Como salienta um dos seus irmãos: “As drogas faziam parte dessa fuga para esse mundo que ele criou.” (Entrevista ao CP, 11/02/2016).

Era, de acordo com a visão dos seus irmãos, alguém pouco ligado ao valor do dinheiro, tudo o que ganhava era para gastar:

“Ele era capaz de dar tudo. Receber, pegar num monte de dinheiro e oferecer, mas no mês seguinte ia andar a cravar esse dinheiro. Ou então ficava sem o dinheiro e ficava «pendurado» ou na mãe ou nos

¹⁸⁹ Vimos também algo semelhante no RS quando este recebeu o subsídio para criar um negócio depois da sua saída da prisão.

irmãos... Por aí fora... Depois dizia que pagava e não pagava nunca. O que ele queria era o momento” (Entrevista ao CP, 11/02/2016).

A sua trajetória laboral terminou aos 30 anos, idade com que se reformou por invalidez. Decorria a primeira investigação e o sujeito já era reformado encontrando-se, como se disse acima, com fortes relações com drogas, organizando “esquinas” e sendo parte integrante do ambiente psicotrópico do bairro da Pasteleira Velha.

- As Drogas – “a droga é que o aguentou” –

A reconstituição da trajetória do Beterraba permitiu-nos perceber que este ator social apresentou um relacionamento com drogas bastante semelhante à do RS e dos restantes violinos: iniciou com drogas leves, passou às duras nos anos 80 e 90 apresentando, por esta altura, consumos injetados de heroína e cocaína. Alguns desses “chutos” eram realizados, muitas vezes, na casa de banho da sua casa no bairro da Pasteleira Velha. O CP fala-nos dessa situação na entrevista que lhe fizemos:

“Uma vez, numa das experiências que eu tive, eu chego a casa dos meus pais para os visitar e vejo o meu irmão a entrar com uma colher e uma seringa, assim como se nada fosse, pela casa dentro e a dirigir-se para a casa de banho...” (Entrevista ao CP, 11/02/2016).

Quando os entrevistados se focaram na relação que o Beterraba tinha com drogas foi possível perceber que quando o ator inicia a sua relação com elas (segunda metade dos anos 70) elas inscreviam-se numa época e momento histórico em que se afirmava a liberdade:

“O Beterraba era alguém que tinha as emoções à flor da pele... Era na música, na arte, nos artistas. Por vezes, ele incorporava de tal maneira esse Mundo que acreditava que morava nele e tentava viver a esse nível” (Entrevista ao CP, 11/02/2016).

Quando lemos o diário de campo da primeira etnografia constatamos que o Beterraba falava da heroína de forma muito negativa em relação, por exemplo, à cocaína:

“Pois é! Foi isso (o “pó”) que fodeu a minha vida... Fodeu, quer dizer... Mas em parte posso dizer que fodeu. Fodeu mesmo! É que depois é só aquilo, só aquilo... Agora, tás a ver?, tou a ver se... E reajo, sei que reajo, estou a reagir. Mas fodi-me. A heroína é uma merda, um gajo vai por aí abaixo. Não tem interesse nenhum. E mesmo a coca! Mas a coca já não é tanto.” (diário de campo Mister, 18/03/1993).

À medida que reuníamos e reconstituíamos alguns elementos biográficos do Beterraba começamos a perceber que o seu envolvimento com drogas era pouco explicativo do estado de

degradação deste violino. Além disso, esse consumo revelou-se até, de acordo com alguns sujeitos que contactamos e que eram próximos do Beterraba, como “bálsamo” para o sofrimento vivido na última fase da sua vida. Refira-se, a este propósito, que o sujeito apresentava cancro pulmonar diagnosticado desde 2002, sendo que os médicos lhe deram um prognóstico de três meses de vida. O ator durou mais 14 anos do que aquilo que era expectável tendo em conta os prognósticos médicos. Para a sua irmã, CL, “foi a droga que o aguentou”:

“A droga é que o aguentou... Sei lá, porque da maneira como a médica nos falou e como ele estava... Porque ele às vezes nem fazia a quimioterapia porque os valores estavam muito baixos. E ele resistiu... É por isso que eu digo, eu acho que a droga ali... Posso estar enganada mas... Eu acho que o suportou foi mesmo a droga e uma força de vontade enorme da parte dele. Porque ele havia alturas em que dormia sentado tais eram as dores que sentia no corpo” (Entrevista CL, aproximadamente 60 anos, 10/01/2017).

Esta representação foi também próxima da que encontrámos para outros atores da nossa revisitação: as drogas, mais do que contribuírem para a degradação dos atores, funcionaram enquanto suporte, “bálsamo” ou “anestesiador” face aos problemas de saúde na fase final das suas vidas.

Aliás, o próprio ator, dentro das limitações em que se encontrava quando o revisitámos, tinha uma representação bastante positiva do seu envolvimento com drogas, referindo que a vivência nesse mundo lhe permitiu “desenrascar-se” várias vezes perante as dificuldades. As drogas foram por isso, do seu ponto de vista, mais um veículo de aprendizagens do que de destruição:

“As drogas nunca me deram a volta à cabeça. Felizmente. Só me abriram os olhos muitas vezes... (pergunto como assim, de que forma...). Abriu-me os olhos para muitos problemas. Vou tendo agora aí uns cigarros, vou orientando uns cigarrinhos de vez em quando...” (Entrevista ao Beterraba, 58 anos, 21/01/2016).

Apesar da desorientação psíquica do ator foi possível perceber, enquanto conversávamos com ele, que o Beterraba evocava acontecimentos da vida passada, principalmente os referentes aos Cinco Violinos e às sociabilidades mais desviantes, de uma forma pormenorizada e demonstrando até um certo orgulho. Face ao estado de alguma confusão em que o sujeito se encontrava, este mantinha as recordações referentes ao estilo de vida ligado às drogas praticamente intactas na sua memória. Como exemplo disso constatamos que o nome e algumas características pessoais dos outros “violinos” foram referidos pelo Beterraba de forma correta, confirmadas pelo próprio RS.

Esta situação permite constatar que o envolvimento do Beterraba com drogas possibilitou uma visibilidade e protagonismo que marcou, de forma indelével, a sua forma de Ser. Os Cinco Violinos foram muito mais do que um grupo de sujeitos que se reuniam para vender drogas, “fazer tascos”¹⁹⁰

¹⁹⁰ “fazer tascos” – expressão nativa que serve para designar o assalto a farmácias.

ou “curtir mocas”. A inserção do Beterraba neste grupo reforçou a sua identidade e visibilidade social¹⁹¹. A vontade e a necessidade do ator em falar sobre a altura dos Cinco Violinos já nos tinha sido referida pela técnica da instituição onde o Beterraba se encontrava:

“Ou melhor, dos anos 90 talvez porque ele gosta de falar sobre isso, quando está melhor até vai falando e sente um certo orgulho. Porque, talvez já saiba, ele foi traficante e consumidor por essa altura dos anos 90. E gaba-se de ter sido assim, um rebelde, ele não olha para essa altura da vida como algo negativo, algo de pesar... Sente-se um grande malandro e tal, que “fazia uns carros” (diário de campo, técnica que acompanhou Beterraba na Casa Abrigo, 06/01/2016).

Recolhemos uma percepção muito semelhante da sua irmã, a CL, que nos referiu o seguinte a este respeito:

“Ele depois falava muito do passado, do que fazia... Do pegar naquilo e nisto, do ir a Lordelo... Falava do meu pai, por exemplo, que o Pai era mau para ele e tal (...) Ele nesta última fase até falava mais no passado do que no presente. (Entrevista CL, 10/01/2017).

Os excertos acima mostram como o Beterraba criou uma série de significados em torno das atividades desviantes realizadas pelos Cinco Violinos. Esses significados foram a base para que, mesmo estando esquecido de muitas coisas devido ao quadro demencial em que se encontrava, ele se recordasse daquilo que fazia no grupo, juntamente com os restantes elementos.

- Saúde – “quando sentes que aquela pessoa não vai ter muito tempo de vida”

Antes da entrada na casa-abrigo onde o Beterraba se encontrava quando o revisitámos, o sujeito estava a pernoitar nos balneários do clube de futebol da Associação Desportiva e Recreativa do Bairro da Pasteleira (ADR Pasteleira). Costumava, por essa altura, pedir esmolas pela zona do seu bairro com o auxílio de uma bengala pois estava quase cego.

Esta situação em que o Beterraba se encontrava deveu-se, nas palavras do próprio e dos seus irmãos, à quebra do seu relacionamento quer com a sua companheira da altura, a FC, quer com a sua filha, algo que o fez regressar de forma mais intensa aos consumos de drogas. Enquanto escutávamos a conversa entre os dois amigos e “sobreviventes” dos Cinco Violinos percebemos que foi o término do seu relacionamento amoroso que contribuiu para a degradação do ator e que o arrastou novamente para a vida nas drogas. As palavras do seu irmão, CP, vão no mesmo sentido: “Quando ele se separou dela, foi o início da pior fase da vida dele” (Entrevista ao CP, 11/02/2016).

¹⁹¹ Encontrámos no RS uma representação bastante semelhante à do Beterraba quando nos falava das atividades desviantes dos “Cinco Violinos”.

A situação de sem-abrigo em que o ator se encontrava ocorreu entre 2009 e 2012, culminando numa hospitalização em abril de 2012 devido a uma grave pneumonia. Apresentava, nessa altura, um estado de degradação física bastante acentuada ao ponto dos amigos, conhecidos e moradores do bairro não o reconhecerem:

“Vim de lá triste, meu. Vim de lá mesmo desfeito. Vim de lá com a lágrima no olho. Por causa do Beterraba. Um gajo que conheci toda a minha vida, desde pequenino(...). E um dia chego (ao bairro, após ter estado fora do País) e eu cumprimento-o... Mas pa nem sequer chamei pelo nome dele porque nem sequer o conheci. Mas vi a cara, o indivíduo e disse «eu conheço este gajo de algum lado...». Mas não disse nada e fiquei a pensar, ei, era o Beterraba. Eu até me senti envergonhado porque aquilo não podia acontecer, com quem eu convivi toda a minha vida. Os irmãos dele são os meus melhores amigos. O CP, por exemplo, é o vocalista da minha banda e o ZC é o guitarrista. (...) Senti mesmo que ele estava a morrer, meu. Pa quando sentes que aquela pessoa não vai ter muito tempo de vida”. (Entrevista GB, 46 anos, morador no BP Velha até 24/25 anos, 18/01/2017).

Em resumo, o “puzzle biográfico” realizado para este ator permitiu-nos identificar elementos biográficos na sua trajetória com particular impacto no seu bem-estar e no seu estado de saúde. Destaca-se, nesse plano, a quebra do seu relacionamento amoroso como algo que o próprio e os seus familiares salientaram como o fator principal para o ir parar às ruas, contribuindo para o agravamento do seu estado de saúde.

- A casa-abrigo – “ele só pedia para fugir dali”

Tal como dissemos anteriormente, a revisitação ao Beterraba foi realizada a 21 de janeiro de 2016 numa instituição de acolhimento situada nos arredores do Porto. Esse local era constituído por duas divisões: uma zona, que era um armazém de grandes dimensões onde estavam reunidos vários móveis, objetos decorativos, frigoríficos e outros materiais com aspeto de uso; e uma outra zona onde estavam vários sujeitos de robe e pijama, dando a impressão de ser o local de internamento. Aqui encontravam-se vários sujeitos de diferentes idades, estando cada um remetido a diferentes tarefas: uns a ver televisão, outros a falar sozinhos pelo corredor e outros concentrados a fazer cigarros.

Enquanto conversávamos com o Beterraba fomos observando o local onde decorria a nossa conversa. Escrevemos o seguinte no nosso diário de campo:

“Enquanto conversávamos eu reparava no contexto onde estávamos. Era uma casa normal, com as divisões transformadas em quartos e uma sala ao centro onde estávamos. Havia três sofás. Um maior, com 3 lugares, onde estávamos a conversar – EU, o RS e o Beterraba – outro mais pequeno ao lado e outro ao meu lado direito de 3 lugares. No meio estava uma televisão sintonizada no canal Hollywood. Havia ainda as decorações de Natal, a Árvore e um Pai Natal ao lado da TV. Na sala ao lado estava um homem de cerca de 60 anos, de barbas e muito fixo numa tarefa: a fazer cigarros de enrolar. Outros andavam de um lado para o outro ao pé da mesa e outros sentavam-se a ver o filme que estava a dar. Ao fundo estavam os quartos mas não consegui ver o que estava lá dentro. Uma sensação que tive: parecia que estava num hospício, cada um no seu canto, remetido à sua loucura. Mas se isto é um hospício onde estão as

enfermeiras e os médicos e a restante equipa técnica? Não os vejo. Foram lanchar e já vêm?” (diário de campo, secção “observação território e atores”, 21/01/2016).

Os sujeitos estavam simplesmente “ali”, focados nas suas tarefas diárias. Referimo-nos, sobretudo, à sensação de esvaziamento da componente técnica no seu interior, onde estava “cada um no seu canto, remetido à sua loucura”, como escrevemos no nosso diário de campo. Esta nossa impressão do local onde estava acolhido o Beterraba foi também corroborada quer pelo RS (primeiro excerto), quer pela sua irmã, a LC (segundo excerto):

“Eu acho que eles não prestam muita atenção uns aos outros (...) É como tu dizes aquilo está um bocadito ao abandono. As pessoas estão ali... Podem olhar para a Televisão, chega à hora de dormir vão dormir, chega à hora de comer vão comer... Não passa disso, não há... Não há nada que entretenha as pessoas, que as motive a ganhar perspetivas de vida (...)” (Entrevista RS sobre reencontro com Beterraba em Gaia, 21/01/2016).

“Mas é o que eu digo, eu para o meu irmão, estava abrigado, tinha ali vigilância, mas aquilo no fundo é... É mesmo um abrigo: «olha encosta aí... É hora de comer, é hora de lavar... E prontos é aquela coisa»” (Entrevista CL, irmã do Beterraba, 10/01/2017).

Segundo a sua irmã, ele tentou por várias vezes fugir da casa-abrigo onde se encontrava, o que contribuiu para o agravamento do seu estado de saúde. Segundo a técnica responsável pelo seu caso, o facto de tentar sair dali levou a que fraturasse a clavícula e as pernas, agravando-se ainda mais o seu estado de saúde:

“Fomos lá vê-lo e foi um choque enorme porque ele não estava nada daquilo... estava com um aspeto pior do que quando o vimos, depois degradou-se... e ele não nos conheceu. Depois conversámos e tal e ele só pedia para fugir dali, que estava cheio de estar ali...” (...) Lá dentro ele também se portou muito mal... Partiu... Tentou fugir de lá várias vezes... Partiu o joelho com isso, porque ele depois até mancava um bocado e começou a ficar debilitado...” (Entrevista à CL, 10/01/2017).

O estado de saúde do Beterraba foi-se agravando ao ponto deste violino ir, no período final da sua vida, para uma unidade de cuidados continuados na zona norte do país, como damos conta já de seguida.

- Fim-de-linha - “Esta espécie de farrapo para quem eu estou a olhar” -

A expressão “esta espécie de farrapo para quem eu estou a olhar” que colocamos acima foi referida pelo RS aquando da nossa visita ao Beterraba à casa-abrigo. O RS ficou impressionado

com a forma como viu o seu “companheiro de sinfonias”, que contrastava com a postura ativa e de grande autonomia que ele apresentava, por exemplo, no início dos anos 90.

O “farrapo humano” que reencontrávamos agora estava, além de institucionalizado, bastante debilitado física e mentalmente: do ponto de vista mental, apresentava-se bastante confuso, trocando os nomes dos familiares, amigos e acontecimentos à medida que ia falando conosco e, do ponto de vista físico, estava numa cadeira de rodas e usava fraldas. Esse estado de degradação em que o ator se encontrava já nos tinha sido referido pelo RS, que se tinha reencontrado com o Beterraba em junho de 2015 (não se viam há cerca de dois anos):

“- Mas é como te digo, da última vez que o vi ele estava todo comido da cabeça, meu. Eu nem sei se posso dizer isto assim... que ele estava da cabeça... pelo menos fisicamente estava todo fodido, anda de fraldas e tudo, uma vez estava aqui perto da Pasteleira com um guarda-chuva a fazer de bengala. Não sei se está cego ou quase cego ou quê... E quando falava com ele, ele ficava com aquele riso grande a olhar para mim. Pah o Beterraba não era assim meu – disse o RS”. (RS, diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 17/09/2015).

O estado de saúde do ator foi-se progressivamente agravando na parte final da sua vida. Entre abril e julho de 2016 (mês em que faleceu) esteve integrado numa unidade de cuidados continuados na zona norte do País, onde veio a falecer com 58 anos¹⁹². Segundo os seus irmãos, que o foram lá visitar, “parecia um vegetal”, sendo alimentado por uma sonda uma vez que era já incapaz de ingerir alimentos sólidos. Fomos ao velório do Beterraba onde estivemos com a sua família presente e com o RS. Escrevemos o seguinte no nosso diário de campo sobre esse dia:

“Entramos na capela mortuária. Quando entramos estava o corpo do Beterraba no caixão. Ele está com os ossos do rosto salientes, dizem as irmãs que ele “está igualzinho a como era antes...”. Aproximam-se todos do caixão, ficando eu mais para trás. Uma das irmãs do Beterraba chora muito, a outra nem tanto. O CP não chora nada. No lenço que lhe tapa o corpo e a cara, naquele lenço fino que cobre os mortos em situações semelhantes a esta, está bordado “descansa em paz”. Há um silêncio aqui, apenas se houve o choro da irmã do Beterraba que não sei o nome. Choro e o choro da irmã. O RS aproxima-se mais do Beterraba, aperta-lhe a cabeça e passa-lhe a mão pelo cabelo. Depois junta a sua testa à testa dele e começa a chorar ao mesmo tempo que começa a falar algo baixinho que não percebo o que é, como se ele ainda estivesse vivo e o estivesse a escutar. Passado algum tempo (2 minutos, sensivelmente) o RS levanta-se e sai dali. Vejo que está com os olhos vermelhos e caminha cá para fora. Venho com ele (...)” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 01/07/2016)

Mais do que “companheiros de sinfonias *drug*”, o Beterraba e o RS tinham uma relação muito próxima e intensa, marcada por aventuras desde a infância, passando pelo momento em que ambos “controlavam” uma parte do mercado de drogas no café Rio. Essa situação já era bastante referida pelo RS durante a primeira pesquisa:

¹⁹² Soubemos da sua morte através do RS que nos mandou a seguinte mensagem pelo Facebook:

“bom dia Simon, soube há pouco pela CL, irmã do Beterraba que ele faleceu, vem hoje pela tarde para aqui para a igreja do bairro lamento dar-te os bons dias dessa forma, mas a vida não é só respirar, tb tem destas coisas tudo de bom para ti, ou seja, para nós, com a graça de Deus. até...” (RS, 01/07/2016).

“Já fizemos de tudo, já andamos por todo o lado. Desde miúdos, oube lá, já curtimos muito”. Conta uma ida a Lisboa que fizeram ambos, “já muito acesos, fomos a um restaurante fino, daqueles cheios de tiques, com os criados atrás de nós, pusemos os gajos à rasca” (diário de campo Mister, 12/12/1992).

A forte ligação entre ambos foi-nos também referida na nossa pesquisa por parte do RS, precisamente no dia do falecimento do Beterraba:

“- Acho que nunca vais entender o que vivemos eu e ele meu... Estou triste, muito. Vivemos e fizemos tudo pa, o que nos apetecia naquela altura. Era curtir, curtir... Olha e por um lado sabes o que foi bom? Foi irmos ter com ele naquele dia à casa-abrigo onde ele estava. Se não fosse isso acho que nunca mais o via. Ficam as memórias, as nossas memórias - disse o RS enquanto preparava um cigarro fora da capela.” (diário de campo, 01/07/2016).

Apresentamos, já de seguida, alguns elementos biográficos de mais um violino, o Rolling.

2.1.3. O Rolling

“San Quentin, what good do you think you do?
Do you think I'll be different when you're through?
You bend my heart and mind and you warp my soul;
Your stone walls turn my blood a little cold”
(Johnny Cash, música “San Quentin” do álbum “At
San Quentin”, 1969)

O Rolling faleceu em 2013 com 53 anos. Esperava um transplante de fígado pois tinha uma cirrose em fase muito avançada. Quando lemos o diário de campo da primeira etnografia verificamos que o primeiro contacto com este ator se deu a 22 de junho de 1994. Sem conseguirmos precisar, o Rolling tinha, nessa altura, entre os 37 e os 39 anos de idade e tinha acabado de sair de uma prisão situada na zona norte.

Tanto ele como o RS assumiam a função de “líderes” dos Cinco Violinos. O RS recordou connosco o dia em que o Rolling faleceu:

“Pa eu... o Rolling... a sério... o gajo andava mal do fígado meu, estava à espera de um transplante. Quando de repente é hospitalizado. No dia antes do gajo morrer eu disse assim «vou lá amanhã ao Hospital ver o Rolling» e não é que o gajo morreu no dia a seguir...

- Txi, que cena – disse eu.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 13/07/2015).

Segundo um dos nossos informantes privilegiados, o Rasi, toda a gente no bairro da Pasteleira Velha e arredores conhecia o Rolling, sendo alguém muito ligado à venda e ao consumo de drogas na zona:

“- O Rolling era um gajo muito conhecido no bairro, era um pequeno traficante. (...) Trabalhava e consumia, trabalhava e consumia, era assim, nada fixo... Mas sinceramente não sou a melhor pessoa para te falar nele, conhecia-o assim como toda a gente o conhecia.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 13/12/2016).

Tivemos, mais uma vez, dada a impossibilidade de entrevistar diretamente o ator, que “ir à volta”, isto é, que contornar o ator em causa, procurando identificar e estabelecer alguns momentos da sua vida através daquilo que técnicos de intervenção, conhecidos e amigos nos tinham para dizer sobre a sua vida. Foi assim que percebemos a importância e a centralidade que a temática da prisão teve para este violino. Focamo-nos, por isso, já de seguida, na sua passagem pela Prisão.

- Prisão – “Era a escuridão total”

Decidimos abrir a trajetória referente ao Rolling com uma estrofe da música de Johnny Cash, “*San Quentin*”. A razão pela qual o fizemos relaciona-se com o facto dela ser muito ilustrativa daquilo que pudemos perceber a propósito deste violino: existia no ator, antes de falecer, um sentimento de profunda revolta e indignação face ao longo período em que esteve preso. Cumpriu pena em dois períodos distintos – o primeiro, entre 1990 e 1994¹⁹³ e, o segundo, entre 1999 a 2011. O somatório destes dois períodos permite-nos perceber que esteve 15 anos preso.

Para este longo período de reclusão muito contribuiu o facto do ator se ter envolvido na venda de drogas no interior do estabelecimento prisional em que se encontrava o que correspondeu a um agravamento da sua pena inicial – algo designado por “processo de cadeia”. Foi isso mesmo que nos referiu um ator, o João Flautas, cuja trajetória abordaremos mais adiante, e que esteve preso com o Rolling no mesmo Estabelecimento Prisional:

“Ele (o Rolling) tinha uma pena mínima e depois a própria mulher «xibou-o». E então, um gajo que é preso por tráfico e que depois é “caço” na cadeia a traficar... Portanto, como é que eu te hei-de explicar.... Estás aqui na Rua e és caço e és dado como traficante.... Há quem leve 4, há quem leve 9, 5 anos de cadeia... Já vi muitos números sobre isso... Mas se for dentro da cadeia.... Chama-se “processo de cadeia” ... Ou seja, tu és preso por traficar cá fora e depois tens um processo de cadeia por traficares lá dentro... Imagina, a decisão do magistrado é assim, imagina, cá fora com aquela quantidade levavas 3 anos, num “processo de cadeia” levas 9, entendes? É considerado algo muito grave...” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

A revolta que o ator possuía relativamente ao período em que esteve preso relacionava-se com a sua perceção acerca da discrepância entre aquilo que ele fez e que o levou a ir preso – essencialmente atos que se relacionaram com a venda de drogas – e a pena que lhe foi aplicada.

¹⁹³ 1994 e 1995 foram os dois anos em que o primeiro investigador contactou com o Rolling.

Além disso, à luz daquilo que os amigos, conhecidos e técnicos nos informaram sobre a sua última etapa da vida, o Rolling referia-se bastante ao “tratamento” a que foi sujeito no interior dos estabelecimentos prisionais onde esteve, com particular destaque para o segundo, num EP da zona centro, onde esteve um ano numa cela em isolamento total.

Esta longa permanência na prisão teve impactos psicológicos profundos no ator, concretamente ao nível do seu bem-estar e do seu funcionamento psicológico, principalmente no segundo período de reclusão. As técnicas de intervenção social que o acompanharam na fase pós-prisional revelaram que o Rolling se encontrava abatido, sem capacidade de reação face às adversidades e, sobretudo, bastante depressivo:

“Ele na última fase da vida também falava muito sobre o sofrimento por que tinha passado dentro do Estabelecimento Prisional: ele esteve em isolamento, na parte debaixo da cadeia durante 1 ano e tal em que não teve contacto com ninguém, com o exterior. Era a escuridão total. Ele disse que a única coisa que lhe dava alento era a vingança. Ele dizia que quando saísse os outros iam perceber que ele conseguiu sobreviver a todo o mal que lhe foram fazendo porque no fundo ele achava que tinha sido detido e que teve tantos anos detido mas que, no fundo, as culpas dele não eram tão graves como aquilo que o fez sofrer lá dentro. Depois quando não concordava com coisas lá dentro, ele manifestava-se, o que não era bom para ele, era muito negativo. A única coisa que ele tinha era um objeto que era um livro. Ele agarrou-se àquele livro e leu, leu, leu... E foi isso também que lhe deu alento para ele conseguir aguentar. Porque era pão e água. Um balde que ele tinha e a escuridão. Ele não sabia quando era dia e quando era noite. Acho que foi assim qualquer coisa de surreal na altura” (Entrevista a técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017)”

A situação retratada acima levou a que o Rolling procurasse, nessa altura, o suicídio, tal como nos foi dito pelas técnicas do sistema de tratamento para os problemas com drogas:

“Ele disse-me várias vezes que nessa altura andou à procura de lenços porque muitas vezes ele tinha momentos em que queria... Morrer. Mas agarrou-se ao tal livro... E quando depois ele quis estar bem, teve pouco tempo de vida. Acaba por ser uma história muito triste. Ele viveu muito pouco e bem em liberdade” (Entrevista a técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017).

A análise do material empírico da primeira pesquisa permite-nos perceber também o impacto que o primeiro período de reclusão, situado entre 1990 e 1994, teve para o sujeito. Pudemos ler no diário de campo de Luís Fernandes:

“Mostra-se revoltado com a prisão, como o darem muito mais facilidades “a um gajo que mata a mulher e os filhos, se for preciso”. Diz expressamente: “se puder, gostava de falar, de falar naquilo, naquele mundo. Lá os dias são todos iguais, um atrás do outro. E passa-se lá muita coisa, muita coisa!” (diário de campo Mister, 22/06/1994).

Se recordarmos aquilo que o RS nos referiu a propósito da sua experiência de reclusão, verificamos que ambos coincidem ao nível das representações sobre essa experiência: a sensação de que, independentemente da razão pela qual ali foram parar, serem todos iguais no interior do mesmo espaço. Acrescenta-se a esta “homogeneização da vida do internado”, tão bem descrita por

Goffman, a sensação de pouca heterogeneidade dos dias, espelhado na frase do sujeito de “os dias serem todos iguais, um atrás do outro”.

Voltemos novamente à música “*San Quentin*” de Johnny Cash e foquemo-nos num dos seus versos: “*Your stone walls turn my blood a little cold*”. No caso do Rolling, se fosse vivo e nos pudesse sintetizar aquilo que a prisão foi para ele, certamente que encontraríamos um sentimento bastante semelhante a este verso da música do cantor *country* norte-americano.

- As drogas – “o gajo morreu porque estava agarrado ‘àquilo’”

Por onde quer que andássemos, seja no bairro da Pasteleira Velha seja noutros bairros da zona ocidental, sempre que procurássemos perceber melhor um pouco da vida do Rolling praticamente toda a gente, mesmo entre aqueles que em nada se relacionavam com a vida do “andamento”, o conheciam e tinham algo a dizer sobre este violino. Em síntese, associavam a vida dele às drogas e, em particular, ao ambiente psicotrópico do bairro da Pasteleira Velha.

Além da imagem de um *dealer*, o Rolling era visto como um “agarrado”, vivendo a sua vida em função das drogas, sendo o “pico” uma forma de intensificar mais a relação com as substâncias. Isso fez com que, mesmo em alguns sujeitos que tivessem convivido pouco com ele - muito devido ao longo período em que esteve preso - tivessem sempre algo a dizer sobre ele, pelo facto do Rolling ser tema recorrente entre as conversas nos diferentes bairros. Foi precisamente isso que o irmão de um dos Cinco Violinos, o GB (irmão do Alicate) nos referiu a propósito do Rolling:

“Eu conheci o Rolling toda a minha vida mas nunca o conheci, entendes? Conheço, mas não conheço (...). Quando o Rolling foi preso, eu era muito pequenino, era muito novo. Quando ele foi preso eu devia ter entre os seis ou oito anos... E depois só vi o Rolling quando eu tinha 17, 18 anos... Ou mais até...” (Entrevista ao GB, 46 anos, morador no BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

O Rolling assumia a função de “líder” dos Cinco Violinos juntamente com o RS. Como referiu o RS a este propósito: “Era eu e o Rolling que estávamos, digamos assim, mais interligados nesse vaivém” (Entrevista ao RS, 13/12/2016). É visto pelo RS como alguém “aguerrido”, que saía sempre em defesa dos Cinco Violinos, sempre que havia “desatinos” com outras pessoas ligadas ou não ao “andamento”:

“- Ele era um bocadinho aguerrido (...) Aguerrido no sentido de ser aquele tipo de pessoa que quando se confrontava com algo ia à luta, não virava as costas, percebes? Por exemplo, já cheguei a ter desatinos às vezes por aí... Algumas coisas que aconteciam e que se passavam e ele era sempre o primeiro a estender o braço, a puxar o soco, desse no que desse, vitória, empate ou derrota. Era daqueles que nunca virava as costas ao confronto...” (Entrevista RS, 13/12/2016).

Percepção semelhante teve o GB que nos referiu o seguinte a propósito do Rolling:

“O Rolling era aquele gajo do «tá-se bem, deixa andar» e era um gajo muito de «*business*», desenrascado. O gajo se não tivesse dinheiro, arranjava maneira de o fazer (...)” (Entrevista ao GB, 46 anos, morador no BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

A heroína e a cocaína assumiam-se, desde a primeira pesquisa, como centrais na vida deste ator. O primeiro investigador escrevia o seguinte no seu diário de campo a esse respeito:

“Assume-se como consumidor e como antigo traficante. Mostra-se desiludido com a predominância actual «dessa coisa que anda para aí, que nem heroína é». E como os actuais consumidores, que já não extraem prazer da relação com a droga: «ao terceiro dia de “meterem” essa coisa que praí anda já estão assim (faz o gesto). Eu dantes quando queria droga ia à farmácia”. Os actuais já não fazem desbundas divertidas. Relembra os belos episódios da boémia *drug* de dantes.” (diário de campo Mister, 22/06/1994).

O excerto de diário transcrito acima permite perceber que os consumos de drogas no caso do Rolling se encontrava inscrito nas atividades desviantes que se referem aos Cinco Violinos. Em capítulos anteriores da presente monografia destacávamos essas atividades que passavam por “curtir mocas” e “fazer tascos”. Ora, quando o Rolling referiu que quando “queria droga ia à farmácia”, estava a referir-se àquilo que os Cinco Violinos faziam quando pretendiam uma “boa moca”: o “fazer tascos”. O “ir à farmácia” permitia-lhes adquirir produtos com elevado grau de pureza e isso traduzia-se numa *trip* mais intensa. É curioso verificar que, à semelhança daquilo que o RS nos disse a propósito de não se considerar dependente de drogas, o Rolling, quando aborda ao primeiro investigador as suas idas “à farmácia”, contrapõem-na com o facto dos “actuais consumidores” já não retirarem prazer da sua relação com o “produto”.

Nos últimos tempos de vida do sujeito verificavam-se elevados consumos de álcool, precisamente na altura em que deixou o “pó” e a “branca”. O álcool veio, assim, substituir ou ocupar o lugar que foi deixado vazio pela ausência da heroína e da cocaína:

“ Porque depois há uma coisa, um gajo deixa de mandar droga e depois começa a refugiar-se no álcool... E atenção que o álcool também não faz nada bem a um gajo, mas muitos parece que substituem uma coisa por outra, como se quando faltasse uma têm que ir buscar outra substância... – disse o Espanhol.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/12/2016).

A vida intensa do Rolling nas drogas e, já no final da sua vida, no álcool, teve como consequência uma cirrose hepática e a necessidade de um transplante de fígado. Os problemas hepáticos vieram a dominar grande parte do seu estado de saúde, como se mostra abaixo.

- Saúde – À espera de um transplante de fígado –

Após a saída da prisão, em 2011, o ator apresentou um considerável agravamento do seu estado de saúde, uma coisa “muito galopante”, usando os termos das técnicas que o acompanharam:

“(…) o estado de saúde dele foi uma coisa muito galopante, sabe? Na altura ele já vinha então com o Diagnóstico (Hepatite C), depois foi encaminhado, dá-me ideia... Daqui para o Hospital, através do médico de família. Isto foi uma coisa muito rápida. Ele mal entrou aqui em 2011 entrou e passado uns meses fez logo Quimioterapia e Radioterapia no Hospital” (Entrevista a técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017).

Este problema de saúde do ator levou-o a procurar ajuda médica. Essa ajuda foi prestada, não só nas estruturas clínicas para os problemas relacionados com drogas, mas também ao nível dos cuidados de saúde primários e hospitalares. Nesse sentido, é encaminhado para um hospital da zona norte do país, para aí iniciar tratamento de radio e quimioterapia. Teve alta hospitalar em 2014 com diagnóstico de cirrose hepática e encontrava-se, desde essa altura, à espera de um transplante de fígado. Nos últimos tempos esteve nos cuidados paliativos desse hospital, onde veio a falecer.

Além do problema hepático grave, os últimos tempos da vida deste ator foram marcados por um estado depressivo acentuado, marcado pelo isolamento social. Os acontecimentos da vida prisional contribuíram, de forma considerável, para este estado de abatimento generalizado:

“Foi um indivíduo que sofreu muito; e quando me chegou às mãos também estava muito deprimido. Coisa que gradualmente ele foi superando. Embora ele quando veio cá para fora... estava completamente sozinho, porque ele tinha uma casa camarária e quando saiu foi para a casa onde estava, embora muito sozinho. Depois é que começou a ganhar a confiança do filho, começou a perceber que o comportamento dele era um comportamento «saudável»” (Entrevista às técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017).

- Fim-de-linha - “Ele já nem conseguia andar na parte final”

O agravamento do estado de saúde do Rolling nos últimos tempos de vida levou a uma incapacidade permanente do ator realizar autonomamente as suas tarefas diárias. Por várias vezes, nessa altura, as técnicas de intervenção que o acompanharam, levaram o Rolling a casa pois este apresentava bastantes dificuldades de locomoção:

“Na parte final da doença dele, ele muito, muito inchado. As pernas, os pés, tudo. Não havia calçado que lhe servisse. Ele já nem conseguia andar na parte final (...). Eu cheguei a ir levá-lo a casa. Eu e a LS, porque ele já não conseguia andar na última fase da doença. E ele aceitava a ajuda, tinha uma boa relação connosco. (...)” (Entrevista às técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017).

O agravamento do estado de saúde do Rolling levou a que as técnicas de intervenção que o acompanharam ficassem impressionadas e sensibilizadas com a rapidez com que a doença se manifestava:

“(…) os sintomas da doença começaram a ser tão visíveis, tão visíveis fisicamente que ele ficou muito debilitado, que até a nós nos fazia muita confusão.... Prontos ... Aquela mudança tão radical e rápida... Olhos, a cara dele, a nossa parte branca dos olhos era amarelo-torrado. (...) aquilo parecia gelatina e amarelo-torrado. Uma coisa impressionante. Já era uma cirrose muito, muito avançada.” (Entrevista às técnicas do sistema de tratamento para as toxicodependências, 26/01/2017).

O facto de ele não conseguir andar e apresentar os sintomas da sua doença muito “visíveis” evoca-nos, quase de forma espontânea, a forma como o seu amigo violino Beterraba faleceu. Recordemos: numa cadeira de rodas, usando fraldas e com um quadro demencial acentuado. Condições e estados de saúde diferentes, certamente; mas “fins-de-linha” bastante semelhantes.

Apresentemos, já de seguida, a trajetória dos dois violinos que faltam: o Cartoon e o Alicate.

2.1.4. O Cartoon

Trata-se de um violino já falecido. Não conseguimos perceber exatamente a altura em que este ator faleceu: algumas informações indicaram-nos que foi há cerca de 20 anos atrás enquanto que outras nos indicaram que foi há cerca de oito ou nove anos. No entanto, a causa da sua morte parece ter sido uma overdose, quando estavam todos os violinos a “meter produto” e a “trip” começou a correr mal para o Cartoon. Essa situação foi-nos descrita pela irmã do Beterraba que nos disse o seguinte a este respeito:

“Soube pelo meu irmão (o Beterraba) que ele morreu com uma overdose; eles (os Cinco Violinos) estavam todos lá (numa praia) mas depois o Cartoon sentiu-se mal e foi para o Hospital. Tiveram que chamar a emergência médica e tudo...” (Entrevista com a CL, irmã do Beterraba, 10/01/2017).

Quanto aos dados familiares que recolhemos sobre o ator, percebemos que o seu pai era uma pessoa bastante doente e sofria de uma doença de visão. O RS, enquanto frequentador da casa do Cartoon, disse-nos que o pai deste violino era uma pessoa tranquila e afável. No entanto, devido aos problemas de saúde que tinha não trabalhava.

Começou também, devido às dificuldades económicas em casa, a trabalhar muito cedo. O RS afirma que a sua principal profissão foi carteiro.

2.1.5. O Alicante

À semelhança do Cartoon e do Rolling, o Alicante foi um dos três violinos que já estavam mortos quando iniciámos a nossa revisitação. Faleceu em finais dos anos 90 com 44 anos. Tal como o Rolling, tinha uma cirrose num estado muito avançado.

O Alicante é visto pelo seu irmão, o GB, como alguém que desde muito cedo procurou a sua liberdade, referindo que aos 14/15 anos “mandou-se” para fora de casa dos pais, viajando um pouco por toda a parte: foi para a Suíça, França e Espanha, angariando algum dinheiro, nomeadamente nas vindimas. Por aquilo que pudemos perceber, o Alicante regressou da Suíça na primeira metade dos anos 90. E foi precisamente nessa altura que o ator se envolveu de forma mais intensa e problemática com as drogas.

Vejamos, já de seguida, a fase em que o Alicante regressou a Portugal que, segundo o seu irmão, foi uma fase de “decadência total”.

- As Drogas - “Quando chegou a Portugal foi a decadência total”-

Como qualquer violino, a sua relação com drogas era muito intensa tendo, a este respeito, consumos injetados de heroína e cocaína. A sua casa, situada no bloco S do bairro da Pasteleira Velha, funcionou também, várias vezes, tal como as casas dos outros violinos, como um “centro de drogas” onde os consumidores se reuniam para “dar uns chutos”, outros “uns canecos” e outros ainda “dar na prata”.

Apesar dos consumos estarem sempre presentes na sua vida foi apenas na fase em que regressou a Portugal que se começou a relacionar de forma intensa com elas, levando-o à “decadência total”, para usar as palavras do seu irmão:

“Depois de ter vindo da Suíça as drogas tomaram conta dele completamente (...) Ele chegou cá com algum dinheiro mas chegou cá e perdeu-se. Estourou o dinheiro todo, divorciou-se da minha cunhada, entrou em decadência total (...) Depois foi para um Centro de Recuperação em Vigo... Esteve lá dois anos e faleceu” (Entrevista ao GB, irmão do Alicante, 18/01/2017).

Enquanto esteve na Suíça permaneceu afastado do “seu” ambiente psicotrópico e das companhias do “andamento”, como salienta o seu irmão:

“Ele quando esteve na Suíça a vida dele era o trabalho. Pa fumava os seus charros sim, normal (...) Eu penso muitas vezes nisso, ele nunca devia ter vindo embora da Suíça, pelo menos nessa altura dos anos 90, foi muito cedo. E foi muito por influência da minha mãe. Porque eles na altura tiveram a minha sobrinha e prontos, decidiram vir para cá (...) Eh pa mas quando chegou a Portugal foi a decadência total” (Entrevista ao GB, irmão do Alicante, 18/01/2017).

Veremos mais adiante, noutras secções da monografia, a importância dos ambientes psicotrópicos e da dimensão contextual na dependência de drogas. Mais do que a componente química das substâncias é no bairro, nos ambientes *drug*, nas socializações em torno do “químico” que reside grande parte da dependência do “agarrado”. Dissemos, num trabalho anterior, o seguinte sobre este aspeto: “O “agarrado” ao “pó” (heroína) ou à “branca” (cocaína) é, sobretudo, um “agarrado” ao bairro, ao seu ambiente de rua, resguardado das vistas da cidade em redor, ao ambiente psicotrópico que o envolve, aos meios de consumo e de venda, às companhias durante a vivência dos efeitos das substâncias psicoativas. Sem esta componente contextual e relacional que envolve o ato de consumo o “banho químico” é escasso e a viagem psicotrópica é curta. (Mata & Fernandes, 2019, p. 201-202). No caso do Alicante, é como se ficasse gravado na sua memória o “bairro” e, ao mínimo contacto com ele, isso lhe “despertasse” a necessidade de consumo¹⁹⁴. O dinheiro que conseguiu arrecadar no estrangeiro foi apenas o rastilho que contribuiu para o eclodir da sua “decadência total”.

E foi, no âmbito desta sua “decadência”, que o Alicante deu entrada num Centro de Tratamento em Vigo, muito por pressão dos seus pais. Concretizaremos, já de seguida, um pouco melhor o “ambiente” que se vivia no interior deste Centro de Tratamento, através das palavras do irmão do Alicante que também ali esteve devido aos seus problemas com drogas.

- Os tratamentos – “Ali sofres. Sofres e sofres muito (...)” –

O seu irmão GB, 14 anos mais novo do que o Alicante, chegou a andar com ele no mundo das drogas. Deu entrada no mesmo Centro de Tratamento onde esteve o seu irmão e disse-nos a esse propósito:

“Era complicado. Era complicado, sabes porquê? Era aquela situação em que tu não tinhas nada a ver com o teu irmão... A crítica, eh pa e um gajo numa altura dessas não está disposto a ouvir críticas de lado nenhum... Entendes? O orgulho fala mais alto do que qualquer coisa. E tu entras ali e não tens nada... É que ali deixas as drogas sem medicação nenhuma. Ou seja, ali sofres. Sofres e sofres muito, meu... Muito mesmo. Qual substituição (quando lhe perguntei de havia substituição de metadona...), qual quê? A substituição ali é um chá de maçanilha... Pa muito duro. Muito duro. Chegas a um ponto e estás de diarreia um mês... E extravasas (refere-se à soltura dos intestinos...) e nem dás por ela... Assim na primeira e na segunda semana, pa eu nem me lembro, eu dormia com um balde ao lado porque estava constantemente... Dormia, não dormia nada... Estive um mês e tal sem dormir, sem pregar olho. É duro meu, muito duro. (Entrevista ao GB, 46 anos, morador no BP Velha até 24/25 anos 46 anos, 18/01/2017).

O excerto acima é bem elucidativo do carácter violento do Centro de Tratamento onde o GB e o Alicante estiveram. A “terapia” é vista, pelo ator, como algo “muito duro”. Sem a existência de

¹⁹⁴ Na secção referente aos *Consumos de Drogas nos Territórios Psicotrópicos* daremos um maior destaque a esta dimensão contextual do consumo de drogas.

qualquer medicação ou substância de substituição durante o tratamento – metadona, por exemplo – os sujeitos “ressacavam a frio”, voltados para os sintomas corporais gerados pela abstinência, nomeadamente as diarreias constantes e as insónias que duravam semanas. Veremos, mais adiante, quando apresentarmos as trajetórias de outros atores da nossa revisitação, o impacto psicológico destas “terapias” nalguns Centros de Tratamento, bem como o seu caráter agressivo. Essa situação traduziu-se, em muitos atores, na dificuldade de adesão aos mesmos e na pura e simples vontade de fugir dali.

2.2. Os que iam “tocando umas sinfonias”¹⁹⁵

Apresentámos, já de seguida, os elementos biográficos de alguns atores sociais que apesar de não pertencerem a nenhum grupo aqui referido, nomeadamente aos Cinco Violinos, iam com estes “tocando umas sinfonias”. Começaremos por destacar o Cenourinha, depois o Pencas e, por último, o Rasteiro. Todos estes atores revisitados se encontravam vivos aquando da nossa etnografia pelo que apresentaremos, em discurso direto, aquilo que eles nos disseram sobre si próprios com destaque para os elementos que se relacionam com as suas vidas nas drogas.

2.1.1. O Cenourinha

Trata-se de um sujeito que nos foi logo indicado pelos nativos quando apresentamos alguns objetivos da nossa revisitação. O Cenourinha não foi, contudo, caracterizado na primeira pesquisa, sendo o conhecimento com o primeiro investigador realizado apenas quando este já estava na fase final do seu trabalho de campo. Tinha o Rasi, nessa altura, organizado uma sessão de esclarecimento sobre drogas na sede da Associação Desportiva e Recreativa do Bairro da Pasteleira Velha, situada na altura no bloco 0, chamando o Cenourinha para dar o seu ponto de vista sobre o assunto nessa sessão, na qualidade de alguém “agarrado” às drogas. O Mister recordou-nos esse momento no excerto de diário de campo que mostramos abaixo:

“Conheci-o depois de ter estado no terreno, numa altura em que o Rasi me convidou para ir à ADR da Pasteleira falar sobre drogas. Pa falei de drogas claro com uma linguagem adaptada ao pessoal do bairro, não é? E nessa sessão estava o tal Cenourinha. Foi aí que o conheci. Até me lembro que depois o gajo falou e que deu o seu testemunho de consumidor de drogas. Até ficou comovido quando falava, até chorou, lembro-me disso – disse o Mister.” (diário de campo, secção “conversas com o Mister”, 11/12/2015).

¹⁹⁵ A expressão “tocando umas sinfonias” foi usada pelo RS quando se queria referir a alguém que, embora não pertencesse aos “Cinco Violinos”, acompanhava várias vezes com eles, envolvendo-se também no “andamento”.

Após alguns contactos infrutíferos da parte do Rasi para que o reencontrássemos, o Cenourinha acabou por aceitar conversar connosco no dia 23 de janeiro de 2016. Tinha, nesta altura, 56 anos. Essa entrevista foi realizada num bar no Centro Histórico do Porto, uma vez que o ator disse que se sentia mais à vontade se falasse fora do seu bairro. Através dessa entrevista e das incursões futuras que realizámos com o ator no bairro acedemos, entre outros aspetos, a alguns elementos biográficos que destacamos abaixo.

- Trabalho – “há dezasseis anos que não sei o que é faltar ao trabalho”

O Cenourinha trabalha há cerca de 16 anos numa garagem de automóveis. Refere sentir-se “integrado na sociedade de corpo e alma”, sendo que “há 16 anos que não sei o que é faltar ao trabalho”. Os contactos com este ator no bairro da Pasteleira Velha foram realizados quase sempre aos fins de semana, uma vez que muito raramente, após o horário de trabalho, o sujeito frequentava as “zonas quentes”. Aos fins de semana era quando se libertava um pouco mais e se encontrava nos cafés do bairro e noutros pontos de reunião comunitária. Foi precisamente numa noite de sábado para domingo que realizamos a nossa entrevista. É visto, pelas pessoas do bairro com que contactámos, como alguém bastante educado e assíduo ao trabalho.

Trabalhou noutras áreas que não a área automóvel. Iniciou na Construção Civil e, depois, trabalhou cerca de 10 anos numa fábrica do ramo metalomecânico onde o seu pai se encontrava também a trabalhar¹⁹⁶. Foi nesta fábrica que o Cenourinha trabalhou juntamente com um outro ator que iremos destacar em momentos posteriores da monografia: o Anãozinho do Ouro¹⁹⁷. Disse-nos que depois de estar nessa fábrica que o mandaram ir trabalhar para a Maia mas referiu-nos que não foi porque “não havia muitos transportes na altura, nem metro, como há agora...” (Cenourinha, 23/01/2016).

Em resumo, os trabalhos do Cenourinha exigiam sempre pouca qualificação, destacando-se empregos na indústria da zona envolvente e, mais precocemente, na construção civil. Não foi, contudo, pelo seu trabalho fabril ou na construção civil que o Cenourinha encontrou a devida e justa

¹⁹⁶ Registámos aqui o “destino” que encontramos para muitos outros habitantes dos bairros sociais onde realizámos a nossa pesquisa: o trabalho fabril passava de pai para filho, numa espécie de transmissão intergeracional da posição laboral e, consequentemente, social. Diríamos, em jeito de síntese, que a um “pai-proletário” correspondia quase sempre a um “filho-proletário”.

¹⁹⁷ Destaquemos, desde já, os “encontros” que encontramos - passamos desde já a redundância... – entre vários momentos da trajetória destes atores da revisitação. À medida que realizávamos a ligação das diferentes peças biográficas percebíamos, com maior nitidez, que esses “encontros” se davam essencialmente em duas esferas: no trabalho e na prisão. Ou eram proletários da mesma fábrica ou reclusos da mesma prisão. Esses “encontros” espelham, por isso, o destino das suas vidas. Concretizemos mais adiante, quando estivermos em momento de *Zoom Out*, a natureza de “classe” destes “encontros”.

recompensa simbólica e monetária. É então que surge na sua vida o “sovacar¹⁹⁸” como uma das atividades viáveis para que o ator saísse da vida de dificuldades económicas em que se encontrava. Descrevemos, já de seguida, um pouco mais em pormenor o que queremos dizer com isso.

- O “sovacar” - “Eu era o maior gatuno da cidade do Porto”

No que às atividades ditas desviantes diz respeito, o ator teve dois grandes “ramos de atividade”: o “sovacar” e o “deal”. Como o próprio ator afirma foi no “sovacar” que mais se especializou, considerando-se, a este respeito, como “o maior gatuno da cidade do Porto” durante os anos 80 e 90 onde “(...) não havia ninguém que “sovacasse” tanto como eu...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Iniciou-se nesta arte através de um cunhado seu que lhe ensinou os primeiros passos para “sovacar” com sucesso”. Esse sujeito trabalhava, na altura, num aeroporto. Passado algum tempo, este seu cunhado “foi de saco¹⁹⁹, pois fizeram uma rusga à equipa dele”. “Mas antes disso acontecer já estava farto de roubar”, tal como nos disse o Cenourinha. A prisão do seu cunhado não o fez desistir nem abandonar a sua arte, especializando-se ainda mais nos roubos. Foi então que começou a frequentar os cafés da cidade que, na altura, eram “escolas do crime”, verdadeiras “universidades”, onde se “aprendia com os grandes mestres do “sovacar””.

Nestas “escolas” aprendeu, sobretudo, que um bom “sovaqueiro” é aquele que se conhece a si próprio: um bom “ladão” é aquele que conhece tanto as suas limitações como as suas virtudes, evitando as situações que exponham as suas fragilidades. Disse-nos, a este respeito, que a sua grande limitação era o falar com alguém durante o assalto ou o roubo. Isso deixava-o nervoso. Era a sua mulher, que costumava participar nos assaltos, que tinha essa tarefa: ela falava com o comerciante da loja, entretendo-o e distraíndo-o, enquanto o Cenourinha realizava o trabalho de mãos propriamente dito. Considera que a sua maior virtude sempre foi a “agilidade de mãos”:

“- Pa era demais... Eu chegava a um ponto, a algum lado, enchia-me de coragem e marchava tudo: ouro, calças, camisas de marca... Várias estratégias eu tinha para isso... Por exemplo, eu punha um alfinete de bebe aqui nesta parte do *blaser* (na parte interior do colarinho...) e começava a chegar-me para as cenas que queria gamar de roupa – tinham que ser coisas pequenas, claro – e começava a engatar nesse alfinete do *Blaser*. Gamei muito assim. A minha mulher vinha comigo também, participava. A função dela era sobretudo a de vir comigo e começar a falar para a dona da loja, começava a falar com ela, punha-se com dúvidas, enquanto eu fazia o serviço que tinha a fazer.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/12/2016).

¹⁹⁸ O “sovacar” é a expressão usada pelo ator que serve para designar os roubos que fazia.

¹⁹⁹ “Ir de saco” é uma expressão nativa muito usada pelos atores sociais dos territórios psicotrópicos que designa o “ir preso”

Os centros comerciais que estavam, pelos anos 80 e 90, a surgir na cidade do Porto, eram os locais escolhidos para o Cenourinha “sovacar”. “Sovacava”, sobretudo, em lojas de roupa e ourivesarias. Costumava abastecer-se de produtos que fossem de fácil escoamento, evitando que ficassem muito tempo em sua posse. Essa era uma das formas para passar o mais despercebido possível: o seu lema, quando era “sovaqueiro”, usando os seus termos, era “roubar e despachar”:

“Este dinheiro um gajo não podia ter muito tempo. Nem dinheiro que fazia nem coisas que roubava... Fodasse, eu roubava e metia logo noutros lados, vendia logo o que roubava, não usava isso...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/12/2016).

Tal como já referimos anteriormente, costumava “sovacar” com a ajuda da sua ex-mulher, tal como no *deal*. No decurso dessas atividades, a mulher foi presa onde “(...) entrou para lá com os olhos fechados e saiu de lá com os olhos abertos” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016). Esta frase do ator revela algo que também já salientámos para outras trajetórias e que evidenciaremos noutras mais adiante: a prisão funciona mais como escola do crime do que como uma instituição que promove a correção da conduta criminal e a ressocialização do criminoso.

O seu forte envolvimento na venda de drogas e nos assaltos não tiveram como consequência períodos de prisão para o Cenourinha sendo, contudo, detido várias vezes. Esta situação levou-o a conhecer as celas todas de uma das esquadras da cidade do Porto. A forma como nos falou sobre isso permitiu-nos constatar uma representação muito semelhante àquilo que outros atores apresentaram a propósito dos períodos de prisão: no seu caso, as detenções, além de não terem qualquer impacto corretivo, permitiram a especialização na “escola do crime”. Nas palavras do ator: “Eu era sempre a progredir, sempre a perceber como é que podia fazer melhor...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

À medida que fomos conhecendo o Cenourinha e ele nos foi falando sobre a forma como “sovacava” outrora, este sujeito fazia uma distinção clara entre uma forma organizada, pensada e elaborada de fazer assaltos e outra forma que, do seu ponto de vista, releva pouca organização e preparação. Associa esta última forma aos “sovaqueiros” atuais. Refere que, nos dias de hoje, já não existem “escolas” como antes, nem os “grandes mestres” de outrora, responsáveis pelo ensino rigoroso da arte do “sovacar”. Fala-nos da apresentação física dos gatunos nos dias de hoje, que fazem questão de, através da sua roupa e adereços, mostrar que são, de facto, “gatunos”. No seu tempo, era tudo “à boss²⁰⁰”: o verdadeiro ladrão era aquele que nunca se vestia de uma forma que pudesse evidenciar um “gatuno”. Pelo contrário, procurava roupa que estivesse sempre dentro de um padrão médio-burguês, “à patrão”. O preservar uma “imagem limpa”, um ar *clean*, era essencial

²⁰⁰ Palavras do ator

para o sucesso na arte do “sovacar”. O Cenourinha, por exemplo, refere que sempre teve cuidado com a sua imagem, “sempre de fato e gravata” e tendo sempre “um blusão para cada dia”.

Hoje, os tempos são outros. Esta frase, quase um *cliché* ou lugar-comum quando nos referimos aos mais variados aspetos da existência, traduz uma representação bastante nítida não só no Cenourinha mas também de outros atores com que pudemos contactar durante a nossa revisitação: o “sovaqueiro” dos dias de hoje faz o “culto da imagem do gatuno²⁰¹” e, com isso, procura *afastar-se*, no plano estético mas também simbólico, do estilo médio-burguês que caracterizava os sovaqueiros dos anos 80 e 90. Por outro lado, as “escolas do crime” onde o Cenourinha e outros “sovaqueiros” aprenderam a *arte* já não existem. Segundo ele, já não se fazem gatunos como antigamente.

- Drogas –

- O Cenourinha-dealer –

– A “guita”: “metade para mim e metade para o diabo” –

A quantidade de droga que vendia durante os anos 90 deixava-o confortável economicamente. Para alguém que, como o Cenourinha, é proveniente de um meio social desfavorecido o dinheiro gerado com a venda de drogas, não obstante a sua perigosidade constante, é visto como uma oportunidade para sair da situação de aperto económico constante.

No entanto, o dinheiro gerado nunca lhe permitiu sentir-se verdadeiramente dono do mesmo sendo, usando as suas palavras, “metade para ele e outra metade para o diabo”. Fala-nos do dinheiro do *deal* com algum desprendimento, levando-o a gastar de forma pouco racional²⁰²:

“Eu ganhava e consumia, ganhava e consumia. Pronto era assim. Pa nem andava para a frente nem andava para trás. Tudo o que ganhava, é amigos, tudo, era capaz de juntar 1500 contos era assim... mas apanhava 4 ou 5 iamos para o Cf, íamos para o CN (restaurantes situados no Porto), prontos, despejava tudo.. Era sempre a varrer a feira. Eu apanhava os meus amigos, os meus amigos... Alguns já morreram, num é? Alguns já morreram. Prontos e apanhava os meus amigos e nada era meu. Nada era meu. Por isso eu hoje digo: metade era para mim e metade era para o diabo. Não vale a pena a gente estar a... Não vale, não vale... Deu para aprender o que aprendi prontos... Mas não dá para repetir, não dá para nada. Nem pensar, não é?...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

²⁰¹ Expressão referida pelo Rasi.

²⁰² Essa representação do ator foi também bastante semelhante a outras que encontrámos para outros *dealers* e *ex-dealers* com quem conversámos durante o nosso trabalho de campo, nomeadamente o RS.

O “varrer a feira” ou o “dinheiro do diabo” correspondia ao esbanjar dinheiro, só porque sim, era a curtição, como que se através desse esbanjar o ator procurasse um momento de gozo e fruição face a um dinheiro que ele não possuía verdadeiramente. Tinha dinheiro, mas não o possuía: eis a frase que melhor explica e sintetiza o que o Cenourinha nos quis dizer com a “guita” que fazia com o *deal*. A diferença está precisamente entre o “ter” e o “possuir”.

Uma parte do dinheiro que fazia com a venda de droga era mobilizado para alguns sujeitos o avisarem sempre que vissem a polícia pelo bairro. Além disso, tinha “produto” desmarcado em vários locais para despistar a atenção da polícia. Isso fez com que conseguisse escapar a muitas das rusgas que eram feitas nos territórios psicotrópicos:

“Mas tinha vários polícias em cima de mim na altura... Tinha o “venezuelano”, tinha o “pintor”, tinha vários.. Só que eu tinha pessoas que pagava para me darem um «toque» e eu «desembarcava». Tinha sempre um «toque»” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

A propósito do seu passado como *dealer*, o Cenourinha parece não apresentar arrependimento, apesar de considerar que a sua “fase” já passou. Nos termos do Cenourinha: “Não me arrependo do que fiz, não tenho orgulho do que fiz, mas também não voltava a fazê-lo...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016)²⁰³. Esta fase da sua vida deu-lhe protagonismo e respeito apesar das consequências negativas que derivaram do *deal*.

- “Nunca deixei ninguém a ressacar” -

Como *dealer*, afirma ter atingido o máximo de 50 gramas por dia na venda de drogas, o que correspondia a 1500 contos de lucro diário nessa altura. Disse-nos um dia durante o nosso trabalho de campo:

“Eu era um grande *dealer* aqui da Pasteleira. Chegava a meter cerca de 50 gr de heroína por dia aqui no bairro... Pa teres noção, 50 gr de heroína é muita coisa, dava cerca de 1500 contos de lucro por dia para mim, já a contar pagar aos meus empregados, aos meus fornecedores, a contar com o “corte” do produto e tudo... Era muito dinheiro mesmo. Mas o problema é que gastava tudo depois, nada era meu, ganhava muito e gastava muito... (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/12/2016).

Quando nos fala da altura em que era *dealer* apresenta um sentido ético relativamente ao que fazia. O facto de ser também consumidor, permitia-lhe perceber as consequências negativas da ressaca. Essa era uma das razões pelas quais refere que “nunca deixou ninguém a ressacar”:

²⁰³ Esta situação relaciona-se bastante com a forma aquilo que o RS nos referiu a propósito do seu passado como *dealer*.

quando algum consumidor lhe queria comprar uma dose e não tinha dinheiro suficiente para o “pacote” para “aliviar a ressaca”, ele fiava.

Além disso, a relação com o consumidor era muitas vezes de amigo para amigo e a venda de produto assentava nessa relação de amizade e confiança mútua: eu vendo-te “bom produto” porque és meu amigo e tu, como és meu amigo também, manténs segredo face àquilo que te vendo. A relação entre *dealer* e consumidor era marcada pela confiança e pela cumplicidade, em resumo, uma relação de simbiose, de benefícios mútuos.

Tal como dissemos quando iniciámos a apresentação deste ator, apesar de não ser considerado um dos violinos, ia “tocando umas sinfonias” com eles. Mas para que a “música” não destoasse, isto é, para que cada um tocasse de forma minimamente segura as suas sinfonias, tinham todos os intervenientes no “movimento” que manter uma relação de reciprocidade e respeito mútuo. Cada um no “seu tasco”, como nos disse um dia o Cenourinha quando estávamos também acompanhados com o RS:

“- Eu e o Cenourinha eramos digamos assim, os dois grandes “vendedores”, se é assim que se pode chamar, ao nível da venda de drogas aqui no bairro. Várias vezes quando não tinha nada ia a casa dele e ele dava-me «daquilo que era bom», lembraste? – disse o RS

- Se me lembro... - disse o Cenourinha enquanto bebia a cerveja e fumava um cigarro.

- E não rivalizavam pela venda, por ter clientes, etc.? - perguntei

- Não, nunca. Ele tinha o tasco dele e eu tinha o meu, não havia nunca esses problemas, antes pelo contrário. O Cenourinha apesar de não ser violino – refere-se aos Cinco Violinos – tocava algumas sinfonias... - disse o RS enquanto se ria.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 08/12/2016).

- O Cenourinha-consumidor – “esteve na Terra, foi a Marte e voltou outra vez para cá”

Quando o Rasi nos falou sobre o Cenourinha disse-nos que, na altura em que decorria a primeira pesquisa, o sujeito se encontrava “enterrado” no “pó” e que, agora, é alguém integrado no mercado de trabalho. A frase que mostramos acima foi referida pelo Rasi quando nos falou pela primeira vez do Cenourinha. O ator mantém-se, neste momento, afastado quer da venda quer dos consumos. Também nessa perspetiva, a revisitação ao ator em causa revestiu-se de uma outra importância: quais os fatores que contribuíram para, do seu ponto de vista, ter “largado” os consumos e ter iniciado uma nova etapa na sua carreira marcada pela inserção no mercado de trabalho?

Apesar do seu forte envolvimento com drogas nos anos 80 e 90, o Cenourinha nunca injetou. Sempre usou a via fumada, principalmente através da prata, para os consumos de heroína e de cocaína. Disse-nos, a este propósito que: “A minha onda era mais a prata (...)”.

Quando nos fala da sua vida nos consumos, refere que a “fase do prazer” acabou quando começaram a surgir as primeiras ressacas, em que passou a viver em função das drogas. A certo momento da sua trajetória de consumo, as drogas deixaram de funcionar como algo para obter prazer sendo antes usadas para atenuar ou eliminar os sintomas decorrentes da abstinência:

“Porque quando tu te levantas de uma cama e dói-te os rins, dói-te o corpo, e tu não tens como consumir, tás mal. Isso não é prazer. Estás mal, mal, mal, mal. De manhã acordas e olhas para o teu corpo, não é bom sinal.” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Além disso, refere que a sua vida nas drogas trouxe sofrimento para os seus entes queridos, nomeadamente a sua mãe, e isso entristecia-o. Foi precisamente pelo sofrimento causado a quem amava, no âmago da tristeza face ao sofrimento que estava a dar aos seus familiares – particularmente à sua mãe e ao seu filho – que o levaram a pensar “mudar de vida”. Disse-nos o seguinte a este respeito:

“Sabes o que é receberes o “bolo” (refere-se ao dinheiro que recebia dos trabalhos que fazia) e dizeres assim «fodasse, vou gastar na “merda” (refere-se às drogas). Isso é que é a vitória pensares assim. É pa aquela sensação de dominares o dinheiro. Se dominas o dinheiro, dominas a tua vida, percebes? E eu disse: não. Cheguei à minha mãe e disse: «pegue, isto é para si e isto é para mim». Nem mais nem menos meu, consegui dominar. (..). E dizes assim «isto é meu, é meu, é meu», isto sim é uma vitória, uma vitória. É melhor ficar por aqui se não começo aqui a chorar.” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

O excerto acima mostra como o domínio sobre o dinheiro é a principal vitória de um “agarrado”: aquele que diz não, que consegue controlar os seus impulsos de consumo e deslocá-los para algo que verdadeiramente necessita. Eis o começo da vitória de um adicto face à sua dependência.

- Tratamentos -

- “Só pastilhas, só pastilhas, só pastilhas, meu” -

O Cenourinha realizou vários tratamentos para o seu problema com drogas, considerando que nenhum deles teve um impacto determinante na sua recuperação. Não rejeitando nem negando

a importância do apoio clínico nesses tratamentos, considera terem sido determinantes outras dimensões para o seu processo de recuperação:

“As pessoas que estavam por trás a sofrer com isso (a razão principal para a sua recuperação, fale-me dos seus filhos, da sua mãe). Porque eu bati mesmo no fundo do Poço e consegui levantar-me, consegui, consegui... E não é fácil porque muitos amigos meus partiram e não é fácil ver isso(...) Eh pa mas pensei em mim, não nos outros. Pensei na minha mãe. Pensei que não estava a ser honesto comigo mesmo, não ia dormir bem, apesar de ganhar o que eu ganhava (refere-se à atividade como *dealer*). Eh pa nunca dormi descansado, nunca, nunca, nunca” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Quanto aos tratamentos realizados, o discurso do Cenourinha sobre isso fez-nos lembrar um ioiô: era internado para se limpar das drogas, chegava ao bairro e ficava novamente exposto a elas o que o levava a recair. Essa situação fazia-o procurar um novo internamento e o ciclo repetia-se novamente. Os tratamentos que realizou operaram, por isso, tímidas modificações na sua relação com as drogas. Além disso, o Cenourinha destacou o carácter agressivo de alguns tratamentos que realizou, nomeadamente pelas “ressacas a frio”, que criaram no sujeito uma necessidade imperiosa de “fugir dali”. Essa necessidade de fuga levou a que o ator nos referisse o seguinte a propósito de uma passagem por um internamento numa instituição terapêutica para problemas de dependência de drogas:

“Eh pa eu a primeira noite ainda passei, passei na boa. Depois ia para a janta e mandavam-me cada paralelo (refere-se às pastilhas...). Só pastilhas, só pastilhas, era só pastilhas, meu. A primeira noite tudo bem mas depois... (...) E eu só pensava «não posso tar aqui, não posso tar aqui», e depois o que me impressionou foi ver o meu lençol todo suado, vomitado, porque eu lá ressacava forte e feio. E eu não tive ninguém que mudasse a cama, à uma da manhã eu via aquilo e só me podiam mudar os lençóis às 7 horas da manhã. E eu pensei «eu não vou dormir ali, tudo vomitado»” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Não aguentou este tratamento e foi então que, mais tarde, em finais dos anos 90/início de 2000, ingressa noutra. Correu melhor do que o anterior mas continuava a sentir a inutilidade da terapia:

“Eh pa também fui para lá para olhar para uma parede. Mas sempre me trataram melhor do que no XSZ (o anterior sítio onde estive). Andavam mais em cima de mim, tinha mais apoio e sentia-me melhor. A minha mulher também esteve lá... 15 dias e safou-se e depois fui para lá eu...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Não foi, portanto, nestas instituições de tratamento que o Cenourinha encontrou a solução para o seu problema com drogas. A sua passagem por estas instituições levou a que percebesse, com maior nitidez, que a sua recuperação dependia mais de fatores de ordem pessoal do que das “terapias” que ali eram praticadas.

– “Oh mãe, prepara-me aí um lanche que eu vou pescar” -

Algo que contribuiu para que o Cenourinha descesse novamente à Terra foi o descobrir uma atividade que não passasse pela socialização *drug* do seu bairro. Foi assim que criou um novo *hobbie*: o ir à pesca. A cana de pesca trouxe-o novamente à Terra. O ator percebeu que voltando para os mesmos contextos de vida, onde as drogas circulam de forma recorrente, a probabilidade de recaída era muito elevada. Ele sentiu que devia desenvolver e incrementar estratégias e atividades que não passassem pelo bairro nem pelas companhias que o levavam à socialização *drug*. Curiosamente, descobriu numa simples cana de pesca a solução que o pescou para a vida sem drogas nem “desatinos” ou confusões relacionadas com o estilo de vida *junkie*:

“ (...) Sem recusar os meus amigos, mas eu vou olhar por mim, mesmo, mesmo, mesmo, mesmo. E fiz uma coisa muito simples, muito saudável e muito simples. Eu um dia estava na cama e eu disse à minha mulher «olha eu acho que vou à Feira da Ladra, vou dar uma volta» e vi lá uma cana de pesca pa. Aquilo foi uma terapia para mim, a sério. Olha comprei uma cana de pesca cor-de-laranja, com carreto, com tudo e eu virei-me para a minha mãe – que era viva na altura – e disse «oh mãe prepara-me aí um lanche que eu vou pescar». Ei a minha mãe gostava para caraças das enguias, era flipada por enguias! Mas mesmo que não saísse peixe, eu curtia meu, paí 8 meses, apanhar bicha e tal... (...) É pa comecei a gostar mesmo, a gostar mesmo de raíz” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

Percebemos também com outros atores da revisitação que o preenchimento do “vazio” deixado pelas drogas é algo de fundamental em qualquer processo de recuperação. Mas o que o excerto acima do Cenourinha nos revela é que preencher o vazio não basta: é necessário também criar interesses que não se prendam com a vida do bairro, com a “exposição ao pó” permanente e constante que ali existe:

“Sem desprimor dos meus amigos do bairro da Pasteleira. Eh pa porque eu sabia que se estivesse com eles, ia voltar outra vez a meter o pé na poça. Porque o convívio era tanto, era enorme...” (Entrevista ao Cenourinha, 23/01/2016).

A “exposição ao pó”, que garante as primeiras formas de socialização *drug*, seja no plano do consumo seja na venda de drogas traz também, de acordo com as visões nativas, uma forte probabilidade de recaída em sujeitos que saem das estruturas de tratamento. O “voltar ao bairro” no período pós-internamento é sempre tentador, sendo acompanhado por momentos de confronto diário com o “produto” que ali circula e as companhias *drug* que ali vivem.

Destacamos, já de seguida, a trajetória de mais um ator da nossa revisitação que “ia trocando umas sinfonias” com os outros violinos. Falámos do Pencas.

2.2.2. O Pencas

“O «cacete» é um objeto pleno de inspiração mental”
(Pencas, 65 anos, ex-*dealer* do bairro da Pasteleira Velha)

O Pencas é um *ex-dealer* do bairro da Pasteleira Velha e mora neste bairro desde os oito anos. Quando o entrevistámos, em 2017, tinha 65 anos. Era, nos seus “tempos áureos”, um frequentador assíduo do café Rio no bairro da Fonte da Moura onde, tal como já referimos, os violinos assumiam o controlo da venda de drogas no final dos anos 70 e 80.

Foi o GB que nos falou do Pencas e da sua importância para o nosso trabalho. Com o auxílio do RS, mais uma vez, reencontramos este ator. Curiosamente, moram ambos no mesmo bloco no bairro da Pasteleira Velha e mantêm, ainda hoje, uma relação de interconhecimento e respeito, apesar dos “conflitos” e dos “desatinos²⁰⁴” que se relacionaram com a vida passada nas drogas. Ambos cooperavam nas alturas em que vendiam drogas ao ponto de, muitas vezes, o RS abastecer o Pencas com “produto”, tal como fazia com o Cenourinha.

Quando o entrevistámos, a 30 de janeiro de 2017, deparámo-nos com uma reação semelhante à do Cenourinha: acedeu ao nosso pedido mas queria falar noutra local que não o bairro da Pasteleira Velha. Foi então que nos deslocámos, juntamente com o RS, para um local não muito distante dali, mas o suficiente para que o Pencas se sentisse à vontade e nos pudesse falar tranquilamente sobre o seu passado, bem como de alguns atores que protagonizavam, na altura da primeira pesquisa, o fenómeno droga. Falou-nos ainda de algumas características evolutivas dos territórios psicotrópicos que caracterizamos.

Durante a entrevista referiu-se menos à sua trajetória e mais aos temas que diziam respeito às droga e aos atores que as protagonizavam na altura da primeira etnografia. Ainda assim, fazemos, já de seguida, à semelhança daquilo que temos feito para os outros atores da nossa revisitação, a apresentação de alguns momentos da sua trajetória.

- Trabalho – “Aos 13 anos fui para a trolhice” –

O início da vida laboral do Pencas começou muito cedo: aos 13 anos, este sujeito já se encontrava a trabalhar na construção civil²⁰⁵. Disse-nos que, mais tarde, se começou a interessar pela pintura e começou a enveredar mais por esse “ramo” da construção civil que era, aliás, o ramo em que o seu pai se especializou quando trabalhava nas obras.

Mas não foi neste trabalho que o Pencas se sentiu realizado. O *deal* bem como os roubos e os assaltos que fazia garantiam-lhe um rendimento muito maior do que aquele que ganhava quando

²⁰⁴ “Desatinar” – é uma expressão usada pelos nativos dos territórios psicotrópicos para designar desentendimentos e brigas entre alguém.

²⁰⁵ Encontrámos aqui um paralelismo com as trajetórias de outros atores que iniciaram a sua vida de trabalho muito precocemente e também na área da “trolhice”: falámos, por exemplo, do RS e do Cenourinha...

estava nos andaimes das obras. Vejamos, por isso, mais em pormenor, a forma como o ator nos falou sobre os roubos e assaltos que fazia.

- Roubos e assaltos – “Eu era um artista nessa merda” –

Depois de nos falar sobre os seus trabalhos na construção civil e noutras áreas, o Pencas falou-nos de algo em que era verdadeiramente “um artista”: os assaltos e roubos. Fala-nos dessas aventuras de uma forma que nos leva a perceber que adquiriu competências e *expertise* nessa área, mostrando que cada roubo que realizava era previamente preparado, pensado e elaborado. Enquanto conversava connosco sobre isso falava-nos, sobretudo, da necessidade de pensar muito bem no momento em que ia agir, aguardando pela melhor oportunidade e ocasião para entrar em ação, como nos mostra no excerto da entrevista que lhe realizámos: “Eu chegava a qualquer lado e sabia como devia agir, a forma de andar pelo estabelecimento, podes ser um bocado suspeito ou não...” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

A sua entrada em ação ocorria quando visse que a probabilidade de ser apanhado era muito reduzida. A avaliação e interpretação do cenário envolvente ou do “palco” onde iria acontecer o assalto foi bastante referido pelo Pencas:

“Uma vez fui à Estação, meti-me no Comboio e sai em Espinho, à tarde... Fui lá almoçar. Estou a sair da Estação de Espinho e tinha lá perto um estabelecimento que vendia máquinas fotográficas, material de alta qualidade. Pa olhei para a montra e vi lá um *Pionner*. Sim, porque quando eu fazia uma asneira ou fazia uma coisa em condições ou então não valia a pena. (...) Comecei a olhar lá para dentro e vi o empregado, estava aborrecido, ali enconstado. Eh pa, de repente, entra um velhote e pediu-lhe 100 fotocópias (ele tinha lá uma máquina de fotocópias). E eu a ver... O velhote de costas e o empregado só via a fotocopadora e mais nada (...) Foi então que na vitrine, na parte de dentro tem uma porta de vidro e estava um bocado aberta... Bem, fiz logo “um desenho” (...) Eh pa, tive tempo para fazer tudo. Depois vim por ali fora e peguei o Comboio só na Granja” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

“A ocasião faz o ladrão”, eis uma frase popular que sintetiza bem aquilo que se mostra no excerto acima. Vimos como no palco do crime o ator interpretou e reuniu uma série de elementos desse cenário antes de passar ao ato. O facto de entrar um “velhote” e pedir 100 fotocópias, juntamente com o facto do empregado estar centrado na fotocopadora, aliaram-se ao facto do Pencas ficar fascinado com a *Pionner* que viu na montra e com a porta da vitrine ligeiramente aberta. Depois do Pencas avaliar e ponderar os elementos do “cenário” e de constatar a pouca probabilidade do risco de ser “apanhado”, passou ao ato.

Por outro lado, não podemos ignorar algo que o ator destacou enquanto nos falava desta sua arte: os produtos que adquiria tinham escoamento rápido em clientes seus que adquiriam os produtos roubados a preços muito mais baratos do que se fossem comprá-los ao mercado formal.

Esta situação permitiu ao Pencas sentir-se valorizado uma vez que era, de facto, um trabalho bem remunerado. A vida nas obras e nos empregos pouco qualificados não tinham concorrência possível, desse ponto de vista, com o valor monetário que se gerava com estas atividades desviantes. Por isso, ele considerava que os seus roubos e assaltos eram, verdadeiramente, uma profissão:

“Aquilo para mim era quase como um trabalho, percebes? Às vezes tinha aí uns serviços e ia fazê-los (...) E depois era um trabalho remunerado porque vendia o que roubava(...) Dizia a alguma pessoa: «ei tenho aqui uma coisinha que te vai interessar»” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

Além dos roubos e assaltos, o Pencas teve também uma outra área de negócios: o *deal*. É sobre isso que falaremos já de seguida.

- Drogas –

- O Pencas-dealer –

Enquanto *dealer*, o Pencas teve contacto com os “produtos” na segunda metade dos anos 70, logo após a Revolução dos Cravos de 1974. As cenas que começaram a aparecer no mercado de drogas nessa altura eram trazidas pelos combatentes da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974). A esse propósito, ele disse-nos: “(...) comecei a trazer 1kg de droga de Angola e depois tive que vender aquela merda toda”. Mas isso não era algo específico do Pencas, sendo algo muito comum por parte dos elementos da sua geração que tinham estado na guerra ultramarina:

“O pessoal que vinha das ex-colónias, por exemplo, Angola, Moçambique, trazia sempre uma amostrazinha para o pessoal experimentar e depois começou a conhecer-se aquela merda (...) Não havia controlo nenhum na altura, um gajo trazia aquilo no avião... Não havia o controlo que há agora... Se fosse agora, um gajo ia logo «de saco»” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

Quando o RS iniciou, juntamente com os restantes violinos, a venda de drogas no café Rio já o Pencas tinha ali o seu “tasco”. Vendia sobretudo haxixe mantendo-se afastado da venda de “cenas pesadas”. O RS e ele mantiveram sempre mercados paralelos, embora colaborassem entre si. A este propósito, era muitas vezes o RS que o abastecia quando o Pencas ficava sem “produto” para vender. Outras vezes, era o RS que lhe “prensava”²⁰⁶ o haxixe de modo a formar as placas donde se retira o produto para vender.

²⁰⁶ “Prensar” é uma das etapas da “produção” do haxixe.

- O Pencas-consumidor -

Tal como no *deal*, o Pencas foi, sobretudo, um consumidor de drogas leves mantendo-se afastado das cenas mais pesadas. Apesar de ter “experimentado de tudo”, o haxixe assumiu maior protagonismo na vida deste ator, iniciando o consumo desta droga com 20 e poucos anos. Disse-nos a este respeito: “O que é que um gajo com essa idade queria fazer da vida? Queria voar, queria voar... Mas voar por uma boa causa, não era voar sem destino (...)” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

A relação do Pencas com o haxixe durou cerca de 40 anos: iniciou aos vinte e poucos anos os primeiros “charros” e continua ainda hoje, dentro de determinados limites e afastado já da vida do “andamento”, a consumir essa droga. Uma relação tão longa com uma substância deixa marcas na pessoa sendo fundamental que o sujeito que as consome domine a droga e que não se deixe dominar por ela. Para não cair na tentação dela, o Pencas fala-nos de uma série de aprendizagens que teve que fazer, nomeadamente de auto-controlo. Uma das que destacou foi a de evitar, no bairro, os pontos de reunião comunitária durante o dia mantendo, sobretudo, uma relação distante face aos locais onde circula “produto”, nomeadamente o Xamón. Quando combinávamos um encontro com o Pencas, o RS referia-se a ele da seguinte forma:

“- Pa trata-se dum gajo curioso: é talvez o gajo que menos está por cá e sempre foi de cá. É difícil de explicar. O gajo acorda e baza logo do bairro. Por isso é que tu nunca o vês por aqui. Se o tivesse visto por aqui já to tinha apresentado. Eu só o vejo da parte da manhã porque vou buscar o pão ao meu irmão e bato-lhe à porta para lhe dar uns pãezitos. Faço sempre isso, vejo o gajo sempre nessa altura, depois ele desaparece, anda por aí. É muito raro veres o gajo aqui no Xamón, por exemplo. Um dia fodi-lhe a cabeça para vir comigo, ele lá veio a custo, bebemos um copo e fumamos um «charuto» – disse o RS.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/01/2017).

O Pencas evita frequentar os locais onde a circulação de drogas é abundante e a “exposição ao pó” é natural. Compreende, à semelhança de outros atores da revisitação, que a “exposição ao pó” lhe pode trazer os consumos problemáticos que teve outrora. Disse-nos o Pencas a este respeito: “Lá (no Xamón) só vais perder tempo. Não faz nada bem andar ali, a mim só me faz é mal” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017)²⁰⁷.

- Prisão – “Tinha que acontecer”

²⁰⁷ Se pensarmos na trajetória de um outro ator da nossa revisitação – o Cenourinha – verificamos a mesma atitude face à vida comunitária do bairro, o mesmo resguardo e proteção, evitando a exposição aos ambientes *drug*. Vimos na trajetória deste ator o papel que a “fuga do bairro” teve no seu processo de recuperação, levando-o a criar outros interesses que não passassem pelos círculos de relacionamento *junkie*.

O Pencas esteve preso num EP da zona norte por um período de 2 meses. O “ir de saco” relacionou-se com o facto de não ter pago uma multa. Apresenta um discurso muito negativo sobre este período e, sobretudo, a discrepância que existiu entre aquilo que fez e a pena a que foi sujeito, algo que também já encontrámos para outros atores que estiveram presos ainda que por mais tempo do que o Pencas²⁰⁸. O ator referiu a este propósito:

“Eu nunca matei ninguém; não paguei uma multa, prontos... Lá fui eu 60 dias lá para dentro... Eh pa mas estava andava aí a fazer asneiras, fartei-me de fazer asneiras até que um dia olha, foi dia. Tinha que acontecer” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

O excerto acima mostra também que para o sujeito, apesar da percepção de injustiça na sua ida para a prisão, ela constituiu-se como uma etapa normal e natural de andar a fazer asneiras. Disse-nos, a este propósito, que“(…) é o mais normal o «ir preso» nestes lados”. Além disso, refere-nos que enquanto andava na vida das drogas e dos roubos tinha o “vício da asneira”:

“Isso é semelhante a quando queres fazer uma coisa, mas também se não fizeres aquilo não te vais sentir melhor (...) Mas tens que fazer aquilo (...) Aquilo é um vício pa, um gajo quando não faz asneiras não anda bem (...)” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

O excerto acima mostra como o Pencas tinha uma atração para realizar assaltos e roubos. Mais do que a obtenção de dinheiro com essas atividades, o roubar atraía-o, dando-lhe uma sensação de prazer que ia muito além da mera obtenção de bens materiais.

Destacámos, de seguida, alguns elementos biográficos de mais um ator que costumava “tocar umas sinfonias” com os Cinco Violinos: o Rasteiro.

2.2.3. O Rasteiro

Quando estivemos com o Beterraba na casa-abrigo nos arredores do Porto perguntamos-lhe se se lembrava de alguém que tivesse acompanhado consigo na altura da sua vida nas drogas. Ele falou-nos, de imediato, do Rasteiro. Não nos adiantou muito sobre este ator mas, em momentos posteriores do nosso trabalho de campo, percebemos a sua importância quer enquanto *dealer* quer enquanto consumidor do território psicotrópico situado no bairro da Pasteleira Velha.

A entrevista que lhe fizemos, a 11 de janeiro de 2017, foi feita em sua casa no bairro da Pasteleira Velha, após termos conversado com o sujeito previamente. Tinha, nessa altura, 61 anos. O Rasteiro veio para o bairro da Pasteleira Velha com 19 anos. Nasceu e viveu a sua infância e adolescência no bairro de São Nicolau, nas Fontainhas. Destacamos, abaixo, alguns momentos da

²⁰⁸ Falámos, neste caso, dos violinos RS e Rolling.

sua trajetória de vida, tal como temos feito para os outros atores da revisitação. Começamos por apresentar as principais áreas de trabalho do Rasteiro.

- Trabalho – De metalúrgico a feirante

O Rasteiro trabalhou 12 anos como metalúrgico. Depois disso, trabalhou numa fábrica de automóveis, como varredor de oficina, ganhando mais 500 escudos do que aquilo que ganhava quando era metalúrgico. Passado um ano, abandonou esse trabalho e dedicou-se à vida de feirante. Frequentou algumas feiras na cidade do Porto e, mais tarde, noutras zonas do país. Sobre essa fase da sua vida refere o seguinte: “Ganhava o que queria, mas também gastava bem” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2011).

A vida como feirante permitiu-lhe conhecer muita gente e muitos locais. Tinha uma profissão itinerante, fazendo-o andar por muitos locais quer em Portugal quer no Estrangeiro, como o próprio nos referiu:

“Conheço Portugal de Norte a Sul todo. Mas também vou para Espanha e conheço tudo de Norte a Sul. Eu fui à Alemanha, conheci Frankfurt, fui à Bélgica (...) Deixei lá 1200 casacos, tipo blusão. Na altura fui eu e o MA...” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2011).

As drogas foram sempre algo onnipresente na vida deste indivíduo. Destacamos, abaixo, a sua importância na vida do Rasteiro.

- Drogas – “Infiltrei-me na droga, continuei na droga e hei-de morrer na droga”

A entrevista realizada ao ator permitiu-nos perceber que a sua relação com drogas foi, sobretudo, ao nível das drogas leves. Refere que experimentou todas as drogas, mas que as duras nunca lhe disseram nada:

“Eh pa, eu sempre disse... Provar, posso provar. Dar um caneco. Agora, para mim aquela merda é medicação, para mim é medicação, sabe-me a medicamento. Para mim não presta. Eu se quero andar «ganzado» pego num charro e ando...”²⁰⁹ (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

²⁰⁹ Retomaremos esta divisão existente entre drogas leves (“drogas boas”) e as drogas duras (“drogas más”) na secção seguinte.

Referiu-nos que, um dia, o RS se ofereceu para lhe injetar, propondo-lhe ser o seu “padrinho²¹⁰”. O Rasteiro recusou-se, dizendo que “daqui (das veias) só sai, não entra nada” (Rasteiro, 11/01/2017). Recordou connosco alguns dos seus amigos que morreram e que eram injetores e, lembrando esse facto, diz-nos que fugiu “(...) ao que devia de fugir (...)”.

Consome haxixe desde os 14 anos. “Sempre, sem parar. Sempre que me apetece fumar, fumo”, disse-nos. Contudo, apesar de ter uma relação com a substância de aproximadamente cinco décadas, não se considera totalmente dependente dela. Diz-nos a esse respeito o seguinte:

“Sou toxicodependente num aspeto porque a droga é clandestina mas só fumo haxixe ou erva, mais nada. O resto não (...) Porque uma pessoa que seja toxicodependente está sempre dependente daquilo, quanto mais tem mais gasta (...). Não me sinto dependente porque eu passo bem sem isso (...). Mas atenção porque reconheço que me estou a prejudicar (com os consumos)” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Se se retirasse o carácter ilegal e clandestino das drogas, o Rasteiro não se considerava um toxicodependente. Para ele as drogas assumem-se como algo importante, mesmo inquestionável na sua vida. Porém elas nunca o levaram a um estado de dependência, como se tivesse necessidade de se organizar diariamente em função disso. Em resumo, apresenta liberdade face à droga, liberdade de “curtir quando quer curtir”, levando-o a referir que sempre que lhe apetece, fuma, ainda que reconheça o mal que isso lhe faz.

Contudo, isso não significa que as vidas nas drogas não acarretassem sofrimento para ele e para a sua família. Refere-nos que se pudesse voltar atrás alteraria algumas coisas que aconteceram, em particular “as companhias” e os “convívios”:

“Se pudesse dava uma «pequena volta ao texto». Ao nível do convívio, sobretudo. O que me levou à droga foi precisamente o convívio, o mau convívio. Depois infiltrei-me na droga, continuei na droga e hei-de morrer na droga” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Tal como o Pencas e os outros Cinco Violinos, o Rasteiro era um *dealer* no Fonte da Moura durante os anos 80. Mas vendia, sobretudo, cenas leves, afastando-se do mercado de drogas duras. Disse-nos o seguinte sobre o período em que era *dealer*: “Cheguei a vender muito na (refere o local). A traficar prontos... Embora na altura ninguém me apanhasse... Não me metia em «caldeiradas»” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Mas apesar de todos os cuidados nessa atividade, sabia que a Prisão poderia ser um destino provável. Foi assim que, um dia, foi apanhado com “cena” em sua casa, levando-o a cumprir pena

²¹⁰ Referimo-nos aqui a um termo nativo. Ser “o padrinho de alguém” é introduzir alguém na injeção de drogas. Os “padrinhos” são aqueles que “dão” o primeiro chuto naqueles que decidem experimentar pela primeira vez.

de prisão de cinco anos e quatro meses num Estabelecimento Prisional na zona norte do país, tal como referimos abaixo.

- Prisão – “Já comi com cinco anos e quatro meses”

A frase acima foi referida pelo Rasteiro a propósito do tempo em que esteve preso (2004 – 2009). Esta pena relacionou-se com a venda de drogas, como o próprio nos referiu:

“Já comi com cinco anos e quatro meses. Eh pa na altura queria ganhar dinheiro e andava a vender (refere-se às drogas). E andava uma pessoa a ser investigada que acabou por me afastar. Mas assumi a minha responsabilidade, estava em minha casa (refere-se ao “produto”), era meu” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Foi preso por tráfico de haxixe, chegou à prisão e continuou a vender:

“Pa não tinha problemas em vender lá, ela aparecia lá dentro. Por que é que eu não devia vender? Como é que aparece 1 kg lá dentro? Era um recluso que ia levar isso tudo lá para dentro?” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Em momentos anteriores, mais concretamente quando expusemos a trajetória do Rolling, verificamos que durante o período em que esteve no interior da prisão, este violino envolveu-se também na venda de drogas. Mas o Rasteiro não apanhou um “processo de cadeia”, tal como o Rolling, apenas por sorte. Tudo se preparava para que assim acontecesse, uma vez que um guarda-prisional se preparava para denunciá-lo por venda de drogas quando, de acordo com o Rasteiro, era precisamente esse guarda-prisional que metia o “produto” lá dentro. Vejamos o que ele nos disse a esse respeito:

“Eh pa foi lá um guarda que me quis «queimar». Mas, na altura, em que fui a julgamento, esse guarda não quis ir, mandou outro. E eu disse-lhe mesmo «se eu apanhar cadeia por isto, acredita que te tiro a tosse». E tirava. Uma coisa que não era minha e ele afirmar que era?!” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

E avança uma explicação para o sucedido:

“Na volta queimou-se ele, querendo-me queimar a mim. Se calhar foi alguém que deu a «gaitada» de que o moço (o guarda-prisional) “metia” lá dentro. Como ele há mais, há um grupinho. Num pavilhão há sempre dois ou três a fazer isso. É um monopólio” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2011).

Além desta situação, o Rasteiro falou-nos sobre as fracas condições que existia na prisão onde esteve. Não era só a “vida do crime” e dos “negócios” que o afligia quando lá esteve. Era

também, por exemplo, a comida, considerando que não dignificava os reclusos, comidas que “nem os porcos comem”, usando os seus termos:

“A comida às vezes lá, desculpa o termo, é «lavagem». Acho que nem os porcos comem. É falar a realidade. Há comida que é boa mas há outra que é «lavagem». Peixe podre... Pelo amor de Deus! Eh pa não deixam de ser presos que ali estão, mas não são bichos, são seres humanos. A gente fazia a limpeza todos os dias aos Pavilhões.” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

À semelhança daquilo que nos foi possível perceber também a propósito do Rolling e do RS, a vida no interior da prisão não constituiu uma oportunidade para o Rasteiro alterar, ali dentro, o comportamento que fazia no exterior da prisão: vender drogas. A vida intramuros era uma continuidade daquilo que se passava no exterior, tendo um fraco poder corretivo e ressocializador.

- Saúde – “A mim ninguém me mete «gesso²¹¹» cá dentro”

O facto de ter problemas de saúde fá-lo ir recorrentemente ao centro de saúde para lhe serem prestados os acompanhamentos médicos e de enfermagem necessários. Contudo, refere que quando tomava os medicamentos que lhe eram prescritos ficava pior. Refere que, por isso mesmo, agora não toma nenhum desses medicamentos. Apresenta ainda uma elevada resistência face às propostas dos técnicos de saúde para o seu problema:

“Abriu uma das gavetas da mesinha de cabeceira e estava cheia de medicação. Virou-se para mim e disse:

- É tudo para os meus problemas de saúde... Achas que eu tomo? Fodasse, eu já tomei, por isso é que eles estão aqui (apontava para a gaveta). Tomei e fiquei muito pior, tás maluco... Eu a mim ninguém me mete “gesso” paqui pa dentro... Pa quê, faz bem a umas coisas e faz mal a outras por isso olha... E continuo a beber o meu maduro branco, sempre, não vai ser a médica nem ninguém que me vai impedir... Então admite-se eu fazer a medicação e ficar pior? Onde é que já se viu? Fui logo à medica e disse que não ia tomar... - disse o Rasteiro.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 30/12/2016).

Esta resistência à medicação – ao “meter gesso”, usando os termos do Rasteiro – traduz e espelha a descrença que o ator tem nos tratamentos dos médicos e dos restantes técnicos de saúde. Há, nesta conduta de “não «meter gesso»”, uma resistência face às normatividades terapêuticas que, do seu ponto de vista, pioraram a sua situação quando a elas esteve submetido²¹².

²¹¹ “Gesso” é o termo que o ator usa para designar os medicamentos.

²¹² De referir também, a este propósito, que encontrámos noutros atores sociais – desde logo no próprio RS mas também noutros que optamos por não destacar na nossa monografia – representações e significados bastante semelhantes face às normatividades clínicas, traduzidas na mesma “resistência” face à ingestão de medicamentos prescritos medicamente.

Até ao momento temos vindo a apresentar atores – vivos ou já falecidos – cuja proveniência ou a socialização se restringem ao bairro da Pasteleira Velha. Contudo, e muito devido à diversificação dos informantes privilegiados, conhecemos outros indivíduos que protagonizavam o fenómeno droga nos territórios psicotrópicos da zona ocidental do Porto no início dos anos 90. Destacamos, de seguida, dois grupos de atores: o grupo de Lordelo e o do Rainha²¹³. Começamos por apresentar as trajetórias de alguns indivíduos que faziam parte do chamado Grupo de Lordelo.

2.3. O Grupo de Lordelo

O Grupo de Lordelo era constituído, entre outros elementos, pelo Lagarto, João Flautas, Barbas, Anãozinho do Ouro e Quim Riscos. A análise das trajetórias destes sujeitos permite-nos chegar a conclusões muito semelhantes àquelas a que já chegámos para o primeiro grupo: a elevada mortalidade destes indivíduos e, associada a ela, a elevada morbilidade. Destaca-se, também, a precocidade dessas mortes.

Ainda assim foi possível estabelecer contacto com alguns atores sociais que ainda se encontravam vivos, decorridos mais de 20 anos após a etnografia inicial. Falámos do Lagarto, do João Flautas e do Barbas. É sobre os dois primeiros que falaremos em primeiro lugar e só depois apresentaremos alguns elementos biográficos dos que já faleceram: o Anãozinho do Ouro e o Quim Riscos.

2.3.1. O Lagarto

O Lagarto mora perto do bairro do Aleixo e em janeiro de 2017, altura em que veio a constituir-se como informante privilegiado principal da nossa revisitação²¹⁴, tinha 56 anos. Era um dos utentes da equipa da rua de que fizemos parte e foi também, na fase intensiva, um ator-chave da nossa revisitação. É subsidiário do Rendimento Social de Inserção. A sua função no território psicotrópico do bairro do Aleixo passa por ir “comprar” produto para algum consumidor que não se queira expor ao ambiente *drug*. Diz que tem clientes fixos, maioritariamente seus amigos, angariando algum dinheiro com essa atividade. Mostrámos, já de seguida, a relação do ator com as drogas.

²¹³ Refere-se ao bairro Rainha D. Leonor, um dos bairros da zona ocidental do Porto.

²¹⁴ Remetemos este assunto para a secção metodológica do nosso trabalho.

- Drogas – “o gajo safou-me, fumei, senão tinha ido para os anjinhos”

O Lagarto apresentou consumos de drogas duras, essencialmente heroína e cocaína, usando sempre a via fumada. Atualmente, considera-se alguém que largou os consumos desde 2012²¹⁵, dando, por vezes, “um caneco” ou “uma passa num charro”.

O “fumo” foi sempre a sua forma de consumir drogas, seja na prata ou no caneco. Um dia contou-nos que, a certa altura, estava a “ressacar” bastante e que foi a casa do Anãozinho do Ouro para ver se alguém o desenrascava. Foi aí que esteve quase para “mandar um chuto” mas na altura em que decidiu fazê-lo apareceu alguém que lhe arranjou produto pronto para fumar:

“Uma vez cheguei lá (à «enfermaria» na casa do Anãozinho do Ouro) e eu estava a ressacar e ele virou-se para mim e disse «ouve lá, tens aqui, podes picar» e eu «O quê? Com a tua agulha?! Ta bem, olha... Estou a ressacar, quero lá saber...», fiquei naquela... Até que saiu um gajo lá de dentro do quarto e disse «Que estás a fazer, Lagarto?! Tira essa merda da mão». O gajo tinha um saco de heroína e safou-me, fumei, senão olha... Já tinha ido para os anjinhos se calhar...” (Entrevista ao Lagarto, 18/07/2017).

O Lagarto, à semelhança de outros atores que revisitamos, falou-nos de uma relação existente entre o pessoal que “chutava” e as suas mortes, tempos depois, com SIDA, hepatites e outras doenças infecciosas. Considera que o nunca ter injetado foi determinante para ainda hoje se encontrar vivo, pois muitos dos que “picavam, já se foram”.

Os consumos de drogas eram realizados nas divisões das casas de alguns *junkies* da altura, nomeadamente na do Anãozinho do Ouro, cuja trajetória destacaremos de seguida. Outras vezes, eram realizados na sua própria casa, que assim funcionava como “enfermaria” para alguns “agarrados”, sendo o Lagarto a “ceder” as suas instalações para o tão desejado “chuto” ou “bafo” dos seus companheiros.

O envolvimento do ator com drogas duras revelou-se, a certa altura, incompatível com os trabalhos que realizava. Veremos, já de seguida, a forma como ele nos falou sobre isso.

- Trabalho - “o dinheiro que ganhava era para gastar naquela merda”

²¹⁵ Ano em que o sujeito ingressou num programa de substituição de metadona de baixo limiar de exigência.

O Lagarto era picheleiro de profissão. De finais dos anos 80 até meados dos anos 90 chegou mesmo a chefe de equipa. Mas, segundo o próprio, as drogas começaram a afastá-lo do trabalho, começando a mentir aos chefes e responsáveis para ir comprar “produto”. Recorda-nos um episódio em que estava a trabalhar em Viseu e disse o seguinte ao seu chefe:

“«Oh chefe... Tenho que ir ao Porto na segunda-feira... Não me lembrei que tinha uma consulta...» E não tinha nada... E ele «fogo, oh Lagarto, você só me arranja disto, e quando é que vêm?» e eu «só estou aqui na terça ou quarta de manhã» Mas paxe... achas mesmo? Só chegava na quinta...” (Entrevista ao Lagarto, 20/01/2017).

Num outro trabalho que realizou fora do Porto, voltou a “contornar” o chefe:

“«Eh pa, tens que ir ao Porto fazer o quê?», «Não tenho cuecas, Sr. Engenheiro, não se preocupe que amanhã estou aqui», respondi” (Entrevista ao Lagarto, 20/01/2017).

O mundo do trabalho, as regras, o cumprimento dos horários bem como a execução das tarefas eram suplantadas pelo desejo da heroína, a ânsia da coca, de dar “um caneco”. As mentiras eram, por isso, recorrentes, e tinham como finalidade ir comprar “produto” quando a “ressaca” apertava. Alguns dos seus colegas de trabalho na altura sabiam que o Lagarto estava “enterrado” nas drogas. Costumavam dizer que quando o viam a ressacar que ele não ia aguentar muito tempo sem ir buscar a “vitamina”²¹⁶.

Esta pouca ligação do Lagarto ao mundo do trabalho devido às drogas levou a que fosse uma questão de tempo até ficar sem emprego. Na segunda metade dos anos 90, andou novamente à procura de trabalho em empresas de trabalho temporário, para as quais veio a trabalhar por alguns períodos. Um desses trabalhos consistia em montar instalações elétricas. Durou 3 meses. Disse que era um trabalho noturno e que, devido a isso, o fazia ganhar muito dinheiro. “Mas o dinheiro que ganhava era para gastar naquela «merda» (refere-se às drogas)” (Entrevista ao Lagarto, 13/01/2017). Foi nesse trabalho que conheceu o Rolling que, segundo o Lagarto, trabalhou ali nessa altura²¹⁷.

A relação intensa com drogas e a perda dos trabalhos levou a que o Lagarto procurasse alguns tratamentos para o seu problema. Mas, como se verá de seguida, não foi neles que o Lagarto encontrou a “chave” para largar as drogas.

- Os tratamentos -

²¹⁶ Quando apresentamos anteriormente a trajetória do Beterraba, em particular a sua relação com o mundo do Trabalho, verificamos que essa relação com o mundo laboral foi bastante semelhante à do Lagarto: o prazer do “químico” tornava-se incompatível com as obrigações laborais. Além disso, o dinheiro que ganhavam era para gastar praticamente em exclusivo nas drogas.

²¹⁷ Vemos aqui, mais uma vez, o cruzamento entre as trajetórias dos atores da nossa revisitação.

Destaca-se, na trajetória deste sujeito, a realização de dois tratamentos. O primeiro, que designamos por “*first-round*”, foi há cerca de 20 anos atrás, numa clínica de desintoxicação nos arredores do Porto; o segundo, que apelidamos de “*second-round*” foi em 2012, enquanto utente da unidade móvel onde trabalhámos, o Rotas com Vida. A representação do ator acerca destes dois tratamentos é manifestamente distinta: se o segundo é visto como bastante positivo; já o primeiro é representado como violento.

Começamos por “dar voz” ao Lagarto e apresentemos aquilo que ele nos referiu sobre o primeiro tratamento que realizou.

- First-round - “Cheguei lá, levei uma injeção e borrei-me todo...”

“Cheguei lá, levei uma injeção, borrei-me todo e tive que tomar banho logo... Depois a enfermeira deu-me leite e eu não podia comer nada, vomitei-me todo a seguir... Depois aquilo dormia-se três dias e depois no dia seguinte já estavam a pedir para irmos todos jogar futebol... Não me aguentava, pedi para ir à baliza...” (Entrevista ao Lagarto, 15/03/2017).

O excerto acima refere-se à forma como o Lagarto descreve a sua inserção na clínica de desintoxicação onde esteve em início dos anos 90. O período de internamento foi de uma semana. O pouco tempo em que o Lagarto esteve na clínica bem como o carácter agressivo deste tratamento fez com que ele extraísse muito pouco de positivo desta passagem. Sobre isso referiu-nos o seguinte:

“Aquilo era do pior... E para comer? Ao início não conseguia comer... (...) Olha, o champô logo no primeiro dia “berrou” logo, zás. E eu «fogo, ia tomar um banho e já não tenho champô?!» (...) Um gajo lá não podia sair à noite nem nada... Não se podia fumar charros lá dentro, mas um gajo fumava na mesma, claro. Ia um de cada vez à casa de banho. Eu nem sei se os gajos me revistaram o saco ou não quando lá entrei...” (Excerto ao Lagarto, 15/03/2017).

O excerto acima mostra algo que também já salientámos a propósito de outros sujeitos da nossa revisitação, em particular durante o período em que estiveram presos: não era a proibição da venda e/ou dos consumos no interior destas instituições que fazia com que isso não acontecesse lá dentro. A proibição imposta tinha efeitos muito reduzidos ou mesmo nulos face ao ato que se pretendia ver eliminado.

Quando lhe perguntámos se se lembrava de algum técnico que o acompanhou durante o período em que esteve internado, a sua resposta foi a de que de lá apenas se lembra de um seu amigo que lá estava e que lhe pediu cinco euros para ir comprar “produto” quando acabou o internamento. Lembra-se também do cão da clínica, dizendo sobre ele que era muito pachorrento e que tinha o nome de um ansiolítico.

Quanto ao que lá fazia para se “tratar” das drogas, as suas respostas foram, sobretudo, vagas e imprecisas. A este propósito, justificava-se: “uma semana eu estive a dormir 3 dias, como é que me posso lembrar de alguma coisa?”. O “químico” que era dado na clínica anulou-lhe a capacidade de pensar no que quer que seja. Em suma, ali, o tratamento do “químico” passava, sobretudo, pelo “químico”.

- Second-round - “Se não fosse essa ajuda não estava aqui”

Quanto ao segundo tratamento, iniciado em 2012, enquanto decorria a fase exploratória da nossa pesquisa, o Lagarto refere-se a ele com elevada consideração e estima face à intervenção realizada pela equipa. A sua frequência de um programa de metadona de baixo limiar nesta unidade móvel coincidiu com a morte da sua mãe, funcionando a equipa como um suporte importante face a este acontecimento. Nas palavras do próprio ator:

“Tão importante que se não fosse essa ajuda (da equipa de rua), não estava aqui hoje. Ajudaram-me em tudo. Estarão sempre aqui (aponta para o coração). Eu nessa altura estava mesmo embaixo e não queria ir para o CAT.” (Entrevista ao Lagarto, 15/02/2017).

A equipa de rua constituiu-se também como uma estrutura bastante importante no bairro: era ali que o utente se deslocava sempre que a polícia “entrava a matar²¹⁸” no bairro do Aleixo. Enquanto estava próximo do Rotas com Vida sentia-se mais protegido e seguro. Pudemos também nós, durante a fase exploratória, constatar a importância que a equipa de rua tinha na segurança dos consumidores de droga face à violência policial exercida nos territórios psicotrópicos, em particular o que se situa no bairro do Aleixo. Vejamos a forma como o Lagarto nos descreve uma situação de que foi vítima da violência da polícia neste bairro.

- Polícia – “Uma vez era sangue por todo o lado”

A vida do Lagarto no “andamento” trouxe-lhe vários conflitos com a Polícia. Apesar de nunca ter sido preso, foi várias vezes agredido no bairro do Aleixo sempre que se deslocava para comprar produto ou para ir visitar algum amigo. Recorda-se de um episódio em que foi agredido pela polícia:

“Eh pa já levei bem no Aleixo... Também os gajos entravam a torto e a direito, o que é que adiantava? Uma vez até era sangue por todo o lado. E o bófia «moras aqui? Quero lá saber que mores aqui...» E

²¹⁸ O “entrar a matar” é um termo usado nestes territórios para designar uma intervenção mais musculada por parte da polícia.

pumba, aí vai. E não tinha nada a ver comigo, só ia a casa de uma amiga minha. Mas pronto os gajos entravam... Quando olhei para o meu braço... ei, cheio de sangue. Porque o bófia virou o cassetete ao contrário... Porque os cassetetes têm uma coisa que é de aço e outra que é de borracha, ele bateu-me mesmo com a parte de aço... Andei com o braço pisado para aí dois meses (Entrevista ao Lagarto, 15/02/2017).

As situações de violência policial de que o Lagarto foi vítima revelaram-se sempre assuntos delicados e sensíveis de conversar. Sempre que a conversa caminhava nesse sentido, ele tentava abordar outro assunto, referindo-nos mesmo: “Nem me quero lembrar. Sinceramente, há coisas que gosto de falar e outras que não.” (Entrevista ao Lagarto, 15/02/2017).

- Deixar as drogas - “Quando fui para a Aldeia foi bom”

Quando conversamos com ele sobre o que o ajudou a deixar as drogas ele referiu-nos algo bastante semelhante àquilo que também já pudemos perceber com outros sujeitos da nossa revisitação: o essencial no processo de recuperação não passa tanto pela “terapia” nem pelos “tratamentos” das instituições mas antes na capacidade que o sujeito tem de preencher o vazio deixado pela droga e evitando, sobretudo, a “exposição ao pó”. O “manter a cabeça ocupada” era mais importante do que a “terapia”:

“Pa tudo vai da pessoa... Agora se estás com a cabeça naquilo (nas drogas), não é a comunidade terapêutica que te vai ajudar... É algo que tem que partir do próprio” (Entrevista ao Lagarto, 15/03/2017).

No seu caso, foi a ida com um seu amigo para Bragança, realizando ali várias tarefas tais como vindimar, cortar árvores entre outras atividades relacionadas com a vida rural. Essas atividades, juntamente com o contacto com a natureza proporcionado pelo local onde se encontrava, fizeram com que se libertasse um pouco da prisão das drogas. Disse-nos sobre isso: “Quando fui para a Aldeia: foi bom” (Entrevista ao Lagarto, 15/03/2017).

Passamos, já de seguida, a apresentar a trajetória de um outro elemento do grupo de Lordelo: o João Flautas.

2.3.2. O João Flautas

Quando revisitamos o João Flautas em janeiro de 2017, este ator tinha 53 anos. Trata-se de alguém que nos informou bastante sobre as dinâmicas dos territórios psicotrópicos bem como dos aspetos relacionados com o consumo de drogas propriamente dito. Além disso, conversamos sobre

alguns dos elementos que temos vindo a apresentar nesta secção, com destaque para aqueles que se encontravam mortos aquando da nossa revisitação.

Atualmente, o Flautas é arrumador de carros, permitindo-lhe angariar dinheiro para os consumos diários. Foi no seu local de trabalho que nos encontrámos e conversámos várias vezes. Quando nos falou sobre os diferentes trabalhos que realizou, percebemos que começou a trabalhar muito cedo: aos 14 anos já trabalhava numa fábrica de parafusos. Seguiram-se depois mais empregos no setor fabril. Foi ainda segurança privado de algumas figuras públicas.

Os nossos encontros etnográficos possibilitaram estabelecer alguns elementos da sua trajetória que passaremos, à semelhança daquilo que temos feito para outros atores, a apresentar. Começamos pela relação do sujeito com as drogas.

- As Drogas -

O Flautas possuiu um longo historial de consumo de drogas, iniciando-se aos 14 anos com o haxixe e passando, logo aos 15 anos, para as drogas duras, particularmente heroína e base de coca. A forma de uso foi maioritariamente a injeção, embora atualmente apenas fume. Não apresenta consumos de heroína desde que entrou para um programa de metadona há cerca de 18/19 anos atrás.

Apesar de considerar importante a ajuda do programa de metadona – que o fez largar o “pó” - considera que a recuperação de um consumidor com tantos anos de consumo é uma tarefa para a vida toda. Tenta-nos explicar melhor o que quer dizer e recorda aquilo que disse uma vez a uma psicóloga que o acompanhou:

“Por cada ano de consumo, precisas de para aí cinco anos da tua vida para ficares bom... Agora imagina, eu consumi 20 e tal anos... Preciso de 100 anos para ficar bom” (Entrevista ao João Flautas, 13/02/2017).

O envolvimento do João Flautas com drogas duras tornou-o um frequentador assíduo dos locais de consumo nos anos 90, muitos dos quais já destacámos em capítulos anteriores. Nesses locais, o Flautas era um dos “enfermeiros” de serviço, tal como destacamos já de seguida.

- Flautas, o “Enfermeiro” - “alguns quando me viam, parecia que viam Deus”

Enquanto consumidor, o Flautas costumava injetar alguns sujeitos que tinham dificuldade em fazê-lo. Fazia isso a troco de uns “traços de produto”, sendo uma das formas de ir arranjando droga para os seus consumos diários. Um dos indivíduos que ele costumava injetar era o Anãozinho do Ouro, também um dos elementos do Grupo de Lordelo, e cuja trajetória abordaremos de seguida.

Refere-nos que apesar de ser enfermeiro de alguns injetores, ele também costumava solicitar a alguns “enfermeiros” para lhe “chutarem” a ele. Sobre isso, mostrou-nos um dia uma marca que tem no pescoço de um “caldo mal calculado” pelo seu “enfermeiro” e que culminou numa infeção que se foi agravando e que conduziu a uma intervenção cirúrgica.

O “pico” é o alívio daqueles que se encontram em ressaca absoluta. É no “chuto” que o injetor encontra a paz momentânea para as dores corporais proporcionadas pela síndrome de abstinência. No caso daqueles que necessitam de “enfermeiro” para chutarem, vê-los nessas alturas é como ver Deus: é ele e só ele que tem a chave para as portas do paraíso, para o alívio da ressaca. São eles que lhes põem o produto lá dentro e que fazem com que o sofrimento da ressaca se evapore por alguns momentos. Era um pouco assim que o João Flautas se sentia nos locais de consumo que frequentava:

“Ele (o Anãozinho do Ouro) quando me via, via Deus! O gajo via-me ao longe e começava aos gritos “Oh Flautas, oh Flautas!”. A única pessoa que lhe conseguia picar era eu e era nos Pés ou no Pescoço. Porque eu era enfermeiro. E havia muita gente que só confiava em mim na altura, percebes? Alguns quando me viam, parecia que viam Deus” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

O excerto acima mostra também algo que já salientamos quando expusemos algumas características dos locais de consumo de drogas: a intensa ligação entre o “enfermeiro” e o “seu” consumidor. Da mesma forma que vimos em muitos consumidores optarem por “comprar produto” a um determinado *dealer* (sendo o “seu” *dealer* de referência), também constatámos, nos locais de consumo dos territórios psicotrópicos investigados, que vários injetores tinham a mesma relação de fidelidade com o “seu” enfermeiro. Através das palavras do Flautas percebemos a importância da confiança que o injetor deve ter no seu enfermeiro: “porque havia pessoas que confiavam em mim” (João Flautas).

- A Fase do “Picar a quente” - “As minhas veias secaram todas”

Desde que largou a heroína, o Flautas nunca mais picou. Referiu ainda que foi apenas nos dois últimos anos de consumo injetado que passou a “picar a frio”. Nos restantes afirma ter dado “caldos a quente”, com consequências no estado atual das suas veias:

“Eu ainda sou do tempo em que os caldos eram a quente... Por isso é que as minhas veias secaram todas... Só depois é que começou a ser a frio. Mas eu sou da fase do Quente” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

Os “caldos a frio” rendiam mais para um consumidor pois após a injeção pode “rebater-se o produto”, aproveitando os resíduos da agulha para uma nova dose, através da chamada “borra”. Disse-nos o seguinte a este respeito:

“Porque quando tu fazes a frio fica muita «borra» e dá para «rebateres» e preparares novo «caldo». Quando era a quente também ficava a «borra» mas não era tanto como quando era a frio” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

- As “Cobranças difíceis” – “A minha vida era essa”

Quando nos falou sobre o seu passado, disse-nos que aos 20 e tal anos não era nada do que é agora, que tinha um corpo que “metia respeito”. A sua estatura e porte físico nessa altura, aliada à pouca atratividade que os diferentes trabalhos lhe suscitavam, levou a que o Flautas comesse a fazer “cobranças difíceis”. Expliquemos sucintamente em que consiste tal atividade: trabalhava para determinados patrões que tinham outrora emprestado dinheiro a outros sujeitos que se recusavam a pagar. O trabalho do Flautas passava por “cobrar” - muitas vezes recorrendo à violência - essas dívidas aos devedores, forçando-os a pagar ao sujeito para o qual ele trabalhava. “Pimba, pimba, pimba e pagavam. A minha vida era essa”, disse-nos o Flautas.

Caso conseguisse o dinheiro, a sua percentagem era de 40% do valor arrecadado. “Esse era o meu valor, a percentagem que eu tinha do meu trabalho”, disse-nos o Flautas. Mostramos, abaixo, um excerto da entrevista onde ele nos expôs uma situação em que estava a fazer uma “cobrança difícil”:

“E eu mandei-lhe uma cabeçada. O gajo caiu, ficou sem quatro dentes, bateu com a cabeça e desmaiou... Ele estava a trabalhar na altura em que fui ter com ele... O gajo já no chão e eu fui-lhe dar um pontapé na cabeça e olha... parti o dedo do meu pé” (Entrevista ao João Flautas, 13/02/2017).

As cobranças difíceis eram uma forma bem mais lucrativa de angariar dinheiro do que o trabalho assalariado numa fábrica. Mas essas atividades conhecem um interregno com a passagem do Flautas pela Prisão. A vida intramuros, como destacamos já abaixo, apresentou-se violenta, em parte semelhante à violência das “cobranças difíceis” que o sujeito fazia cá fora.

- A Prisão – “A cadeia não é como nos Cinemas”

O Flautas esteve preso no mesmo EP que o Rolling, encontrando-se lá dentro com ele. Apesar de se conhecerem fora da prisão foi, contudo, no seu interior que ambos se conheceram melhor. Quando o Rolling saiu da cadeia, muito depois do Flautas, ambos marcaram um encontro e foram conversar e beber uns copos. Antes da prisão eram apenas conhecidos. Sobre isso, o Flautas disse-nos que chegou a ir comprar “produto” ao Rolling algumas vezes, quando este era *dealer* no café Rio.

À semelhança daquilo que pudemos concluir para outros atores que passaram pela prisão, também o João Flauta representa a vida intramuros como um meio de violência recorrente, sendo as rixas entre reclusos e entre estes e os guardas prisionais uma constante:

“A cadeia não é como nos cinemas... Já viste o que é logo de manhã tu veres assim um guarda a ser assim esquarterado, zau, zau, zau. Sangue por todo o lado, o gajo todo cortado, com as tripas de fora e o gajo zumba, zumba, zumba (...) Eh pa esse gajo tinha lá uma catana e olha, esquarterou o gajo todo meu... E quem foi lá até ele parar? Ninguém... O guarda já estava mais do que morto e o gajo ainda estava, pimba, pimba, pimba, cortou-lhe um olho, cortou-lhe uma orelha... E eu ali duas celas à frente a ver aquilo tudo.” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

Mais uma vez verificámos para o Flautas aquilo que já tínhamos constatado para outros sujeitos quando nos falaram do seu período de reclusão: a vida intramuros não é uma descontinuidade face ao que se passava cá fora. Pelo contrário, é muitas vezes no seu interior, na exposição à violência que lá existe, que se geram ódios e vinganças quer entre reclusos quer entre estes e os guardas-prisionais. São, recorrendo, às palavras do RS sobre o seu período de reclusão, “escolas” do crime.

Apresentaremos, já de seguida, do “cliente” principal do “enfermeiro Flautas”: o Anãozinho do Ouro, também um dos elementos do Grupo de Lordelo.

2.3.3. O Anãozinho do Ouro

Na senda daquilo que também obtivemos para outros atores, o Anãozinho do Ouro encontrava-se morto quando iniciámos a nossa pesquisa. Faleceu em 1995 com 42 anos.

Não obstante a situação de pobreza em que o Anãozinho vivia, percebemos que a sua ligação às drogas e ao “andamento” permitiram que o ator realizasse uma série de aprendizagens ou, usando linguagem nativa, “desenrascanços”, que lhe permitiram tornaram-se alguém respeitado no meio. Sobre isso, o Pencas, seu amigo de infância, referiu-nos o seguinte:

“Alguém muito inteligente... Um gajo muito frontal, o que tivesse que dizer dizia logo na cara.... A ele ninguém lhe faltava ao respeito porque ele dava-se ao respeito e fazia questão que o respeitassem... O pessoal às vezes pensava que lá por ele ser baixinho... Era um gajo com uma filosofia de vida que nem

te passa, não era burro. É aquilo que se pode dizer «tinha escola de vida», como eu tenho, como o RS tem, é a escola da vida” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

O excerto acima mostra como não foi o facto do Anãozinho viver “nas margens” que condicionou ou impossibilitou o sujeito de empreender uma imagem de si que levasse ao respeito dos outros. O “desenrascanço” proporcionado pela vida nas drogas aguçou-lhe o engenho ao ponto de o tornar, no quotidiano, alguém empreendedor de si e capaz de se descobrir perante as adversidades mais diversas. Para o Anãozinho do Ouro, o enorme talento que tinha para dançar veio a afirmar-se como a sua principal forma de angariar dinheiro.

Quando analisamos as etapas da sua trajetória laboral verificamos que passou de trabalhos pouco qualificados, nomeadamente de metalúrgico, para a atividade de dançarino, dançando um pouco de modo errante a troco de sopas que lhe pudessem aconchegar mais um pouco o estômago quase sempre vazio. É sobre isso que falaremos já de seguida.

- “O gajo era muito pobre mesmo” -

Destaca-se, neste sujeito, uma vida de poucos recursos económicos, sendo manifestos já na fase infantil onde o Anãozinho ia, por várias vezes, pedir aos cafés do centro do Porto que lhe dessem qualquer coisa para comer a troco de animação com danças. Dizem, aqueles que o viram dançar, que ele era um excelente dançarino. Ficou sem mãe muito cedo - que recorria ao trabalho sexual como forma de sustentar a família - e o pai acabou por falecer com uma cirrose hepática quando ele ainda era criança.

O Espanhol, amigo de infância do Anãozinho, disse-nos que era, por vezes, a sua mãe que lhe dava comida e abrigo:

“E era eu e a minha mãe que lhe dávamos algum abrigo porque o gajo era muito pobre mesmo... Às vezes andava naqueles tascos ali em Lordelo e na Marginal a pedir umas sopas e alguma comida, andava com fome prontos... E ele vinha muitas vezes para nossa casa, com pena dele... Olha um que o conheceu muito bem foi o meu irmão (...)” (Espanhol, aproximadamente 60 anos; diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 27/12/2016).

Costumava também ir a casa do Lagarto, sendo a mãe deste que lhe lavava a roupa. O Lagarto fala-nos acerca disso:

“A minha mãe uma vez disse-me «olha não tragas mais o Anãozinho cá para casa» e eu «Porquê, mãe?» e ela «oh filho, cheira tão mal, tem sempre as calças para eu lavar... olha estas são as últimas calças que eu lavo, não lavo mais calças” (Entrevista Lagarto, 13/01/2017).

Mais uma vez, nesta como noutras trajetórias, destaca-se a precocidade com que a pobreza e a exclusão se manifestaram e que se mantiveram ao longo da vida do sujeito. À semelhança de outros atores, os trabalhos que realizou não o tiraram da situação de pobreza em que se encontrava. Apresentemos, já de seguida, algumas informações que recolhemos a propósito dos trabalhos que o ator realizou ao longo da vida.

- Trabalho: “andava agarrado (...), achas que tinha cabeça para o trabalho?”

O Anãozinho do Ouro trabalhou na mesma fábrica de metalomecânica que o Cenourinha, tal como referimos quando apresentamos a trajetória deste último sujeito. Além disso, “fazia uns biscates” na construção civil, sobretudo ao nível da pintura. Contudo, e também à semelhança daquilo que já destacámos noutras trajetórias, o envolvimento com drogas tornava-se incompatível com as obrigações decorrentes do mundo laboral. Daí que esse trabalho durasse pouco tempo:

“Não fazia um caralho, andava agarrado àquela merda (refere-se às drogas), achas que tinha cabeça para o trabalho? Ele é que andava com as calças cheias de tinta para que as pessoas pensassem que ele estava a trabalhar em qualquer lado” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

As drogas, em particular a heroína e a cocaína, adquiriram centralidade na vida deste sujeito: “agarrado” desde muito novo à “branca” e ao “pó” e, mais tarde, à seringa. Sobre isso, um seu amigo de adolescência, irmão do Espanhol, que também apresenta uma longa trajetória de consumos de drogas, referiu-nos o seguinte:

“O gajo só via aquela merda (refere-se às drogas). Ele para fora daquilo não via nada estava obcecado com aquela merda, era só aquilo e mais nada (...) (Entrevista ao ZMF, irmão do Espanhol, cerca de 65 anos, 02/02/2017).

Vejamos, mais em pormenor, a relação que o ator tinha com as drogas.

- As Drogas –

- “(...) já metia a agulha em sítios onde nem havia de meter”

Quando o “fumo” já não “batia tanto”, o Anãozinho começou a picar. Descobriu no pico não só uma sensação de prazer mais intenso como mais duradouro. O Pencas disse-nos o seguinte a respeito da relação com drogas deste sujeito:

“- Morreu novo esse gajo... Estava agarrado àquilo, àquela merda (drogas)... As “pratas” para ele já eram, já tinha passado o campeonato das pratas, ele queria era dar uns chutos, depois já nem tinha veias, já metia a agulha em sítios onde nem havia de meter; é a dependência dessa merda... Os que fazem parte desse campeonato vão dormir a pensar naquela merda, acordam a meio da noite a pensar naquela merda...” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

Tal como o Pencas salientou no excerto acima, a elevada frequência com que alguns injetores realizam os consumos durante um dia acaba por se traduzir na impossibilidade em “dar um chuto” nas veias dos antebraços, que é o local habitual onde se realizam as administrações. Face a isso, e com vista a aliviar a insuportabilidade da ressaca, estes sujeitos acabam por explorar outras zonas do corpo, algumas de elevado risco para a sua saúde, levando-os a inserir “a agulha em sítios onde nem se havia de meter”, como referiu o Pencas a propósito do Anãozinho. Devido à quantidade de “caldos” que realizava por dia, e que lhe reduzia os locais para “picar”, o Anãozinho já estava a injetar nos pés e no pescoço, tal como referimos quando apresentamos a resenha biográfica do seu “enfermeiro”, o João Flautas

O consumo de drogas injetadas e, sobretudo, a impossibilidade de trocar seringas usadas por novas entre os consumos, criou as condições para que o sujeito ficasse, em primeiro lugar, infetado com VIH e, na sequência dessa infeção, desenvolvesse mesmo um quadro de SIDA, que se manifestou de forma muito grave na fase final da sua vida. Para isso, muito contribuiu também a insalubridade onde esses consumos eram realizados. A sua casa, situada nos arredores do Aleixo, funcionava, nos anos 80 e 90, como um verdadeiro “centro de drogas”, onde se reuniam os consumidores da zona para aí fazerem os seus consumos.

Vejamos, já de seguida, com maior pormenor, a casa onde morava o Anãozinho do Ouro.

- “(...) tinha um quarto que era a chamada «enfermaria»”

A sua casa situava-se perto do bairro do Aleixo. Era nessa casa que os “agarrados” iam consumir os seus “produtos”, seja da forma fumada seja injetada. Um dos quartos da casa era a chamada «enfermaria» como nos referiu um dos nossos entrevistados que frequentou a casa do Anãozinho:

“E na casa onde o gajo morava, bem... aquilo era quem mais ia para lá para “meter ferros²¹⁹” pa e consumir... O gajo claro, não tinha muito como fugir, não tinha ninguém.” (Espanhol, aproximadamente 60 anos; diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 27/12/2016).

Foquemo-nos na última frase do excerto acima referida pelo Espanhol: “O gajo claro, não tinha muito como fugir, não tinha ninguém”. Ela sintetiza algo bastante importante para o Anãozinho: o facto de morar e de estar sozinho reduzia neste sujeito as possibilidades de fugir à socialização *drug*²²⁰. Por outro lado, o facto de morar sozinho tornava a sua casa um local resguardado, levando a que os *junkies* da altura aí recorressem para fazer os seus consumos:

“Ele era de uma família pobre. Eu penso que nessa altura (anos 80 e 90), ele já não tinha pai nem mãe, já tinham falecido. Irmãos, que eu conhecesse, acho que não tinha nenhum. O gajo morava sozinho, daí os gajos que iam para lá consumir... estavam à vontade. Não tinham problemas de estar a controlar as coisas porque ele morava sozinho...” (Entrevista Rasi, 26/02/2016).

O Flautas, enquanto frequentador assíduo da “enfermaria” situada na casa do Anãozinho, disse-nos ainda o seguinte:

“Ele tinha um quarto que era a chamada «enfermaria», que era onde o pessoal ia lá picar... Como deves calcular aquilo era uma autêntica sala de chuto... E depois tinha um quarto, que era mesmo um quarto (...)” (Entrevista ao Flautas, 13/02/2017).

Para o Lagarto, a casa do Anãozinho é descrita da seguinte forma:

“A casa dele era um local de convívio, um Centro de Drogas (...) a casa do Anãozinho o que era... Era o refúgio para o pessoal ir para lá fumar... Pa, e o gajo injetava-se... Isso dá cabo de um gajo... É das piores coisas dele. Era na sala (que o pessoal consumia) ou num dos quartos da casa. Por exemplo, quando vinha alguém, um gajo ia para o quarto dele... Às vezes era muita gente no quarto e um gajo ia para a sala” (Entrevista Lagarto, 13/01/2017).

Os consumidores que, durante os anos 80 e inícios de 90, iam para casa deste ator consumir drogas tratavam de arranjar previamente a parafernália para os consumos. Essa situação levava a que o Anãozinho não tivesse que se preocupar em arranjar a seringa ou outros materiais para o consumo endovenoso. Essa era a troca ou o pagamento que os consumidores que utilizavam a sua casa faziam, como nos descreve o irmão do Espanhol abaixo:

“Aquilo era uma casa velha... Sabes que naquele tempo as pessoas que vissem uma casa de vago, normalmente essa casa era ocupada por outros gajos que consumiam. Ainda por cima se a pessoa está sozinha. Ainda por cima o pessoal arranjava as coisas (parafernália de consumo) para o pessoal injetar ali... Uns nos quartos, outros nas salas, uns fumavam, outros picavam, era assim...” (Entrevista ao ZMF, 02/02/2017).

²¹⁹ “meter ferros”/“mandar ferros” – é uma expressão nativa que serve para designar o consumo injetado.

²²⁰ Demos conta em secções anteriores da nossa monografia que os locais de uso de drogas são lugares propícios à inscrição dos sujeitos que fragmentaram as suas relações sociais e criaram nesses lugares as condições propícias para a afirmação da sua identidade. Remetemos, por isso, para a secção *A zona, os bairros e os territórios psicotrópicos*, onde avançamos alguns dados empíricos sobre este aspeto.

Faremos, já de seguida, a apresentação dos elementos biográficos do Quim Riscos, mais um dos elementos do Grupo de Lordelo.

2.3.4. O Quim Riscos

O Quim Riscos foi um ator bastante importante na investigação de Luís Fernandes: enquanto *dealer* e consumidor do bairro do Aleixo foi, não só, mas sobretudo através dele, que o primeiro investigador adquiriu uma visão aprofundada deste território psicotrópico. É justo dizer, por isso mesmo, dada a importância que o Quim Riscos tinha no meio *drug* dos anos 80 e 90, que este ator se constituiu, à semelhança do RS, como um informante privilegiado principal da primeira etnografia.

Contudo, tal como temos vindo a destacar nesta secção, a revisitação aos atores sociais da primeira pesquisa esbarrou numa conclusão central: a elevada mortalidade destes indivíduos. Foi precisamente isso que nos aconteceu quando quisemos visitar o Quim Riscos. Mas, relembramos que, tal como dissemos anteriormente, a essa elevada mortalidade associou-se também uma significativa prevalência de doenças contagiosas, nomeadamente as causadas pelo VIH. Ora, este morador do bairro do Aleixo antes de falecer apresentava um quadro grave de SIDA que o tornou vulnerável a uma série de complicações de saúde.

Tal como para os outros atores que já faleceram fizemos também para o Quim Riscos uma reconstrução de alguns elementos biográficos a partir daquilo que amigos, familiares e conhecidos nos iam sucessivamente informando a propósito do ator. São precisamente alguns desses elementos que destacaremos já de seguida.

- Drogas – “andava ele e a mulher a comer «caldo verde»”

A frase acima foi dita por um dos amigos do Quim Riscos e cuja trajetória já destacámos, o Pencas. Com a expressão “caldo verde” pretende mostrar que os dois – refere-se ao Riscos e à sua mulher – mandavam uns caldos, isto é, eram consumidores por via injetada.

O facto de “picarem”, em contextos e condições que temos vindo a salientar, conduziu a que o ator apresentasse, já no final da vida, um quadro de SIDA, como salienta um outro seu amigo de infância, o Espanhol:

“Morreu de SIDA. Ele e a mulher dele, que também estava «enterrada» com ele na droga. A mulher dele era uma mulher linda. Os gajos vendiam muito mas também consumiam de caralho.” (diário de campo, 12/12/2016).

Percebemos através do excerto acima que a venda de drogas servia principalmente para o Riscos e a sua mulher angariarem dinheiro para o consumo diário. Era um consumidor-vendedor. A nossa preferência em colocar, em primeiro lugar, a palavra “consumidor” e só depois a palavra “vendedor” não foi aleatória - fizemo-lo para mostra a centralidade que o consumo tinha na vida deste ator, muito mais do que o *deal*. Além disso, a venda de produto subordinava-se à necessidade do ator fazer dinheiro para os seus consumos.

Percebemos que as drogas eram algo de inquestionável e incontornável na sua vida. Disse-nos um dia o Lagarto que ele “era um gajo porreiro mas quando queria droga, não olhava a quem”. Talvez pelo facto de estar agarrado ao produto e à seringa, isso lhe permitisse desempenhar o *deal* com alguma preocupação quando algum consumidor lhe pedia produto e não tivesse dinheiro para pagar. Quando assim era e quando verificava que a pessoa que lhe comprava era de confiança, costumava “fiar” e facilitava produto²²¹. Foi precisamente isso que o Arjo, seu amigo e consumidor que lhe costumava comprar drogas, nos disse a esse propósito:

“Era um gajo porreiro, meu. Dantes cinco contos era muito dinheiro. Às vezes um gajo não tinha e ele chegava à minha beira e perguntava «oh pa, o que é que queres?». Eu dava-me muito bem com ele...”
(Entrevista ao Arjo, 60 anos, 05/01/2017).

Os encontros etnográficos com alguns atores sociais da zona permitiram-nos concluir que um dos seus irmãos também se encontrava ligado às drogas. Chamava-se Boinas dos Riscos. Era ele o principal “fornecedor” da casa do Anãozinho do Ouro, “metendo” lá dentro o produto para que não faltasse nada a ninguém no que às drogas dizia respeito. Mas, à semelhança do seu irmão, também já se encontrava morto quando iniciamos a nossa pesquisa. Segundo o Lagarto, foi morto no interior da prisão.

Em resumo, pudemos perceber que as drogas adquiriram centralidade na vida do Quim Riscos sobretudo ao nível do seu consumo. Os contextos onde eram realizadas as injeções bem como a impossibilidade de troca de seringas²²² conduziram a que este ator desenvolvesse um quadro de SIDA. Faleceu novo, à semelhança de outros atores que estamos a caracterizar.

2.4. O Grupo do Rainha

²²¹ Esta situação relaciona-se bastante com aquilo que já salientamos para outros atores da revisitação que eram *dealers*: a preocupação para com os seus clientes e com as “suas” ressacas. Lembremo-nos daquilo que o Cenourinha nos disse a este respeito: “eu nunca deixei ninguém a ressacar”.

²²² Importa salientar que na altura da primeira etnografia, ou seja, na fase em que os consumos de drogas dos atores da revisitação eram mais intensos e frequentes, não existiam equipas de rua nem outras estruturas de redução de riscos e minimização de danos (RRMD) em Portugal.

Abordaremos, já de seguida, os atores da revisitação que pertenciam ao Grupo do Rainha. Começaremos por apresentar alguns elementos biográficos do Zé Flecha e depois do Manel Vasinho. Quando iniciámos a nossa pesquisa os dois atores encontravam-se vivos, sendo que o segundo faleceu em setembro de 2016.

2.4.1. O Zé Flecha

O Zé Flecha tem atualmente cerca de 65 anos, sendo um dos sujeitos que conviveu com grande parte dos atores que estamos a caracterizar. Esta situação permitiu que ele funcionasse como um bom informante acerca dos atores que revisitamos. Apesar de habitar no bairro da Pasteleira Nova desde 2001, o Flecha morou durante toda a sua vida no bairro Rainha D. Leonor. Isto faz com que se sinta muito mais ligado afetivamente a este segundo bairro do que ao primeiro, gerando-se em torno do Rainha D. Leonor um forte sentimento de pertença e enraizamento. Sobre o bairro onde habita mantém uma relação de alguma distância e até de algum medo em relação aos fenómenos mais desviantes, tal como nos referiu um dia:

“Eu sei o que dizes, tens razão, aquilo ali (na Pasteleira Nova) é pesado. Eu moro mais afastado dessa zona da Pasteleira Nova, onde não há esse movimento todo. Estou mais na parte de cima do bairro. Se estiveres nessa parte mexida do bairro e se subires umas escadas que lá existem vais ter ao meu bloco. Mas quanto a essa zona de venda de drogas, eu até sinceramente tenho algum medo de passar lá. E então à noite ainda é pior. – diz-me o Zé Flecha” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 16/04/2015).

Tal como todos os atores da nossa revisitação, a sua relação com drogas foi intensa e longa. É sobre isso que falaremos já de seguida.

- Drogas –

- “A ganza abria-me o cérebro todo”

“- Ui a mim a ganza abria-me o cérebro todo. A ganza ativava-me a esquizofrenia do cérebro. Pah um dia eu estava todo ganzado e sabes o que meti no café, sal. Não parava de meter sal, pensei que era o açúcar. (Zé Flecha, diário de campo, 24/03/2015)

O excerto de diário com que abrimos esta secção dá conta da abertura percetiva que o consumo de drogas proporcionava neste ator. As drogas conduziam a um estado de abertura

sensorial que o deixava sem saber o que estava a fazer. Eram as “portas da percepção” que se abriam, para usar a expressão que dá título ao livro de Aldous Huxley.

Quando analisámos o historial do consumo de drogas deste ator verificamos que inicialmente apresentou consumos de drogas leves, nomeadamente haxixe, passando depois aos consumos de drogas pesadas, tais como heroína e cocaína. Realizou, por algum tempo, consumos injetados destas duas drogas e apresentou também, num passado mais recente, problemas com o álcool sendo que os mesmos se agravaram quando largou as drogas duras. O consumo intensivo de álcool deveu-se, segundo o próprio, à necessidade de preencher o vazio deixado pela heroína com outra substância²²³.

Referiu-nos ainda que teve sempre o maior cuidado durante os consumos injetados, ainda que esses consumos fossem realizados nos contextos e nas condições que temos vindo a destacar. Mas, num certo dia, acabou por reutilizar a seringa de um seu amigo. Vejamos as consequências desse seu descuido já de seguida.

- “A minha sorte foi o gajo não ter VIH”

Segundo a opinião do Flechas, foi a reutilização dessa seringa de um seu amigo que levou a que ficasse infetado com Hepatite C:

“Eu tinha para aí 41 anos, por isso já foi há uns anos, e fui ver os Rolling Stones a Lisboa. Pa sai em Vila Franca de Xira para dar Sangue, que eu era dador de sangue... Pa cheguei lá dei sangue, vi o concerto em Lisboa e depois vim pa cima para o Porto. Quando cheguei cá, passado uns tempos, recebo uma carta a dizer que eu não podia ser dador porque tinha Hepatite C. E eu sei perfeitamente onde é que apanhei essa merda? Foi por essa altura que eu mandei um “caldo” de heroína, pa, foi só um mesmo, mas lembro-me que foi com uma seringa de um amigo meu... Foi isso meu, para mim foi... A minha sorte foi o gajo não ter VIH porque se não a esta hora tinha essa merda... Tive sorte no meio disto tudo porque foi só Hepatite C.” (Zé Flecha, diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/12/2016).

Apesar de todos os cuidados adotados durante as injeções, a tentação para a reutilização de “máquinas” de outros consumidores era enorme: a vontade pela moca, algumas vezes, e a insuportabilidade da ressaca, noutras, conduziam a uma “cegueira” relativamente às melhores condutas a adotar.

Depois de ser diagnosticado com Hepatite C e de ser referenciado para a estrutura de saúde apropriada para acompanhamento destes casos, o médico disse-lhe que para iniciar o tratamento

²²³ Relembremos que quando apresentamos a trajetória do Rolling vimos como o álcool foi, segundo algumas representações nativas, o “substituto” das drogas duras neste ator. Ora, o que verificamos agora para o Flecha foi bastante semelhante àquilo que parece ter acontecido com o Rolling a este respeito: o álcool veio preencher o vazio deixado pela heroína.

antirretroviral tinha que deixar os consumos de álcool. Disse-nos que essa foi uma decisão difícil de tomar. Mas a conversa que teve com um amigo seu que estava a realizar esse tratamento parece ter sido importante na sua decisão em deixar o álcool:

“Foi muito difícil... Um dia estava no Q²²⁴ a beber uma cerveja e um amigo meu disse-me que estava a fazer um tratamento que estava a dar grande resultado para a Hepatite C que era exatamente o mesmo que eu tinha que fazer. Pa o gajo falou-me tão bem, da forma como ele falou... Que olha... Só tive numa de deixar a merda do fino que estava a beber. A partir desse dia nunca mais. Se custou? Muito pa, imenso... Mas tinha que ser. Uns dias depois fui ter com o médico do Hospital e disse-lhe: - Sr. Dr. já posso começar o tratamento para a Hepatite C” (Zé Flecha, diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 12/12/2016).

Algo que também foi determinante para que o Zé Flecha parasse com os consumos de drogas foram as marcas que o passado nas mesmas lhe deixou. Vejamos, mais em pormenor, de que tipo de marcas falamos.

- “Foi a puta da droga: Um gajo mete-se nessas merdas e depois fica marcado”

O consumo continuado e diário de drogas levou a que o Flecha apresentasse uma série de transformações físicas que marcaram decisivamente a sua forma de ser e de estar perante os Outros. Uma dessas marcas foi deixá-lo sem dentes, algo que sempre o embaraçou bastante dizendo, por exemplo, que evita ainda hoje de se rir de forma tranquila quando está com conhecidos ou amigos:

“- Fodasse, já viste, não tenho quase dentes nenhuns à frente meu, é uma vergonha isto... - diz ele. E continua: - Eu até evito de me rir com a boca toda porque tenho vergonha. Foi a puta da droga, um gajo olha mete-se nas merdas e depois fica marcado...” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 20/04/2015).

As consequências físicas do consumo continuado de drogas acabam por funcionar como mediadoras da relação que o consumidor estabelece com os pares e com a comunidade envolvente. Normalmente, quando confrontados com atributos físicos desqualificantes – tais como as marcas dos picos nos braços, no caso de alguns consumidores por via endovenosa ou, como é o caso do Flecha, na ausência de dentes devido aos consumos continuados de heroína – a primeira atitude passa pela ocultação dos vestígios ou dos sinais desqualificantes²²⁵.

²²⁴ Café situado na zona central da cidade do Porto.

²²⁵ No caso dos “picadores”, verificamos que a estratégia que alguns usam passava por andar sempre com camisolas de manga comprida, por exemplo, de modo a ocultar os sinais físicos do estigma.

Além disso, o estigma está, não só nos atributos físicos ou corporais, mas sobretudo no facto dos atores da revisitação pertencerem a zonas da cidade etiquetadas como desfavorecidas ou desqualificantes. Mostrámos, de seguida, as consequências psicológicas e interpessoais do “ser-se do bairro” no caso do Zé Flecha.

- Ser-se do bairro - “Se fosse para comê-la (...) as coisas eram diferentes”

Das vezes que estivemos com o Flecha percebemos que o “ser-se do bairro” é algo que lhe atribui uma identidade social negativa, algo que o próprio procura esconder nas suas interações sociais com pessoas que não pertencem às mesmas zonas da Cidade:

“- Pa eu noto isso também com as gajas. Mas pronto também há exceções. Tipo, conheço uma gaja que foi minha amiga de infância e ainda é minha amiga que no outro dia disse para ela vir a minha casa ali no bairro da Pasteleira Nova tomar um café. E ela veio. É uma gaja importante, é administrativa numa empresa e tudo. Pa veio e teve-se bem mas claro, o meu objetivo não era comê-la, é minha amiga, entendes? Se fosse para comê-la, se tivesse essa intensão, tenho a certeza que as coisas eram diferentes... – disse o Flecha” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 18/02/2016).

O excerto acima permite-nos perceber como o “ser-se do bairro” tem acompanhado a vida relacional deste sujeito: quando as relações acontecem com pessoas de outras zonas da Cidade, a etiqueta desqualificante do “ser-se do bairro” faz-se presente, diminuindo-o e inferiorizando-o face ao Outro. E, para reforçar mais este sentimento de inferioridade, quando essa relação deixa de ser de amizade e passa a assumir contornos íntimos e amorosos, o Flechas resguarda-se ou retrai-se, pois sabe que a probabilidade de envolvimento a esse nível com alguém de um nível socioeconómico distinto do dele é francamente reduzida. A rejeição quase certa infligiria no ator uma ferida considerável, lembrando-lhe a etiqueta de que “é do bairro” e de que os seus relacionamentos se devem circunscrever, portanto, aos seus meios de origem. Daí que como o próprio refere: “Se fosse para comê-la, se tivesse essa intensão, tenho a certeza que as coisas eram diferentes”.

A inserção no mercado de trabalho seria uma oportunidade para o ator se sentir mais inserido na sociedade. Mas, tal como também já destacamos para outros atores sociais, os trabalhos realizados tiveram pouca duração, muito devido aos problemas relacionados com as drogas que impediram que o Flecha se dedicasse às obrigações decorrentes dos mesmos. Trabalhou numa tipografia vários anos. Mas o pouco que ganhava aliado à vida nas drogas fê-lo procurar melhores oportunidades no estrangeiro. Assim, foi emigrante em nos Estados Unidos cerca de um ano. Disse-

nos que os consumos de álcool pioraram lá e que não tinha noção do que fazia. Foi expulso do país por desacatos e conflitos, regressando novamente a Portugal.

Destacámos abaixo a última das trajetórias que decidimos apresentar nesta secção: o Manel Vasinho. Ele, tal como o Flecha, cresceu e viveu até 2001 no bairro Rainha D. Leonor passando, nessa altura, para o bairro da Pasteleira Nova. Foi amigo de infância do Zé Flechas pelo que muitas das informações que apresentaremos sobre o ator foram-nos fornecidas por este seu amigo de infância. Outras, porém, foram recolhidas junto de alguns familiares e técnicos de intervenção.

2.4.2. O Manel Vasinho

“O Vasinho era uma caricatura aqui do bairro... Eu vou-te dizer uma coisa, se tivesse uma fotografia dele andava com ela (...)” (Falinhas, 55 anos, amigo de infância do Vasinho, 26/12/2016)

Quando iniciámos a fase intensiva da nossa pesquisa, em dezembro de 2014, e conversamos com o Rasi sobre a necessidade de reencontrar atores que protagonizaram o fenómeno droga nos anos 90, ele referiu-nos, de imediato, o Manel Vasinho. Este ator morava, desde 2000, no bairro da Pasteleira Nova estando a maior parte do dia na zona envolvente a pedir esmolas para o “produto”. Em setembro de 2016, após ter tomado a dose diária de metadona no centro de tratamento onde se dirigia diariamente, caminhava por uma rua e, de repente, caiu e faleceu. Tinha aproximadamente 60 anos²²⁶.

O Vasinho era uma figura bastante conhecida nos territórios psicotrópicos da zona ocidental. Era, usando os termos de um sujeito do bairro da Pasteleira Velha e seu amigo de infância, “uma caricatura do bairro”, um “ícone” ou figura que todos identificavam e reconheciam com relativa facilidade. A sua vida foi sempre marcada por consumos de drogas, inicialmente de leves e depois pesadas. É precisamente sobre isso que falaremos já de seguida.

- Drogas - “Alguém que nunca parou de consumir”

As drogas fizeram, desde miúdo, parte da sua vida. A iniciação precoce, bem como o elevado relacionamento com as substâncias, levou a que as drogas fossem uma parte estruturante de si e da sua personalidade. Segundo o Rasi: “Foi um gajo dos que eu conheci que consumia mais drogas

²²⁶ Quando soubemos da morte deste ator ainda não o tínhamos conhecido pessoalmente.

desde puto” (Entrevista ao Rasi, 26/12/2016). Essa situação adquire contornos particularmente importantes para enquadrar a fase final da vida do sujeito como veremos mais adiante.

A sua vida diária centrava-se no consumo de bases: quando não estava a consumi-las estava a fazer dinheiro para as comprar. O estilo de vida *junkie* caracterizava, por isso, fortemente o quotidiano deste sujeito. Nas palavras de dois seus amigos de *trips*, o Flautas e o Espanhol:

“- Alguém que nunca parou de consumir drogas; ele fazia consumo diário e fazia metadona... Estava no XPTO, fazia ali dinheiro a magotes... Fazia 5 euros, uma base; mais 5 euros, uma base; mais 5 euros, uma base... Todas as vezes que ele fazia 5 euros o gajo ia comprar uma base” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

“- Então, o gajo consumia desde novinho meu... E “mandava ferros” numa certa altura e tudo. Aqui há tempos eu acompanhava com ele pa, ia para casa dele e ele para a minha. Mas chegou a uma altura em que eu queria largar aquela merda da droga e disse-lhe «eh pa, oh Vasinho, desculpa lá meu... Se quiseres a partir de hoje vir a minha casa, tomar um café e assim tudo bem, mas essas merdas de drogas e quê nunca mais me chames meu». Pa a partir daí o gajo sempre que me via falava comigo mas nunca mais me convidava para nada. Eu parei, ele continuou sempre na droga... - disse o Zé Flecha.” (Zé Flecha, diário de campo, 28/12/2017).

Enquanto consumidor experimentou todo o tipo de drogas, desde as mais leves às mais duras. Os ácidos também foram muito usados por este ator, referindo o Pencas a este propósito: “Era só ácidos naquela cabeça. Mandava aquilo como se fosse rebuçados” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017). Desde que o pai faleceu, em 1991, apresentava consumos de álcool. Esses consumos pioraram bastante nos últimos dois anos de vida, tornando-o agressivo para com os amigos, conhecidos e familiares.

Como percebemos através do segundo excerto transcrito acima, o Vasinho injetava drogas, “mandava ferros”, para usar a expressão nativa. A grande quantidade de injeções que fazia por dia fez com que apresentasse dificuldades em fazê-lo nas zonas do corpo habitualmente usadas para o efeito. Como referiu o Flautas sobre o Vasinho “picou até deixar de ter veias”. Quando já não as tinha, passou aos consumos fumados. Largou a heroína pelo início dos anos 90, na altura em que iniciou programa de metadona, passando a ter apenas consumos de branca.

Destaquemos, já de seguida, os tratamentos realizados pelo ator.

- Tratamentos -

Este ator realizou vários tratamentos para o seu problema com drogas. Destacámos, de seguida, apenas dois deles, pois foi sobre eles que os nossos entrevistados mais se pronunciaram.

O primeiro foi realizado em finais dos anos 70 e, o segundo, foi realizado em 2014. Sobre o primeiro tratamento realizado (*first-round*) falamos já de seguida.

- *First-round* - “aquilo eram só quatro paredes”

Logo depois da Revolução dos Cravos, em 1974, o Vasinho foi viajar pela Europa. Teve por lá uma vida errante, pedindo esmolas por todo o lado por onde passava. Levou uma guitarra consigo que o acompanhou durante o percurso. As viagens, o conhecimento de novas pessoas e realidades, foi sempre algo que caracterizou o ator. O Pencas recorda-nos uma altura em que decidiram fugir para Espanha:

“Fomos de Coimbra até Chaves. Depois fomos a uma pensão para dormir pagamos o quarto e nem lá metemos os pés (...). Entretanto, entramos na fronteira, estávamos já em Espanha, apanhamos uma multa do guarda da fronteira. Lá passámos, paramos para tomar um café logo ali. Tomamos o café, fumamos uma cigarrada e depois apareceu um imigrante que ia para França, com uma grande carrinha. E fomos à boleia com o gajo, ele ia sozinho, pronto, já tinha companhia para a viagem. Lá entrei eu e o Vasinho para a carrinha. Quando entrámos na carrinha tinha lá um tinto, um garrafão de cinco litros. E eu virei-me para o gajo e disse «fodasse, você vai bem acompanhado». (...). E nós os três a beber, parecíamos três passarinhos ali. Estivemos das 10 da manhã até às 6 da manhã do dia seguinte naquilo, com paragens claro” (Entrevista ao Pencas, 30/01/2017).

Esta atração pela viagem, pelas fugas aos contextos habituais de vida – o bairro, a família, o trabalho, por exemplo – foi algo de muito comum às outras trajetórias que caracterizamos anteriormente. Recordemos, por exemplo, as viagens que o Rolling e o RS fizeram pelo Estrangeiro. Podemos dizer que há uma procura pelo risco, pela aventura nestes sujeitos. No caso do Vasinho, quando chegou da sua viagem a Amesterdão estava “um descalabro”, para usar os termos que a sua irmã Flora usou para retratar o seu irmão nessa altura:

“Foi embora sem boleia, sem dinheiro, com roupas na mochila; tocou viola nas estações de Comboio, ganhou dinheiro e depois voltou dizendo que as saudades eram muitas (...) Mas quando chegou, chegou um descalabro. Cabeleira enorme, todo roto, cheio de piolhos, uma coisa incrível. E pronto, começamos a tratar dele, levamo-lo para o SDM nessa altura” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Quando regressa a Portugal vai fazer uma desintoxicação para a SDM:

“Ele teve fechado numa sala que nem tinha janelas, nem visitas, aquilo eram só quatro paredes. Fez vários tratamentos lá, mas quando vinha cá para fora, voltava ao mesmo. Aquilo era muito agressivo, o Dr. responsável até ficou aborrecido comigo na altura mas aquilo era agressivo de mais e tirei o meu irmão de lá.” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

O excerto acima mostra claramente que, do ponto de vista da Flora, o tratamento no SDM foi bastante agressivo e isso levou-a a retirar o irmão dessa instituição. Além disso, o Vasinho estava

confinado a um quarto onde não existiam janelas nem podiam ser feitas visitas. Se tomarmos em consideração o seu gosto e atração pelas aventuras, pelas viagens sem destino e pela vida itinerante, como se compatibilizou a necessidade de liberdade do ator com as condições deste internamento? Não é de estranhar, tendo feito vários tratamentos nesta instituição, que o ator depois de os terminar, “voltasse ao mesmo”, isto é, às drogas e às sociabilidades *drug*.

Depois deste primeiro tratamento em finais dos anos 90, este ator só vai para um novo tratamento em 2014. Vejamos, mais em pormenor, algumas características do mesmo já de seguida.

- Second-round: “Ele veio de lá impecável (...) Aquilo não era uma prisão”

O segundo tratamento do Vasinho foi realizado num período de 15 dias. O objetivo foi, nos termos do seu médico, a abstinência de drogas. Percebemos que, ao início, o ator não queria ser submetido ao tratamento, mas depois foi progressivamente aderindo e, quando saiu, de acordo com o seu médico e a sua irmã, encontrava-se bastante melhor:

“Ele veio de lá impecável. Foi uma maravilha, veio forte, muito, muito bem.... Calmo, tranquilo. Ele antes de ir para lá era um cangalho, era uma dor brutal vê-lo, esquelético... fisicamente muito desgastado (...) (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Apesar dos tratamentos realizados não terem efeitos positivos para muitos atores da nossa revisitação, pudemos perceber que os mesmos foram evoluindo positivamente ao longo do tempo. Para esta evolução muito contribuiu a tomada de consciência por parte dos técnicos de intervenção de que a melhoria dos sujeitos com problemas com drogas não passava tanto pelo seu confinamento em “quatro paredes” - tal como foi o caso do Vasinho no primeiro tratamento que realizou – mas, sobretudo, por um acompanhamento regular e continuado sem passar pelo internamento e fechamento nestas estruturas. Ou seja, no caso do Vasinho, a relação contínua com as estruturas de apoio teve efeitos mais positivos no seu processo de recuperação do que o confinamento nas mesmas:

“O sistema (de tratamento) dantes era terrível. Acho que mudou, sinceramente... Este último acompanhamento fez-lhe muito bem. Ele dizia que aquilo lá não era uma prisão.” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Além disso, a relação contínua e precoce que o Vasinho tinha com esta estrutura de saúde – era acompanhado desde os 25 anos devido a um problema de saúde crónico – levou a uma maior confiança nos técnicos dessa estrutura. No seu caso, essa relação de muitos anos traduziu-se num

entendimento mais preciso, rigoroso e, sobretudo, mais próximo dos seus contextos de vida, sendo algo de determinante para o sucesso do tratamento. Apesar de tudo, e tal como já destacámos para outras trajetórias, para um tratamento ter um efeito positivo, torna-se necessário que os sujeitos fiquem afastados dos territórios psicotrópicos sob pena da “exposição ao pó” conduzir a novo envolvimento com as substâncias. No caso do Vasinho, foi também isso que a sua irmã nos referiu:

“Quando se está a fazer um tratamento tem que se sair deste sítio... Eu acho que se tem que sair desta vivência, destes amigos. Porque eles são muito frágeis e recaem com muita facilidade” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Mas a melhoria no aspeto físico que o Vasinho apresentava neste segundo tratamento parecia não ter correspondência com o seu estado de espírito encontrando-se, desde essa altura, abatido e cabisbaixo até ao período em que veio a falecer. Veremos, mais em pormenor, o que queremos transmitir no final da apresentação desta breve resenha biográfica. Continuemos, por agora, a expor alguns episódios e etapas da sua trajetória nos períodos que antecederam a sua morte.

- Trabalho – “Era tudo à base da biscatada”

À semelhança daquilo que também destacamos para outros atores da revisitação, a relação do Vasinho com o trabalho era assente numa atitude de desleixo permanente fazendo, sobretudo, biscates, nomeadamente na construção civil. Não tinha, portanto, um trabalho fixo.

Trabalhou juntamente com o João Flautas numa fábrica de fundição no centro do Porto. Mas esse trabalho durou pouco tempo. O mundo das drogas, a procura incessante pelo consumo das mesmas, tornou-se incompatível com as regras e imposições decorrentes do mundo do trabalho. Nos últimos tempos da sua vida, estava a pedir nas ruas de modo a angariar dinheiro para a sua “dose diária”. Foi sempre considerado alguém educado e muito respeitado entre as pessoas que costumava dar-lhe dinheiro, tendo muito sucesso nessa atividade. Sobre isso, a sua irmã referiu-nos que ele “(...) tinha a «clientela» fixa dele, os «doutores» gostavam muito dele” (Entrevista à Flora, 16/02/2017). Mas esse registo mais afável do ator era intercalado com períodos de grande agressividade, desde logo para com a sua família e amigos, como destacámos já de seguida.

- Algueres entre o educado e o agressivo -

As pessoas que com ele socializaram são unânimes em considerar a sua bonomia, boa-disposição e, sobretudo, educação. Era visto como alguém afável e não conflituoso. Tal como já referimos, era muito por essa sua característica que o Vasinho tinha sempre “clientes fixos” que lhe davam moedas. Mas não era apenas na pedincha que o ator era educado, era também com os seus amigos do bairro. Vejamos a forma como um deles nos falou do Vasinho: “Eh pa era uma pessoa que não se metia com ninguém... Era um gajo educado, respeitador dos outros” (Entrevista ao Falinhas, 16/12/2016). Essa situação foi-nos também bem explicada pelo médico que o acompanhou numa estrutura de saúde na cidade do Porto:

“Era alguém que se podia ter uma conversa, embora limitada, mas não era aquele toxicodependente que tem aquele aspeto de ter perturbação da personalidade, coisas ligadas a crimes e tráficos, esse tipo de coisas (...)” (Entrevista ao Dr. Manuel Carrinhos, aproximadamente 55 anos, 23/02/2017).

Contudo, esse registo de acalmia e tranquilidade era interrompido por episódios de elevada agressividade:

“Ele tinha alturas em que tinha muita agressividade. Teve aí uma fase terrível, nem imagina. Em casa partia tudo, uma vez encheu um balde... Incendiou um balde e atirou um balde da varanda abaixo. Uma vez estava num café e entra ele pela porta dentro com uma vara na mão a dizer que ia partir aquilo tudo e eu disse-lhe «oh Vasinho, tem calma, sou eu, tem calma...» e ele lá se aclamou e trouxe-o depois para casa” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Numa altura em que disseram mal do seu pai num café da zona, o Vasinho partiu para a violência. O João Flautas, que estava presente, recordou-nos esse episódio:

“Uma vez fizeram mal ao pai dele e ele foi ao café e destruiu o café todo. Como ele não sabia quem tinha feito mal ao pai, foi ao sítio e partiu aquilo tudo. E não havia ninguém que se metesse, nem a polícia se atrevia (...)” (Entrevista ao João Flautas, 29/01/2017).

Esses episódios de agressividade levavam a que a família pedisse várias vezes ajuda, quer aos vizinhos quer às equipas de saúde mental:

“Do género de nós termos que chamar os enfermeiros do (refere o nome do hospital) por nossa conta... E já nessa altura pagávamos 20 contos por eles virem buscar a casa o meu irmão. E em segredo porque ninguém podia saber... Era um grande favor que nos estavam a fazer. Tínhamos que estar caladinhos porque eles não podiam fazer esses serviços, isso há 20 anos atrás... Amarravam-no, punham-lhe uns cintos e levavam-no para o internamento” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

O Vasinho teve sempre uma grande retaguarda familiar, que sempre o apoiou mesmo nas alturas em que era mais agressivo. Foram as suas irmãs, mãe e pai que encaminhavam, nas alturas em que este se apresentava mais agressivo, para os tratamentos, por muito difícil que fosse ver um familiar próximo e querido naquele estado. Vejamos abaixo, mais em pormenor, a forma como a sua família lidou com o seu problema com drogas.

- Família – “Pô-los na rua não adianta. A miséria é muito maior”

Apesar dos conflitos constantes entre o Vasinho e a sua família, destaca-se o carácter suportativo desta que sempre esteve presente, mesmos nas alturas em que ele estava mais agarrado às drogas. Nessas alturas, era a própria família, particularmente as suas irmãs, que tomavam a iniciativa de lhe dar todos os dias algum dinheiro de modo a evitar os roubos. Esse apoio foi fundamental para que o ator nunca tivesse roubado nem sido preso: “Recebia a reforma e a família ficava com o dinheiro, dava-lhe cinco euros e o rapaz andava aí nas ruas... (diário de campo, 29/12/2016; Falinhas, cerca de 55 anos, morador do bairro da Pasteleira Nova); Nas palavras da sua irmã:

“Pô-los na rua não adianta de nada, a miséria é muito maior. Portanto, nós tivemos sempre o lema de não lhe faltar a medicação, nunca lhe faltar a comida e nunca lhe faltar o teto” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Além disso, sempre que o Vasinho começava a ficar novamente agarrado, era a sua família a levá-lo aos locais de tratamento, mesmo que isso implicasse custos monetários adicionais. Mas, por vezes, o carácter agressivo de alguns desses tratamentos levava a que a própria família não tivesse coragem para o deixar ali. A Flora recorda-nos um episódio numa instituição onde o Vasinho iria ficar internado:

“Era tudo muito doloroso, não tinha visitas, não tinha nada e nós não conseguimos deixá-lo lá... E ele também não queria ficar... O meu irmão não merecia ficar assim prisioneiro dentro de quatro paredes” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

A Flora disse-nos que ele teve bastantes conflitos com o pai devido ao seu problema com drogas. O pai ocultava o facto de ter um filho toxicodependente aos amigos e conhecidos da família:

“O meu pai não conseguia entendê-lo. Aliás, os amigos do meu pai não sonhavam que o meu pai tinha um filho com este problema porque o meu pai não dizia nada a ninguém (...) E chegou várias vezes a dizer à minha mãe «qualquer dia mato-o, qualquer dia mato-o»” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Os episódios de agressividade entre ele o pai era uma constante e deixaram no Vasinho um arrependimento pelo facto de não conseguir largar as drogas e deixar o seu pai tranquilo e orgulhoso do filho:

“(...) penso que o meu pai morreu aos 60 anos sufocado com esta dor, sem dúvida, acho que sim... (...) Para o meu pai este filho era uma vergonha... Foi sempre um homem muito trabalhador para os filhos. Nós morávamos ali no bairro Rainha D. Leonor eram 100 casas e só 4 casas do Rainha é que puseram os filhos a estudar, foi ele (o pai), outro vizinho e dois mais abaixo (choro da entrevistada)” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

A mãe do Vasinho é vista como alguém que o protegia face à ira do seu marido. Essa situação deixava sempre um clima tenso em casa e, particularmente, para os restantes irmãos que estavam também expostos àquela situação. A Flora referiu-nos o seguinte a este respeito: “(...) foi um viver muito traumatizante, para mim e para a minha irmã” (Entrevista Flora, 16/02/2017).

Quando o seu pai faleceu, em 1991, o Vasinho melhorou significativamente e tornou-se mais calmo e mais ponderado nas decisões que tomava:

“Entretanto o meu pai faleceu e o meu irmão acalmou completamente. Deixou de ter essa agressividade; e depois começou a fazer metadona e tudo e a ser acompanhado por uma psicóloga aqui no CAT (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

Recuemos agora ao último tratamento que o ator realizou em 2014. Dissemos já sobre esse tratamento que o Vasinho realizou que, após ter terminado o período de internamento de 15 dias, este se apresentou melhor fisicamente. Encontrava-se, desde aí, abstinente. No entanto, essa melhoria física não tinha paralelo com o seu estado anímico. Vejamos a forma como o ator se encontrava, a partir dos discursos dos nativos que com ele privaram dia-a-dia antes de falecer.

- Fim-de-linha - “o gajo morreu porque lhe faltou a droga”

“This is the end/Beautiful Friend”
(Jim Morrison, Álbum “*The Doors*”, 1967).

Em 2014 e após ter terminado o segundo tratamento, o Vasinho apresentava-se fisicamente com melhor aspeto mas, do ponto de vista anímico, apresentava-se desmotivado, apagado e depressivo. Melhor do corpo mas pior da alma, seria justo dizer a propósito do Vasinho nesse período “pós-tratamento”. Dois atores com quem conversámos, o Espanhol e o Flechas, que o conheceram desde criança e que com ele andaram também no “andamento”, referiram o seguinte a este respeito:

“(...) Mas pa, não tens noção, quando largou aquilo todo ele se transformou. Não digo a ressaca, não tem nada a ver com isso. Parece que lhe tiraram uma coisa muito importante, algo que fazia parte dele – disse o Flecha.

- Como assim? O que queres dizer? – perguntei.

- Sim. Eu uma vez, nessa altura final em que o gajo já tinha largado essas cenas das drogas, vi-o ali sentado num banco no Williams e disse-lhe «atão meu, oh Vasinho, que se passa meu?»... O gajo nem para mim falou. Pa estava sentado ali, desanimado, cabeça para baixo muito tempo, a pensar, parece que lhe tinham tirado qualquer coisa que era dele, não sei explicar... - disse o Espanhol.

- Sim, foi isso mesmo que senti também. E olha passado uns tempos, um mês ou um mês e tal, o gajo bateu a bota. Eu para mim, na minha opinião, o gajo morreu porque lhe faltou a droga. Se o gajo tivesse continuado a consumir nada disso tinha acontecido, podes acreditar – disse o Zé Flecha.

O Espanhol, além de concordar com aquilo que o Flecha disse, acrescentou ainda:

- Eh pah foram muitos anos de droga meu, não tens noção, desde muito novo. E depois claro, ainda por cima mandou uns “chutos” e tudo. “Um gajo não curte as drogas por curtir. Elas ficam a fazer parte de nós, da nossa personalidade, da nossa vida. Como se fosse um hábito que um gajo cria. Quando nos tiram as drogas, parte de nós vai com elas, podes acreditar nisto que é verdade, Simão.” – disse o Espanhol.

- É interessante isso que me dizes... - disse eu: - Como se as drogas fossem parte da pessoa, como se quando elas saíssem de dentro saísse também parte de nós...

- Exato. É isso que quero dizer – disse o Espanhol. O Flecha concordava com o que estava a ser dito.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 28/12/2016).

O excerto acima mostra, de forma clara, uma representação muito comum entre os nativos sempre que procurámos perceber o papel que as drogas tiveram nas trajetórias de vários atores da nossa revisitação. Já destacámos, anteriormente, a centralidade que elas tiveram desde muito cedo na vida do Vasinho, a que se deve acrescentar consumos endovenosos. É, portanto, justo dizer que fruto dessa intensa e prolongada relação com as drogas que as mesmas se incorporaram no sujeito, marcando decisivamente a sua forma de estar, sentir e pensar. Nesse sentido, o estado de abstinência em que o sujeito se encontrava após o término do internamento contribuiu para o sentimento de apagamento e de desânimo do Vasinho.

Não eram tanto os sintomas “típicos” de uma “ressaca”, como se mostra também no excerto atrás referido. Mais do que a ausência química do produto – essa, aliás, já devidamente controlada por medicação em ambulatório no período pós-internamento – era, sobretudo, a ausência psicológica do químico que o fazia sentir-se abatido e, até certo ponto, deprimido. Uma espécie de saudades de um amigo, namorada, ou companheira de longa data, algo que partiu e que levou qualquer coisa de si próprio nessa ida²²⁷. Uma espécie de “*perto de ti matas, longe de ti morro*” diz-nos o título da tese de mestrado de Pedro Machado (2008). Eis um pouco daquilo que nos foi possível perceber quando ouvimos os nativos acerca da relação entre as drogas e o Vasinho na última fase da sua vida. A ausência de droga para o sujeito constituiu-se como uma experiência de “amputação” de uma parte significativa de si. No seu lugar, ficou o “vazio” da heroína e a angústia decorrente da ausência do prazer.

O GB, um dos atores que também se socializou bastante com o ator na vida de rua, disse-nos o seguinte a propósito da importância de preencher esse vazio das drogas em qualquer processo de recuperação:

“Isso pode acontecer. Pode acontecer não... Isso acontece. Porque quando tu largas um vício, no lugar desse vício, esse Lugar, tem de ser preenchido, porque se não for preenchido eu garanto-te que voltas a ir ao mesmo sítio. Voltas outra vez, entendes? Pa e esse espaço, tu nunca o podes deixar vazio. Tu tens que ter sempre algo ali, que é para te manter” (Entrevista ao GB, 18/01/2017).

²²⁷ É quase inevitável referir aqui a célebre “*Heroin*” de Lou Reed: “*Heroin is my wife and its my life*”.

A irmã do Vasinho referiu-nos algo importante a propósito do papel que a ausência da droga teve, do seu ponto de vista, no agudizar dos problemas do seu irmão:

“É por isso que eu digo quando o organismo não teve mais aquilo (a droga...), é muito natural que o organismo precisasse daquilo, que se alimentasse daquilo. Esta é a verdade, quando ele fez esta desintoxicação com o Dr. Manuel Carrinhos, dois meses lá dentro, vem para fora, não vai ao Aleixo, já não fuma “charros”, já não fuma nada e anda na vidinha dele... Suminhos de laranja, pinguinhos e passados quatro meses pimba, morreu.” (Entrevista à Flora, 16/02/2017).

O excerto acima mostra, de forma inequívoca, uma representação sobre “as drogas” que pode bem ser adaptada para outros atores da nossa revisitação: a “droga” deixa de ser o veículo único ou exclusivo para a destruição ou a degradação do ator sendo antes considerada e representada como algo que o “anestesia” (no caso da trajetória do Beterraba) ou que o “conserva” (no caso da trajetória do Vasinho). Em suma, a droga adquire, para os nativos, um estatuto de normalidade e de inscrição nas suas trajetórias e não uma dimensão problemática, sendo algo de incontornável e incontestável nas suas vidas.

2.5. O que revelam as resenhas biográficas dos atores da revisitação?

Após termos exposto as resenhas biográficas de alguns consumidores de drogas que protagonizavam o fenómeno droga na altura da primeira pesquisa está na altura de afastarmos um pouco o *zoom* da nossa lente etnográfica para que possamos ter uma visão global sobre as mesmas. Depois de analisadas as particularidades e idiossincrasias de cada uma das trajetórias, compete-nos agora - com o auxílio de uma lente mais afastada dos atores mas ainda suficientemente próxima deles para que não os percamos de vista – identificar os paralelismos e as diferenças entre as resenhas esboçadas. Se, no capítulo anterior, o nosso exercício foi sobretudo o de criar pequenas sínteses sobre *cada uma delas* o nosso trabalho agora focar-se-á na síntese *entre elas*, de modo a responder à questão: o que revelam as resenhas biográficas dos atores da nossa revisitação?

Esclareçamos, melhor ainda, o exercício a que nos propomos agora: se nos capítulos anteriores desnovelamos os elementos biográficos recolhidos durante o trabalho de campo ao ponto de constituirmos, para cada ator, uma linha biográfica, procuramos agora identificar e caracterizar as diferentes uniões e ligações entre essas linhas. Passamos, já de seguida, por apresentar alguns elementos que se destacaram em várias trajetórias que apresentámos no capítulo anterior.

2.5.1. As drogas – os químicos que matam ou os “químicos que conservam”?

Durante o trabalho de campo e no processo de construção das resenhas biográficas notámos algo que passámos desde já a enunciar: a reduzida centralidade que as drogas, por si só, apresentam, para explicar o desfecho das trajetórias dos atores que já tinha falecido quando iniciámos a pesquisa ou que vieram a falecer durante o nosso trabalho de campo. Assim, de acordo com as representações nativas foi, sobretudo, o acumular de um conjunto de vulnerabilidades – nomeadamente de natureza económica, escolar e laboral – na vida destes atores, que se criaram as condições para o acelerar de uma trajetória descendente, passando pela degradação da sua saúde física, até culminar na morte. Em síntese, e de acordo com aquilo que apresentamos ao longo desta secção, a droga não representa uma causa única, muito menos direta, para a degradação dos indivíduos, funcionando antes como catalisador das diferentes vulnerabilidades apresentadas. Usando linguagem psicanalítica, elas constituem-se como a ponta do icebergue face a uma zona mais recôndita e profunda onde se verificam fragilidades e vulnerabilidades que fomos destacando ao longo da apresentação das trajetórias dos atores da revisitação.

Dissemos, no início da secção que, no caso dos atores já falecidos, o nosso trabalho de reconstituição de alguns dos seus elementos biográficos se aproximava ao de um médico legista que vai cortando e reconstruindo um tecido morto. Dissemos também que a diferença do nosso trabalho relativamente ao do médico legista reside, sobretudo, no facto dele se realizar nos elementos biográficos e não no corpo. Chamamos, por isso, a este trabalho de reconstituição das resenhas biográficas de “autópsia biográfica”. Ora, se tivéssemos que apresentar o relatório da nossa autópsia diríamos que os problemas inerentes à pobreza, à marginalização face ao mercado trabalho formal, à escola e à família tiveram tal consequência e deixaram tais marcas nestes atores que esse facto torna as drogas fatores de curto alcance explicativo quando queremos explicar ou compreender o estado de degradação em que muitos deles se encontravam antes de falecer. As drogas são, a nosso ver, mais reveladoras dos processos de marginalização em curso nestas comunidades e atores, sinalizando e potenciando esses processos já em curso nas suas vidas. Em suma, elas constituem-se como marcadores do *status* social das comunidades e dos atores excluídos face a uma cidade central que detém grande parte dos recursos materiais e simbólicos (Romani, 1999). Dizemos, no nosso diário de campo, que elas são o “sintoma” de disfunções macrosociais mais profundas que radicam no desemprego generalizado e de longa duração destas comunidades – tal como destacámos na secção anterior – bem como a possibilidade efetiva, pela via da venda de drogas, de fuga da vida de miséria económica em que muitos dos atores se encontravam.

Em suma, não foi propriamente, à luz da visão nativa, *pelas drogas*, que alguns dos sujeitos da nossa revisitação faleceram em idades tão precoces. Em vez das drogas em si e seus malefícios, os atores sociais das comunidades que caracterizamos procuraram, sobretudo, descrever-nos os locais de uso de drogas que, durante os anos 80 e 90, existiam quer no interior de alguns bairros sociais da zona quer nas imediações dos mesmos. Para eles, foram essas condições - ou melhor dito, a falta delas... – as principais responsáveis para que muitos dos seus familiares e amigos tivessem partido tão cedo. Destacámos, nesse sentido, as “enfermarias” que muitos deles frequentavam como estando marcadas pela falta das condições de salubridade e segurança durante os consumos de drogas, ficando muito abaixo daquilo que se consideram os patamares minimamente exigíveis no plano da saúde pública.

Algo que sobressai em muitas das resenhas biográficas atrás apresentadas diz respeito aos tratamentos e às prisões por que muitos dos atores passaram. Algo próximo, portanto, do tratar e do punir.

2.5.2. Entre o Tratar e o Punir

2.5.2.1. Os Tratamentos – “Vim de robe pela Antunes Guimarães abaixo”

A frase acima foi dita por um dos atores cuja trajetória apresentamos no capítulo anterior: o Cenourinha. Referiu-nos isso quando nos falava da sua fuga de um centro de tratamento em finais dos anos 90 e escolhemo-la pois ela sintetiza aquilo que também encontrámos para outros atores que passaram por instituições desse género ao longo dos anos 80 e 90: a fuga dessas instituições de tratamento dado o carácter agressivo da “terapia” que ali se exercia.

A observação – relembremos, em *zoom out* - das resenhas biográficas dos atores que revisitámos permitiu-nos concluir, naqueles que realizaram tratamentos *hard* para os seus problemas com drogas, o escasso ou reduzido impacto na mudança dos seus comportamentos de consumo. Desses tratamentos, alguns deles eram *a frio*, gerando ressacas insuportáveis traduzindo-se, em vários casos, em fugas desses mesmos locais dado o sofrimento por que alguns atores passavam. Uma constatação emana de imediato: os efeitos punitivos da “terapia” realizada. Estranha terapia esta que tinha que submeter à lógica da punição e do sofrimento os seus clientes para os “tratar”. A “terapia” tinha que, antes de tudo, expurgar o mal (a droga) que assolava a vida do adicto e que o mantinha no degredo e na desgraça.

Mais do que a ineficácia destes “tratamentos”, a sua ação visava, sobretudo, retroalimentar-se. Passamos a explicar melhor: do ponto de vista dos consumidores que recorreram a eles, o ziguezague entre “*drop in – drop out*” era uma constante nas suas vidas e, mesmo assim, o dispositivo atuava como se aqueles que tratasse ficassem “curados” ou não fossem eles que, momentos mais tarde, seriam novamente os seus principais clientes²²⁸.

Por outro lado, a centralidade interventiva no indivíduo-adicto e nos seus microssistemas, descurou a dimensão contextual e ambiental das “comunidades das drogas” de onde os seus clientes provinham. Mesmo depois de “curado”, o sujeito regressava, naturalmente, ao seu bairro de origem no pós-terapia. E era então que tinha que lidar quotidianamente com uma questão incontornável: como aguentar a tentação do consumo quando, na vizinhança e nas redes de relações mais próximas, o “pó” e a “branca” circulam com bastante naturalidade, fazendo parte integrante do quotidiano? Não é de estranhar, portanto, que as representações nativas acerca dos tratamentos realizados assentem na distância não física, mas, sobretudo, simbólica destas estruturas relativamente aos seus contextos de vida. Em resumo, o “mundo” dos técnicos de intervenção parece estar afastado do “mundo” das comunidades que investigámos.

Destacamos, abaixo, o papel que as prisões tiveram em alguns destes atores da revisitação na socialização no mundo do crime, convertendo-se em espaços de aprendizagem de condutas que elas pretendiam precisamente corrigir.

2.5.2.2. A Prisão – “Entrou para lá com os olhos fechados e saiu de lá com os olhos abertos”

As trajetórias que apresentamos confirmam a hipótese de que a Prisão se constituiu como uma instituição que, de um modo geral, não promoveu a ressocialização daqueles que cometeram crimes e que foram parar ao seu interior. Antes pelo contrário, a vida intramuros levou a que alguns atores aprendessem, nalguns casos, e aperfeiçoassem, noutros, as condutas pelas quais ali estavam, nomeadamente a venda de drogas. Foi assim que o Cenourinha nos referiu, a propósito da reclusão da sua mulher que esta “entrou para lá com os olhos fechados e saiu de lá com os olhos abertos”. Em suma, se quiséssemos resumir tudo isto diríamos que a Prisão se constituiu para os atores da revisitação como uma verdadeira escola do crime.

²²⁸ Se não eram eles eram os seus papeiros do “pó” ou da “branca”. Durante o nosso trabalho de campo, demos conta de que no interior destas instituições de tratamento, se reencontravam amigos e conhecidos do “andamento” provenientes dos mesmos contextos sociais e urbanos que focamos na nossa investigação.

Por outro lado, a violência no interior da prisão era recorrente não só entre reclusos mas também dos guardas-prisionais para com estes e destes para com os guardas-prisionais. O ambiente prisional, tal como nos foi descrito pelos atores que caracterizamos, era marcado pela tensão e pela violência constantes sendo a exposição a essas práticas uma decorrência natural de se estar ali. Além do ambiente que existia no seu interior, destacamos ainda o caráter pouco dignificante que alguns atores sentiram quando estiveram presos. A sua passagem pela prisão trouxe pouca dignidade e uma reduzida valorização pessoal não só devido ao ambiente que lá se vivia mas também devido às suas condições materiais²²⁹.

As vulnerabilidades, que atrás destacamos, aliadas às experiências dos atores nas instituições de tratamento e penitenciárias conduziram a uma situação de mortificação progressiva dos atores da revisitação. É sobre isso que falaremos já de seguida.

2.5.3. Ir além da morte: as experiências de mortificação

As experiências de mortificação que vamos aqui destacar são, *grosso modo*, a consequência da ineficácia das instituições de controlo social em reverter as condutas que pretendiam corrigir: no caso da prisão, os comportamentos desviantes relacionados com os roubos e a venda de drogas e, no caso das instituições de tratamento, os problemas relacionados com consumo de drogas. As experiências por que alguns dos atores passaram nessas instituições são, por isso, a tradução a nível micro e no plano individual, das disfunções e contradições inerentes ao funcionamento dessas instituições.

À medida que realizamos as “autópsias biográficas” a esses atores foram emergindo vários elementos biográficos que, acumulados e conjugados entre si, nos pareceram estar associados com a morte destes sujeitos. Falámos de experiências que estes sujeitos viveram, nomeadamente em instituições de tratamento e na prisão, e que conduziram à sua morte lenta e progressiva, não tanto no plano objetivo mas, sobretudo, no plano subjetivo e simbólico, e que os foram progressivamente reduzindo e anulando. É isto que queremos transmitir com o conceito de experiências de mortificação²³⁰.

²²⁹ Talvez a única exceção a isto tenha sido o RS quando nos falou sobre o segundo período em que esteve preso e nos disse que essa experiência se constituiu como uma terapia.

²³⁰ Inspiramo-nos do conceito de “mortificação” que Goffman usou para compreender os fenómenos ocorridos no interior das instituições totais. Diz-nos o autor sobre esse conceito: “A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu” (Goffman, 1961/1974, p. 24). E, mais adiante, refere ainda: “Qualquer regulamento, ordem ou tarefa, que obrigue o indivíduo a adoptar tais movimentos ou posturas, pode mortificar seu eu” (p. 30).

Façamos, desde já, uma advertência: o conceito de experiências de mortificação que aqui esboçamos rejeita uma concepção estática ou reificada de morte. Pelo contrário, ele vem colocar a tónica numa leitura processual do acontecimento (a morte) mostrando como, muito antes dele surgir, houve todo um conjunto de experiências na vida destes atores que precipitaram esse desfecho fatal. Ao dizermos isto estamos a ir “além da morte”, isto é, a morte por si só deixou de ser um conceito de interesse analítico sendo antes mais pertinente a exploração das dimensões biográficas que estiveram na sua base ou origem. Dizer isto equivale a dizer que estes atores, por estranho que pareça, não morreram: foram essencialmente submetidos a processos de mortificação que, sendo realizados muitas das vezes sob uma lógica inconsciente - muito menos propositada - os foram lentamente anulando, apagando e, por fim, matando²³¹.

Contudo, as experiências de mortificação que estamos a destacar não se processaram apenas no interior da prisão ou dos centros de tratamento, tal como evidenciamos até aqui. Elas também fizeram parte dos contextos de uso de drogas durante os anos 80 e 90. Vimos como as condições ambientais onde eram realizados esses consumos se apresentavam insalubres, não garantindo as condições mínimas de segurança e higiene para os consumidores. No caso dos que usavam a via endovenosa, a partilha de seringas era algo recorrente, socorrendo-se os consumidores da designada “coletiva²³²”, uma seringa que dava para vários consumos de vários injetores. Estas experiências de mortificação que aconteceram em contextos ambientais degradados, alguns deles no interior dos territórios psicotrópicos que caracterizamos na secção anterior e, outros, nas suas imediações, ocorreram sob a invisibilidade da cidade central e dominante. E foi essa invisibilidade, aliada à indiferença e à falta de carinho e de atenção que acabou por matar simbolicamente estes atores ao longo do tempo.

²³¹ O conceito de mortificação a que nos referimos tem também expressão no mundo literário. O célebre escritor norteamericano Paul Auster refere na sua obra *Homem na Escuridão* algo que se assemelha ao processo de mortificação que aqui estamos a caracterizar. A personagem sobre a qual se centra a narrativa, August Brill, refere a dado momento que a “causa” da morte da sua irmã foi o seu “coração destruído”: “A minha irmã morreu de coração destruído. Algumas pessoas riem-se quando ouvem esta expressão - «morrer de um coração destruído» -, mas isso é porque não sabem coisa nenhuma acerca do mundo e da vida. As pessoas morrerem de corações destruídos. Acontece todos os dias e continuará a acontecer até ao fim dos tempos” (p. 80). Ainda que circunscrito ao registo literário e, portanto, afastado das pretensões científicas, Paul Auster espelha de forma muito curiosa a dimensão processual da morte que tentámos transmitir com as “experiências de mortificação”. Encontramos também em Camilo Castelo Branco, na sua obra *Duas Horas de Leitura*, escrita pelo escritor português em 1857, a tradução no plano literário da mortificação a que nos referimos agora no plano científico: “Pode-se morrer mais do que uma vez. A sepultura é que é só uma para cada homem” (p. 101).

²³² Trata-se de um termo nativo.

3. CONSUMOS DE DROGAS NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

“Começa como de costume, com uma ligeira náusea na boca do estômago e um acesso de pânico irracional. Assim que me apercebo do enjoo a invadir-me o corpo, aquilo que era apenas uma sensação desconfortável torna-se insuportável num abrir e fechar de olhos. Os dentes começam a doer-me e a dor espalha-se pelos maxilares e pelas órbitas e pelos ossos todos, num latejar horroroso, implacável, debilitante. Os velhos suores frios não faltam à chamada. As minhas costas parecem o tejadilho de um carro, coberto por uma película de geada de Outono. Entram em cena os calafrios. (...) A única coisa que me pode ajudar é o cavalo. Só um cochezinho, para me desentorpecer o corpo e pôr-me a dormir. Depois nunca mais lhe toco”

(Irvine Welsh, 1993/1996, *Trainspotting*)

Apresentaremos, já de seguida, alguns elementos que se relacionam com o consumo de drogas propriamente dito, em particular os discursos dos nossos nativos sobre os efeitos, as consequências e as formas de uso. À semelhança do que fizemos para as outras secções da monografia procuraremos, sempre que necessário e possível, relacionar os nossos achados etnográficos com aquilo que foi possível encontrar na etnografia inicial.

Começaremos com uma diferenciação feita pelos nativos entre as drogas duras e leves (*Drogas duras vs. drogas leves – a diferença entre o “saíres de ti” e o “não saíres de ti” (RS)*). Essa diferença diz respeito aos aspetos que se relacionam com a intensidade do seu efeito, a sua potência adictiva e as suas consequências. Depois apresentaremos alguns dados referentes ao consumo propriamente dito (*Consumir drogas nos territórios psicotrópicos*). No capítulo seguinte destacaremos alguns elementos empíricos que se prendem com dimensões que extravasam a componente química inerente à dependência de drogas duras: chamamos ao conjunto dessas dimensões que estão além do plano químico da droga como “*dependência além do químico*”. Para finalizar faremos algo que já realizamos noutras secções da monografia: um breve exercício de *Zoom Out* relativamente aos dados empíricos destacados ao longo da secção, apresentando uma panorâmica geral acerca dos mesmos (*O que revelam os consumos de drogas nos territórios psicotrópicos?*).

Antes de dar a inadiável voz aos atores sociais compete-nos situar os dados empíricos que serão aqui apresentados. Os atores com que estabelecemos maior contacto são aqueles que apresentam ou apresentaram uma relação com as drogas em que estas os comandam ou comandaram a maior parte do seu quotidiano. Quanto ao tipo de drogas que usam, podem ser policonsumidores, mas tiveram ou têm ainda uma relação muito intensa com a heroína e/ou base de coca, isto é, de drogas duras. Diríamos que o ator-tipo de aqui daremos conta se insere na categoria do “agarrado” ou do *junkie* ou, usando a terminologia que já usámos num trabalho anterior os “permanentes” aos territórios psicotrópicos (Mata & Fernandes, 2016). Posto isto, tem a palavra esse ator do andamento.

3.1. Drogas duras vs. Drogas leves – a diferença entre o “saíres de ti” e o “não saíres de ti” (RS)

Na primeira secção dos resultados que apresentamos vimos como os territórios psicotrópicos diferiam entre si em vários aspetos. Uma dessas diferenças diz respeito ao tipo de drogas que aí existem: nuns - caso do território psicotrópico situado no bairro da Pasteleira Velha – existe, sobretudo, venda e consumo de haxixe; noutros - particularmente os que estão situados no bairro do Aleixo e no PT - verifica-se uma maior atividade de *deal* e consumo da base de coca e da heroína. Aos primeiros, pela forma como se organizam e pela maior facilidade e permeabilidade à entrada de “estranhos”, designámos como territórios leves e, aos segundos, como territórios duros.

Vimos também aparecer esta diferenciação nos consumidores de drogas sempre que nos falaram da sua experiência psicotrópica. Assim, umas drogas, em particular a heroína e a base de coca são consideradas drogas duras e outras, nomeadamente o haxixe, consideram-se drogas leves. Há aspetos que se relacionam com o efeito e as consequências do seu consumo que nos ajudam a perceber um pouco melhor esta diferenciação. Quanto aos efeitos, o RS, por exemplo, mostra uma diferença existente entre o “saíres de ti”, característico das drogas duras, e o “não saíres de ti”, típico das drogas leves. Ou seja, uma das diferenças que permite distinguir uma droga dura de uma leve prende-se com a intensidade com que é realizada a viagem psicotrópica. Nas duras vais ao espaço e voltas; nas leves, mesmo que a qualidade seja boa, apenas planas. Nas primeiras há aquilo a que o RS designa de “dormência interior”, ficando quem as consome meio que “Perdido no Imaginário”. Nas palavras do próprio:

“Num charro, por exemplo, em que estás em grupo, fumas disso e ficas em paz e contigo, não saís de ti... Com aquilo (drogas duras) um gajo viaja, saís de ti. E é um perigo porque se saís de ti vais para onde²³³?” (Entrevista ao RS, 14/04/2015).

Foquemos, já de seguida, os efeitos e as consequências do consumo de drogas duras e, posteriormente, faremos o mesmo para as drogas leves.

3.1.1. “As drogas duras levam-te à cegueira” (FZM)

A diferença entre drogas duras e leves não diz respeito apenas ao seu efeito. Muita dessa distinção prende-se com as consequências do consumo das mesmas, sendo nitidamente as

²³³ Esta interrogação do RS é bastante pertinente pois, como destacaremos mais adiante, concretamente no capítulo 2. *A dependência além do químico*, as drogas duras implicam também uma aprendizagem na sua administração e nos seus efeitos. Veremos, mais adiante, a forma como o Pencas nos fala acerca disso.

primeiras mais prejudiciais do que as segundas. Vejamos a forma como o FZM²³⁴ nos aborda esta questão:

“As drogas duras levam-te à cegueira. Dão tendência para roubar com mais facilidade(...) Nas leves, um gajo se não tiver dinheiro não tem aquela ansiedade como as drogas duras, principalmente a Cocaína (...) Nunca devia ter havido drogas duras, devia ter havido sempre leves” (Entrevista FZM, 02/02/2017).

As drogas leves são uma espécie de paraíso psicotrópico perdido levando o FZM a considerar que as duras nunca deviam ter existido. O primeiro investigador recorreu, de forma bastante pertinente, a Boudelaire para referir que no *junkie* “o paraíso artificial se converteu num inferno” (Fernandes, 1997, p. 357). Mesmo que nos primeiros tempos da relação com as drogas duras o seu consumo traga uma sensação de prazer ou êxtase, mais cedo ou mais tarde, essa sensação desaparece e inicia-se uma etapa em que o sujeito fica como que à mercê da droga que consome e que o consome:

“A primeira vez é bom, e depois? Um gajo agarra-se aquela merda e depois para sair? Tás a viver para aquilo, para aquela merda... Ou vais roubar ou estás a trabalhar para aquilo... Há gajos que trabalham e o dinheiro é para aquela merda” (Entrevista FZM, 02/02/2017).

Sobre a sua experiência com drogas duras, o FZM refere que o prazer que sentiu após as primeiras administrações de heroína e cocaína rapidamente deu lugar a uma vida em que o químico adquiriu centralidade praticamente absoluta na sua vida. Daí que essa vida não tivesse deixado saudades:

“Não deixa saudades nenhuma... Não tive alegrias nessa merda... Fazia um biscate, ganhava algum dinheiro e olha vai... Para quê? Não ganhei nada, perdi foi anos, andava aí para trás e para a frente, não fazia nada...” (Entrevista FZM, 02/02/2017).

Aquele que intensifica uma relação com a heroína ou com a base de coca fica, mais cedo ou mais tarde, numa cilada ou, como muitos “agarrados” nos referiram, num labirinto, onde não se vislumbra uma saída fácil ou sequer possível: quando o consumidor atinge um patamar em que a droga o comanda, este percebe que já não há retorno possível ao mundo real. Nos termos do primeiro etnógrafo: “O *junkie* é, pois, aquele cujo acto foi invadido pelo pó, passando de sujeito que dispunha de si a indivíduo determinado rigidamente pelo químico” (Fernandes, 1997, p. 357). Voltemos novamente ao discurso dos nossos atores:

“Mas é aquela fase em que tu te humilhas, em que fazes tudo para aquilo, não tens mais interesse: acordas de manhã e a primeira coisa a fazer é ganhares dinheiro para aquilo que é para depois estares bem, que é para depois arranjares dinheiro durante todo o dia para aquilo para estares bem durante todo o

²³⁴ Trata-se de um consumidor atualmente com 66 anos com um longo historial de consumo de drogas duras, sempre por via fumada.

dia. É isso basicamente, é o “vais e vens”. É um ciclo vicioso, um labirinto” (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

E é então que confrontado com a impossibilidade de voltar ao “mundo normal”, o “agarrado” intensifica o banho químico, orientando-se numa espécie de “perdido por cem, perdido por mil”²³⁵. O seu funcionamento assenta essencialmente em dois planos existenciais: o da ressaca e o da curte. “Uma vida estúpida como o caralho”, ouvimos de vários atores das drogas a propósito da figura do “agarrado”.

Este funcionamento do *junkie* é bastante semelhante àquele que o primeiro etnógrafo encontrou na sua etnografia. Sobre o *Mundo do Junkie*²³⁶, Fernandes refere o seguinte: “Quando compra só pensa em chutar, quando regressa do chuto só pensa em chutar, para isso tem de comprar e quando consegue comprar só pensa em chutar. Tudo o que faz é em função disso, todas as suas interações também” (Fernandes, 1997, p. 356-357). O primeiro etnógrafo refere que o aparecimento deste ator das drogas apresenta uma longa estabilidade temporal nos territórios psicotrópicos, algo que o autor situava já no início dos anos 80. Ora, a nossa revisitação permite constatar essa estabilidade enquanto figura do cenário *drug* nestes territórios, embora este ator esteja atualmente menos agarrado à agulha ou ao pico do que na primeira etnografia²³⁷.

A pergunta que, durante a fase exploratória, fazíamos a estes atores sobre a quantidade diária de drogas que consumiam era acompanhada de alguma incompreensão. “Um gajo gasta o que houver”, responderam-nos alguns. “Se tivermos 100€, gastámos 100€, se tivermos 200€ gastámos 200€, se tivermos 1000€ gastámos 1000€. Não há limite. O limite é o que se tem no momento”, ouvimos de outros. Em resumo, “Quanto mais tem mais se gasta”, disse-nos o Rasteiro, mostrando a pouca ligação destes atores aos bens materiais:

“Um toxicodependente está sempre dependente daquilo... Quanto mais tem mais gasta... É menino para se hipotecar... Se tiver casa, vende a casa, vende tudo para andar na droga, para consumir uma merda toda cagada (refere-se ao “traço”) para no final do dia ter que consumir, já nem digo mais, duas/três gramas. Isto a falar a brincar porque há certa gente que dez gramas por dia não lhes deve chegar (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Quando os têm, facilmente os despacha para fazer dinheiro para a droga, a preços reduzidos para que sejam despachados de forma rápida, muitas vezes no próprio bairro. O primeiro etnógrafo referia-se assim ao que estamos a tentar explicitar: “A heroína troca-se por qualquer coisa que tenha valor mercantil. É o produto perfeito, o único capaz de equivaler a uma outra coisa qualquer, desde

²³⁵ A expressão é nossa mas espelha bem o que queremos transmitir a propósito do agarrado.

²³⁶ Subcapítulo 2.6 intitulado “O MUNDO DO JUNKIE” subordinado ao capítulo 2. “AS DROGAS NOS BAIRROS: OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS”.

²³⁷ Retomaremos este tema no capítulo final desta secção.

que esta valha dinheiro” (Fernandes, 1997, p. 234). O excerto abaixo do nosso diário de campo dá conta disso mesmo:

“O ZP mostrou-me esta semana uma saca plástica com um conjunto significativo de vinis onde reunia a sua colecção de anos. “Está difícil, não há dinheiro para a Droga, vou ter que vender isto ali a um fulano na Rua do Almada”. Mostrou-me os vinis um a um. Cada vinil representava uma fase da sua vida. Falávamos de música. Eram vinis que iam desde Pink Floyd, Bee Gees até Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira. No dia seguinte, o ZP dirigiu-se novamente à carrinha para falar comigo dizendo que «já os tinha despachado»” (diário de campo, 14/05/2011).

A ressaca é uma avalanche que se gera no interior do toxicómano: com o tempo, vai aumentando o seu tamanho e o *junkie* é cada vez mais impotente face à bola de neve que se gera no seu interior. O excerto com que abrimos esta secção, retirada da obra de Irvine Welsh *Trainspotting* acerca dos meandros da vida *junkie* nos subúrbios de Edimburgo, mostra o lado fenomenológico do aparecimento da ressaca num “agarrado”. O RS traduziu-nos de forma muito clara esse funcionamento do agarrado:

“Começas a sentir dores no corpo e só aquele produto, aquele chuto ou aquele fumo, é que te vai aliviar aquele stress corporal, aquela espécie de dor que sentes, embora não seja dor, mas é algo que vem cá de cima. É uma dor que não é dor” (Entrevista ao RS, 30/01/2017).

Na cena psicotrópica de rua, as combinações ou misturas entre heroína e base de coca são muito frequentes. A primeira adormece, a segunda excita. Muitos dos consumos realizados são uma mistura das duas, o designado *speedball* ou *bower*, para usar linguagem nativa:

“A heroína dá-te moca, pesa-te no corpo. Muitos adormeciam na cadeira onde estavam sentados, seja onde for (...) O que se fazia era consumir um bocado de cocaína misturada, o chamado *speedball*, para que essa “pedrada” da heroína não seja tão forte” (Entrevista ao RS, 30/01/2017).

A junção de heroína e cocaína convoca sociabilidades *junkies* durante a preparação do produto. “Alguém alinha num *bower* a meias?”, ouvimos várias vezes entre os consumidores do Aleixo e do PT. Era já uma prática frequente na primeira etnografia, sendo no *bower* ou no “caldo a meiellles”, para usarmos a expressão nativa destacada na investigação inicial, uma forma de repartir o dinheiro para a preparação do caldo: “É também mais fácil repartir o dinheiro e “fazer um caldo a meiellles” – ou seja, preparar um “chuto” a meias” (Fernandes, 1997, p. 234).

Em resumo, um deles traz o pó e o outro a base. Um paga a pedra e o outro o pó. Outras vezes é um dos consumidores que paga a despesa toda, trazendo as duas drogas, aguardando alguma retribuição mais tarde, que pode ser de dias ou semanas, da parte do seu parceiro de consumo:

“A dado momento o RM chega com um pacote e uma base na mão dizendo nos Baldios: “Alguém quer fazer um Bower a meias?” Disse-nos que o *dealer* (a que comprou) lhe facilitou mais uma base.” (diário de campo, 16/06/2011).

O “*Bower* a meias” torna os consumos de drogas duras em atos conviviais. Afinal de contas, é muitas vezes na curte de um *bower* que se intensifica e estreita o círculo de relacionamento e de convívio *junkie*. Verificamos que um chuto ou um bafo se constituía como uma oportunidade para se realizarem discussões acerca de assuntos que dominam a atualidade política nacional e internacional, discussões sobre futebol e preferências clubísticas, religião ou até mesmo o sentido da vida ou da morte:

“Falávamos a dado momento sobre a morte. O JG diz que quando morrer quer ser enterrado numa videira de Moscatel. A conversa transitava agora para a Política. Avistamos o Rio lá em baixo e o MLF perguntava-nos o que achava que era aquilo que estavam a fazer no lado de Gaia e quando demos por nós estávamos a falar da Corrupção na Política. O MLF disse que Gaia era uma excelente cidade para se viver. “O MA (um político) é muito inteligente pa; é vice-presidente [refere o partido político em causa]” dizia-nos ele. Depois o assunto passou para outras personalidades da política nacional” (diário de campo, 17/03/2011).

“Dizia-nos também que antes costumava ir com os amigos para a Serra de Penafiel “fazer Rallis”. “Alguns até compravam um carro todo velho por 50 contos só para derreter na Serra” dizia-nos ele.” (diário de campo, 29/03/2011).

Os excertos que mostrámos acima mostram que os consumos de drogas duras se encontram normalizados e inscritos na vida destes indivíduos²³⁸. O facto de conversarem sobre esses assuntos enquanto consomem reveste-se de uma característica fundamental: por um lado, normaliza o comportamento de consumo, mostrando-o banal e inscrito no quotidiano *junkie*; por outro lado, revela como o consumidor, mesmo estando “agarrado”, não perdeu o contacto total e absoluto com o mundo não-psicotrópico²³⁹.

Depois de caracterizarmos a vida de um “agarrado”, bem com os efeitos e as consequências desse consumo vamos, já de seguida, mostrar os efeitos e consequências do consumo de drogas leves.

3.1.2. “A toxicodependência não é isso de tu fumares um charrinho” (GB)

²³⁸ À semelhança da normalidade do fenómeno droga que já destacámos noutras secções, também no que diz respeito à vida destes atores permanentes a droga está normalizada e inscrita no seu funcionamento.

²³⁹ De facto, afirmar-se que o “agarrado” se encontra afastado do mundo não-psicotrópico pode constituir algo de difícil operacionalização, uma vez que no território psicotrópico existem aqueles que consomem todos os dias e, no entanto, não se consideram dependentes. A esses, Fernandes (1997) designa-os como “toxicoindependentes”. São sujeitos onde o químico apesar de ser uma parte importante na vida do sujeito ainda não o arrastou para o “círculo *junkie*” (p.252). Sobre os toxicoindependentes, o primeiro etnógrafo diz-nos o seguinte: “Os estilos de vida dos *toxicoindependentes* falam-nos dos processos de integração das drogas nas rotinas diárias da cultura urbana e obrigam-nos a equacionar dum modo menos linear as relações entre o consumo regular de certos psicoactivos e a escalada para a toxicodependência.” (Fernandes, 1997, p. 255).

O estilo de vida do “agarrado” – entenda-se, às drogas duras – é diferente daquele que um consumidor de drogas leves apresenta. Mesmo os fiéis ao charuto, os “caceteiros”, não apresentam uma ligação tão disruptiva com as drogas, tal como o “agarrado” apresenta com a heroína e a base de coca, mesmo que esses consumos sejam regulares ou mesmo diários. O GB refere-nos precisamente isso na entrevista que lhe realizámos:

“A toxicodependência não é isso de tu fumares um charrinho ou assim, isso é básico, é uma coisa que não te dá praticamente dependência. Mas quando entras num mundo mais pesado, no Mundo da heroína e da cocaína, aí sim, isso é um problema muito grave. Ou seja, quando entras nesse mundo tens de saber sobreviver²⁴⁰” (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

Apesar do reconhecimento praticamente generalizado entre os atores das drogas de que o consumo de haxixe e outras cenas leves não fazem propriamente bem à saúde, reconhece-se que a “liberdade” para dizer “não” é maior nestas drogas do que no caso da heroína e na base de coca. A diferença parece estar, portanto, entre o apetite e a necessidade. Enquanto as leves aguçam o apetite pelo seu efeito, as duras parecem convocar a necessidade imperiosa de as consumir. Mesmo o consumo diário de drogas leves não autoriza a dizer que se trata de uma toxicodependência:

“Eh pa eu fumo um charro ou dois ou cinco que seja e não me dá uma moca como me dá a toxicodependência, nem metade. Não me sinto dependente porque eu passo bem sem isso. Quando eu quiser dizer assim «não vou comprar hoje...»... até me pode estar a apetecer mas se disser que não vou comprar, não compro” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

As drogas leves, particularmente o haxixe, são drogas que não são drogas. Passámos desde já a explicar o paradoxo enunciado: do ponto de vista nativo, o haxixe difere tão substancialmente dos “produtos pesados” que torna difícil qualquer semelhança com os mesmos, seja ao nível dos efeitos ou das consequências do seu consumo. Além disso, o termo “droga” parece designar algo que “agarra” o sujeito, algo da qual se *depende* e, nessa perspetiva, os atores com que contactamos consideram que o haxixe não gera os sintomas habituais que estão associados à dependência da heroína ou da base de coca.

Percebemos também que em alguns consumidores que recorreram a tratamento para as toxicodependências, que esse tratamento não passou necessariamente pela abstinência do haxixe: afirmavam-se “limpos”, muitos deles faziam levantamento de doses de metadona nas ET²⁴¹s por não consumirem mais drogas duras mas, no entanto, continuavam com consumos regulares ou mesmo diários de drogas leves. Simples: para eles o haxixe não era um “problema”, logo não era

²⁴⁰ Daremos destaque, em capítulos posteriores desta secção, a esta “lei da sobrevivência” do mundo *junkie* que o GB aqui enuncia.

²⁴¹ ET's – Estruturas de Tratamento.

considerada droga. O “problema da droga” vem precisamente com as drogas duras, com a heroína e, mais recentemente, com a base de coca. São essas que podem arrastar o sujeito para uma vida de degedo e dependência. Se, no caso de todas as drogas, dizemos que elas se encontram normalizadas, no caso do haxixe dizemos que ela está banalizada nos territórios psicotrópicos: fala-se sobre isso e consome-se com a mesma naturalidade e espontaneidade com que se acende um simples cigarro, com que se toma um café ou se joga uma partida de cartas²⁴².

O primeiro investigador também já se referia a esta “clivagem” representacional dos consumidores entre drogas duras e leves que aqui estamos a destacar. Sobre a banalização dos consumos de haxixe, Luís Fernandes destacou um excerto na sua monografia de um dos atores com que estabeleceu contacto e que a propósito do haxixe referiu o seguinte:

“Fumar haxixe não faz mal. Fica-se bem disposto e não se incomoda ninguém. Fumo há 15 anos e não noto consequências nenhuma. Artigo perfeitamente a ganza com as exigências profissionais. Não vicia. Nunca vi ninguém andar aí desesperado ou a roubar por causa dum “cacete” de haxixe. (...) Fico mais divertido, mais consciente. Com mais imaginação. Embora dê perda de memória. É pena ser caro, chego a gastar 3 contos por semana. É pena ser caro – devia haver aqui quintais disso” (cit. In Fernandes, 1997, p. 245).

Nalguns “caceteiros” regulares, o mundo das drogas duras, protagonizado em grande medida pelo *junkie* e o seu estilo de vida, é um mundo que se quer longe e distante. O *junkie* é visto como o degedo, símbolo personificado de alguém que não se quer ser nem parecer. O repúdio e distância dos fumadores de haxixe relativamente ao *junkie* foi destacada também por Luís Fernandes na sua monografia: “Estes “pacatos” fumadores de leves manifestam com grande frequência desconfiança e mesmo repúdio pela figura do *junkie* e pelo círculo em torno da heroína.” (Fernandes, 1997, p. 249). Mas não são apenas os consumidores de drogas leves que repudiam e se afastam dos consumidores de drogas duras. Os agarrados ao pó ou à branca também se afastam entre si. Uma das formas de criar distância passa pela forma de consumo dessas drogas. É sobre isso que falaremos já de seguida.

3.1.3. Drogas duras - Os que picam e os que fumam: “Não é discriminar ninguém, é olhar pela nossa saúde” (IF)

Antes de nos referirmos à relação entre os “picadores” e os “fumadores” de drogas duras passemos a apresentar a forma como esses consumos são realizados nos territórios psicotrópicos. Façamos inicialmente uma advertência: o consumo de drogas duras pode ser “leve” ou “duro”. Ao

²⁴² Inspirámo-nos aqui no ambiente do café Xamón situado no bairro da Pasteleira Velha onde, tal como já referimos em secções anteriores, é um concentrador do *deal* e do consumo de haxixe neste bairro.

primeiro está associado o consumo fumado e o uso “duro” de uma droga dura é o consumo injetado. Luís Fernandes refere-se a esses dois tipos de uso da seguinte forma: “(...) o da “chinesa”, uso leve duma droga dura – “só dá mais paz, mais nada”: e o clássico “da agulha”, próprio “dos agarrados”, uso duro de uma droga dura” (Fernandes, 1997, p. 364).

Destaca-se, na nossa revisitação, uma nova forma de uso por via fumada. Mais um uso leve de uma droga pesada além da “chinesa”. Falámos do uso da “prata”. Quando é fumada na forma de “caneco”, a droga é inserida no terminal do tubo de aspiração; posteriormente, coloca-se ao lume essa parte (com um isqueiro, por exemplo) e aspira-se enquanto a pedra vai progressivamente desaparecendo à medida que a aspiração se realiza; quando é fumada “na prata”, a substância é aspirada após o deslizamento pelo papel de estanho que foi previamente dobrado. Depois de usado, surge um “caminho” que resulta do deslizamento do produto na folha de estanho²⁴³. Já quando a substância é injetada, ela é colocada num pequeno reservatório, designada por Carica, sendo aí dissolvida em água e ácido cítrico. Depois disso, o produto é filtrado das impurezas com um filtro, encontrando-se pronto a ser colocado no êmbolo da seringa.

As diferentes formas de administração das drogas – fumada ou injetada – espelham processos de segregação entre os consumidores destas drogas ao nível dos territórios psicotrópicos. O “pico” introduz uma relação mais intensa do consumidor com a substância, apesar dos riscos serem maiores neste caso do que no consumo fumado. A diferença entre os consumidores por via fumada – seja na prata ou no caneco - e injetados começa logo pela organização dos locais de consumo: existe uma separação nítida e evidente entre os “que picam” e os “que fumam” e alguma intransigência quando um fumador vai para o zona dos que injetam e vice-versa²⁴⁴:

“Fomos à fábrica do PT. À entrada, do lado direito, a zona de fumo. Ainda não sabíamos muito bem que tipo de consumo era e perguntámos: “alguém quer trocar máquinas?”. Esta pergunta foi acompanhada de uma reação algo crispada de alguns consumidores que ali estavam: “E quê, achas que aqui há alguém que pica?!” dizia-nos o PS.” (diário de campo, 25/03/2011).

A vida nas drogas é uma vida de distâncias. Primeiro, quem se agarra de um modo intenso ao produto, essa distância começa logo por ser da família, do trabalho, dos amigos que não se “metem em merdas”. Os consumidores de haxixe, por seu lado, distanciam-se dos que consomem drogas duras; os que fumam distanciam-se dos que picam e vice-versa. Vejamos a forma como a FI²⁴⁵ nos fala sobre um consumidor por via fumada e injetada:

²⁴³ Nos locais de consumo de drogas por via fumada, pudemos constatar a presença dessas folhas de prata usadas espalhadas por chão.

²⁴⁴ Para uma descrição detalhada acerca destes locais de consumo de drogas, remetemos para a primeira secção dos nossos resultados etnográficos (A ZONA, OS BAIRROS SOCIAIS E OS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS).

²⁴⁵ Trata-se de uma consumidora atualmente com 53 anos, consumidora de drogas duras e que nunca picou. Habitou sete anos na antiga fábrica do PT, onde era também capeadora.

“Não é discriminar ninguém... É olhar pela nossa saúde. Você se for a um sítio onde consome o pessoal da prata é totalmente diferente do sítio onde está o pessoal que injeta (...) O máximo que pode encontrar no pessoal que fuma é prata no chão. Enquanto que eles (os injetores) é seringas, é toalhetes, é agulhas, é caricas com filtro e a gente (que fuma) quer o nosso sítio em condições” (Entrevista à FI, sexo feminino, 50 anos, 31/08/2017).

Iniciar uma trajetória de consumo por via injetada é acompanhada, por vezes, por uma ritualização onde alguém que já injeta – e que é alguém de confiança e respeito – dá o primeiro chuto ao que agora o faz pela primeira vez. Os primeiros ficam com a designação de “padrinhos” pois “batizam” alguém para o “mundo do pico”. Vejamos abaixo a forma como o Rasteiro nos fala sobre quando o RS se ofereceu para ser o seu “padrinho”:

“Eu nunca «mandei pa viola», nunca me injetei... E aconselhava sempre este (o RS): «oh moço...», e ele népia... E querias ser meu “padrinho de batismo” e eu nada, nada... Daqui (das veias) só sai, entrar não entra nada.” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

Os “injetores” são vistos pelos “fumadores” como os consumidores mais próximos da degradação física e sanitária, levando a que estes se procurem distanciar daqueles. Mas a distância que aqui estamos a dar conta apresenta uma função importante nas suas trajetórias: ao distanciar-se das formas mais extremas de degradação, do *junkie*, da agulha, os fumadores vão encontrando a justificação para manter a sua vida nas drogas. Essa vida de distâncias constantes, desde logo entre sujeitos que partilham a mesma posição transgressiva e existencial, foi já destacado pelo primeiro etnógrafo no seu trabalho. Dizia Luís Fernandes a este propósito: “A segunda diz respeito às distinções e distanciamientos que certos grupos de consumidores estabelecem em relação a outros grupos, que às vezes até consomem a mesma droga, mas que são percebidos como muito diferentes, numa clara demonstração de que, para os consumidores, há “drogados e drogados”” (Fernandes, 1997, p. 244).

3.2. Consumir drogas nos territórios psicotrópicos

Iniciamos este subcapítulo com algumas interrogações: como é viver num registo em que as drogas estão presentes mesmo quando não estão? Porque quando estão consomem-se; quando não estão presentes, faz-se de tudo para procura-las novamente. E, por fim, que estratégias terão os “agarrados” que desenvolver para se desenrascar no mundo das drogas? Estas são algumas questões que procuraremos responder já de seguida.

3.2.1. “Tens que aprender (...) a gerir os teus atos” (Pencas)

Consumir drogas implica uma aprendizagem. Se aprenderes a consumir sem exageros nem “desatinos” – algo difícil, sendo mesmo só para alguns - a relação com a substância pode até nunca se aproximar de um patamar destrutivo. Trata-se de algo semelhante a quem conduz um carro de alta cilindrada: é necessário ter perspicácia e, sobretudo, não exagerar no pé do acelerador. Resistir à sedução inicial, à velocidade e intensidade da moca, eis uma via possível para se ter uma boa relação com as drogas duras²⁴⁶. No mesmo sentido, o primeiro etnógrafo refere na sua monografia que: “Viver nas drogas exige uma série de estratégias de controlo da dependência – exige um saber pessoal de gestão do consumo.” (Fernandes, 1997, p. 262).

O Pencas mostra-nos como, partindo do exemplo dos ácidos, um sujeito tem que *aprender* a consumi-los, seja ao nível da ingestão seja na própria vivência da moca:

“É uma droga (o ácido) que não dá para fazer planos, aquilo começa a bater e tens que ir... (...) É mais mental. Só queres é viajar. Tens é que controlar o que se passa dentro da tua cabeça. Não convém estares sozinho, sozinho não. Eh pa tem que estar pelo menos duas pessoas. O pessoal está em «ondas» diferentes mas em sintonia. (...) [Durante uma *trip*]. Tens que te deixar ir. Não podes entrar em parafuso com aquilo que se está a passar. Só tens que controlar os teus pensamentos, mas tens que te deixar ir, como se tivesses em viagem, a tua mente é que manda apesar de teres que controlar os teus pensamentos. Mas o gajo [que sai da onda, refere-se à *bad trip*] tem que acompanhar sempre o que está a acontecer no grupo” (Entrevista ao Pencas, 65 anos, ex-*dealer* e consumidor do bairro da Pasteleira, 30/01/2017).

A intensidade e a duração da *trip* convocam, portanto, o engenho no consumidor. Este não se pode limitar a administra-la e sentir, de forma passiva, o seu efeito. Pelo contrário, o consumidor elabora significados sobre os efeitos químicos das drogas que consome. Se estivesse numa montanha russa diríamos que a viagem é tão mais eficaz se o sujeito se agarrar ao assento onde viaja. Por vezes, quando o indivíduo não se agarra – leia-se, não se “agarra” ao produto ao qual está “agarrado”... – a viagem pode correr mal:

“Mandeí um chuto e sinto um *flash* pelo corpo acima, pa comecei... Imagina um horizonte. - Pronto, agora imagina que a linha do horizonte começa a deixar de ser uma linha e começa a formar um quadrado. Pa esse quadrado começa a ganhar dimensão e começa a aparecer a escuridão quase total. Bem, estava a ter uma overdose quase, meu. Se aquela cena escurecia mais e mais eu ia desta para melhor. Mas felizmente as coisas correram bem, comecei a ver a luz outra vez, as sombras a formarem-se novamente e tal... - Sabes o que era aquela cena quadrada? Ainda hoje penso nisso. Era a porta da morte à minha frente” (Entrevista ao RS, 14/04/2015).

Tendo por base a sua própria experiência, o RS alertou-nos para os perigos das “pedradas mal enquadradas”, evitando que se pense “em coisas que não devemos” quando a montanha russa inicia a sua marcha:

“(…) A não ser que estejamos sozinhos e em que uma Pedrada mal enquadrada no nosso momento, no nosso voo, nos faça pensar em coisas que não devemos e até entrando numa espécie de trauma, por assim dizer.” (Entrevista ao RS, 14/04/2015).

²⁴⁶ Esta conclusão rejeita por completo a ideia de que o primeiro contacto com a heroína ou a cocaína seria a porta de entrada para uma relação destrutiva com o químico.

Mas não é só no plano dos efeitos relacionados com os consumos que o ator tem que “aprender a gerir os seus atos”. A saída do mundo da droga tem que ser algo que “venha de dentro”, valendo muito pouco as terapias se o “agarrado” não tiver ainda “batido no fundo do poço”²⁴⁷. Mais uma vez, Fernandes (1997, p. 264) destaca, na primeira etnografia, algo semelhante ao que também encontramos para os “nossos” agarrados: “O *script* para a libertação do círculo fechado psicotrópico é a “garra”, a “força”. A decisão, processo cognitivo primeiro e comportamental depois, é o seu processo básico”. Ouvimos recorrentemente a propósito dos processos de recuperação que:

“Cada pessoa tem o seu fundo, o seu fundo do poço, entendes? O teu fundo, para ti, é uma coisa mas para mim é outro Fundo do Poço. Pa, a gente chama o Fundo do Poço ao Limite, atingiste o teu limite. A gente quando diz «olha cheguei ao Fundo do Poço», pronto cheguei ao limite, não aguento mais” (Entrevista GB, 46 anos, morador no BP Velha até 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

Se o “agarrado” quiser sair daquela vida, não pode manter-se no círculo de relações *junkie*. Tem, por isso, que evitar a “exposição ao pó”, evitar ou sair do bairro, do local onde o produto circula normalmente. Encontrar atividades fora dali que o resgatem para a “vida normal”²⁴⁸. As estratégias que ele coloca em marcha para que isso aconteça revelam a sua audácia e valentia.

Quando analisámos o material empírico da primeira pesquisa verificámos que o consumo de drogas é um ato que envolve uma vasta gama de significações, situando o ator numa dada “posição de significação transgressiva” (Agra, 1990 cit. in Fernandes, 1997, p.260). Num extremo temos o contemplativo e, no outro, marcado pela ausência de simbolização do comportamento, o *junkie*. Há, de acordo com Fernandes, “(...) diferentes modalidades de exprimir um acto (desde o extremo *soft* à compulsão do opiáceo ou ao “vício da agulha”, extremo *hard*), mas com as diferentes simbolizações que o preenchem, nuns casos, o esvaziam noutros. Num extremo, o contemplativo; no outro, o pesadelo *junkie*” (p. 259).

Em resumo, o “gerir os seus atos” deve ser algo de transversal num adicto, desde a fase em que consome até à fase da sua recuperação.

3.2.2. “Tudo corre bem quando ninguém dá por nada” (MLF)

²⁴⁷ O nosso contacto com muitos dos “agarrados” que saíam do sistema de tratamento e que voltavam novamente aos consumos, prendia-se com o facto de estes ainda não terem verdadeiramente “batido” neste “fundo” que estamos aqui a falar. Nalguns casos, a sua ida para tratamento prendia-se com questões extrínsecas tais como a pressão de familiares, mandatos judiciais ou outras.

²⁴⁸ Relembremos aqui a forma como o Cenourinha nos falou do seu processo de recuperação em que foi o “ir pescar” e o interesse em torno desta atividade que constituiu uma das formas de “largar as drogas” (Cf. secção OS ATORES DA REVISITAÇÃO).

Um *junkie* é aquele que inicialmente oculta o seu envolvimento com drogas aos familiares, aos amigos que estão fora das drogas, enfim, ao Mundo não-psicotrópico. Vive, num primeiro momento do seu relacionamento com as drogas, uma fase de lua de mel onde “Tudo corre bem quando ninguém dá por nada”, como nos disse o MLF nos baldios situados no bairro do Aleixo.

Muitas vezes, o afastamento da esfera laboral e familiar é progressivo, tratando-se de um caminho sinuoso e pouco linear, com momentos em que esse afastamento se aprofunda e outros em que diminui. O “agarrado” tem fases em que se afasta mais da vida *drug* e aí liga-se à família, ao trabalho e ao lado normativo; mas tem outros em que o seu envolvimento com as drogas é tal que passa a viver quase em exclusivo para elas e para as *trips*²⁴⁹. Muitas vezes, quando atinge o patamar *junkie*, o seu regresso ao lado normativo pode até nunca se realizar:

“Eh pa um gajo desliga, não quer saber mais daquilo... Social, no Trabalho... Essas merdas não existem. O pouco que ele (o “agarrado”) faz, faz tudo, porque ele só quer aquilo e só aquilo é que o faz sentir bem” (Entrevista Pencas, 65 anos, ex-*dealer* e consumidor do bairro da Pasteleira Velha, 30/01/2017).

O fintar e mentir aos amigos, às/aos companheiras/os, aos familiares, para ir para a droga permite ao ator ir mantendo um equilíbrio na sua vida: tem um dos seus pés na norma e o outro no desvio e na droga. Muitas vezes, está dividido entre a família e a droga, o trabalho e a droga, os amigos e a droga, vivendo num estado de ambivalência permanente. Esse equilíbrio, muitas vezes ténue, é mantido nalguns casos durante muitos anos. Entenda-se: consumindo, trabalhando e sendo, inclusivé, chefe de família. Outros há em que a sua vida quotidiana se confunde com a vida dos territórios psicotrópicos que estamos a focar, aí consumindo e vivendo.

3.2.3. “A droga de hoje está melhor do que a de ontem” (FS)

Em momentos anteriores da presente monografia referimos que a base de coca é o principal produto comercializado e consumido nos territórios psicotrópicos. Dissemos também que a emergência deste produto é indissociável da expansão e massificação do “traço” na preparação desta droga. As drogas “sujas”, isto é, “traçadas”, apresentam um poder psicoativo reduzido face aos produtos mais “limpos”, com consequências na vivência da ressaca. O RS afirmava isso mesmo:

“[Sobre se dantes o pessoal sentia ressaca]. Raramente. O pessoal consumia para ter o efeito da droga mesmo, nunca para aliviar aquelas cenas das dores no corpo e essas cenas que a ressaca dá hoje

²⁴⁹ Recordemo-nos aqui daquilo que dissemos quando apresentámos a trajetória do Beterraba, nomeadamente quando procuramos resumir a sua relação com a família (*Família – algures entre a aproximação e o afastamento da secção OS ATORES DA REVISITAÇÃO*) e também do Lagarto a propósito do seu afastamento face ao Trabalho.

em dia (...) Dantes davas um caldo e aquela merda batia tótil, ficavas logo de cabeça cheia logo" (Entrevista ao RS, 14/04/2015).

Mesmo nos consumidores que usavam e usam a forma fumada, pudemos encontrar a mesma representação:

"Um gajo dantes quando fumava ficava todo maluco e até... os lábios secavam e o caraças... Quanto à outra, a de agora, mais traçada, um gajo só quer é fumar, agarra mais" (Entrevista ao Lagarto, 18/07/2017).

A busca incessante do químico já não cumpre a função paradisíaca do prazer ou da busca hedonista. Ela traduz-se num ato compulsório para obter um qualquer efeito, ainda que seja mínimo. Na impossibilidade de ir ao paraíso, o *junkie* procura caminhar um pouco além deste mundo, viajar, dentro dos limites daquilo que o "traço" lhe permite. O "traço" não é só aquilo que lhe piora a saúde; é, sobretudo, um limitador da intensidade com que é feita a viagem interior.

Uma droga "suja" é aquela em que o seu efeito é reduzido, levando a que o sujeito tenha que consumir de forma repetitiva e compulsória. Esta situação tem várias consequências: nos *junkies*, agarrados ao produto e ao bairro, traduz-se numa deslocação constante aos locais de venda para comprar drogas:

"Quando chegámos ao CRI, o MA disse que não se estava a sentir nada bem. Deitou-se na relva que existe no parque de estacionamento enquanto nos dizia: "Isto é a droga que tomei agora que era mais pura e o organismo ainda não estava habituado a uma droga tão boa". E continuava: "(...) de manhã dei uns caldos e népia, não tirei a ressaca, só com esta da tarde é que tirei mais ou menos. Mas com esta brincadeira já gastei umas boas massas hoje" (diário de campo, 06/04/2011).

"No outro dia, o MM voltou a bater «na mesma tecla»: "tomo a metadona e o pó tásse bem (não consome). Mas hoje em dia dou um bafo ou um pico de Coca e dantes dava-me o efeito para uma hora, agora é só para dez minutos" (...) (diário de campo, 01/04/2011).

A excessiva quantidade de traço que foi introduzida nas drogas leva a que alguns consumidores nos referissem que "a droga já não é droga"²⁵⁰. Como nos disse um dia um dos atores no bairro do Aleixo, o ORL: "Um gajo anda aqui todo lixado, a droga já não é droga é uma mistura de muitas coisas diferentes" (diário de campo, 13/07/2011). Ouvimos afirmações semelhantes a esta em vários atores sociais.

Mas uma interrogação terá que ser realizada neste momento: se a droga afinal já não é droga, isto é, se a sua potência já não é a mesma que outrora, se a viagem psicotrópica é pouco expansiva, então por que continuam esses indivíduos a procurá-las e a consumi-las? Porque optam muito deles

²⁵⁰ Mais um paradoxo: aqui o termo "droga" designa aquilo que é bom, que serve para curtir a moca, que "dá ganza"...

pela “vida nas drogas” já que elas, afinal de contas, não são drogas? Abordaremos mais em pormenor esta questão no capítulo seguinte a que designaremos de “Dependência além do químico”. Por agora dizemos apenas que o que prende e agarra verdadeiramente um ator às drogas é muito mais do que o seu efeito químico: é, sobretudo, a envolvimento contextual, o ato convival gerado em seu torno, as companhias antes, durante e depois da *trip* enfim, é o próprio ambiente psicotrópico²⁵¹.

Voltemos, novamente, à questão do “traço”. Dissemos atrás que a sua massificação se traduz no aumento das deslocções dos consumidores aos locais de venda na esperança da obtenção de um efeito, ainda que residual. Se a qualidade das bases é fundamental para qualquer consumidor, nos consumidores que se encontram a trabalhar durante o dia, é algo determinante para continuarem a desempenhar de forma íntegra as suas funções e horários laborais. Quando o “caldo” ou o “bafo” não bate como deve ser logo de manhã aquando do primeiro consumo, a sua deslocção ao território terá que ser realizada mais vezes durante o dia, muitas delas durante o período de trabalho, comprometendo a sua permanência e desempenho no mesmo. Falámos no primeiro consumo do dia pois ele é o principal organizador de um consumidor de drogas: um bom “chuto” ou um bom “bafo” logo de manhã consegue manter um consumidor sem ressaca por um longo período de tempo. A importância desse primeiro consumo do dia é tal que um dos atores nos referiu que “a razão de ser da minha toxicodependência é o primeiro caldo” (MLF), algo que retomaremos mais adiante:

“Ainda relativamente ao poder do primeiro chuto, o MLF alertou-nos para a importância dos *dealers* que abrem mais cedo, aqueles que começam a vender logo ao início da manhã, terem a droga um pouco mais limpa. Normalmente, os consumidores que recorrem ao Aleixo mais cedo são os que trabalham logo se não consumirem uma droga que elimine bem a ressaca correm o risco de faltar ao emprego” (diário de campo, 15/03/2011).

Além disso, as “drogas marteladas” ou “rafadas”, usando termos destes contextos, são bastante prejudiciais para a saúde física dos consumidores. Uma das consequências passa, precisamente, pela “secagem das veias”²⁵² no caso dos injetores. Quando a droga está mais “rafada”, o “segredo” para que não seja tão prejudicial para a saúde do consumidor passa pela introdução de mais ácido cítrico do que o habitual durante a preparação do caldo, para que com isso o produto seja mais dissolvido. Mas se, por um lado, essa quantidade excessiva de ácido permite uma melhor dissolução da substância, por outro lado, também prejudica as veias durante a injeção.

²⁵¹ Estas conclusões a que chegámos sobre a dependência não constitui nenhuma novidade trazida pelos nossos achados de terreno. Os estudos etnográficos mostraram já como o adicto é, sobretudo, um adicto ao bairro e ao ambiente psicotrópico envolvente. Para uma análise mais detalhada sobre este assunto ver a secção referente ao *Enquadramento teórico* e, mais concretamente, ao capítulo correspondente às *Etnografias Urbanas das Drogas*.

²⁵² “secagem das veias” é um termo nativo

Para colmatar o facto de ter que se introduzir mais ácido cítrico para dissolver a base de coca, alguns consumidores procuram outras estratégias. Uma delas consiste em passar o produto de uma “máquina” para outra, levando a que o “traço” seja eliminado durante essa passagem:

“O DM pediu-nos uma máquina só para passar o caldo que estava numa máquina para uma nova. Tentava com isso que desaparecesse o pedaço de traço da base e que não foi possível dissolver durante a preparação do caldo” (diário de campo, 10/03/2011).

Encontrámos outras estratégias para o consumo fumado. Uma delas passa por recozer o “crack à portuguesa” antes de o consumir. Se a substância ao lume não se desfizer então é porque se trata de uma base limpa, como mostrámos abaixo a partir daquilo que um ator social nos disse:

“O FS apareceu com três bases na mão perto da Carrinha. Comentava o estado das bases atualmente, de como elas estão alteradas e de como isso interfere com os consumos e com a sua saúde. “Eu normalmente o que faço depois de comprar branca é recoze-la para ver se é pura ou não”, disse o FS. Pedi para fazer isso à nossa frente, para vermos a “realidade da coisa”. Pediu-nos uma carga²⁵³ e começou a cozer a substância com um isqueiro. “Confirma-se. Estás a ver este pedaço de branca todo aqui no canto? Se não se dissolve é porque está pura, sem traço” explicava-nos o FS” (diário de campo, 01/09/2011).

A diminuição da pureza das substâncias nos últimos tempos não é um exclusivo das drogas duras. A evolução do mercado e consumo de haxixe²⁵⁴ permite constatar que esse produto foi progressivamente perdendo o seu grau de pureza inicial. O haxixe de antigamente – leia-se, dos anos 80 e 90 – apresentava-se num grau de pureza maior do que aquele que existe atualmente. Falámos, por exemplo, da maior abundância do “óleo de haxixe”. Um dos atores com que conversávamos disse-nos o seguinte a esse respeito:

“- Porque dantes havia o chamado “óleo do haxixe”, já ouviste falar disso? – dizia ele.

- Eu não... - dizia eu.

- Pois isso era uma cena que se aproveitava quer dos sabões de haxixe, quer das placas. Claro que as placas eram mais usuais, porque eram mais fáceis de transportar e assim... Extraia-se daí o “óleo do haxixe” que depois nós passávamos pelas mortalhas. Durante o fumo aquilo entrava no tabaco que estava na mortalha e bem... dava-te uma moca!

Ri-me com ele disso.

- Agora não, é só merda. É que nem há “óleo” a vender agora. Um gajo não apanha nada de jeito. Está tudo diferente. Tenho saudades desses tempos, da malta que se juntava para fumar haxixe – diz o QuasiModo.” (diário de campo, secção “observação territórios e atores”, 24/03/2015).

O Pencas falou-nos também sobre os efeitos do “óleo de haxixe”:

“Um gajo fumava aquela merda e andava todo o dia a planar; aquilo era o equivalente para aí a 5 charros (...). E tinha um aroma, tá calado, apetecia logo fumar aquela merda (...) é algo mais puro, tem

²⁵³ A carga é um dos componentes dos kits para o consumo endovenoso distribuídos pelas equipas de rua. Funciona como suporte para a preparação do caldo.

²⁵⁴ Tomamos esta droga como “leve” mas estamos cientes da arbitrariedade desta nossa classificação. É que a mesma é simultaneamente “leve” relativamente à heroína e à cocaína e dura relativamente à erva, por exemplo. Afinal, uma droga nunca é completamente leve nem dura; apenas o é em função de outros produtos.

uma maior percentagem de pureza esse óleo (...)” (Entrevista ao Pencas, *ex-dealer* do bairro da Pasteleira, 30/01/2017).

3.2.4. “Vens stressado, ansioso e depois não bate tanto” (NT)

A disposição psicológica do “agarrado” para receber os efeitos do químico marca, de forma indelével, a viagem psicotrópica. Se está mal-disposto e dá um bafo ou um chuto, a viagem pode tornar-se chata, aborrecida, não extraíndo o prazer que seria expectável; se ele se apresenta feliz e bem-disposto antes de consumir, as portas da percepção abrem-se de forma mais intensa e é então que a droga “bate mais”. Esta situação que verificámos encontra-se espelhada na frase do NT quando disse para outro consumidor nos baldios do Aleixo: “Vens stressado, ansioso e depois não bate tanto”. A situação que aqui evidenciamos mostra como a vivência psicotrópica se inicia muito antes da administração do químico: implica inicialmente, da parte do consumidor, uma abertura à experiência que vai viver de seguida, sob pena da moca ficar aquém das expectativas.

Logo no primeiro capítulo desta secção vimos como o funcionamento do “agarrado” assentava essencialmente em dois planos: o do prazer quando consome o produto e a procura dele quando a ressaca aperta. Mas esta situação está longe de ser uma dicotomia tão evidente e nítida como parece. De facto, se o *junkie* é alguém comandado e determinado pela ressaca, também se verifica que a mesma é alvo de significações. Mais uma vez encontrámos uma ligação com as conclusões de Luís Fernandes a propósito do Saber do *junkie* sobre a sua própria dependência: “O sujeito cria um saber do seu acto (da sua vivência química, das formas pelas quais a verbaliza, do “clima” em que a quer viver, de como a deve fazer para que esteja sob controlo...), em que é capaz de múltiplas diferenciações do que faz e potencia a sua melhor gestão” (Fernandes, 1997, p. 265).

O sujeito não consume apenas para diminuir a ressaca. Pelo contrário, ele gere esses momentos e dá-lhes sentido, prolongando muitas vezes o período em que se encontra abstinente para que a “estalada²⁵⁵” seja mais forte na altura do consumo. Já nos referimos a isso num trabalho anterior: “(...) pudemos também observar, por parte de alguns atores, comportamentos que evidenciam uma capacidade de gestão quer dos consumos (nomeadamente ao nível da quantidade de substância administrada e ao nível da forma de consumo) quer de gestão da própria abstinência.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 14).

Vimos isso acontecer em vários consumidores que procuraram as instituições de tratamento não para se tratarem, mas para ficarem limpos e prontos para novas viagens psicotrópicas²⁵⁶. Essa

²⁵⁵ “Estalada” é um termo nativo que serve para designar o efeito psicoativo de uma substância no organismo.

²⁵⁶ Mostrámos já na secção referente aos ATORES DA REVISITAÇÃO a ineficácia das instituições de tratamento na resolução dos problemas de drogas de alguns consumidores. Referimos agora que elas podem apresentar uma outra

relação particular entre o prazer e o desprazer num consumidor de drogas pode ser evidenciado a partir do excerto de diário de campo que mostramos abaixo:

“O MLF disse-nos que quando está a ressacar pode ter pastilhas de metadona no bolso mas prefere aguentar a ressaca para depois obter maior prazer quando chutar heroína” (diário de campo, 15/03/2011).

O excerto acima mostra claramente como o consumo propriamente dito se torna redutor para explicar o envolvimento dos consumidores com as substâncias, sendo apenas uma pequena parte da viagem psicotrópica. Com isso queremos evidenciar a complexidade que está subjacente à mera ingestão química de uma droga num organismo, tendo o consumidor a capacidade de gerir, dentro de certos limites, o sofrimento decorrente da ressaca, mesmo quando essa solução está “no seu bolso” como nos é apresentado no excerto acima. O prolongamento do desprazer conduzirá, mais tarde, a uma experiência psicotrópica mais intensa²⁵⁷. E é isso que o *junkie* quer e procura.

3.2.5. “Vais para a guerra: ou matas ou morres” (GB)

As metáforas bélicas não são exclusivas das políticas proibicionistas da *war on drugs*. Também os *junkies* com que contactámos nos revelaram esta forma guerreira de encarar a sua vida, um duelo entre si e as suas drogas. Uma luta que, até certo ponto, é desigual, tornando o *junkie* alguém à mercê da droga, reduzindo-lhe a liberdade. A expressão “não às drogas” é uma algo que o próprio não consegue proferir, ainda que possa reconhecer que esse seria o caminho para a solução do seu problema. Para ele, a palavra droga tem sempre um “sim”, um “sim às drogas”:

“A capacidade de ter que dizer que não quando tens que dizer não. E isso é que é muito difícil, se não mesmo impossível. É uma luta psicológica desleal, injusta, o que lhe queiras chamar. É um lado escuro da vida que eu conheci e sinceramente não quero conhecer novamente (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

A ambivalência caracteriza a vida interior do agarrado: por um lado, sabe que aquela vida o leva à ruína e ao degredo mas, por outro, entrega-se a ela de corpo e alma. Diz-nos o primeiro

função para alguns atores: a função de se limparem das drogas, uma espécie de “reciclagem *junkie*”, não para ingressar numa vida sem drogas mas para entrar nelas de uma forma mais pura e intensa, lembrando os primeiros tempos da fase de lua-de-mel.

²⁵⁷ Nas obras mais recentes de Freud, nomeadamente no *Para Além do Princípio do Prazer* (1920/2009), o autor aborda de uma forma muito particular a relação indissociável entre o prazer e o desprazer. Diz-nos Freud o seguinte a este respeito: “É bastante claro que a compulsão para a repetição faz reviver experiências que o ego necessariamente associa ao desprazer, já que põe a descoberto a acção de impulsos instintivos recalcados, mas é uma espécie de desprazer com que atrás nos deparámos, um desprazer que não contraia o princípio do prazer, que é sentido como desprazer por um sistema e ao mesmo tempo como prazer por outro” (p. 19).

etnógrafo a propósito da centralidade que as drogas têm para o “agarrado”: “A droga dura é um precipício químico. O indivíduo tem consciência da sua degradação. Descansa entre um chuto e outro, volta ao sofrimento na abstinência. Tem de ter mais um chuto para voltar à vida, que é aquele bocado. Eis a concepção desesperada do mundo traduzida no psicotrópico” (Fernandes, 1997, p. 261). Mais do que numa luta com a droga, o “agarrado” está numa luta consigo: uma parte de si quer a droga e outra vê-a como caminho para o seu definhamento progressivo.

Quando está a ressacar tem que desenrascar-se para arranjar dinheiro para a base ou o pacote que lhe dê a paz momentânea por que tanto anseia. Viver *para* as drogas²⁵⁸ assemelha-se a uma guerra onde o sujeito prova constantemente a sua valentia. Ou seja, se, por um lado, o *junkie* está num patamar inferior na relação com as drogas, espécie de “fundo do poço” da relação entre o sujeito e o químico, ele também revela, por outro lado, o heroísmo de alguém que procura diariamente desenrascar-se. A sua coragem, astúcia e perspicácia em angariar dinheiro para o produto mostra se o *junkie* é ou não um “bom soldado” nessa guerra:

“Ou seja, vou-te dar aquela ideia assim: vais para a guerra, ou matas ou morres. Aquilo é um bocado assim, não tens escolha, entendes? Ou vais ou ficas porque depois de entrares (refere-se às drogas duras)..., aí é que vês a tua valentia, se és um bom ou um mau soldado e, claro, há pessoal que não aguenta (...) Ou seja, tu quando entras nesse Mundo tens de saber sobreviver” (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

O *junkie* é alguém que tenta conhecer-se a si próprio no seio das suas dificuldades existenciais: ou aguça o engenho a pedir esmolas, ou percebe qual a melhor altura ou zona para arrumar carros; por vezes, desenvolve competências de roubo que julgava desconhecidas; noutras, o trabalho sexual é uma das formas de arranjar dinheiro para a base ou o pacote diários²⁵⁹. Quando não consegue desencascar-se de uma dessas formas, “crava”²⁶⁰ dinheiro emprestado a amigos ou conhecidos, jurando devolvê-lo quanto antes ou deixando no ar a promessa de que ele estará lá quando for necessário ajudar quem agora o ajuda. Mas as suas promessas são vãs: depois do dinheiro no bolso e da expectativa de uma *trip* bem intensa, a palavra dada esvai-se com o efeito do pó ou da branca. Mais uma vez encontramos grande ligação entre as diferentes formas do *junkie* se desenrascar para arranjar dinheiro para a droga com as que o primeiro investigador já identificava e caracterizava na sua etnografia. Sobre a centralidade do dinheiro para os consumos diários, Fernandes (1997, p. 359) refere o seguinte: “(...) a definição de dinheiro, para o *junkie*, é a duma coisa que se está sempre a dever a alguém e a “cravar” a alguém (obter através dum pedido, normalmente embrulhado na palavra empréstimo)”.

²⁵⁸ Fazemos claramente a divisão entre o “viver *nas* drogas” e o “viver *para* as drogas”. É nesta segunda tipologia que encontramos o “agarrado”.

²⁵⁹ O desespero por eliminar a ressaca torna o trabalho sexual mal remunerado e, sobretudo, comportando riscos para a saúde física nomeadamente pela ausência de preservativo durante as relações sexuais.

²⁶⁰ “Cravar” – termo que, apesar de não ser exclusivo do agarrado, é bastante utilizado na socialização *drug*.

No caso dos fumadores, o “fazer canecos” e vender a outros consumidores torna-se, nalguns casos, uma forma de se angariar dinheiro para a droga, de se safar nesta luta diária. Exemplificámos o que queremos dizer:

“O NT hoje mostrou-me todo vaidoso a sua nova “obra de arte”. Era um caneco improvisado por si. Ao longo do tubo de fumar estavam cerca de 4 mini-caixinhas para se “armazenar o produto.” (diário de campo, 27/12/2011).

Noutros casos, há canecos que não estão disponíveis para venda. O sujeito liga-se de forma tão intensa ao seu caneco, que o mesmo se torna uma parte integrante de si e da sua adicção, o automóvel perfeito que o conduz na sua viagem diária e constante:

“No outro dia, o TO mostrou-nos um caneco todo elaborado, feito com uma garrafa dos kits de injeção e uma borracha própria para reduzir o atrito dos lábios de quem fuma. Mostrou-nos aquilo com vaidade, uma espécie de orgulho visível no sorriso e no seu brilho dos olhos. “Já me elogiaram muito este caneco mas não o vendo” disse-nos ele.” (diário de campo, 01/09/2011).

A vida nas drogas mostra ao “agarrado” que pela droga ele é capaz de tudo. O mundo psicotrópico é, desta forma, também uma selva onde o desconhecido e o perigo espreitam em toda a parte. Ouvimos vários atores dizerem que neste mundo não há amigos, apenas conhecidos, sedimentando as suas relações sociais numa lógica da desconfiança face ao Outro. As conclusões do primeiro etnógrafo acerca disso parecem corroborar as nossas: “Salienta-se com muita evidência a dimensão económica do problema, que é não apenas um dos vectores fundamentais da dependência como aquele que é responsável por uma certa dissolução da solidariedade do grupo, por uma quebra dos laços de confiança interpessoais, por uma desconfiança generalizada que aparece como a tônica ou clima geral do encontro *junkie*” (Fernandes, 1997, p. 252). Vejamos abaixo a forma como o GB nos fala sobre a selva em que vive o agarrado:

“É a mesma coisa que te meterem numa selva, que tu não conheces, e onde tens que sobreviver ali. Basicamente é a mesma coisa. Ali (nessa selva), tens que ser um bocado de tudo: tens que ser psicólogo, tens que ser anestesista, tens que ser médico, clínico geral, tens que ser um bocado de tudo.” (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

Partindo desta premissa de que o mundo do “agarrado” é algo que se assemelha a uma selva, que lhe aguça sistematicamente as estratégias para angariar dinheiro para a dose diária, não será estranho considerar que na vida do *junkie* exista pouco espaço para planos a médio ou a longo prazo. A sua vida centra-se num presente imediato, constante e eterno, sendo o “aqui e o agora” o lema orientador da sua vida. Ele vive para a “Pedrada do Momento”, para usarmos os termos do RS:

“Quando estamos com a “moca”, nós não nos lembrámos de mais nada. Estamos bem, estamos “ganzados”. Olhar em frente (...) Ou queremos ouvir música, ou queremos conversar, ou queremos curtir,

ou queremos fazer amor, enfim (...) Quando estamos pedrados, quando estamos ganzados, os problemas não existem. Existe só a Pedrada do Momento. (Entrevista ao RS, 17.01.2016).

No mesmo sentido, o Pencas referiu-nos um dia que “nas drogas (duras) vives para o momento presente”. Diz-nos o primeiro investigador acerca da centralidade do *junkie* no presente: “A perspectiva temporal do *junkie* é pouco ambiciosa – aliás, é difícil ver para além do tempo que medeia até à próxima compra, ao próximo “chuto” ou “chinesa” (Fernandes, 1997, p. 359) e, mais adiante, continua: “Quanto mais se avança na heroína mais se vive no presente: o estilo de vida *junkie* impede o futuro” (p. 361).

O tempo no *junkie* é, assim, vivido de forma contínua e pouco segmentada: tanto faz ser de manhã, de tarde ou à noite; pouco importa se é segunda-feira, terça, quarta ou fim-de-semana. O que orienta e governa grande parte do seu mundo interior é a ressaca e essa não tira férias, não goza feriados nem fins-de-semana:

“O tempo é uma coisa que não existe ali (no mundo das drogas duras). Ou melhor é o tempo que não é tempo, se existe é contínuo. Não importa o tempo, tens que gerir a tua vida, estás limitado, é uma limitação total, é a mesma situação de estares preso” (GB, 46 anos, morador na BP Velha até aos 24/25 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

Passamos, já de seguida, a apresentar alguns achados de terreno que evidenciam dimensões que extravasam a componente química das dependências. O lugar, as companhias, a própria preparação do produto são, por si só, elementos bastante importantes para a compreensão das adicções. É precisamente sobre a “dependência além do químico” que falaremos já de seguida.

3.3. A dependência além do químico

No capítulo anterior mostrámos, através de vários exemplos, que o consumidor de drogas está longe de ser um indivíduo à mercê da droga e das suas propriedades químicas. Pelo contrário, ele cria e elabora constantemente significados sobre a sua adicção. O consumo propriamente dito é apenas a ponta de um icebergue, a superfície de um universo simbólico mais profundo, onde o ator elabora sistematicamente significados sobre a sua conduta.

Existem, portanto, aspetos “além do químico” que explicam grande parte da sua dependência. Falámos do lugar, do vício da prata ou do caneco no caso dos fumadores e do vício da agulha no caso dos injetores. A viagem psicotrópica é vazia na ausência destes elementos simbólicos que a recobrem. É a sua presença que tornam o mero comportamento de consumo numa experiência

adictiva²⁶¹. Mesmo quando é realizado em grupo, o contacto do ator com a substância é um encontro coberto de idiossincrasias e, sobretudo, de intimidade. Na primeira etnografia, Fernandes (1997) referia o seguinte a esse respeito: “Os diferentes relacionamentos com drogas que explorámos relacionam-se com diferentes posições do sujeito relativamente ao seu acto privado de consumir um produto alterador de consciência” (p. 259). Na entrevista que realizámos ao Rasteiro ficou saliente esse encontro íntimo do consumidor com a substância:

“Por exemplo, há pessoas que só se conseguem injetar em silêncio não podem ouvir barulho nenhum... Enquanto há outros que “shhhfff”, já está... São cenas diferentes” (Entrevista ao Rasteiro, 11/01/2017).

O consumidor está também “preso” ou “agarrado” às sociabilidades em torno das mesmas, às conversas durante os consumos, às discussões sobre “qual o *dealer*” que vende o melhor produto. O primeiro etnógrafo refere o seguinte a este respeito: “A dependência das drogas aparece neles conceptualizada como a dependência dum sistema de vida, numa inserção eco-social, dum “mundo” (Fernandes, 1997, p. 264).

Esta “dependência além do químico”, como lhe chamamos, manifesta-se de diferentes formas. Daremos conta de algumas delas já de seguida.

3.3.1. Breves notas sobre a experiência adictiva – “marcou-me o sítio, o local e a sensação” (RS)

Os nossos nativos, sempre que nos falavam da sua vida nas drogas, referiam-se a aspetos que iam muito além do mero do consumo. Desses aspetos incluem-se, sobretudo, descrições acerca dos elementos de natureza contextual e relacional, que funcionam como enquadreadores da viagem psicotrópica. Vejamos a forma como o RS nos fala do seu primeiro “chuto”, marcando-lhe “o sítio, o local e a sensação”:

“Mas dizia-te eu que pensei dar um chuto de cocaína, basicamente ir direto à veia, direto ao assunto, pronto, ao ponto exato onde o produto deve estar. Foi aqui atrás no campo da Pasteleira. O gajo que estava lá a vigiar facilitou a nossa entrada lá, fui eu e mais um gajo. Pa decidi experimentar um chuto, saco da colher, faço o caldo, ponho o caldo na gringa²⁶² e mando pá veia. Bem, pa foi uma sensação que não vou

²⁶¹ Encontrámos grande ligação entre o que queremos dizer com a “experiência adictiva” e aquilo que Fernandes e Carvalho (2003) conceptualizam como “experiência psicotrópica”: “A *experiência psicotrópica* é o resultado do trabalho do sujeito sobre a relação entre si e a substância, tornando tal resultado altamente singular, porque depende da combinação de elementos como a expectativa, o saber prévio, o ritual, as tecnologias de ingestão, os limites simbólicos do contexto e, claro, dos elementos relacionados com a própria substância” (Fernandes & Carvalho, 2003, p. 25).

²⁶² “Gringa” – trata-se de um termo nativo que serve para designar a seringa.

esquecer, marcou-me o sítio, o local e a sensação. Mando o chuto e sinto um *flash* pelo corpo acima (...).” (Entrevista ao RS, 14/04/2015).

Encontrámos também, em discursos doutros entrevistados, a mesma preocupação em enquadrar o comportamento de consumo numa narrativa que contém os elementos contextuais e relacionais que estamos a destacar:

“Nunca mais me vou esquecer... Na Póvoa, recordaste? [pergunta ao RS]. Eu vou-te dizer quem é que estava: o Urso, na altura calhou por mero acaso... Estava o dos colarinhos, estavas tu (RS), eu, o Beterraba e o Cartoon... Estava lá um gajo a tocar flauta, para mim estava todo alucinado, todo ganzadolas (...)” (Entrevista ao Rasteiro, 61 anos, 11/01/2017).

“Há outra também em Vila do Conde. Mas eu aí não estava muito mocado. A gente perdeu o haxixe, tínhamos tótil haxixe nessa altura... Quem estava connosco era eu, o meu irmão, a Lda, a RM (que não fumava), o Tó e mais pessoal... Só que a gente perdeu uma grande pedra de Haxixe, mas um calhou para aí assim [faz o gesto com os dedos]. À noite não se via nada... E não é que uma gaja que não fuma encontra logo aquilo, foi a RM...” (Entrevista ao Lagarto, 18/07/2017).

“A Póvoa”, “Vila do Conde”, “o meu irmão”, “o Urso”, o “Tó” são os elementos que definem a narrativa em torno da experiência vivida, fazendo com que o consumo de drogas seja apenas um aspeto entre tantos outros.

Por tudo isto que dissemos, não será estranho considerar que, para muitos consumidores, sejam estes elementos “além dos consumos” que explicam a dependência de drogas. Ouvimos de vários atores que não eram as drogas que os fazia estar ali no bairro, era o próprio ambiente psicotrópico, as vozes dos capeadores, a *expectativa* associada a uma boa *trip*, mais do que a *trip* propriamente dita. Chamaremos a tudo isto como dependência de lugar e é sobre isso que falaremos já de seguida.

3.3.2. A dependência de lugar – “Parece que tenho ressaca deste lugar” (FC)

“- O problema não é só, ou não é tanto, deixar a droga. Mas deixar os círculos habituais, as rotinas diárias, os lugares. (...) Deixar as drogas aparece por isso ligado à possibilidade de abandonar por uns tempos as redes sociais. E deixar de ser urbano: ir para o Alentejo, ir para a quinta dum amigo...” (Fernandes, 1997, p. 264).

O excerto com que abrimos este subcapítulo foi proferido pelo primeiro etnógrafo na sua monografia. Seleccionamo-lo pois ele espelha de modo cristalino o que também encontrámos para alguns dos “nossos” consumidores de drogas: a sua forte ligação ao lugar e às redes de relacionamento que aí existem. O difícil não é largar as drogas; parece ser mais o “largar o bairro”.

A “exposição ao pó”, de que já demos conta noutros momentos, não explica apenas as primeiras formas de socialização e de entrada no mundo das drogas. Essa “exposição”, isto é, a exposição ao bairro e aos atores das drogas é também fonte e parte integrante da dependência e, por consequência, das recaídas:

“O meio onde vives é muito importante. Isso é essencial. Isso é um dos fatores mais importantes, é o meio onde tu vives. Porque é assim: há aquele indivíduo que se quer tratar – aconteceu comigo várias vezes, que fiz desintoxicação após desintoxicação – mas tem que voltar ao bairro. Outro problema. Ou seja, o problema continua. (Entrevista ao Gil Barros, 46 anos, morador no BP Velha até 24/25 anos 46 anos, irmão do Alicate, 18/01/2017).

Os elementos contextuais e simbólicos, presentes nas narrativas de muitos consumidores com que conversámos, permitem perceber, um pouco melhor, as questões relacionadas com a dependência. Da mesma forma que para nos falarem dos comportamentos de consumo, os nativos nos descreveram, com particular pormenor, os elementos que pouco se relacionavam com o consumo propriamente dito, verificamos que esses elementos assumiam também particular importância na explicação das recaídas. O “ambiente do bairro”, um determinado local, uma pessoa que se reencontra e com a qual se costuma consumir, são fatores que podem levar ao “portar-se mal”²⁶³.

Aos aspetos enunciados pelos atores sociais que se referem mais ao lugar mais do que à substância propriamente dita chamamos de “dependência de lugar”: no *junkie*, a dependência está, sobretudo, nos lugares onde ela é consumida e vendida, em resumo, no ambiente psicotrópico. Identificamos, várias vezes, essa “dependência de lugar” nos emigrantes que quando regressavam ao seu lugar de origem a ressaca aparecia, levando-os, de forma quase automática, aos locais de venda e consumo. De referir que no local onde estavam emigrados não sentiram qualquer sinal de abstinência²⁶⁴. Na etnografia inicial, o primeiro etnógrafo chegou a conclusões semelhantes. A propósito disso dá como exemplo a frase de um ator contactado que disse o seguinte: “Eu fora do Porto não preciso de me drogar. Nem me lembro” – dizia-nos um deles. Mas regressa-se e recaí-se – a droga é urbana, tão fatal como a cidade” (Fernandes, 1997, p. 264).

Essa “dependência de lugar” que estamos a destacar é, sobretudo, uma “dependência do bairro”, no caso concreto da nossa revisitação, “dependência do PT”, do “Aleixo” ou da “Pasteleira Velha”. O reencontro com um dos atores no bairro do Aleixo permite perceber bem o que estamos a afirmar:

“- E tu, como tás? – perguntei.

-Pa tou bem... Venho aqui consumir de vez em quando... Pah sabes como é, o bichinho está sempre cá... Mas agora estou a trabalhar em Aveiro, ando à pesca lá. Só venho cá assim de vez em quando, nas

²⁶³ “portar-se mal” – expressão nativa que serve para designar o “consumo de drogas”.

²⁶⁴ E não era por não existir droga nesse local de destino. Alguns deles referiram que bastava perguntar a fulano ou cicrano que tinham logo conhecimento do *dealer* local.

folgas e assim. Trabalho lá há 3 anos. De resto, tá tudo. Mas pronto, já sei que quando calho de vir cá, venho direitinho para aqui consumir, sempre. É certinho. (...) Mas pronto, dizia eu que quando estou lá nem me lembro do consumo sequer. Estou bem. Mas se calho de vir para aqui olha, é certinho. Já nem digo para a Afurada, se for nos arredores, Matosinhos e assim, o “bichinho” (aspas minhas) começa logo a trabalhar... Há coisas do caraças, não há Simão? – disse o FM.” (diário de campo, secção de “observação territórios e atores”, 24/02/2016)

A ausência da abstinência é, portanto, um “bichinho” que permanece adormecido até às próximas dores nas costas, as náuseas, entre outros sintomas da abstinência. O ativador principal desse “bichinho” parece ser o ambiente do bairro. Ou então as companhias *drug* pois, como refere Fernandes (1997, p. 262): “O convite não surge no vazio, mas no contexto do pequeno grupo *natural* em certas matrizes eco-sociais urbanas onde a onnipresença das drogas submete os indivíduos à exposição permanente da sua visibilidade.” Vejamos abaixo um excerto da entrevista realizada à FI que vai no mesmo sentido desta afirmação do primeiro etnógrafo:

“Eu já deixei a heroína a frio várias vezes... E uma vez deixei a Metadona e tomava 40 mg/dia e fui para casa, tive 3 dias muito bem... E ao fim de 3 dias, o Rui do Opel, homem da C., ligou-me e eu fiquei logo a bater mal... Eu estive... Vim dali e comprei 5 pastilhas de Metadona de 40 mg e vim para casa... Naquela de tomar quando sentisse a ressaca, não era para tomar logo tudo (...) E, nessa altura, o Rui ligou-me a dizer que estava lá um amigo meu, que só me dava a mim dinheiro para eu ir comprar e que perguntou ao Rui por mim... E eu disse... «Oh Rui olha, tou em casa...» mas... eih... bati mal... Fiquei logo a ressacar, fiquei logo com as lágrimas nos olhos... Fiquei logo com o pinga no nariz, fiquei logo com o mal-estar...” (Entrevista à FI, sexo feminino, 50 anos, 31/08/2017)

Em jeito de síntese desse episódio e de outros que vivenciou quando estava na fábrica do PT, a FI disse-nos o seguinte:

“A gente não é só a Droga que ressaca... Ressaca o ambiente, ressaca os amigos (...) Ressaca tudo daquele meio, era a nossa convivência, era ali” (Entrevista à FI, sexo feminino, 50 anos, 31/08/2017).

O bairro, a esquina, o ambiente e dinâmica em torno dos consumos, funcionam, para alguns consumidores com que contactamos, como organizadores e catalisadores da experiência adictiva ao ponto de superar o efeito psicoativo das substâncias. É como se os elementos referentes ao lugar ou às companhias durante os consumos superassem o prazer farmacológico da droga:

“O utente FC, um utente negro e de voz rouca proveniente da Maia disse algo interessante: “Parece que tenho ressaca deste lugar ou algo assim”. Disse isto porque já não vinha ao bairro há quatro dias. Este utente traduziu em palavras aquilo que tenho verificado após alguns contactos com os atores: existe uma ressaca associada ao lugar, à expectativa do consumo... o que demonstra que a Ressaca é muito mais do que uma realidade física, chamo-lhe simplesmente Ressaca de Lugar (diário de campo, 22/02/2011).

Da mesma forma que existe esta “dependência do bairro” também existe uma dependência que se relaciona com o uso da parafernália de consumo de drogas, em particular do “caneco” ou da “prata”. É sobre isso que falaremos já de seguida.

3.3.3. Ressacar drogas ou o estar “viciado na prata” ou “no caneco”?

Além dos aspetos ambientais ou de lugar que recobrem qualquer consumo de drogas, os nossos achados etnográficos permitem perceber a existência de uma dependência que se relaciona com o manuseamento e a preparação dos materiais de consumo antes e durante o ato propriamente dito. Trata-se de uma dependência que difere da “ressaca” propriamente dita porque o indivíduo não *depende* da substância mas, sobretudo, do barulho da prata a queimar durante a aspiração do produto ou da preparação e colocação do produto para aspirar no caneco.

Quando um consumidor se encontra em estado de abstinência e, na altura em que consome, ouve o barulho da prata a ser queimada, isso retira-lhe já grande parte da ressaca mesmo antes do seu efeito químico no organismo. Mostrámos abaixo um exemplo de um discurso de uma consumidora que viveu e trabalhou como capeadora no Bairro Pinheiro Torres entre 2007 e 2014 e que nos referiu o seguinte a propósito do seu “Vício da Prata”:

“Eu posso fumar dois pacotes por dia, e eu ter pó na prata todo o dia (...). Dou uma passinha agora, depois se tiver que «dar uns canecos», dou «uns canecos», se tiver que falar falo... Mais uma passinha agora... Só quem ressaca é que tira assim logo seguido... Agora quem não está a ressacar, é o vício da Prata, já não está a ressacar... É o vício de estar ali com a Prata a queimar” (Entrevista à FI, sexo feminino, 50 anos, 31/08/2017).

O excerto acima mostra que há uma diferença entre o “estar viciado na prata” e o “estar a ressacar drogas”. A vontade de consumir não surge apenas quando a ressaca aparece: ela pode também manifestar-se porque o consumidor está viciado em “estar ali com a prata a queimar”, para nos mantermos fiéis aos termos usados pela FI. Ou seja, para complexificarmos ainda mais o que queremos transmitir com a vida nas drogas, o indivíduo pode estar viciado mas não estar propriamente dependente da droga.

O caneco, a prata ou até mesmo a seringa são muito mais do que objetos que cumprem a função de colocar as drogas no interior do organismo de um sujeito. Pelo contrário, é em torno deles que se reúne uma série de elementos simbólicos importantes para a compreensão da conduta adictiva. Assim, da mesma forma que existe uma distância entre os “que picam” e os “que fumam” – tal como analisámos num subcapítulo anterior – também percebemos que existe uma distância criada entre um modo de fazer canecos “à azeiteiro” e um modo que, diríamos, é mais respeitado entre os consumidores:

“(…) Ele à medida que ia fazendo [um caneco] ia-me explicando passo a passo todos os procedimentos. Estava curioso e saquei logo do meu bloco de notas para registar tudo o que ele me ia dizendo (...) Por exemplo, mostrava um modo de fazer “à azeiteiro” e outro que era “respeitado” entre os consumidores. Demarcava-se do estilo “azeiteiro” de fazer canecos, dizendo inclusivamente a dada altura - “Doutor, no outro dia fiz um tão lindo que o pessoal até me queria dar 10euros por ele”. Dizia isto envaidecido, orgulhoso de ser um sujeito ligado à manufactura dos produtos “para o bafo”. “Agora faz-se aqui as picadas do diabo” (estas picadas do diabo era ele que sacava de uma agulha do bolso devidamente

resguardada para o efeito e que picava o alumínio da prata, onde colocava posteriormente a substância). Estava admirado com aquilo, vi que existia um significado atribuído a todas aquelas condutas, de fazer canecos, rituais de consumo. É como se existisse um mundo de construção em torno das práticas de consumo, em torno das substâncias.” (diário de campo, 05/02/2010).

A preparação do produto para fumar ou chutar é já, em si mesmo, uma forma de diminuir a ressaca. Nalguns casos, o simples agarrar do produto recém-comprado na mão – o designado, por alguns atores, de “passarinho”²⁶⁵ – era suficiente para o alívio da abstinência.

Nalguns injetores, só o facto de colocarem a seringa em contacto com a veia já aliviava grande parte da ressaca. É sobre o ritual associado ao consumo endovenoso que falaremos já de seguida.

3.3.4. Ressacar drogas ou o “estar viciado na agulha”?

Da mesma forma que destacámos, no subcapítulo anterior, que existe um vício associado ao caneco ou à prata que é independente da ressaca de drogas propriamente dita, também concluímos que existe uma dependência da agulha que não se relaciona com a falta do químico. À semelhança do simbolismo gerado em torno do caneco ou da prata, verificámos também uma construção da mesma natureza em torno da seringa tornando-a, até certo ponto, um elemento central do vício²⁶⁶.

No mesmo sentido, Joan Pallarés (1996, p.93) caracteriza a “dependência da seringa” da seguinte forma: “El carácter simbólico de utilizar la jeringa, como componente del estilo de vida, aparece mesclado com una serie de razones y ritualizaciones de su importancia y de la dificultad que ello conlleva para abandonar la sustancia, lo que muchas veces se hace extensivo a lo que se denomina «dependência de la jeringa»”. Partindo deste excerto de Pallarés, também nós identificámos um conjunto de representações e ritualizações em torno do uso da seringa que eram importantes para a vivência psicotrópica. Uma delas é a “tiragem dos chutos”. Passamos a descrever de modo sucinto em que consiste: a inserção de uma pequena porção de substância na veia aquando da entrada da agulha, gerando-se pequenos movimentos repetidos de retirada e pressão do êmbolo por forma a controlar o efeito químico da substância no organismo. Verificamos também que, nalguns casos, a simples colocação da seringa na pele e o lambar o êmbolo da seringa após a preparação do “caldo” depois de o mexer são outros exemplos dos “rituais da agulha” de

²⁶⁵ Trata-se de uma designação nativa para demonstrar a semelhança que existe entre essa prática e o segurar um pássaro na mão.

²⁶⁶ Assistimos a casos em que o alívio da ressaca passava precisamente pela injeção repetida da agulha no braço do consumidor não contendo esta nenhum produto no seu interior. Estes exemplos são a demonstração clara e inequívoca de uma “dependência além do químico” ou, neste caso, uma “dependência do pico”.

elevada importância e que revelam o carácter ritualizado dos consumos de drogas por parte dos consumidores com que contactamos.

3.4. O que revelam os consumos de drogas nos territórios psicotrópicos?

Depois de apresentados os nossos achados etnográficos acerca do consumo de drogas nestes territórios chegou a altura de, à semelhança daquilo que fizemos noutras secções, procedermos a uma visão de conjunto sobre esses elementos. O nosso objetivo é o de criar sínteses sobre os dados empíricos apresentados, permitindo a construção de um Saber sobre o fenómeno que, por um lado, permita um melhor conhecimento acerca do mesmo e, por outro lado, auxilie na preparação e implementação de políticas interventivas mais próximas dos atores e do fenómeno droga.

3.4.1. “A droga não é toda igual, é totalmente diferente” (Rasteiro)

A forma singular com que a droga – assim, no singular – é representada pelos “de fora” não tem correspondência com a complexidade que o fenómeno encerra quando analisado numa perspetiva proximal e etnográfica. De facto, os tipos de substâncias, as formas de consumo e suas consequências apresentam-se numa gama consideravelmente vasta, que a etiqueta simplificada e redutora “a droga” não abrange. Assim, será mais apropriado falar-se em “drogas”, no plural, do que em “droga”, no singular.

A nossa etnografia mostra como o fenómeno droga nestes territórios é uma realidade complexa, diversa e plural, nomeadamente ao nível dos atores que protagonizam o fenómeno nas ruas. Um desses atores é o *junkie*, cujas características principais apresentamos ao longo desta secção. Porém, mesmo entre *junkies* é possível constatar várias posições transgressivas, indo desde aquele que está praticamente “de rastos”, muitas vezes, portador de doenças infecciosas, com um estado de saúde muito degradado e afastado das esferas normativas até àqueles que vão mantendo uma relação, ainda que esporádica e tangencial, com algumas dessas esferas, pese embora a sua relação intensa com as drogas.

Algo que pudemos destacar face à pluralidade das drogas, de possibilidades de consumo e seus efeitos, é que o consumidor, mesmo o mais “agarrado”, conhece a diferença existente entre as drogas “boas”, que normalmente associa ao haxixe, e as drogas “más”, que normalmente associa à heroína e à base de coca. Tal como Luís Fernandes salienta a propósito da representação dos

consumidores acerca da heroína: “O juízo dominante acerca dela é de tonalidade negativa, mesmo se se é (e talvez por causa de) consumidor. A heroína é uma “droga má”, em contraste com o haxixe, que é uma “droga boa”” (Fernandes, 1997, p. 247). Ou seja, dito de outra forma, o “agarrado” não perdeu a noção de que a droga à qual ele está adicto lhe é prejudicial, não hesitando em considerar que um charro seria o paraíso face ao inferno da heroína ou do *crack*.

Vimos ainda, ao longo desta secção, como umas drogas são consideradas leves e outras duras. Mas vimos também como pode um consumidor de drogas leves apresentar um consumo duro das mesmas e de como um consumidor de duras pode apresentar um consumo leve dessas drogas. A diferença aqui parece estar não na substância em si mas na relação que o consumidor estabelece com ela. Essa diferença é visível desde logo entre os consumidores, tal como destacámos no início desta secção. O “pessoal das leves” distancia-se do “pessoal das duras”, considerando que a vida “das heroas e da branca” se aproxima de um patamar que eles rejeitam e repudiam. Ora, esta distinção entre consumidores, cria as condições para a diminuição de um sentimento de pretensão entre eles, levando ao enfraquecimento da sua consciência coletiva o que leva, por consequência, a dificuldades na sua efetiva participação política e cívica. À dissolução dos laços sociais que o *junkie* já possuía face às esferas consideradas normativas acresce, portanto, a dissolução dos laços entre consumidores, vulgarizando-se a percepção de que existem “drogados de primeira” e “drogados de segunda”²⁶⁷.

Uma outra conclusão quando analisámos os dados referentes ao *junkie* é a de que ele, apesar dos constrangimentos inerentes à sua adicção, apresenta uma elevada capacidade de significação sobre a sua conduta. Não é, portanto, uma entidade passiva, vítima das drogas ou à mercê das suas determinações. É, enfim, um ator social.

3.4.2. O consumidor de drogas é um ator social

Os dados que apresentámos nesta secção mostram como o consumidor de drogas, mesmo o mais agarrado ao produto, é um agente da sua conduta e elabora significados sobre a mesma. Mesmo a dependência face à droga revela também, ao mesmo tempo, uma relativa independência face a ela. Estas conclusões deitam por terra a ideia de que o “agarrado” é uma vítima à mercê do produto. A forma como ele nos fala das mocas que vivencia, dos efeitos e das consequências dos

²⁶⁷ Encontrámos em Tinoco (2005) algo semelhante à distinção que apresentámos acima. O autor fala-nos da “valorização selectiva de dimensões existenciais” em que “(...) esta racionalização acontece sobretudo como forma de protecção de uma certa auto-estima e auto-conceito em situações de extrema exclusão social, que no início dos consumos não é propício a situações desse género” (p. 206).

usos mostram que ele é capaz de gerir a sua dependência, dentro dos condicionalismos estruturais em que se encontra²⁶⁸.

Os dados empíricos apresentados colocaram ainda a tónica no trabalho que o sujeito é capaz de realizar sobre si antes, durante e após o consumo de drogas, bem como a integração nas suas narrativas dos elementos contextuais e ambientais que recobrem o consumo propriamente dito. Ao trabalho interpretativo do ator social em torno do consumo de drogas chamamos de experiência adictiva. O conceito de experiência adictiva permite, por um lado, ir além do reducionismo individualizante segundo o qual os efeitos e as consequências seriam reduzidos ao lado interno do consumidor e, por outro lado, contornar a centralidade exclusiva no elemento químico consumido. Vem, em suma, dar um lugar ao consumidor, colocando-o na posição de sujeito e ator. Estas conclusões sobre os consumos de drogas permitem-nos uma outra leitura para as dependências, que não passa exclusivamente pela dimensão clínica, nomeadamente as de tipo nosográfico.

Vimos ainda o conceito de “experiência psicotrópica” de Fernandes e Carvalho (2003) desdobrar-se em três dimensões centrais: a individual (dada pela intencionalidade da conduta adictiva); a contextual e simbólica (relacionada com o ambiente e o *setting* envolvente) e a tecnologia de ingestão (referente ao ritual de consumo). Ora, o que apresentámos nesta secção acerca da dependência além do químico ajusta-se a estas três tipologias enunciadas. Assim, o carácter idiossincrático com que alguns “agarrados” se ligam à sua droga traduz a dimensão individual; a “dependência de lugar” enquadra-se na dimensão contextual e simbólica, ao colocar a tónica no ambiente do bairro como parte integrante das dependências; por fim, quando destacámos os “rituais” associados ao “dar no caneco” ou “na prata”, no caso dos fumadores, e o “dar picos” no caso dos injetores, encontrámo-nos na senda das tecnologias de ingestão antes, durante e após o consumo.

Por outro lado, vimos como o “agarrado” é capaz de reconhecer e identificar os limites para o consumo de drogas, isto é, quando atingiu o seu “fundo do poço”. Quando toma essa consciência, é capaz de pôr em marcha estratégias que lhe façam sair das drogas. Essa “vontade em largar tudo” não é algo que ele encontre apenas nas terapias; estas só terão uma palavra a dizer quando o próprio sentir que chegou o momento de se limpar²⁶⁹. “Enquanto não houver vontade que venha de dentro, não adianta nada”, ouvimos várias vezes de alguns agarrados que já tinham feito tratamentos. Além disso, a própria terapia quando não acompanha a vontade do próprio em se tratar é vista como distante e longínqua. Daí que, muitas das vezes, é no contexto da intervenção de rua

²⁶⁸ Esses condicionalismos são, sobretudo, os que se relacionam com a sua condição de classe, a sua proveniência dos meios mais desfavorecidos do estrato social e onde o desemprego de longa duração é uma realidade para muitos deles.

²⁶⁹ Remetemos aqui para a secção referente aos ATORES DA REVISITAÇÃO onde destacámos os efeitos perniciosos que algumas instituições terapêuticas tiveram nalguns atores onde, muito provavelmente, a pressão terapêutica para alterar o seu estilo de vida não correspondia à vontade do próprio em se tratar.

– nomeadamente ao nível das equipas de RRMD - que o ator encontra as condições para significar a sua vida de uma outra forma, podendo passar pela consciência de que ele está no “fundo do poço”²⁷⁰.

Mostrámos também como a vida nas drogas duras conduz, pelo menos nalguns casos, a um desfecho em que o sujeito se encontra a viver para elas quase em exclusivo. O indivíduo sofre um assalto químico, funcionando e vivendo para as drogas. Mas é nesse quadro de vida em que o químico se assume como incontornável e incontestável para o próprio que o agarrado se tem que “desenrascar”²⁷¹. Para isso “faz-se à vida” de muitas maneiras, executando uma série de atividades tais como arrumar carros, pedir esmolas, algumas vezes rouba, outras prostitui-se. A necessidade convoca o engenho e o *junkie* vê-se perante uma situação em que tem que ter dinheiro para comprar o produto e é então que descobre as suas capacidades nesse mundo de dificuldades. Tendo em conta aquilo que o GB nos disse acerca do mundo das drogas, neste mundo tem que se ser um pouco de tudo, de psicólogo, de anestesista, de médico, de clínico geral. Descobrem-se competências e estratégias que se julgavam desconhecidas e potenciam-se outras que se julgavam difíceis ou mesmo impossíveis de realizar. Em resumo, o mundo das drogas duras é, para o *junkie*, um mundo de descobertas, perdendo umas competências, mas ganhando certamente outras.

3.4.3. A estabilidade do *junkie* nos territórios psicotrópicos

A análise do nosso material empírico e a leitura do diário de campo do primeiro investigador permitiu-nos perceber a estabilidade temporal que a figura do *junkie* possui nestes territórios psicotrópicos. O *junkie*, já descrito como uma figura estável na paisagem psicotrópica na investigação de Luís Fernandes desde os anos 80, continua a sê-lo atualmente. Além disso, o seu funcionamento, que fomos descrevendo nos capítulos anteriores, tendo as drogas como o principal móbil do seu quotidiano, apresenta bastantes semelhanças com a forma como o primeiro etnógrafo caracterizou o mundo do *junkie*. Contudo, apesar da estabilidade desse ator do *andamento*, é ainda possível identificar algumas diferenças relativamente ao “agarrado” caracterizado na primeira pesquisa. Salientámos duas delas: a diminuição do consumo endovenoso como forma principal de consumo desse ator²⁷² e o consumo de uma droga em clara expansão nestes territórios após a

²⁷⁰ Este não é, contudo, o principal objetivo da RRMD. No entanto, a nossa experiência exploratória numa equipa de rua com estas características permitiu-nos perceber que, no caso de consumidores problemáticos de drogas, a redução de danos pode funcionar como uma intervenção de primeira linha e sobre a qual se definem objetivos terapêuticos mais exigentes.

²⁷¹ “desenrascar” / “fazer-se à vida” – termos nativos muito usados na cultura *junkie* para se referir às estratégias que se colocam em prática para arranjar dinheiro para o produto.

²⁷² As estatísticas oficiais não deixam qualquer dúvida acerca da diminuição no número de novos consumidores por via injetada. De acordo com dados da Direção-Geral de Saúde e do Instituto Ricardo Jorge, no ano de 2008, 57.3% dos novos consumidores de drogas sinalizados eram injetores. No ano de 2017, esse valor desceu para 1.8% e, no ano

primeira etnografia, a base de coca (também designada *pedra*). Quanto à diminuição do consumo endovenoso, o *junkie* dos dias de hoje é muito mais um agarrado ao caneco ou à prata do que à seringa. Esta está hoje mais presente nos “agarrados” mais velhos, muitos deles caracterizados na primeira pesquisa e revisitados na nossa. Os *junkies* mais novos não *entram* tanto no mundo das drogas duras pela seringa, mas antes pelo consumo fumado, seja no caneco ou na prata.

Um dos aspetos centrais do agarrado, além da droga, é o seu considerável afastamento das estruturas de tratamento para as toxicodependências. Aliás, um número bastante significativo dos atores permanentes nos territórios psicotrópicos apresenta ou uma relação muito ténue com a rede de cuidados ou mesmo nenhuma relação com ela. É indissociável, portanto, que perante a estabilidade deste ator se tivessem que redefinir as políticas interventivas no âmbito do fenómeno droga pois as que estavam montadas não englobavam o grupo dos atores que não recorriam aos serviços de ajuda de forma autónoma e, muito menos, de forma continuada. O primeiro etnógrafo já se referia ao afastamento entre o sistema de tratamento e os grupos de consumidores que, não se deslocando a essas estruturas, iam agravando as suas condições de vida nos locais de consumo de drogas que caracterizamos noutras secções da monografia. Dizia-nos num trabalho posterior ao da sua etnografia que: “Enquanto insistíamos na mesma resposta clínica os territórios e os actores agravavam as suas condições de vida e criavam, em pleno coração da malha urbana, situações de degradação absurdas em países que se dizem desenvolvidos” (Fernandes, 2005, p. 80).

Importantes avanços interventivos, políticos e legais no domínio das toxicodependências foram sendo tomados para dar resposta a uma contradição que o sistema de tratamento não conseguia responder: como ajudar aqueles indivíduos que não recorriam de forma autónoma à ajuda das equipas clínicas que atuavam, quase em exclusivo, no contexto dos gabinetes de consulta? As políticas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) que se faziam de um modo clandestino no início dos anos 90 e que se afirmaram em diplomas legislativos no ano 2001²⁷³ veio dar um importante contributo para uma leitura territorial do fenómeno droga. Respondeu-se, portanto, a uma necessidade urgente: a de descentrar a ajuda dos tradicionais gabinetes de consulta, afirmando-a nos territórios psicotrópicos onde muitos atores que dela precisavam se encontravam²⁷⁴. Enquanto decorria a primeira etnografia, as respostas de RRMD não eram uma realidade presente nos territórios psicotrópicos. É justo dizer, portanto, que o afastamento do *junkie* face à rede de cuidados era maior do que aquele que pudemos encontrar na nossa revisitação.

de 2018, do total de novos casos sinalizados, apenas 18 eram injetores (Jornal de Notícias, 5 de dezembro de 2018, p. 10).

²⁷³ Referimo-nos ao Dec. Lei 183/2001 de 21 de junho.

²⁷⁴ A equipa de rua onde trabalhamos durante a fase exploratória é apenas um exemplo de um conjunto mais vasto de estruturas clínicas que estão ao abrigo do diploma legislativo de 2001.

O “meter para a viola²⁷⁵” de muitos deles, de forma praticamente indiscriminada e em contextos de elevada insalubridade, traduziu-se no aumento considerável de transmissões por VIH durante os anos 80 e 90 do século passado entre os consumidores injetores²⁷⁶. Havia, portanto, que *controlar* a epidemia sob pena de “nós” – bem entendido, os do lado normativo da Cidade, do lado que desconhece quotidianamente a vida dos atores e dos contextos que estamos a focar – ficarmos também infetados. É neste quadro da potencial perigosidade do *junkie* que se gerou sobre a sua figura uma dupla preocupação: por um lado sanitária e, por outro lado, moral. Do ponto de vista moral, este ator das drogas é visto como alguém a evitar, desde logo pelos restantes consumidores que se distanciam dele. Por outro lado, é visto como afastado de tudo quanto é normativo: trabalho, escola, família sendo, também por isso, um Ser à parte. A sua dissociabilidade instiga depreciações morais e éticas tornando-o numa figura da ameaça permanente e sobre a qual se pretende distância dos que se regem pela norma social. Por outro lado, do ponto de vista sanitário, foi necessário controlar o foco epidémico, incrementando políticas interventivas de proximidade, nomeadamente através da implementação de estratégias de redução de riscos e minimização de danos.

Em resumo, o *junkie* de hoje é muito mais um agarrado à pedra do que ao pó, evolução análoga à dos territórios psicotrópicos que deixaram de ser os territórios do “pó” e são hoje muito mais os territórios da “pedra”. Do pó se fizeram pedra. Mas o facto de serem territórios da pedra não os torna, contudo, da “idade da pedra”, isto é, uma espécie de pré-história do ambiente psicotrópico. Antes pelo contrário, este produto que hoje circula massivamente nos territórios psicotrópicos duros, leva a uma considerável especialização dos seus atores, com hierarquias bem estabelecidas e definidas entre eles, tal como demonstramos noutros momentos da presente monografia.

²⁷⁵ Trata-se de uma expressão nativa que serve para designar o consumo injetado de drogas.

²⁷⁶ Os dados estatísticos a este respeito são muito claros: em 1993, o número de novos casos infetados com HIV pela partilha de seringas usadas foi de 169 e em 2001 era de 1016. Desde essa altura que este número tem vindo a diminuir ano após ano, registando em 2016, apenas 30 novos casos de infeção pelo VIH (site Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, consultado a 24-10-2018).

IV- CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

Depois de apresentados os nossos principais achados de terreno faremos agora uma breve síntese conclusiva sobre os mesmos em torno das questões de investigação que guiaram a nossa revisitação. Muito desse esforço de síntese conduzirá, necessariamente, em deixar de fora muitos aspetos da nossa experiência etnográfica. Mas é no “deixar de fora” e na valorização do que se “inseriu dentro” que reside a autoria de um determinado trabalho. Fernandes (2015, p. 58) refere a esse respeito: “Um texto materializa sempre um esforço de síntese, que obriga a deixar de fora fontes e direções de análise. Em certo sentido, a autoria é uma forma de excluir, à medida que vai incluindo e incorporando no seu argumento. No fim paira no autor uma suspeição acerca de si próprio: e se excluímos elementos essenciais e privilegiámos outros meramente periféricos? O texto, mesmo quando construído a partir dos enunciados científicos acumulados ao longo duma série temporal de factos (...) é portanto e em última análise um exercício arbitrário. Eis aqui outro sentido para a afirmação de que a neutralidade é ilusória.”

Comecemos por apresentar as principais conclusões acerca da evolução da zona ocidental do Porto entre as duas etnografias.

- A zona ocidental do Porto –

Ao longo das diferentes secções monográficas evidenciamos como a zona ocidental do Porto sofreu, entre a etnografia inicial e a nossa revisitação, consideráveis mutações sócio-territoriais. Dessas mutações destacamos um maior fechamento da malha urbana mais prosperante e rica – desde logo através da presença de condomínios fechados - face às zonas pauperizadas e empobrecidas da urbe. Esses empreendimentos co-existem nas proximidades de algumas periferias sociais da zona ocidental, nomeadamente do bairro do Aleixo e da Pasteleira Velha. Em suma, o contraste e a dualização urbana - já devidamente confirmada na primeira etnografia - veio, assim, a intensificar-se ao longo do tempo, dando lugar a uma maior fratura socioterritorial.

A cidade do Porto, em geral, e a zona ocidental, em particular, confrontam-se, nos dias de hoje, com um novo fenómeno que não era tão evidente na etnografia inicial: o fenómeno turístico. A economia portuense depende fortemente deste setor de atividade daí que grande parte da intervenção urbana procure, por um lado, hipervalorizar o “belo” da paisagem citadina, as suas zonas ricas e aprazíveis, bem como os seus monumentos históricos e, por outro lado, vise o controlo, silenciamento e/ou eliminação das zonas consideradas “infames” e dos seus “atores problema”. Dissemos também durante a apresentação dos nossos resultados que a zona ocidental do Porto se caracteriza pela beleza da paisagem urbana revelando-se, sobretudo por isso, como

um importante pólo atrator não só para a instalação da burguesia portuense como para o turismo que estamos aqui a considerar.

Dito isto, qual o espaço para a inscrição social e urbana do *junkie* e dos territórios psicotrópicos no âmbito desta Cidade para, literalmente, “*inglês ver*”? Ele não é, certamente, o melhor cartão de visitas da Cidade, nem os territórios psicotrópicos são a paisagem bela que atrai os turistas para o Porto. Não será de estranhar, por isso, que o lugar natural do *junkie* sejam os territórios psicotrópicos onde aí podem mostrar, de facto, toda a sua efetiva utilidade, nomeadamente no conjunto de tarefas que aí realizam com vista a manter o equilíbrio e a ordem interna desses territórios. Além disso, tal como mostramos também ao longo do trabalho, nestes espaços torna-se possível a sua reconstrução como pessoas, adquirindo a tão almejada visibilidade existencial, desde logo pelos seus pares. Contudo, apesar deste confinamento dos “agarrados” aos territórios psicotrópicos, vimos como o seu quotidiano está longe de estar restringido a estes locais. Durante o trabalho de campo, vimos como alguns deles pediam esmolas nas zonas ricas da Cidade, arrumavam carros e realizavam outras atividades informais nessas zonas, tendo como finalidade principal adquirir a chamada “moedinha” que os levasse, ainda que por momentos, a beijar os anjos nos paraísos artificiais...

Voltemos à presença dos condomínios fechados na zona pois eles são bons analisadores do fechamento urbano ocorrido na zona ocidental do Porto no espaço de 20-25 anos. Vimos também que no condomínio fechado situado atualmente na Rua do Aleixo existiu, outrora, um conjunto de pavilhões industriais abandonados que foram apropriados por alguns consumidores de drogas da zona para aí fazerem os seus consumos e, no caso de alguns deles, até mesmo viverem. Hoje, nesse local onde outrora se registava uma situação de elevada degradação sócio-sanitária e onde muitos consumidores vieram a falecer, não pelas drogas em si mas pelas condições de miséria humana em que viviam, erguem-se as enormes fachadas do referido condomínio. São espaços protegidos dos comuns dos mortais como se esses que lá vivem não fossem, também eles, da mesma condição humana que os outros de que se afastam²⁷⁷. Mas os que lá habitam agora, os que entram nas garagens com os seus belos automóveis, jamais apagarão a história associada ao local.

Façamos uma analogia entre a vida das cidades e a nossa vida mental: ambas estão submetidas aos mesmos *mecanismos de defesa*, nomeadamente a *negação* e o *recalcamento* dos acontecimentos traumáticos. Encontrámos em Freud (1930/2008) esta brilhante metáfora entre a vida mental e a vida urbana onde, à semelhança do psiquismo, também nas Cidades se encontram os vestígios arqueológicos daquilo que a Cidade foi outrora, mas que ainda faz parte da sua paisagem, podendo traçar-se, a partir dessas evidências, a sua evolução histórica. Sabemos

²⁷⁷ Teresa Caldeia (2000) fala de forma muito pertinente nas consequências sociais e urbanas da “Cidade de Muros” para a cidade de São Paulo. Teremos também, ainda que em menor escala, uma “Cidade de Muros” na Cidade do Porto?

também, desde Freud, que o esquecimento é coisa que não existe e que o que julgamos esquecido é material psíquico em estado bruto, apresentando-se dinâmico, ainda que a um nível inconsciente. Citando Freud (1930/2008, p. 15) a este respeito: “(...) nada do que se formou na vida mental pode perecer, que de algum modo tudo é preservado, podendo ser recuperado em circunstâncias apropriadas, por exemplo numa regressão suficientemente profunda”. Ora, também a Cidade do Porto tem os seus recalcamientos urbanos, procurando esconder – ainda que, muitas vezes, de forma ilusória - uma realidade que lhe é penosa e ruidosa face à sua ordem consciente. Esperemos que a nossa recolha empírica tenha permitido identificar e caracterizar alguns mecanismos inconscientes que estão subjacentes ao recalcamiento urbano.

Feita esta breve síntese sobre as mudanças e as permanências ao nível da zona envolvente, compete-nos agora refletir sobre essa situação ao nível dos bairros sociais da zona ocidental, tendo como referência o período que separa as duas etnografias.

- Os bairros sociais -

Do ponto de vista dos bairros sociais dissemos já que a nossa revisitação permitiu identificar a presença de um novo bairro na zona ocidental – o bairro da Pasteleira Nova – que estava a ser construído quando ainda decorria a primeira etnografia. Esse bairro é hoje considerado um “foco irradiador de problemas” relacionados com drogas, tendo ali lugar um importante mercado de drogas duras: “O novo bairro, entretanto construído, veio reforçar esta atividade psicotrópica, tendo hoje ao nível das instituições de controle e da comunicação social o estatuto de novo foco problemático.” (Mata & Fernandes, 2016, p. 329).

Se identificamos essa “novidade” na paisagem urbana, salientamos também desaparecimentos. Falamos, concretamente, do bairro do Aleixo. Quando iniciamos e finalizamos a revisitação, o Aleixo tinha apenas três das suas cinco torres iniciais sendo que, nos dias de hoje, elas foram completamente desativadas e demolidas²⁷⁸. Demos conta de como essa demolição do Aleixo, sendo justificada pelas autoridades político-camarárias como essencial para remover o “Cancro da Cidade” não se traduziu na suposta melhoria que deveria acontecer neste bairro. Para além disso, entre os escombros das torres habitam ainda muitos toxicodependentes de rua continuando a fazer do Aleixo, mesmo após a sua demolição, um ponto de concentração *junkie*.

²⁷⁸ O desaparecimento completo do bairro do Aleixo aconteceu depois de termos terminado o nosso trabalho de campo.

- Os territórios psicotrópicos –

Os territórios psicotrópicos da zona continuam praticamente todos ativos entre as duas etnografias. Além disso, e à semelhança do que já se encontrava no início dos anos 90, todos estes territórios apresentam especificidades que os diferenciam mas também algumas características comuns que resumimos, num trabalho anterior, em três aspetos: a sua abertura funcional, o seu fechamento e a sua defensividade (Mata & Fernandes, 2019). Caracteriza-os ainda, tal como na etnografia inicial, a rapidez com que se desarticulam e se mobilizam aquando da presença das forças policiais: “Quando a pressão policial é grande desarticulam-se rapidamente, reconstituindo-se nas imediações, por vezes nalgum bairro social vizinho, que aumentará o seu protagonismo como território psicotrópico atraindo para ele a polícia e permitindo a reconstituição do anterior território. É esta eficácia na rápida mobilidade que explica em grande parte a resistência destes espaços à repressão policial, observável na longevidade que alguns deles têm na cidade.” (Mata & Fernandes, 2019, p. 203).

O bairro do Aleixo e, em particular a sua Torre 1, continuou a concentrar as principais atividades de *deal* neste bairro entre as duas pesquisas e, juntamente com o território psicotrópico situado no bairro Pinheiro Torres, continua a assumir-se como um importante território de venda de drogas duras na zona, em particular de heroína e base de coca.

Contudo, há ainda algumas mutações entre os territórios caracterizados que importa considerar. A venda e consumo de drogas duras no bairro da Pasteleira Velha já não tem a expressão que tinha na altura da primeira etnografia sendo hoje, sobretudo, um território psicotrópico “leve”, muito devido à venda e ao consumo de haxixe. Além disso, o local onde assenta grande parte das atividades psicotrópicas neste bairro já não é o mesmo de há 20 anos atrás, consequência da mobilidade constante destes territórios tal como acabamos de referir.

- As drogas –

Quanto às drogas que circulam hoje nestes territórios assistimos a uma diferença importante entre a etnografia inicial e a nossa revisitação. Domina atualmente a base de coca, deixando para trás a heroína enquanto principal droga de venda e consumo nestes locais. Dissemos, durante a apresentação dos resultados etnográficos, que esta fase do psicotropismo da zona se caracteriza pela “fase das bases” ou a “fase da pedra”. Esta nova fase do psicotropismo foi acompanhada de uma perda considerável da potência psicoativa das drogas, levando a que o ator tenha que consumir

de forma mais frequente a substância para que consiga eliminar a síndrome de abstinência, tendo consequências na gestão diária da sua dependência. Além disso, a evolução do mercado de drogas na zona aponta para a sua despersonalização, isto é, para o afastamento progressivo entre o *dealer* e o consumidor final.

Paralelamente a estes aspetos, vimos também como as drogas não são, afinal, o “inferno” que se entranhou nos indivíduos e nas comunidades e sob os quais seria necessário intervir para eliminar o “mal”. Elas assumiram-se, em muitos casos, em particular nos atores da nossa revisitação, como uma forma de vida tão natural como comer, respirar ou dormir sendo, até certo ponto, algo de incontornável nas suas trajetórias. As estratégias terapêuticas que visaram retirar as drogas destes sujeitos sem tomarem isso em consideração estiveram, por isso, condenadas ao fracasso.

- Os atores da revisitação -

Relativamente aos atores que protagonizavam o fenómeno droga durante a primeira etnografia mostramos, ao longo das secções monográficas, que grande parte deles tinha já falecido ou se encontrava num estado de saúde bastante debilitado, nomeadamente devido à SIDA e/ou às Hepatites. Esta situação não pode ser atribuída apenas “à droga” mas, sobretudo, aos contextos de pobreza e miséria urbana em que muitos deles viveram ou vivem ainda. Os achados de terreno mostraram-nos também que os consumos de drogas destes indivíduos foram ou são ainda realizados em contextos de elevada degradação física e sanitária, nomeadamente casas abandonadas da zona ocidental. No caso dos consumidores-injetores, além do consumo de drogas nas condições suprarreferidas, a partilha de material de consumo, essencialmente seringas, foi uma situação recorrente durante a sua vida nas drogas.

A “autópsia biográfica” que realizamos sobre as trajetórias desses atores sociais permitiu-nos perceber que as suas vidas configuram aquilo a que o filósofo italiano Giorgio Agamben (1995/2007) apelidou de *vidas nuas*. De facto, os territórios onde habitam – ou habitavam, no caso dos que já faleceram... – estão, de forma recorrente, num regime de excecionalidade urbana onde, a pretexto da droga e dos seus “problemas sociais”, se incrementam e reforçam, de forma sistemática e reiterada, medidas de controlo social – seja de foro sóciosanitário, policial ou judicial - que estão mais ao serviço da defesa social dos atores “saudáveis” e das suas zonas “puras” do que da reabilitação efetiva dos *junkies* “infetados” e/ou das suas zonas impuras ou perigosas. À semelhança do funcionamento político dos Estados Modernos no pós-2ª Guerra Mundial há também no governo das Cidades – e na cidade do Porto em particular – uma normalização da

excepcionalidade sobre certos grupos sociais e zonas urbanas. Sobre isso, Manso (2016, p. 44) refere: “A normalização da exceção na modernidade traz a vida natural para o centro da esfera política, na medida em que a exceção, enquanto suspensão da norma, é o espaço da vida politicamente desqualificada”. Os atores das drogas que habitam nas periferias sociais que frequentamos adquirem, portanto, fruto dessa excepcionalidade permanente, o estatuto de *homo sacer* que Agamben (1995/2007) definiu como alguém destituído de poder participativo na *polis* (*bios*), estando a sua vida centrada na mera subsistência e sobrevivência (*zoé*). O *homo sacer* é, por isso, levado ao abandono por parte dos poderes políticos e judiciais, ficando numa situação de rejeição permanente e sendo destituído do exercício pleno da sua cidadania.

As trajetórias dos atores da revisitação revelaram também, de forma inequívoca, que as instituições terapêuticas e penitenciárias²⁷⁹ configuraram aquilo a que designámos como “experiências de mortificação” – os sujeitos foram-se mortificando à medida que os sistemas de tratamento e penitenciários iam fazendo o seu trabalho. Além disso, mais do que uma função terapêutica ou ressocializadora, elas constituíram-se como etapas normais nas suas vidas, não operando uma mudança significativa no seu quadro de vida já precário. No caso da prisão, ela funcionou mesmo, para certos atores contactados, como verdadeiras “escolas do crime”. Cabe, por isso aqui, com toda a pertinência, a advertência que Stanley Cohen (1985/1988, p. 344) deixou para os assistentes sociais - algo que estendemos também a todos os profissionais da área social: “Un mensaje impresionante para los asistentes sociales: en la medida en que no hagáis nada respecto de las causas originales, estaréis continuamente rescatando cuerpos, poniendo «parches» a la situación”.

As trajetórias dos atores da revisitação mostraram como o “agarrado” foi resistindo não só às normatividades terapêuticas e jurídico-penais mas também à ordem natural da Cidade dominante que visa o trabalho, o lucro e a manutenção da ordem no sentido mais amplo do termo²⁸⁰. O *junkie* contesta esse mundo normativo, ou seja, o trabalho mal remunerado, a escola que potencia um modelo meritocrático assente na valorização da performance dos seus alunos em detrimento da transmissão dos valores da fraternidade e do convívio salutar entre cidadãos, a futilidade de muitos relacionamentos amorosos e da vida familiar em particular com todos os seus dramas pífios e inquietações burguesas. É, nesse sentido, que Fernandes (2009) considera que o *junkie* coloca a nu as falhas nos pilares normativos clássicos que a modernidade concebeu, nomeadamente a Escola, o Trabalho ou a Família. Enfim, o *junkie*, com o seu *caneco*, a sua *prata* ou a sua *seringa* roga-se no direito de viver num mundo diferente, à parte desse turbilhão normativo que emana do

²⁷⁹ Referimo-nos particularmente a elas dada a sua onnipresença nas trajetórias dos atores da revisitação.

²⁸⁰ Vimos, num trabalho anterior, que não há margem sem um centro que lhe materialize a existência (Fernandes & Mata, 2015) daí a impossibilidade em falarmos das “margens” sem abordar e problematizar que “Centro” estamos, de facto, a produzir.

lado saudável da Cidade assumindo, além de uma posição transgressiva, sobretudo uma posição existencial²⁸¹.

Mas a forma como interpretarmos a “presença” no *junkie* nas nossas Cidades não tem permitido perceber o potencial de resistência que reside na sua figura. Nem tem permitido, inclusivé, pensar e refletir sobre a nossa organização social, política e económica uma vez que se multiplicam as estratégias sanitárias e repressoras (algumas já gastas...) que visam, sobretudo, neutralizar o seu potencial ameaçador.

Para finalizarmos e tendo em conta que a nossa revisitação foi uma viagem pelo tempo de modo a cruzarmos aquilo que observamos com aquilo que outro antes de nós – Luís Fernandes – observou nos mesmos territórios, algumas questões foram-se impondo ao longo do nosso trabalho: como evoluirão, no espaço de 20-25 anos, estes territórios das drogas? Será que em 2040/2045 teremos o fenómeno droga localizado e concentrado nos mesmos locais ou, pelo contrário, continuarão a apresentar a mobilidade que os caracteriza agora? E, quanto aos atores das drogas, como evoluirão as suas trajetórias de vida, nomeadamente dos consumidores de bases de coca - a droga mais consumida, atualmente, nestes locais?

Estas são algumas questões que só poderão ser respondidas com outra etnografia, ou melhor, com outra revisitação. Uma revisitação da revisitação é o que já se vislumbra, portanto, no horizonte científico no preciso momento em que finalizamos o presente trabalho.

²⁸¹ No filme *trainspotting* (1996) realizado por Dany Boyle a personagem principal – Renton - abre o filme com a seguinte frase: “Choose a life. Choose a job. Choose a career. Choose a family. Choose a fucking big television. Choose washing machines, cars, compact disc players and electrical tin openers... Choose DSY and wondering who the fuck you are on a Sunday morning. Choose sitting on that couch watching mind-numbing, spirit crushing game shows, sticking junk food into your mouth. Choose rotting away in the end of it all, pishing your last in a miserable home, nothing more than an embarrassment to the selfish, fucked up brats you spawned to replace yourself, choose your future. Choose life... But why would I want to do a thing like that?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adler, P. (1990). Ethnographic research on hidden populations: penetrating the drug world. In E. Lambert (Eds.), *The Collection and Interpretation of Data from Hidden Populations* (pp. 96-112). Rockville, MD: National Institute on Drug Abuse.

Agamben, G. (1995/2007). *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua* (trad. Henrique Burigo). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Agar, M. (1977). Ethnography in the Streets and in the Joint: A Comparison. In R. Weppner (Ed.), *Street ethnography* (pp. 21-51). California: Sage Publications.

Agra, C. (1993). Ciência do comportamento adictivo. In C. Agra (Ed.), *Dizer a droga ouvir as drogas - estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento adictivo* (pp. 11-28). Porto: Radicário.

Agra, C. (1997). Nota sobre a formação do espírito interdisciplinar. In C. Agra, C. Queirós, C. Manita & L. Fernandes (Eds.), *Biopsicossociologia do comportamento desviante - separata da revista do Ministério Público*. Lisboa.

Agra, C. (2009). Requiem pour la guerre à la drogue: L'expérimentation portugaise de décriminalisation. *Déviance et Société*, 33, 27-49.

Agra, C. & Fernandes, L. (1993). Droga enigma, droga novo paradigma. In C. Agra (Ed.), *Dizer a droga ouvir as drogas – estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento adictivo* (pp. 55-86). Porto: Radicário.

Agra, M. (2000). *Subjetivação nos utilizadores de drogas e normatividade terapêutica* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Aldeia, J. (2019). A vida na rua como paradigma-*matrioshka*. *Civitas*, 19 (1), 213-229.

Andrade, T. (2011). Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (12), 4665-4674.

Andrade, P., Carapinha, L., Sampaio, M., Shirley, S., Rodrigues, I. & Silva, M. (2007). Para além do Espelho: A intervenção de proximidade nas Toxicodependências. *Toxicodependências*, 13 (2), 9-24.

Andrés, M. & Trujols, A. (2004). Las drogodependencias tras la reducción de daños. *Humanitas*, 5, 139-146.

Apud, I. (2015). Ayahuasca, contexto cerimonial y sujeto. Análisis del *set* and *setting* a partir de un grupo uruguayo de terapias alternativas. *Journal of Transpersonal Research*, 7 (1), 7-18.

Auster, P. (2008). *O homem na escuridão*. Lisboa: Edições Asa.

Bache, C. (2015). Death and rebirth in LSD therapy: an autobiographical study. *Journal of Transpersonal Research*, 7 (1), 80-94.

Barbosa, J. (2006). *Entre a regulação dos 'riscos psicoactivos' e a defesa dos direitos de cidadania. O serviço social no seio das políticas de redução de danos* (Tese de mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Barbosa, J. (2009). A emergência da redução de danos em Portugal: da “clandestinidade” à legitimação política. *Toxicodependências*, 15 (1), pp. 33-42.

Bardim, L. (1977/2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bashkow, I. (2011). Old light on a new controversy: Alex Rentoul's account of the trobriand women's Sagali, *History of Anthropology Newsletter*, 38 (2), 9-18.

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of Mind*. Chicago: University of Chicago Press.

Beck, A., Wright, F., Newman, C. & Liese, B. (1993). *Cognitive therapy of drug abuse*. New York: The Guilford Press.

Beckerleg, S. & Hundt, G. (2004). The characteristics and recent growth of heroin injecting in a kenyan coastal town. *Addiction Research and Theory*, 12 (1), 41-53.

Bell, K. (2019). The "problem" of undersigned relationality: ethnographic fieldwork, dual roles and research. *Ethnography*, 20 (1), 8-26.

Benzecry, C. (2015). What did we say they've said? Four encounters between theory, method and the production of data. *Ethnography*, 0 (0), 1-11.

Bertalanffy, L. (1968). *General System Theory – Foundations, Development, Applications*. New York: George Braziller.

Bialakowsky, A., Reynals, C., Zagami, M., Crudi, R., Costa, M. & Haimovicf, N. (2004). Procesos sociales de exclusión-extinción. Comprender y coproducir en las prácticas institucionales en Núcleos Urbanos Segregados. In L. Díaz, A. Cattani (Eds.), *Desigualdad, pobreza, exclusion y vulnerabilidad en América Latina. Nuevas perspectivas en América Latina* (pp. 101-142). Toluca: Facultad de Ciencias Políticas y Administración Pública, Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM), Centro de Estudios sobre Marginación y Pobreza del Estado de México (CEMAPEM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS).

Boni, P. & Moreschi, B. (2007). Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico”, *Doc On-line*, 3, 137-157.

Bourdieu, P. (1986). A ilusão biográfica. In Amado, J. & Ferreira, M. (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (pp. 183-191). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas*. Oeiras: Celta Editora.

Bourgois, P. (1995/1996). *In search of respect – selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourgois, P. (1998). Just another night in a shooting gallery. *Theory, Culture & Society*, 15 (2), 37-66.

Bourgois, P. (2000). Disciplining addictions: the bio-politics of methadone and heroin in the United States. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 24, 165–195.

Bourgois, P., Prince, B. & Moss, A. (2004). The everyday violence of hepatitis C among young women who inject drugs in San Francisco. *Human Organization*, 63 (3), 253-264.

Broadhead, R., Heckathorn, D., Weakliem, D., Anthony, D., Madray, H., Mills, R. & Hughes, J. (1998). Harnessing peer networks as an instrument for AIDS prevention: results from a peer-driven intervention. *Public Health Report*, 113, 42-57.

Bronfenbrenner, U. (1979/2005). *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks: Sage.

Burawoy, M. (1979). *Manufacturing Consent*. Chicago: University of Chicago Press.

Burawoy, M. (2003). Revisits: and outline of a theory of reflexive ethnography. *American Sociological Review*, 68 (5), 645-679.

Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206, 2182-2999.

Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros - crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 Ltda.

Capps, B., Carter, A., Hall, W., Nutt, D., Ashcroft, R. & Meulen, R. (2009). *Conclusions and possible implications of advances in addiction neurobiology for future drug policies*. In A. Carter, B. Capps & W. Hall (Eds.). *Addiction neurobiology: ethical and social implications* (pp. 123-128). Lisboa: European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction.

Caria, T. (2002). A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras. In T. Caria (Ed.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 9-20). Porto: Afrontamento.

Carter, A., Hall, W. & Capps, B. (2009). What is addiction? In A. Carter, B. Capps & W. Hall (Eds.), *Addiction neurobiology: ethical and social implications* (pp. 21-26). Lisboa: European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction.

Carvalho, M. (2016). *Ambientes recreativos noturnos – as dimensões ambientais e os fenómenos do uso de substâncias psicoativas, do risco e da proteção* (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Castaneda, C. (1993/1994). *A arte do sonhar* (trad. Alves Calado). Rio de Janeiro: Editora Record.

Castelo Branco, C. (1857/1967). *Duas horas de leitura*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, Ltda.

Celant, F. (2013). *O uso da Ayahuasca no contexto urbano – um lugar entre o tradicional e o moderno* (trabalho de conclusão de curso). Departamento de História – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Champagne, P. (1997/2001). A visão mediática. In P. Bourdieu (Ed.), *A Miséria do Mundo* (pp. 63-79). Petrópolis: Editora Vozes.

Charles, M., Nair, K., & Britto, G. (1999). *Drug culture in India – a street ethnographic study of heroin addiction in Bombay*. Jaipur: Rawat Publications.

Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico – marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ciccarone, D. & Bourgois, P. (2003). Explaining the geographical variation of HIV among injection drug users in the United States. *Substance Use Misuse*, 38 (14), 2049-2063.

Ciribelli, C. (2012). O uso de droga no dsm: uma revisão histórica. *Clínica & Cultura*, 1 (1), 47-67.

Coelho, V. (2016). Como a psicologia sistêmica pode contribuir no processo terapêutico de casais em conflito. *Pretextos – revista da graduação em psicologia da PUC Minas*, 1 (1), 86-104.

Cohen, S. (1985/1988). *Visiones de control social*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias (PPU).

Colson, E. (1960). *Social organization of the Gwembe Tonga*. Manchester: Manchester University Press.

Cordeiro, F. (2010). Apresentação. In L. Saporì e R. Medeiros (Eds.), *Crack – um desafio social* (pp. 7-8). Belo Horizonte: Editora PUC MINAS.

Cordeiro, J. (2011). *Psiquiatria Forense*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cortés, E. (2013). Inmersión ketamínica. In D. Oró & J. Pallarés (Eds.), *De riesgos y placeres – manual para entender las drogas* (pp. 23-36). Lleida: Editorial Milenio.

Costa, A. (2015). Como me tornei uma etnógrafa ou: um campo na minha cidade. *Ponto Urbe*, 17.

Costa, A. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In A. Silva e J. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

Cruz, O. (2014). *Drogas Ilícitas – consumidores “não problemáticos”, histórias e trajetórias*. Maia: Rei dos Livros.

Cruz, O. & Machado, C. (2010). Consumo “não problemático” de drogas ilegais. *Toxicodependências*, 16 (2), 39-47.

Cruz, O., Machado, C. & Fernandes, L. (2012). O ‘problema da droga’: sua construção, desconstrução e reconstrução. *Análise Psicológica*, 30 (1-2), 49-61.

Cruz, M. (2005). Antes intervir que desviar o olhar – como a redução de riscos se fez incontornável. *Toxicodependências*, 11 (2), 66-72.

Cunha, M. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão. Tráfico e Trajectos*. Lisboa: Fim de século.

Cunha, M. (2014). Linhas de redefinição de um objeto: entre transformações no terreno e transformações na antropologia. *Etnográfica*, 18 (2), 403-413.

Dalton, T. & Rowe, J. (2004). A wasting resource: public housing and drug use in Inner-city Melbourne. *Housing Studies*, 19 (2), 229-244.

Delmàs, M. (2004). Los cannabinoides en la práctica clínica: un debate abierto. *Humanitas*, 5, 55-67.

Dembo, R. (1997). Review of E. Preble and J.J. Casey, "Taking Care of Business – The Heroin User's Life on the Street", *Internacional Journal of the Addictions*, 4: 1-24 (1969). *Substance Use & Misuse - Classic-Historical Articles, Reviews, and Documents*, 32 (2), 195-201.

Dhand, A. (2006). The practice of poetry among a group of heroin addicts in India: naturalistic peer learning. *Ethnography and Education*, 1 (1), 125-141.

Dhand, A. (2009). Street 'doctory' among a group of heroin addicts in India: naturalistic peer learning. *Ethnography and Education*, 4 (1), 101-116.

Dias, A. (1978). Toxicomania e depressão: um modelo de compreensão nas vertentes individual e social. *Análise Psicológica*, 1, 11-16.

Domostawski, A. (2011). *Drug policy in Portugal: The benefits of decriminalizing drug use*. Warsaw: Open Society Foundations.

Dwyer, R. (2009). *Agency and exchange: an ethnography of a heroin Marketplace*. Faculty of Health Sciences National Drug Research Institute - Curtin University of Technology, Austrália.

Elliott, S., McKelvy, J. & Bowen, S. (2017). Marking time in ethnography: uncovering temporal dispositions. *Ethnography*, 18 (4), 556-576.

Escohotado, A. (1989/1998). *Historia general de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial.

Fernandes, L. (1990). *Os pós modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas – estudo teórico-metodológico e pesquisa de terreno* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Fernandes, L. (1993). Territórios psicotrópicos. In C. Agra (Ed), *Dizer a droga ouvir as drogas – estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento adictivo* (pp. 195-239). Porto: Radicário.

Fernandes, L. (1997). *Actores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Fernandes, L. (1998). *Os princípios da exclusão da droga*. In H. Araújo, P. Mota Santos e P. Seixas (Eds.), *Nós e os Outros: A Exclusão em Portugal e na Europa* (pp. 63-78). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Fernandes, L. (1998/2002). *O sítio das drogas* (3ª edição). Lisboa: Editorial Notícias.

Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos. In T. Caria (Ed.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23-40). Porto: Afrontamento.

Fernandes, L. (2005). Encontros e Desencontros entre Consumidores Problemáticos e o Sistema de Tratamento. *Toxicodependências*, 11 (1), 79-81.

Fernandes, L. (2009). O que a droga fez à norma. *Toxicodependências*, 15 (1), 3-18.

Fernandes, L. (2011). Terapias punitivas e punições terapêuticas: o estranho caso do “toxicodependente”. In M. Cunha & J. Durand (Eds.), *Razões de saúde: poder e administração do corpo. vacinas, alimentos, medicamentos* (pp. 39 - 56). Lisboa: Fim de século.

Fernandes, L. (2015). Do fenómeno droga e da perturbação da estabilidade normativa. In M. Cunha (Ed.) *Do crime e do castigo – temas e debates contemporâneos* (pp. 45-62). Lisboa: Mundos Sociais.

Fernandes, L. & Carvalho, M. (2003). *Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Fernandes, L. & Mata, S. (2015). Viver nas “periferias desqualificadas”: do que diz a literatura às perceções de interventores comunitários. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*, 16.

Fernandes, L., Neves, T., & Chaves, M. (2001). Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos: notas de terreno e comentário. *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, 171-201.

Fernandes, L. & Pinto, M. (2004). El espacio urbano como dispositivo de control social: territórios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Humanitas*, 5, 147-162.

Fernandes, L., Pinto, M. & Oliveira, M. (2006). Caracterização e análise crítica das práticas de redução de riscos na área das drogas em Portugal. *Toxicodependências*, 12 (2), 71-82.

Fernandes, L. & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, 16 (2), 15-27.

Fernández, M. (2012). *Matar al “Chino”. Entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del raval de Barcelona* (Tese de doutoramento). Departament d'Antropologia cultural i Història d'Amèrica i Àfrica, Facultat de Geografia i Història, Universitat de Barcelona, Espanha.

Ferreira, I. (2018). A toxicomania entre a determinação diagnóstica e a indeterminação do gozo do corpo. *Afectio & Societatis*, 15 (28), 135-166.

Fetterman, D. (1998). *Etnography: setp by step*. California: SAGE Publications Ltd.

Filho, A. (1993). *La vie dans la marginalité ou la mort dans l'institution: étude sur quatre groups d'enfants et d'adolescents vivant de la rue a Salvador de Bahia (Bresil)* (Tese de doutoramento). Faculdade de Antropologia e de Sociologia - Universidade Lumière, França.

Filgueiras, C., Medeiros, R., Pichon, P., Uribe Larrea, G. (2019). Vida na rua – contribuições analíticas do campo das Ciências Sociais. *Civitas*, 19 (1), 1-10.

Fiore, M. (2012). O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos*, 92, 9-21.

Firth, R. (1959). *Social Change in Tikopia*. Londres: George Allen and Unwin.

Fleming, M. (1996/2001). *Família e toxicodependência*. Porto: Edições Afrontamento.

Foucault, M. (1963/1977). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.

Freeman, D. (1983). *Margaret Mead and Samoa: The making and the unmaking of an anthropological Myth*. Cambridge: Harvard University Press.

Freud, S. (1899/2009). *A interpretação dos sonhos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Freud, S. (1920/2009). *Para além do princípio do prazer* (trad. Isabel Silva). Lisboa: Relógio D'Água.

Freud, S. (1930/2008). *O mal-estar na civilização*. Lisboa: Relógio D'Água.

Frúgoli Jr., H. (2016). Pesquisas etnográficas e vivências: um olhar sobre a cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, 18.

Gamella, J. (1989). *La peña de la vaguada. Análisis etnográfico de un proceso de marginación juvenil* (Tese de doutoramento). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.

Garland, D. (2017). Penal power in America: forms, functions and foundations. *Journal of the British Academy*, 5 (1), 1-35.

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.

Goffman, E. (1961/1974). *Manicômios, prisões e conventos* (trad. Dante Leite). São Paulo: Editora Perspectiva.

Ghiabi, M. (2018). Under the bridge in Tehran: Addiction, Poverty and Capital. *Ethnography*, 0, 1-25.

Gill, P. & Temple, E. (2012). Walking the fine line between fieldwork success and failure: advice for new ethnographers. *Journal of Research Practice*, 10 (1), 1-16.

Glaser, B. & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory*. New York: Aldine de Gruyter.

Gleitman, H., Fridlund, A. & Reisberg, D. (2003). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gomes, H. (2014). *Diferenças de desempenho em dois grupos de idosos em tarefas de memória semântica e episódica* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Gomes, B. & Adorno, R. (2011). Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. *Etnográfica*, 15 (3), 569-586.

Gonçalves, Ó. (1994). Narrativa psicológica e psicologia da saúde. *Análise Psicológica*, 2-3, 253-264.

Goulart, S. (2008). Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In B. Labate, S. Goulart, M. Fiore, E. MacRae & H. Carneiro (Eds.), *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 251-286). Salvador da Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia.

Greenwald, G. (2009). *Drug decriminalization in Portugal – lessons for creating fair and successful drug policies*. Washington: Cato Institute.

Guerra, P. (2017). *Era uma vez na América: um percurso pedagógico pela Escola de Chicago*. Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto.

Haley, J. (1980). *Leaving home: the therapy of disturbed young people*. New York: McGraw-Hill Book Company.

Hammersley, M., & Atkinson, P. (1983). *Ethnography - principles in practice*. London: Tavistock Publications.

Hannerz, U. (1980/2015). *Explorando a cidade - em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: Editora Vozes.

Hernández, A. (2010). *Óscar Lewis, una historia cultural. Análisis historiográfico de Los Hijos de Sánchez* (Tese de doutoramento). Universidad Autónoma Metropolitana, México.

Hutchinson, S. (1996). *Nuer dilemmas: coping with money, war, and the state*. Berkeley: University of California Press.

Jimenez-Garrido, D., Alcazar-Córcoles, M. & Bouso, J. (2015). Experiencias cercanas a la muerte y sintomatología postraumática en una muestra de consumidores de Ketamina. *Journal of Transpersonal Research*, 7 (1), 32-53.

Jorge, J. & Corradi-Webster, C. (2012). Consultório de Rua: Contribuições e Desafios de uma Prática em Construção. *Saúde & Transformação Social*, 3 (1), 39-48.

Jung, C. (1971/1984). *A dinâmica do inconsciente* (trad. Mateus Ramalho Rocha). Petrópolis: Editora Vozes.

Kaplan, C. & Verbraeck, H. (2001). Where have all the fieldnotes Gone? The changing nature and Politics of drugs ethnography in The Netherlands. *Addiction Research & Theory*, 9 (4), 299-323.

Kauer, J. & Malenka, R. (2007). Synaptic plasticity and addiction. *Nature Publishing Group*, 8, 844-858.

Kokoreff, M. (2000). Faire du business dans les quartiers. *Déviance et Société*, 24 (4), 403-421.

Labate, B. (2004). *A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP.

Labrousse, A. (2004). La «Guerra a la Droga»: estado de la cuestión, *Humanitas*, 5, 173-185.

Lancetti, A. (2008). *Clínica Peripatética*. São Paulo: Hucitec.

Lefebvre, H. (1968/2012). *O direito à cidade* (trad. Rui Lopo). Lisboa: Letra Livre.

Le Marcis, F. (2004). The suffering body of the city. *Public Culture*, 16 (3), 453-477.

Lévi-Strauss, C. (1955). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Lewis, Ó. (1951/1963). *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Illinois: University of Illinois Press.

Lichterhan, P. (2015). Interpretive reflexivity in ethnography. *Ethnography*, 18 (1), 35-45.

Maas, M. (2015). Quando o “nativo” é pesquisador – notas sobre o trabalho de campo no Santo Daime. *Ponto Urbe*, 17.

Machado, P. (2008). *Perto de ti, matas. Longe de ti, eu morro: Uma etnografia sobre usos de drogas de rua* (Tese de mestrado). Universidade de Évora, Portugal.

MacRae, E. (2008). A elaboração das políticas públicas brasileiras em relação ao uso religioso da ayahuasca. In B. Labate, S. Goulart, M. Fiore, E. MacRae & H. Carneiro (Eds.), *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 289-313). Salvador da Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia.

MacRae, E. (2016). Santo Daime e Santa Maria: usos religiosos de substâncias psicoativas. In E. MacRae & W. Alves (Eds.), *Fumo de Angola – cannabis, racismo, resistência e espiritualidade* (pp. 445-471). Salvador: Editora CETAD/UFBA.

Madrigal, J. (2019). Devenir habitante de calle en una ciudad fronteriza del norte de México - Deportación, consumo de drogas y violências. *Civitas*, 19 (1), 159-177.

Madureira Pinto, J. (2008). Ir e voltar a Fonte Arcada. Considerações sobre a prática da razão sociológica. In S. Abramovici, J. Almeida, J. Casanova, P. Champagne, V. Pereira, J. Pinto, J. Queirós & E. Silva (Eds.), *Ir e voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste Português (1977-2007)*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Magalhães, R. (2002). *Introdução à hermenêutica*. Coimbra: Angelus Novus.

Magnani, J. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.

Magnani, J. (2016). São Paulo: de perto (e de dentro) é outra cidade. *Ponto Urbe*, 18.

Maher, L., Dixon, D., Hall, W. & Lynskey, M. (2002). Property crime and income generation by heroin users. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 35 (2), 187-202.

Maia Costa, E. (2017). Consumo de estupefacientes: evolução e tensões no Direito português. *Julgar*, 32, 161-180.

Malinowski, B. (1922/1997). Os argonautas do pacífico ocidental. *Ethnologia*, (6-8), 17-37.

Mallart, F. & Rui, T. (2017). Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. *Ponto Urbe*, vol. 21, 1-16.

Manso, A. (2016). *Condição juvenil e trajetórias de deriva: rotas desviantes em contexto urbano* (Tese de doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Marina, P. (2018). Buskers of New Orleans: transgressive sociology in the urban underbelly. *Journal of Contemporary Ethnography*, 47 (3), 306-335.

Mariño, N. & Lizarralde, C. (2019). Etnografia callejera – una propuesta desde las calles de Bogotá, Colombia. *Civitas*, 19 (1), 11-27.

Marks, M. & Howell, S. (2016). Cops, drugs and interloping academics: an ethnographic exploration of the possibility of policing drugs differently in South Africa. *Police Practice and Research*, 17 (4), 341-352.

Marques, R., Martingo, C., Teixeira, F., Saldanha, M., Guedes, N., Boura, P., Góis, P., Vaz, P. (2014). *Problemas complexos e governação integrada*. Lisboa: Secretariado Executivo do Fórum para a Governação Integrada.

Mars, S., Bourgois, P., Karandinos, G. Montero, F. & Ciccarone (2014). “Every ‘Never’ I Ever Said Came True”: Transitions from opioid pills to heroin injecting. *International Journal of Drug Policy*, 25, 257-266.

Mata, S. & Fernandes, L. (2016). A construção duma política pública no campo das drogas: normalização sanitária, pacificação territorial e psicologia de baixo limiar. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 7 (1), 1-25.

Mata, S. & Fernandes, L. (2018). Questões metodológicas de uma revisitação etnográfica a territórios psicotrópicos do Porto. *Etnográfica*, 22 (2), 311-333.

Mata, S. & Fernandes, L. (2019). Revisitação aos atores e territórios psicotrópicos do Porto – olhares etnográficos no espaço de 20 anos. *Civitas*, 19 (1), 195-212.

Matos, A. (2005). Algumas considerações sobre o jogo relacional entre o toxicodependente e a sua família. *Toxicodependências*, 11 (3), 53-62.

Mead, M. (1928/1990). *Adolescencia y cultura en Samoa*. Barcelona: Paidós.

Medeiros, R. (2010). Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de *crack* na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In L. Saporì & R. Medeiros (Eds.), *Crack – um desafio social* (pp. 165-218). Belo Horizonte: Editora PUCMINAS.

Medeiros, R. (2019). Entre as *andanças* e as *travessias* nas ruas da cidade. *Civitas*, 19 (1), 142-158.

Mendes, M. (2012). A demolição do bairro do Aleixo e a acção da população local vista pela imprensa diária e nas notícias *online*. In M. Mendes, T. Sá, J. Crespo & C. Ferreira (Eds.), *A cidade entre bairros* (pp. 87-115). Sintra: Caleidoscópio.

Moore, D. (2004). Beyond “subculture” in the ethnography of illicit drug use. *Contemporary Drug Problems*, 31, 181-212.

Nascimento, S. (2016). A cidade no corpo – diálogos entre corpografia e etnografia. *Ponto Urbe*, 19.

Nasser, M. (2017). Cracolândia como campo de gravitação – gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. *Ponto Urbe*, 21, 1-19.

Newmahr, S. & Hannem, S. (2018). Surrogate ethnography: fieldwork, the academy and rising the IRS. *Journal of Contemporary Ethnography*, 41 (1), 3-27.

Nicodemos, J. (2013). *Crianças e adolescentes e o uso abusivo de drogas: a clínica da intersetorialidade* (Tese de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Nicodemos, J. & Ferro, L. (2018). Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático 8 – Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, 92-115.

Nunes, L. & Jólluskin, G. (2007/2010). *Drogas e comportamentos de adicção – um manual para estudantes e profissionais de saúde (2ª edição)*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

O’ Gorman, A. (2005). *Drug problems and social exclusion: development of heroin carrers in risk environments* (Tese de doutoramento). School of Health and Social Sciences of Middlesex University, Reino Unido.

O’ Gorman, A. (2016). Chillin, buzzin, getting mangled, and coming down: Doing differentiated normalisation in risk environments. *Drugs – education, prevention and policy*, 23 (3), 247-254.

Olievenstein, C. (1992/1996). *O Homem paranóide*. Lisboa: Instituto Piaget.

Oliveira, M. (2008). *Consultório de Rua: Relato de uma Experiência* (Tese de mestrado). Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Ona, G., Rios, F., Aguirre, J., Bouso, J., Tartakowsky, I., Makeda, A., Méndez, M. & Carvalho, M. (2015). Configuración de la Psicoterapia Asistida con Psicodélicos. *Journal of Transpersonal Research*, 7 (1), 95-103.

Ondjaki, (2012). *Os transparentes*. Lisboa: Editorial Caminho.

Oró, D. & Del Álamo, F. (2013). Consumo de drogas o drogas de consumo? In D. Oró & J. Pallarés (Eds.), *De riesgos y placeres – manual para entender las drogas* (pp. 39-54). Lleida: Editorial Milenio.

Oró, D. & Pallarés, J. (2013). Introducción: Riesgos, daños y placeres - A modo de introducción de un manual para entender las drogas. In D. Oró & J. Pallarés (Eds.), *De riesgos y placeres – manual para entender las drogas* (pp. 23-36). Lleida: Editorial Milenio.

Pacheco, H. (1994/1999). Da pasteira, na outra cidade. In R. Pinto (Ed.), *Pasteira City – contos, crónicas e aventuras* (pp. 7-9). Porto: O Progresso da Foz.

Pagán, G. (1980). La fábula de Alcalá y la realidad histórica en Grazalema. Replanteamiento del primer estudio de Antropología Social en España. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 81-115.

Pallarés, J. (1996). *El placer del escorpión. Antropología de la heroína y los yonquis*. Lérida: Milenio.

Parkin, S. (2013/2016). *Habitus and drug using environments – health, place and live-experience*. London: Routledge.

Parkin, S. (2017). Observant participation with people who inject drugs in street-based settings: reflections on a method used during applied ethnographic research. *Addiction Research & Theory*, 25 (1), 39-47.

Pereira, J. & Fernandes, L. (2015). Trips into inner space: a phenomenological approach to the experience of the use on psychedelic substances. *Journal of Transpersonal Research*, 7 (1), 65-79.

Perfeito, N. (2018). *A influência das convenções internacionais e do proibicionismo na política de drogas incorporadas pela legislação penal brasileira* (Trabalho de Bacharelato). Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Pina-Cabral, J. (2000). The ethnographic present revisited. *Social Anthropology*, 8 (3), 341-348.

Pinto, A. (1997). *Cognição, aprendizagem e memória*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Pinto, R. (1994/1999). *Pasteleira city – contos, crónicas e aventuras*. Porto: O Progresso da Foz.

Pinto, R. (2016). Da sirene da fábrica à da polícia. In C. Queirós, Pinto R. & Silva, J. (Eds.), *Do Pasteleiro à Pasteleira – nos 50 anos do Solar Clube* (pp. 29-30). Porto: O Progresso da Foz.

Pitta, A. (2011). Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, actores e políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (12), 4579-4589.

Pitt-Rivers, J. (1954/1971). *The People of the Sierra*. Chicago: University of Chicago Press.

Poiares, C. (1998). As drogas ilícitas: consumo, incriminação e desculpabilização. *Toxicodependências*, (3), 57-66.

Poiares, C. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. *Toxicodependências*, (1), 3-12.

Powell, H. (1960). Competitive leadership in Trobriand political organization. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 90, 118-145.

Pratta, E. & Santos, M. (2009). O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (2), 203-211.

Preble, E. & Casey, J. (1969). Taking care of business – the heroin user's life on the Street. *The International Journal of Addictions*, 4(1), 1-24.

Queirós, J. (2014). A experiência reiterada da relegação socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto. In B. Monteiro, E. Marques, I. Brasão, I. Coelho, J. Baía, J. Queirós, J. Matos, J. Soeiro, N. Dias, N. Domingos, S. Leitão & S. Conceição (Eds.), *Tempos difíceis – as pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho* (pp. 49-54). Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural.

Queirós, J. (2017). A vergonha – desvio do descrédito e estratégias de mobilidade residencial e social no Bairro do Aleixo. In B. Monteiro & N. Domingos (Eds.). *Portugal em Falta – Atlas Improvável* (pp. 28-34). Lisboa: Santillana.

Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consumo de drogas: impactos da experiência portuguesa da descriminalização*. Porto: Fronteira do Caos.

Rachid (2004). “Génération scarface”. La place du trafic dans une cité de la banlieue parisienne. *Déviance et Société*, 28 (1), 115-132.

Rangé, B. & Marlatt, A. (2008). Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. *Revista brasileira de psiquiatria*, (30), 88-95.

Raupp, L. & Adorno, R. (2010). Uso de crack na cidade de São Paulo / Brasil. *Toxicodependências*, 16 (2), 29-37.

Raupp, L. & Adorno, R. (2015). Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. *Saúde e Sociedade*, 24 (3), 803-815.

Rêgo, X. (2014). *A imagem predatória de cidade. Uma etnografia urbana do medo* (Tese de doutoramento). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Rhodes, T. & Moore, D. (2001). On the qualitative in drugs research: part one. *Addiction Res Theory*, 9, 279–297.

Rittel, H. & Webber, M. (1973). Dilemmas in a general theory of planning. *Policy Sciences*, 4, 155-169.

Rodgers, D. (2001). Making danger a callin: Antropology, violence and the dilemmas of participant observation. *Crisis State Programme working papers series*, (6), 1- 21.

Rodgers, D. (2007). Joining the Gang and becoming a broder: the violence of ethnography in contemporary Nicaragua. *Bulletin of Latin American Research*, 26 (4), 444-461.

Rodgers, D. (2008). An Illness Called Managua. *Crisis States Working Papers Series – Cities and Fragile States*, (37), 1-26.

Rodgers, D. (2018). Drugs booms and busts: poverty and prosperity in a Nicaraguan narco-barrio. *Third World Quarterly*, 39 (2), 261-276.

Romani, O. (1999). *Las drogas - sueños y razones*. Barcelona: Editorial Ariel.

Romani, O. (2003). Prohibicionismo y drogas: un modelo de gestión social agotado? In R. Bergalli (Ed.), *Sistema penal y problemas sociales* (pp. 429-450). Valencia: Ed. Tirant lo Blanch.

Romani, O. (2008). Placeres, dolores y controles: El peso de la cultura. In A. Torres & A. Lito (Eds.), *Consumos de drogas. Dor, prazer e dependências* (pp. 79-104). Lisboa: Fim de século.

Romani, O., Terrile, S. & Zino, J. (2003). Drogas y gestión del conflicto social en el cambio de siglo: nuevos sujetos, nuevos espacios de riesgo?. In C. Agra, J. Domínguez, J. Amado, P. Hebberecht & A. Recasens (Eds.), *La seguridad en la sociedad del riesgo. Un debate abierto* (pp. 227-243). Barcelona: Atelier.

Roriz, M. & Padez, C. (2017). A regulação ética da investigação e os desafios postos às práticas etnográficas. *Etnográfica*, 21 (1), 75-95.

Rosa, P. (2014). Outra história do consumo de drogas na modernidade. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 22, 185-196.

Rui, T. (2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack* (Tese de doutoramento). Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Salgueiro, T. (1977). Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa. *Finisterra*, 23, 28-55.

Sapori, L. & Medeiros, R. (2010). Introdução. In L. Sapori & R. Medeiros (Eds.), *Crack – um desafio social* (pp. 9-12). Belo Horizonte: Editora PUCMINAS.

Spradley, J. (1979). *The ethnographic interview*. Belmont: Wadsworth Group.

Stephens, R. (1991). *The street addict role – a theory of heroin addiction*. New York: State University of New York Press.

Syvertsen, J., Ohaga, S., Agot, K., Dimova, M., Guise, A., Rhodes, T., Wagner, K. (2016). An ethnographic exploration of drug markets in Kisumu, Kenya. *International Journal of Drug Policy*, 3, 82-90.

Szasz, T. (1992). *Nuestro derecho a las drogas. En defensa de un mercado libre*. Barcelona: Anagrama.

Sztutman, R. (1998). Nós, os Tikopias. Um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva. *Rev. Antropol.*, 41 (2), 245-252.

Teixeira, A. (2018). Perscrutando a Cracolândia: entre gestão dos ilegalismos, modos de governo e focos de resistência. *Ponto Urbe*, 22, 1-10.

Tinoco, R. (2002). Indeterminação biográfica – da condição natural a uma fissura na história do sujeito. *Toxicodependências*, 8 (3), 61-67.

Tinoco, R. (2005). *Adaptações cognitivas à carreira de toxicodependente: a utilização de técnicas de neutralização ao longo de trajetórias de vida de heroinómanos* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Tobón, M. (2015). Los sueños como instrumentos etnográficos. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 10 (3), 331-353.

Trad, S. (2010). A trajectória da prevenção às drogas no brasil: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais (Tese de doutoramento). Universitat Rovira i Virgili, Espanha.

Vale, C., Filho, T. & Costa, R. (2017). A droga na/da sociedade: perspectivas atuais e históricas. *SANARE, Sobral*, 16 (1), 35-41.

Vasconcelos, L. (2003). *Heroína – Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Velho, G. (1978) Observando o Familiar. In E. Nunes (Ed.), *A Aventura sociológica* (pp. 123-132). Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta Editora.

Wacquant, L. (2006). *Parias Urbains*. Paris: Le Decouvert.

Weiner, A. (1976). *Women of value, men of renown: new perspectives in trobriand exchange*. Austin: The University of Texas Press.

Welsh, I. (1993/1996). *Trainspotting*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Weppner, R. (1977). Street Ethnography: Problems and Prospects. In R. Weppner (Ed.), *Street ethnography* (pp. 21-51). California: Sage Publications.

White, W. (1943/1993). *Street corner society - the social structure of an italian slum*. Chicago: The Chicago University Press.

Yarlykapov, A. (2007). Dreams of an ethnographer (an attempt at autoethnographic analysis). *Anthropology & Archeology of Eurasia*, 46 (2), 34-41.

Zikic, B. & Ilic, V. (2017). Psychotherapy: injecting drug users' cling to normality. A Serbian case. *Antropologija*, (3), 19-33.

Zivkovic, M. (2006). Sueños dentro-fuera: algunos usos del sueño en la teoría social y la investigación etnográfica. *Revista de Antropología Social*, 15, 139-171.

ANEXOS

Anexo 1. Guião de entrevista a um líder comunitário local

DADOS BIOGRÁFICOS

Idade:

Proveniência:

Anos de trabalho no Local:

1. Partindo da sua experiência neste tipo de zonas, acha que existe alguma diferença nos bairros sociais da zona ocidental do Porto na altura em que iniciou o seu trabalho e no momento presente? A que acha que se deve(m) essa(s) diferença(s) ou ausência dela(s)?
2. Partindo da sua experiência, acha que existe alguma diferença nas pessoas/comunidades dos bairros sociais da zona ocidental do Porto que conheceu na altura em que iniciou o seu trabalho e agora? A que acha que se deve (m) essa (s) diferença (s) ou ausência dela (s)?
3. O que considera mais positivo e negativo nessas comunidades? Consegue dar-me dois aspetos positivos e dois negativos?
4. Partindo da sua experiência de cerca de 40 anos no bairro da Pasteleira, quais os maiores desafios com que se confrontou ao longo do seu trabalho? Porquê?
5. Quais os aspetos que salientaria e que mais o marcaram quando lá esteve. Consegue dar-me dois exemplos?
6. O que é para si um bairro social? O que distingue um bairro doutras zonas da cidade?
7. Como alguém com preocupações sociais, como acha que estas populações dos bairros podem ver os seus problemas resolvidos ou, pelo menos, atenuados? O que é que depende delas e o que não depende?
8. Tendo como referência o meu trabalho, considera que as condições de vida nestas zonas melhoraram ou pioraram desde os anos 90 até agora? Consegue explicar-me porquê? Quais os fatores que contribuíram para essa evolução ou não evolução (Fatores individuais vs. Fatores contextuais/sociais vs. Fatores da própria comunidade)?

Anexo 2. Consentimento informado



Consentimento Informado

Declaro que aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Simão Mata (Aluno de doutoramento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto), no âmbito da sua pesquisa de doutoramento.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, entendi e aceito responder a uma entrevista que será gravada, sendo esta gravação confidencial.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Tenho conhecimento que se pretender ter acesso aos resultados poderei consultar o autor através do email: simaomata@fpce.up.pt

Nome _____

Assinatura _____

Data ____/____/____

Anexo 3. Grelha de análise de conteúdo (Entrevistas)

Categorias	Sub-categorias	Indicadores
ELEMENTOS BIOGRÁFICOS (B)		- Em B inserem-se todas as referências do ator – com ou sem tonalidade afetiva - que digam respeito aos aspetos da sua trajetória biográfica (desde o seu percurso escolar, vida profissional, familiar, etc).
SABERES DAS DROGAS (D)	Efeitos do consumo de drogas (e)	Cabem nesta subcategoria as unidades de registo que permitam compreender os efeitos que, para o próprio ator, teve ou tem o uso de diferentes tipos de drogas (desde drogas leves ou pesadas).
	Consequências do consumo de drogas (c)	Aqui inserem-se todas as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva – sobre as consequências (dependência, sociais, saúde, relacionais, entre outras) do uso e abuso de diferentes tipos de drogas.
	Formas de administração de drogas (a)	Nesta subcategoria inserem-se todas as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva – que se relacionem com as diferentes formas de administração de drogas (sejam consumos fumados, injetados, inalados ou outros) e os significados e sentidos dessas condutas.
SABERES DOS CONTEXTOS (C)	Locais de venda e consumo de drogas (d)	Cabem nesta categoria as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva que digam respeito à localização e descrição das zonas de consumo e de venda de drogas nos territórios

		considerados, seja referente ao passado seja no momento atual.
	Os bairros (b)	Inserem-se nesta subcategoria as unidades de registo que se refiram a aspetos da vida comunitária dos bairros, seja numa perspetiva mais geral (dos bairros da zona envolvente) seja numa perspetiva mais particular (aspetos do bairro onde cresceu ou morou, por exemplo)
	A zona envolvente (z)	Em Cz inserem-se as unidades de registo que se refiram à caracterização e descrição do ambiente da zona envolvente aos bairros sociais considerados (exemplo, os Condomínios Fechados, as Fábricas da zona, os cafés, os espaços de convívio...)
OS ATORES DAS DROGAS (A) – <i>esta categoria espelha o carácter de “revisitação” do meu trabalho... Todas as informações dos “atores sociais” face a terceiros, principalmente aqueles que já faleceram...</i>	Relação com drogas (d)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações que o entrevistado tem sobre a relação de determinado ator (já falecido, por exemplo). com drogas.
	Estado de saúde (s)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações que o entrevistado tem acerca do estado de saúde de determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Modo de subsistência (sub)	Insere-se nesta sub-categoria todas as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva - que o entrevistado tem acerca do modo de subsistência de determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Escola (e)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações dos atores sociais

		sobre o percurso escolar de determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Trabalho (t)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações que o entrevistado tem sobre o trabalho realizado por determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Família (f)	Insere-se nesta sub-categoria todas as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva - que o entrevistado tem sobre os familiares de determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Habitação (h)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações que o entrevistado tem sobre a habitação de determinado ator social (já falecido, por exemplo).
	Relações afetivas (a)	Insere-se nesta sub-categoria todas as informações e representações que o entrevistado tem a propósito das relações afetivas de determinado ator social (já falecido, por exemplo).

		Instituições (I) Repressão (r) Tratamento (t)	Em Ir cabem todas as informações – com ou sem tonalidade afetiva – que o entrevistado tenha a propósito da passagem de determinado ator (já falecido, por exemplo) nas instâncias repressivas (sejam policiais, judiciais e/ou prisionais). Inserem-se todas as unidades de registo – com ou sem tonalidade afetiva – que o entrevistado tenha a propósito da passagem de determinado ator (já falecido, por exemplo) por Instituições de Tratamento, sejam as que se relacionam com drogas e álcool ou outras.

Anexo 4. Cartaz do Encontro organizado pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro – Grupo Ecológico (NDMALO) em novembro de 2016.



Organização



Apoios

